JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Câmara Municipal de Alto Garças 5
Câmara Municipal de Araputanga 8
Câmara Municipal de Arenápolis 8
Câmara Municipal de Barão de Melgaço 8
Câmara Municipal de Cáceres 9
Câmara Municipal de Campinápolis 10
Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis 10
Câmara Municipal de Canarana 13
Câmara Municipal de Confresa 13
Câmara Municipal de Cotriguaçu 14
Câmara Municipal de Matupá 14
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento 15
Câmara Municipal de Nova Olímpia 16
Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo 16
Câmara Municipal de Planalto da Serra 17
Câmara Municipal de Salto do Céu 17
Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu 18
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 19
Câmara Municipal de Vale de São Domingos 19
Câmara Municipal de Várzea Grande 20
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis 21
Consórcio Intermunicipal Portal da Amazônia 22
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – CIDES-VRC 22
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 23
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 24
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Regiao do Vale do Arinos 24
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu-MT 25
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 27
Empresa Cuiabana de Saúde Pública 28
Prefeitura Municipal de Acorizal 28
Prefeitura Municipal de Água Boa 28
Prefeitura Municipal de Alto Garças 30
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 33
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 35
Prefeitura Municipal de Apiacás 37
Prefeitura Municipal de Araguaiana 46
Prefeitura Municipal de Araguainha 47
Prefeitura Municipal de Araputanga 47
Prefeitura Municipal de Arenápolis 49
Prefeitura Municipal de Aripuanã 51
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 59
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 61
Prefeitura Municipal de Brasnorte 85
Prefeitura Municipal de Cáceres 86
Prefeitura Municipal de Campinápolis 108
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 114
Prefeitura Municipal de Campo Verde 116
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 124
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 129
Prefeitura Municipal de Canarana 151
Prefeitura Municipal de Carlinda 154
Prefeitura Municipal de Castanheira 155

Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 155
Prefeitura Municipal de Cláudia 156
Prefeitura Municipal de Cocalinho 161
Prefeitura Municipal de Colíder 163
Prefeitura Municipal de Colniza 167
Prefeitura Municipal de Comodoro 171
Prefeitura Municipal de Confresa 172
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 176
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 176
Prefeitura Municipal de Cuiabá 178
Prefeitura Municipal de Curvelândia 178
Prefeitura Municipal de Diamantino 184
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 186
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 186
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 186
Prefeitura Municipal de General Carneiro 194
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 195
Prefeitura Municipal de Guiratinga 196
Prefeitura Municipal de Indiavaí 196
Prefeitura Municipal de Itanhangá 197
Prefeitura Municipal de Itaúba 199
Prefeitura Municipal de Itiquira 199
Prefeitura Municipal de Jaciara 210
Prefeitura Municipal de Jauru 213
Prefeitura Municipal de Juara 214
Prefeitura Municipal de Juína 222
Prefeitura Municipal de Juruena 254
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 264
Prefeitura Municipal de Luciara 267
Prefeitura Municipal de Marcelândia 267
Prefeitura Municipal de Matupá 305
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 308
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 312
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 313
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 318
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 319
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 320
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 324
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 327
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 330
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 330
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 330
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 331
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 333
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 346
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 355
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 464
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 464
Prefeitura Municipal de Paranatinga 464
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 466
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 468
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 477
Prefeitura Municipal de Poconé 478
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 485
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 485
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 486
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 486
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 489
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 492
Prefeitura Municipal de Poxoréu 494
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 501
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 502
Prefeitura Municipal de Rio Branco 511

Prefeitura Municipal de Rondolândia 513
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 517
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 517
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 518
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 519
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 523
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 524
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 524
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 525
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 526
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 527
Prefeitura Municipal de São José do Povo 528
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 528
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 530
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 531
Prefeitura Municipal de Sorriso 531
Prefeitura Municipal de Tabaporã 537
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 538
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 547
Prefeitura Municipal de Torixoréu 554
Prefeitura Municipal de União do Sul 563
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 566
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 568
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 570
Prefeitura Municipal de Vila Rica 571

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2023

DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2023

AUTORIA: MESA DIRETORA

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO INTERNO E INICIAL DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES, INCLUSIVE AS AQUISIÇÕES DIRETAS, EM COMPATIBILIDADE E NOS LIMITES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, QUE DISPÕE SOBRE AS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE COSTA, Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei, e nos termos do artigo 43 da Lei Orgânica do Município de Alto Garças/MT; combinados com os termos do artigo 30, inciso I, alínea "u" do Regimento Interno da Câmara Municipal/Resolução n.º 01 de 1992. Faz saber que o Soberano Plenário aprovou por Unanimidade o Projeto de Decreto Legislativo n.º 013/2023, na Sessão Ordinária do dia 06/11/2023, e neste ato PROMULGA o DECRETO que, regulamenta o procedimento interno e inicial das compras e contratações, e inclusive as aquisições diretas, no âmbito da Câmara Municipal de Alto Garças-MT.

Art. 1º - A presente norma tem a finalidade de regulamentar os procedimentos de compras e contratações diretas, visando ao atendimento do processo de desburocratização, bem como a observância dos princípios do interesse público, economicidade, celeridade, razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 2º - Lista de abreviaturas e siglas:

PCA	**Plano de Contratações Anual**
ETP	**Estudo Técnico Preliminar**
TR	**Termo de Referência**
SRP	**Sistema de Registro de Preços**
PNCP	**Portal Nacional de Contratações Públicas**
NLLC	**Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021**
LGPD	**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**
BDI	**Benefício e Despesas Indiretas**
CFRB/88	**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**

CAPÍTULO I

DAS REFERÊNCIAS

Art. 3º São referências para o presente Decreto a CRFB/88, os princípios gerais da Administração Pública, as normas de transparência e proteção de dados pessoais (LGPD), a NLLC, jurisprudência, doutrina, diretrizes e orientações da fiscalização externa e interna.

CAPÍTULO II

DA FASE INICIAL DOS PROCEDIMENTOS DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Art. 4º - O planejamento estratégico das compras e contratações serão formalizados pelo PCA, exceto as situações imprevisíveis que não possam ser planejadas.

Parágrafo único. A elaboração do PCA deverá ser concluída até o dia 20 de dezembro de cada exercício, para utilização no seguinte, sendo publicado na imprensa oficial e no site da Câmara Municipal de Vereadores de Alto Garças - MT.

Art. 5º - Antes de iniciar qualquer processo de compra ou contratação, deve ser realizada a verificação junto ao Setor de Contabilidade sobre a existência de dotação orçamentária e saldo financeiro, exceto quando for utilizado o sistema de registro de preços, ocasião em que a identificação da dotação orçamentária será necessária somente para a emissão da Ordem de Compra ou Fornecimento.

Art. 6º - Nenhuma compra ou contratação poderá ser realizada sem a emissão da Solicitação, devidamente preenchida no sistema Coplan ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 7º - Após a emissão da Solicitação, o requisitante deverá preencher o Termo de Referência utilizando o modelo padrão adotado pela Câmara Municipal de Vereadores de Alto Garças - MT, o qual poderá ser solicitado ao Departamento de Administração, Orçamento e Finanças, e, preferencialmente, contemplará os seguintes requisitos:

I - definição do objeto com a quantidade máxima de detalhes, incluídos sua natureza, os quantitativos e o prazo do contrato;

II - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

III - descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IV - requisitos da contratação;

V - modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

VI - modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

VII - critérios de medição e de pagamento;

VIII - forma e critérios de seleção do fornecedor;

IX - estimativa do valor da contratação;

X - adequação orçamentária (exceto no caso de SRP).

Art. 8º - Quando a demanda pretendida não ultrapassar o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), o TR poderá ser simplificado, contemplando, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - definição do objeto com a quantidade máxima de detalhes, incluídos sua natureza, os quantitativos e o prazo do contrato;

II - critérios de medição e de pagamento;

III - forma e critérios de seleção do fornecedor;

IV - estimativa do valor da contratação;

V - adequação orçamentária (exceto no caso de SRP).

Art. 9º - É dispensado o TR para as compras e contratações com valores estimados até R$ 3.000,00 (três mil reais), e todas as informações necessárias deverão estar contempladas na Solicitação.

Art. 10º - Havendo necessidade de aprimorar o conhecimento sobre uma solução a ser alcançada, deverá ser utilizado o Estudo Técnico Preliminar – ETP, que servirá como base para a elaboração do TR. O ETP deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, a depender de cada caso;

III - estimativa do valor da contratação;

IV - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

V - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Art. 11º - O ETP e o TR devem ser elaborados pelo Departamento de Administração, Orçamento e Finanças, que definirá sobre o andamento do procedimento ou informará o(a) Presidente sobre medidas que precisam

ser adotadas para a continuidade do procedimento de compra ou contratação.

Art. 12º. - Quando o objeto da demanda for obras e/ou serviços de engenharia, além dos documentos já citados nesta norma, o processo inicial deverá ser instruído com projeto básico, orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro (iniciar pela base do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO), aplicação da taxa de Benefício e Despesas Indiretas (BDI), definição da responsabilidade técnica, projeto executivo, licenças ambientais quando pertinentes, e todos os documentos técnicos correspondentes.

CAPÍTULO III

DAS REGRAS E LIMITES PARA PEQUENAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Art. 13º. - Com base no art. 95, § 2º da NLLC que conceitua "pequenas compras" quando o valor não exceder R$ 11.441,66 (onze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos) e, considerando ainda a necessidade de observar os princípios da desburocratização, celeridade e economicidade, estabelece o seguinte regramento para a realização de pequenas compras ou contratações:

Valor	Classificação	Documentos Obrigatórios (mínimo)
De R$ 0,01 até R$ 1.000,00	Compra Direta	Solicitação, nota de empenho e documento fiscal do fornecedor. Fica dispensada a Pesquisa de Preços em razão do pequeno valor.
De R$ 1.000,01 até R$ 3.000,00	Compra Direta	Solicitação, Cesta de Pesquisa de Preços contemplando ao menos 3 (três) comprovações de valor praticado no mercado, habilitação jurídica, nota de empenho e documento fiscal do fornecedor.
A partir de R$ 3.000,01 até o limite das dispensas da NLLC (art. 75, I e II).	Processo Completo de Dispensa	Processo formal de Dispensa, Solicitação, Termo de Referência, Cesta de Pesquisa de Preços contemplando ao menos 3 (três) comprovações de valor praticado no mercado, habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, declarações de que não emprega menor, de que não foi declarado inidôneo e de que a empresa e seus representantes não foram condenados nos últimos 5 anos pelos crimes descritos no inc. VI do art. 14 da NLLC, nota de empenho e documento fiscal do fornecedor.

CAPÍTULO IV

DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 14º. - A regulamentação da pesquisa de preços se dará por ato normativo próprio.

Art. 15º. - Na hipótese de dispensa da pesquisa de preços em razão do pequeno valor até R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do Capítulo anterior, o requisitante tem a responsabilidade de verificar se a compra ou contratação pretendida está em acordo com o preço praticado no mercado, sob pena de responsabilização pessoal e ressarcimento ao erário em caso de configuração de sobrepreço apontada pela fiscalização interna ou externa.

CAPÍTULO V

DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE OU COMPRA DIRETA

Art. 16º. - Fica regulada a competência do Departamento de Administração, Orçamento e Finanças para definir a modalidade de licitação ou compra/aquisição direta. Poderão ainda ser utilizados os procedimentos auxiliares de licitação de credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesse, sistema de registro de preços, registro cadastral, audiência pública ou consulta pública.

Art. 17º. - Todas as hipóteses de licitação ou compra direta deverão estar amparadas pela NLLC.

CAPÍTULO VI

DO PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA OU TÉCNICA

Art. 18º. Fica dispensado o parecer da Assessoria Jurídica quando a compra ou contratação direta não ultrapassar R$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 19º. Independentemente do valor da compra ou contratação, o Departamento de Administração, Orçamento e Finanças e/ou o(a) Presidente poderão requerer o parecer da Assessoria Jurídica quando julgar necessário.

Art. 20º. Com relação aos processos licitatórios, o parecer da Assessoria Jurídica será emitido em duas etapas, o primeiro, após a análise da fase preparatória e antes da publicação do edital, e o segundo de forma prévia à homologação.

Art. 21º. Além do parecer da Assessoria Jurídica, o Departamento de Administração, Orçamento e Finanças e/ou o(a) Presidente, poderão requerer parecer técnico (engenharia, contabilidade ou outra área específica), ou ainda, requerer parecer/orientação da Unidade de Controle Interno, a depender de cada caso concreto.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 22º. - Considerando o art. 182 da NLLC que regulamenta a atualização anual pelo índice IPCA-E ou outro que vier a substituí-lo de todos os valores fixados pela referida Lei, será aplicado o mesmo índice para os valores definidos no presente Decreto.

Parágrafo único. A atualização dos valores do presente Decreto não ocorre de forma automática, sendo necessário a emissão de um novo Decreto atualizando os valores.

Art. 23º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2023.

DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE COSTA

Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças -MT - Gestão 2023

DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2023

DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2023

AUTORIA: MESA DIRETORA

REGULAMENTA A EMISSÃO DE DOCUMENTOS E A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS COM ASSINATURAS DIGITAIS, NO ÂMBITO DA LEI FEDERAL Nº 14.063/2020 QUE DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS, E LEI FEDERAL Nº 14. 133/2021 QUE DISPÕE SOBRE AS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE COSTA, Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei, e nos termos do artigo 43 da Lei Orgânica do Município de Alto Garças/MT; combinados com os termos do artigo 30, inciso I, alínea "u" do Regimento Interno da Câmara Municipal/Resolução n.º 01 de 1992. Faz saber que o Soberano Plenário aprovou por Unanimidade o Projeto de Decreto Legislativo n.º 012/2023, na Sessão Ordinária do dia 06/11/2023, e neste ato PROMULGA o DECRETO que, regulamenta a emissão de documentos e a celebração de contratos e termos aditivos com assinaturas digitais, no âmbito da Câmara Municipal de Alto Garças-MT.

Art. 1º - Os documentos eletrônicos assinados digitalmente com certificação padrão ICP-BRASIL, possuem a mesma validade jurídica que documentos impressos com assinaturas manuscritas, conforme regramento criado pela Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2021, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-BRASIL, ou outra norma que vier a substituí-la.

Art. 2º - Todos os documentos que forem assinados digitalmente serão impressos e juntados aos respectivos processos de compras e contratações.

Art. 3º - A assinatura digital permitida por meio eletrônico é aquela que possui certificação digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, padrão ICP-BRASIL, nos termos do § 2º do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, e reconhecida pela Lei Federal nº 14.063/2020 como assinatura eletrônica qualificada.

Art. 4º - O certificado digital padrão ICP-BRASIL deverá ser emitido em nome do representante legal, ou seja, pessoa física que deverá estar habilitada para representar a pessoa jurídica.

Art. 5º - Preferencialmente, as publicações dos editais ou contratações diretas deverão mencionar que o fornecedor deverá assinar os documentos de forma digital.

Parágrafo único. É obrigatório descrever a necessidade de que as assinaturas contemplem certificação ICP-BRASIL, evitando que os fornecedores confundam assinatura eletrônica simples (que não será permitida), com a assinatura digital.

Art. 6º - Quando o documento se tratar de contrato ou termo aditivo, primeiramente deverá ocorrer a assinatura do representante do Poder Legislativo de Alto Garças (órgão contratante), ato contínuo, o documento será encaminhado de forma eletrônica (e-mail ou plataforma digital para smartphone) para a contratada, que deverá realizar a assinatura no prazo estipulado pelo ato convocatório ou contratação direta.

Art. 7º - O certificado digital é de uso pessoal, intransferível e hábil a produzir efeitos legais em todos os atos, não podendo o seu detentor negar a autoria da operação ou alegar que tenha sido praticada por terceiro.

Art. 8º - Nas hipóteses em que os certificados digitais percam a sua validade, as assinaturas digitais anteriormente efetuadas permanecem válidas, sendo possível verificar a sua autoria e integridade a qualquer tempo.

Art. 9º - O uso inadequado de certificado digital possibilitará na apuração de responsabilidade administrativa, podendo alcançar a esfera civil e penal, a depender de cada situação.

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2023.

DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE COSTA

Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças -MT - Gestão 2023

DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/2023

DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/2023

AUTORIA: MESA DIRETORA

ESTABELECE REGRAMENTO PARA OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS DE PESQUISA DE PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE COSTA, Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei, e nos termos do artigo 43 da Lei Orgânica do Município de Alto Garças/MT; combinados com os termos do artigo 30, inciso I, alínea "u" do Regimento Interno da Câmara Municipal/Resolução n.º 01 de 1992. Faz saber que o Soberano Plenário aprovou por Unanimidade o Projeto de Decreto Legislativo n.º 014/2023, na Sessão Ordinária do dia 06/11/2023, e neste ato PROMULGA o DECRETO que, estabelece regramento para os procedimentos administrativos internos de pesquisa de preços praticados no mercado, no âmbito da Câmara Municipal de Alto Garças-MT.

Art. 1º - Fica estabelecido o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Alto Garças – MT.

Art. 2º - A pesquisa de preços deve almejar a compreensão das condições praticadas no mercado, inclusive na Administração Pública, incluindo todas as despesas que envolvem a compra ou contratação até a entrega do bem ou serviço.

Art. 3º - Para fins desse Decreto, considera-se:

I – Pesquisa de Preços: prática realizada para obter os preços praticados no mercado em relação aos bens, materiais ou serviços pretendidos;

II – Cotação de Preços: documento que comprove a oferta do fornecedor ou comprovação do preço praticado no mercado;

III – Preço Estimado: valor obtido a partir de média simples aplicado na série de preços coletados;

IV – Sobrepreço: valor expressivamente superior ao praticado no mercado.

Art. 4º - A pesquisa de preços não será considerada como mera estimativa, devendo ser realizada da forma mais abrangente possível e utilizando todos os mecanismos disponíveis para garantir a maior proximidade com o valor praticado no mercado.

Art. 5º - As cotações de preços são os documentos que comprovam a oferta do fornecedor ou o valor praticado no mercado.

Art. 6º - As cotações ou comprovações de preços praticados no mercado, em especial na Administração Pública, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser realizadas mediante as seguintes ferramentas e técnicas:

I – Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, plataforma do Governo Federal;

II – Radar de Compras Públicas, disponível na plataforma do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso;

III – Plataformas de preços públicos disponíveis em outros Tribunais de Contas Estaduais, como por exemplo, o *LicitaCon* do TCE do Rio Grande do Sul;

IV – Bancos de Preços fornecidos por pessoa jurídica de direito privado, disponibilizados por empresas que atuam com plataformas informatizadas de compras públicas, como por exemplo, o Portal de Compras Públicas que disponibiliza a ferramenta gratuita para compradores da Administração Pública;

V – Banco de Preços em Saúde - BPS, plataforma do Ministério da Saúde voltada para consulta de preços na área de materiais e medicamentos da saúde;

VI – Base Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas, com dados e valores no período de até 1 (um) ano anterior à pesquisa;

VII – Contratações similares realizadas pela Administração Pública no período de até 1 (um) ano anterior à pesquisa, que poderá se materializar por contrato, ata de registro de preços, nota de empenho ou documento fiscal emitido pelo fornecedor;

VIII – Pesquisa de preços (orçamento ou cotação) realizada diretamente com o fornecedor, devendo o agente público do Legislativo encaminhar o Termo de Referência ou o modelo de pedido de Orçamento, sendo indispensável a comprovação da negociação com cópia dos e-mails ou mensagens por aplicativo de *smartphone*;

IX – Cotação de Preços realizada diretamente por agente público junto aos fornecedores *in loco* ou por telefone, devendo ser utilizada a planilha própria do Legislativo que possui o detalhamento dos itens, a qual obrigatoriamente deverá ter o nome do agente público, nº de matrícula e sua assinatura, sendo o responsável pela pesquisa.

Art. 7º. - Ocorrendo a hipótese do fornecedor entregar orçamento por meio físico nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, deverá ser

realizado um protocolo de recebimento identificando os dados de quem entregou (mínimo nome completo, CPF e assinatura), e os dados de quem recebeu com a identificação do agente público, matrícula e sua assinatura.

Art. 8º. - Quando a entrega de orçamento físico for em envelope lacrado objetivando a participação em disputa de processo licitatório, o recebimento deverá ser realizado com as mesmas formalidades descritas no artigo anterior.

Art. 9º. - Se ocorrer situação em que não seja possível a obtenção de no mínimo três comprovações de preço praticados no mercado, sendo um deles ao menos na Administração Pública, o agente público responsável pela pesquisa deverá emitir justificativa identificando quais foram os canais utilizados para pesquisa.

Art. 10º. - Com relação aos contratos que pretendem ser firmados por inexigibilidade, a preferência da comprovação de preços praticado no mercado deve ser por contratos, atas, empenhos e notas fiscais emitidas em período próximo.

Art. 11º. - O critério para definição do preço estimado ou valor de referência será a média simples. A memória do cálculo é a soma de todos os valores pesquisados dividido pelo número de cotações, excluindo da memória os preços manifestamente inexequíveis ou com grande possibilidade de configuração de sobrepreço.

Art. 12º. - Preferencialmente, a pesquisa de preços terá caráter sigiloso até a entrega das propostas pelos interessados, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Art. 13º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2023.

DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE COSTA

Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças -MT - Gestão 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 41/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Resolução nº 15/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Geazi Alves Borges o gozo de 10 (dez) dias de férias, correspondente ao exercício de 2023, a serem usufruídas a partir de 06 de novembro de 2023, conforme consta no requerimento de férias, bem como autorizar a conversão em abono pecuniário dos 20 (vinte) dias remanescentes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, em 06 de novembro de 2023.

Paulo Cesar Francisco Xavier

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 001/2023

SÚMULA: "***Autoriza a devolução de bens móveis danificados ao Poder Executivo Municipal de Arenápolis, e dá outras providências.***"

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário, *infra-assinados*, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas, especialmente no art. 150, do Regimento Interno, faz saber que o Soberano Plenário desta Casa Legislativa aprovou em Sessão Ordinária e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Arenápolis-MT, autorizada a devolver para o Poder Executivo Municipal deste município, para fins de interesse social, conforme art. 17, inciso II, "a", da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, os bens móveis constantes do Anexo I da presente Resolução, os quais encontram-se danificados (estragados, necessitando de reparos).

Art. 2º Deverá ser formalizada a entrega dos bens, por meio de Termo de Devolução, contendo as devidas assinaturas.

Art. 3º Em decorrência da doação, o Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal deverá promover a respectiva baixa do presente patrimônio.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Arenápolis (MT), em 07 de novembro de 2023.

Valdemar Pinheiro dos Santos - Presidente

ANEXO I

BEM	COMPLEMENTO	VALOR
01 Poltrona fixa com braço	Cor preta Plaqueta nº 093, (em bom estado de conservação)	R$ 14,64
01 Cadeira fixa kio III	Cor azul. Plaqueta nº 151, (em bom estado de conservação)	R$ 2,80
01 Cadeiras fixa kio III	Cor preta, Plaqueta nº 152, (em bom estado de conservação)	R$ 2,80
01 Cadeira fixa kio III	Cor preta. Plaqueta nº 157, (em bom estado de conservação)	R$ 2,80
01 Cadeira fixa kio III	Cor Preta. Plaqueta nº 158, (em bom estado de conservação)	R$ 2,53
01 Cadeira fixa quatro pes	Cor Azul, tecido. Plaqueta nº 740, (bom estado de conservação)	R$ 3,88
01 Cadeira fixa quatro pes	Cor Azul, tecido. Plaqueta nº 747, (bom estado de conservação)	R$ 3,88
01 Cadeira plástica giratória	Cor preta, sem braço. Plaqueta nº 785, (danificada)	R$ 7,28
Total.....	.....	R$ 40,61

Valdemar Pinheiro dos Santos - Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento vem tornar público que recebeu as contas da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço do **exercício de 2022**, e que se encontra à disposição da população pelo prazo de até 60 dias, a partir do dia **07 de novembro de 2023**, na Câmara Municipal de Barão de Melgaço, das **08:00 as 12:00 horas.**

Sendo Assim colocamos este edital para conhecimento de toda a população.

Barão de Melgaço-MT, 07 de novembro de 2023.

Ver. AELTON JOSÉ GONÇALVES

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 244/2023

"*Dispõe sobre a Evolução Funcional dos servidores da Câmara Municipal de Cáceres-MT e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Ofício Interno 5.319, de 01 de novembro de 2023 (via 1Doc), deste Poder Legislativa Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder aos servidores de Cargos de Provimentos Efetivos da Câmara de Vereadores do Município de Cáceres-MT, relacionados abaixo, **EVOLUÇÃO FUNCIONAL** na carreira, obedecendo aos critérios de Progressão horizontal e vertical para cada Classe e Nível nos termos da Lei Complementar nº 120 de 21 de dezembro de 2017:

Nome	Matrícula	Cargo Efetivo	Admissão	Classe/Nível Atual	Classe/Nível Destino
CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA	539	Auxiliar Administrativo	11/11/2015	C – 04	C – 05
CLÁUDIO ARVELINO SONAQUE	545	Auxiliar Administrativo	11/11/2015	C – 04	C – 05
DEZENIR APARECIDA DE SOUZA FRANÇA	544	Auxiliar Administrativo	11/11/2015	C – 04	C – 05
GLEISON DA SILVA SOUZA	534	Mensageiro	11/11/2015	C – 04	C – 05
HENRIQUE BARCELOS MORAES	547	Telefonista	11/11/2015	C – 04	C – 05
ISRAEL MENDES DE SOUZA	537	Auxiliar Administrativo	11/11/2015	C – 04	C – 05
JEFFERSON BLUN	533	Ouvidor	11/11/2015	C – 04	C – 05
JOEL DA SILVA BENEVIDES	532	Motorista	11/11/2015	C – 04	C – 05
JOEL XAVIER DO NASCIMENTO	536	Auxiliar Administrativo	11/11/2015	C – 04	C – 05
LUCAS PINHEIRO SPOSITO	542	Controlador Interno	11/11/2015	C – 04	C – 05
NÍCOLAS MURTINHO RAMOS	540	Advogado	11/11/2015	C – 04	C – 05

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de novembro do corrente ano pelo cumprimento do interstício previsto em lei.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 07 de novembro de 2023.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 243/2023

"*Dispõe sobre a nomeação de servidor para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências."*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Proc. Administrativo Contratação Direta nº 051/2023, de 11 de outubro de 2023, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para atuar como Fiscal do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14. 133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhes os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	MATEUS VERNUCCI		
CONTRATO	CONTRATADA/ CNPJ	OBJETO	TÉRMINO
NE 815/ 2023	CAPACCITAR CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, CNPJ n° 31. 825.556/ 0001-40.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 04 (QUATRO) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES.	24/11/ 2023

§1º O servidor acima designado deverá zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 07 de novembro de 2023.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 242/2023

"*Dispõe sobre a nomeação de servidor para atuar como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências."*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 031/2023, de 20 de outubro de 2023, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para atuar como Fiscal do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14. 133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	JOEL DA SILVA BENEVIDES

CONTRATO	CONTRATADA/ CNPJ	OBJETO	TÉRMINO
NE 811/ 2023	ANDERSON DE JESUS VALERIANO , CNPJ n° 31. 678.379/ 0001-17	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 150 MIL QUILÔMETROS VEÍCULO DO TOYOTA ETIOS SEDAN XLS, ANO 2016 PLACA NPH-1911, ATENDENDO A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.	06/01/ 2024
NE 812/ 2023	ANDERSON DE JESUS VALERIANO, CNPJ n° 31. 678.379/ 0001-17	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 150 MIL QUILÔMETROS VEÍCULO DO TOYOTA ETIOS SEDAN XLS, ANO 2016 PLACA NPH-1911, ATENDENDO A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.	06/01/ 2024
NE 813/ 2023	CONTRATADA: ANDERSON DE JESUS VALERIANO, CNPJ n° 31. 678.379/ 0001-17.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 150 MIL QUILÔMETROS VEÍCULO DO TOYOTA ETIOS SEDAN XLS, ANO 2016 PLACA NPH-1911, ATENDENDO A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.	06/01/ 2024
NE 814/ 2023	CONTRATADA: ANDERSON DE JESUS VALERIANO, CNPJ n° 31. 678.379/ 0001-17.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 150 MIL QUILÔMETROS VEÍCULO DO TOYOTA ETIOS SEDAN XLS, ANO 2016 PLACA NPH-1911, ATENDENDO A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.	06/01/ 2024

§1º O servidor acima designado deverá zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 06 de novembro de 2023.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO - 2023

CONTRATO Nº NE 815/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: CAPACCITAR CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, CNPJ n° 31.825.556/0001-40.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 04 (QUATRO) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES.

VALOR CONTRATADO: R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

INÍCIO: 23/11/2023 **TÉRMINO:** 24/11/2023

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT, 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
LEI ORDINARIA Nº1395 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

LEI ORDINARIA Nº1395 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Altera artigo 1° I, e art 2° e acrescenta Inciso I, II, III ao art 2° da Lei N° 1.033 de 25 de junho de 2013."

Autoria : Rosangela Raquel de Souza Lopes

Rosangela Raquel de Souza Lopes, Presidente Câmara Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° – Ficam isentos da taxa de água e esgoto no âmbito do município de Campinápolis:

I- Idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de vida, devendo a isenção ser aplicada apenas a um único em nome do usuário, sendo necessário o fornecendo cópia da escritura ou contrato de compra e venda, ou caso o idoso more de aluguel apresentar cópia do Contrato de Locação. II- Aposentados e pensionista e que ganhem até 02 (dois) salários mínimos mensais, devendo fornecer aos documentos necessários conforme Art.1° inciso I desta Lei . III- Pessoas com Deficiências (PcD), apresentar documentação do PcD e de responsável legal, bem como, documentação do imóvel ou contrato de locação, em seu nome ou do responsável legal;

Art. 2° Os benefícios desta Lei deverão ser requeridos anualmente junto a Companhia de Água e Esgoto de Campinápolis – DAE.

I- A isenção prevista no inciso I do art. 1, é também aplicável ao idoso que se enquadrar no benefício de que trata o Art. 203, inciso V, da Constituição Federal. II- A isenção mencionada no prevista no inciso I do art. 1 será limitada a um consumo mensal de água de 50 (cinquenta) metros cúbicos por família;

Art. 3 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

07 de novembro de 2023.

ROSANGELA RAQUEL DE SOUZA LOPES

Presidente da Câmara Municipal

ANTONIO RODRIGUES

Vice- Presidente

Gininho Tseredzapriwê Tsibo"Oopré"

1 secretario

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

TERMO DE ADESÃO Nº 006/2023

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°337/2023, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E A EMPRESA MINAS LIGHT COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO.

TERMO DE ADESÃO nº 006/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 37.499.332/0001-72, com sede na Rua Porto Velho, Nº385, Centro, em Campo Novo do Parecis/MT, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor **JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG 1206885-3 SJ/MT inscrito no CPF sob o n.º 858.682.721-53, **ADERE** a

Ata de Registro de Preço nº 337/2023, advinda do Pregão Presencial nº 009/2023, firmada entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, CNPJ/MF sob o nº 24.772.287/0001-36 e a empresa **MINAS LIGTH COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA**, com sede na Rua Canaã de 591 a 849 Lado Ímpar, n. 829/402, Bairro: Grajaú, no município de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.397.807/0001-88, neste ato representado por seu Representante Legal **DIOGO FERNANDES GOUTHIER**, CPF 088.899.066-93, que firmam o presente **TERMO DE ADESÃO**, conforme especificações contidas na Lei Federal 8.666/93 e mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 A aquisição de materiais de decoração/ ornamentação Natalina e iluminação, conforme Adesão a Ata de Registro de Preços n. 337/2023, firmado com o Município de Campo Novo do Parecis, de acordo com o **TERMO DE REFERÊNCIA**.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE E PREÇO.

LOTE 02				
ITEM	**QUANT.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
4	4	Árvore cerejeira com 2.272, sendo 378 leds estrobinhos e 1.894 leds fixos. Altura: 3,0 metros. Bivolt para uso externo. Ip-44. Leds na cor branco Frio.	5.000,00	20.000,00
105	90	Festão aramado verde, 240 galhos, medidas: 2,70mx25cm	70,00	6.300,00
5	2	Árvore cerejeira com 2.272, sendo 378 leds estrobinhos e 1.894 leds fixos. altura: 3,0 metros. bivolt para uso externo. ip-44. Leds na cor branco quente/warm. detalhamento: árvore cerejeira com 2.272, sendo 378 leds estrobinhos e 1.894 leds fixos. altura: 3,0 metros. bivolt para uso externo. ip-44. Leds na cor branco quente/warm	5.000,00	10.000,00
VALOR TOTAL LOTE 2: R$ 36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS)				
LOTE 04				
ITEM	**QUANT.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
19	12	Cascata 500 leds, fixa, fio branco c/diametro 1,8 mm, bivolt, c/67 caídas: 100cm; 70cm; 50cm. Uso externo, 31v potência mínima: 19 watts. Tomada m/f, fonte blindada e separada da tomada/pino, 10 metros+1 metro de cabo de força (total 11 metros). Ip-44. Leds na cor branco frio.	250,00	3.000,00
21	24	Cascatas blindadas 200 leds, fio branco c/ diâmetro 2,2 mm, externo, 220v, fixa, comprimento 6 metros, tomada m/f. Potência mínima: 15 watts. União de até 5 cascatas em sequência. Caídas: 70 cm; 50 cm; 30 cm. Potência mínima: 9,5 watts. Ip- 65. Leds na cor branco frio.	212,00	5.088,00
VALOR TOTAL LOTE 4: R$ 8.088,00 (OITO MIL E OITENTA E OITO REAIS)				
LOTE 07				
ITEM	**QUANT.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
39	20	Cordão com 20 estrobos ligados em sequência, estrobos em leds com 6,5 cm de altura x 4 cm de largura. Extensão total do cordão de 10 metros, bivolt. Potência mínima: 3 watts cada estrobo, total 60 watts, fiação na cor cristal/transparente com diâmetro de 2 mm, tomada m/f para união de até 5 cordões. Ip- 44. Leds na cor branco frio.	169,00	3.380,00
VALOR TOTAL LOTE 7: R$ 3.380,00 (TRÊS MIL TREZENTOS E OITENTA REAIS)				
LOTE 08				
ITEM	**QUANT**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
41	12	Cordões 1.000 leds, fio verde c/ diâmetro 1,8 mm, externo, 220v, com 200 estrobinhos e 800 leds fixos, extensão de 90 mts em carretel, uso externo. potência mínima: 50 watts para o cordão. fonte retificadora ip-65 retangular blindada, medidas cla 6,2 detalhamento: cordões 1.000 leds, fio verde c/ diâmetro 1,8 mm, externo, 220v, com 200 estrobinhos e 800 leds fixos, extensão de 90 mts em carretel, uso externo. potência mínima: 50 watts para o cordão. fonte retificadora ip-65 retangular blindada, medidas cla 6,2 x 3,3 x 2,5 cm. leds na cor branco frio	379	4.548,00
49	48	Cordões 100 leds, fio verde c/ diâmetro 1,8 mm, externo, 220v, fixo, 2 vias. Extensão 10 mts, tomada m/f, união de até 5 cordões. Potência mínima: 6 watts. Ip- 44. Leds na cor branco frio.	37,00	1.776,00
61	48	Cordões 100 leds, fio verde c/ diâmetro 2,2 mm, externo, 220v, 2 vias, com estrobinhos (80 fixos e 20 estrobinhos). Extensão 10 mts, tomada m/f, união de até 5 cordões. Potência mínima: 5 watts. Ip- 44. Para o cordão. Fonte retificadora ip-65 retangular blindada, medidas cla 6,2 x 3,3 x 2,5 cm. Leds na cor branco frio.	55,00	2.640,00
64	48	Cordões 500 leds, fio verde c/ diâmetro 1,8 mm, externo, 220v, com 100 estrobinhos e 400 leds fixos, extensão 50 mts em carretel. Potência mínima: 25 watts. Ip- 44 para o cordão. Fonte retificadora ip-65 retangular blindada, medidas cla 6,2 x 3,3 x 2,5 cm. Leds na cor branco frio.	207,00	9.936,00
VALOR TOTAL LOTE 8: R$ 18.900,00 (DEZOITO MIL E NOVECENTOS REAIS)				
LOTE 09				
ITEM	**QUANT.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
66	24	Cortina c/ 500 leds para uso externo, com 100 estrobinhos e 400 leds fixos, fio branco c/ diâmetro 1,8 mm, 220 v, tomada m/f, medidas 3 x 2,5 metros para união de até 5 cortinas em sequência. Potência mínima: 19 watts. Ip- 44. Leds na cor branco frio.	233,00	5.592,00
VALOR TOTAL LOTE 9: R$ 5.592,00 (CINCO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)				
LOTE 10				
ITEM	**QUANT.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
73	70	Elemento decorativo para festa natalina - guirlanda 35cm	79,00	5.530,00
VALOR TOTAL LOTE 10: R$ 5.530,00 (CINCO MIL QUINHENTOS E TRINTA REAIS)				
LOTE 12				
ITEM	**QUANT.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
102	72	Estrobos de fixação potência mínima: 10 watts, lâmpada estroboscópica. 220 volts. Medidas: 7,5 x 8 cm. 50 a 60 piscas/ flash por minuto com visibilidade plena até 5 km. Não possui leds neste estrobo. Uso externo. Ip- 44. Cor do strobo: branco frio	45,00	3.240,00

3. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA.

3.1 O fornecimento deverá ser feito em até 15 dias corridos, a contar da data de recebimento da solicitação(Empenho), respeitando as quantidades especificadas no mesmo.

3.2 Os produtos serão entregues nos locais indicados na ordem de fornecimento, de segunda a sexta-feira, das 07h:00min às 11h:00min e das 13h:00min às 17h:00min, cabendo ao Fornecedor o seu descarregamento e alocação no local indicado pelo agente que for receber o produto.

3.3 Os itens deverão ser entregues sem qualquer tipo de trincado, amassado, ou outro tipo de vício que venha a impedir seu uso;

3.4 Todos os produtos deverão possuir no mínimo garantia de 90 (noventa) dias, o prazo de garantia será contado a partir da data de emissão da nota fiscal de venda dos produtos de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

3.5 O fornecedor deverá atender às solicitações de quantidade sem a possibilidade de alegar restrições, tais como carga fechada, pedido mínimo ou quaisquer outras questões relacionadas à quantidade;

3.6 A falta de quaisquer produtos, ou pedido de desistência, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou suspensão de sua entrega, sujeita a penalidades previstas nesse instrumento.

3.7 Nos termos de art. 3 combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 - Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

4. DO PREÇO

4.1 O valor correspondente à presente adesão é de R$ 81.030,00 (Oitenta e um mil e trinta reais).

5. DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura do produto efetivamente entregue, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim.

5.1.1 A Nota Fiscal / fatura deverá ser apresentada já com as deduções tributárias legais incidentes. 5.1.2 Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, no pagamento das faturas, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, tem como base a média da cesta de Índices Oficiais, que compõem a UFCNP (Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis) sendo eles INPC, IPCA, IPCDI e IGPM, referente ao mês de inadimplemento.

5.1.3 Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

5.1.3.1 A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente nesta Câmara Municipal.

5.2 Não aplicar-se-á o previsto no item 5.1 caso os recursos sejam provenientes de transferências de outros órgãos e os mesmos não tenham sido arrecadados aos cofres públicos municipais.

5.3 Para a realização do pagamento, o fornecedor deverá apresentar as certidões negativas do INSS, FGTS, Trabalhista e das Fazendas Federal, Estadual, Municipal;

5.4 Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do “SIMPLES”;

5.5 Em sendo optante do ‘SIMPLES” o fornecedor deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

5.6 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste Pregão.

5.7 Constando qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante no item 5.1 fluirá a partir da respectiva regularização.

5.8 A Câmara Municipal não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

5.9 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

5.10 O pagamento feito à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento.

6. DA VIGÊNCIA DO TERMO

6.1 O prazo para a adesão dos itens objeto desta adesão será de 90 (noventa) dias corridos, conforme autorização expedida pelo Município de Campo Novo do Parecis.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes da execução deste **TERMO DE ADESÃO** correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.001.01.031.0001.20000 Manutenção e Encargos da Câmara Municipal

3.3.90.30.00.00. MATERIAL DE CONSUMO R$ 227.968,68

8. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O Fiscal indicado para o presente Termo de Adesão Sra. Juliana Samara de Souza Lemos, matricula 204.

8.2 A execução do fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

I - Os resultados alcançados em relação aos itens contratado, com a verificação dos prazos de

entrega e da qualidade demandada;

II - O cumprimento das demais obrigações decorrentes constantes nesta adesão à Ata de Registro de Preços;

8.3 O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Edital de origem e Ata de Registro de Preços pela qual houve a adesão, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.5 A fiscalização citada nos itens anteriores não isenta o fornecedor das responsabilidades assumidas com a celebração da Ata de Registro de Preços.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas as demais condições previstas na Ata de Registro de Preço nº 337/2023, referente ao Pregão Presencia nº 009/23 realizada pelo Município de Campo Novo do Parecis, obrigando-se as partes, em face desta adesão, a observância de todos os termos, direitos e obrigações.

Campo Novo do Parecis, 06 de novembro de 2023

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

Presid. ***JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS***

_____

MINAS LIGHT COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA

DIOGO FERNANDES GOUTHIER

_____

JULIANA SAMARA DE SOUZA LEMOS

Fiscal do Termo de Adesão

CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 122/2023

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO (Ã) BENEMÉRITO (A) DE CANARANA.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, na forma do Regimento Interno em seu Artigo 397 faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadão (ã) Benemérito (a) de Canarana aos senhores (as).

Deusvaldo Maione – Maria Helena Avrela – Nirto Luis Fasolo – Edigar Ferreira Rego – Lucia Helena Rodrigues da Silva Bensi – Gustavo Rizzo – Manoel da Conceição Pinto de Souza – Ernesto Feitosa Maciel – José Dolecindo de Almeida – Deuel Paixão de Santana – Alcides Otobelli – Nelson Neuhaus – Enock Nonato da Silva – Paulo Buranelo - Diego Sichocki – Lassi Schmidt Weirich - Sara Dias Siqueira de Souza – Edison Wisch – Lenir Alves do Amaral – Weslen da Silva Oliveira – Valéria Siqueira Gonçalves.

Art. 2º - Os Diplomas serão entregues em Sessão Solene realizada no recinto da Câmara de Vereadores na data de 07 de dezembro de 2023 às 19:30 horas.

Art. 3º - O presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 07 de novembro de 2023

Rafael Govari Ederson Porsch

Presidente Vice-Presidente

Sancler da Silva Santarém Suzana Almeida C. Ribeiro

1º Secretário 2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos nos autos do processo em epígrafe, RATIFICO a dispensa de licitação para contratar com **a NACIONAL MOTORS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**, CNPJ nº **01.939.985/0001-88,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE REVISÃO DO VEICULO OFICIAL 2008 GRIFFE 1.6 THP AT 23/23, MARCA: PEUGEOT, PLACA SPC8C69** Essa ratificação se fundamenta nos incisos I, do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e, ainda, de acordo com o artigo 26 do mesmo diploma legal. O valor global do contrato é de R$ 1. 727,86 (hum mil reais e setecentos e vinte sete centavos e oitenta e seis centavos).

Confresa- MT,07 de novembro de 2023.

_____

GEANCARLOS FRANCISCO GUIMARÃES

PRESIDENTE CÂMARA MUNICÍPIAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
ERRATA DA PORTARIA Nº.101/2023

ERRATA DA PORTARIA Nº.101/2023

DISPÕE SOBRE NORMATIVA REGULAMENTADORA DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA O SISTEMA DE CONTROLE DE VEÍCULOS DO PODER LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RESOLVE retificar o artigo, conforme a seguir:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Fica instaurada Instrução Normativa STR Nº. 001/2023, que dispõe sobre rotinas e procedimentos para o registro da execução orçamentária e extra orçamentária estabelecendo procedimentos para empenho, liquidação e pagamento das despesas.

LEIA – SE:

Art. 1º - Fica instaurada Instrução Normativa STR Nº. 001/2023, que abrangem as unidades solicitantes, o Serviço de Transporte, e todos os setores e departamento que fazem uso dos veículos oficiais.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa-MT, aos 07 de novembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº103/2023 - NOMEAÇÃO DE SERVIDORES RESPONSÁVEL PELO CONTROLE FREQUÊNCIA

PORTARIA Nº103/2023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DE FREQUÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL.

GEANCARLOS FRANCISCO GUIMARÃES, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeado o Senhor Deusimar Coutinho Ribeiro, Efetivo no Cargo de Agente de Vigilância, sob a matrícula nº.36, como titular responsável pelo controle de frequência dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal e suplente a senhora Weslaine da Silva Santos, mat. 81, auxiliar legislativo.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, 07 de novembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONHECIMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quanto do presente **EDITAL DE CONHECIMENTO** tiverem, que as Contas **ANUAIS DE GOVERNO**, Exercício de 2022, gestão do Prefeito Olírio Oliveira dos Santos (01/01/2022 a 20/11/2022) e Valdivino Mendes dos Santos (21/11/2022 a 31/12/2022), foram aprovadas em Sessão Ordinária realizada em 06 de novembro de 2023, na Sede da Câmara Municipal de Cotriguaçu – MT, permanecendo o parecer prévio favorável à aprovação emitido pelo TCE/MT.

Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT, 07 de novembro de 2023.

ADRIANE MARI LOUREIRO PESTANA

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 04/2023

SÚMULA: APROVA AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, REFERENTE AO EXERCICIO DE 2022.

Considerando o Parecer Prévio nº 42/2023 - PP do Tribunal de Contas Favorável à Aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu referente ao Exercício Financeiro de 2022, gestão do Prefeito Olírio Oliveira dos Santos (01/01/2022 a 20/11/2022) e Valdivino Mendes dos Santos (21/11/2022 a 31/12/2022), sob Processo nº 8.936-2/2022; e considerando os Pareceres da Comissão Constituição, Justiça e Redação Final, e da Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário da Câmara Municipal de Cotriguaçu, após votação em Plenário:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, relativas ao exercício financeiro de 2022, gestão do Prefeito Olírio Oliveira dos Santos (01/01/2022 a 20/11/2022) e Valdivino Mendes dos Santos (21/11/2022 a 31/12/2022).

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 07 de novembro de 2023.

ADRIANE MARI LOUREIRO PESTANA

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu

Registra-se, Publique-se:

MARINEIDE KRIESER

Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 059/2023

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde, em conformidade com legislação vigente a Servidora **ALDA SOUZA DA SILVA BORECK**, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, pelo período de 90(noventa) dias, de 16 de outubro de 2023 a 13 de janeiro de 2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 16 de outubro de 2023.

ADRIANE MARI LOUREIRO PESTANA

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser

Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2023

A Câmara Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o processo de inexigibilidade de licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO PESSOAL PARA CURSO DE "ATUALIZAÇÃO DA LEI ÔRGÂNICA DO MUNICIPIO E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL", NOS DIAS 08 A 10 DE NOVEMBRO 2023 EM CUIABÁ/MT, onde contratou-se CAPACCITAR CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n°. 31.825.556/0001-40, com um valor total de R$ 1.529,00. O processo tem fundamento legal no art. 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores. Maiores informações junto à sede da Câmara Municipal localizada na rua 02, nº. 336, bairro ZC1-001, fones (66) 3595-1841 das 07h00min às 13h00min. Matupá - MT, 07 de novembro de 2023. ANA LUCIA DE SOUZA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT PORTARIA Nº 052/2023

PORTARIA Nº 052/2023

Leila Lucia Martins De Mello, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º **-** Retornar ao seu cargo de Parlamentar da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, o Vereador licenciado Marcio Lino da Silva, a partir de 1º de novembro de 2023, considerando o decurso do prazo dos 120 (cento e vinte) dias requeridos.

ARTIGO 2º - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE –SE, REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 07 de novembro 2023.

LEILA LUCIA MARTINS DE MELLO

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT PORTARIA Nº 50/2023

PORTARIA Nº 50/2023

"Retifica as Portarias n. 09/2022, 12/2022, 16/2022, 17/2022, 28/2022, 03/2023, 32/2023 e dá outras providências."

LEILA LÚCIA MARTINS DE MELLO, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Regimento Interno desta Casa de Leis e,

Considerando a necessidade de vincular os Assessores Legislativos desta Casa de Leis aos respectivos Vereadores aos quais promovem o assessoramento legislativo direto, RETIFICA as Portarias n. 09/2022, 12/2022, 16/2022, 17/2022, 28/2022, 03/2023, 32/2023, nos seguintes termos

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam RETIFICADAS as Portarias n. 09/2022, 12/2022, 16/2022, 17/2022, 28/2022, 03/2023 e 32/2023, fazendo constar em cada qual a lotação dos Assessores Parlamentares, nos seguintes termos:

Portaria	Assessor Parlamentar	Lotação
09/2022	Andressa Correa da Costa	Gabinete da Vereadora Oneide Maria
12/2022	Maricelly Guadalupe Lemes Morais	Gabinete do Vereador Renan Júnior
16/2022	Gislaine Laura de Brito Nascimento	Gabinete do Vereador Júnior Taques
17/2022	Jéssica Pereira de Oliveira Arruda	Gabinete do Vereador Fabiano Silva
28/2022	Lorraine Aparecida da Silva	Gabinete do Vereador Éder Campos
03/2023	Suellen Cândido de Jesus	Gabinete do Vereador Manoel Gonçalo de Campos
32/2023	Jose Maire Silva Santos	Gabinete do Vereador João Fernando Nascimento

Nossa Senhora do Livramento-MT, 1º de novembro de 2.023.

LEILA LÚCIA MARTINS DE MELLO

Presidente da Câmara Municipal de

Nossa Senhora do Livramento

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2023
Mato Grosso

ANEXO 13 - LEI N.º 4320/64 - BALANCETE FINANCEIRO
MÊS DE OUTUBRO DE 2023.

Página.: 1 de 1

RECEITAS

Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
RESTOS A PAGAR			
C/ Empenhos a Pagar	171.306,27	(30.332,72)	140.973,55
DEPÓSITOS			
SIMPREV - Ret.Funcionalismo	42.723,21	4.350,25	47.073,46
INSS Inst.Nac.Seg.Social	96.350,82	11.496,62	107.847,44
IRRF - Imp. Renda Ret. Fonte	152.217,47	19.770,42	171.987,89
Emprest.Consig.-Caixa	2.717,86	299,99	3.017,85
Pensão Alimentícia	9.733,43	1.439,77	11.173,20
Recebimento de Indebito	3.432,00	0,00	3.432,00
RECEITA APLICAÇAO DUODÉCIMO	26.454,50	6.646,28	33.100,78
CONSIGNACAO BRADESCO	282.974,79	30.061,55	313.036,34
UNIMED VALE DO SEPOTUBA	43.793,24	4.761,53	48.554,77
IRRF - EMPRESAS	689,14	164,64	853,78
INSS -SERVICOS TERCEIROS	2.280,79	1.276,02	3.556,81
SICREDI - CONSIGNACAO FOLHA	42.851,21	5.697,09	48.548,30
CARTAO DE TODOS	2.940,30	297,00	3.237,30
ACAO JUDICIAL 2022	5.424,87	756,22	6.181,09
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
Repasse de Duodecimo	3.380.670,15	375.932,16	3.756.602,31
SOMA. . . :	**4.266.560,05**	**432.616,82**	**4.699.176,87**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR			
DISPONÍVEL			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00	0,00	0,00
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	17.120,94	17.120,94
SOMA. . . :	**0,00**	**17.120,94**	**17.120,94**
TOTAL . . . . :	**4.266.560,05**	**449.737,76**	**4.716.297,81**

DESPESAS

Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
ORÇAMENTÁRIA			
Legislativa	2.732.846,37	264.380,72	2.997.227,09
SOMA. . . :	**2.732.846,37**	**264.380,72**	**2.997.227,09**
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Restos a Pagar Exercício Anterior			
Restos a Pagar A LIQUIDAR	13.697,59	0,00	13.697,59
Depósitos			
SIMPREV - Ret.Funcionalismo	37.336,92	9.736,54	47.073,46
INSS Inst.Nac.Seg.Social	81.201,39	11.613,79	92.815,18
IRRF - Imp. Renda Ret. Fonte	152.217,47	19.770,42	171.987,89
Emprest.Consig.-Caixa	2.717,86	0,00	2.717,86
Pensão Alimentícia	9.733,43	1.439,77	11.173,20
Recebimento de Indebito	0,00	3.432,00	3.432,00
CONSIGNACAO BRADESCO	282.974,79	28.606,81	311.581,60
UNIMED VALE DO SEPOTUBA	43.793,24	4.761,53	48.554,77
IRRF - EMPRESAS	689,07	164,64	853,71
INSS -SERVICOS TERCEIROS	1.628,00	652,79	2.280,79
SICREDI - CONSIGNACAO FOLHA	42.851,21	5.697,09	48.548,30
CARTAO DE TODOS	2.939,50	297,00	3.236,50
ACAO JUDICIAL 2022	5.424,87	756,22	6.181,09
SOMA. . . :	**677.205,34**	**86.928,60**	**764.133,94**
SALDO PARA O MES SEGUINTE			
DISPONÍVEL			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00	0,00	0,00
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	954.936,78	954.936,78
SOMA. . . :	**0,00**	**954.936,78**	**954.936,78**
TOTAL . . . . :	**3.410.051,71**	**1.306.246,10**	**4.716.297,81**

Eguinaldo Rodrigues Feitoza
Presidente da Camara

Fabio Giullian da Silva Moraes
Servicos de Tesouraria

Maria Aparecida Borges
Contador
CRC-MT-005234/0-5

www.duralexsistemas.com.br OR 4711

Usuário: KID(00039) Data Hora: 07/11/2023 12:00:58 | Mês: 10

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 075/2023

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 075/2023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTES DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ROSANGELA DE MATOS DIAS, Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições, observadas as competências descritas no Regimento Interno da Câmara Municipal e Leio Orgânica do Município.

Considerando, a necessidade de atender a legalidade atinente à Lei Federal n° 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear membros da Comissão Permanentes de Licitação com objetivo de realizar os processos licitatórios da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo no ano de 2023.

Art. 2º - A Comissão de Licitação que trata o Art. 1° desta portaria, será formada pelos seguintes membros:

SERVIDORES	CARGO	ATRIBUIÇÃO
RICARDO JOSE DA SILVA FILHO	Ag. Administrativo	Presidente
THAISA SOARES ALCANTRA	Assessora Legislativa	Relatora
UILIAM ALVES STOPA	Advogado	Membro

Art. 3° - Fica, expressamente, declarada revogada a Portaria 02-A.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Peixoto de Azevedo/MT., em 26 de outubro de 2023.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

ROSANGELA DE MATOS DIAS

PRESIDENTE (Biênio 2023/2024)

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 077/2023

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 077/2023

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO EM VIRTUDE DO FERIADO DE FINADOS

ROSANGELA DE MATOS DIAS, Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições, observadas as competências descritas no Regimento Interno da Câmara Municipal e Leio Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica declarado **PONTO FACULTATIVO**, na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, a data de 03 de novembro virtude do **FERIADO DE FINADOS** no dia 02 de novembro 2023.

Art. 2º - Ficam suspensos todos os procedimentos administrativos em curso, devendo ser retornados o seu cômputo a partir de 06/11/2023, para todos os efeitos.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Peixoto de Azevedo/MT., em 01 de novembro de 2023.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

ROSANGELA DE MATOS DIAS

PRESIDENTE (Biênio 2023/2024)

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, vem através deste termo de rescisão **RESCINDIR O CONTRATO N°07 do ACESSOR DE GABINETE GILMAR LUIZ SCHNEIDER**, INCRITO NO CPF N°304.018.281-15, na data do dia 01 de novembro de 2023.

Art.1° Este TermoEntrará em vigor na data de sua Publicação.

Planalto da Serra/MT,01 de novembro de 2023.

CLODOALDO GERMANO DOS REIS

Presidente

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, vem através deste termo de rescisão **RESCINDIR O CONTRATO N°06 DA SERVIÇO GERAIS JOSELINA DO BOM DESPACHO DE SOUZA**, INCRITO NO CPF N° 001.898.431-28, na data do dia 01 de novembro de 2023.

Art.1° Este TermoEntrará em vigor na data de sua Publicação.

Planalto da Serra/MT,01 de novembro de 2023.

CLODOALDO GERMANO DOS REIS

Presidente

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, vem através deste termo de rescisão **RESCINDIR O CONTRATO N°08 DA COPEIRA ANA PAULA LIMA DOS ANJOS**, INCRITO NO CPF N° 027.063.431-25, na data do dia 01 de novembro de 2023.

Art.1° Este TermoEntrará em vigor na data de sua Publicação.

Planalto da Serra/MT,01 de novembro de 2023.

CLODOALDO GERMANO DOS REIS

Presidente

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, vem através deste termo de rescisão **RESCINDIR O CONTRATO N°02 DO VIGIA LUIZ AGUIAR DA SILVA,** INCRITO NO CPF N°181.253.101-00, na data do dia 01 de novembro de 2023.

Art.1° Este TermoEntrará em vigor na data de sua Publicação.

Planalto da Serra/MT,01 de novembro de 2023.

CLODOALDO GERMANO DOS REIS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU/MT, com sede na Rua Espírito Santo nº 202, Centro, Salto do Céu – MT, inscrita no CGC/MF sob o nº 15.023.062/0001-96, através da sua Comissão de Licitação, Torna Público que realizou Adesão a Ata de Registro de Preço 022/2023 do Pregão Eletrônico 026/2023 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, que teve como vencedora a empresa **BRANDÃO AUTOMÓVEIS LTDA,** CNPJ: 42.066.831/0001-06, sendo que o objetivo éà **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO ZERO KM, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU/MT**.

Maiores informações junto à sede da Câmara Municipal de Salto do Céu/MT, localizada na com sede na Rua Espírito Santo nº 202, Centro, Salto do Céu – MT, Fone (65) 3233-1122, das 07h00m às 13h00m.

Salto do Céu - MT, 07 de Novembro de 2023.

HELDER VIANA SAMINÊZ SILVA

Presidente da Comissão

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre o julgamento das Contas do Poder Executivo do Exercício Financeiro de 2022, de responsabilidade do Senhor Prefeito MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA, e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Senhor VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Soberano Plenário Aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam **APROVADAS** as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT, Exercício Financeiro de 2022, sob a Administração do Senhor Prefeito **MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**, de acordo com o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, desta Augusta Casa de Leis.

Art. 2º - Esta decisão foi tomada em consentimento ao **Parecer Prévio nº 27/2023 – PLENÁRIO PRESENCIAL**, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no qual é Prévio Favorável com recomendações elencadas.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Presidência Salto do Céu – MT; em 07 de Novembro de 2023.

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
AVISO DE LICITALÇAO

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (ELABORAÇÃO PROEJTO REFORMA E AMPLIAÇÃO)

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu,através do Presidente da câmara, torna público para conhecimento de todos os interessados, que publica o presente Aviso de dispensa de licitação nos termos da Lei Federal n. 14.133/21, artigo 75, § 3º. **manifestando seu interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para execução do objeto.**

As dúvidas com relação ao objeto ou às regras de participação poderão ser sanadas pessoalmente no Prédio Administrativo da Câmara Municipal, com sede na Rua Rodolfo Ademar Britizius, s/n. Centro, em Santa Cruz do Xingu, com horário de funcionamento das 7h às 13h de segunda a sexta feira, telefone (66) 3594-1001 (setor de licitações) ou encaminhadas através do e-mail camarastc@hotmail.com, fazendo referência ao número do Aviso de Dispensa.

1- DO OBJETO

1.1 O presente processo de dispensa de licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços produção de projeto de engenharia para futura reforma e ampliação da sede da câmara municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, compreendendo ainda os seguintes serviços e peças: produção de Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro projeto executivo, emissão de ART de projeto.

1.2 O objeto abrangerá as especificidades conforme descrição anexa ao final do presente Aviso.

1.3 A presente aquisição é composta de itens unitários conforme constante do Projeto Básico/Termo de Referência, devendo os fornecedores ofertar proposta para os itens que sejam de seu interesse, atentando-se para a descrição de cada item evitando futuras solicitações de desistência.

1.4 A menor proposta apresentada para a execução do objeto é no valor Unitário de R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais), conforme Projeto básico e proposta disponível no processo.

1.4.1 Através da publicação do presente Aviso, a Câmara Municipal se dispõe a aceitar propostas adicionais que cubram o valor acima mencionado.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas para a execução/aquisição do objeto serão vinculadas à conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido	10	
Órgão	01	Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu
Unidade	001	Câmara Municipal
Função	01	Legislativa
Sub Função	031	Ação Legislativa
Programa	0001	Processo Legislativo
Projeto Atividade	2001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal
Elemento Despesa	33.90.39.00	Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não vinculados
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	168.927,78	Cento e Sessenta e Oito Mil e Novecentos e Vinte e Sete Reais e Setenta e Oito Centavos

3 - FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A presente aquisição/contratação realizada por Dispensa de Licitação está enquadrada, por limite de valor, na Lei n. 14.133/2021, art. 75, inciso I.

3.2 A divulgação do presente Aviso de Dispensa para apresentação de propostas mais vantajosas está prevista no § 3º do Art. 75 da Lei n. 14. 133/2021.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

4.1 Poderão apresentar propostas adicionais as pessoas jurídicas interessadas que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Aviso.

4.2 O Aviso de Dispensa nº 04/2023 será publicado no sítio eletrônico: *https://santacruzdoxingu.mt.leg.br/* (ícone: portal transparência - http://portal.camsantacruzdoxingu-mt.agilicloud.com.br/Cidadao/Consulta-Publicacoes.aspx).

4.3 Serão analisadas as propostas adicionais apresentadas até o final do expediente (13h) do dia **13 de Novembro de 2023, acompanhadas dos documentos relacionados na cláusula 7 do presente Aviso**.

4.3.1 As propostas poderão ser protocoladas na recepção no Prédio Administrativo do poder legislativo Municipal de Santa Cruz do Xingu, localizado na Rua Rodolfo Ademar Britizius, s/n. Centro, em Santa Cruz do Xingu até as 13h (horário de expediente), ou enviadas através do e-mail da Câmara Municipal até as 23h59min do dia 10 Novembro de 2023.

PRESIDENTE COMISSÃO	SIMONE CARVALHO
E-MAIL PARA ENVIO DE PROPOSTAS	simonecarvalho1001@gmail.com/ camarastc@hotmail.com
PRAZO MÁXIMO PARA ENVIO DE PROPOSTAS	13/11/2023 (até as 13h no protocolo e por e-mail)

5 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 A proposta deverá conter obrigatoriamente:

5.1.1 Papel com timbre da empresa onde deverá constar, de modo legível, o valor cotado em reais (R$) – unitário e total;

5.1.2 Valor unitário e valor total de cada item e valor global da proposta, indicado de forma numérica e por extenso.

5.1.3 Prazo de validade da proposta, sendo o mesmo de, no mínimo 90 (noventa) dias.

5.1.4 Prazo de entrega dos produtos de até 02 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento do Pedido de Empenho emitido pelo Município de Santa Cruz do Xingu.

5.2 A proposta que não estipular o prazo de validade será considerada válida por 90 (noventa) dias.

5.3 O descumprimento do prazo de entrega acarretará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total da obrigação, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total da obrigação.

5.4 É facultado ao Agente de Contratação, responsável pela condução do processo de dispensa, proceder em qualquer fase do procedimento, à promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos proponentes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1 O critério de julgamento das propostas ofertadas de acordo com as especificações e exigências legais deste Aviso será o de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

6.2 O não atendimento dos requisitos para participação ensejará a desclassificação da proposta.

6.3 Após a análise das propostas e documentos encaminhados, será publicado extrato do resultado, contendo todas as propostas apresentadas, indicando-se a empresa vencedora.

7 - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

7.1 Os documentos de habilitação a serem apresentados são os seguintes:

a) Cartão do CNPJ da empresa;

b) Contrato social com última alteração ou consolidado;

c) Documentos pessoais do(s) sócio(s);

d) Certidão de Regularidade na Receita Federal (Tributos e Dívida Ativa);

e) Certidão de Regularidade perante a Receita Estadual;

f) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

g) Certidão de Regularidade perante o FGTS (dispensada para pessoa física);

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

i) Certidão Simplificada da Junta Comercial, emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas**.**

7.2 No caso de apresentação de propostas adicionais o fornecedor encaminhará os documentos de habilitação juntamente com a proposta encaminhada através dos meios indicados na cláusula 4.3.1.

7.3 No caso de não apresentação de propostas adicionais, o fornecedor da menor proposta já apresentada encaminhará os documentos de habilitação no prazo de até 48 horas, conforme convocado pelo Agente de Contratação através de e-mail ou outros meios de comunicação mantidos no processo.

8 - LOCAL DE ENTREGA

8.1 O Serviço devera ser entrega na sede Administrativa do Poder Legislativo do município, sendo que todas as despesas com o frete ficam a cargo do fornecedor, devendo ser consideradas na elaboração da proposta ofertada.

9 - PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

9.1 A execução do objeto da presente Dispensa será de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento do Pedido de Empenho emitido pela câmara municipal através do Gabinete da presidência.

10 - PRAZO PARA PAGAMENTO

10.1 O pagamento do objeto ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados da entrega da nota fiscal e/ou fatura e a consequente formalização do recebimento do objeto, mediante crédito em conta corrente de titularidade da proponente vencedora.

11 - INFORMAÇÕES GERAIS

11.1 Para obter maiores informações ou dirimir dúvidas sobre a participação no presente processo de Dispensa de Licitação as interessadas poderão entrar em contato pelos telefones (66) 3594-1001 (Setor de Compras/ Licitações) ou através do e-mail: legislativo@santacruzdoxingu.mt.leg.br / camarastc@hotmail.com.

12 - PENALIDADES

12.1 No caso da prática de irregularidades previstas no artigo 155 por parte do contratado, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/21

13 - FORO

13.1 Fica eleito o foro do Município de Vila Rica/MT, para dirimir quaisquer dúvidas na realização desta aquisição.

_____

Geovana Vitória Silva Liczkowski

Presidente CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2023

Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT

Extrato de Contrato nº 009/2023

Contrato nº 009/2023 assinados em 06/11/2023 Vencimento: 06/11/2024 de contratada: **P M C MORO LTDA CNPJ/MF 02.361.156/0001-23-** Endereço: Avenida Siegfried Buss nº 935- Bairro: Centro. Cidade: São José do Rio Claro-MT- CEP: 78.435-000, **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO DO TIPO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E COPA E COZINHA, E LOCAÇÃO DE MATERIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.** Dotação Orçamentária: 01.001.01.031.0001.2002.3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 15.000000000

01.001.01.031.0001.2002.3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSOS: 15.000000000

Valor R$ 11.595,52 (Onze mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, 06 de novembro de 2023.

MÁRCIO ANTÔNIO DE ASSIS – Presidente/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 01/2023

Processo de Licitação nº: 01/2023

Modalidade: Tomada de Preços

Recorrentes: A. C. A. Costa Guimarães LTDA e Thiago S. dos Santos

Recorridos: Osvair Barbosa Ferreira - ME

1. SÍNTESE DOS RECURSOS APRESENTADOS

Tratam-se de recursos administrativos interpostos pelas empresas A. C. A. Costa Guimarães LTDA e Thiago S. dos Santos, referente ao julgamento de documentos, no âmbito da Tomada de Preços nº 01/2023.

A recorrente Thiago S. dos Santos aduz em suas razões, em síntese, que “comprovado que a empresa mesmo sem a certidão de acervo técnico e mais do que capacitada para entrega total do que é exigido em licitação. Mesmo com toda capacidade comprovada sobre a empresa, venho neste documento apresentar em anexo a Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico supracitado”. Juntou Certidão de Acervo Técnico juntamente com o recurso.

A recorrente A. C. A. Costa Guimarães LTDA, por seu lado, em suas razões impugnou a habilitação da empresa Osvair Barbosa Ferreira, ao argumento de que teria sido apresentado Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física do CREA/MT em nome da profissional, Sra. Marta Rosana dos Santos, aduzindo que “ao verificar a referida certidão no campo Responsabilidade Técnica, o profissional não consta como responsável técnico em nenhuma empresa”.

Em sede de defesa, a empresa Osvair Barboza Ferreira argumentou que a profissional Marta Rosana dos Santos, CREA nº 029935/MT, esta devidamente registrada em seu quadro de funcionários, conforme documentos apresentados quando da abertura dos documentos relativos a Tomada de Preços. Juntou documentos.

É o relatório.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Os recursos apresentados são tempestivos.

3. DO MÉRITO RECURSAL

3.1. DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA THIAGO S. DOS SANTOS

A Comissão instalada para licitação, com base nos princípios constitucionais e infralegais, verificou se os documentos apresentados atingiram os fins colimados pelo Edital, com vistas a proceder a habilitação das empresas concorrentes, na forma do Edital Vinculado ao procedimento licitatório.

Na sessão de abertura, constatou-se que a empresa recorrente Thiago S. dos Santos não havia apresentado Certidão de Acervo Técnico – CAT, em descumprimento ao disposto no item 7.4.2. do Edital de Tomada de Preços nº 01/2023.

O recorrente, inclusive reconhecendo nas razões recursais não ter apresentado juntamente com o envelope a Certidão de Acervo Técnico – CAT, postula pela juntada do aludido documento e a procedência do recurso apresentado.

É cediço que a verificação dos documentos hábeis a habilitação das empresas para participação do certame se dá no momento da abertura dos envelopes, não sendo admissível suprir-se a falta de apresentação de documento exigido pelo edital em momento posterior.

É o que dispõe o art. 48, § 3º da Lei de Licitação:

Art. 48. Serão desclassificadas:

§ 3º. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

Ainda, dispõe o art. 7.10 do Edital:

7.10 – Será automaticamente desclassificada da presente licitação as empresas que deixarem de apresentar qualquer documento exigido na fase de habilitação.

O presente recurso, na verdade, a par de improcedente, possui caráter protelatório, sendo necessário mencionar que a persistência de proceder dessa natureza poderá inclusive importar a imposição de penas administrativas.

Logo, em não sendo possível a apresentação de documentos em momento posterior ao ato público de abertura dos envelopes, deve ser julgada a improcedência do recurso apresentado, mantendo-se a inabilitação da empresa Thiago S. dos Santos.

3.2. DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA A. C. A. COSTA GUIMARÃES LTDA

A Comissão instalada para licitação, com base nos princípios constitucionais e infralegais, verificou se os documentos apresentados atingiram os fins colimados pelo Edital, com vistas a proceder a habilitação das empresas concorrentes, na forma do Edital Vinculado ao procedimento licitatório.

Aduz a empresa recorrente que teria sido apresentado Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física do CREA/MT em nome da profissional, Sra. Marta Rosana dos Santos e que, “ao verificar a referida certidão no campo Responsabilidade Técnica, o profissional não consta como responsável técnico em nenhuma empresa”.

Ocorre que, quando da abertura do envelope destinado a verificação dos documentos hábeis a habilitação das empresas para participação do certame, constatou-se documento apresentado que constava a Sra. Marta Rosana dos Santos como responsável técnica da empresa de nome fantasia Luma Construções e Serviços (Osvair Barboza Ferreira), CNPJ 44. 142568/0001-12, a seguir (página 92):

Logo, face a comprovação bastante de que a Sra. Marta Rosana dos Santos, Engenheira Civil, Figura como responsável técnica da empresa Osvair Barbosa Ferreira, nome fantasia Luma Construções e Serviços, deve ser julgada a improcedência do recurso apresentado.

4. DA DECISÃO

Considerando todo o exposto, e baseando-se nos princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Legalidade, Moralidade, Razoabilidade e Isonomia, manifestamos pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso.

Fica designado o dia 14/11/2023, às 8horas, para realização de sessão pública destinada ao recebimento das propostas, julgamento e classificação.

Notifiquem-se os interessados.

Publique-se.

Vale de São Domingos/MT, 6 de novembro de 2023.

José Antônio Lopes,

Presidente da Comissão de Licitação.

Fábio dos Santos Bezerra,

Secretário.

Lucivânia Aparecida Silva Oliveira,

Membro.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 389/2023

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- EXONERAR o servidor HELIAN RAFAEL GOCH DA SILVA, Matricula nº 5013-1, do cargo de Assessor de Gabinete do Vereador Pablo Gustavo Moraes Pereira.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 01 de Novembro de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N. 128/2023

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 01º - EXCLUIR do assessoramento da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, o(a) servidor(a) BRUNO PEREIRA LEITE FILHO, Mat. 252-2.

Art. 02º - EXCLUIR do assessoramento da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT o(a), servidor(a) MARCELLY LUIZA LARA GERMANO, Mat. 4884-1.

Art. 03º - EXCLUIR do assessoramento da Comissão de Assistência Social da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, o(a) servidor(a) ELLEN MYRIAN TOMAZ OJEDA, Mat. 4670-1.

Art. 04º - EXCLUIR do assessoramento da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, o(a) servidor(a) SUZINEIA DA SILVA GONÇALVES, Mat. 4196-2.

Art. 05º - INCLUIR no assessoramento da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, o(a) servidor(a) KELLY CRISTINA PINTO NASCIMENTO, Mat. 12162-3.

Art. 06º - INCLUIR no assessoramento da Comissão de Assistência Social, o(a) servidor(a) EORLÂNDIA ANTONIA FERREIRA JULIANOTTI, Mat. 5073-1.

Art. 07º - INCLUIR no assessoramento da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, o(a) servidor(a) JOYCE STEFANY SCHWINGEL, Mat. 5076-1.

Art. 08º - INCLUIR no assessoramento da Comissão de Segurança Pública, o(a) servidor(a) ISABELLY RAYSSA LARA GERMANO, Mat. 5083-1.

Art. 09º - INCLUIR no assessoramento da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Inquérito Administrativo, o(a) servidor(a) ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS, Mat. 5056-1.

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, com efeitos no dia 01/11/2023.

Gabinete da Presidência, 06 de novembro de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023 CONCURSO N° 001/2020-CODER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 019 de 07 de novembro de 2023

CONCURSO n° 001/2020

A Diretoria da CODER – Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis, representada pelo senhor Alfredo Vinicius Amoroso, Diretor Presidente e a senhora Rita de Cassia Podenciano, Diretora Administrativa e Financeira, no uso das atribuições legais e regulamentares, **CONVOCAM** pelo presente instrumento, os candidatos(as) abaixo descritos, aprovados(as) no Concurso Público referente ao Edital n° 001/2020 e homologado através da Resolução n° 88 de 29 de junho de 2021, para ingressarem nos respectivos cargos, regidos pelo regime da C. L. T., nos termos do artigo 173, § 1°, II, da Constituição Federal do Brasil e de acordo com as Resoluções n° 003/2021, n° 40/2020, n ° 003/2021 e n° 97/2021:

1) Quadro I: Dos aprovados e ora convocados para o cargo de Auxiliar Geral de Conservação Vias -Permanentes - ampla concorrência:

Auxiliar Geral de Conservação Vias -Permanentes ampla concorrência					
Posição	**Nº INSC**	**CANDIDATO**	**Nota final**	**Situação final**	**Modalidade**
56º	14919	ROSILENE PEREIRA DE SOUZA	26	Aprovado	Ampla concorrencia
57º	30920	VANESSA PEREIRA ALVES	26	Aprovado	Ampla concorrencia
58º	31197	AREDES APARECIDA RIBEIRO SANTOS	26	Aprovado	Ampla concorrencia
59º	12170	DANIELA VIEIRA DOS SANTOS	26	Aprovado	Ampla concorrencia
60º	18573	TAYRA KAROLINA MODOLON	26	Aprovado	Ampla concorrencia
61º	5006	LUAN RÉGIS GNOATO	26	Aprovado	Ampla concorrencia
62º	12451	OSVALDO LEANDRO PEREIRA LIMA	26	Aprovado	Ampla concorrencia
63º	31379	FRANCIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA	26	Aprovado	Ampla concorrencia
64º	24296	REGINA MORAES CAMPOS	26	Aprovado	Ampla concorrencia
65º	11003	JOSILAINE MAGALHÃES OLIVEIRA	26	Aprovado	Ampla concorrencia

2) Quadro II: Do aprovado e ora convocado para o cargo de Motorista de Caminhão ampla concorrência:

Motorista de Caminhão ampla concorrência					
Posição	**Nº INSC**	**CANDIDATO**	**Nota final**	**Situação final**	**Modalidade**
27º	29361	EVERTON LUIS DE OLIVEIRA	25	Aprovado	Ampla concorrencia

3)Local de apresentação:

Os convocados conforme quadro acima, **deveram** se **apresentar na CODER** – Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis, localizada na Avenida Dr. Paulino de Oliveira, n° 1411, Jardim Marialva, nesta cidade, **das 07h00mim às 11h00mim e das 13h00min às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira**, no Departamento de Recursos Humanos.

Para a contratação, os convocados deveram apresentar cópia da documentação acompanhada da via original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade.;

b) C.P.F.;

c)Título de eleitor e Certidão de quitação eleitoral;

d)Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações, se for o caso;

e) Certificado de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou outro documento de quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);

f) Comprovante de endereço atualizado;

g) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

h) Carteira Nacional de Habilitação – CNH (nos empregos que a exigirem, de acordo com a categoria);

i)Declaração de bens (se não houver, emitir Certidão informando que não possui bens) (Anexo I do edital)

j) Certidão de Nascimento dos filhos (Cartão de vacinação para menores de 07 anos; comprovante de frequência escolar para filhos de 08 a 14 anos);

k) Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital n° 001/2020);

l)Registro no Conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade ou certidão de regularidade;

m)Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior correspondente ao emprego;

n) Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Rondonópolis/MT);

o) Declaração do INSS – Extrato Previdenciário (PIS/PASEP);

p) Certidão Negativa Cível e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos 05 (cinco) anos (pode ser retirada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso);

q) Declaração negativa de acúmulo de cargo ou emprego público (Anexo

II edital);

r) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função (Anexo III do edital).

s) Exames laboratoriais (hemograma completo, ácido úrico, glicose, colesterol completo, VDRL, VHS, parasitológico, glicemia), teste ergométrico, raio x tórax, eletrocardiograma, ultrassom pélvica (sexo feminino);

t) Avaliação psicológica (laudo com métodos utilizados na avaliação);

u) 01 (uma) foto recente 3x4 colorida.

Os ônus para realização dos exames médicos serão de responsabilidade exclusiva da convocada.

4) Prazo de apresentação:

O prazo de apresentação é de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste Edital de Convocação, findo o prazo sem apresentação do(a) convocado(a), este será considerado desistente.

O candidato(a) convocado(a) para tomar posse no cargo, mediante justificativa devidamente fundamentada, poderá solicitar sua prorrogação por adicionais 30 (trinta) dias, podendo ainda solicitar que seja alocado(a) para o final da lista de **aprovados**, desde que, em tais condições, os requerimentos sejam apresentados no curso do prazo fixado para a posse no cargo.

Caso seja **indeferido** o pedido de prorrogação, o candidato(a) deverá tomar posse no prazo fixado pela Administração, sob pena de perda da respectiva vaga.

Rondonópolis – MT, 07 de novembro de 2023

ALFREDO VINICIUS AMOROSO RITA DE CÁSSIA PODENCIANO DE SOUZA

Diretor Presidente Diretora Administrativa e Financeira

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZÔNIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2023

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2023

VALIDADE: 07/11/2024

Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículo automotor da espécie de carga, equipado com equipamentos para pintura de sinalização viária e aplicação de cal para atender as necessidades do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável **PORTAL DA AMAZÔNIA.**

EMPRESA VENCEDORA:MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA

CNPJ: 11.089.285/0001/03

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	0001434	Veículo automotor da espécie de carga, equipado de forma específica com equipamentos para a execução de obras demarcação viária com tinta a frio a base de resina acrílica retrorrefletorizada, com aplicação, simultânea de tinta e microesferas de vidro de forma pressurizada e aplicação de Cal de forma mecanizada. Acompanhando Moldes para a sinalização, conforme especificações deste Termo.	CONJUNTO	1	**256. 000,00**	256. 000,00
VALOR TOTAL (R$)						256. 000,00

Nova Santa Helena-MT, 07 de novembro de 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES-VRC

DECISÃO DE DILIGÊNCIA DE LICITAÇÃO FASE DE HABILITAÇÃO DE DOCUMENTOS PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023

DECISÃO DE DILIGÊNCIA DE LICITAÇÃO

FASE DE HABILITAÇÃO DE DOCUMENTOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023

O Consórcio Intermunicipal do Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Pregoeira Oficial e sua equipe de apoio, torna público aos interessados, a decisão de Diligência de Licitação – Análise Documental da fase de Habilitação, procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, este certame será regido pela Lei Federal Nº10.520/2002; Decreto 10.024/2019, Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456/2014 de 24 de fevereiro de 2014 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações, cujo objeto é o **Registro de Preço para contratação de empresa especializada, sob o regime de**

empreitada com material e mão-de-obra, para serviços/obras de perfuração de poços tubulares profundos para uso de água subterrânea, incluso reservatório de água com perímetro de proteção e painéis solares para os locais onde não tem energia elétrica, nos municípios da Baixada Cuiabá / MT, em conformidade especificações e condições constantes neste termo de referência e a legislação vigente.

A Comissão declara a empresa MILLENIUM INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, **INABILITADA,** abrindo o prazo recursal de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, conforme estabelecido na Lei nº 10.520/2021, contados a partir da sua publicação.

Cuiabá/MT, 07 de novembro de 2023.

Rafaela Carlos da Roza

Pregoeira- Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2023

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.833.348/0001-07, torna público aos interessados que na licitação modalidade Inexigibilidade/Credenciamento nº. 002/2022, cujo objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES E PROCEDIMENTOS MÉDICOS (ADULTO E INFANTIL) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas pelo Edital e Termo de Referência Anexo I. Foi credenciada a empresa:

02 – INSTITUTO CUIABANO DE SAUDE POPULAR EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.676.945/0001-77, estabelecida na Rua Baltazar Navarros, nº 299 – SALA 13, Bairro: Bandeirantes – Cuiabá – MT, vem através do seu representante credenciada para o item abaixo:

Forma de organização 01 – COLETA DE MATERIAL PORMEIO DE PUNÇÃO /BIOPSIA

ITEM PROCEDIMENTO VALOR QTDDE

40 02.01.01.041-0 – BIOPSIA DE PROTATA VIA TRANSRETAL R$ 1.014,05 200

45 02.01.01.041-0 – BIOPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE – PAAF R$ 300,00 100

55 02.01.01.058-5 – PUNÇÃO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA R$ 332,40 100

57 02.01.01.060-7 – PUNÇÃO DE MAMA POR AGULHA GROSSA R$ 700,00 100

EXAMES RADIOLOGICOS DO ABDOMEM E PELVE

ITEM PROCEDIMENTO VALOR QTDDE

80 02.04.06.002-8 – DENSIOMETRIA OSSEA D. DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES E/ OU FEMUR) R$ 110,20 300

DIAGNOSTICA POR ULTRASSONOGRAFIA

ITEM PROCEDIMENTO VALOR QTDDE

03 02.05.01.003-2 – ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA R$ 190,00 400

04 02.05.01.004-0 – ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO VASOS R$ 150,00 400

4.1 ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS EM LOCO R$ 330,00 300

5 02.05.01.005-9 – ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO R$ 150,00 300

FORMA DE ORGANIZAÇÃO: 02 – ULTRASSONOGRAFIAS DOS DEMAIS SISTEMAS

ITEM PROCEDIMENTO VALOR QTDDE

9 02.05.02.004-6 – ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEM TOTAL R$ 37,95 500

11.1 02.05.02.006-2 - ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO R$ 170,00 300

16.1 ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL) EM LOCO. R$ 240,00 500

20 02.05.02.015-1 – ULTRASS. OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO. R$ 79,20 400

24 02.05.02.019-4 – MARCAÇÃO DE LESÃO PRECIRURGICA DE LESÃO NÃO PALPAVEL DE MAMA ASSOCIADA A ULTRASSONOGRAFIA R$ 100,00 5.000

APARELHO CARDIOVASCULAR

ITEM PROCEDIMENTO VALOR QTDDE

03 02.11.02.003-6 – ELETROCARDIOGRAMA R$ 46,35 1500

04 02.11.02.004-4- MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS) R$ 150,00 1500

05 02.11.02.005-2 – MONITORIZAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL (M.A.PA.) R$ 50,35 1500

NEUROLOGIA

ITEM PROCEDIMENTO VALOR QTDDE

14 2.11.05.003-2 – ELETROENCEFALOGRAMA EM SONO INDUZIDO C/ OU S/ MEDICAMENTO (EEG)R$ 250,00 250

15 02.11.05.004-0- ELETROENCEFALOGRAMA EM VIGILIA E SONO ESPONTANEO C/ OU S/ FOTO ESTIMULO (EEG) R$ 250,00 250

16 02.11.05.005-9 – ELETROENCEFALOGRAMA QUANTITATIVO C/ MAPEAMENTO (EEG). R$ 250,00 250

PNEUMONOLOGIA

ITEM PROCEDIMENTO VALOR QTDDE

92 02.11.08.005-5 – ESPIRIOMETRIA OU PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA COM BRONCODILATADOR R$ 63,60 100

93 02.11.08.006-3- PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR SIMPLES R$ 42,80 100

95 02.11.08.007-1 – PROVA FARMACODINAMICA R$ 27,80 100

Cuiabá, 28 de julho de 2023.

Carlino Benedito C. A. Agostinho

Presidente da CPL

AVISO DE RESULTADO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2023

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.833.348/0001-07, torna público aos interessados que na licitação modalidade Inexigibilidade/Credenciamento nº. 002/2022, cujo objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

EXAMES E PROCEDIMENTOS MÉDICOS (ADULTO E INFANTIL) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas pelo Edital e Termo de Referência Anexo I. Foi credenciada a empresa:

01 – S B CLINICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.633.338/0003-78, estabelecida na Avenida Ribeirão Preto, nº 306, Bairro: Morada da Serra – MT, vem através do seu representante credenciada para o item abaixo:

ITEM PROCEDIMENTO VALOR QTDDE

01 ELETROCARDIOGRAMA R$ 46,35 1500

02 MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24HS (3 CANAIS) R$ 150,00 1500

03 MONITORAMENTO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL (M.A.P.A) R$ 50,35 1500

04 TESTE DE ESFORÇO /TESTE ERGOMÉTRICO R$ 160,00 1500

05 ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS R$ 150,00 400

06 ECOCARDIOGRAMA TRANSTORACICA R$ 190,00 400

Cuiabá, 19 de outubro de 2023.

Carlino Benedito C. A. Agostinho

Presidente da CPL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N°065/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 065/2023

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

RESOLUÇÃO Nº. 007/2023

Barra do Garças – MT, 07 de novembro de 2023.

“Dispõe sobre a nomeação de Servidora para o Cargo de provimento em Comissão de Assistente Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia e dá outras providências”.

O Sr. Leonardo Faria Zampa – Prefeito de Novo São Joaquim, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia – CISGA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o texto do art. 37, II da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições preconizadas no art. 19, V do Estatuto do CISGA;

CONSIDERANDO o disposto nos art. 3º, h, do Regimento Interno do CISGA e Resolução Nº003/2023 de 18 setembro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, para exercer o Cargo de Assistente Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia - CISGA, a **Sra. Mariana Evangelista Santos,** brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade com RG nº 6052774 SSP/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 053.921.941-09.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

_____

LEONARDO FARIA ZAMPA

Presidente do Conselho Diretor do Consórcio

Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia

RESOLUÇÃO Nº. 008/2023

Barra do Garças, 07 de novembro de 2023.

“Dispõe sobra nomeação de Servidor para Cargo em Comissão de Motorista do CISGA e dá outras providências”.

O Sr. Leonardo Faria Zampa – Prefeito de Novo São Joaquim, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia – CISGA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o texto do art. 37, II da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições preconizadas no art. 19, V do Estatuto do CISGA;

CONSIDERANDO o disposto nos art. 3º, f, do Regimento Interno do CISGA e Resolução Nº 003/2023 de 18 setembro de 2023;

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear para o Cargo de Motorista do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia-Cisga, o **Sr. Cleber Gomes da Silva**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade com RG 22015981 SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o Nº 037.103.121-40.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

_____

LEONARDO FARIA ZAMPA

Presidente do Conselho Diretor do Consórcio

Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia

Certifico que o ato discriminado no presente Edital se encontra à disposição no CISGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 07 de novembro de 2023.

_____

Virginia Patrícia S.R de Oliveira

Secretário Executiva – CISGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIAO DO VALE DO ARINOS

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 003/2023 PROCESSO LICITATÓRIO 005/2023

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale Arinos - CISVA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no **CNPJ sob o nº 06.153.406/0001-90**, com sede administrativa na Rua Ronaldo Gomes, nº 500w, Bairro Boa Vista, município de Juara - MT**,** através do Pregoeiro, cedido pela Portaria nº 233/2023, de acordo com a **Lei Federal 10.520/2002** e subsidiariamente pela**Lei Federal n° 8.666/93 e alterações**, torna público que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial** do tipo **Menor Preço Por Lote**, conforme segue:

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços médicos na área de ortopedia e traumatologia, para atender as demandas dos 04 municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos - CISVA,mediante as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Data da sessão pública: 21/11/2023;

Credenciamento e entrega de envelopes: 08h:30mim as 09h:00mim (horário local);

Início sessão: 09h00mim (horário local);

Local: Setor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale Arinos – CISVA;

O edital e seus anexos está disponível no site oficial deste órgão no endereço eletrônico www.cisva.com.br e os interessados poderão solicitar mais informações pelo telefone (66) 3556-1158 ou pelo endereço de e-mail licitacao@cisva.com.br.

Juara - MT, 07 de novembro de 2023.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 002/2023 CREDENCIAMENTO 002/2023

Objeto: Credenciamento das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, para realização de exames especializados, cirurgias eletivas ambulatoriais e hospitalares, para atendimento da demanda dos 04 (quatro) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale Arinos – CISVA, no âmbito do Programa Mais MT Cirurgias 2023 (Fila Zero), conforme edital e seus anexos.

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos - CISVA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no **CNPJ sob o nº 06. 153.406/0001-90,** neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. **Vanderlei Antônio de Abreu,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, torna público a contratação por Inexigibilidade de licitação das respectivas empresas conforme segue:

1: DIS - DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DE SORRISO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 14.677.583/0001-02;

2: DIS - DIAGNOSTICO POR IMAGEM DE SORRISO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 14.677.583/0006-09;

3: CMO-CENTRO MATOGROSSENSE DE OFTALMOLOGIA., inscrita no CNPJ sob

Diante do exposto **RATIFICO** a presente Inexigibilidade, em conformidade com o inciso I do Artigo 25º da lei Federal 8.666/93.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 06 de novembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale Arinos – CISVA.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU-MT

TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 06/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua 13 de maio Nr 43, Centro, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, neste ato representado, na forma de seu Estatuto, pelo Presidente Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, brasileiro, casado, Medico, residente e domiciliado na cidade de Confresa – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08751900 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 535.561.191-53, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, **N.O. SILVA** inscrita no CNPJ sob o Nº 33. 381.525/0001-73 situada na Rua Camilo Lorshiters, Nº 39, Centro, CEP: 78.652-000, CONFRESA-MT, chamado simplesmente de CONTRATADO**,** tendo em vista o processo licitatório nº 006/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021, processo administrativo nº 006/2021, celebram o presente termo aditivo de prorrogação prazo do contrato original 06/2021, pelo que as partes continuam igualmente vinculadas ao Termo de Referência que consta dos autos, bem como sujeitas à Lei Federal nº 8.666/93, às cláusulas a seguir discriminadas, à legislação pertinente aos serviços do objeto, e nos casos omissos, no que couber, ao Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA DO CONTRATO

1.1 – O presente termo aditivo tem por objetivo alterar a clausula Quarta (da vigência do contrato), Referente Contratação de Prestação de serviços médicos especializados por pessoa jurídica ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu compreendendo a modalidade de: Ginecologista/obstetrícia, para atender a demanda de consultas eletivas, Inserção de DIU e Colposcopia de pacientes pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu - CISAX. Os atendimentos serão realizados de segunda a sexta feira na sede do consórcio no período vespertino (14:00hs às 17:00hs) conforme cronograma realizado pela administração.

A vigente do presente termo aditivo do contrato 06/2021, terá seu prazo Prorrogado de 13 de Outubro de 2023 até 14 de Outubro de 2024. O presente termo aditivo justifica-se, considerando que o objeto do contrato original caracteriza-se como serviços contínuos; reitere-se que a prestadora, uma vez investida nos serviços a que se destina, cumpriu, até o presente momento, com o que reza a cláusula primeira (Do Objeto) do contrato original, considerando que existem serviços que transcendem o exercício financeiro, devido às peculiaridades e finalidades de cada objeto; e, no tocante a obtenção de menor preço, satisfaz economicamente impondo grandes vantagens e condições favoráveis obtidas para Administração publica do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu-MT. Ficando assim comprovado que a prorrogação será mais vantajosa para a administração, nessa mesma linha justifica- se pela não realização de novo certame licitatório, assim assegura e respalda o interesse público da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no inciso IV do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Conforme item 9.1.2 da clausula nona do contrato original.

2.1.1 – A alteração promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

A Administração do consórcio se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe em razão de serviços serem de caráter continuados de acordo com a lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR

2. 3.

3.1- O valor global para a execução do presente aditivo permanece o valor original do contrato é de R$ 208.825,20 (Duzentos e oito mil oitocentos e vinte e cinco reais e vinte centavos) distribuído em 12 (doze) parcelas de R$ 17.402,10 (Dezessete mil quatrocentos e dois reais e dez centavos), sendo pago até o 10 (décimo) dia.

3 4 5 5.2 5.3 3.2 - Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco do Brasil, creditados na conta do contratado ou cheque

nominal ao contratado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS**

5.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do consórcio, alocados na seguinte dotação orçamentária.

3 4 5 6

Exercício de 2023

01.001.10.302.0003.2001.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2002.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2003.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2004.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2005.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2006.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2007.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2009.33.90.34.00.00. 1.621.0000000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

Valor ..... R$ 52.206,30

Exercício de 2024

01.001.10.302.0003.2001.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2002.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2003.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2004.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2005.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2006.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2007.33.90.34.00.00. 1.500.1002000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

01.001.10.302.0003.2009.33.90.34.00.00. 1.621.0000000 – outras desp pessoal dec contratos terceirizado

Valor .....R$ 156.618,90

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO:

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme determina o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

E, estando assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, que vai assinada pelas partes contratantes.

Confresa - MT, 13 de Outubro de 2023.

_____

Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu

Presidente Cisax

_____

N.O. SILVA

Contratada

ADITIVO CONTRATO 07/2018

QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 07/2018

CISAX – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGÚ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 02.601.738/0001-30, sediada na rua 13 de maio nr 43 centro, Confresa-MT, neste ato representado pelo Presidente Sr Rônio Condão de Barros Milhomem, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade de n°. 0875190-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n°. 535.561.191-53, residente e domiciliado na Cidade de Confresa-MT, doravante denominado simplesmente de LOCATÁRIO e a senhora Jussara Inês da Cunha Pietrobon, brasileira, casada, do lar, portador da carteira de identidade de n°. 1981159-4 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n°. 369.194.541-49,residente e domiciliado na rua castelo Branco nr 37 Confresa-MT, chamado simplesmente de LOCADOR, por este instrumento particular, as partes qualificadas celebram de comum acordo o presente **CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS**, O presente contrato está amparado no inciso II, combinado com o parágrafo único do artigo 24 da Lei 8.666/93, por se tratar de consórcio público, conforme processo de dispensa nº. 004/2018 de 04 de outubro de 2018 celebram o presente termo aditivo de prorrogação prazo do contrato original 07/2018, pelo que as partes continuam igualmente vinculadas ao Termo de Referência que consta dos autos, bem como sujeitas à Lei Federal nº 8.666/93, às cláusulas a seguir discriminadas, à legislação pertinente aos serviços do objeto, e nos casos omissos, no que couber, ao Código Civil Brasileiro bem como às cláusulas e condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo aditivo tem por objetivo alterar a clausula Quarta (da vigência do contrato), Referente ao Contrato de aluguel, uma casa de alvenaria de 173,92 m², com três quartos, sendo um quarto com banheiro, sala, cozinha, banheiro social, dispensa, garagem, área de serviço com piso de cerâmica e banheiro, dois ar condicionado, localizada na Rua 13 de maio, 43, centro, Confresa- MT, e suas dependências que será a sede do CISAX – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGÚ. Prorrogação do prazo de vigência do contrato original 07/2018 por mais 06 (Seis) meses.

A Cláusula terceira terá a seguinte redação:

O prazo de execução do presente contrato será de 03/10/2019 a 04/04/2024

O prazo de conclusão dos serviços se dará no dia 04.04.2024 com o encerramento do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Conforme, clausula terceira do contrato original.

2.1.1 – A alteração promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

A Administração do consórcio se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe em razão de serviços serem de caráter continuados de acordo com a lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VALOR

3.1 O prazo de execução do presente Termo aditivo do contrato será de 04/10/2023 a 04/04/2024;

3.2 O valor do termo aditivo de contrato e de **R$ 18.954,00** (Dezoito Mil e Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais) Houve correção no valor original de 17,00% (Dezessete inteiros por cento), correspondente ao reajuste pelo índice IPCA acumulado no período de 01/01/2021 a 30/09/2023 durante o período de vigência contratual, sendo assim a execução do presente aditivo divididos em 06 (Seis) parcelas de **R$ 3.159,00** (Três Mil e Cento e Cinquenta e Nove Reais).

3.3 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do consórcio, alocados na seguinte dotação orçamentária:

Exercício 2023

Órgão:01 – Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu

Unid:001 - Secretaria Executiva

10.302.0003.0001 3.3.90.36.00.1.500.1002000----------8.473,41

Exercício 2024

Órgão:01 – Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu

Unid:001 - Secretaria Executiva

10.302.0003.0003 3.3.90.36.00.1.500.1002000----------8.473,41

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – O presente aditivo será empenhado com recursos do Orçamento Anual de 2023 e 2024

5.2 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa – MT, 03 de outubro de 2023.

Rônio Condão de Barros Milhomem Jussara Inês da Cunha Pierobon

Locatário Presidente do Cisax Locador

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO / INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio da comissão de licitação (CPL), comunica aos interessados o Resultado do processo de CREDENCIAMENTO na Licitação na Modalidade CREDENCIAMENTO / INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023. Que trata do objeto - CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo para consultas e exames especializados, para atendimento da demanda dos 14 (quatorze) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência Anexo I, credenciou a seguinte empresa: RSMED SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ Nº. 31.218.377/0001-45. Mirassol D'Oeste - MT, 07 de novembro de 2023. Danilo dos Santos Bastos – Presidente da CPL.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO / INEXIGIBILIDADE Nº 003/2023

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio da comissão de licitação (CPL), comunica aos interessados o Resultado do processo de CREDENCIAMENTO na Licitação na Modalidade CREDENCIAMENTO / INEXIGIBILIDADE Nº 003/2023. Que trata do objeto - CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo para exames, para atendimento da demanda dos 14 (quatorze) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência Anexo I, credenciou a seguinte empresa: RSMED SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ Nº. 31.218.377/0001-45. Mirassol D'Oeste - MT, 07 de novembro de 2023. Danilo dos Santos Bastos – Presidente da CPL.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO / INEXIGIBILIDADE Nº 004/2023

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio da comissão de licitação (CPL), comunica aos interessados o Resultado do processo de CREDENCIAMENTO na Licitação na Modalidade CREDENCIAMENTO / INEXIGIBILIDADE Nº 004/2023. Que trata do objeto - CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo para exames, para atendimento da demanda dos 14 (quatorze) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência Anexo I, credenciou a seguinte empresa: RSMED SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ Nº. 31.218.377/0001-45. Mirassol D'Oeste - MT, 07 de novembro de 2023. Danilo dos Santos Bastos – Presidente da CPL.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO / INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio da comissão de licitação (CPL), comunica aos interessados o Resultado do processo de CREDENCIAMENTO na Licitação na Modalidade CREDENCIAMENTO / INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023. Que trata do objeto - CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo para consultas médicas e cirurgia ambulatorial, para atendimento da demanda dos 14 (quatorze) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e con-

dições estabelecidas no Edital e Termo de Referência Anexo I, credenciou a seguinte empresa: RSMED SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ Nº. 31.218.377/0001-45. Mirassol D'Oeste - MT, 07 de novembro de 2023. Danilo dos Santos Bastos – Presidente da CPL.

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023

Processo Administrativo nº 00.107.756/2022-1

A Empresa Cuiabana de Saúde Pública torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento médico hospitalar – Ultrassom portátil com carro suportepara atender o setor de urgência e emergência do HOSPITAL MUNICIPAL DR. LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC gerido pela EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA, conforme quantitativo e exigências deste Edital e seus anexos. Abertura das propostas: Dia 21 de novembro de 2023, às 10h00min (horário de Brasília-DF). O Edital se encontra para retirada no site: www.bll.org.br e www.cuiaba.mt.gov.br/orgaos/empresa-cuiabana-de-saude/editais/. Maiores informações, Rua Orivaldo M de Souza, s/n, Ribeirão do Lipa, Cuiabá/MT ou pelo telefone: (65) 3318-4951.

Cuiabá-MT, 07 de novembro de 2023.

FABIO MARCELO MATOS DE LIMA

DIRETOR TECNICO ADM. CO-INTERVENTOR

ISRAEL PANIAGO

DIRETOR GERAL –CO INTERVENTOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

LEI 956-2023

Lei nº 956/2023.

"Ratifica Protocolo de Intenções com a finalidade de integrar o Município de Acorizal ao Consórcio Público Intermunicipal de Saneamento Básico – ARIS MT."

DIEGO EWERTON FIGUEIREDO TAQUES, Prefeito(a) Municipal de Acorizal - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado, em todos os seus termos, o Protocolo de Intenções firmado em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento à sua cláusula 2ª, sendo convertido em contrato com a finalidade de integrar o Município de Acorizal ao Consórcio Público Intermunicipal de Saneamento Básico – ARIS MT, cujo instrumento faz parte integrante desta lei.

Art. 2º O pagamento da taxa de regulação e fiscalização será efetuada pelos prestadores de serviços públicos de saneamento básico, nos termos do Contrato de Consórcio Público e Resoluções, diretamente para a ARIS/MT.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Acorizal - MT, 06 de Novembro de 2023

DIEGO EWERTON FIGUEIREDO TAQUES,

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLOA 2024

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLOA 2024

DIEGO EWERTON FIGUEIREDO TAQUES, Prefeito do Município de Acorizal, no uso de suas atribuições legais, convida os munícipes a participarem da Audiência Pública para discussão e elaboração da LEI DE ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2024, torna público que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL, no **dia 10 de novembro de 2023**, com início às 14:30min, para Apresentação da minuta do projeto de Lei Orçamentária - PLOA 2024, a audiência será realizada de forma virtual, transmitida pelo Canal do FACEBOOK da Prefeitura Municipal :

https://www.facebook.com/prefeituradeacorizal/

Transmissão será **Sexta-feira dia 10 de novembro de 2023** a partir das **14:30 horas**.

Acorizal - MT, 06 novembro de 2023

Atenciosamente,

DIEGO EWERTON FIGUEIREDO TAQUES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATOS
ERRATA DA DESCRIÇÃO DE ITEM

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº. 166/2023 DO JORNAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO Nº 4.347 DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2023.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 12/2023

CELEBRADO: Município de Água Boa MT.

Dalberto Consultoria e Assessoria Ltda

NA DESCRIÇÃO DO ITEM DO CONTRATO Nº 166 ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	Licença de uso do SISTEMA - Módulo Projetos de Educação Infantil de 101 a 150 alunos novos no exercício corrente, que disponibilize informações referentes a ações necessárias para elaboração do projeto de educação infantil, com objetivo de solicitar recursos que são devidos ao município, sempre que houver a ampliação do atendimento. Neste serviço deverá estar incluso, orientações para o levantamento e cálculo de alunos com direito a recursos; orientações para o registro fotográfico das turmas de alunos, do espaço educativo e de todos ambientes escolares, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola; orientações ao conselho Municipal de Educação sobre o processo de credenciamento e/ou regularização de escolas e turmas de educação infantil, bem como emissão de pareceres conclusivos sobre o atendimento da Educação Infantil; acompanhamento do projeto no SIMEC, até sua aprovação junto ao FNDE/MEC.	R$ 92.000,00

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	Licença de uso do SISTEMA - Módulo Projetos de Educação Infantil de 151 a 200 alunos novos no exercício corrente, que disponibilize informações referentes a ações necessárias para elaboração do projeto de educação infantil, com objetivo de solicitar recursos que são devidos ao município, sempre que houver a ampliação do atendimento. Neste serviço deverá estar incluso, orientações para o levantamento e cálculo de alunos com direito a recursos; orientações para o registro fotográfico das turmas de alunos, do espaço educativo e de todos ambientes escolares, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola; orientações ao conselho Municipal de Educação sobre o processo de credenciamento e/ou regularização de escolas e turmas de educação infantil, bem como emissão de pareceres conclusivos sobre o atendimento da Educação Infantil; acompanhamento do projeto no SIMEC, até sua aprovação junto ao FNDE/MEC.	R$ 92.000,00

Água Boa-MT, 07 de novembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO 1.° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.° 174/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 133/2022

Modalidade: Concorrência nº. 006/2022/ Termo de Convênio nº. 1169-2022

CONTRATANTE: MUNICIPÍO DE ÁGUA BOA-MT/ CNPJ: 15.023.898/0001-90

CONTRATADA: CONSTRUTORA JURUENA EIRELI/CNPJ nº. 04.292.274/0001-52

OBJETO: EXECUÇÃO, COM BASE NO PROJETO ELABORADO PELA SINFRA/MT, SENDO 48 UNIDADES COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 42,70M² e 02 UNIDADES HABITACIONAIS COM ÁREA DE 51,35M² CRITÉRIOS LEGAIS DE PNE, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA - MT. TERMO DE CONVÊNIO N.° 1169-2022 SINFRA.

OBJETO APOSTILADO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto o 1.º REAJUSTE AO CONTRATO N.º 174/2022 no valor R$ 513.784,97, (Quinhentos e treze mil e setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos), cujo percentual de variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) no período de 01/2022 a 01/2023 é 9%, conforme NOTA TÉCNICA N.º 083/2023/DDP/SMAP/PMAB.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 8.666/93.

Signatários: pela contratante Prefeito Municipal Mariano Kolankiewicz Filho, pela contratada Nelson Renato Melo, representado por Amanda Negrão Lemos Melo

DATA: 07/11/2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO DE APOSTILAMENTO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

CONTRATOS
ERRATA DA DESCRIÇÃO DE CONTRATO E ITEM

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº. 146/2023 DO JORNAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO Nº 4.299 DO DIA 16 DE AGOSTO DE 2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 116/2023

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 031/2023

CELEBRADO: Município de Água Boa MT.

LUAN CADORE LTDA

NA DESCRIÇÃO DO CONTRATO 146/2023 ONDE SE LÊ:

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, E OUTRO LADO, A EMPRESA LUAN CADORE LTDA PARA SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DOS IDOSOS, NOS TERMOS DA PREGÃO Nº 031/2023.

LEIA-SE:

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, E OUTRO LADO, A EMPRESA LUAN CADORE LTDA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS IDOSOS, NOS TERMOS DA PREGÃO Nº 031/2023.

NA DESCRIÇÃO DO ITEM DO CONTRATO Nº 146 ONDE SE LÊ:

CÓD	NOME	MARCA	UND DE FORN	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3967372	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM – EM HOTEL, COM CAFÉ DA MANHÃ	CADORE TURISMO	UND	100	1.589,00	158.900,00

LEIA-SE:

CÓD	NOME	MARCA	UND DE FORN	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3967372	SERVIÇO DE TRANSPORTE E HOSPEDAGEM – EM HOTEL, COM CAFÉ DA MANHÃ	CADORE TURISMO	UND	100	1.589,00	158.900,00

Água Boa-MT, 07 de novembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SETOR DE ENGENHARIA
ORDEM DE SERVIÇO N.° 020/2023

(Publicado novamente por erro de publicação na data de 7 de Novembro de 2023 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVIII | N° 4.355)

MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa a Avenida Planalto, 410 – Centro, Água Boa – MT, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 15.023.898/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade n.º 279XX89XXX SSP/XX e do CPF n.º XXX.476.XXXXX, residente e domiciliado a Rua 9, n.º 855 – Centro, Água Boa – MT, autoriza a empresa SLN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no C.N.P.J./MF sob o n. 00.095.125/0001-42, e Inscrição Estadual sob n.º 10.119.795-0, estabelecida Alameda Camara Filho, n.° 1509, quadra 124, lote 13, sala 02, Parque Oeste Industrial, Goiânia – GO, CEP: 74.375-150, neste ato representada por ALESSANDRO MESSIAS SILVA, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Habilitação n.º XXX9172XXXX Detran-XX e do CPF nº XXX.602.36XXX , residente à Avenida Circular, quadra 130B, s/n, lote 12, Parque Oeste Industrial, CEP: 74.375-180, Goiânia-GO, através do Contrato n.° 162/2023, decorrente do Processo Administrativo nº. nº. 114/2023 e no Edital de Concorrência nº. 007/2023, Repasse Fundo a Fundo Portaria n.° 316/2023/GBSES, a INICIAR ampliação e reforma do Hospital Regional Paulo Alemão, com constru-

ção de Clínica de Hemodiálise no Munícipio de Água Boa – MT, e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A empresa SLN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis para iniciar a execução dos serviços, contados do recebimento do presente documento. Portanto, o prazo final para início da execução do objeto é o dia 22/11/2023, sujeito à rescisão contratual e multa.

VALOR: R$ 11.114.691,61 (onze milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 570 (quinhentos e setenta) dias corridos, ou seja, até 29/05/2025.

Água Boa, 06 de novembro de 2023.

(assinado eletronicamente)

MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA

Contratante

(assinado eletronicamente)

SLN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Contratada

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 028/2023

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº 4.178/2023 comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 028/2023

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de Equipamentos de Informática para as Escolas Ermindo Mendel e Escola Municipal Guarujá conforme Emenda Parlamentar nº 138 e Termo de Convenio nº 1280/2021, à Secretaria de Educação, Município de Agua Boa-MT.

REALIZAÇÃO: 22/11/2023.

HORÁRIO: 08h30min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br

Horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e pelo e-mail: licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 07 de outubro de 2023.

Roberto Cardoso

Pregoeiro Oficial

CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 007 AO CONTRATO Nº. 168/2019.

TERMO ADITIVO Nº. 007 ao Contrato n°. 168/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e J. V. FERMINO DA SILVA - ME, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO de prazo do Contrato nº. 168/2019.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, fica prorrogado a vigência do contrato por mais 06 (seis) meses até o dia 05 de maio de 2024.

VALOR TOTAL : R$ 475.895,85 (Quatrocentos e setenta e cinco mil e oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Água Boa-MT, 05 de novembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS - MES 10 - 2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 002/2023 AO CONTRATO N.78/2021

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: SCHNEIDER E MUNHOZ ADVOGADOS ASSOCIADOS**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NATUREZA INTELECTUAL, ADVOCATÍCIA E TÉCNICO-JURÍDICA, SEM EXCLUSIVIDADE E SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, NA ELABORAÇÃO, INTERPOSIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE DEFESA ADMINISTRATIVA JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS E ASSESSORAMENTO CONSULTIVO VOLTADO AO GABINETE DO PREFEITO E SECRETÁRIOS.";** Originada da processo licitatório nº 110/2021, realizado na modalidade de **Convite nº 001/2021** com abertura em 20 de outubro de 2021. PRAZO A vigência do presente Termo aditivo será de **12 (doze) meses**, contados a partir de **04/11/2023** até **03/11/2024.** Data de assinatura: 11 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO Nº 002/2023 AO CONTRATO N.79/2021

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA ME**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA COM SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO GARÇAS-MT, CONFORME ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 024/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT.";** Originada da Adesão à Ata de Registro de Preços n. 24/2021. VALOR R$ **89.700,00(oitenta e nove mil e setecentos reais) que sera pago em 12 parcelas de 7.475,00(sete mil e quatrocentos e setenta e cinco reais)**. PRAZO a vigência do presente Termo aditivo será de **12 (doze) meses**, contados a partir de **11/11/2023** até **10/11/2024**. Data de assinatura: 17 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR Nº 001/2023 AO CONTRATO N.85/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: A J O DA ROSA CONSTRUTORA**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E READEQUAÇÃO DO HOSPITAL GERAL OSVINO TRENTINI CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.";** Originada do **Processo Licitatório nº 109/2023** de 28 de junho de 2023, realizado na modalidade de **Tomada de Preços nº 005/2023** com abertura em 14 de julho de 2023**.** VALOR **R$ 168.896,88 (cento e sessenta e oito mil e oitocentos e noventa e seis**

reais e oitenta e oito centavos). Data de assinatura: 06 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 002/2023 AO CONTRATO N.78/2022

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: LOCOMOTIVA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.";** Originada do Convite nº 10/2022 oriundo do Processo de Licitação nº 212/2022. PRAZO A vigência do presente Termo aditivo será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados à partir de **09/10/2023** até **07/03/2024**. Data de assinatura: 11 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE SUPRESSAO DE VALOR Nº 002/2023 AO CONTRATO N.85/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: A J O DA ROSA CONSTRUTORA**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E READEQUAÇÃO DO HOSPITAL GERAL OSVINO TRENTINI CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.";** Originada do **Processo Licitatório nº 109/2023** de 28 de junho de 2023, realizado na modalidade de **Tomada de Preços nº 005/2023** com abertura em 14 de julho de 2023**.** VALOR R$ **107.336,96(cento e sete mil e trezentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos)**. Data de assinatura: 06 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 003/2023 AO CONTRATO N.79/2022

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: LOCOMOTIVA ENGENHARIA E CONSTRUÇAO LTDA**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVO HORIZONTE CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.";** Originada do **Processo licitatório nº 126/2022**, realizado na modalidade de **Tomada de Preços nº 005/2022**. PRAZO a vigência do presente Termo aditivo será de **150 (cento e cinquenta) dias**, contados à partir de **10/10/2023** até **08/03/2024**. Data de assinatura: 11 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2023
PROCESSO ADM: Nº 177/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, UNIFORMES E VESTUÁRIOS PERSONALIZADOS, A FIM DE A ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS. Empresas vencedoras valor total: R$790.620,00 (setecentos e noventa mil e seiscentos e vinte reais): **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA EPP** (08711005000134) com os lotes: 26 e 25 no valor total de R$27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais). **ARTE CAMISETAS LTDA EPP** (97371090000169) com os lotes: 8, 15 e 11 no valor total de R$124.650,00 (cento e vinte e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais). **R.O.S CONFECCOES EIRELI** (11785728000192) com os lotes: 22 e 9 no valor total de R$100.530,00 (cem mil e quinhentos e trinta reais). **T PA AZEREDO INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS** (38288971000151) com os lotes: 21, 14 e 28 no valor total de R$46.977,00 (quarenta e seis mil e novecentos e setenta e sete reais). **ANDRE ANTONIO SABINO ME** (27743380000100) com o lote: 18 no valor total de R$53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais). **RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES ME** (06786973000184) com os lotes: 1, 6 e 4 no valor total de R$53.902,00 (cinquenta e três mil e novecentos e dois reais). **MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES EIRELI** (30577619000124) com os lotes: 10 e 12 no valor total de R$62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais). **MEAC INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA** (01873927000107) com os lotes: 17, 19, 5, 16 e 20 no valor total de R$156.100,00 (cento e cinquenta e seis mil e cem reais). **MM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI** (23527411000135) com os lotes: 2, 7, 23, 24 e 3 no valor total de R$97.605,00 (noventa e sete mil e seiscentos e cinco reais). **MP COMERCIO E SERVIÇO LTDA** (19312691000197) com os lotes: 13, 30, 29 e 27 no valor total de R$67.056,00 (sessenta e sete mil e cinquenta e seis reais). ALTO GARÇAS - MT, 06 de novembro de 2023 - **MICHELE MORAES AMORIM SCHAEFER -** CONDUTORA DE PROCESSOS

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATOS MES 10-2023

EXTRATO DO CONTRATO N 101/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: T. T. MORENO DA SILVA LTDA; Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA 3° ETAPA CENTRO POLIESPORTIVO DIANARY RIBEIRO – COBERTURA QUADRA POLIESPORTIVA.".** Originada do Processo de **Tomada de Preço 09/2023**. Valor global **R$ 846.841,91 (oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos).** Data de assinatura: 05 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N 102/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: CMO – CENTRO MATOGROSSENSE DE OFTALMOLOGIA LTDA**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS OFTALMOLÓGICOS, AFIM DE ATENDER OS PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT".** Originada do Processo licitatório nº152/2022 de 11 de agosto de 2022, realizado na modalidade de **Pregão Eletrônico nº044 /2022** com abertura em 13 de setembro de 2022. Valor global **R$ 344.700,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e setecentos reais).** Data de assinatura: 16 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N 103/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: PLANTAE SERVICOS E PROJETOS LTDA**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E READEQUAÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO DOM AQUINO CORRÊA.".** Originada do Processo de Tomada de Preço nº 10/2023. Valor global **R$ 778.**

441,12 (setecentos e setenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e um reais e doze centavos). Data de assinatura: 18 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N 104/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: LORAYNNE ARAUJO DI LORETO**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, ELETRICO, HIDROSSANITÁRIO, ESTRUTURAL, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO, INCLUINDO DOCUMENTOS TÉCNICOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E CUSTOS, PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS DE SERVIÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PARA REFORMA E READEQUAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PSF'S I E III DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT".** Originada do Processo de Dispensa de Licitação nº **62/2023**. Valor global **R$ 39.750,00 (trinta e nove mil e setecentos e cinquenta reais).** Data de assinatura: 18 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N 105/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: COVRE TECNOLOGIA LTDA**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS DEMOGRÁFICOS, INTEGRADO A SISTEMA DE IMAGENS DE RAIO X DIGITAL EM PROTOCOLO DICOM DENOMINADO (PACS), SENDO QUE O SISTEMA DENOMINADO PACS DEVE ESTAR DEVIDAMENTE REGISTRADO NA ANVISA. ".** Originada do Processo de Dispensa de Licitação nº 64/2023. Valor global **R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais) que serão pagos em 12(doze) parcelas de R$1.450,00(mil e quatrocentos e cinquenta reais).** Data de assinatura: 20 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N 106/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: C M ARAUJO E SILVA SERVICOS FUNERARIOS LTDA**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA".** Originada do **Processo licitatório nº 171/2022** de 12 de setembro de 2022, realizado na modalidade de **Pregão Presencial nº 28/2022** com abertura em 13 de outubro de 2022. Valor global **R$ 178.140,00 (cento e setenta e oito mil e cento e quarenta reais).** Data de assinatura: 23 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N 107/2023

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: NIVALDO ALMEIDA QUEIROZ - ME**; **Objeto: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DO INVENTÁRIO (LEVANTAMENTO PATRIMONIAL FÍSICO E INDIVIDUALIZADO), CONCILIAÇÃO PATRIMONIAL, AVALIAÇÃO E CONCILIAÇÃO CONTÁBIL DE TODOS OS BENS, DE FORMA INDIVIDUALIZADA DOS BENS MÓVEIS, ORGANIZANDO NUMERICAMENTE, CONSIDERANDO-SE A LEGISLAÇÃO ATUALIZADA PERTINENTE SOBRE A MATÉRIA, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DAS NORMATIVAS MUNICIPAIS ACERCA DO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL, E PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS".** Originada do **Processo licitatório nº 160/2023** de 27 de setembro de 2023, realizado na modalidade de **Pregão Presencial nº 28/2023** com abertura em 27 de setembro de 2023. Valor global **R$ 494.000,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil reais).** Data de assinatura: 27 de outubro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.391, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023, NOS TERMOS DO ARTIGO 43º. § 1º, INCISOS, I, II, III e IV DA LEI 4.320/64, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, com base na Lei Federal nº 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e publica a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado ao Poder Executivo abrir Crédito Adicional Suplementar nos termos do artigo 43, § 1º, incisos, I, II, III e IV da Lei 4.320/64, c/c § 8º, do art. 165 da CF, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do orçamento do exercício vigente (Lei 1.344/2022).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado no exercício fiscal de 2023, a efetuar transposição, remanejamento ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, conforme necessidades, dentro do percentual especificado no caput do artigo anterior.

Art. 3º. As alterações desta Lei, aplica-se à Lei no. 1339/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentaria para o Exercício de 2023 e Lei no. 1285/2021 – PPA - Plano Plurianual 2022-2025, atualizando o Anexo de Prioridades para o exercício de 2023.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, EM ALTO GARÇAS-MT, em 07 de novembro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2023

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por Lote,no **dia 22 de novembro de 2023, às 09:45h (horário de BRASÍLIA,** cujo objeto será **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO ELÉTRICA, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE DECORAÇÃO NATALINA, INCLUINDO O TRANSPORTE PARA O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia, Email: compras@altogarcas.mt.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitação. Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Telefone (66) 3471-2450 ou 3471-1155, das 13h00 às 17h00.Alto Garças - MT, 07 de novembro de 2023.Michele Moraes Amorim Schaefer - Pregoeira Oficial.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 245, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DECLARA VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71 da Lei Orgânica do Município, nos termos do art. 53, inciso VIII da Lei municipal n° 292, de 02 de outubro de 1990 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Garças – MT, alterada pela Lei n° 886, de 13 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de vacância do servidor público municipal Sr. Edimar Batista Borges, técnico em enfermagem, lotado na Secretaria Municipal Saúde, protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos, tendo em vista o Edital de Convocação n° 002/2023 – Concurso Público n° 001/2011 da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – MT.

RESOLVE:

Art. 1°. Declarar a vacância do cargo público de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, ocupado pelo servidor **EDIMAR BATISTA BORGES**, portador da matrícula n° 1809-1, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 53, inciso VIII da Lei Municipal n 292/1990.

Art. 2°. A vacância de que trata o art. 1° desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido do servidor(a), a partir da data em que o servidor(a) assumir o outro cargo.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 3°. Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças-MT, 07 de novembro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

ATA DA SESSÃO PÚBLICA REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO 001/2023.

ATA DA SESSÃO PÚBLICA

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO 001/2023.

Aos (07) sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, ás 9:00hs, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT, reuniram-se o Presidente da comissão permanente de licitação e os membros, designados pela Portaria nº 043/2022 para o recebimento dos ENVELOPE 01 – referente ao Processo REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO 001/2023 que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPAROS NO CENTRO DE APOIO NA ÁGUA SANTA E /BRUMADO NA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT**e para os procedimentos inerentes à Sessão Pública em epígrafe, conforme o Edital respectivo e seus Anexos. O edital da referida licitação foi disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai bem como seguiu a legislação em todo trâmite de publicação em órgão oficiais.

DO CREDENCIAMENTO:

A comissão permanente de licitação deu início à Sessão Pública esclarecendo aos presentes a sistemática desta modalidade e seus aspectos legais, estabelecendo regras e procedimentos que serão desenvolvidos no decorrer da Sessão e cadastrando as empresas licitantes abaixo listadas que participarão do certame e credenciando seus representantes legais conforme segue. Compareceu na presente sessão para participar do certame as empresas: **01 -** : "Z.M.C JUNIOR LTDA Inscrito no CNPJ: 49.752.059/0001-25", localizada na Rua Joaquim Murtinho, Nº 393, Bairro Centro, Alto Paraguai/MT, representada neste pelo seu procurador o Sr. ZILMAR MORENO CAMAÇO JR, portador do RG nº 1832697-8 SSP/MT**; 02 -** LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO EPP, inscrita no CNPJ nº 40.502.873/0001-17, representada neste ato pelo Sr. Leandro Araújo do Nascimento, portador do RG nº 30211999 SSP/MT; **03 -** LC GUEDES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 36.314.983/0001-88, representada neste ato pelo seu procurador o Sr. LUIZ CARLOS GUEDES, inscrita no RG nº 05173841 SSP/MT Proprietário conforme documento em anexo, Após o credenciamento nenhuma empresa manifestou a intenção em interpor recurso. Passando para próxima fase.

DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOS LANCES:

LOTE 01 – ÁGUA SANTA

Em seguida o Presidente da comissão permanente de licitação recebeu as propostas das empresas para o primeiro lote sendo apresentados os seguintes valores: A empresa: **01 – LC GUEDES EIRELI**; apresentou o valor de R$ 391.981,20 (Trezentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos); **02 - LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO**, apresentou o valor de R$ 391.981,20 (Trezentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos); **03 - Z.M.C JUNIOR LTDA,** apresentou o valor de R$ 391.981,20 (Trezentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

em seguida iniciou a fase dos lances, conforme demonstrado abaixo:

Colocação	EMPRESAS	valor
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 391.981,20
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 391.981,20
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 391.981,20

1º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 388.061,38
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 380.300,15
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 376.000,00

2º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 364.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 360.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 359.000,00

3º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 355.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 354.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 353.000,00

4º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 352.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 350.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 345.00,00

5º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 341.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 340.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 335.00,00

6º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 332.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 331.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 330.00,00

7º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 329.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 328.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 327.00,00

8º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 326.000,00

2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 325.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 324.00,00

9º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 323.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 322.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	DECLINOU

10º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	DECLINOU
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 322.000,00

Após os lances as empresas **LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO EPP,** permaneceu com o lance final no valor de **R$ 322.000,00 (TREZENTOS E VINTE E DOIS MIL REAIS);** a empresa **Z.M.C JUNIOR LTDA**, permaneceu com o lance final no valor de **R$ 323.000,00 (TREZENTOS E VINTE E TRÊS MIL REAIS)**; a empresa **LC GUEDES EIRELI**, permaneceu com o lance final de **R$ 324.000,00 (TREZENTOS E VINTE E QUATRO MIL REAIS);** ao final dos lances o presidente da CPL perguntou se as empresas tem intenção de formular lances intermediários e nenhuma empresa se manifestou, e então foi declarado a empresa vencedora conforme classificacão abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESAS	VALOR FINAL
1º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 322.000,00
2º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 323.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 324.000,00

LANCE VENCEDOR DO LOTE 01 – ÁGUA SANTA R$ 322.000,00 COM 17,85% DE DESCONTO

EMPRESA VENCEDORA: LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO

LOTE 02 – BRUMADO

Em seguida o Presidente da comissão permanente de licitação recebeu as propostas das empresas para o segundo lote sendo apresentados os seguintes valores: A empresa: **01 – LC GUEDES EIRELI**; apresentou o valor de R$ 391.981,20 (Trezentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos); **02 - LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO**, apresentou o valor de R$ 391.981,20 (Trezentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos); **03 - Z.M.C JUNIOR LTDA,** apresentou o valor de R$ 391.981,20 (Trezentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

Colocação	EMPRESAS	valor
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 391.981,20
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 391.981,20
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 391.981,20

1º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 390.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 389.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 380.000,00

2º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 377.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 375.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 360.000,00

3º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 355.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 354.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 340.000,00

4º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 335.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 334.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 329.00,00

5º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 325.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 324.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 323.00,00

6º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 322.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 320.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	DECLINOU

7º Lances	EMPRESAS	
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 319.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	DECLINOU

Após os lances as empresas **LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO EPP,** permaneceu com o lance final no valor de **R$ 320.000,00 (TREZENTOS E VINTE MIL REAIS);** a empresa **Z.M.C JUNIOR LTDA**, permaneceu com o lance final no valor de **R$ 319.000,00 (TREZENTOS E DEZENOVE MIL REAIS)**; a empresa **LC GUEDES EIRELI**, permaneceu com o lance final de **R$ 323.000,00 (TREZENTOS E VINTE E TRÊS MIL REAIS);** ao final dos lances o presidente da CPL perguntou se as empresas tem intenção de formular lances intermediários e nenhuma empresa se manifestou, e então foi declarado a empresa vencedora conforme classificacão abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESAS	VALOR
1º	Z.M.C JUNIOR LTDA	R$ 319.000,00
2º	LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO	R$ 320.000,00
3º	LC GUEDES EIRELI	R$ 323.000,00

LANCE VENCEDOR DO LOTE 02 – BRUMADO R$ 319.000,00 COM 18,61% DE DESCONTO

EMPRESA VENCEDORA: Z.M.C JUNIOR LTDA

DOS RECURSOS:

Foi dado aos licitantes presentes o direito de manifestar-se por meio de recursos em relação aos eventos desta sessão pública, na oportunidade não houve qualquer manifestação.

ENCERRAMENTO:

Neste ato os representantes legais declaram que concordam com a decisão do Presidente da comissão permanente de licitação e os membros. Nada mais havendo a constar, o Presidente da comissão permanente de licitação encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que vai assinada pelo Presidente da comissão permanente de licitação e representantes legais dos licitantes presentes, como também os que se fazem presentes nesta sessão pública seguindo assinada por todos os presentes, ficando desde já os autos com vista franqueados aos interessados. Eu, Wisley Ribeiro do Amaral, lavrei a presente ata.

Alto Paraguai - MT, 07 de novembro de 2023.

Wisley Ribeiro do Amaral

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Zuleide Leite Rocha

Secretário

Maria Aparecida de Almeida Oliveira

Suplente

LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO

CNPJ nº 40.502.873/0001-17

Leandro Araujo do Nascimento

Representante Legal

---

01 – LC GUEDES EIRELI,

CNPJ nº 36.314.983/0001-88

Sr. LUIZ CARLOS GUEDES

RG nº 05173841 SSP/MT

Representante Legal

"Z.M.C JUNIOR LTDA

Inscrito no CNPJ: 49.752.059/0001-25",

Sr. ZILMAR MORENO CAMAÇO JR,

RG nº 1832697-8 SSP/MT

Representante Legal

AVISO DE RESULTADO DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS RDC PRESENCIAL - EDITAL N. 001/2023.

AVISO DE RESULTADO DA ANÁLISE DA

PROPOSTA DE PREÇOS RDC PRESENCIAL - EDITAL N. 001/2023.

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPAROS NO CENTRO DE APOIO NA ÁGUA SANTA E /BRUMADO NA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT"**, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada pela Portaria nº 043/2022, de 11 de fevereiro de 2022, torna público o resultado do julgamento da fase de análise da proposta, da qual as empresas. **LEANDRO ARAUJO DO NACISMENTO EPP, inscrita no CNPJ nº 40.502.873/0001-17** foi declarada vencedora da fase de lance do certame do **lote 01** "ampliação, reforma e reparos no centro de apoio na Água Santa", com o valor **de R$ 322.000,00 (Trezentos e vinte e dois mil reais) e a empresaZ.M.C JUNIOR LTDA Inscrito no CNPJ: 49.752.059/0001-25** foi declarada vencedora da fase de lance do certame do **lote 01 "**ampliação, reforma e reparos no centro de apoio na Brumado", com o valor **R$ 319.000,00 (Trezentos e Dezenove mil reais);** A íntegra do julgamento da análise das propostas de preço, contendo os motivos de fato e de direito expostos pela comissão processante encontram-se insertos na Ata do Resultado do Julgamento da análise da proposta de preços da licitante vencedora da etapa de lances, que poderá ser obtida no setor de licitações e contratos da Prefeitura de Alto Paraguai/MT no endereço: Rua presidente Médici nº 470, Bairro Planalto, CEP: 78.410-000. A CPL comunica que os autos estão franqueados aos interessados de direito, para vistas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir desta publicação.

Alto Paraguai/MT, 07 de novembro de 2023.

Wisley Ribeiro do Amaral

Presidente da Comissão Permanente de Licitação Alto Paraguai/MT

Visto:

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI E RUMO S.A.

O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI/MT, inscrita no CNPJ nº 01.362.680/0001-56, com sede na Avenida Coronel Macário Subtil de Oliveira, 848 – Centro – Alto Taquari/MT, neste ato representada pela Prefeita Municipal MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, à Rua Onecidio Manoel de Rezende, nº 52 - Bairro Centro, portador da cédula de identidade RG nº 11.776.450-4 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 049.818.698-94, nomeada pela Ata de Posse de Mandato 2021/2024, de 30/12/2020, publicado no DOU n° 27.908 (pág. 40) de 05/01/2021, neste ato denominado de MUNICÍPIO, e a empresa RUMO S.A, CNPJ nº 02.387.241/0001-60, com sede a Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas, Curitiba/PR, neste ato representada pelos senhores João Alberto Fernandez de Abreu, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 008.942.013-7/SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 006.334.767-90 e Guilherme Penin Santos de Lima, brasileiro, solteiro, economista, portador do RG n° 27.014.937-5 – SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 320.480.908-00, doravante denominado COMPROMISSÁRIA tendo em vista o que consta no Processo de Compensação Ambiental SEMAPRO202222477, RESOLVEM, celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - TCCA, com força de título executivo extrajudicial, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

De acordo com o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental firmado entre a RUMO S.A. e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT n° 003/2023, e tendo em vista o que consta no Processo de Licenciamento Ambiental n° 40983/2022 e Processo de Compensação Ambiental SEMAPRO202222477, constitui objeto do presente TCCA: a

destinação de recurso financeiro para contratação de equipe técnica especializada para elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal "Nascente do Rio Taquari", localizada no município de Alto Taquari/MT, visando a implantação, gestão, monitoramento, proteção da Unidade com cercamento e implantação de pista de caminhada ecológica, como medida compensatória pela construção da Ferrovia Estadual Senador Vicente Emílio Vuolo, trecho entre os municípios de Rondonópolis e Juscimeira/MT.

Parágrafo Único. O cronograma de execução e descritivo das atividades objeto deste TCCA consta do Plano de Trabalho anexo, que constitui parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO TERMO DE COMPROMISSO

O valor total do presente TCCA corresponde a R$ 1.054.752,13 (um milhão, cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais e treze centavos), conforme estabelecido no TCCA n° 03/2023 estabelecido entre a RUMO S.A. e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE TERMO

Para melhor caracterização do objeto deste TCCA, e das obrigações das partes, consideram-se peças integrantes e complementares deste instrumento, independente de anexação, os seguintes documentos:

ANEXO I — Plano de Trabalho;

ANEXO II — Publicação do Extrato do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental; entre SEMA/MT e COMPROMISSÁRIA no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

ANEXO III — Cadastro da Unidade no CNUC;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Como medidas compensatórias do impacto ambiental causado, a COMPROMISSÁRIA se obriga:

a) realizar a aquisição de serviços, bens e/ou equipamentos para a Unidade de Conservação, em conformidade com o Termo de Referência elaborado pelo Município e pela Compromissária, na forma e prazo estabelecido no Plano de Trabalho e

Cronograma Geral de Execução – Anexo I;

b) efetuar os pagamentos pelas aquisições, produtos e/ou serviços, diretamente as empresas fornecedoras;

c) efetuar o pagamento de todas as despesas contratuais que se fizerem necessárias a fiel execução do objeto deste TC;

d) designar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, técnico responsável, com poderes de decisão pela COMPROMISSÁRIA, para integrar a Comissão de Acompanhamento do presente TCCA;

e) responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, fiscal e previdenciárias, decorrentes dos recursos humanos por ela utilizados nos trabalhos;

f) apresentar relatório de execução até 30 (trinta) dias após a realização de cada atividade prevista no Plano de Trabalho;

g) ao final da execução, apresentar o relatório final com documentos fiscais e administrativos/contratos.

Parágrafo Único. Todos os custos decorrentes das obrigações pactuadas nesta Cláusula correrão exclusivamente às expensas da COMPROMISSÁRIA, sendo abatidos do valor definido na cláusula segunda deste TCCA, de acordo com Instrução Normativa SEMA/MT n° 7, de 03/09/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO O MUNICÍPIO se obriga a:

a) Dar publicidade ao TCCA, através da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e do Município.

b) Elaborar Termo de Referência - TR, seguindo o objeto descrito na Cláusula Primeira, do presente TCCA.

c) Encaminhar o TR à COMPROMISSÁRIA, no prazo de 30 dias após a assinatura deste TCCA para análise e contribuição.

d) Designar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, um técnico responsável, com poderes de decisão pelo MUNICÍPIO, para integrar a Comissão de Acompanhamento do presente TCCA.

e) Apresentar Relatório Final do cumprimento após a finalização de todo o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Será criada uma Comissão de Acompanhamento, para gerenciamento técnicooperacional, que terá caráter consultivo e fiscalizatório, responsável pelo cumprimento das atividades originadas neste TCCA, sendo composta por 01 (um) integrante do MUNICÍPIO e 01 (um) integrante da COMPROMISSÁRIA.

Parágrafo Único: A Comissão de Acompanhamento deverá supervisionar a execução das atividades do presente TCCA, avaliando seus resultados e reflexos.

CLÁUSULA SETIMA - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação dos atos, ações e atividades do presente TCCA deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dele não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente TCCA terá prazo de vigência de 30 (trinta) meses, a contar da assinatura do mesmo.

CLÁUSULA NONA - DA QUITAÇÃO

Após a comprovação da execução do objeto deste Instrumento pela COMPROMISSÁRIA, o MUNICÍPIO dará a completa e irretratável quitação formal do cumprimento do objeto deste TCCA, nada mais podendo ser exigido da COMPROMISSÁRIA a esse título.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Comarca de Alto Taquari para dirimir eventuais litígios oriundos deste instrumento, renunciando, as partes, a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os legítimos efeitos de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que abaixo subscrevem:

Alto Taquari-MT, 13 de junho de 2023.

_____

_____

JOÃO ALBERTO FERNANDEZ DE ABREU GUILHERME PENIN SANTOS DE LIMA

RUMO S.A. RUMO S.A.

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Taquari/MT

TESTEMUNHAS:

_____ CPF/MF N.º:

_____ CPF/MF N.º:

Anexo I

PLANO DE TRABALHO

1 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Gestor da UC	UNIDADE DE CONESERVAÇÃO	Município	UF	Valor Destinado (R$)
MUNICIPAL	Parque Natural Municipal "Nascente do Rio Taquari"	Alto Taquari	MT	1.054.752,13
	TOTAL			**1.054.752,13**

2 - CRONOGRAMA GERAL DE EXECUÇÃO

ITEM	PRODUTOS	RESPONSÁVEL	Prazo
01	Cadastrar a UC no CNUC	PREFEITURA	Antes da assinatura e publicação do TCCA
02	Apresentação à SEMA do Termo de Compromisso firmado entre a Empresa e os municípios, contendo o objeto, valores e plano de trabalho detalhado quanto ao objeto estipulado na Cláusula Primeira deste TCCA	RUMO	Até 90 (noventa) dias após a publicação do extrato do TCCA em Diário Oficial
03	Elaboração do Termo de Referência – TR quanto a especificações para contratação, pagamento, e entrega dos objetos	SEMA/MT	Até 60 (sessenta) dias após a publicação do extrato do TCCA em Diário Oficial
04	Apresentação à SEMA da Consulta Orçamentária e Documental, de no mínimo 03 (três) empresas interessadas em executar o objeto	RUMO	Até 60 (sessenta) dias à contar do recebimento do Termo de Referência – TR
05	Análise e escolha da melhor proposta apresentadas: técnica e preço.	SEMA/MT	Até 45 (quarenta e cinco) dias após o protocolo do item 04
06	Comunicação à EMPRESA do resultado da Análise executora vencedora	SEMA/MT	Até 05 (cinco) dias após a finalização do item 05
07	Cópia do Contrato firmado com a empresa que irá executar a elaboração do Plano de Manejo.	RUMO	Até 90 (noventa) dias após o item 05
08	Entrega do Relatório de Conclusão. *Relatórios da execução parcial serão necessários para pagamento dos produtos a ser descrito no TR.	RUMO	Até 30 (trinta) meses após o item 07

LEI Nº 1395/2023

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar Termo de Convênio com a Associação Esportiva Taquariense - ASSEST de Alto Taquari-MT, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT, **MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1°- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Celebrar Termo de Convênio com a Associação Esportiva Taquariense – ASSEST, entidade sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.766.793/0001-80, com sede na Rua 02, Nº 179, Bairro Morada da Praia, Município de Alto Taquari.

Art. 2°- Pelo Convênio o Poder Executivo repassará a ASSEST, a importância de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por ano, divido em até 12 (doze) parcelas no valor de até R$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

Art. 3°- O recurso referente a este repasse, tem como finalidade exclusiva auxiliar financeiramente a manutenção das atividades da ASSEST, que são voltadas para a prática esportiva de crianças e adolescentes.

§ 1º- A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

§ 2°- Não sendo comprovada a aplicação dos recursos, nos termos desta Lei, a entidade beneficiada ficará sujeita a devolução dos valores recebidos, corrigidos pelo IPCA.

Art. 4°. As despesas decorrentes desta Lei decorrerão de dotação orçamentária própria, obedecendo à seguinte classificação:

03.110.0.0.08.244.6050.2.153. Manter Convênios com entidades beneficentes.

3.3.50.43.00.00 - Subvenções sociais

Art. 5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Alto Taquari-MT, 07 de novembro de 2023.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 198/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADA:SISTEMA PERFIL DE RADIODIFUSÃO LTDA -ME

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TORNO E HORAS TÉCNICAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES** À FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	2-01-4326	SERVIÇO DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE PÚBLICO E ENTREVISTAS COM O PREFEITO E/OU SECRETARIOS, SEGUNDOS/UNIDADE	UN	350.000	0,39	136.500,00

O valor global de R$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais)

PRAZO: 365 DIAS.

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 0239/2023.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO QUE ESPECÍFICA, ALTERA JORNADA DE CARGO E OS INCORPORA AO QUADRO GERAL DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE APIACÁS/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JÚLIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado e passa a integrar o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, os cargos abaixo relacionados, de acordo com a respectiva quantidade, denominação, padrão de vencimentos, jornada de trabalho e requisitos mínimos de escolaridade e provimento efetivo:

Vagas	Denominação - Lotação	Vcto	Jornada de trabalho	Requisito de escolaridade
01	Farmacêutico Sec. de Saúde	4.753,69	40 horas	Superior completo + CRF
01	Fonoaudióloga Sec. de Saúde	4.753,69	30 horas	Superior completo + CRF
01	Técnico em Radiologia	1.853,74	24 horas	Técnico
01	Assistente Social Sec. de Educação	4.753,69	30 horas	Superior completo + CRESS
01	Psicóloga Sec. de Educação	4.753,69	40 horas	Superior completo + CRP
01	Técnico Administrativo e Financeiro Sec. de Educação	3.303,17	40 horas	Superior completo em administração, contabilidade, economia ou direito. Redação dada pela Emenda Modificativa 003/2023.
01	Técnico Administrativo e Financeiro Sec. de Administração	3.303,17	40 horas	Superior completo em administração contabilidade, economia ou direito. Redação dada pela Emenda Modificativa 003/2023.

Parágrafo Único –Caberá ao servidor empossado para o cargo criado na forma do caput deste artigo, o exercício das atribuições constantes do Anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 2º. As despesas com pessoal e reflexos, decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Geral do Município, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, em 07 de novembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	C/H	LOTAÇÃO	ATRIBUIÇÕES

FARMACÊUTICO	**40h**	SAÚDE	Estabelecer e conduzir uma relação de cuidado centrada no paciente; Desenvolver, em colaboração com os demais membros da equipe de saúde, ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde; Participar do planejamento e da avaliação da farmacoterapia, para que o paciente utilize de forma segura os medicamentos de que necessita, nas doses, frequência, horários, vias de administração e duração adequados, contribuindo para que o mesmo tenha condições de realizar o tratamento e alcançar os objetivos terapêuticos; Analisar a prescrição de medicamentos quanto aos aspectos legais e técnicos; Realizar intervenções farmacêuticas e emitir parecer farmacêutico a outros membros da equipe de saúde, com o propósito de auxiliar na seleção, adição, substituição, ajuste ou interrupção da farmacoterapia do paciente; Participar e promover discussões de casos clínicos de forma integrada com os demais membros da equipe de saúde; Prover a consulta farmacêutica em consultório farmacêutico ou em outro ambiente adequado, que garanta a privacidade do atendimento; Fazer a anamnese farmacêutica, bem como verificar sinais e sintomas, com o propósito de prover cuidado ao paciente; Acessar e conhecer as informações constantes no prontuário do paciente; Organizar, interpretar e, se necessário, resumir os dados do paciente, a fim de proceder à avaliação farmacêutica; Solicitar exames laboratoriais, no âmbito de sua competência profissional, com a finalidade de monitorar os resultados da farmacoterapia; Avaliar resultados de exames clínico-laboratoriais do paciente, como instrumento para individualização da farmacoterapia; Monitorar níveis terapêuticos de medicamentos, por meio de dados de farmacocinética clínica; Determinar parâmetros bioquímicos e fisiológicos do paciente, para fins de acompanhamento da farmacoterapia e rastreamento em saúde; Prevenir, identificar, avaliar e intervir nos incidentes relacionados aos medicamentos e a outros problemas relacionados à farmacoterapia; Identificar, avaliar e intervir nas interações medicamentosas indesejadas e clinicamente significantes; Elaborar o plano de cuidado farmacêutico do paciente; Pactuar com o paciente e, se necessário, com outros profissionais da saúde, as ações de seu plano de cuidado; Realizar e registrar as intervenções farmacêuticas junto ao paciente, família, cuidadores e sociedade; Avaliar, periodicamente, os resultados das intervenções farmacêuticas realizadas, construindo indicadores de qualidade dos serviços clínicos prestados; Realizar, no âmbito de sua competência profissional, administração de medicamentos ao paciente; Orientar e auxiliar pacientes, cuidadores e equipe de saúde quanto à administração de formas farmacêuticas, fazendo o registro destas ações, quando couber;				Fazer a evolução farmacêutica e registrar no prontuário do paciente; Elaborar uma lista atualizada e conciliada de medicamentos em uso pelo paciente durante os processos de admissão, transferência e alta entre os serviços e níveis de atenção à saúde; Dar suporte ao paciente, aos cuidadores, à família e à comunidade com vistas ao processo de autocuidado, incluindo o manejo de problemas de saúde autolimitados; Prescrever, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional; Avaliar e acompanhar a adesão dos pacientes ao tratamento, e realizar ações para a sua promoção; Realizar ações de rastreamento em saúde, baseadas em evidências técnico-científicas e em consonância com as políticas de saúde vigentes. Estabelecer processo adequado de comunicação com pacientes, cuidadores, família, equipe de saúde e sociedade, incluindo a utilização dos meios de comunicação de massa; Fornecer informação sobre medicamentos à equipe de saúde; Informar, orientar e educar os pacientes, a família, os cuidadores e a sociedade sobre temas relacionados à saúde, ao uso racional de medicamentos e a outras tecnologias em saúde; Desenvolver e participar de programas educativos para grupos de pacientes; Elaborar materiais educativos destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de doenças e de outros problemas relacionados; Atuar no processo de formação e desenvolvimento profissional de farmacêuticos; Desenvolver e participar de programas de treinamento e educação continuada de recursos humanos na área da saúde. Participar da coordenação, supervisão, auditoria, acreditação e certificação de ações e serviços no âmbito das atividades clínicas do farmacêutico; Realizar a gestão de processos e projetos, por meio de ferramentas e indicadores de qualidade dos serviços clínicos prestados; Buscar, selecionar, organizar, interpretar e divulgar informações que orientem a tomada de decisões baseadas em evidência, no processo de cuidado à saúde; Interpretar e integrar dados obtidos de diferentes fontes de informação no processo de avaliação de tecnologias de saúde; Participar da elaboração, aplicação e atualização de formulários terapêuticos e protocolos clínicos para a utilização de medicamentos e outras tecnologias em saúde; Participar da elaboração de protocolos de serviços e demais normativas que envolvam as atividades clínicas; Desenvolver ações para prevenção, identificação e notificação de incidentes e queixas técnicas relacionados aos medicamentos e a outras tecnologias em saúde; Participar de comissões e comitês no âmbito das instituições e serviços de saúde, voltados para a promoção do uso racional de medicamentos e da segurança do paciente; Participar do planejamento, coordenação e execução de estudos epidemiológicos e demais investigações de caráter técnicocientífico na área da saúde; Integrar comitês de ética em pesquisa;

			Documentar todo o processo de trabalho do farmacêutico.
FONOAUDIÓLOGA	**30h**	SAÚDE	Diagnosticar deficiências relativas à comunicação oral escuta, voz e audição mediante a realização de examesfonéticos de linguagem, audiométricos e outras técnicaspróprias; Elaborar e desenvolver programas de treinamento outratamento para pacientes com distúrbios de voz, fala,linguagem, expressão do pensamento, verbalização eaudição, conforme diagnóstico; Emitir pareceres quanto ao aperfeiçoamento ou àpraticabilidade de reabilitação fonoaudiológica; Participar de equipes multiprofissionais na identificação dedistúrbios de audição e de linguagem em suas formas deexpressão; Fiscalizar serviços de fonoaudiologia e atendimento prestadopor entidades contratadas pela Prefeitura; Executar outras tarefas referentes ao cargo; Executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata,compatíveis com a função.
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	**24h**	SAÚDE	Organizar equipamento, sala de exame e material, averiguando condições técnicas de equipamentos e acessórios.Orientar e Preparar pacientes para exame e ou radioterapia.Prestar atendimento aos pacientes, realizando as atividades segundo boas práticas, normas e procedimento de biossegurança e código de conduta.Prestar atendimento fora da sala de exame: Deslocar equipamento; eliminar interferência de outros aparelhos; determinar a remoção de pessoas não envolvidas no exame; isolar área de trabalho para exame.Operar aparelhos médicos e odontológicos para produzir imagens e gráficos funcionais como recurso auxiliar ao diagnóstico e terapia.Controlar radiografias realizadas, registrando números, discriminando tipo e requisitante.Zelar pela conservação e manutenção do aparelho de Raios X e componentes. Organizar equipamento, sala de exame e material.Operar equipamentos computadorizados e analógicos.Utilizar recursos de informática.Participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da população em geral;Participar de programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;Participar de programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.Executar outras tarefas para o desenvolvimento das atividades do setor inerentes a sua função.
ASSISTENTE SOCIAL	**30h**	EDUCAÇÃO	1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade; 2. Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; 3. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços sociais a estudantes, oportunizando o desenvolvimento da criança e do/a adolescente, colaborando para sua formação como sujeitos de direitos; 4. Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação; 5. Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; 6. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola; 7. Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito; 8. Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado; 9. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar; 10. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar; 11. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação; 12. Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais; 13. Participar de ações que promovam a acessibilidade; 14. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos estudantes; 15. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda; 16. Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar; 17. Realizar assessoria técnica com a gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões; 18. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação; 19. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.
PSICÓLOGO(A)	**40h**	EDUCAÇÃO	1. Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; 2.Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação; 3. Contribuir para a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, com as equipes pedagógicas, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes; 4. Orientar nos casos de dificuldades nos processos de escolarização; 5. Realizar avaliação psicológica ante as necessidades específicas identificadas no processo

			ensino-aprendizado; 6. Auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a escola, o estudante e a família; 7. Contribuir na formação continuada de profissionais da educação; 8. Contribuir em programas e projetos desenvolvidos na escola; 9. Colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola; 10. Propor articulação intersetorial no território, com vistas à integralidade de atendimento ao município, o apoio às Unidades Educacionais e ao fortalecimento da Rede de Proteção Social; 11. Promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial e pessoas surdas; 12. Promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a escola e a comunidade; 13. Promover ações de acessibilidade; 14. Propor ações, com professores, pedagogos, alunos e pais, funcionários técnico-administrativos e serviços gerais e a sociedade de formá ampla, com vistas a melhorias nas condições de ensino, considerando a estrutura física das escolas, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender; 15. Avaliar condições sócio-históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos; e 16. Sistematizar contribuições teórico-práticas no enfrentamento de preconceitos em relação à população LGBTQIA+, população negra, povos indígenas, imigrantes e outros grupos.
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	**40h**	EDUCAÇÃO E ADMinistração	Operar com terminais informatizados; Redigir expedientes administrativos, tais como memorandos, cartas, ofícios, relatórios; Revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, comunicados internos e externos e exposições de motivos; Consultar preços no mercado e elaborar mapas comparativos para aquisições públicas; Comprometer-se com a qualidade e transparência das aquisições de produtos e serviços; Efetuar o recebimento, conferência e armazenamento de bens e conservação de materiais e outros suprimentos; Examinar processos e requisições de materiais; Examinar e conferir as notas fiscais e entregas de produtos e serviços; Manter atualizados os controles de registros de estoque, de entradas e saídas de bens patrimoniais e serviços prestados ao município; Revisar e conferir a emissão de cartas de apresentação, certidões, declarações e dossiês; Emitir documentações contratuais e editais diversos; Controlar processos documentais e registros informatizados de recursos humanos; Controlar benefícios e vantagens oferecidas; Controlar processo de admissão e exoneração; Controlar sistema de treinamento; Auxiliar na realização de estudos e cálculos referentes a cargos e salários. Controlar fiscalizar contratos de prestações de serviço, quando determinado pelo superior imediato; Controlar rescisões de contratos de trabalho, encargos sociais e folha de pagamento; Manter sob seus cuidados os arquivos e documentos setoriais; Manter cadastros de fornecedores e clientes/contribuintes em dia e sob segurança; Verificar e providenciar as condições para a realização de eventos; Controlar e elaborar relatórios; Execução, distribuição e guarda e manutenção de processos informatizados e em meio físico. Alimentar corretamente os sistemas informatizados para o desenvolvimento e desempenho das atividades do setor; Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Inciso I, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Criação de cargos de provimento efetivo

FONTE DE CUSTEIO*:*

- Dotações orçamentárias anuais consignadas.

ESTUDO DO IMPACTO FINANCEIRO

RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA ULTIMOS 12MESES 09/2022 a 08/2023	**62.797.412,05**
Limite Legal para Despesas de Pessoal do Executivo (54% s/ RCL)	**33.910.602,51**
Limite Prudencial para Despesas de Pessoal do Executivo (51,30% s/ RCL)	**32.215.072,38**
DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS NO PERÍODO	**24.660.701,49**
PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL NO PERÍODO	**39,27%**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA 2024 Previsto na LDO/2024	**68.350.000,00**
Despesas com gastos com pessoal	**24.660.701,49**
Estimativa do aumento de gastos com pessoal proposto por esta Lei	**381.050,70**
Previsão da soma com gastos de pessoal e encargos	**25.041.752,19**
PERCENTUAL DE GASTOS	**36,64%**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA 2025 Previsto na LDO/2024	**71.350.000,00**
Despesas com gastos com pessoal + correção de 5% no período	26.293.839,80
DESPESA TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS NO PERÍODO	25.214.371,72
PERCENTUAL DE GASTOS COM DESPESAS DE PESSOAL	**36,85%**

Gabinete do Prefeito Municipal de Apiacás, em 07 de novembro de 2023.

Júlio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO

(Inciso II, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Criação de cargos de provimento efetivo.

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais, consignadas.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" da Apiacás - MT, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

Atenciosamente.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, em 07 de novembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 103/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 064/2023**

PREGÃO: Nº 018/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos sete dias do mês de novembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos-** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000**,** doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a Empresa Luz e Forma Comércio e Decorações Ltda, estabelecida na Rua Alberto Bornschein, 129 – Bairro Glória- Joinville-SC inscrita no CNPJ sob n.º 02.742.361/0002-10, através de seu representante legal/procurador Sr. MIGUEL KRUEL GUERRA SIMÕES, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 018/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvados a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

ITEM	CÓDIGO	Descrição do Material	Marca	UN	QTDADE	V. UNIT	V. TOTAL
1	2-01-4285	LOCAÇÃO ÁRVORE LUMINOSA SEXTAVADA COM DESENHO EM FORMA DE PI	LUZ E FORMA	UN	1,00	27.500,00	27.500,00
2	2-01-4298	LOCACAO DE BALÃO DE LUZ INTERATIVO, COM CESTO QUE POSSUI ACE	LUZ E FORMA	UN	1,00	57.700,00	57.700,00
3	2-01-4294	LOCACAO DE BANCO COM ENCOSTO EM FORMA DE PAPAI NOEL DE BRAÇO	LUZ E FORMA	UN	1,00	10.600,00	10.600,00
4	2-01-4297	LOCACAO DE BANCO ESTRELA DE 5 PONTAS BRANCO, COM ILUMINAÇÃO	LUZ E FORMA	UN	4,00	5.550,00	22.200,00
5	2-01-4286	LOCACAO DE ESTACA PARA ISOLAMENTO DE CENÁRIOS, PRODUZIDA EM	LUZ E FORMA	UN	26,00	116,00	3.016,00
6	2-01-4291	LOCACAO DE FIGURA LUMINOSA DE RENA EM PÉ COM A CABEÇA ERGUID	LUZ E FORMA	UN	1,00	2.970,00	2.970,00
7	2-01-4290	LOCACAO DE FIGURA LUMINOSA DE RENA SENTADA, MEDINDO APROXIMA	LUZ E FORMA	UN	1,00	2.280,00	2.280,00
8	2-01-4289	LOCACAO DE FIGURA LUMINOSA RENA DE CABEÇA PARA BAIXADO, MEDI	LUZ E FORMA	UN	1,00	2.880,00	2.880,00

9	2-01-4296	LOCACAO DE GRAMA SINTÉTICA VERDE PARA DECORAÇÃO. UNIDADE DE	LUZ E FORMA	M²	36,00	157,00	5.652,00
10	2-01-4287	LOCACAO DE METRO LINEAR DE CORDÃO DOURADO METALIZADO, UTILIZ	LUZ E FORMA	MTR	80,00	17,70	1.416,00
11	2-01-4292	LOCACAO DE PACOTE DE PRESENTE GIGANTE COM ACESSO PARA PASSAG	LUZ E FORMA	UN	1,00	70.150,00	70.150,00
12	2-01-4300	LOCACAO DE PAINEL COM CENÁRIO DECORATIVO DE NATAL NO QUAL O	LUZ E FORMA	UN	1,00	10.850,00	10.850,00
13	2-01-4299	LOCACAO DE PAPAI NOEL SENTANDO NA LUA, TRIDIMENSIONAL, PITUR	LUZ E FORMA	UN	1,00	11.739,00	11.739,00
14	2-01-4302	LOCACAO DE POSTE PRODUZIDO EM ESTRUTURA DE AÇO CARBONO 102	LUZ E FORMA	UN	2,00	1.235,00	2.470,00
15	2-01-4301	LOCACAO DE REFLETOR DE LED PARA AMBIENTES EXTERNOS NA COR BR	LUZ E FORMA	UN	2,00	228,50	457,00
16	2-01-4293	LOCACAO DE SOLDADO DE CHUMBO COM TAMBOR, PINTURA COLORIDA CO	LUZ E FORMA	UN	2,00	33.400,00	66.800,00
17	2-01-4288	LOCACAO DE TAMBOR NAS CORES VERMELHO, VERDE E DOURADO, TRIDI	LUZ E FORMA	UN	1,00	4.460,00	4.460,00
18	2-01-4295	LOCACAO DE TOTEM COMPOSTO POR 4 BOLAS NATALINAS COLORIDAS, R	LUZ E FORMA	UN	1,00	4.860,00	4.860,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maiores, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DOÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DOFORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 20 (vinte) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os EQUIPAMENTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa deGerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1.A entrega dos produtos deverão ser feitas na Prefeitura Municipal de Apiacás com até 20 (vinte) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação,mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,na sede da Prefeitura Municipal de Apiacás, sem maiores ônus, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, 07 de novembro de 2023.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

Luz e Forma Comércio e Decorações Ltda

Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO nº.: 018/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO 103/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DECORAÇÕES NATALINAS, PARA O MUNICÍPIO DE APIACÁS-MT.

Empresa vencedora: LUZ E FORMA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA

Valor total: R$308.000,00 (trezentos e oito mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2023.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO (FM) E TELEVISÃO LOCAL, DE MATÉRIAS DO INTERESSE PÚBLICO, AVISOS E DEMAIS INFORMAÇÕES PARA A POPULAÇÃO. COM ALCANCE NO MUNICIPIO DE APIACÁS.

Empresa Vencedora:

Empresa: **SISTEMA PERFIL DE RADIODIFUSÃO LTDA -ME**

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	2-01-4326	SERVIÇO DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE PÚBLICO E ENTREVISTAS COM O PREFEITO E/OU SECRETÁRIOS, SEGUNDOS/UNIDADE	UN	350.000	0,39	136.500,00

Valor total da Empresa: R$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais).

Empresa:**MELO COMUNICAÇÃO LTDA**

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
2	2-01-4327	SERVIÇO TELEVISIVO VEICULAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE PUBLICO E ENTREVISTAS COM O PREFEITO E/OU SECRETARIOS, SEGUNDOS/UNIDADE	UN	15.000	9,34	140. 100,00

Valor total da Empresa: R$ 140.100,00 (cento e quarenta mil e cem reais).

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 0287/2023.

DESIGNA PARA FISCAL DE CONTRATO, OS CONTRATOS Nº. 197/2023 e Nº. 198/2023. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO (FM) E TELEVISÃO LOCAL, DE MATÉRIAS DO INTERESSE PÚBLICO, AVISOS E DEMAIS INFORMAÇÕES PARA A POPULAÇÃO. COM ALCANCE NO MUNICIPIO DE APIACÁS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento do produto a Sr. **FABIO GERMANO,** Tendo como objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO (FM) E TELEVISÃO LOCAL, DE MATÉRIAS DO INTERESSE PÚBLICO, AVISOS E DEMAIS INFORMAÇÕES PARA A POPULAÇÃO. COM ALCANCE NO MUNICIPIO DE APIACÁS.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás - MT, 07 de novembro de 2023.

_____

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 197/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADA:MELO COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO (FM) E TELEVISÃO LOCAL, DE MATÉRIAS DO INTERESSE PÚBLICO, AVISOS E DEMAIS INFORMAÇÕES PARA A POPULAÇÃO. COM ALCANCE NO MUNICIPIO DE APIACÁS.**

Empresa: **MELO COMUNICAÇÃO LTDA**

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
2	2-01-4327	SERVIÇO TELEVISIVO VEICULAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE PUBLICO E ENTREVISTAS COM O PREFEITO E/OU SECRETARIOS, SEGUNDOS/UNIDADE	UN	15.000	9,34	140. 100,00

O valor global de R$ 140.100,00 (cento e quarenta mil e cem reais),

PRAZO: 365 DIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERCEIRO ADITIVO

Extrato Terceiro Aditivo

Contrato nº 21/2022

Contratante: Municipio de Araguaiana

Contratado: A S CONSTRUTORA LTDA - ME

Valor R$117.799,24

Data: 24/10/2023

SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº. 004/SME/ARAGUAIANA/MT/2023

A Portaria nº. 004 de 28 de outubro de 2023, publicado na edição nº. 4. 351, de 31 de outubro de 2023, do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato grosso, tem pela presente, por lapso de digitação a seguinte correção:

Onde se lê:

PORTARIA Nº 004/ 2023/SME, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023

Leia-se:

PORTARIA Nº 004/ 2023/SME, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

Onde se lê:

VI. Gestão escolar:

Suplente: Eliane Pereira Aquino

Leia-se:

VI. Gestão escolar:

Suplente: Aliane Pereira Aquino

Araguaiana -MT, 06 de outubro de 2023.

José Marra Nery

Secretário Municipal de Educação.

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 201/2023

PORTARIA N.º 201/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor **Sr. Siverino Marques da Silva.***"*

O Prefeito do Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", §§ 3º e 17, ambos da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional

n.º 41/2003, c/c art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 669/2015, de 13 de maio de 2015, que rege a Previdência Municipal**,**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade** ao servidor Sr. **Siverino Marques da Silva**, portador da cédula de identidade RG de n. º 1053307-9 SJ/MT, inscrito no CPF sob o n.º 568.115.191-34, efetivo no cargo de Operador de Maquina, com uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, , lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Araguaiana - MT, contando com 29 (vinte e nove) anos, 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias, com proventos proporcionais contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo do ARAGUAIANA - PREV, n.º 2023.02.00006P, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguaiana/MT, 31 de outubro de 2023.

Getulio Dutra Vieira Neto Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA N° 342 DE 07 DE NOVEMBRO 2023.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **REFORMA DAESCOLA MUNICIPAL PAULO LOPES TEIXEIRA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO GONÇALVES NAVES, PREFEITO MUNICIPAL, DE **ARAGUAINHA /MT**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELAPRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **ARAGUAINHA/MT**, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO, conforme dispõe o art. 2º § 19 da Instrução Normativa 007/2023/ SEFAZ/CGE, como discriminado abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	**REFORMA DAESCOLA MUNICIPAL PAULO LOPES TEIXEIRA**. ÁREA TOTAL: 1.075,59 m²	Matheus Batista da Silva Almeida Bento Engenheiro Civil CREA-MT: 53224

GENILDO DIAS BARBOSA:

ENGENHEIRO CIVIL:

CREA: MT 51007

.....ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

ARAGUAINHA 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

GENILDO DIAS BARBOSA:

ENGENHEIRO CIVIL:

CREA: MT 51007

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 28/2023

O MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA - **ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Bahia, 430 - Centro na Cidade de Araguainha– MT., inscrito no CNPJ nº **03.947.926/0001-87**, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal **Sr. FRANCISCO GONÇALVES NAVES,** brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade sob o nº **81538-1 - SSP/MT**, CPF nº **778.593.241-72**, residente e domiciliado na Avenida Couto Magalhães, em Araguainha/MT., doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa ***META PROJETOS E ADMINISTRAÇAO DE OBRAS LTDA,*** Pessoa jurídica de direito privado, com sede na **RI, número 105, Sala 53, Edificio HILL, Quadra 19ª, Lote 10, 11, 12, 13 Bairro Alvorada, CEP 78.048-487 – CUIABÁ-MT**, inscrita no CNPJ **45.204.244/0001-24,** neste ato representada por seu **Sócio/Proprietário**, Sra. **KATIA LUCIA PACHECO VIDAL,** Brasileiro, estado civil, portador da cédula de identidade RG **15067726/SSP-MT** e CPF **000.781.341-45**, residente e domiciliado **Rua Professora Delphina Alves da Costa, número 23, Bairro Jardim Petrópolis, CEP 78.070-060, CUIABÁ-MT**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebrar o presente Termo Aditivo nos termos da Lei 8666/93, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. Constitui objeto do presente Termo Aditivo a adição de prazo da execução do objeto do Contrato original, sendo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REFORMA E AMPLIACAO DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO LOPES TEIXEIRA. **CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO**

2.1. Pelo presente ajuste o contrato principal vigorará por mais 90 (noventa) dias contado da data de término da vigência do contrato original, pelo período compreendido entre 25/08/2023 a 23/11/2023, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do contrato original.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Araguainha - MT, 18 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA **CNPJ: 03.947.926/0001-87** **FRANCISCO GONÇALVES NAVES** **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**META PROJETOS E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA** **CNPJ: 45.204.244/0001-24** **KATIA LUCIA PACHECO VIDAL** **REPRESENTANTE LEGAL/SOCIO ADMINISTRADOR** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

ITAMAR GONÇALVES PEREIRA **CPF: 514.068.961-87** **RG: 783768 SSP/MT**	**SAMUEL CARRIJO BATISTA** **CPF: 851.410.111-00** **RG: 3739346 DGPC/GO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 571/2023

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - EXONERAR a pedido, conforme requerimento, o servidor **ALAN DIAS BORGES,** matrícula nº. 2976 ocupante do cargo comissionado de **Diretor de Trânsito**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos sete (07) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 75/2023-DRH

DISPÕE SOBRE ATO DE AFASTAMENTO DE LICENÇA SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA / MT.

A **GESTORA DE FOLHA DE PAGAMENTO** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamento de licença saúde dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, conforme consta no quadro abaixo.

Nome	Cargo	Afastamento	Tipo
Cleide de Fatima da Cunha Machado	Apoio Adm. Educacional	01/11/2023 à 28/04/2024	LICENÇA SAUDE
Rubia de Oliveira Rodrigues e Soares	Agente de Combate as Endemias	26/10/2023 à 04/11/2023	LICENÇA SAUDE

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 07 de novembro de 2023.

LUCIENE VIEIRA RAMOS

Gestora de Folha de Pagamento

Port. 659/2022

GABINETE - DEPTO JURIDICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO- 11/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO- 11/2023

O presidente do Conselho Municipal de Saúde_ CMS de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o ART. 28 da lei Municipal n° 1.574, de 09 de novembro de 2022, CONVOCA os membros deste conselho para participarem da reunião Ordinária que acontecerá no dia 08/11/ 2023, quarta-feira, às 14:00 hs, na sala deste colegiado, situada Rua Sebastião Francisco de Almeida, nº 471, São Sebastião – Araputanga/MT.

A reunião deliberará sobre a seguintes pautas:

1- Apresentação da nova REMUME.

2- Visitas externas das comissões.

3- Informes gerais.

ATENÇÃO!! No caso de impossibilidade de participação do membro titular solicitamos a comunicação ao suplente para garantir a representação da entidade.

MEMBROS TITULARES:

1- Hudson Cunha Ramos

2- Wanderson Floriano da Silva

3- Maria Jerônima Nunes Batista de Souza

4- Viviane Seben Marquezini

5- Jose Ricardo Ribeiro

6- Matheus Silva Fernandes

7- Priscilla Cristina da silva

8- Vanise Aparecida Silva Pereira de Carvalho

9- Chrisciany Moraes Pereira França

10- Kelly Bethânia Riccely da Silva Oliveira

11- Elza Dias de Oliveira Carvalho

12- Leandro Ricardo Ribeiro dos Santos

13- Irani Fernandes da Silva

14- Amanda Pires Carleto

15- Gleide Aparecida da Silva

MEMBROS SUPLENTES:

1 – Jussara Araújo Pereira França

2- Lucas Soares Pereira

3- Adriana Campos

4- Rafaela Feliciani Trevisan da Rocha

5 – Rodrigo Camilo De Souza

6- Maria do Socorro Lima

7- Mariony Soares de Oliveira

8- Adelson luiz Batista

9- Claudinéia A. Santos

10- Inácio Antônio da Silva

11- Lucas Rios

12- Cléber de Miranda Barros

13- Givanilda Rosa de Santana Sardinha

14- Bruna Dornelas da Silva

15- Maria Sônia da Silva Pereira

Araputanga/MT, 08/11/2023 de novembro de 2023.

Vanilton Soares de Souza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE ERRATA AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2023

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT torna público alterou o edital original do procedimento supracitado, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Cortinas com Blackout para Instalação nas Salas de Aulas, Centros de Educação Infantil e no CRAS, alterando o item 5 e os ANEXO I do edital, o que justificou pelo erro material na planilha. Modalidade: Pregão. Forma: Eletrônica. Tipo: Menor preço por item. Data de Abertura: 08 de novembro de 2023, às 09h00min (horário de Brasília). O Edital, na íntegra, está disponível em: http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-eletronico; seplan3@araputanga.mt.gov.br; www.licitanet.com.br.

Araputanga/ MT, 07 de novembro de 2023.

Cristina Maria de Lima

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA- CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAR N.097/2023

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
CNPJ 24.977.654/0001-38
R. Presidente Costa e Silva esquina com a R. Castelo Branco, N.259-E, Vila Nova, Arenápolis - MT, 78420-000 -
(65) 3343-1105 - prefeitura@arenapolis.mt.gov.br - http://www.arenapolis.mt.gov.br

DECRETO Nº 097/2023

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de ARENÁPOLIS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1722/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

ART-01 - Autoriza o Poder Executivo Municipal nos termos dos artigos 42 e no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64 e também do art. 167, da Constituição Federal em atendimento ao inciso VI, a abrir crédito adicional suplementar no o orçamento vigente, nas seguintes dotações e fontes abaixo discriminado:

Órgão: 05 - SECR MUN DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 002 - UNIDADES ESCOLARES E ATENDIMENTO PEDAGOGICO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 128	05.002.12.361.0008.2037.3.3.90.30.1.571.0000000		100.000,00
Cód. red.: 147	05.002.12.365.0008.2017.3.3.90.30.1.571.0000000		25.000,00
		Sub-Total:	**125.000,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 001 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 294	06.001.10.301.0013.2056.3.3.90.30.1.600.0000600		30.299,00
		Sub-Total:	**30.299,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNIC. TRANSPORTE, OBRAS SERV. PUBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 484	08.002.15.451.0024.2093.3.3.90.36.1.759.0000000		19.700,00
Cód. red.: 493	08.002.15.452.0002.2090.3.3.90.39.1.749.0000000		51.086,10
		Sub-Total:	**70.786,10**
		Total Parcial Suplementado:	**226.085,10**

ART-02 - Os recursos para cobertura dos Credito Adicional Suplementar, serão por anulação de dotações orçamentárias , conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 58	03.001.04.122.0002.2011.3.3.90.39.1.749.0000000		6.500,00
		Sub-Total:	**6.500,00**

Órgão: 05 - SECR MUN DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 002 - UNIDADES ESCOLARES E ATENDIMENTO PEDAGOGICO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 130	05.002.12.361.0008.2037.3.3.90.39.1.571.0000000		17.000,00
Cód. red.: 149	05.002.12.365.0008.2017.3.3.90.39.1.571.0000000		108.000,00
		Sub-Total:	**125.000,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 001 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 288	06.001.10.301.0013.1033.4.4.90.52.1.600.0000600		299,00
Cód. red.: 587	06.001.10.301.0013.2122.3.3.90.30.1.600.0000600		30.000,00
		Sub-Total:	**30.299,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNIC. TRANSPORTE, OBRAS SERV. PUBLICOS
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, ESTRADAS E RODAGENS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 458	08.001.26.782.0021.1034.4.4.90.52.1.759.0000000		20,20
Cód. red.: 466	08.001.26.782.0021.2086.3.3.90.36.1.759.0000000		100,00
		Sub-Total:	**120,20**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
CNPJ 24.977.654/0001-38
R. Presidente Costa e Silva esquina com a R. Castelo Branco, N.259-E, Vila Nova, Arenápolis - MT, 78420-000 -
(65) 3343-1105 - prefeitura@arenapolis.mt.gov.br - http://www.arenapolis.mt.gov.br

Órgão: **08 - SECRETARIA MUNIC. TRANSPORTE, OBRAS SERV. PUBLICOS**
Unidade: **002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 473	08.002.15.451.0024.1078.4.4.90.51.1.749.0000000		19.450,84
Cód. red.: 483	08.002.15.451.0024.2093.3.3.90.30.1.759.0000000		13.297,00
Cód. red.: 485	08.002.15.451.0024.2093.3.3.90.39.1.759.0000000		6.282,80
Cód. red.: 491	08.002.15.452.0002.2090.3.3.90.30.1.749.0000000		25.135,26
		Sub-Total:	**64.165,90**
		Total Parcial Reduzido:	**226.085,10**

ART-03 - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARENÁPOLIS - MT, 20 de outubro de 2023

EDERSON FIGUEIREDO
Prefeito

Data: 07/11/2023 11:46:49 Página: 2 de 2
Data da emissão: 07/11/2023 11:46:49 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: MARIA FERNANDES BEATO

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CLINICO GERAL) PARA ATENDIMENTO NO PSF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

EMPRESA VENCEDORA: LUANA ALCHNOVIC DE SALES LTDA, inscrita no CNPJ sob **nº 52.339.857.0001-34,** apresentou a proposta no **Item 01- Prestação de Serviços Médicos para Atendimento no PSF 40 horas semanais**, no valor mensal de R$ **R$ 14.874,00** (Catorze mil oitocen-

tos e setenta e quatro reais), Totalizando o valor de **R$ 29.748,00** (vinte e nove mil setecentos e quarenta e oito reais).

Arenápolis- MT, 30 de Outubro de 2023.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.614/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, **Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no protocolo nº 576/2023-SINFRA

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, Sr.**Josuel Reis dos Santos**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 6876666 SSP/MS e inscrito no CPF nº. 640.112.321-49, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superiorde **Coordenadoria de Compras e Orçamento DAS-07,** *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura***, a partir de 01/11/2023,** torna sem efeito a portaria nº 1**6.200/2023**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 198/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 123/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **DELCY TAMANKIEVIEZ**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.608/2023

Dispõe sobre a readaptação da servidora **Sislaine Luque dos Santos,** efetiva no cargo de **Zeladora** para exercer a função de Auxiliar de Direção e Coordenação e de Pátio na Secretaria Municipal de Educação.

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 001/99, Art. 33, Inciso I e com amparo no Artigo** 69**, da Lei Orgânica Municipal;**

RESOLVE:

Artigo 1º - READAPTAR a funcionária efetiva Sra. **SISLAINE LUQUE DOS SANTOS**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 1899108-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 860.556.582-91, ocupante do Cargo de Carreira de **ZELADORA - PROFISSIONALIZADO**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação,* para exercer a função de Auxiliar de Direção e Coordenação e de Pátio na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o que determina o Atestado Médico emitido pelo Dr. Alcimar B. Soares CRM/MT - 6368, até início de sua licença maternidade, a partir de 01/11/2023**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº. 001/99.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.616/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, **Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 102/2023-SEGPLAN;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, a Sra. **ELIZANDRA TEDESCO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1403471-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 934.399.701-91, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Departamento de Convênios - DECONV, Nível DAS - 06,***lotado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento*, **a partir de 01/11/2023.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes da Portaria nº **16.616/2023** de nomeação referente ao mês 11/2023, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2023.

Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 189/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 164/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ALEXANDRA DE SOUZA OLIVEIRA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 188/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 308/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ADELINA BRAUN PROCHNOW**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 193/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 254/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ANGELA LUCI DE OLIVEIRA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 43/2023

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, em conformidade com Art. 28, inciso I – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar o **Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERTO DE ROUPARIAS HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.**

Início da Sessão: **Dia 21/11/2023, às 15h00min (oito) horas,** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.aripuana.mt.gov.br**, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 07 de novembro de 2023.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 202/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 060/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **FRANCIELI APARECIDA BORGES FERNANDES**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 194/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 067/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **CATIA CRISTINA DE OLIVEIRA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 205/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 097/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **JEOVANE MACHADO DOS SANTOS**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 192/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 168/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ANA PAULA SOUZA GOMES**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.611/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no memorando nº 559/2023/SINFRA, o qual solicita a concessão de Adicional e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

CONCEDER, Adicional de **Insalubridade Grau máximo de 40%,** sobre o salário mínimo vigente nacional, para o Cargo de Contrato abaixo relacionado, *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura*, a partir do dia 01/11/2023, conforme segue:

Nome	Cargo	Lotação
Thiago Regis Lima	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Infraestrutura

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 191/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 229/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ANA LUCIA DE SOUZA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.607/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* NMBXK7, Concordância do Secretário e **Deferido da Gestora***;*

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva Sra. **ANGELICA TEDESCO BARBOSA, portadora do RG n. º1543034-41 e CPF n.º 010.910.481-27, efetiva no cargo de ENFERMEIRA,** lotada na *Secretaria Municipal de Saúde, **02*** **(MESES) DE LICENÇA PRÊMIO, com efeitosa partir da data de** 04/12/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 204/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 268/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **IRACILDE RIBEIRO E RIBEIRO**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.609/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no memorando nº 977/2023 - SME.

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, Sr.**MARCOS ANTONIO DE ARAUJO BEZERRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 759.865 SSP/MT e do CPF nº. 503.848.131-00, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **DIVISAO DE TRANSPORTE ESCOLAR – DITRES** DAI – 02,*lotado na Secretaria Municipal de Educação***, a partir de 01/11/2023,** torna sem efeito a portaria nº **13.443/2021.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 195/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 197/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 206/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 169/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **JOLYENE SALETTE DA SILVA CURADO**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 235/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 117/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **WALDILEIA DOS SANTOS SILVA CONTADINI**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 234/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 249/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **VANESSA BIAPINA RIBEIRO**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 233/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 267/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADO: **VAGNER ANTONIO NICLOTTI**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 232/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 228/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **TAMARA DE OLIVEIRA DE SOUSA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 231/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 038/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **TALITA DA SILVA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 230/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 044/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **SIMONE DOS SANTOS LIMA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 229/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 161/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **SILVIANI RODRIGUES GOULART**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 228/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 130/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **SILVANA BARBOSA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 227/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 264/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **SANDRA DA SILVA PONTES DOS SANTOS**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 226/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 069/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ROSILENE MESSIAS BATISTA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.613/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no protocolo nº 103/2023/SEGPLAN

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, Sra. **VALERIA PAZETTO DE SÁ MARTINS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 228349-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 046.446.551-63**,** do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Departamento de Convênios** - **DECONV, Nível DAS - 06,***lotado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento*, **a partir de 01/11/2023,** torna sem efeito a portaria nº **15. 413/2023**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 225/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 230/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ROSANGELA CARDOSO SOUZA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 224/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 065/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **RENATA APARECIDA DA ROSA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 223/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 122/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **REGIANE DE SOUZA BIANCARDI**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 222/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 054/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIM-

PLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **NAMIE OKA FALEIROS**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 221/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 231/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **MARLI FERNANDEZ PRAUSE**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 220/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 237/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **MARINA MONTEIRO**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 219/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 237/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **MARIA SILVANA XAVIER**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 218/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 156/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **MARIA DAS DORES GOMES DE SOUZA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 217/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 265/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **LUCILAINE PEREIRA CALDAS**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 216/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 201/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **LUCENILDA DE JESUS RIBEIRO**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 215/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 037/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **LUCELIA XAVIER VIANA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 214/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 245/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **LAURHA MARTHA VOTRI CORTES**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.610/2023

A **Prefeit**a **Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Complementar nº 182/2021

Considerando o requerido no memorando nº VAC6PO.

RESOLVE:

PROGREDIR, a servidora efetiva Sra. **FERNANDA BORGES PELEGRINI,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 11.003.280-3 SSP/PR, e inscrita no CPF sob o nº. 070.862.439-14, Matriculas 3305, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação* do **Nível 02**, para **Nível 03***,* com efeitos a partir do dia **06/11/2023.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA FINANÇAS
REPUBLICADO APÓS CORREÇÃO

DECRETO N°. 4.913/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R$ 43.000,00 (QUARENTA E TRÊS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.364 de 09 de dezembro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
01.001.01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Administrativos Legislativo		
3390.1400 – Diárias	1.500.000000	39.000,00
3390.3300 – Passagens e despesas com locomoção	1.500.000000	4.000,00
Total		**43.000,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
01.001.01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Administrativos Legislativo		
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	*1.500.000000*	43.000,00
Total		**43.000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 29 dias do mês de agosto de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 213/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 270/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **LAUDICEIA DO CARMO LOPES**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 200/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 045/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ELAINE CRISTINA SANTANA DE SOUZA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 212/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 121/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **KELEN CRISTINA PITOL**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 211/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 055/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **KASSANDRA RAYANE DA SILVA MOURA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 210/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 036/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **KARINA SANTANA DOS SANTOS**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 196/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 135/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **DAIANE DE SOUZA THEOTONIO**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 209/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 053/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **JULIANA APARECIDA GONSALVES**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 208/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 046/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **JUCILENE PRÁ DA SILVA FERNANDES**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 207/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 050/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **JOSILENE PINHEIRO DE OLIVEIRA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 42/2023

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 14.702/2022, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1.729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOMBAS D'ÁGUA SUBMERSAS PARA POÇOS ARTESIANOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA ADJUNTA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.**

Início da Sessão: **Dia 21/11/2023, às 08h00min (oito) horas,** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 07 de novembro de 2023.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 197/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 034/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **DEBORA CRISTINA LARA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 201/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 068/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ÉRICA SILVA DE SOUZA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇO N.º 36/2023

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, em conformidade com Art. 28, inciso I – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar o **Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de 3 (três) placares eletrônicos esportivos com dimensões de 300x125x9, modelo RS 3015/3/15, destinado ao Ginásio Municipal, em atendimento a Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer, deste município de Aripuanã – MT.**

Recebimento das Propostas: 08/11/2023 às 07:00 horas (Horário de Brasília-DF); do Encerramento das Propostas: 21/11/2023 às 17:00 horas (Horário de Brasília-DF); Data de Início da Sessão: 22/11/2023 às 08:00 horas (Horário de Brasília-DF); Início da Sessão de Disputa de Preços: 22/11/2023 às 08:00 horas (Horário de Brasília-DF).

Endereço Eletrônico: https://bllcompras.com. O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.aripuana.mt.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo site: http://www.aripuana.mt.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@aripuana.mt.gov.br.

Aripuanã-MT, 07 de novembro de 2023.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 199/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 247/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **DULCINEIA CORREA MENEZES**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.615/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 576/2023-SINFRA;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, a Sra.Sra. **VALERIA PAZETTO DE SÁ MARTINS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 228349-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 046.446.551-63, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superiorde **Coordenadoria de Compras e Orçamento DAS-07,** *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura*, **a partir 01/11/2023**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes da Portaria nº **16.615/2023** de nomeação referente ao mês 11/2023, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2023.

Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 203/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º060/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **HELIENE WANDEL REI DE JESUS**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.612/2023

CRIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE RECURSO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E A COMISSÃO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DO SERVIDOR ESTÁVEL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o objetivo de cumprir às exigências contidas no Decreto Municipal nº. **1.119/2006 e** 1.389/2008;

Considerando a necessidade de cumprir às exigências contidas no Parágrafo único, Art. 28, Seção VI, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando, igualmente, as disposições do Artigo 49 da Lei 182/2021.

RESOLVE:

Artigo 1°Criar a Comissão para avaliar o recurso apresentado pela servidora ADILA SOMBRA PERRUT, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA,** no Centro de Educação Infantil Caminho do Saber**,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação*

Artigo 2° A Comissão será composta pelos seguintes membros, que exercerão suas atividades em paralelo às suas atribuições normais de seus cargos e sem direito a vantagens especiais, sob a presidência do primeiro.

Titulares:

Rogerson Douglas França – Mat. 5796 - Presidente

Marinelza Aparecida de Moraes – Mat. 5494 – Membro

Bruna Pessoa Kurovski– Mat. 5823 - Membro

Artigo 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 190/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 048/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; CONTRATADA: **ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA NASCIMENTO**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/12/2023 A 20/12/2023; PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA EM ATENDER AS ATIVIDADES ESCOLARES ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2023, CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 694/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 41/2023

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 14.702/2022, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1.729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ ESPÉCIE COFFEA CANEFORA, VARIEDADE ROBUSTA, COM QUATRO A SEIS PARES DE FOLHAS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.**

Início da Sessão: **Dia 22/11/2023, às 14h00min (oito) horas,** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 07 de novembro de 2023.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 62/2023

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PREGOS, ARRUELA, BARRA ROSCADA E PORCAS) PARA REALIZAR MANUTENÇÃO EM PONTES E BUEIROS**, **EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 13/11/2023 às 17:00h

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Aripuanã, sito a Praça São Francisco de Assis, nº. 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP: 78.325-000, nos horários de 07h:00min às 11h:00min e 13h:00min as 17h:00min, em dias uteis ou pelo E-mail: licitacao@aripuana.mt.gov.br até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município http://www.aripuana.mt.gov.br, ou através do licitacao@aripuana.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, si Praça São Francisco de Assis, nº. 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP: 78.325-000, no horário das 07h:00min às 11h:00min de segunda a sexta feira.

Aripuanã-MT, 07 de novembro de 2023.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 017/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 024/2023.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT.

CONTRATADA: EDG ELETRONICOS E PAPELARIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - 02 (DOIS) COMPUTADORES DO TIPO DESKTOP COMPLETO E 1(UM) NOTEBOOK, PARA ATENDER AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, II da Lei 14.133/2021.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Procedimento de Dispensa de Licitação n. 017/2023 de que trata este processo, objetivou a seleção da melhor proposta para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - 02 (DOIS) COMPUTADORES DO TIPO DESKTOP COMPLETO E 1(UM) NOTEBOOK, PARA ATENDER AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT.

Destaca-se que em toda a sua tramitação foi atendida à legislação pertinente.

Posto isto, **HOMOLOGO** o Procedimento Dispensa n. 017/2023 e **ADJUDICO** o objeto, qual seja, a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - 02 (DOIS) COMPUTADORES DO TIPO DESKTOP COMPLETO E 1(UM) NOTEBOOK, PARA ATENDER AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, no valor global de R$ 12.375,00 (doze mil e trezentos e setenta e cinco reais), conforme documentos que instruem este processo.

Sidnei Gomes de Souza

Presidente da Câmara Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA N.º 031/SMEC/2023

Nomeia Comissão de Habilitação para o Cargo de Coordenador Pedagógico das unidades educacionais da rede municipal de ensino e dá outras providências.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN, Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o artigo 3º do Decreto Municipal nº 153/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR os seguintes membros, para compor a Comissão de Habilitação ao Cargo de Coordenador Pedagógico, sob a presidência do primeiro:

a) REPRESENTANTES DA SMEC: 1. Silvane dos Santos Ferreira da Silva

2. Maria Pereira Magalhães Amorim

3. Valdineia Ferreira dos Santos Piasson **b) REPRESENTANTES DO COMED:** 4. Mônica Maria Furlan

c) REPRESENTANTE DO SISPUMBB:

5. Cleusa Aparecida Galiassi

d) REPRESENTANTE DO SINTEP/BARRA DO BUGRES:

6. João Bosco Fernandes El Hage

Art. 2º Estabelecer o seguinte cronograma das etapas de habilitação e escolha:

DATA	HORÁRIO	ETAPA
28/ 11/ 2023	7h às 11h 13h às17h	Inscrição dos professores efetivos interessados ao cargo de coordenador pedagógico. (Obs.: Presencial)
30/ 11/ 2023	7h às 11h	Análise das inscrições e divulgação dos professores efetivos habilitados ao cargo de coordenador pedagógico.
05/ 12/ 2023	13h às 17h	Escolha do Coordenador habilitado **feita pelo Diretor Escolar**/confirmação à SMEC. **LOCAL:** SMEC/Departamento Pedagógico (Obs.: Presencial)
06/ 12/ 2023	às 17h	Divulgação da escolha/aceite de candidatos a coordenadores pedagógicos, **feita pelo Diretor Escolar. LOCAL:** SMEC/Departamento Pedagógico (Obs.: Presencial)

Art. 3º Os professores interessados deverão entregar no ato da inscrição, os documentos exigidos no Decreto 153/2022 em seus **anexos I, II** e **III.** Atendo-se para os critérios no **capítulo I Das Atribuições** e **capítulo III Dos Critérios.**

Link do Decreto:

https://www.barradobugres.mt.gov.br/Transparencia/...

Art. 4º Quadro de vagas disponíveispara o cargo de Coordenador Pedagógico:

a) EM Guiomar de Campos Miranda e extensão: 02 (duas);

b) EMEB Herculano Borges e extensão: 02 (duas);

c) EM Prof.ª Silvana de Souza Daniel e extensão: 02 (duas);

d) CMEI Carlos Alberto Cruz: 02 (duas);

e) CMEI Júlio Domingos de Campos: 01 (uma);

f) CMEI Gov. José Garcia Neto: 01 (uma);

g) Creche Nossa Senhora Aparecida: 01 (uma);

h) Creche Manuel Custódio de Moura: 01 (uma);

i) EMEI Profª Maria Lila da Costa: 01 (uma);

j) EM São Benedito: 01 (uma);

k) EM Raimunda A. A. Leão: 01 (uma);

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Barra do Bugres, 07 de novembro de 2023.

Prof.ª Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 547/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATA Nº 004/CGMPSF/2023

Aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, por meio de reunião virtual, reuniram-se em convocação extraordinária os membros do Comitê Gestor municipal do Programa SER Família, nomeados pela Portaria nº 100/2022 para deliberar sobre a substituição de beneficiários do Programa SER Família em decorrência de a família possuir mais de um cartão, conforme abaixo descrito:

Nº	Nome	CPF
01	Paulina Maria da Silva	138.774.044-05
02	Rosimara Lucia da Costa	034.276.241-96
03	Sandra da Silva Souza	036.570.381-83
04	Jorge Sabino de Moraes	459.896.131-72

Atestamos que as famílias selecionadas atendem aos critérios de elegibilidade e condicionalidade do Programa SER Família. Assim, encerrada a reunião, eu fui designada secretária assino juntamente com os demais presentes e encaminhamos para publicação em veículo oficial. Simone Ximenes de Souza Zanardi, Cássia Regiele da Silva Garieri, Juscimara Alves de Carvalho, Elizangela Oliveira, Juliete Santos de Almeida Matos, Ilza Cristina da Silva Santos, Paula Duarte Fonseca, Vera de Souza Benites, Joana Miriam Pereira Carrasco e Maria Cícera Alves da Costa.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 109/2023

DECRETO Nº 109/2023

Que dispõe sobre nomeação de candidatos aprovados em Concurso Público.

MARIA AZENILDA PEREIRA Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o resultado do Concurso Público Municipal nº 001/2022, homologado pelo Decreto n.º 056/2023 de 31 de julho de 2023 e em conformidade com o Edital de Convocação nº 002/2023 de 29 de setembro 2023 e edital de nº 003/2023 de 03/10/2023.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Ficam nomeados os candidatos abaixo relacionados, para exercerem os cargos de Provimento Efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme discriminação a seguir:

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO – EDUCAÇÃO INFANTIL - 40HS, NIVEL 01, CLASSE B

ALANA KATLYN MENDES FONSECA DA SILVA

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO – EDUCAÇÃO INFANTIL - 40HS, NIVEL 01, CLASSE B

FABIANA PONTES ELIAS

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO – ANOS INICIAIS - 40HS, NIVEL 01, CLASSE B

MARCELA DE BARROS ASSUNÇÃO

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA - 30HS, NIVEL 01, CLASSE B

MARQUES MATHIAS DE ALMEIDA RUCKER

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO – ANOS INICIAIS - 40HS, NIVEL 01, CLASSE B

THAYNE KELLY PEREIRA DOS SANTOS

CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, 40HS, NIVEL 01, CLASSE A

BEATRIZ DA SILVA CHAVES

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 30HS, NIVEL 01, CLASSE A

BERIVANUSA DA SILVA ALVES

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMENINO, 40HS, NIVEL 01, CLASSE A

DAIARA WOTH ALVES

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 30HS, NIVEL 01, CLASSE A

ELIZETE ALVES FERREIRA

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 30HS, NIVEL 01, CLASSE A

GABRIELLY HEBER AZEVEDO DA CRUZ

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 40HS, NIVEL 01, CLASSE A

GLEICE KELLEN DELFINO DE ANDRADE

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 30HS, NIVEL 01, CLASSE A

LUCIENE MARIA DE ARRUDA

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 30HS, NIVEL 01, CLASSE A

MANOELA LUANA IRACEMA DEMARCHI PORTES BALDOINO

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 40HS, NIVEL 01, CLASSE A

NAYANE BORGES DE MELO

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 40HS, NIVEL 01, CLASSE A

RACHEL FERREIRA SALTARIN

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - MASCULINO, 40HS, NIVEL 01, CLASSE A

TIAGO DA SILVA JARA

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO, 30HS, NIVEL 01, CLASSE A

VALERIA MELO RODRIGUES

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - MASCULINO, 40HS, NIVEL 01, CLASSE A

WENIS CARDOSO DA SILVA

Art. 2º - O candidato nomeado, empossado e em exercício, submeter-se-á ao Regime Jurídico Único da Lei Complementar nº 001/2005, à Lei Complementar nº 055/2013, ao Edital do Concurso nº 001/2022, Edital de Convocação nº 002/2023 e edital de nº 003/2023 e demais legislações pertinentes.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 01 de novembro de 2023.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº:11/2023 – SRP

O município de Barra do Bugres - MT, torna público O RESULTADO do processo Licitatório modalidade pregão presencial nº11/2023, SISTEMA REGISTRO DE PREÇO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – DERIVADOS DE AÇOUGUE PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS. Licitantes vencedores: VALECORTES PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LIMITADA,inscrita no CNPJ sob o nº24.233.431/0001-66 no valor total de R$ 524.666,05 (Quinhentos e vinte e quatro mil e seiscentos e sessenta e seis reais e cinco centavos); e FRUTA SUL COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 10.264.502/0001-83 no valor total de R$ 576.485,90 (Quinhentos e setenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos). Informações poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, no horário das 07:00 as 13:00 min, ou no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, via telefone: (065)3361-3868.

Barra do Bugres – MT, 07 de novembro de 2023

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 348/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 348/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 025/2023

PROCESSO N° 174/2023

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: **LJ SHOWS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA**

CNPJ: 32.695.732/0001-30

Objeto: Contratação banda Liga Joe para realizar show no evento “quanta lameira”, na data de 28/10/2023, promovido pela Secretaria de Turismo.

Validade: Iniciando-se em 26/10/2023 e com término em 25/12/2023.

Barra do Garças - MT, 06 de novembro de 2023.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente(a), no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela legislação vigente, tendo em vista o decorrer de todos os prazos legais, resolve:

ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr: 00000089/2023

Modalidade Nr: 00000004/2023

Classificação: Chamamento Público/Credenciamento

Data da Adjudicação Retificado: 07/11/2023

Objeto da licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NOS ATENDIMENTOS DOS BLOCOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (APS), MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

5100428 - JULYANNA MARTINS OLIVEIRA

CNPJ: 31.136.232/0001-03

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00

Total Fornecedor: 2.484.000,0000

5100431 - H ROJAS ZAYAS - ATENDIMENTO MEDICO

CNPJ: 31.109.746/0001-61

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00

Total Fornecedor: 1.264.800,0000

5100509 - MAILANE RENATA LEITE

CNPJ: 29.414.805/0001-63

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00

Total Fornecedor: 2.804.880,0000

5100511 - VERONICA A. VILAR

CNPJ: 25.321.596/0001-52

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

Total Fornecedor: 3.105.000,0000

5101199 - ANTONIO ROBERTO FERREIRA DA SILVA CLINICA MEDICA EIRELI

CNPJ: 27.307.364/0001-75

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83708	LOTE 03 NEUROCIRURGIA/NEURO RQE UTI PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		264,0000	1.500,0000	396.000,00
83709	LOTE 03 NEUROCIRURGIA/NEURO RQE UTI PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA ITEM 2 SERVICOS MEDICOS AMBULATORIAIS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		240,0000	150,0000	36.000,00

Total Fornecedor: 432.000,0000

5101433 - FREDERICO ROSA FONSECA

CNPJ: 34.082.327/0001-71

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00

Total Fornecedor: 4.690.680,0000

5101451 - ALINE LOPES GUERRA 88307131120

CNPJ: 13.723.909/0001-10

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83781	LOTE 37 CLINICO GERAL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1560,0000	100,0000	156.000,00

Total Fornecedor: 570.000,0000

5101527 - NUCLEO DE OTORRINO DO ARAGUAIA LTDA - ME

CNPJ: 22.038.117/0001-05

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83715	LOTE 05 OTORRINOLARINGOLOGISTA CIRURGIA E EXAMES RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA DE ADENOIDECTOMIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	1.000,0000	120.000,00
83716	LOTE 05 OTORRINOLARINGOLOGISTA CIRURGIA E EXAMES RQE ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA DE AMIGDALECTOMIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	1.000,0000	120.000,00
83717	LOTE 05 OTORRINOLARINGOLOGISTA CIRURGIA E EXAMES RQE ITEM 3 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS NASOENDOSCOPIA FLEXIVEL LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		120,0000	150,0000	18.000,00

83747	LOTE 18 OTORRINOLARINGOLOGISTA RQE CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS CER II LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		480,0000	150,0000	72.000,00
83748	LOTE 18 OTORRINOLARINGOLOGISTA RQE CONSULTAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CLINICA PARTICULAR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		240,0000	150,0000	36.000,00

Total Fornecedor: 366.000,0000

5101609 - HUDSON HORITA

CNPJ: 23.895.293/0001-18

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83715	LOTE 05 OTORRINOLARINGOLOGISTA CIRURGIA E EXAMES RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA DE ADENOIDECTOMIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	1.000,0000	120.000,00
83716	LOTE 05 OTORRINOLARINGOLOGISTA CIRURGIA E EXAMES RQE ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA DE AMIGDALECTOMIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	1.000,0000	120.000,00
83717	LOTE 05 OTORRINOLARINGOLOGISTA CIRURGIA E EXAMES RQE ITEM 3 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS NASOENDOSCOPIA FLEXIVEL LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		120,0000	150,0000	18.000,00
83747	LOTE 18 OTORRINOLARINGOLOGISTA RQE CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS CER II LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		480,0000	150,0000	72.000,00
83748	LOTE 18 OTORRINOLARINGOLOGISTA RQE CONSULTAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CLINICA PARTICULAR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		240,0000	150,0000	36.000,00

Total Fornecedor: 366.000,0000

5101628 - J. R. DE RIOJA & CIA LTDA

CNPJ: 14.435.455/0001-44

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83755	LOTE 21 ULTRASSONOGRAFIA EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		7200,0000	70,0000	504.000,00

Total Fornecedor: 1.501.200,0000

5101629 - BRUNO GOMES DA SILVA

CNPJ: 30.658.532/0001-81

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83742	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRURGIAS ITEM 1 SERVICOS ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		360,0000	100,0000	36.000,00
83743	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRUR ITEM 2 SERVICOS ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		360,0000	400,0000	144.000,00
83744	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRURGIAS ITEM 3 SERVICOS ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIAS ELETIVAS E DE URGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		144,0000	1.000,0000	144.000,00

Total Fornecedor: 324.000,0000

5101630 - A P SALAMONI

CNPJ: 22.082.318/0001-00

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83745	LOTE 17 OFTALMOLOGISTA RQE CONSULTAS E EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS ELETIVAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		2400,0000	150,0000	360.000,00
83746	LOTE 17OFTALMOLOGISTA RQE CONSULTAS E EXAMES ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS DE URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	250,0000	15.000,00

Total Fornecedor: 375.000,0000

5101636 - MASTER CLINICA LTDA - ME

CNPJ: 21.009.902/0001-69

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83762	LOTE 24 GINECOLOGISTA/OBSTETRICIA RQE CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1200,0000	150,0000	180.000,00
83766	LOTE 27 CLINICA MEDICA PEDIATRICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		3600,0000	150,0000	540.000,00
83790	LOTE 43 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS GINECOLOGISTA (PESSOA JURIDICA) RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		600,0000	150,0000	90.000,00
83791	LOTE 43 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS GINECOLOGISTA (PESSOA JURIDICA) RQE ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PROCEDIMENTOS CIRURGICOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		60,0000	2.000,0000	120.000,00

Total Fornecedor: 930.000,0000

5101640 - L.H. DE FREITAS PAULA

CNPJ: 30.095.014/0001-05

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83756	LOTE 22 NEUROLOGISTA RQE CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS CRRES LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1200,0000	150,0000	180.000,00
83757	LOTE 22 NEUROLOGISTA RQE CONSULTAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS CER II LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		720,0000	150,0000	108.000,00
83775	LOTE 33 MEDICO ESPECIALISTA EM SAUDE MENTAL (PSIQUIATRIA) CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1200,0000	150,0000	180.000,00

Total Fornecedor: 468.000,0000

5101641 - ROBERTA MARTINS ALMEIDA

CNPJ: 34.552.768/0001-90

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83722	LOTE 08 PEDIATRIA PLANTAO DE 06 (SEIS) HORAS RQE OU TITULO DE ESPECIALIZACAO EM PEDIATRIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83723	LOTE 09 PEDIATRIA PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS RQE OU TITULO DE ESPECIALIZACAO EM PEDIATRIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS DE SOBREAVISO LOCAL E DESCRICAO CONFORME O LOCAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00

Total Fornecedor: 1.264.800,0000

5101645 - GUARDINI SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 34.682.078/0001-55

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83745	LOTE 17 OFTALMOLOGISTA RQE CONSULTAS E EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS ELETIVAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		2400,0000	150,0000	360.000,00
83746	LOTE 17OFTALMOLOGISTA RQE CONSULTAS E EXAMES ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS DE URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	250,0000	15.000,00

Total Fornecedor: 375.000,0000

5101649 - SMA CLINICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA

CNPJ: 26.336.523/0001-05

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83728	LOTE 12 MEDICO ANESTESISTA RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS PRESENCIAL PARA CIRURGIAS ELETIVAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PLANTAO SOBREAVISO DE 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	1.720,0000	1.279.680,00

Total Fornecedor: 1.279.680,0000

5101670 - RAFAEL JOVIANO SOUZA DE BARROS

CNPJ: 34.701.356/0001-74

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00

83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83766	LOTE 27 CLINICA MEDICA PEDIATRICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		3600,0000	150,0000	540.000,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83777	LOTE 35 CLINICO GERAL CONSULTA ELETIVA E ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL EM HANSENIASE E LEISHMANIOSE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1200,0000	100,0000	120.000,00
83778	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		276,0000	1.380,0000	380.880,00
83779	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS FINAL DE SEMANA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	500,0000	60.000,00
83781	LOTE 37 CLINICO GERAL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1560,0000	100,0000	156.000,00
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 10.639.440,0000

5101671 - PRIME CENTRO CLINICO LTDA

CNPJ: 23.014.585/0001-02

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83755	LOTE 21 ULTRASSONOGRAFIA EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		7200,0000	70,0000	504.000,00

Total Fornecedor: 504.000,0000

5101673 - T. R. DOS S. CARNEIRO DE OLIVEIRA

CNPJ: 11.706.394/0001-14

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83745	LOTE 17 OFTALMOLOGISTA RQE CONSULTAS E EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS ELETIVAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		2400,0000	150,0000	360.000,00
83746	LOTE 17OFTALMOLOGISTA RQE CONSULTAS E EXAMES ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS DE URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	250,0000	15.000,00

Total Fornecedor: 375.000,0000

5101794 - LEBEU AUGUSTO ALVES DE SOUZA

CNPJ: 35.439.295/0001-81

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total

83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 7.366.080,0000

5101799 - TMED SERVICOS MEDICOS EIRELI

CNPJ: 35.407.722/0001-40

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
84184	LOTE 45 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS DIURNO VISITADOR RESPONSAVEL PELO NIR (NUCLEO INTERNO DE REGULACAO) DO HOSPITAL MILTON PESSOA MORBECK ITEM 1 SERVICOS MEDICOS CLINICO GERAL PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS	UNIDADE		372,0000	1.380,0000	513.360,00

Total Fornecedor: 4.315.440,0000

5101809 - THAYLA PORFIRIO ROSA PIRES

CNPJ: 35.585.780/0001-63

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83778	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		276,0000	1.380,0000	380.880,00
83779	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS FINAL DE SEMANA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	500,0000	60.000,00

83781	LOTE 37 CLINICO GERAL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1560,0000	100,0000	156.000,00

Total Fornecedor: 1.048.560,0000

5101812 - RUBIENCASSIA SILVA

CNPJ: 35.585.874/0001-32

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00

Total Fornecedor: 1.372.680,0000

5101991 - A C DE PAULA SERVICOS MEDICOS EIRELI

CNPJ: 35.932.115/0001-07

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00

Total Fornecedor: 2.484.000,0000

5102037 - TALITA RODRIGUES DE MELO ALCANTARA

CNPJ: 36.095.703/0001-98

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 2.996.280,0000

5102038 - C BRAGA ALVES

CNPJ: 36.057.444/0001-00

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00

Total Fornecedor: 632.400,0000

5102040 - W. R. DE ALMEIDA EIRELI

CNPJ: 35.880.777/0001-72

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83758	LOTE 23 DERMATOLOGISTA RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1440,0000	150,0000	216.000,00

83777	LOTE 35 CLINICO GERAL CONSULTA ELETIVA E ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL EM HANSENIASE E LEISHMANIOSE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1200,0000	100,0000	120.000,00

Total Fornecedor: 336.000,0000

5102043 - MORATO MED EIRELI

CNPJ: 26.902.710/0001-09

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83713	LOTE 04 CIRURGIAO GERAL RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA CONSULTA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS LOCAL DE DESCRICAO CONFORME O LOCAL	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83714	LOTE 04 CIRURGIAO GERAL RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA CONSULTA ITEM 2 SERVICOS DE CONSULTA MEDICA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	150,0000	270.000,00
83764	LOTE 26 EXAMES DE ENDOSCOPIA/COLONOSCOPIA RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EXAME DE ENDOSCOPIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		360,0000	300,0000	108.000,00
83765	LOTE 26 EXAMES DE ENDOSCOPIA/COLONOSCOPIA RQE ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EXAME DE COLONOSCOPIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		180,0000	400,0000	72.000,00

Total Fornecedor: 1.476.720,0000

5102164 - M. FERNANDO GOMES FERREIRA EIRELI

CNPJ: 36.338.755/0001-48

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83723	LOTE 09 PEDIATRIA PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS RQE OU TITULO DE ESPECIALIZACAO EM PEDIATRIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS DE SOBREAVISO LOCAL E DESCRICAO CONFORME O LOCAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83766	LOTE 27 CLINICA MEDICA PEDIATRICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		3600,0000	150,0000	540.000,00

Total Fornecedor: 1.172.400,0000

5102229 - UROCENTRO ARAGUAIA CLINICA MEDICA LTDA

CNPJ: 33.142.216/0001-40

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83729	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CISTOSCOPIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		24,0000	1.000,0000	24.000,00
83731	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 3 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS RETIRADA DE DUPLO J LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	1.200,0000	72.000,00
83732	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 4 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PEQUENAS CIRURGIAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	1.200,0000	72.000,00
83733	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 5 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS MEDIAS CIRURGIAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	1.800,0000	108.000,00
83734	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 6 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA ABERTA DE PROSTATA, BEXIGA E INCONTINENCIA URINARIA FEMININA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		36,0000	4.000,0000	144.000,00
83735	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 7 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA ENDOSCOPICA DA PROSTATA E URETRA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		36,0000	4.500,0000	162.000,00
83736	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 8 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA ENDOSCOPICA DO CALCULO RENAL, URETERAL OU VESICAL LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		12,0000	5.000,0000	60.000,00
83737	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 9 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA ABERTA DO RIM LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		12,0000	5.000,0000	60.000,00
83738	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 10 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA NEFROSTOMIA GUIADA POR RADIOSCOPIA OU ABERTA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		12,0000	4.000,0000	48.000,00
83753	LOTE 20 UROLOGISTA RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	150,0000	270.000,00

Total Fornecedor: 1.020.000,0000

5102242 - OBGYN CARES S/S LTDA

CNPJ: 36.561.557/0001-49

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83724	LOTE 10 ULTRASSONOGRAFISTA PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	400,0000	297.600,00

Total Fornecedor: 297.600,0000

5102259 - JOAO MILZAMAR ESTEVES BATISTA

CNPJ: 36.700.179/0001-37

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83777	LOTE 35 CLINICO GERAL CONSULTA ELETIVA E ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL EM HANSENIASE E LEISHMANIOSE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1200,0000	100,0000	120.000,00
83781	LOTE 37 CLINICO GERAL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1560,0000	100,0000	156.000,00

Total Fornecedor: 313.680,0000

5102319 - LACERDA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA

CNPJ: 36.771.846/0001-72

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83739	LOTE 14 ORTOPEDISTA RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	900,0000	669.600,00
83772	LOTE 31 ORTOPEDISTA RQE CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1200,0000	150,0000	180.000,00

Total Fornecedor: 849.600,0000

5102541 - THAIS DE MIRANDA LEAL

CNPJ: 37.505.382/0001-15

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00

Total Fornecedor: 7.174.680,0000

5102543 - WAGNER RIBEIRO DE FREITAS NERY ALVES

CNPJ: 37.424.351/0001-30

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 7.633.680,0000

5102613 - DIEGO RODRIGUES ALVES MORAIS LTDA

CNPJ: 37.313.938/0001-71

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83722	LOTE 08 PEDIATRIA PLANTAO DE 06 (SEIS) HORAS RQE OU TITULO DE ESPECIALIZACAO EM PEDIATRIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83723	LOTE 09 PEDIATRIA PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS RQE OU TITULO DE ESPECIALIZACAO EM PEDIATRIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS DE SOBREAVISO LOCAL E DESCRICAO CONFORME O LOCAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83766	LOTE 27 CLINICA MEDICA PEDIATRICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		3600,0000	150,0000	540.000,00

Total Fornecedor: 3.069.600,0000

5102689 - CARDIO INTEGRATIVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 38.446.044/0001-12

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83763	LOTE 25 CARDIOLOGISTA RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EXAMES LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	150,0000	90.000,00

Total Fornecedor: 1.354.800,0000

5103992 - ANTENOR GONCALVES FERREIRA NETO EIRELI

CNPJ: 26.760.360/0001-85

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83755	LOTE 21 ULTRASSONOGRAFIA EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		7200,0000	70,0000	504.000,00

Total Fornecedor: 504.000,0000

5104013 - WALISA SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 31.002.527/0001-89

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00

Total Fornecedor: 997.200,0000

5104018 - FACIALE ASSISNTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA

CNPJ: 13.992.062/0001-79

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83742	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRURGIAS ITEM 1 SERVICOS	UNIDADE		360,0000	100,0000	36.000,00

	ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL					
83743	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRUR ITEM 2 SERVICOS ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		360,0000	400,0000	144.000,00
83744	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRURGIAS ITEM 3 SERVICOS ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIAS ELETIVAS E DE URGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		144,0000	1.000,0000	144.000,00

Total Fornecedor: 324.000,0000

5104035 - JEFERSON ELIAS VARGAS REZENDE LTDA

CNPJ: 40.674.419/0001-43

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 4.261.080,0000

5104037 - R. L. A. M. ALVES

CNPJ: 22.524.001/0001-78

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83724	LOTE 10 ULTRASSONOGRAFISTA PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	400,0000	297.600,00
83755	LOTE 21 ULTRASSONOGRAFIA EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		7200,0000	70,0000	504.000,00

Total Fornecedor: 801.600,0000

5104242 - CLINICA PEDRO MORENO MD LTDA

CNPJ: 41.431.939/0001-98

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00

Total Fornecedor: 5.634.600,0000

5104438 - L C RAYE EIRELI

CNPJ: 41.002.340/0001-39

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00

Total Fornecedor: 300.000,0000

5265327 - L E BUCO MAXILO FACIAL LTDA

CNPJ: 28.696.974/0001-70

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83742	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRURGIAS ITEM 1 SERVICOS ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		360,0000	100,0000	36.000,00
83743	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRUR ITEM 2 SERVICOS ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		360,0000	400,0000	144.000,00
83744	LOTE 16 CIRURGIAO BUCOMAXILO CROMT REGISTRO DE ESPECIALIDADE CONSULTAS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS CIRURGIAS ITEM 3 SERVICOS ODONTOLOGICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIAS ELETIVAS E DE URGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		144,0000	1.000,0000	144.000,00

Total Fornecedor: 324.000,0000

5268596 - VALDO DE SOUSA EIRELI

CNPJ: 29.990.474/0001-00

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83790	LOTE 43 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS GINECOLOGISTA (PESSOA JURIDICA) RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		600,0000	150,0000	90.000,00
83791	LOTE 43 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS GINECOLOGISTA (PESSOA JURIDICA) RQE ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PROCEDIMENTOS CIRURGICOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		60,0000	2.000,0000	120.000,00

Total Fornecedor: 210.000,0000

5290412 - OFTALMED EIRELI

CNPJ: 36.149.740/0001-31

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83745	LOTE 17 OFTALMOLOGISTA RQE CONSULTAS E EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS ELETIVAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		2400,0000	150,0000	360.000,00
83746	LOTE 17OFTALMOLOGISTA RQE CONSULTAS E EXAMES ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS DE URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	250,0000	15.000,00

Total Fornecedor: 375.000,0000

5292503 - ANGIOMED OLIVEIRAS LTDA

CNPJ: 42.297.415/0001-19

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83719	LOTE 07 MEDICO CIRURGIAO VASCULAR RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PROCEDIMENTOS CIRURGICOS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		72,0000	1.750,0000	126.000,00
83720	LOTE 07 MEDICO CIRURGIAO VASCULAR RQE ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS ULTRASSONOGRAFIA COM DOPLER VASCULAR LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		240,0000	300,0000	72.000,00
83721	LOTE 07 MEDICO CIRURGIAO VASCULAR RQE ITEM 3 CONSULTA ESPECIALIZADA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		720,0000	150,0000	108.000,00

Total Fornecedor: 306.000,0000

5292833 - DIEGO GABRIEL MONCAO & CIA LTDA

CNPJ: 43.005.903/0001-78

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00

83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 2.620.080,0000

5303716 - J P RODRIGUES

CNPJ: 31.438.370/0001-39

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

Total Fornecedor: 621.000,0000

5307967 - L. PORTILHO MENON

CNPJ: 44.585.202/0001-18

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
84184	LOTE 45 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS DIURNO VISITADOR RESPONSAVEL PELO NIR (NUCLEO INTERNO DE REGULACAO) DO HOSPITAL MILTON PESSOA MORBECK ITEM 1 SERVICOS MEDICOS CLINICO GERAL PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS	UNIDADE		372,0000	1.380,0000	513.360,00

Total Fornecedor: 5.158.440,0000

5310023 - REULLER DEIBAS PIRES DA SILVA

CNPJ: 44.745.306/0001-42

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83778	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		276,0000	1.380,0000	380.880,00
83779	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS FINAL DE SEMANA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	500,0000	60.000,00

Total Fornecedor: 440.880,0000

5310025 - N. MOREIRA DE SOUZA

CNPJ: 44.745.361/0001-32

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00

Total Fornecedor: 3.556.680,0000

5314429 - V F VILELA LTDA

CNPJ: 45.344.086/0001-08

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83750	LOTE 19 PSIQUIATRIA RQE CONSULTAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS CAPS TM LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	150,0000	90.000,00
83751	LOTE 19 PSIQUIATRIA RQE CONSULTAS ITEM 3 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS CAPS AD LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		480,0000	150,0000	72.000,00

Total Fornecedor: 162.000,0000

5315616 - FREDERICO DE O LIMA

CNPJ: 44.615.388/0001-00

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83722	LOTE 08 PEDIATRIA PLANTAO DE 06 (SEIS) HORAS RQE OU TITULO DE ESPECIALIZACAO EM PEDIATRIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83723	LOTE 09 PEDIATRIA PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS RQE OU TITULO DE ESPECIALIZACAO EM PEDIATRIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS DE SOBREAVISO LOCAL E DESCRICAO CONFORME O LOCAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83766	LOTE 27 CLINICA MEDICA PEDIATRICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		3600,0000	150,0000	540.000,00

Total Fornecedor: 1.804.800,0000

5316519 - GAPETT SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 38.306.997/0001-85

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 4.828.800,0000

5316613 - MARCOS ANTONIO JORDAO GUIMARAES

CNPJ: 37.251.591/0001-80

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83729	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CISTOSCOPIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		24,0000	1.000,0000	24.000,00
83730	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS BIOPSIA DE PROOSTATA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	800,0000	48.000,00
83731	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 3 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS RETIRADA DE DUPLO J LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	1.200,0000	72.000,00
83732	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 4 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PEQUENAS CIRURGIAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	1.200,0000	72.000,00
83733	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 5 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS MEDIAS CIRURGIAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		60,0000	1.800,0000	108.000,00

83734	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 6 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA ABERTA DE PROSTATA, BEXIGA E INCONTINENCIA URINARIA FEMININA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		36,0000	4.000,0000	144.000,00
83735	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 7 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA ENDOSCOPICA DA PROSTATA E URETRA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		36,0000	4.500,0000	162.000,00
83736	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 8 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA ENDOSCOPICA DO CALCULO RENAL, URETERAL OU VESICAL LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		12,0000	5.000,0000	60.000,00
83737	LOTE 13 PROCEDIMENTOS UROLOGICOS RQE ITEM 9 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CIRURGIA ABERTA DO RIM LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		12,0000	5.000,0000	60.000,00
83753	LOTE 20 UROLOGISTA RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	150,0000	270.000,00

Total Fornecedor: 1.020.000,0000

5318806 - DYENIFER ALINE BOLICO

CNPJ: 46.083.484/0001-80

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

Total Fornecedor: 3.105.000,0000

5319957 - G.J.D. KAPPES

CNPJ: 45.844.684/0001-46

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00

Total Fornecedor: 414.000,0000

5320202 - G MOCKER DA SILVA CAMPOS LTDA

CNPJ: 40.879.236/0001-64

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 3.564.000,0000

5320703 - CLINGAC SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 46.098.585/0001-25

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83764	LOTE 26 EXAMES DE ENDOSCOPIA/COLONOSCOPIA RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EXAME DE ENDOSCOPIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		360,0000	300,0000	108.000,00
83781	LOTE 37 CLINICO GERAL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1560,0000	100,0000	156.000,00
83792	LOTE 44 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS GASTROENTEROLOGISTA (PESSOA JURIDICA) RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1800,0000	150,0000	270.000,00

Total Fornecedor: 534.000,0000

5321050 - D. M. IBRAHIM

CNPJ: 46.364.372/0001-06

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00

Total Fornecedor: 3.442.680,0000

5321362 - LETICIA DE LIMA BARROS LTDA

CNPJ: 46.393.463/0001-61

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83766	LOTE 27 CLINICA MEDICA PEDIATRICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		3600,0000	150,0000	540.000,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83777	LOTE 35 CLINICO GERAL CONSULTA ELETIVA E ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL EM HANSENIASE E LEISHMANIOSE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1200,0000	100,0000	120.000,00
83778	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		276,0000	1.380,0000	380.880,00
83779	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS FINAL DE SEMANA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	500,0000	60.000,00
83781	LOTE 37 CLINICO GERAL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1560,0000	100,0000	156.000,00
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 10.639.440,0000

5322951 - FELIPE FERDINANDO BRONCA SERVIÇOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 46.373.415/0001-01

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00

Total Fornecedor: 2.997.360,0000

5323018 - MARCELO RIBEIRO GALVAO

CNPJ: 46.600.381/0001-40

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

Total Fornecedor: 3.105.000,0000

5328812 - G. C. RODRIGUES SAUDE INTEGRADA LTDA

CNPJ: 47.218.917/0001-20

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
84184	LOTE 45 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS DIURNO VISITADOR RESPONSAVEL PELO NIR (NUCLEO INTERNO DE REGULACAO) DO HOSPITAL MILTON PESSOA MORBECK ITEM 1 SERVICOS MEDICOS CLINICO GERAL PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS	UNIDADE		372,0000	1.380,0000	513.360,00

Total Fornecedor: 4.537.440,0000

5329599 - VALTON MARQUES DE BARROS JUNIOR LTDA

CNPJ: 47.188.002/0001-10

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83766	LOTE 27 CLINICA MEDICA PEDIATRICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		3600,0000	150,0000	540.000,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83777	LOTE 35 CLINICO GERAL CONSULTA ELETIVA E ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL EM HANSENIASE E LEISHMANIOSE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1200,0000	100,0000	120.000,00
83778	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		276,0000	1.380,0000	380.880,00
83779	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS FINAL DE SEMANA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	500,0000	60.000,00
83781	LOTE 37 CLINICO GERAL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1560,0000	100,0000	156.000,00
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 10.639.440,0000

5329782 - P. P. A. SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 34.774.350/0001-27

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 3.564.000,0000

5331850 - GUILHERME DE OLIVEIRA FERREIRA

CNPJ: 47.703.878/0001-57

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00

Total Fornecedor: 3.481.200,0000

5337347 - JESSIKA PEREIRA SANTANA LTDA

CNPJ: 48.390.610/0001-75

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECI-	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00

	ALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL					
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00

Total Fornecedor: 2.898.000,0000

5338323 - REINIA CASSIA SILVA LTDA

CNPJ: 22.513.470/0001-91

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

Total Fornecedor: 4.645.080,0000

5339023 - INOVAMED LTDA

CNPJ: 46.857.012/0001-38

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00

Total Fornecedor: 3.856.680,0000

10207612 - SOCRATES PEREIRA SILVA LTDA

CNPJ: 49.608.104/0001-72

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83706	LOTE 01 PLANTAO UTI 06 (SEIS) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83728	LOTE 12 MEDICO ANESTESISTA RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS PRESENCIAL PARA CIRURGIAS ELETIVAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PLANTAO SOBREAVISO DE 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	1.720,0000	1.279.680,00

Total Fornecedor: 1.912.080,0000

10210395 - A. C. M. MONTECCHI

CNPJ: 50.249.360/0001-08

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83778	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		276,0000	1.380,0000	380.880,00
83779	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS FINAL DE SEMANA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	500,0000	60.000,00
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00

Total Fornecedor: 740.880,0000

10210545 - YAGO DOS SANTOS BARBOSA

CNPJ: 46.594.760/0001-75

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00

Total Fornecedor: 997.200,0000

10210795 - FAUSTINA BRITO ASSISTENTE MEDICA LTDA

CNPJ: 48.836.129/0001-60

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83776	LOTE 34 PLANTAO PRESENCIAL 04 (QUATRO) HORAS NA POLICLINICA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM URGENCIA E EMERGENCIA PLANTAO 04 (QUATRO) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	314,0000	37.680,00
83778	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		276,0000	1.380,0000	380.880,00
83779	LOTE 36 CLINICO GERAL PROGRAMA MELHOR EM CASA ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS FINAL DE SEMANA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		120,0000	500,0000	60.000,00
83781	LOTE 37 CLINICO GERAL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1560,0000	100,0000	156.000,00
83782	LOTE 38 CLINICO GERAL UNIDADES DE SAUDE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		3000,0000	100,0000	300.000,00

Total Fornecedor: 1.969.560,0000

10210821 - F. C. B. NETO LTDA

CNPJ: 50.436.312/0001-10

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
84184	LOTE 45 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS DIURNO VISITADOR RESPONSAVEL PELO NIR (NUCLEO INTERNO DE REGULACAO) DO HOSPITAL MILTON PESSOA MORBECK ITEM 1 SERVICOS MEDICOS CLINICO GERAL PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS	UNIDADE		372,0000	1.380,0000	513.360,00

Total Fornecedor: 2.131.560,0000

10211409 - VILKA DE SOUSA NOBRE BENITEZ LTDA

CNPJ: 50.492.293/0001-40

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83775	LOTE 33 MEDICO ESPECIALISTA EM SAUDE MENTAL (PSIQUIATRIA) CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		1200,0000	150,0000	180.000,00

Total Fornecedor: 3.699.000,0000

10211717 - LUCAS AGUSTIN ACRI SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 50.474.130/0001-34

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 3.564.000,0000

10211932 - M. DE ALMEIDA COUTINHO

CNPJ: 50.571.592/0001-70

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83755	LOTE 21 ULTRASSONOGRAFIA EXAMES ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		7200,0000	70,0000	504.000,00

Total Fornecedor: 504.000,0000

10212518 - L PINHEIRO SERVIÇOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 48.862.168/0001-32

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

Total Fornecedor: 3.105.000,0000

10212558 - CARAZZAI SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 50.414.447/0001-85

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
84184	LOTE 45 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS DIURNO VISITADOR RESPONSAVEL PELO NIR (NUCLEO INTERNO DE REGULACAO) DO HOSPITAL MILTON PESSOA MORBECK ITEM 1 SERVICOS MEDICOS CLINICO GERAL PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS	UNIDADE		372,0000	1.380,0000	513.360,00

Total Fornecedor: 513.360,0000

10212777 - ADRIENNY BORGES ARAUJO

CNPJ: 50.721.839/0001-97

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00

Total Fornecedor: 3.105.000,0000

10212955 - CLINICA OASIS LTDA

CNPJ: 50.744.334/0001-48

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECI-	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00

	ALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL					
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 3.564.000,0000

10213816 - MIRELLA JIACOMETTI ARANTES MACHADO BARBOSA

CNPJ: 40.877.901/0001-80

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83713	LOTE 04 CIRURGIAO GERAL RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA CONSULTA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS LOCAL DE DESCRICAO CONFORME O LOCAL	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83714	LOTE 04 CIRURGIAO GERAL RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA CONSULTA ITEM 2 SERVICOS DE CONSULTA MEDICA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	150,0000	270.000,00

Total Fornecedor: 1.296.720,0000

10215179 - R. R. PARREIRA

CNPJ: 51.067.969/0001-10

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 1.080.000,0000

10215605 - ROGERIO GOMES CARVALHO LTDA

CNPJ: 46.168.268/0001-38

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83740	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 12 HORAS	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83741	LOTE 15 PLANTAO MEDICO DE URGENCIA/EMERGENCIA, SEMI-INTENSIVA MEDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTE DENTRO DO MUNICIPIO ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO PRESENCIAL DE 06 HORAS	UNIDADE		744,0000	690,0000	513.360,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00
84184	LOTE 45 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL PLANTAO 12 (DOZE) HORAS DIURNO VISITADOR RESPONSAVEL PELO NIR (NUCLEO INTERNO DE REGULACAO) DO HOSPITAL MILTON PESSOA MORBECK ITEM 1 SERVICOS MEDICOS CLINICO GERAL PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS	UNIDADE		372,0000	1.380,0000	513.360,00

Total Fornecedor: 4.142.040,0000

10215648 - MIGUEZ CLINICA MEDICA LTDA

CNPJ: 39.509.241/0001-04

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83739	LOTE 14 ORTOPEDISTA RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	900,0000	669.600,00
83772	LOTE 31 ORTOPEDISTA RQE CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1200,0000	150,0000	180.000,00

Total Fornecedor: 849.600,0000

10215845 - PRAMED PLANTOES MEDICOS LTDA

CNPJ: 32.607.218/0001-03

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83713	LOTE 04 CIRURGIAO GERAL RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA CONSULTA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS LOCAL DE DESCRICAO CONFORME O LOCAL	UNIDADE		744,0000	1.380,0000	1.026.720,00
83714	LOTE 04 CIRURGIAO GERAL RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA CONSULTA ITEM 2 SERVICOS DE CONSULTA MEDICA LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	150,0000	270.000,00

Total Fornecedor: 1.296.720,0000

10218876 - FONTES - CLINICA DE ORTOPEDIA LTDA

CNPJ: 06.159.500/0001-57

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83739	LOTE 14 ORTOPEDISTA RQE PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS DE URGENCIA E EMERGENCIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	900,0000	669.600,00
83772	LOTE 31 ORTOPEDISTA RQE CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1200,0000	150,0000	180.000,00

Total Fornecedor: 849.600,0000

10221549 - LEAO SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 32.367.118/0001-49

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83726	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		516,0000	900,0000	464.400,00
83727	LOTE 11 APOIO CIRURGICO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS E PLANTAO SOBREAVISO 12 (DOZE) HORAS ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PRESENCIAL CIRURGIAS ELETIVAS 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRICAO CONFORME EDITAL	UNIDADE		888,0000	600,0000	532.800,00
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 4.975.200,0000

10222151 - M.M.C.DE OLIVEIRA LTDA

CNPJ: 49.250.876/0001-85

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83707	LOTE 02 PLANTAO UTI 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECI-	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00

	ALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL					
83785	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSOA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 1 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO DE ATE 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	850,0000	153.000,00
83786	LOTE 40 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS (PESSA JURIDICA) PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO MOVEL UTI MOVEL ITEM 2 SERVICOS MEDICOS PARA DESLOCAMENTO SUPERIOR A 300 KM PLANTAO LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		180,0000	1.700,0000	306.000,00

Total Fornecedor: 2.344.800,0000

10222154 - GMA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

CNPJ: 51.544.950/0001-18

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83770	LOTE 30 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA POLICLINICA E UBS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		600,0000	690,0000	414.000,00

Total Fornecedor: 3.519.000,0000

10222803 - E R L ALMEIDA

CNPJ: 46.134.280/0001-21

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83718	LOTE 06 GINECOLOGIA/OBSTETRICIA RQE PLANTAO 12 (DOZE) HORAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LOCAL E DESCRICAO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		744,0000	1.700,0000	1.264.800,00
83762	LOTE 24 GINECOLOGISTA/OBSTETRICIA RQE CONSULTAS ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1200,0000	150,0000	180.000,00
83790	LOTE 43 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS GINECOLOGISTA (PESSOA JURIDICA) RQE ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS CONSULTAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		600,0000	150,0000	90.000,00
83791	LOTE 43 PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS GINECOLOGISTA (PESSOA JURIDICA) RQE ITEM 2 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PROCEDIMENTOS CIRURGICOS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		60,0000	2.000,0000	120.000,00

Total Fornecedor: 1.654.800,0000

10222873 - CLINICA MONTE SIAO LTDA

CNPJ: 41.197.812/0001-56

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83767	LOTE 28 PLANTAO PRESENCIAL 12 (DOZE) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA RESPONSAVEL PELO NIR LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		1800,0000	1.380,0000	2.484.000,00
83768	LOTE 29 PLANTAO PRESENCIAL 06 (SEIS) HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADO EM URGENCIA E EMERGENCIA LOCAL E DESCRITIVO CONFORME O EDITAL	UNIDADE		900,0000	690,0000	621.000,00
83783	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 1 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 06 (SEIS) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		744,0000	850,0000	632.400,00
83784	LOTE 39 PLANTAO PRESENCIAL SEMI-INTENSIVA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) ITEM 2 SERVICOS MEDICOS DE CLINICO GERAL ESPECIALIZADOS SEMI-INTENSIVO 12 (DOZE) HORAS LOCAL E DESCRITIVO CONFORME EDITAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00

Total Fornecedor: 4.369.800,0000

10225703 - MEDICPLAN MEDICINA PREVENTIVA E AMBULATORIAL LTDA

CNPJ: 23.890.483/0001-42

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
83723	LOTE 09 PEDIATRIA PLANTAO DE 12 (DOZE) HORAS RQE OU TITULO DE ESPECIALIZACAO EM PEDIATRIA ITEM 1 SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS DE SOBREAVISO LOCAL E DESCRICAO CONFORME O LOCAL	UNIDADE		372,0000	1.700,0000	632.400,00

Total Fornecedor: 632.400,0000

Total Geral: 227.523.480,0000

Encaminho o referido processo para análise e homologação.

BARRA DO GARÇAS, Terça-feira, 07 de Novembro de 2023

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2023 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2023 - SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, através da sua pregoeira nomeada pela portaria nº 121/2023 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **24/11/2023 as 08:00h (Horário de local**), Licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 029/2023**, no Tipo "***MENOR PREÇO POR ITEM",*** para o seguinte objeto **"Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação, confecção, montagem, desmontagem, e transporte de decoração natalina para serem utilizados nos eventos referentes às comemorações de Natal do Município de Brasnorte-MT."** Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: (066)3592-3206, site: https://www.gp.srv.br/transparencia_brasnorte/serv... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte – MT, 07 de novembro de 2023.

Edicleia Lucas da Silva

Pregoeira.

EDITAL Nº 02/2023

PROCEDIMENTO DE EDITAL Nº 02/2023

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PMIS)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRASNORTE - ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei 13. 019/2014, alterada pela Lei Federal nº. 13.204/2015, e o Decreto Municipal nº 011/2017, torna público aos cidadãos e às Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais localizadas neste Município, que através deste, o **PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**, visando TORNAR PÚBLICA a proposta de Manifestação de Interesse Social da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE e receber as propostas das organizações da sociedade civil que possuam finalidades que atendam os objetivos propostos, para celebração da parceria durante o ano de 2023, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1- OBJETIVO

1.1 - Tornar pública a manifestação de interesse social proposta pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ nº. 08.039.825/0001-21, conforme Anexo I deste edital.

1.2 - Receber propostas sob forma de subvenção social, destinadas ao atendimento de pessoas com deficiências intelectual e múltipla do município de Brasnorte-MT, nos termos do Anexo II deste edital.

2. DA ELABORAÇÃO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

2.1 - Poderão participar deste procedimento todas as Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais e cidadãos, conforme descritos na Lei Federal nº. 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº. 13.204/2015 e demais alterações, e Decreto Municipal nº. 011/2017.

2.2 - A proposta deverá ser enviada em formulário próprio, nos moldes do Anexo II deste Edital, devendo atender no mínimo aos seguintes requisitos:

a) Identificação do subscritor da proposta, por meio de cópia do documento de identidade, se pessoa física, ou documentação que comprove a representação, no caso de pessoa jurídica;

b) Indicação do interesse público envolvido, constando objeto e justificativa;

c) diagnóstico breve da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

2.3 - As propostas de manifestação de interesse social poderão ser apresentadas na Secretaria Municipal de Administração (Setor de Convênios) enquanto durar a circulação deste edital, diga-se no prazo de 10 (dez) dias corridos.

3. DA ADMISSIBILIDADE E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

3.1 - Somente serão admitidas as propostas que atenderem aos requisitos constantes do item 2.1 e 2.2 deste edital.

3.2 - Após o recebimento das propostas, as mesmas serão encaminhadas ao Conselho Municipal de Educação, órgão representativo da sociedade, para oitiva.

3.3 - Após a análise do Conselho Municipal de Educação a Administração Pública, se posicionará sobre sua aprovação e possibilidade de realização chamamento público ou sua inexigibilidade.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A proposição ou a participação no PMIS, bem como o fornecimento de estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres pelos interessados não impedirá a participação em eventual chamamento público subsequente.

4.2 A utilização de informações e documentos constantes da proposta encaminhada à Administração Pública Municipal não caracterizará nem resultará na concessão de qualquer vantagem ou privilégio ao subscritor, em eventual chamamento público posterior.

4.3 A realização do PMIS não implicará necessariamente a realização de chamamento público, que acontecerá de acordo com a conveniência e a oportunidade da administração pública.

4.4 O propositor e os participantes do PMIS serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua manifestação de interesse, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenizações, reembolsos ou qualquer remuneração por despesa incorrida.

4.5 A Administração Pública Municipal poderá, a seu critério e a qualquer tempo, considerar, excluir ou aceitar, parcial ou totalmente, as informações e sugestões advindas do PMIS.

4.6 A Administração Pública Municipal poderá realizar audiência pública com a participação de outros órgãos e entidades públicos, OSC's e movimentos sociais, setores interessados nas áreas objeto das discussões e o proponente para oitiva sobre a proposta e as contribuições recebidas no âmbito do PMIS.

4.7 A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio do chamamento público para a celebração de parceria.

4.8 A Administração Municipal reserva-se no direito de não autorizar o valor solicitado pela Organização da Sociedade Civil, movimentos sociais e cidadãos tendo em vista a tipificação do objeto da proposta e com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Brasnorte-MT, 06 de Novembro de 2023.

EDELO MARCELO FERRARI

Prefeito Municipal

- Este Edital encontra-se publicado na íntegra no portal transparência da Prefeitura Municipal de Brasnorte, no seguinte endereço eletrônico: http://200.199.196.35:8007/portaltransparencia/pub...

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 570/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JANISLEY MARCIA DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Bem Viver, S/N, Bairro Massa-Barro, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1856267-1 SSP-MT e CPF Nº 038.042. 491-67, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JANISLEY MARCIA DA SILVA** no cargo de Professor (a) Licenciado em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Irene Coelho Cruz, com **carga horária de trabalho de 30 (Trinta) horas semanais**, na Turma Creche II A, turno matutino, seu chamamento se justifica em substituição a professora Vaneide da Silva, que está na direção escolar, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **07 de Novembro de 2023 e término em 26 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 4.576,76 (Quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a boletim de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª:**Da Saúde e Segurança do trabalho (SST);**

a. Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame, b. Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação, c. Fica a contratada obrigada a realizar o exame admissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja

efetuado o exame, d. Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres, e. Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

Cláusula 10ª: Das obrigações;

a. Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b. Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos; c. Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, 20 horas aulas e a hora atividade conforme o decreto 688/2022, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; d. Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade; e. Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral; f. Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; g. Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; h. Entregar planejamento anual conforme o cronograma estabelecido pelo gestor, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação; i. Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático; j. Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo; k. Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar; l. Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos; m. Avaliar e registrar o desempenho dos alunos; n. Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação; o. Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre; p. Participar da formulação das políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público Municipal de Educação Básica; q. Desenvolver a regência efetiva; r. Executar tarefa de recuperação de alunos; s. Desenvolver pesquisa educacional; t. Participar dos programas de formação profissional; u. Participar da formação continuada da instituição escolar; v. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; w. Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa; **x.** Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** y. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 14ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de Novembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA N° 138/2023

"Dispõe sobre evolução funcional de servidor efetivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e dá outras providências".

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Cáceres-MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

Considerando o que consta na Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997 – Regime Júridico dos Servidores Públicos Municipais, e demais legislações aplicáveis;

Considerando o que consta submetido ao Memorando n° 38.251/2023 via 1-Doc;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder a Progressão de Classe ao servidor de carreira do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, abaixo relacionado, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada classe.

Servidora	Matrícula	Cargo	Data admissão	Classe/Nível atual	Classe/Nível destino	Memorando
HAMILTON CESAR DOS SANTOS	10	AGENTE DE CONSUMO	16/10/2014	C -III	D - III	38.251/2023 1-Doc

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos á contar de 16 de Outubro de 2023.

Cáceres/MT, 07 de novembro de 2023.

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº763 DE 06/11/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.220/ 2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$440.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1393 04.122.1002.1003.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 356. 457,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 2718

1394 04.122.1002.1003.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 83. 543,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 2500

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o superávit

financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 571/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **FERNANDA APARECIDA DE CAMPOS SILVA** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Carpinteiros, Nº 308, Bairro Cavalhada III, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1902103-8 SSP-MT e CPF Nº 023.731.481- 96, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **FERNANDA APARECIDA DE CAMPOS SILVA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Dr. José Rodrigues Fontes, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, na turma 3º Ano C, matutino/vespertino para atendimento da (Educação Especial), seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único; A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início **em 07 de Novembro de 2023 e término em 26 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.559,09 (Mil Quinhentos e Cinquenta e nove reais e cinco centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

c) Auxiliar o professor no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

d) Auxiliar e apoiar durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil;

e) Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem-estar das crianças;

f) Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança;

g) Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, em conformidade com a jornada de trabalho, mantendo sempre um bom entendimento entre família e a escola;

h) Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula;

i) Auxiliar sua turma de lotação e, em casos excepcionais, que se fizerem necessários, o auxilio em outras turmas e demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo;

j) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

k) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

l) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

m) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais.

n) Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

o) Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação.

p) Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

q) Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres,

r) Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de Novembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 757 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 40.274, de 28 de outubro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA**, para responder pela direção escolar da Escola Municipal Pequeno Sábio, da Secretaria de Educação, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição a servidora JANEIDE PEREIRA DA SILVA, pelo período de 1º de novembro a 31 dezembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 017/2022-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 6° Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato Administrativo n. º 017/2022-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI

Objeto: Aditar o **VALOR e os PRAZOS DE VIGÊNCIA e EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n. ° 017/2022-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal Educação** e a empresa **CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI. Valor** para mais **R$ 91.780,65 (noventa e um mil, setecentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos),** correspondente a **4,12%** do valor original, alterando o valor total contratual de **R$ 3.151.073,92** para **R$ 3. 242.854,57** e, **Prazos** para mais **60 (sessenta)** dias.

Cáceres – MT, 07 de novembro de 2023.

Fransérgio Rojas Piovesan

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES/NOVEMBRO 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES

PAUTA DE JULGAMENTO

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020. Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020. Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA		LINK DE ACESSO	
13/11/2023 17:30		https://meet.google.com/hyj-qxwr-rfn	
PROCESSO	**REQUERENTE**		**CONSELHEIRO RELATOR**
19.949/2023	Agropecuária Bom Pastor Ltda		Jovanil de Campos
20.132/2023	Edmar Geraldo Santana		Mirielle Garcia R. de Lima
19.980/2023	Joaquim José de L. Filho		Antônio Carlos Leite
16.322/2023	Danielle de Medeiros Santos		Vitor Miguel de Oliveira
23.563 e 9263/2023	Césare Pastorello M. de Paiva		Richard Rodrigues da Silva
10.271/2022	Aparecida Nátia/Bruno Homem de Melo		Nycollas Fernandes

Cáceres-MT, 07 de novembro de 2023.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 158/2021-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 8° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n. º 158/2021-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Objeto: Aditar os **PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n.° 158/2021 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI,** para mais **90 (noventa)** dias.

Cáceres – MT, 07 de novembro de 2023.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 755 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 39.874, de 25 de outubro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **SHEYLA SOCORRO OLIVEIRA CARNEIRO** para exercer o cargo de Coordenação Pedagógica do Núcleo Cavalhada, da Secretaria Municipal de Educação, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no período de 1º de novembro de 2023 à 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

ANTONIA ELIENE LIBERATO SILVA

Prefeita Municipal de Cáceres

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA N° 141/2023

"Dispõe sobre exoneração a pedido de servidor comissionado do SSAAP".

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3° inciso VI, da Lei Complementar n° 106, de 07/10/2015.

Considerando o que consta em requerimento protocolado na plataforma 1DOC Memorando nº 40.539/2023.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonerar **a pedido** com fulcro nas disposições contidas no artigo 47, 2° parte da Lei Complementar n° 25 de 27/11/1997, o Sr. **WENIS CARDOSO DA SILVA** do cargo comissionado de Gerente de Resíduos Sólidos Domiciliares do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Art. 2° - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2023.

Cáceres/MT, 07 de novembro de 2023.

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo - SSAAP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº.894 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a normatização para alimentação do Sistema Aplic;

CONSIDERANDO a necessidade de agilidade no fornecimento das informações necessárias a serem enviadas ao TCE/MT através do Sistema Aplic.

CONSIDERANDO a necessidade de atender os prazos estabelecidos pelo TCE/MT;

CONSIDERANDO a Portaria nº 250 de 25 de abril de 2023;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 40.783, de 1º de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados, como responsáveis pela alimentação do sistema que gera o envio das cargas tempestivas e mensais do APLIC ao TCE, da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Juliclei Gomes de Almeida em substituição a **Flavia Cintia Bassan Antelo Gutierres** - Responsável pelas informações do RH.

Inclusão de Luciene Etiene de Souza e Willian Marcos Castro Caxito como Responsáveis pelas cargas tempestivas da Licitação

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrárias.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

JEREMIAS PEREIRA LEITE

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 569/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ZILMA SILVA RAMOS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Tancredo Neves, Nº 643, Bairro Cavalhada, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1939900-6 SSP-MT e CPF Nº 024.830.961-74, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ZILMA SILVA RAMOS** no cargo de Professor (a) Licenciado em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Fazendo Arte, com **carga horária de trabalho de 30 (Trinta) horas semanais**, na Turma Pré I E, turno vespertino, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **06 de Novembro de 2023 e término em 22 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 4.576,76 (Quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a boletim de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª:**Da Saúde e Segurança do trabalho (SST);**

a. Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame, b. Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação, c. Fica a contratada obrigada a realizar o exame admissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame, d. Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres, e. Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

Cláusula 10ª: Das obrigações;

a. Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b. Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos; c. Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, 20 horas aulas e a hora atividade conforme o decreto 688/2022, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; d. Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade; e. Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral; f. Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; g. Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; h. Entregar planejamento anual conforme o cronograma estabelecido pelo gestor, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação; i. Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático; j. Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo; k. Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar; l. Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos; m. Avaliar e registrar o desempenho dos alunos; n. Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação; o. Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre; p. Participar da formulação das políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público Municipal de Educação Básica; q. Desenvolver a regência efetiva; r. Executar tarefa de recuperação de alunos; s. Desenvolver pesquisa educacional; t. Participar dos programas de formação profissional; u. Participar da formação continuada da instituição escolar; v. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; w. Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem

justificativa; **x.** Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** y. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 14ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de Novembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO NO 00007, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Terrltorlal Rural ('TR)

Delegação de Atribuição - Lei n" 1.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC n042/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo I TR, nos termos do artigo 23, 10 inciso II do Decreto n o 70.235/72, com redação dada pelas Leis n o 1 1.941/2009 e n o 1 1 .196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei n o 1 1.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [I TR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15 0 [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo I Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intima o ITR
ADIBE ARANGE	547.206. 218-72	9047/00246/2023
ADIBE ARANGE	547.206. 218-72	9047/00247/2023
ANISIO GONCALO	077.297. 388-13	9047/00333/2023
ANISIO GONCALO	077.297. 388-13	9047/00334/2023
JOAO HENRIQUE SANTOS	054.117. 461-40	9047/00260/2023
JOSE ALVES DA SILVA	468.317. 971-72	9047/00276/2023
JOSE ALVES DA SILVA	468.317. 971-72	9047/00277/2023
JOSE DANIEL DA SILVA	208.032. 811-53	9047/00459/2023
JOSE DANIEL DA SILVA	208.032. 811-53	9047/00458/2023
JOSE LUIZ TEIXEIRA	126.756. 951-49	9047/00460/2023
JOSE LUIZ TEIXEIRA	126.756. 951-49	9047/00461/2023
OSVALDO LEMES DO PRADO	047.191. 581-53	9047/00271/2023
OSVALDO LEMES DO PRADO	047.191. 581-53	9047/00272/2023
PATRICIA DISARZ PAGGIOSSI	325.152. 968-40	9047/00292/2023
PORFIRIO RODRIGUES BRITO	106.637. 971-87	9047/00245/2023
Titular do órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 30/10/2023

Data de desafixação: 14/1 1/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº. 752 DE 01 DE OUTUBRO DE 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 40.216 de 27 de outubro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Exonerar a pedido da servidora **MARIA MONIQUE GARCIA VALE**, cargo assistente administrativo, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, do município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir do dia 30/10/2023.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

WESLEY DE SOUSA LOPES *Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística*

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 568/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELIANA CARMEN LOPES FLORES** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Tamarino, Nº 02, bairro Jardim Guanabara, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1901482-1 SSP-MT e CPF Nº 022.565.191- 20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELIANA CARMEN LOPES FLORES,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Tancredo Neves, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, na turma 1º Ano, vespertino para atendimento da (Educação Especial), seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único; A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início **em 01 de Novembro de 2023 e término em 22 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.559,09 (Mil Quinhentos e Cinquenta e nove reais e cinco centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

c) Auxiliar o professor no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

d) Auxiliar e apoiar durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil;

e) Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem-estar das crianças;

f) Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança;

g) Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, em conformidade com a jornada de trabalho, mantendo sempre um bom entendimento entre família e a escola;

h) Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula;

i) Auxiliar sua turma de lotação e, em casos excepcionais, que se fizerem necessários, o auxilio em outras turmas e demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo;

j) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

k) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

l) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

m) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais.

n) Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

o) Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação.

p) Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

q) Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres,

r) Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Outubro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO NO 00008, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Terrltorlal Rural ('TR)

Delegação de Atribuição - Lei n" 1.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC n042/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo I TR, nos termos do artigo 23, 10 inciso II do Decreto n o 70.235/72, com redação dada pelas Leis n o 1 1.941/2009 e n o 1 1 .196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei n o 1 1.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [I TR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15 0 [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo I Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intima o ITR
VALDENOR ALVES MARCHEZAN	477.285.238-72	9047/00355/2023
VILMAR DA CUNHA	589.092.579-20	9047/00351/2023
WANDERLEY FACHETI TORRES	761439.707-00	9047/00350/2023
WILLIAN ELIAS DAHER	007.436.668-87	9047/00270/2023
Titular do órgão da Administração Tributária Munlclpal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 30/10/2023

Data de desafixação: 14/1 1/2023

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA N° 139/2023

"Dispõe sobre evolução funcional de servidor efetivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e dá outras providências".

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Cáceres-MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

Considerando o que consta na Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997 – Regime Júridico dos Servidores Públicos Municipais, e demais legislações aplicáveis;

Considerando o que consta submetido ao Memorando n° 39.770/2023 via 1-

Doc;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder a Progressão de Nível ao servidor efetivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, abaixo relacionado, em razão de nova habilitação específica alcançada, obedecendo aos critérios de promoção para cada classe.

Servidora	Matrícula	Cargo	Data admissão	Classe/Nível atual	Classe/Nível destino	Memorando
JEFERSON LEANDRO FULONI CARVALHO	197	ADVOGADO	11/03/2020	B -I	B - II	39.770/2023 1-Doc

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos á contar de 24 de Outubro de 2023.

Cáceres/MT, 07 de novembro de 2023.

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00009, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00009, de 01 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intimação (ITR)
ALEXANDRE HENRIQUE DIAS GONCALVES	898.666.731-20	9047/00367/2023
ANTONIO MODESTO DE MEDEIROS NETO	547.121.818-34	9047/00337/2023
ANTONIO MODESTO DE MEDEIROS NETO	547.121.818-34	9047/00338/2023
EVERALDO DA CUNHA CINTRA	027.632.651-20	9047/00417/2023
FLAVIO AUGUSTO LEMES DE OLIVEIRA	531.414.151-53	9047/00251/2023
JAQUELINE COSTA MARQUES FRIGIERI	298.580.971-15	9047/00268/2023
JAQUELINE COSTA MARQUES FRIGIERI	298.580.971-15	9047/00269/2023
LUCIA NEPUMOCENO MENDES DE SOUSA	140.531.101-06	9047/00479/2023
LUCIA NEPUMOCENO MENDES DE SOUSA	140.531.101-06	9047/00480/2023
MILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	008.342.461-04	9047/00304/2023

WELLINGTON DOS SANTOS	699.612.471-91	9047/00264/2023
WELLINGTON DOS SANTOS	699.612.471-91	9047/00265/2023
WILLIAN ELIAS DAHER	007.436.668-87	9047/00328/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 01/11/2023

Data de desafixação: 16/11/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00014, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00014, de 01 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ERNANI DA SILVA LARA (ESPÓLIO DE)	008.688.331-34	9047/00462/2023
JOAO ALVES FILHO (ESPÓLIO DE)	015.475.859-00	9047/00465/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 01/11/2023

Data de desafixação: 16/11/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº766 DE 06/11/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.223/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$785.170,69 distribuídos as seguintes dotações:

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

1396 13.392.1006.1030.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE 558.805,98

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E F.R. Grupo: 1715

1397 13.392.1006.1030.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE 226.364,71

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E F.R. Grupo: 1716

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 887 DE 26 DE OUTUBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 35.903 de 26 de setembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a partir de 26 de outubro de 2023 o prazo para a Comissão Especial de processo Administrativo, concluir os trabalhos conforme Portaria nº 814 de 26 de setembro de 2023.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de outubro de 2023.

HERBERT DIAS

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 566/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ALLINE DA SILVA CORREA** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua da Medicina, Nº 31, bairro Jardim Universitário, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 023.492.791-70 SSP-MT e CPF Nº 023..492.791- 70, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ALLINE DA SILVA CORREA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, na turma 1º Ano D e 4º Ano A, matutino e vespertino para atendimento da (Educação Especial), seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único; A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início **em 01 de Novembro de 2023 e término em 22 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.559,09 (Mil Quinhentos e Cinquenta e nove reais e cinco centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

c) Auxiliar o professor no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

d) Auxiliar e apoiar durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil;

e) Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem-estar das crianças;

f) Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança;

g) Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, em conformidade com a jornada de trabalho, mantendo sempre um bom entendimento entre família e a escola;

h) Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula;

i) Auxiliar sua turma de lotação e, em casos excepcionais, que se fizerem necessários, o auxilio em outras turmas e demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo;

j) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

k) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

l) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

m) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais.

n) Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

o) Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação.

p) Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

q) Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres,

r) Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de Outubro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 572/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a)**, JANAINA MORAES DE CAMPOS TEODORO,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Boas-noites, S/N, Bairro Cohab Nova, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1869023-8 SESP-MT e CPF Nº 024.800.981-84, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a)**, JANAINA MORAES DE CAMPOS TEODORO**, no cargo de Professor (a) Licenciada em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Duque de Caxias, na turma do 2º Ano B, Turno matutino, com **carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais**, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **08 de Novembro de 2023 e término em 22 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 4.576,76 (Quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com o boletim de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª:**Da Saúde e Segurança do trabalho (SST);**

a. Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame, b. Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação, c. Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame, d. Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres, e. Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

Cláusula 10ª: Das obrigações;

a. Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b. Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos; c. Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, 20 horas aulas e a hora atividade conforme o decreto 688/2022, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; d. Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade; e. Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral; f. Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; g. Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; h. Entregar planejamento anual conforme o cronograma estabelecido pelo gestor, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação; i. Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático; j. Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo; k. Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar; l. Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos; m. Avaliar e registrar o desempenho dos alunos; n. Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação; o. Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre; p. Participar da formulação das políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público Municipal de Educação Básica; q. Desenvolver a regência efetiva; r. Executar tarefa de recuperação de alunos; s. Desenvolver pesquisa educacional; t. Participar dos programas de formação profissional; u. Participar da formação continuada da instituição escolar; v. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; w. Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa; **x.** Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** y. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 14ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Novembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 760 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta do processo sob Memorando nº. 40.819, de 1º de novembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica criada a Comissão Financeira do **"41º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres – FIPe 2024"**, que será composta pelos seguintes representantes:

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Claudio Henrique Donatoni

Secretaria Municipal de Finanças

Arnaldo Donizete Traldi

Coordenadoria de Tesouraria

Maria Dayana Silva Lins

Coordenação Geral de Convênios e Eventos

Kamila Arruda de Oliveira Abreu

Coordenadoria de Histórico Cultural

Alessandra Paulino De Paiva Castilho

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 758 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 40.275, de 28 de outubro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Nomear o servidor, **ERICK JOHN CORRÊA, para exercer o cargo em** Comissão de Gerência Administrativa da Secretaria de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 06 de novembro de 2023.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 86-2023, COM REGISTRO DE PREÇO, MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição brinquedos em geral, embalagens, laços prontos e pulseiras para distribuição no natal das famílias no mês de dezembro e assim atender as ações que a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania irá realizar para população do município de Cáceres..

Realização: 23 de novembro às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78.

210-906, ou baixadas no portal https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT 07 de Novembro de 2023.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 567/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a)**, HELLEN YRIS SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Mato Grosso, S/N, Bairro Jardim Paraiso, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1747622-4 SESP-MT e CPF Nº 018.422. 791-73, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a)**, HELLEN YRIS SILVA**, no cargo de Professor (a) Licenciada em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, na turma do 2º Ano, Turno vespertino, com **carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais**, considerando que a mesma encontra-se em substituição à professora Maria Aparecida Fernandes Leite, que está de licença médica, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **01 de Novembro de 2023 e término em 26 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 4.576,76 (Quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com o boletim de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª:**Da Saúde e Segurança do trabalho (SST);**

a. Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame, b. Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação, c. Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário

agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame, d. Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres, e. Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

Cláusula 10ª: Das obrigações;

a. Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b. Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos; c. Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, 20 horas aulas e a hora atividade conforme o decreto 688/2022, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; d. Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade; e. Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral; f. Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; g. Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; h. Entregar planejamento anual conforme o cronograma estabelecido pelo gestor, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação; i. Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático; j. Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo; k. Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar; l. Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos; m. Avaliar e registrar o desempenho dos alunos; n. Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação; o. Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre; p. Participar da formulação das políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público Municipal de Educação Básica; q. Desenvolver a regência efetiva; r. Executar tarefa de recuperação de alunos; s. Desenvolver pesquisa educacional; t. Participar dos programas de formação profissional; u. Participar da formação continuada da instituição escolar; v. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; w. Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa; **x.** Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** y. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 14ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de Outubro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº764 DE 06/11/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.221/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$350.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1332 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 150.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1600

1392 10.302.1003.2042.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 200. 000,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. Grupo: 1600

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o superávit

financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 565/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **TACIANE DE ALMEIDA RAMOS** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Pantaneira, Nº 222, bairro Jardim das Oliveiras, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1849383-1 SSP-MT e CPF Nº 023.019.061- 83, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **TACIANE DE ALMEIDA RAMOS,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Duque de Caxias, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, na turma 2º Ano D, matutino e vespertino para atendimento da (Educação Especial), seu chamamento se justifica em substituição a servidora Caroline Santos Alcantara, que está de licença maternidade, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único; A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início **em 01 de Novembro de 2023 e término em 22 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.559,09 (Mil Quinhentos e Cinquenta e nove reais e cinco centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

c) Auxiliar o professor no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

d) Auxiliar e apoiar durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil;

e) Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem-estar das crianças;

f) Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança;

g) Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, em conformidade com a jornada de trabalho, mantendo sempre um bom entendimento entre família e a escola;

h) Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula;

i) Auxiliar sua turma de lotação e, em casos excepcionais, que se fizerem necessários, o auxilio em outras turmas e demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo;

j) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

k) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

l) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

m) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais.

n) Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

o) Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação.

p) Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

q) Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres,

r) Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 25 de Outubro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 29/2023 REGISTRO DE PREÇO COM MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Aquisição de plantas ornamentais tais como: grama esmeralda, grama São Carlos, grama Amendoim, Ixóra, Clúsia, Dracena, Palmeira Areca, Palmeira Fênix, Manacá da Serra, Extremosa, Ipê Rosa, Ipè Amarelo, Ipê Branco dentre outras e Limitador / Separador de grama para ornamentação e arborização de praças e espaços públicos no município de Cáceres -MT.

Diante da Notificação Recomendatória do Ministério Público e nenhuma manifestação das empresas, solicitamos a Vossa Senhoria que seja revogado o Processo Licitatório do Pregão Eletrônico nº 029/2023, Ata de Registro de Preços nº 157/2023, Ata de Registro de Preços nº 158/2023 e Ata de Registro de Preços nº 159/2023.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 06 de novembro de 2023.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº762 DE 06/11/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.218/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$1.216,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1391 12.122.1004.2142.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 1.216,00

3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R. Grupo: 1500

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

392 12.122.1004.2046.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE -1.216,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1500

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PORTARIA Nº 895 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 40.373 de 30 de outubro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, ora indicadas, lotadas na Secretaria de Educação e na Secretaria de Assistência Social e Cidadania, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Titular: Joselina Maria da Silva Mendonça

Suplente: Graciella Oliveira Coelho

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do termo	Vigência
287/23 PGM	VALE DO NOROESTE CONCURSOS E TREINAMENTO LTDA	Contratação de empresa para prestação de serviços de e execução do Processo Seletivo Simplificado Unificado (PSS) 003/2023 da Prefeitura Municipal de Cáceres, incluindo publicação de editais, recebimento, processamento e divulgação de inscrições, elaboração de provas para todos os níveis, contratação de locais de prova e pessoal adequado para a aplicação das mesmas, correção e entrega de resultados e dados, visando o provimento de vagas temporárias e cadastro reserva a fim de suprir as demandas de pessoal temporário das secretarias municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação e Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, e nas condições e descrições dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e do Edital.	31/10/23	12 meses

§ 1º As senhoras acima designadas devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que exceder a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1ºde novembro de 2023.

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00006, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00006, de 30 de Outubro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
IRACILDA ROCHA TEIXEIRA RITA	593.985. 311-00	9047 /00109/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 30/10/2023

Data de desafixação: 14/11/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº. 759 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Memorando nº. 40.786 de 1º de novembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a servidora **GRACIELE RIBEIRO FERREIRA**, para exercer as funções de Coordenadora Pedagógica na E.M Vila Real em substituição a Professora **Aparecida Santana dos Santos Silva**, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PORTARIA Nº 893 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 38.478, de 17 de outubro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 430, de 21 de junho de 2023, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal de Administração, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 761 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 39.255, de 20 de outubro de 2023:

RESOLVE:

Art.1º Nomear a senhora **SUZANA APARECIDA GERVAZONI VIANA para exercer o cargo** em Comissão de Gerente de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social**, da** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, **do Município de Cáceres,** Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 19 de outubro de 2023.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 754 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº. 39.946, de 25 de outubro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o Decreto nº597 de 29 de agosto de 2023, onde designa a servidora **IVANILDE BARBOSA DE MELO** para o cargo de Secretária da Jari – Junta Administrativa de Recursos de Infração de Cáceres-MT, pelo período de 40(quarenta) dias a contar da data de 10 de novembro de 2023.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2023.

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº 553, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Nomeia Engenheiro Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização de Obra".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro Civil **LUCAS FERREIRA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2382233-3 SSP/MT, CPF nº 045.526.761-80 e Carteira Profissional do CREA MT040867/D, expedida em 24/10/2017 e Registro Nacional nº 1216947600, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra **"CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIBEIRÃO PATEIRO",** objeto da Licitação Tomada de Preços nº 002/2023, Contrato Administrativo nº 032/2023.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-OBRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado **não acarretará ônus para o Município**.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis/MT, 26 de setembro 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES RH SEMED
PORTARIA DE Nº 551 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA CASAMENTO AO SERVIDOR **WANDERSON FERREIRA DE OLIVIERA**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a Certidão de Casamento de 07 de novembro de 2023.

RESOLVE: I – Conceder ao servidor WANDERSON FERREIRA DE OLIVIERA licença casamento de 08 dias no período de 07 a 14/11/2023 que exerce a função de Professor História-ZU junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO desta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046-2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: E. B. TOLEDO- ME, CNPJ 08.158.639/0001-01.

Objeto: REGISRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para as Secretarias Municipais de Campinápolis, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.000000.1.500.0000000 RED. 060

05.010.12.122.0001.2015.339030.000000.1.500.1001000 RED. 099

05.020.12.367.0012.2069.339030.000000.1.540.0000000 RED. 136

05.030.12.122.0012.2058.339030.000000.1.500.1001000 RED. 180

05.030.12.122.0012.2059.339030.000000.1.500.1001000 RED. 168

05.030.12.122.0012.2060.339030.000000.1.500.1001000 RED. 184

Valor de R$ 52.443,55 (cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e ELENIR BATISTA DE TOLEDO – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047-2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: M. A. CAMPOS COMÉRCIO -EPP, CNPJ 08.652.022/0001-48.

Objeto: REGISRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para as Secretarias Municipais de Campinápolis, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.000000.1.500.0000000 RED. 060

05.010.12.122.0001.2015.339030.000000.1.500.1001000 RED. 099

05.020.12.367.0012.2069.339030.000000.1.540.0000000 RED. 136

05.030.12.122.0012.2058.339030.000000.1.500.1001000 RED. 180

05.030.12.122.0012.2059.339030.000000.1.500.1001000 RED. 168

05.030.12.122.0012.2060.339030.000000.1.500.1001000 RED. 184

Valor de R$ 51.736,03 (cinquenta e um mil setecentos e trinta e seis reais e três centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Marcelia Alves Campos – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045-2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: SUPERMERCADO DO POVO - LTDA, CNPJ 48.795.391/0001-04.

Objeto: REGISRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para as Secretarias Municipais de Campinápolis, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.000000.1.500.0000000 RED. 060

05.010.12.122.0001.2015.339030.000000.1.500.1001000 RED. 099

05.020.12.367.0012.2069.339030.000000.1.540.0000000 RED. 136

05.030.12.122.0012.2058.339030.000000.1.500.1001000 RED. 180

05.030.12.122.0012.2059.339030.000000.1.500.1001000 RED. 168

05.030.12.122.0012.2060.339030.000000.1.500.1001000 RED. 184

Valor de R$ 56.694,82 (cinquenta e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e JORGE EUSTÁQUIO TEIXEIRA – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ Nº 26.804.377/0001-97.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública municipal, totalmente web (sistema em nuvem), dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema, com acesso ilimitado de usuários, e suporte técnico, operando com banco de dados relacional, inclusive com a prestação de serviços de instalação, configuração, conversão de dados e treinamento, para atendimento das necessidades do município de Campinápolis, Fundo de Previdência dos Servidores Municipais e Câmara Municipal de Campinápolis/MT. Totalmente em conformidade com a legislação aplicável, NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.

Dotação: SEC. ADMINISTRAÇÃO: 03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.40.1.500.0000000

SEC. SAÚDE: 07.020.10.122.0001.2014.3.3.90.40.1.500.1002000

SEC. EDUCAÇÃO: 06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.40.1.500.1001000

SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL: 08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.39.1.500.0000000

Relativamente ao Lote 2, as despesas correrão por conta do elemento e fonte de recurso do Fundo Municipal de Previdência Social de Campinápolis (PREVI-CAMP):

PREVI-CAMP: 3.3.90.40.1.500.0000000

Relativamente ao Lote 3, as despesas correrão por conta elemento e fonte de recurso da Câmara Municipal de Campinápolis/MT:

CÂMARA MUNICIPAL: 3.3.90.40.1.500.0000000

Valor: Lote: PREFEITURA R$773.433,00 (Setecentos e setenta e três mil e quatrocentos e trinta e três reais).

Lote: PREVIDÊNCIA R$52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais).

Lote: CÂMARA R$65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e José Carlos Urias – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada SUPERMERCADO DO POVO - LTDA, CNPJ 48.795.391/0001-04.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, SAUDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.1.500.000000 Red. 0060

06.010.12.122.0001.2015.339030.1.500.1001000 Red. 0099

06.020.12.367.0012.2069.339030.1.540.000000 Red. 0136

07.010.10.122.0010.2036.339030.1.500.1002000 Red. 0222

07.010.10.301.0010.2044.339030.1.500.1002000 Red. 0266

07.010.10.302.0011.2046.339030.1.500.1002000 Red. 0284

08.010.08.122.0001.2012.339030.1.500.000000 Red. 0345

08.020.08.241.0014.1130.339030.1.500.000000 Red. 0367

08.020.08.243.0001.2013.339030.1.500.000000 Red. 0361

10.010.26.782.0001.2020.339030.1.500.000000 Red. 0463

Valor: R$ 217.322,75 (duzentos e dezessete mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e JORGE EUSTÁQUIO TEIXEIRA – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048-2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: Vanubia Filipe De Oliveira Eireli - EPP, CNPJ 26.385.051/0001-72.

Objeto: REGISRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para as Secretarias Municipais de Campinápolis, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.000000.1.500.0000000 RED. 060

05.010.12.122.0001.2015.339030.000000.1.500.1001000 RED. 099

05.020.12.367.0012.2069.339030.000000.1.540.0000000 RED. 136

05.030.12.122.0012.2058.339030.000000.1.500.1001000 RED. 180

05.030.12.122.0012.2059.339030.000000.1.500.1001000 RED. 168

05.030.12.122.0012.2060.339030.000000.1.500.1001000 RED. 184

Valor de R$ 74.372,93 (setenta e quatro mil trezentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Vanubia Filipi De Oliveira – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: M. A. CAMPOS COMÉRCIO -EPP, CNPJ 08.652.022/0001-48.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, SAUDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.1.500.000000 Red. 0060

06.010.12.122.0001.2015.339030.1.500.1001000 Red. 0099

06.020.12.367.0012.2069.339030.1.540.000000 Red. 0136

07.010.10.122.0010.2036.339030.1.500.1002000 Red. 0222

07.010.10.301.0010.2044.339030.1.500.1002000 Red. 0266

07.010.10.302.0011.2046.339030.1.500.1002000 Red. 0284

08.010.08.122.0001.2012.339030.1.500.000000 Red. 0345

08.020.08.241.0014.1130.339030.1.500.000000 Red. 0367

08.020.08.243.0001.2013.339030.1.500.000000 Red. 0361

10.010.26.782.0001.2020.339030.1.500.000000 Red. 0463

Valor: R$ 282.838,99 (duzentos e oitenta e dois mil oitocentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Marcelia Alves Campos – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: F. FALCÃO DOS SANTOS - ME, CNPJ 15.061.954/0001-81.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, SAUDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.1.500.000000 Red. 0060

06.010.12.122.0001.2015.339030.1.500.1001000 Red. 0099

06.020.12.367.0012.2069.339030.1.540.000000 Red. 0136

07.010.10.122.0010.2036.339030.1.500.1002000 Red. 0222

07.010.10.301.0010.2044.339030.1.500.1002000 Red. 0266

07.010.10.302.0011.2046.339030.1.500.1002000 Red. 0284

08.010.08.122.0001.2012.339030.1.500.000000 Red. 0345

08.020.08.241.0014.1130.339030.1.500.000000 Red. 0367

08.020.08.243.0001.2013.339030.1.500.000000 Red. 0361

10.010.26.782.0001.2020.339030.1.500.000000 Red. 0463

Valor: R$ 207.938,93 (duzentos e sete mil novecentos e trinta e oito reais e noventa e três centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Fernanda Falcão dos Santos – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049-2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: MOTTIVA COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA, CNPJ 49.105.589/0001-81.

Objeto: REGISRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para as Secretarias Municipais de Campinápolis, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.000000.1.500.0000000 RED. 060

05.010.12.122.0001.2015.339030.000000.1.500.1001000 RED. 099

05.020.12.367.0012.2069.339030.000000.1.540.0000000 RED. 136

05.030.12.122.0012.2058.339030.000000.1.500.1001000 RED. 180

05.030.12.122.0012.2059.339030.000000.1.500.1001000 RED. 168

05.030.12.122.0012.2060.339030.000000.1.500.1001000 RED. 184

Valor de R$ 82.573,70 (oitenta e dois mil quinhentos e setenta e três reais e setenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Thayla Cristina Reveles Pereira da Silva – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044-2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: F. FALCÃO DOS SANTOS - ME, CNPJ 15.061.954/0001-81,

Objeto: REGISRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para as Secretarias Municipais de Campinápolis, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.000000.1.500.0000000 RED. 060

05.010.12.122.0001.2015.339030.000000.1.500.1001000 RED. 099

05.020.12.367.0012.2069.339030.000000.1.540.0000000 RED. 136

05.030.12.122.0012.2058.339030.000000.1.500.1001000 RED. 180

05.030.12.122.0012.2059.339030.000000.1.500.1001000 RED. 168

05.030.12.122.0012.2060.339030.000000.1.500.1001000 RED. 184

Valor de R$ 130.308,01 (cento e trinta mil trezentos e oito reais e um centavo).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Fernanda Falcão dos Santos – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: J INACIO FILHO-ME, CNPJ nº.19.926.042/0001-86.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MAQUINAS PESADA. CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Dotação:

02.010.04.122.0001.2001.339039.000000 RED. 0021

03.010.04.122.0001.2006.339039.000000 RED. 0064

06.030.12.367.0012.2057.339039.000000 RED. 0167

06.010.12.122.0001.2015.339039.000000 RED. 0102

07.010.10.122.0001.2014.339039.000000 RED. 0223

08.010.08.122.0001.2012.339039.000000 RED. 0349

08.020.08.243.0001.2013.339039.000000 RED. 0365

10.010.26.782.0001.2020.339039.000000 RED. 0466

14.010.14.122.0001.2022.339039.000000 RED. 0562

11.010.04.122.0001.2019.339039.000000 RED. 0479

Valor de R$ 421.422,43 (quatrocentos e vinte e um mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e três centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e João Inácio Filho – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043-2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: SUPERMERCADO REAL LTDA, CNPJ 00.448.903/0001-30.

Objeto: REGISRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para as Secretarias Municipais de Campinápolis, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.000000.1.500.0000000 RED. 060

05.010.12.122.0001.2015.339030.000000.1.500.1001000 RED. 099

05.020.12.367.0012.2069.339030.000000.1.540.0000000 RED. 136

05.030.12.122.0012.2058.339030.000000.1.500.1001000 RED. 180

05.030.12.122.0012.2059.339030.000000.1.500.1001000 RED. 168

05.030.12.122.0012.2060.339030.000000.1.500.1001000 RED. 184

Valor de R$ 34.810,85 (trinta e quatro mil oitocentos e dez reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Euripedes Silvestre Ferreira – por parte da CONTRATADA.

PUBLICAÇÕES RH SEMED
PORTARIA DE Nº. 550 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE **FÉRIAS** A SERVIDORA RELACIONADA ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento protocolado em 11 de julho de 2023.

RESOLVE: I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, *"Férias"*, a servidora relacionada na tabela abaixo e seu respectivo período aquisitivo.

Mat	Nome	Período Aquisitivo	Periodo de usufruir	1/3 de Férias
236	Sonia Jacinto Campos	25.03.2021 a 24. 03.2022	06.11.2023 a 10. 11.2023	novembro de 2022

II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 06 de novembro de 2023

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: ORIGINAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 05.774. 463/0001-24.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, SAUDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.1.500.000000 Red. 0060

06.010.12.122.0001.2015.339030.1.500.1001000 Red. 0099

06.020.12.367.0012.2069.339030.1.540.000000 Red. 0136

07.010.10.122.0010.2036.339030.1.500.1002000 Red. 0222

07.010.10.301.0010.2044.339030.1.500.1002000 Red. 0266

07.010.10.302.0011.2046.339030.1.500.1002000 Red. 0284

08.010.08.122.0001.2012.339030.1.500.000000 Red. 0345

08.020.08.241.0014.1130.339030.1.500.000000 Red. 0367

08.020.08.243.0001.2013.339030.1.500.000000 Red. 0361

10.010.26.782.0001.2020.339030.1.500.000000 Red. 0463

Valor: R$ 98.339,44 (Noventa e oito mil trezentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Valmir Rodrigues Pena – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: E. B. TOLEDO- ME, CNPJ 08.158.639/0001-01.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, SAUDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.1.500.000000 Red. 0060

06.010.12.122.0001.2015.339030.1.500.1001000 Red. 0099

06.020.12.367.0012.2069.339030.1.540.000000 Red. 0136

07.010.10.122.0010.2036.339030.1.500.1002000 Red. 0222

07.010.10.301.0010.2044.339030.1.500.1002000 Red. 0266

07.010.10.302.0011.2046.339030.1.500.1002000 Red. 0284

08.010.08.122.0001.2012.339030.1.500.000000 Red. 0345

08.020.08.241.0014.1130.339030.1.500.000000 Red. 0367

08.020.08.243.0001.2013.339030.1.500.000000 Red. 0361

10.010.26.782.0001.2020.339030.1.500.000000 Red. 0463

Valor: R$ 233.201,18 (duzentos e trinta e três mil duzentos e um real e dezoito centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e ELENIR BATISTA DE TOLEDO – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: Vanubia Filipe De Oliveira Eireli - EPP, CNPJ 26.385.051/0001-72.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, SAUDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.1.500.000000 Red. 0060

06.010.12.122.0001.2015.339030.1.500.1001000 Red. 0099

06.020.12.367.0012.2069.339030.1.540.000000 Red. 0136

07.010.10.122.0010.2036.339030.1.500.1002000 Red. 0222

07.010.10.301.0010.2044.339030.1.500.1002000 Red. 0266

07.010.10.302.0011.2046.339030.1.500.1002000 Red. 0284

08.010.08.122.0001.2012.339030.1.500.000000 Red. 0345

08.020.08.241.0014.1130.339030.1.500.000000 Red. 0367

08.020.08.243.0001.2013.339030.1.500.000000 Red. 0361

10.010.26.782.0001.2020.339030.1.500.000000 Red. 0463

Valor: R$ 200.965,63 (duzentos mil novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Vanubia Filipi De Oliveira – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: A. J. SILVERIO -ME, CNPJ/MF sob o nº 70.426.762/0001-30.

Objeto: O objeto do presente instrumento é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DO TIPO MARMITEX, REFEIÇÕES E HOSPEDAGEM (DIÁRIAS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação: 02.010.04.122.0001.2001.339039.00.00.00- 0021

03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.39.00.00.00- 64

06.010.12.122.0001.2015.339039.00.00.00 – 0102

07.010.10.122.0001.2014.339039.00.00.00- 0223

08.010.08.122.0001.2012.339039.00.00.00- 0349

10.010.26.782.0001.2020.339039.00.00.00- 0466

11.010.04.122.0001.2019.3.3.90.39.00.00.00- 479

14.010.14.122.0001.2022.3.3.90.39.00.00.00- 562

Valor: R$ 153.700,00 (cento e cinquenta e três mil e setecentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Marcelo Dida Jacinto Silvério – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042-2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: SUPERMERCADO REAL LTDA, CNPJ 00.448.903/0001-30.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (gás de cozinha), ACONDICIONADO EM CILINDRO DE P-13 – BOTIJÃO 13KG E CILINDRO DE P-45 – BOTIJÃO 45KG E VASILHAMES DE P-13 E P-45, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação:

03.010.04.122.0001.1003.4.4.90.52.1.500.000000 Red. 045

03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.30.1.500.000000 Red. 060

06.010.12.122.0001.1013.4.4.90.52.1.500.000000 Red. 090

06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.30.1.500.000000 Red. 099

06.020.12.361.0012.1097.4.4.90.52.1.540.000000 Red. 109

06.020.12.367.0012.2069.3.3.90.30.1.500.000000 Red. 136

07.010.10.122.0010.2036.3.3.90.30.1.500.100200 Red. 222

07.010.10.122.0010.2036.4.4.90.52.1.500.100200 Red. 224

07.010.10.301.0010.1075.4.4.90.52.1.500.100200 Red. 239

07.010.10.301.0010.2044.3.3.90.30.1.500.100200 Red. 266

07.010.10.302.0011.1079.4.4.90.52.1.500.100200 Red. 274

07.010.10.302.0011.2046.3.3.90.30.1.500.100200 Red. 284

08.010.08.122.0001.1011.4.4.90.52.1.500.000000 Red. 338

08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.30.1.500.000000 Red. 345

08.020.08.241.0014.1130.3.3.90.30.1.500.000000 Red. 367

08.020.08.243.0001.2013.3.3.90.30.1.500.000000 Red. 361

08.020.08.243.0001.2013.4.4.90.52.1.500.000000 Red. 366

08.020.08.244.0014.1125.4.4.90.52.1.500.000000 Red. 373

10.010.26.782.0001.1018.4.4.90.52.1.500.000000 Red. 447

10.010.26.782.0001.2020.3.3.90.30.1.500.000000 Red. 463

Valor de R$ 177.626,00 (cento e setenta e sete mil seiscentos e vinte e seis reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Euripedes Silvestre Ferreira – por parte da CONTRATADA.

RH
PORTARIA DE Nº 547 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DAS FÉRIAS DO SERVIDOR **NEIVALDO MARTINS DE SOUZA SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando o teor da Portaria de Nº. 123 de 07 de março de 2022

Considerando o teor da escala de férias assinada pelo servidor.

Considerando o teor do Parecer Jurídico 44/2021.

Considerando o teor do Parecer Jurídico 56/2021

Considerando o teor do Ofício 031/2021 expedido pela Procuradoria do Município.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, o pagamento das *"Férias"* do servidor NEIVALDO MARTINS DE SOUZA SILVA referente aos respectivos períodos aquisitivos abaixo:

Servidor	Período Aquisitivo	Cargo Ocupado Durante o Período	Mês do pagamento
NEIVALDO MARTINS DE S. SILVA	12-03-2022 a 11-03-2023	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	NOVEMBRO/2023

II - Está portaria entra em vigor em 06 de novembro de 2023.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 06 de novembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RH
PORTARIA DE Nº 548 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR **ADEVANILTO JOAQUIM BARBOSA**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o Oficio de nº 589/2023/GAB protocolado na data 06 de novembro 2023.

RESOLVE: I – Nomear o Sr. Adevanilto Joaquim Barbosa, para exercer o cargo de Coordenador de Fiscalização, lotado junto a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento desta Prefeitura Municipal.

II – Delegar ao mesmo todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo supracitado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: M BARBOSA GRILL- LTDA, CNPJ/MF sob o nº 22.993.162/0001-00.

Objeto: O objeto do presente instrumento é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DO TIPO MARMITEX, REFEIÇÕES E HOSPEDAGEM (DIÁRIAS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação: 02.010.04.122.0001.2001.339039.00.00.00- 0021

03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.39.00.00.00- 64

06.010.12.122.0001.2015.339039.00.00.00 – 0102

07.010.10.122.0001.2014.339039.00.00.00- 0223

08.010.08.122.0001.2012.339039.00.00.00- 0349

10.010.26.782.0001.2020.339039.00.00.00- 0466

11.010.04.122.0001.2019.3.3.90.39.00.00.00- 479

14.010.14.122.0001.2022.3.3.90.39.00.00.00- 562

Valor: R$ 565.154,70 (quinhentos e sessenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e setenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Wilhan Mendes Barbosa – por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.233 DE 30 DE OUTUBRO DE 2023

DECRETO Nº 4.233 DE 30 DE OUTUBRO DE 2023

"Dispõe sobre a autorização de compensação da jornada de trabalho em favor dos servidores que trabalharam na Ação da Saúde Indígena, e dá outras providências.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A

Art.1°. Fica autorizada aos servidores que trabalharam na Ação da Saúde Indígena nos dias: 04/11/2023 e 05/11/2023, a realizarem a devida compensação de jornada, com a concessão de folga na proporção de um dia de folga para cada comprovadamente trabalhado.

Parágrafo único. Cada secretaria encaminhará ofício ao Departamento de Recursos Humanos com os nomes dos servidores que farão jus ao benefício destacado no caput deste artigo.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Campinápolis – MT, 30 de outubro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES RH SEMED
PORTARIA DE Nº. 552 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

"CONCEDE LICENÇA POR ÓBITO A SERVIDORA **LUANA LELIS DA SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito de 04 de novembro de 2023. RESOLVE:

I **–** Conceder **"LICENÇA POR ÓBITO"** a servidora **LUANA LELIS DA SILVA no período de 04.11.2023 a 06.11.2023** lotada junto a Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de novembro de 2023

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2023.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: SUPERMERCADO REAL LTDA, CNPJ 00.448.903/0001-30.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, SAUDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Dotação:

03.010.04.122.0001.2006.339030.1.500.000000 Red. 0060

06.010.12.122.0001.2015.339030.1.500.1001000 Red. 0099

06.020.12.367.0012.2069.339030.1.540.000000 Red. 0136

07.010.10.122.0010.2036.339030.1.500.1002000 Red. 0222

07.010.10.301.0010.2044.339030.1.500.1002000 Red. 0266

07.010.10.302.0011.2046.339030.1.500.1002000 Red. 0284

08.010.08.122.0001.2012.339030.1.500.000000 Red. 0345

08.020.08.241.0014.1130.339030.1.500.000000 Red. 0367

08.020.08.243.0001.2013.339030.1.500.000000 Red. 0361

10.010.26.782.0001.2020.339030.1.500.000000 Red. 0463

Valor: R$ 251.484,58 (duzentos e cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Euripedes Silvestre Ferreira – por parte da CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo 02 Contrato nº 84/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis xCRAVARI DESTOCA E TERRAPLANAGEM LTDA**;**

Objeto: O presente instrumento tem por objeto realizar a prorrogação contratual, e o reajuste do Contrato de Locação de Bem Imóvel nº 084/2021. Prorroga-se a vigência contratual por 12 (doze) meses, de 13 de novembro de 2023 a 12 de novembro de 2024.

Valor: Reajusta-se o valor pago a título de locação em 6,52% (seis inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), ou seja, o valor de R$ 13.439,62 (treze mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos) mensais será reajustado para **R$ 14.315,88 (quatorze mil trezentos e quinze reais e oitenta e oito centavos) mensal,** a partir de 13 de novembro de 2023.

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 002. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.122.0008.20084.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 1.5.00.0000000

Procedimento Licitatório: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2021

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Concessão de uso onerosa nº 03/2023

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **A. S. DE LEÃO PUBLICIDADE E EVENTOS** inscrita no CNPJ sob n° 971.452.625-68

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a concessão de uso onerosa para exploração do evento denominado "show do bem", a realizar-se no dia 18 de novembro de 2023, no Parque de Exposições Odenir Ortolan, com fornecimento de estrutura, equipamentos, materiais, mão de obra e outros, observadas as especificações técnicas, dados, elementos quantitativos e descrição das atividades constantes no edital e seus anexos.

Valor: O PODER CONCEDENTE receberá a importância de R$ 15.000,00 (quinze mil) pela exploração da CONCESSIONÁRIA do evento municipal no dia 18 de novembro de 2023.

Prazo: 90 (noventa) dias, a partir da publicação.

Procedimento Licitatório: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2023

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA Nº 084/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023/FUNSEM

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE PROFESSOR, COM PROVENTOS INTEGRAIS, EM FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. ROZENICE EVANGELISTA SANCHES.

O DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais

e nos termos do Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, artigo 40, §5º da Constituição Federal, cumulado com o artigo 4º, §9º da Emenda Constitucional 103/2019 e artigo 11, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei Municipal nº 1.170, de 09 de maio de 2007, e da Lei Municipal nº 2.084/2019, atualizada pelos Decretos Executivos 332/2022 e 36/2023, Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição – Especial de Professor - com proventos integrais, em favor da Sra. Rozenice Evangelista Sanches, servidora pública municipal inscrita sob a matrícula nº 1580, portadora da cédula de identidade/RG nº 18716227 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 534.991.151-15, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Classe "E", Nível "20", Carga Horária 20h, contando com um total de 9.153 dias contributivos, que corresponde a 25 anos e 28 dias, conforme o processo nº 2023.04.32294P, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2023.

Registre, publique e cumpra-se**.**

SANDRO SILVIO CATTANEO

Direto Executivo/Gestor Financeiro – FUNSEM

Homologo:

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 246, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM público MUNICIPAL A **IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA DE CAMPO NOVO DO PARECIS.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO:

o Ofício nº 005/2023 encaminhado pelo Igreja Adventista Do Sétimo Dia De Campo Novo Do Parecis; o Memorando nº 1.482/2023 expedido pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; o interesse público e a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Igreja Adventista do Sétimo Dia de Campo Novo Do Parecis utilizar do espaço público Ginásio Municipal de Esportes "Delmir Gonçalves da Rosa (Tôto)" no dia 18 de novembro de 2023, no horário das 13h às 23:30, para realização do **Projeto Caravana da Esperança**.

Art. 2º. A presente autorização será a título precário, não oneroso, ficando autorizada a utilizar o espaço somente para realização do fim descrito na cláusula anterior.

Parágrafo primeiro: Eventuais benfeitorias realizadas pela autorizada, no espaço destinado, quando de sua devolução ao Poder Público Municipal, ficarão integradas ao patrimônio deste, sem direito a qualquer indenização ou retenção.

Parágrafo Segundo: Fica a autorizada responsável por eventuais danos ao Patrimônio Público, bem como, não acarretam ao Município De Campo Novo Do Parecis qualquer ônus ou responsabilidade em decorrência de quaisquer atividades desenvolvidas.

Art. 3º. Esta autorização poderá ser revogada, a qualquer tempo, pelo Município, por motivo justificado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de outubro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 56 2023

Fomento nº 56/2023

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **ASSOCIAÇÃO CASA DE PASSAGEM BOM SAMARITANO**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 27.354.252/0001-75

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto firmar parceria, por interesse público, com a entidade **ASSOCIAÇÃO CASA DE PASSAGEM BOM SAMARITANO**, para apoio financeiro aos projetos sociais desenvolvidos pela entidade, no auxilio com as despesas de remuneração pessoal, e aquisição de materiais de consumo da associação, no valor de R$ 30. 000,00 (trinta mil reais), com recurso oriundo de Emenda de bancada da Câmara Municipal de Vereadores, de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Planos de Trabalho, encaminhado através do Ofício 013/2023 de 06 de outubro de 2023.

Dotação Orçamentária

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 002. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Programática: 11.002.08.244.0013.20106.3.3.50.43.00.00

Fonte de Recurso: 2.500.000000 – Subvenções Sociais

Valor: R$ 30.000,00

Data: 07/10/2023

Procedimento Inexigibilidade de Chamamento Público nº 57/2023

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO 34/2020

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº 034/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E A EMPRESA HEIDEMANN AGRONEGÓCIOS LTDA.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização como suplente do presente Contrato para a servidora **ANDRESSA CAROLLINY DA SILVA MARQUES** matrícula funcional nº 4993, em substituição ao servidor **THIAGO JOSE DO PRADO VIEIRA,** matrícula funcional nº 4940, conforme memorando nº 1721/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 07dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO 78/2019

NONO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº 78/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA EDMAR PINHEIRO ROSA.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização como suplente do presente Contrato para a servidora **ANDRESSA CAROLLINY DA SILVA MARQUES** matrícula funcional nº 4993, em substituição ao servidor **THIAGO JOSE DO PRADO VIEIRA,** matrícula funcional nº 4940, conforme memorando nº 1721/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 07 dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO 59/2022

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº 59/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E A EMPRESA IMOBILIÁRIA PROGRESSO LTDA-ME.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização como suplente do presente Contrato para a servidora **ANDRESSA CAROLLINY DA SILVA MARQUES** matrícula funcional nº 4993, em substituição ao servidor **THIAGO JOSE DO PRADO VIEIRA,** matrícula funcional nº 4940, conforme memorando nº 1721/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 07dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO 02/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 02/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA LDV PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para a servidora **ANDRESSA CAROLLINY DA SILVA MARQUES** matrícula funcional nº 4993, em substituição ao servidor **THIAGO JOSE DO PRADO VIEIRA,** matrícula funcional nº 4940, conforme memorando nº 1721/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 07dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2023, homologado em 02 de Maio de 2023, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Público nº 001/2023, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva posse e contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 16.5 do Edital de Abertura.

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão **PRAZO INDETERMINADO**, em conformidade com a Emenda Constitucional 51/2006, Lei Federal nº 11.350 de outubro de 2006, Lei Federal Nº 13.595 de janeiro de 2018, Lei Municipal Nº 1335 de 30 de novembro de 2007 e a Lei Municipal N° 2467 de 11 de julho de 2019;

III - A Administração Pública poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente de Combate a Endemias e Agente Comunitário de Saúde na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

a) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

b) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos ternos da Lei Federal nº 9.801/1999;

c) Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a comunidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

d) Em face da extinção do repasse financeiro da União ao Município.

e) Não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal N° 2467/2019, em função de apresentação de declaração falsa de residência, ou se após o início do exercício do cargo mudar da área em que foi aprovado para exercer suas funções.

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 16.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 16.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 08 de Novembro de 2023.

Cargo: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZACARIAS FURTADO DE LIMA 2**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
647823	RUBIANE MAGRI	08/06/1981	62,5	2

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 531/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR**: PAULO ANDREIS E CIA LTDA,** CNPJ Nº **08.455.945/0001-00**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 (ABASTECIMENTO NO POSTO).**

PREGÃO ELETRÔNICO N° 141/2023

VIGÊNCIA: DE 07/11/2023 à 07/11/2024

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Óleo diesel S 10	3.330.000	R$ 7,30	R$ 24.309.000,00

Valor total do lote R$ 24.309.000,00(Vinte e Nove Milhões e Trezentos e Nove Mil Reais)

Valor total da ata de registro de preços: R$ 29.309.000,00 (VINTE E NOVE MILHÕES E TREZENTOS E NOVE MIL REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DE PREGÃO N° 152/2023

Torna publico O **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS VEICULARES,** A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE – SMARFHMA na modalidade Pregão (presencial) **n° 152/2023** a se realizar no **dia 22/11/2023 às 8Horas na sede** da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-4202 ou 3419.2067**.** Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 07 de novembro de 2023.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

SECRETARIA DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a (s) seguinte (s) pessoa (s) e alegando a propriedade sobre o (s) seguinte (s) imóvel (is):

JOSÉ MANOEL DA ROCHA E EDNA AUGUSTA DA ROCHA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 18 DA QUADRA 01, LOCALIZADO NA RUA BELO HORIZONTE, Nº 67 LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 141/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 141/2023 - objeto**, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 (ABASTECIMENTO NO POSTO)**, que teve como vencedora a empresa: **PAULO ANDREIS E CIA LTDA,** CNPJ Nº **08.455.945/0001-00.** Campo Verde, 07 de novembro de 2023. FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 430/2023

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EMPRESA REMANESCENTE DEVIDO À RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 326/2023.*

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 02.520.829/0001-40

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – PREGÃO Nº 078/2023

VIGÊNCIA: 30/08/2023 À 26/06/2024

LOTE 127

DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
FLUOXETINA 20MG	240.000	TEUTO	R$ 0,0820	R$ 19.680,00

***QUANTIDADE REMANESCENTE DA ATA Nº 326/2023.*

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 19.680,00 (DEZENOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 051/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 051/2023, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REAGENTES, COM COMODATO DE APARELHO LABORATORIAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: M.S. DIAGNÓSTICA LTDA

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato originário até 1º de maio de 2024, contados a partir do dia 02 de novembro de 2023.

Data de Assinatura: 01 de novembro de 2023

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
NOTIFICAÇÃO - ANDRESSA CORRÊA VICENTE DE SOUSA

NOTIFICAÇÃO

AO(A) SENHOR(A)

ANDRESSA CORRÊA VICENTE DE SOUSA

Referência: Indeferimento pedido de Licença para Serviço Militar.

Considerando o Edital de Convocação 087/2023, publicado em 31 de Agosto de 2023, no qual convocou vossa senhoria, aprovada no Concurso Público 001/2019, para comparecer, no prazo de 30 (trinta) dias, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, e agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 23.5 do Edital de Abertura.

Considerando que vossa senhoria apresentou pedido de prorrogação do prazo para adiamento da posse no referido cargo, com amparo legal na Lei N.º 152/1992 no artigo 107, que dispõe sobre a Licença de servidor para exercício de serviço militar;

Considerando que, conforme dispõe § 1º do artigo 14 da Lei Municipal N.º 152/1992, a posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período;

Fica Vossa Senhoria NOTIFICADA do INDEFERIMENTO do vosso pedido de Licença para serviço militar, e de que deverá comparecer, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência desta NOTIFICAÇÃO, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de: a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I do Edital de Convocação N.º 087; b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 23.5 do Edital de Abertura.

Fica ainda, NOTIFICADA de que, conforme disposto no Edital de Convocação N.º 087, será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 23.7 do Edital de Abertura. E também que o candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 23.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde, MT, 7 de novembro de 2023.

JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO

Gerente de Gestão de Recursos Humanos

Portaria N.º 550/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 714, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA INSTITUIR A COMISSÃO TÉCNICA CENTRAL PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONTAGEM DE PONTOS DE PROFESSORES EFETIVOS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE CAMPO VERDE/MT.

Considerando a Portaria nº 666 de 2023 que dispõe sobre o processo anual de contagem de pontos, remoção e atribuição de classe/aula.

SIMONI PEREIRA BORGES, Secretária Municipal de Educação de Campo Verde, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Portaria 356/21 e Lei Ordinária 2.457/2019 anexo III, anexo IV.

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Convocar e instituir **COMISSÃO TÉNICA CENTRAL** para realização de contagem de pontos de professores(as) efetivos(as) das unidades escolares municipais, a forma do artigo 3º, §1º da Portaria nº 666 de outubro de 2023 da Secretaria Municipal de Educação de Campo Verde/MT.

§1º A comissão técnica central será composta pelas seguintes servidoras:

A) **ANADABILI SELLER DE MORAES – MATRÍCULA 7491.1 – TITULAR;** B) **FERNANDA CARINA NASCIMENTO MELO EICKHOFF** – MATRÍCULA 6181.1 – TITULAR;C) **KAUANA CARVALHO SOARES – MATRÍCULA 782.2 – TITULAR;** D) **KLESIANE DOMINGUES TORRES – MATRÍCULA 6737 – SUPLENTE.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se, registra-se e publique.

Campo Verde, aos 07 dias do mês de novembro de 2023.

SIMONI PEREIRA BORGES

Secretária Municipal de Educação

Portaria 356/21

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 186/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 186/2022, CUJO OBJETO É A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA DO CENTRO EDUCACIONAL PAULO FREIRE PARA IMPLANTAÇÃO DA PADARIA MUNICIPAL E COZINHA PILOTO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDA - EPP

Objeto: Fica suprimido do contrato originário, o valor de R$ 234. 170,31 (duzentos e trinta e quatro mil, cento e setenta reais e trinta e um centavos).

Fica acrescido ao contrato originário, o valor de R$ 674.579,65 (seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)

Data de Assinatura: 01 de novembro de 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/MT Nº 026 DE 2023

RESOLUÇÃO CMS/MT nº 026 de 2023

Dispõe sobre a aprovação de proposta de Seleção para Construção de Unidade Básica de Saúde Zacarias II e III no Município de Campo Verde/MT, através do Programa de Aceleração do Crescimento 2023 – Novo PAC.

EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,

Ocorrida na data do dia **SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO VERDE/MT**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I – Lei nº 8.080, de 19 se setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

II – Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobreas transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

III – Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

IV – Lei nº 1044 de 02 de junho de 2005, que revoga a Lei nº 075/91 e cria o novo Conselho Municipal de Saúde, com sua Secretaria Geral, bem como Ouvidoria Municipal de Saúde de Campo Verde/MT, e dá outras providências.

V- Portaria nº 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

VI- Portaria nº 575 de 29 de março de 2012, que institui e regulamenta o uso do Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão (SARGSUS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação GM/MS Nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação GM/MS Nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde; e

CONSIDERANDO o Decreto Nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a proposta de Seleção para Construção de Unidade Básica de Saúde Zacarias II e III no Município de Campo Verde/MT, através do Programa de Aceleração do Crescimento 2023 – Novo PAC.

Art. 2º O cadastro da proposta de seleção foi realizado através do Sistema Transfere Gov e será submetida a análise e aprovação do Ministério da Saúde, conforme estabelecido na legislação vigente.

Art. 3º A construção da nova Unidade Básica de Saúde (UBS) permitirá a expansão das equipes de Saúde da Família aumentando a cobertura da Atenção Primária.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Suely Jamise Rodrigues do Nascimento Presidente do Conselho Municipal de Saúde	**Alexandre Lopes de Oliveira** Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT comunica aos interessados a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 149/2023**, cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E INFORMÁTICA,** que seria realizado dia 08/11/2023, às 09h30min. A suspensão se faz necessária para retificação do termo de referência. Após as alterações necessárias, publicaremos a nova data para a realização do referido certame. Para demais informações: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telef. (66) 3419-2067.

Campo Verde, 07 de novembro de 2023.

Gislene J. Lopes

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/MT Nº 028 DE 2023

RESOLUÇÃO CMS/MT nº 028 de 2023

Dispõe sobre a aprovação de proposta de Seleção para Aquisição de Unidade Odontológica Móvel no Município de Campo Verde/MT, através do Programa de Aceleração do Crescimento 2023 – Novo PAC.

EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,

Ocorrida na data do dia **SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO VERDE/MT**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I – Lei nº 8.080, de 19 se setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

II – Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobreas transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

III – Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

IV – Lei nº 1044 de 02 de junho de 2005, que revoga a Lei nº 075/91 e cria o novo Conselho Municipal de Saúde, com sua Secretaria Geral, bem como Ouvidoria Municipal de Saúde de Campo Verde/MT, e dá outras providências.

V- Portaria nº 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

VI- Portaria nº 575 de 29 de março de 2012, que institui e regulamenta o uso do Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão (SARGSUS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação GM/MS Nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação GM/MS Nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde; e

CONSIDERANDO o Decreto Nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a proposta de Seleção para Aquisição de Unidade Odontológica Móvel no Município de Campo Verde/MT, através do Programa de Aceleração do Crescimento 2023 – Novo PAC.

Art. 2º O cadastro da proposta de seleção foi realizado através do Sistema Transfere Gov e será submetida a análise e aprovação do Ministério da Saúde, conforme estabelecido na legislação vigente.

Art. 3º A construção da nova Unidade Básica de Saúde (UBS) permitirá a expansão das equipes de Saúde da Família aumentando a cobertura da Atenção Primária.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Suely Jamise Rodrigues do Nascimento Presidente do Conselho Municipal de Saúde	**Alexandre Lopes de Oliveira** Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/MT Nº 027 DE 2023

RESOLUÇÃO CMS/MT nº 027 de 2023

Dispõe sobre a aprovação de proposta de Seleção para Construção de Unidade Básica de Saúde São Miguel II no Município de Campo Verde/MT, através do Programa de Aceleração do Crescimento 2023 – Novo PAC.

EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,

Ocorrida na data do dia **SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO VERDE/MT**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I – Lei nº 8.080, de 19 se setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

II – Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobreas transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

III – Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

IV – Lei nº 1044 de 02 de junho de 2005, que revoga a Lei nº 075/91 e cria o novo Conselho Municipal de Saúde, com sua Secretaria Geral, bem como Ouvidoria Municipal de Saúde de Campo Verde/MT, e dá outras providências.

V- Portaria nº 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

VI- Portaria nº 575 de 29 de março de 2012, que institui e regulamenta o uso do Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão (SARGSUS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabele-

ce os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação GM/MS Nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação GM/MS Nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde; e

CONSIDERANDO o Decreto Nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a proposta de Seleção para Construção de Unidade Básica de Saúde São Miguel II no Município de Campo Verde/MT, através do Programa de Aceleração do Crescimento 2023 – Novo PAC.

Art. 2º O cadastro da proposta de seleção foi realizado através do Sistema Transfere Gov e será submetida a análise e aprovação do Ministério da Saúde, conforme estabelecido na legislação vigente.

Art. 3º A construção da nova Unidade Básica de Saúde (UBS) permitirá a expansão das equipes de Saúde da Família aumentando a cobertura da Atenção Primária.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Suely Jamise Rodrigues do Nascimento Presidente do Conselho Municipal de Saúde	**Alexandre Lopes de Oliveira** Prefeito Municipal

SETOR DE CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº 087/2023 e 088/2023

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24.950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): MÁXIMA TERCEIRIZAÇÕES DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.754.765/0001-33, com sede à Avenida Ulisses Pompeu de Campos, n. 3.150, Bairro Jardim Panorama, cidade de Várzea Grande-MT, CEP 78110-842, neste ato representado por seu sócio-administrador, Sr. **Gilberto Cesar Catafesta**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 11026642 SJ/MT e do CPF nº 603.548.609-68, residente e domiciliado em Várzea Grande MT.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme oficio nº 414/2023 – expedido pela Secretaria de Finanças deste Município e encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, fora constatado que Vossa Empresa não vem executando os serviços conforme especificações e condições previstas contratualmente, descumprindo as obrigações assumidas ao pactuar com esta Administração.

Assim, CONSIDERANDO que o objeto dos contratos n. 087/2023 e 088/2023 é a contratação de empresa prestadora de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial – zona rural; especificamente para escolas da zona rural do Município de Campo Verde;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo fiscal do contrato, no ofício n. 466/2023/SME, no sentido de que está ocorrendo entrega de materiais de limpeza e produtos de má qualidade, e em quantidade menor do que o necessário, gerando insatisfação e transtornos nas escolas da zona rural; e ainda, de que não estaria havendo entrega dos EPI´s aos colaboradores;

CONSIDERANDO que há notícia de que vossa empresa se comprometeu a solucionar os problemas, o que não ocorreu;

CONSIDERANDO que fora realizada reunião com representante de vossa empresa para expor os problemas apontados e solicitar uma solução; contudo os problemas persistem;

CONSIDERANDO que vossa empresa, mesmo notificada pela fiscalização para regularizar as pendências no prazo de cinco dias, assim não o fez;

CONSIDERANDO o previsto nas cláusulas 1.2, 7.1, 9.3, 9.7, dentre outras, dos contratos firmado entre as partes; além do item 16.5.9 do Termo de Referência;

CONSIDERANDO que as situações relatadas configuram descumprimento e cumprimento irregular de cláusulas contratuais, que constituem motivo para rescisão, tais como o art. 78, incisos I, II, VII, VIII, dentre outros;

CONSIDERANDO por fim, a prerrogativa contida na cláusula 8.1, “e” do contrato;

NOTIFICO Vossa Senhoria**,** para, **IMEDIATAMENTE, regularizar as pendências apontadas pela fiscalização do contrato; abstendo-se de incorrer novamente em qualquer falta ou omissão já apontadas ou não. Em suma, obedecer fielmente os termos contratuais a que se obrigou.**

O não cumprimento dessas obrigações e a prática reiterada, poderão acarretar ao notificado as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93, além da imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do Contratado.

Por fim, decorrido o prazo acima, fica facultada a apresentação de defesa prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração poderá decidir pelas providências ao caso, e aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma, a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 06 de novembro de 2023.

Fabricio Tsuji Ishiki

Procurador Municipal

SETOR DE CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº 115/2021

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24.950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.281.368/0001-14, com sede na Avenida José Monteiro de Figueiredo, nº 730, bairro Duque de Caxias, CEP 78043-300, cidade de Cuiabá MT; neste ato por seu titular, o Sr. **Arlindo Lenzi,** brasileiro, viúvo, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 07953046 SP-MT, e do CPF nº 401.381.607-59, residente e domiciliado em Cuiabá MT.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme oficio nº 409/2023 – expedido pela Secretaria de Finanças deste Município e encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, fora constatado que Vossa Empresa não vem executando os serviços conforme especificações e condições previstas contratualmente, descumprindo as obrigações assumidas ao pactuar com esta Administração.

Assim, CONSIDERANDO que o objeto do contrato n. 115/2021 é contratação de empresa especializada em fornecimento de AGRUPAMENTOS DE GERENCIAMENTO TECNOLOGICO, para gestão de recursos públicos integrados, visando suprir as demandas de todas as secretarias municipais de Campo Verde;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo fiscal do contrato, no ofício n. 317/2023/DTI, no sentido de que há falta de atendimento das demandas solicitadas pelos servidores do Município, havendo casos sem resposta há cerca de 84 dias, além de diversos chamados sem resolução, gerando insatisfação e transtornos em diversas Secretarias;

CONSIDERANDO que há notícia de problemas habituais, como por exemplo, a indisponibilidade do sistema de registro de ponto;

CONSIDERANDO que um dos setores da Secretaria de Administração (Recursos Humanos), oficiou a fiscalização acerca de falta de respostas e soluções nas demandas

CONSIDERANDO que vossa empresa foi contatada várias vezes para solucionar os problemas apontados; porém não atendeu as reclamações;

CONSIDERANDO o previsto nas cláusulas 8.1, 10.1, 10.6, 10.10, 10.12, 10.17, dentre outras, do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO que as situações relatadas configuram descumprimento e cumprimento irregular de cláusulas contratuais, que constituem motivo para rescisão, tais como o art. 78, incisos I, II, III, VII, VIII, dentre outros;

CONSIDERANDO por fim, a prerrogativa contida na cláusula 9.1, "E" do contrato;

NOTIFICO Vossa Senhoria**,** para, **IMEDIATAMENTE, regularizar as pendências apontadas pela fiscalização do contrato; abstendo-se de incorrer novamente em qualquer falta ou omissão já apontadas ou não. Em suma, obedecer fielmente os termos contratuais a que se obrigou.**

O não cumprimento dessas obrigações e a prática reiterada, poderão acarretar ao notificado as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8. 666/93, além da imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do Contratado.

Por fim, decorrido o prazo acima, fica facultada a apresentação de defesa prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração poderá decidir pelas providências ao caso, e aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma, a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 06 de novembro de 2023.

Fabricio Tsuji Ishiki

Procurador Municipal

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 050/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 050/2023, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato originário até 1º de maio de 2024, contados a partir do dia 02 de novembro de 2023.

Data de Assinatura: 01 de novembro de 2023

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 115/2021

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 115/2021, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGRUPAMENTOS TECNOLÓGICOS PARA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS INTEGRADOS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI-EPP

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato originário até 02 de novembro de 2024, contados a partir do dia 03 de novembro de 2023.

Data de Assinatura: 01 de novembro de 2023

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, homologado em 02 de Maio de 2023, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, para avaliação de Aptidão de Saúde Física e Mental na forma do item 19.5 do Edital de Abertura.

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 19.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 19.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 08 de Novembro de 2023.

Cargo: **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
648386	LINDINES TRINDADE GONCALVES VENTURA	04/05/1994	50,0	64
649086	VICTOR PARMEZIANI LIMBERGER	26/11/2000	50,0	65
646880	ANA KARLA PINHEIRO	10/04/2000	72,5	1
649404	DAIANE CRISTINA DO AMARAL ECKER	30/08/1995	70,0	3
649413	ANA KAROLLINA PORTUGUES FARIAS PINTO	31/10/2005	67,5	6

Cargo: **MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
646882	MEZAQUE DO NASCIMENTO SANTOS	07/06/1987	86,25	2

Cargo: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
649606	LAUDINEIA RODRIGUES FERNANDES	21/12/1983	50,0	25

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE SAUDE
PORTARIA 710- CONTRATO 035/2023

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 035/2023, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 153/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna publico **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA NAS INSTALAÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE- MT na modalidade** Pregão (eletrônico) **n° 153/2023 a abertura da** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES para o dia **23/11/2023 9:30** (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 11:00 horas / 13:00 horas às 17:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local "Compras Públicas". Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT,07 de novembro de 2023.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

SETOR DE CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº 089/2023 e 090/2023

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24.950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.192.414/0001-09, com sede na Rua Nossa Senhora do Rocio, n. 1.901, Bairro Centro, CEP 85900-180, cidade de Toledo-PR, neste ato representado por seu administrador **Rafael Bogo,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 6.850.499-6 SSP/PR e do CPF nº 034.619.219-63, residente e domiciliado na cidade de Cascavel PR.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme oficio nº 415/2023 – expedido pela Secretaria de Finanças deste Município e encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, fora constatado que Vossa Empresa não vem executando os serviços conforme especificações e condições previstas contratualmente, descumprindo as obrigações assumidas ao pactuar com esta Administração.

Assim, CONSIDERANDO que o objeto dos contratos n. 089/2023 e 090/2023 é a contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de cozinheiro, auxiliar de cozinha, e jardineiro, com fornecimento de mão-de-obra e dedicação exclusiva; para escolas na zona rural do Município de Campo Verde;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo fiscal do contrato, no ofício n. 467/2023/SME, no sentido de que houve falta de pagamento de alguns colaboradores, que deveriam em tese, estarem trabalhando desde o dia 01/09/2023, dia de início de vigência dos contratos e da prestação dos serviços;

CONSIDERANDO que fora realizada reunião no dia 24/08/2023 com representante de vossa empresa, gestores escolares, nutricionista e fiscalização do contrato, e que vossa empresa informara que as contratações para o início dos trabalhos estaria ocorrendo normalmente, sem qualquer intercorrência;

CONSIDERANDO que há notícia de que vossa empresa argumentou impossibilidade de início dos serviços no dia 01/09/2023, por supostos problemas com documentação de registro das trabalhadoras, o que não teria sido informado na reunião; e que por esse motivo, não fora aceito pela Administração, dado o serviço essencial que é a preparação e fornecimento da merenda escolar, e que havia tempo hábil para contratar os colaboradores antes do início da prestação dos serviços, mas a Contratada não teria se organizado;

CONSIDERANDO a informação de que alguns colaboradores prestaram serviços desde o dia 01/09/2023, mas não teriam sido pagos, cuja contraprestação teria sido paga apenas pelos serviços prestados a partir do dia 04 ou 05/09/2023;

CONSIDERANDO o previsto nas cláusulas 1.2, 7.1, 9.3, 9.12, dentre outras, dos contratos firmado entre as partes; além do item 16.5.9 do Termo de Referência;

CONSIDERANDO que as situações relatadas configuram descumprimento e cumprimento irregular de cláusulas contratuais, que constituem motivo para rescisão, tais como o art. 78, incisos I, II, VII, dentre outros;

CONSIDERANDO por fim, a prerrogativa contida na cláusula 8.1, “e” do contrato;

NOTIFICO Vossa Senhoria**,** para, **IMEDIATAMENTE, regularizar as pendências apontadas pela fiscalização do contrato; abstendo-se de incorrer novamente em qualquer falta ou omissão já apontadas ou não. Em suma, obedecer fielmente os termos contratuais a que se obrigou.**

O não cumprimento dessas obrigações e a prática reiterada, poderão acarretar ao notificado as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8. 666/93, além da imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do Contratado.

Por fim, decorrido o prazo acima, fica facultada a apresentação de defesa prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração poderá decidir pelas providências ao caso, e aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma, a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 06 de novembro de 2023.

Fabricio Tsuji Ishiki

Procurador Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

LS REFRIGERAÇÃO LTDA-EPP

R Orlando Ribeiro Schmidt, 100, Lote 08

Lages/SC – CEP: 88.512-345

CNPJ: 30.981.531/0001-73

Contato: (49) 3224-3031

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado(s) Senhor (es),

Tendo em vista que, até a presente data os materiais faltantes, constantes nas Autorizações de Fornecimentoabaixo:

AF nº 9188/2023 – Pregão Eletrônico nº 37/2023

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS pela não entrega TOTAL dos materiais.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA** conforme foi feito com o envio dessas. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 07 de novembro de 2023.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

Prefeitura de Campos de Júlio - MT

ATA DE DELIBRAÇÃO DE COMISSÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2023

Aos 7 (sete) dias do mês de novembro de 2023, reuniram-se na Sala da Gerência de Administrativa e de Aquisições do Município de Campos de Júlio – MT, a partir das 8h 00min, os membros da Comissão de Processo Administrativo, instaurado pelo Decreto nº 254/2023, de 25 de outubro de 2023, através de sua Presidente, Sra. Márcia Soares de Freitas, informa que foram juntados ao processo a defesa prévia da empresa Roda Brasil – Representações Comércio e Serviços LTDA. A Comissão diante da juntada de documentos realizará a análise, bem como a elaboração do relatório conclusivo. Nada mais havendo, publique-se a presente ata para que surta seus efeitos legais.

Márcia Soares de Freitas

Presidente

Jéssica Amann Froehlich

Membro

Thais Silva Maciel

Membro

PORTARIA Nº. 220, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA QUE MENCIONA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos exigidos no artigo *144, do Estatuto do Servidor, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008*;

CONSIDERANDO *a solicitação do servidor autuado sob nº. 773/2023, de 17 de outubro de 2023.*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Licença para tratar de interesses particulares** sem remuneração a servidora **VILMA DA SILVA BERLESI,** inscrita no CPF/MF sob nº**.** 562.***.***-04, admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Cozinheiro de Nutrição Escolar, através da Portaria nº. 024/2016,pelo prazo de 22/01/2024 a 31/12/2024.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 22 de janeiro de 2024.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº 231 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato

Grosso no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de

Campos de Júlio e autorização contida na Lei Municipal n° 001590/22 de 22 de Novembro de 2022.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$145.865,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 145.865,00

02 02 01 Gabinete do Prefeito

6 04.122.0002.2004.0000 Gestão Administrativa 9.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

7 04.122.0002.2004.0000 Gestão Administrativa 2.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 03 01 Departamento de Administração

41 04.122.0002.2009.0000 Gestão Administrativa 9.200,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

47 04.122.0002.2009.0000 Gestão Administrativa 5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 04 01 Departamento de Contabilidade

79 04.122.0002.2015.0000 Gestão Administrativa 8.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

80 04.122.0002.2015.0000 Gestão Administrativa 1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

DECRETO Nº 231 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

02 04 01 Departamento de Contabilidade

81 04.122.0002.2015.0000 Gestão Administrativa 7.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 06 01 Fundo Municipal de Saúde

282 10.302.0002.2038.0000 Gestão Administrativa 10.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

324 10.302.0002.2042.0000 Gestão Administrativa 24.500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 07 01 Fundo Municipal de Assistência Social

396 08.122.0002.2063.0000 Gestão Administrativa 2.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 662

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

410 08.244.0002.2066.0000 Gestão Administrativa 250,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 662

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

421 08.244.0002.2066.0000 Gestão Administrativa 2.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 662

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 08 01 Departamento de Educação

461 12.365.0002.1088.0000 Gestão Administrativa 16.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 08 02 Fundo Manut e Desenv da Educação Básica - FUNDEB

DECRETO Nº 231 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

02 08 02 Fundo Manut e Desenv da Educação Básica - FUNDEB

697 12.361.0002.2086.0000 Gestão Administrativa 3.500,00

3.3.90.49.00 AUXÍLIO-TRANSPORTE F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

828 12.365.0002.2112.0000 Gestão Administrativa 1.005,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 540

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 09 01 Departamento de Cultura

556 13.392.0002.2089.0000 Gestão Administrativa 6.500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

558 13.392.0002.2089.0000 Gestão Administrativa 14.320,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

549 13.392.0008.2088.0000 Valorização e Promoção da Cultura 3.740,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

02 09 02 Departamento de Esportes

581 27.812.0002.2091.0000 Gestão Administrativa 5.000,00

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 11 01 Departamento Agropecuário

619 20.122.0002.2097.0000 Gestão Administrativa 2.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 13 01 Depto de Planejamento e Desenv. Institucional

DECRETO Nº 231 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

02 13 01 Depto de Planejamento e Desenv. Institucional

664 04.121.0002.2108.0000 Gestão Administrativa 7.850,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

670 04.121.0002.2108.0000 Gestão Administrativa 5.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 02 01 Gabinete do Prefeito

13 04.271.0002.2004.0000 Gestão Administrativa -9.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 02 03 Procuradoria Juridica

34 04.122.0002.2006.0000 Gestão Administrativa -5.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

02 03 01 Departamento de Administração

36 04.122.0002.1014.0000 Gestão Administrativa -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

40 04.122.0002.2009.0000 Gestão Administrativa -9.200,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

48 04.122.0002.2009.0000 Gestão Administrativa -6.966,06

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 03 02 Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº 231 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

02 03 02 Departamento de Recursos Humanos

55 04.128.0002.2011.0000 Gestão Administrativa -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

59 04.122.0002.2012.0000 Gestão Administrativa -3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

64 04.122.0002.2012.0000 Gestão Administrativa -5.033,94

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 06 01 Fundo Municipal de Saúde

329 10.302.0002.2042.0000 Gestão Administrativa -31.226,93

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

331 10.302.0002.2042.0000 Gestão Administrativa -3.273,07

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 07 01 Fundo Municipal de Assistência Social

409 08.244.0002.2066.0000 Gestão Administrativa -250,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 1 662

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 07 02 Fundo Municipal de Criança e do Adolescente

436 08.243.0002.2068.0000 Gestão Administrativa -4.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1 662

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

02 08 01 Departamento de Educação

486 12.271.0002.2078.0000 Gestão Administrativa -19.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

DECRETO Nº 231 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

02 08 02 Fundo Manut e Desenv da Educação Básica - FUNDEB

832 12.365.0002.2112.0000 Gestão Administrativa -1.005,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1 1 540

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 09 01 Departamento de Cultura

531 13.392.0008.1005.0000 Valorização e Promoção da Cultura -10.340,00

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

536 13.392.0008.1006.0000 Valorização e Promoção da Cultura -240,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

538 13.392.0008.1006.0000 Valorização e Promoção da Cultura -460,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

539 13.392.0008.1006.0000 Valorização e Promoção da Cultura -490,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

540 13.392.0008.1006.0000 Valorização e Promoção da Cultura -400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

541 13.392.0008.1006.0000 Valorização e Promoção da Cultura -1.240,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

545 13.392.0002.2087.0000 Gestão Administrativa -490,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

560 13.392.0002.2089.0000 Gestão Administrativa -490,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

DECRETO Nº 231 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

02 09 01 Departamento de Cultura

563 13.392.0002.2089.0000 Gestão Administrativa -3.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

568 13.392.0008.2094.0000 Valorização e Promoção da Cultura -910,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 09 02 Departamento de Esportes

579 27.812.0002.2091.0000 Gestão Administrativa -600,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

585 27.812.0002.2091.0000 Gestão Administrativa -4.400,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 09 03 Departamento de Turismo

593 23.695.0002.2092.0000 Gestão Administrativa -1.500,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

594 23.695.0002.2092.0000 Gestão Administrativa -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 11 01 Departamento Agropecuário

626 20.606.0012.2102.0000 Desenvolvimento Agropecuário -4.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

02 12 01 Departamento de Indústria e Comércio

650 22.122.0002.2103.0000 Gestão Administrativa -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

DECRETO Nº 231 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

02 12 01 Departamento de Indústria e Comércio

656 22.122.0002.2103.0000 Gestão Administrativa -2.850,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

Anulação (-) -145.865,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as

disposições em contrário

CAMPOS DE JULIO, 06 de OUTUBRO de 2023

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 29/2023

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 29/2023

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 09/2023, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção e reparos de bombas submersas.

Contratado: ELETRO BOMBAS COMERCIO DE BOMBAS LTDA.

CNPJ/MF nº 08.679.241/0001-10.

Valor global: R$ 15.010,00.

Fundamento Legal: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dispensa de Licitação nº 29/2023, Processo Licitatório nº 132/2023.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a Dispensa de Licitação em tela, nos termos do despacho exarado no processo licitatório, da justificativa apresentada e do parecer jurídico, em consonância com o art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Campos de Júlio - MT, 07 de novembro de 2023.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

DECRETO Nº 252 , DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato

Grosso no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de

Campos de Júlio e autorização contida na Lei Municipal n° 001590/22 de 22 de Novembro de 2022.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$18.960,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 18.960,00

02 05 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

171 15.452.0002.2028.0000 Gestão Administrativa 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente 001 000 Ordinario

02 09 01 Departamento de Cultura

551 13.392.0008.2088.0000 Valorização e Promoção da Cultura 4.960,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

02 09 02 Departamento de Esportes

583 27.812.0002.2091.0000 Gestão Administrativa 9.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 09 02 Departamento de Esportes

581 27.812.0002.2091.0000 Gestão Administrativa -5.000,00

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

584 27.812.0002.2091.0000 Gestão Administrativa -9.000,00

3.3.90.46.00 AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

DECRETO Nº 252 , DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1590 DE 22/11/2022

02 09 03 Departamento de Turismo

590 27.813.0009.1068.0000 Desenvolvimento do Desporto e do Lazer -4.960,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 000 Ordinario

Anulação (-) -18.960,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as

disposições em contrário

CAMPOS DE JULIO, 23 de OUTUBRO de 2023

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 31/2023

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 31/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 32/2022, torna público, para conhecimentos dos interessados, a contratação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada em Capacitação e formação de coordenadores e gestores da rede municipal de ensino, em curso/jornada a ser realizada nos dias 09 e 10/11/2023.

Contratado: GERALDO PEÇANHA DE ALMEIDA, CNPJ/MF nº 07.723.096/0001-65.

Valor global: R$ 36.543,65.

Fundamento Legal: art. 74, III, "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Vinculação: Inexigibilidade de Licitação nº 31/2023, Processo Licitatório nº 131/2023 e Número da Cotação nº 13491/2023.

Fica ratificada pelo Prefeito Municipal a Inexigibilidade de Licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico respectivo, de acordo com o art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Campos de Júlio - MT, 06 de novembro de 2023.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 32/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 856/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 856/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **TATIANA SILVESTRE FEROLLA, (**matrícula funcional n. 2268, CPF sob o n. ***.669.***-**, e-mail institucional administração@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SAPLAFI, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 153/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **ERICA DE FÁTIMA GENTIL** , inscrita no CNPJ n. **36.565.877/0001-82** cujo objeto é a aquisição de materiais permanentes do tipo eletrodoméstico, mobiliario e de informática, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, matrícula funcional n. 2426 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.251.841 com e-mail ronalldobontempo2017@gmail.com , lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 855/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 855/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **TATIANA SILVESTRE FEROLLA, (**matrícula funcional n. 2268, CPF sob o n. ***.669.***-**, e-mail institucional administração@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SAPLAFI, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **JOÃO VICTOR MARIANO MEDEIROS,** matrícula funcional n. 2436, **CPF/MF ***.034.**-****, e-mail patrimonio@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 152/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do

Norte – MT, e a empresa **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ n. **14.805.780/0001 - 51** cujo objeto é a aquisição de mobiliario em geral exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, matrícula funcional n. 2426 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.251.841 com e-mail ronalldobontempo2017@gmail.com , lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 20/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00008309/2023.

O Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, informa os interessados que fará realizar licitação na Modalidade de Tomada de Preço, tipo menor preço global. Objeto: Contratação de Empresa devidamente especializada na execução de obras de construção de uma praça pública na localidade da Escola Municipal Canaã, situada no município de Canabrava do Norte, no Estado de Mato Grosso. Data e Horário da realização: 28 de novembro de 2023, às 08h30min horas (horário de Brasília). Local de Realização da Licitação: Sala de licitações, sito à Avenida Áurea Tavares de Amorim, S/n – Vila São João – Canabrava do Norte-MT. Edital: O presente edital estará disponível aos interessados no site: http://www.canabravadonorte.mt.gov.br/ > transparência > licitacoes.

Canabrava do Norte-MT, 07 de novembro de 2023.

IRANIZO MATOS RODRIGUES

Presidente da Comissão

Portaria nº 025/2023

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N. 025, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDITAL N. 025, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORA AFASTADA POR MOTIVO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSES PARTICULARES".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições, conforme Art. 52º da Lei n. 252 de 15 de Dezembro de 2005. Fica CONVOCADA para retorno imediato ao trabalho, contados da publicação deste Edital, a Sr.ª Maria Viviane Vieira de Souza, Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, no cargo de Agente de limpeza, afastada por motivo de Licença sem Remuneração, pelo período de 24 (Vinte e quatro) meses consecutivos, compreendidos de01/10/2021 a 30/09/2023, com retorno previsto para dia 01 de outubro de 2023, não tendo cumprido ainda o prazo estabelecido na portaria n. 502/2021, de 05 de outubro de 2021**. O** não comparecimento da servidora resultará em abandono de emprego e desistência do cargo público, conforme o *caput* do Art. 24º, da lei n. 252/2005.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00008311/2023.

O Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, informa os interessados que fará realizar licitação na Modalidade de Tomada de Preço, tipo menor preço global. Objeto: Contratação de Empresa devidamente especializada na execução de obras de construção de uma praça pública na localidade de Vila São João, situada no município de Canabrava do Norte, no Estado de Mato Grosso. Data e Horário da realização: 24 de novembro de 2023, às 08h30min horas (horário de Brasília). Local de Realização da Licitação: Sala de licitações, sito à Avenida Áurea Tavares de Amorim, S/n – Vila São João – Canabrava do Norte-MT. Edital: O presente edital estará disponível aos interessados no site: http://www.canabravadonorte.mt.gov.br/ > transparência > licitacoes.

Canabrava do Norte-MT, 07 de novembro de 2023.

IRANIZO MATOS RODRIGUES

Presidente da Comissão

Portaria nº 025/2023

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 865/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 865/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 113/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **LICITE SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ n. **34.223. 536/0001-96** cujo objeto é a aquisição de insumos laboratoriais, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 09/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 858/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 858/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 126/ 2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ n. **05.443.348/0001-77** cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de insumos hospitalares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, junto ao município de Canabrava do Norte - MT;, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/ 2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail: sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 863/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 863/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 106/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ n. **05.443.348/0001-77** cujo objeto é a aquisição de insumos laboratoriais, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail: sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 09/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 822/2023/GAPRE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA N. 822/2023/GAPRE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 127/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **FEMAP COMERCIO DE PROTUDOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ n. **22.803.038/0001-35,** cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de insumos hospitalares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, junto ao município de Canabrava do Norte - MT;, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail: sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 30 de Outubro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 859/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 859/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **SARA SILVA TRINDADE MEDEIROS, (**matrícula funcional n. 2211, CPF sob o n. *****.189.***-****, e-mail institucional smash@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistencia Social e Habitação - SMASH, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **ROUZANI RODRIGUES CORREA,** matrícula funcional n. 2482, **CPF/MF ***.547.**-****, e-mail smash@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Coordenadora, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SMASH, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **125/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa: **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIOS E SERVIÇOS EIRELI** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n. **14.805.780/0001-51**, cujo o objeto é o Registro de Preços para possível e eventual Aquisição panetones para serem distribuídos na finalização das atividades do ano de 2023, com às crianças, adolescentes e idosos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social - de Canabrava do Norte – MT.

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **VIRGÍLIA DIAS DE CAMPOS BRUNETTA, (**matrícula funcional n. 2290**,** CPF/MF n. *****.889.***-**** e-mail institucional sas@canabravadonorte.org e telefone sob o n. (66) 984**-******,** para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausencias ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroagindo ao dia 18/10/2023 de setembro de 2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 854/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 854/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **TATIANA SILVESTRE FEROLLA, (**matrícula funcional n. 2268, CPF sob o n. ***.669.***-**, e-mail institucional administração@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SAPLAFI, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **JOÃO VICTOR MARIANO MEDEIROS,** matrícula funcional n. 2436, **CPF/MF ***.034.***-****, e-mail patrimonio@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 151/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **MARIA JOSE DOS REIS NETO**, inscrita no

CNPJ n. **10.226.940/0001-57** cujo objeto é a aquisição de mobiliario em geral, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, matrícula funcional n. 2426 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.251.841 com e-mail ronalldobontempo2017@gmail.com , lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 853/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 853/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **TATIANA SILVESTRE FEROLLA, (**matrícula funcional n. 2268, CPF sob o n. ***.669.***-**, e-mail institucional administração@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SAPLAFI, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **JOÃO VICTOR MARIANO MEDEIROS,** matrícula funcional n. 2436, **CPF/MF ***.034.***-****, e-mail patrimonio@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 150/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **JVM COPIADORAS E INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ n. **06.128.710/0001-88** cujo objeto é a aquisição de cadeiras giratórias, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, matrícula funcional n. 2426 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.251.841 com e-mail ronalldobontempo2017@gmail.com , lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 866/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 866/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 157/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **SUPERAR COMERCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO** inscrita no CNPJ n. **42.953. 946/0001-12** cujo objeto é a aquisição mobiliário e eletrônico, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-**, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 864/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 864/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 155/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **DIRCEU LONGO E CIA LTDA** inscrita no CNPJ n. **92.823.764/0001-03** cujo objeto é a aquisição de carrinho auxiliar para transporte de oxigênio, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-**, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

TRIBUTOS
ANEXO DO EDITAL N. 004/2023 – AFATI, RELAÇÃO DE ARRECADAÇÃO

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 636 - Vila São João - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577 - 1226 - E-mail: gabinete@canabravadonorte.org

Relação de arrecadação para conferência contábil por data de crédito

Data de crédito: 02/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	186,64
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	43,55
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	12,18
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	213,15
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	862,16

Resumo da data de crédito					
Principal:	**1.262,99**	**Juros:**	**6,22**	**Multa:**	**37,33**
Correção:	**11,14**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**1.317,68**
				Total bancário:	**1.317,68**

Data de crédito: 03/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	771,63
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	251,55
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	113,18
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	2.190,50
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	7.708,39
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.967,55
1.1.1.4.51.1.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	1.917,75
1.1.1.4.51.1.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	2.519,01
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	40,10
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	31,22

Resumo da data de crédito					
Principal:	**14.575,74**	**Juros:**	**947,87**	**Multa:**	**763,90**
Correção:	**1.223,37**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**17.510,88**
				Total bancário:	**17.510,88**

Data de crédito: 04/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	317,06
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	214,37
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	137,10
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	98,59
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	36,54
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	200,98
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.015,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	483,01
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	26,02
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	14,22
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	43,68
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	28,25
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	137,19
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	98,50
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	17,71

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 636 - Vila São João - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577 - 1226 - E-mail: gabinete@canabravadonorte.org

Relação de arrecadação para conferência contábil por data de crédito

Data de crédito: 04/10/2023

Natureza de receita		Total
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	11,91

Resumo da data de crédito					
Principal:	**2.021,49**	**Juros:**	**407,73**	**Multa:**	**122,83**
Correção:	**328,08**	**Desconto:**	**-265,31**	**Total movimentado:**	**2.880,13**
				Total bancário:	**2.614,82**

Data de crédito: 05/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	678,59
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	301,50
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.281,55
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	193,40

Resumo da data de crédito					
Principal:	**1.947,43**	**Juros:**	**165,78**	**Multa:**	**135,72**
Correção:	**206,11**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**2.455,04**
				Total bancário:	**2.455,04**

Data de crédito: 06/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	233,65
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	357,86
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	60,90
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	99,37
1.1.1.2.53.0.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	103.302,17
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	46,78
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.401,13
1.1.1.4.51.1.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	59,60
1.1.1.4.51.1.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	78,50
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	28,91
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	112,98
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	18,64
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	53,06
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	91,36
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	15,11

Resumo da data de crédito					
Principal:	**105.437,28**	**Juros:**	**198,39**	**Multa:**	**160,05**
Correção:	**164,30**	**Desconto:**	**-106,47**	**Total movimentado:**	**105.960,02**
				Total bancário:	**105.853,55**

Data de crédito: 09/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1,20
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.979,52

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 636 - Vila São João - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577 - 1226 - E-mail: gabinete@canabravadonorte.org

Relação de arrecadação para conferência contábil por data de crédito

Data de crédito: 09/10/2023

Natureza de receita		Total
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	237,82

Resumo da data de crédito					
Principal:	**2.218,54**	**Juros:**	**0,00**	**Multa:**	**0,00**
Correção:	**0,00**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**2.218,54**
				Total bancário:	**2.218,54**

Data de crédito: 10/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	678,77
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	316,03
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	76,01
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	47,22
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	89,97
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	70,57
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	9,60

Resumo da data de crédito					
Principal:	**536,91**	**Juros:**	**265,17**	**Multa:**	**178,86**
Correção:	**307,23**	**Desconto:**	**-80,17**	**Total movimentado:**	**1.288,17**
				Total bancário:	**1.208,00**

Data de crédito: 11/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	225,31
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	52,66
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	866,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	3.014,07
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	38,38
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	11,94

Resumo da data de crédito					
Principal:	**4.130,31**	**Juros:**	**8,95**	**Multa:**	**53,22**
Correção:	**15,88**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**4.208,36**
				Total bancário:	**4.208,36**

Data de crédito: 13/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	987,45
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	359,94
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	3.898,47
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	9.352,39
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	163,65
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	146,52
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	109,27

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 636 - Vila São João - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577 - 1226 - E-mail: gabinete@canabravadonorte.org

Relação de arrecadação para conferência contábil por data de crédito

Data de crédito: 13/10/2023

Natureza de receita		Total
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	32,33

Resumo da data de crédito					
Principal:	**14.115,85**	**Juros:**	**325,80**	**Multa:**	**253,47**
Correção:	**354,90**	**Desconto:**	**-141,60**	**Total movimentado:**	**15.050,02**
				Total bancário:	**14.908,42**

Data de crédito: 16/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	1.333,25
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	396,72
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	112,72
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	964,65
1.1.1.2.53.0.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	80.000,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	23.478,71
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	490,06
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	61,33
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	0,67
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	277,98
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	0,32
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	169,16
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	0,42

Resumo da data de crédito					
Principal:	**104.960,52**	**Juros:**	**1.039,31**	**Multa:**	**375,05**
Correção:	**911,11**	**Desconto:**	**-169,58**	**Total movimentado:**	**107.285,99**
				Total bancário:	**107.116,41**

Data de crédito: 17/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	69,54
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	556,53
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	166,34
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	10,84
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	12.359,81
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	42,49
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	21,21
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	13,40
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	24,80
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	32,43

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 636 - Vila São João - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577 - 1226 - E-mail: gabinete@canabravadonorte.org

Relação de arrecadação para conferência contábil por data de crédito

Data de crédito: 17/10/2023

Natureza de receita		Total
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	18,48

Resumo da data de crédito					
Principal:	**12.940,25**	**Juros:**	**102,72**	**Multa:**	**142,22**
Correção:	**130,68**	**Desconto:**	**-50,91**	**Total movimentado:**	**13.315,87**
				Total bancário:	**13.264,96**

Data de crédito: 18/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.53.0.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	338,85
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	43,20
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	143,22

Resumo da data de crédito					
Principal:	**525,27**	**Juros:**	**0,00**	**Multa:**	**0,00**
Correção:	**0,00**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**525,27**
				Total bancário:	**525,27**

Data de crédito: 19/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	2.273,06
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	262,85
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	965,10
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	35,96
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	17,44
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	48,45
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.150,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	113,40
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	13,12
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	27,23
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	24,05
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	13,86
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	50,28
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	107,85
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	18,97
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	10,43

Resumo da data de crédito					
Principal:	**3.119,63**	**Juros:**	**678,09**	**Multa:**	**521,36**
Correção:	**812,97**	**Desconto:**	**-187,53**	**Total movimentado:**	**5.132,05**
				Total bancário:	**4.944,52**

Data de crédito: 20/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	122,89

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 636 - Vila São João - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577 - 1226 - E-mail: gabinete@canabravadonorte.org

Relação de arrecadação para conferência contábil por data de crédito

Data de crédito: 20/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	4.050,14

Resumo da data de crédito					
Principal:	**4.173,03**	**Juros:**	**0,00**	**Multa:**	**0,00**
Correção:	**0,00**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**4.173,03**
				Total bancário:	**4.173,03**

Data de crédito: 23/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	519,93
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	200,40
1.1.1.2.53.0.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	169.744,80
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	752,25
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	848,10
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	91,33
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	64,73

Resumo da data de crédito					
Principal:	**171.830,11**	**Juros:**	**114,35**	**Multa:**	**127,01**
Correção:	**150,07**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**172.221,54**
				Total bancário:	**172.221,54**

Data de crédito: 24/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	294,29
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	70,62
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	42.767,78
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	572,75
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	102,80
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	76,76
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	24,45

Resumo da data de crédito					
Principal:	**43.796,82**	**Juros:**	**15,03**	**Multa:**	**75,17**
Correção:	**22,43**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**43.909,45**
				Total bancário:	**43.909,45**

Data de crédito: 25/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	150,90
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	56,28
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	48.978,24
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	15,61
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	21.423,52
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	205,62
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	226,79
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	4,95
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	13,15
Dedução 1.1.1.2.50.0.4	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	84,47

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 636 - Vila São João - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577 - 1226 - E-mail: gabinete@canabravadonorte.org

Relação de arrecadação para conferência contábil por data de crédito

Data de crédito: 25/10/2023

Natureza de receita		Total
Dedução 1.9.9.9.99.2.4	Desconto - Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	7,61

Resumo da data de crédito					
Principal:	**70.925,71**	**Juros:**	**120,62**	**Multa:**	**32,78**
Correção:	**88,03**	**Desconto:**	**-92,08**	**Total movimentado:**	**71.167,14**
				Total bancário:	**71.075,06**

Data de crédito: 26/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	588,70
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	141,19
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	211,59
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	249,29
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	10.373,74
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	289,33
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	38,38
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	12,15

Resumo da data de crédito					
Principal:	**11.715,90**	**Juros:**	**25,01**	**Multa:**	**125,90**
Correção:	**37,56**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**11.904,37**
				Total bancário:	**11.904,37**

Data de crédito: 27/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	108,70
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	830,62
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	401,56
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	236,65
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	315,67
1.1.1.2.53.0.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	100,00
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.702,80
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	125,71
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	748,99
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	349,65
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	319,90
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	97,82
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	137,90
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	39,90
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	75,63
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	102,70
Dedução 1.1.1.2.50.0.1	Desconto - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	27,17

Resumo da data de crédito					
Principal:	**4.610,15**	**Juros:**	**362,97**	**Multa:**	**296,27**
Correção:	**451,98**	**Desconto:**	**-27,17**	**Total movimentado:**	**5.721,37**
				Total bancário:	**5.694,20**

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 636 - Vila São João - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577 - 1226 - E-mail: gabinete@canabravadonorte.org

Relação de arrecadação para conferência contábil por data de crédito

Data de crédito: 30/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	940,53
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	225,74
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	923,23
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	776,64
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	49,35
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	15,73

Resumo da data de crédito					
Principal:	**2.633,63**	**Juros:**	**39,73**	**Multa:**	**198,61**
Correção:	**59,25**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**2.931,22**
				Total bancário:	**2.931,22**

Data de crédito: 31/10/2023

Natureza de receita		Total
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	44.508,08

Resumo da data de crédito					
Principal:	**44.508,08**	**Juros:**	**0,00**	**Multa:**	**0,00**
Correção:	**0,00**	**Desconto:**	**0,00**	**Total movimentado:**	**44.508,08**
				Total bancário:	**44.508,08**

RESUMO GERAL DO PERÍODO DE 01/10/2023 A 31/10/2023					
Principal:	**621.985,64**	**Juros:**	**4.823,74**	**Multa:**	**3.599,75**
Correção:	**5.275,09**	**Desconto:**	**-1.120,82**	**Total movimentado:**	**635.684,22**
				Total bancário:	**634.563,40**

Emissão 07/11/2023 09:09:19 Página 8 de 8
Data da emissão: 07/11/2023 09:09:19 ÁGILIBlue Arrecadação - Ágili Software Brasil Emitido por: JOSIDELMA DE SOUZA RAMOS QUEIROZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 826/2023/GAPRE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N. 826/2023/GAPRE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional sms@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde - SMS , para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **LUCAS RAFAEL PEREIRA,** matrícula funcional n. 2329 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n. ***.338.***-**, com e-mail lucasrafaelp@gmail.com, ocupante do cargo de Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 123/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **C.M.K COMERCIO DE MEDICAMENTOS,** inscrita no CNPJ sob o n. **48.003.490/0001-06,**cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de medicamentos para o Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes (Hiperdia), para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, junto ao município de Canabrava do Norte - MT, pelo período de 12 meses; exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail: sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 11/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 30 de outubro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 827/2023/GAPRE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023

PORTARIA N. 827/2023/GAPRE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 130/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **RC HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ n. **35.188.925/0001-92,** cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de insumos hospitalares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, junto ao município de Canabrava do Norte - MT;, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail: sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 30 de Outubro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 867/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 867/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 158/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES** inscrita no CNPJ n. **33.068.320/0001-32** cujo objeto é a aquisição de equipamentos eletrônicos de uso laboratorial e hospitalar, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 860/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

PORTARIA N. 860/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 129/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **URSA COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ n. **26.628.908/0001-38,** cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de insumos hospitalares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, junto ao município de Canabrava do Norte - MT;, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail: sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de Novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 852/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 852/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **TATIANA SILVESTRE FEROLLA, (**matrícula funcional n. 2268, CPF sob o n. ***.669.***-**, e-mail institucional administração@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SAPLAFI, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **JOÃO VICTOR MARIANO MEDEIROS,** matrícula funcional n. 2436, **CPF/MF ***.034.***-****, e-mail patrimonio@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 149/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA**, inscrita no CNPJ n. **22.025.872/0001-47** cujo objeto é a aquisição de cama elástica e fragmentadora de papel, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, matrícula funcional n. 2426 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.251.841 com e-mail ronalldobontempo2017@gmail.com , lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 868/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 868/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **TATIANA SILVESTRE FEROLLA, (**matrícula funcional n. 2268, CPF sob o n. ***.669.***-**, e-mail institucional administração@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SAPLAFI, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **JOÃO VICTOR MARIANO MEDEIROS,** matrícula funcional n. 2436, **CPF/MF ***.034.***-****, e-mail patrimonio@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 159/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **WEB TECONOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ n. **47.400.801/0001-08** cujo objeto é a aquisição de caixa de som e ventiladores de mesa, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e

fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, matrícula funcional n. 2426 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.251.841 com e-mail ronalldobontempo2017@gmail.com , lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 851/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 851/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **TATIANA SILVESTRE FEROLLA, (**matrícula funcional n. 2268, CPF sob o n. ***.669.***-**, e-mail institucional administração@canabravadonorte.org, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SAPLAFI, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **JOÃO VICTOR MARIANO MEDEIROS,** matrícula funcional n. 2436, **CPF/MF ***.034.***-****, e-mail patrimonio@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 148/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **L.F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ n. **22.328.534/0001-84** cujo objeto é a aquisição de mobiliario e equipamentos exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, matrícula funcional n. 2426 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.251.841 com e-mail ronalldobontempo2017@gmail.com , lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 861/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 861/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-**, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **SUPERA MED HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ n. **34.921.773/0001-22,** cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de insumos hospitalares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, junto ao município de Canabrava do Norte - MT;, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail: sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de Novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 825/2023/GAPRE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA N. 825/2023/GAPRE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional sms@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde - SMS , para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **LUCAS RAFAEL PEREIRA,** matrícula funcional n. 2329 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n. ***.338.***-**, com e-mail lucasrafaelp@gmail.com, ocupante do cargo de Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 124/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ n. **35.042.079/0001-06,** cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de medicamentos para o Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes (Hiperdia), para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, junto ao município de Canabrava do Norte - MT, pelo período de 12 meses; exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail: sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 11/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 30 de outubro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO N. 064/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00007386/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N. 064/2023

OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual *aquisição* de diversos "materiais de construção" para a construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais para grupos familiares de interesse social dentro do "Programa Ser Família Habitação", conforme Termo de Convênio nº 2267/2022 firmado entre o Município de Canabrava do Norte e a Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto 10.024/19, e suas alterações posteriores;

Considerando que o Processo de Licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é suscetível de anulação em caso de ilegalidade, e revogação por conveniência e oportunidade, nos termos do art. 49 da Lei 8666/93 e das Súmulas 346e473/STF.

Considerando que na hipótese do Processo Licitatório em destaque – Pregão Eletrônico 064/2023, houve um entendimento dos engenheiros da SINFRA que a forma de condução do processo e modalidade seria diferente da adotada por essa municipalidade, em consequência:

RESOLVE, REVOGAR, o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00007386/2023 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO,** cujo objeto é o **Registro de Preços para possível e eventual aquisição de *aquisição* de diversos "materiais de construção" para a construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais para grupos familiares de interesse social dentro do "Programa Ser Família Habitação", conforme Termo de Convênio nº 2267/2022 firmado entre o Município de Canabrava do Norte e a Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA** com fulcro Leis Federais nº 8.666/93 (Licitações) e 10.520/02 (Lei instituiu o Pregão como modalidade de licitação), e demais alterações posteriores, em especial o "caput" do Art. 49, Lei8.666/93.

Encaminhe o presente termo de revogação à Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e Equipe de apoio para anexar ao processo, bem como tomar as providências legais cabíveis.

Canabrava do Norte/MT, 07 de novembro de 2023

(Assinatura Eletrônica)

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 862/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 862/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 113/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **LICITE SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ n. **34.223.536/0001-96** cujo objeto é a aquisição de insumos laboratoriais, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-****, e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 09/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 865/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 865/2023/GAPRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL TITULAR E SUPLENTE DE CONTRATO/ATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) **GABRIELA PEREIRA LIMA, (**matrícula funcional n. 2212, e-mail institucional obras@canabravadonorte.org telefone para contato n. (66) 984**-**44, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde – SMS, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATO**, e o(a) servidor(a) **GLEICIA PERES ARAÚJO MULLER**, matrícula funcional n. 2440 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.517.***-**, com e-mail sms@canabravadonorte.org, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO**, ambos relativo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 156/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, e a empresa **BIG CENTER MÓVEIS ELETRODOMÉSTICOS LTDA** inscrita no CNPJ n. **07.175.856/0001-47** cujo objeto é a aquisição bebedouro de coluna para garrafão de 20ltrs, zelando pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de gestão, orientação, controle e fiscalização, nos termos da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 3, que **"**dispõe sobre os procedimentos de rotina e controle na gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do poder executivo municipal".

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) **WESLEY FERREIRA MARTINS,** matrícula funcional n. 2480, **CPF/MF ***.764.**-**,** e-mail almoxarifado@canabravadonorte.org,ocupante do cargo de Secretário Executivo do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais faltas, ausências ou impedimentos do fiscal titular.

Art. 3°. Os(as) servidores(as) designados(as) no artigo 1º e 2º, desta Portaria, tomarão ciência de suas responsabilidades mediante a assinatura do Termo de Aceite de Fiscalização de Contrato.

Art. 4°. O(A) Gestor(a) do Contrato/Ata e/ou a Coordenadoria de acompanhamento Contratual e Fiscalização - COORDACONFI dará ciência da designação desta portaria, ao fiscal titular e suplente do Contrato/Ata, bem como, disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 24º, inciso XIV, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 3, de 21 de Julho de 2015, bem como, encaminhará aos referidos fiscais, cópia do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, contrato/ata celebrado e, oportunamente, dos aditivos contratuais, se houver;

Art. 5º. Os documentos mencionados no *caput*, *in* fine, do art. 4º, desta portaria poderão ser disponibilizados tanto em meio físico, mediante protocolo de recebimento, com data e horário, quanto por meio digital, devendo neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria.

Art. 6º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º. Para o exercício dessa função não será atribuída gratificação financeira.

Art. 8°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 18/10/2023 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

LEI MUNICIPAL Nº 1.791 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

Lei Municipal nº 1.791 de 07 de novembro de 2023

(Projeto de Lei nº100/2023 de autoria do Executivo).

Autoriza o Poder Executivo do Município de Canarana a firmar Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO BENEDITA DA PROVIDÊNCIA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDÊNCIA.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1o Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar Termo de Colaboração com a "ASSOCIAÇÃO BENEDITA DA PROVIDÊNCIA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDÊNCIA", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o no 02.765.097.0012/01, com sede na rua Apolinário Pereira Burjack, Setor Ceará, Aragarças- GO, na forma estabelecida no Termo de Termo de Colaboração (Anexo I).

§ 1o A cooperação financeira deste Termo de Colaboração, corresponderá ao repasse do valor mensal de **R$ 1.800,00** (Um mil e oitocentos reais) **por idoso,** com o objetivo de custear o atendimento de pessoas idosas, residentes no município de Canarana - MT, em regime de internato no LAR mantido pela associação.

§ 2o O Valor mensal, a partir de 2024, poderá ser corrigido pela variação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por meio de termo aditivo.

Art. 2º - O Termo de Colaboração será celebrado por tempo determinado de até um ano, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, enquanto persistir a necessidade de internação.

Art. 3o Compete a ASSOCIAÇÃO BENEDITA DA PROVIDÊNCIA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDÊNCIA:

I - Aplicar os valores para o fim específico que destina a presente Lei, sob pena de restituí-lo ao Município, devidamente atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável.

II - Prestar contas dos recursos financeiros provenientes desta Lei.

III - Restituir ao Município o valor repassado, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto da avença;

b) quando não for apresentada no prazo ou justificada a não apresentação, da prestação de contas;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Art. 1o.

IV - Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificadas com o número desta Lei autorizativa, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

V - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações tributárias e acessórias, junto aos órgãos competentes.

Art. 4o Compete à Prefeitura Municipal de Canarana - MT:

I - Analisar a prestação de contas, que após aprovação, deverá ser mantida nos arquivos da entidade, ficando à disposição do controle interno do Município e externo do Tribunal de Contas do Estado.

II - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, verificando se os mesmos estão sendo aplicados na forma e objetivos estabelecidos nesta lei.

III - Encaminhar, após análise, a prestação de contas final ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5o O Termo de Colaboração deve, ainda, observar as normas do Decreto Municipal 3431, de 2023, que regulamentou a Lei 13019, de 2014.

Art. 6o As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7o Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana - MT,07 de novembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO n0 XXX/2023

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CANARANA/MT e a ASSOCIAÇÃO PROVIDENCIA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDÊNCIA

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CANARANA/MT inscrito no CNPJ sob o nº 15.023.922./0001-91, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria portador do CPF nº 888.448.461-87, RG: 3671142 SSP/GO residente e domiciliado nesta cidade, e a ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA, MANTENEDORA Do LAR DA PROVIDENCIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n. 02.765.097.0012/01, com sede na rua Apolinário Pereira Burjack, 1.359 – Vila Ceará – Aragarças/GO, neste ato representada por sua Diretora Sra. Célia Volpato, inscrita no CPF 192.848. 106-04, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos da Lei Municipal no ___/2023, do Decreto Municipal 3431/2023, que regulamentou a Lei Federal no 13019/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

Constitui objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO é a transferência de recursos financeiros no valor de **R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais**, **por idoso internado**, para custear o atendimento de pessoas idosas residentes no município de Canarana/MT, em regime de internato, no LAR mantido pela associação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I-O Município obriga-se a:

a) Transferir os recursos financeiros para a execução do presente Termo, observada a disponibilidade financeira do Município e as normas legais pertinentes;

b)acompanhar, monitorar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução diretamente ou através de sua gestão;

c) analisar os Relatórios de Execução Fisico-Financeira e as Prestações de Contas objeto do presente Termo de Colaboração;

d) acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos;

e) prorrogar a vigência do Termo de Colaboração antes do seu término, se houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que não esteja inadimplente com a prestação de contas ao Município,

f) exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização, inclusive por meio de visitas in loco, sobre a execução do presente termo, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, a cargo da Secretaria Municipal de Finanças. –

II - A ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDÊNCIA obriga-se a:

a) Executar direta ou indiretamente, nos termos da legislação pertinente, as atividades necessárias à consecução do objeto, observando sempre os prazos previstos;

b) movimentar os recursos financeiros liberados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objeto do presente termo;

c) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município;

d) prestar contas dos recursos recebidos, junto com o Relatório de Execução dos Trabalhos;

e) devolver o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras, ao final ou extinção do Termo de Colaboração;

) estar regular, durante a vigência deste termo, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como, junto ao INSS e FGTS;

8) propiciar os meios e as condições necessárias para que os agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas tenham livre acesso a todos os documentos e locais relativos à execução do objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como prestar a estes, todas e quaisquer informações solicitadas, a qualquer momento em que julgar necessário;

h) fornecer todas as informações solicitadas pelo Município de Canarana/MT referente ao cumprimento do objeto e à situação financeira do executor;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos necessários à execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correrão por conta da dotação orçamentária própria constante no exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

o Município de Canarana/MT fará o acompanhamento da execução do objeto do presente termo, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos, a fim de verificar a sua correta utilização, até o alcance dos seus objetivos. –

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às normas do Município de Canarana/MT, devendo constituir-se de elementos que permitam ao gestor avaliar o andamento ou concluir que seu objeto foi executado conforme pactuado, e dos seguintes documentos:

a) relatório de execução do objeto, elaborado pela ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDENCIA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDÊNCIA, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

b) relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto; relatório de visita in loco eventualmente realizada durante a execução do termo;

$1O O Município terá como objetivo apreciar a prestação final de contas apresentada, no prazo de 90 (noventa) a 150 (cento e cinquenta) dias,

contado da data de seu recebimento, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que devidamente justificado

$2O A ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDÉNCIA está obrigada a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término de vigência de cada termo celebrado.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO –

Fica expressa a prerrogativa do Município de conservar a autoridade normativa e exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do objeto deste termo, bem como, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do mesmo, nos casos de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo de Colaboração terá vigência de um ano, a partir de sua celebração.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por solicitação da ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDÊNCIA fundamentada em razões concretas, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo previsto no caput desta Cláusula, desde que aceita pelo Município e enquanto persistir a necessidade de internação.

CLAUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO

A inexecução total ou parcial do presente Termo de Colaboração, poderá, garantida a prévia defesa, ocasionar a aplicação das sanções previstas em lei.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas em Lei, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigorado e creditando sê-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Colaboração, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, os partícipes elegem o foro da Comarca de Canarana/MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, em juízo ou fora dele.

ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDEN IA, MANTENEDORA IA, MANTENEDORA DO LAR DA PROVIDENCIA

Célia Volpato Diretora

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF Nº

2ª _____

CPF Nº

LEI MUNICIPAL Nº 1.792 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

Lei Municipal nº 1.792 de 07 de novembro de 2023

(Projeto de Lei nº101/2023 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre alteração do art. 6°, da Lei Municipal n° 438, de 04 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso e cria o Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 6o, da Lei Municipal n° 438, de 04 de dezembro de 2000, quanto à composição do Conselho Municipal do Idoso, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º O Conselho Municipal do Idoso será composto por:

I – Representantes das organizações governamentais:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b)Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c)Um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município;

d) Um representante do **Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores de Canarana - MT -** PREVICAN.

II – Representantes de Organizações Não-Governamentais:

a) Um representante do Grupo de Idosos Conviver Esperança;

b) Um representante da Sociedades de Damas;

c) Um representante do Rotary Clube;

d) Um representante do Lions Clube.

(...)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana - MT, 07 de novembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2023

PROCESSO: 129/2023

PREGÃO PRESENCIAL: 032/2023

DATA: 01/11/2023

VIGÊNCIA: 01/11/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretarias Municipais de Canarana-MT.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa para a prestação de serviços de profilaxia predial para atender as secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, conforme edital**.

SORRISO PRIME LTDA;

VENCEDOR DOS ITENS;01 ao 06.

VALOR TOTAL: R$ 7.203.500,00 (Sete milhões duzentos e três mil e quinhentos reais).

LEI MUNICIPAL Nº 1.793 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

Lei Municipal nº 1.793 de 07 de novembro de 2023

(Projeto de Lei nº102/2023 de autoria do Executivo).

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar as verbas da Assistência Financeira Complementar, advindas da União, destinadas ao cumprimento do piso salarial nacional, instituído pela Lei nº 14.434/2022, e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria*, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, em especial em conformidade com as* Emendas Constitucionais nº 124 e 127, ambas de 2022, e Lei Federal nº 14.434 de 2022,

Faço Saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar os valores da Assistência Financeira Complementar advindos da União, destinados ao cumprimento do piso salarial nacional, instituído pela Lei nº 14.434/2022.

Art. 2º O valor a ser repassado para cada Profissional de Saúde será aquele devidamente repassado pela União e discriminado no Portal do InvestSus, resultante dos cálculos realizados mediante os critérios estabelecidos na Portaria GM/MS nº 1.135 de 16 de agosto de 2023, e outras alterações dela decorrente.

Art. 3º As despesas para a execução desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias com recursos advindos da União.

Art. 4o - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 07 de novembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 438 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor **ALDINEI MACHADO DA SILVA** matricula nº 4749, no dia 01 de novembro de 2023, cargo de Guarda Vigilância III, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 20 de Outubro de 2023.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 052/2023

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 444 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Dispõe sobre SUSPENSÃO DE FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o parágrafo 2 do artigo 78 da Lei Municipal nº892/2015;

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 423/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender na data **08 de Novembro de 2023** o gozo de férias do servidor **JOSÉ ALVES DA SILVA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E matricula 4434, por motivo de necessidade do serviço, sem prejuízo à servidora, que terá o direito de gozar o período suspenso, assim que se normalizarem os serviços, retornando ao gozo normal das férias em 09 de novembro de 2023 ao dia 06 de dezembro de 2023.

Art. 2º - Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal de Carlinda

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 049/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI sob CNPJ 15.264.721/0001-86

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD E CAPA SELANTE, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DRENAGEM PLÚVIAL EM VIAS NO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até **16 de Novembro de 2023.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: até **15 de Janeiro de 2024.**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

GABINETE
PORTARIA Nº. 213/2023.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Designar o Sr. **MATEUS PEREIRA DE OLIVEIRA,** Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função de Engenheiro Responsável pelas seguintes Obras no Município de Carlinda/MT a partir do dia 11 de outubro de 2023:

EXECUÇÃO DIRETA 003.2023 – OBRA DE EXECUÇÃO DE CALÇADA NO CENTRO CULTURAL ESPORTIVO JOSÉ LUIZ DAVID PEREZ NO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 07 de novembro de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 444 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Dispõe sobre SUSPENSÃO DE FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o parágrafo 2 do artigo 78 da Lei Municipal nº892/2015;

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 423/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender na data **08 de Novembro de 2023** o gozo de férias do servidor **JOSÉ ALVES DA SILVA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E matricula 4434, por motivo de necessidade do serviço, sem prejuízo à servidora, que terá o direito de gozar o período suspenso, assim que se normalizarem os serviços, retornando ao gozo normal das férias em 09 de novembro de 2023 ao dia 06 de dezembro de 2023.

Art. 2º - Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal de Carlinda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 52/2023

O Município de Castanheira/MT torna público que fará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2023,** do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA/MT, sessão marcada para o dia 21/11/2023 às 08h:00min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 06 de novembro de 2023.

MAYARA CAROLINA DOS SANTOS

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
ATO DE EXONERAÇÃO

ATO DE EXONERAÇÃO N° 078/2023

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DA EDUCAÇÃO

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – EXONERAR o **Srº. JULIANO DA COSTA RAMOS,** do cargo em Comissão de Assessor Técnico da Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Este Ato entra em vigor com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2023.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 06 de Novembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 85/2023

DECRETO MUNICIPAL Nº 85/2023

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL, CONCEDIDA A TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e

Considerando o art. 38 da Lei Complementar 041/2010, que dispõe sobre a movimentação funcional dos Profissional da Educação Pública Municipal.

Considerando, que todo servidor tem merecimento para ser promovido de classe.

DECRETA:

Art. 1º Ficam prejudicado o merecimento, acarretando a interrupção da contagem do tempo de exercício para fins de promoção, reiniciando-se nova contagem a partir do evento, sempre que o servidor, no período:

I. somar duas penalidades de advertência formais;

II. sofrer pena de suspensão disciplinar, mesmo que convertida em multa;

III. ter, no somatório, mais do que duas faltas injustificadas por ano, mesmo que, por turno ou intercaladas.

IV. Sempre que ocorrer qualquer das hipóteses previstas nos itens I, II e III, iniciar-se-á imediatamente, nova contagem para fins de tempo exigido para promoção.

Art. 2º Suspendem a contagem para fins de promoção, acarretando pedágio sobre o tempo de serviço, os seguintes eventos:

I. as licenças e afastamentos sem direito à remuneração, pelo dobro do número de dias decorrente do afastamento;

II. as licenças para tratamento de saúde no que excederem a noventa dias, exceto as decorrentes de acidente em serviço, licença a gestante ou paternidade, pelo número exato dos dias concedidos;

III. as licenças para tratamento de saúde em pessoa da família no que excederem a trinta dias;

IV. outros afastamentos que não sejam considerados de efetivo exercício, computados em dobro, nos mesmos critérios estabelecidos neste artigo.

Art. 3º A promoção terá vigência a partir do primeiro dia do mês em que o servidor completar o tempo de exercício, desde que não esteja por algum modo suspenso.

Art. 4º. Nos casos de interrupção de interstício, a contagem de tempo será reiniciada a partir da data de retorno do servidor ao exercício de suas funções.

Art. 5º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, com os efeitos retroativos a 09 de janeiro de 2023.

Art. 6º. Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 31 de outubro de 2023.

Osmar Froner de Mello

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA/MT PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 EDITAL DEFINITIVO DE PUBLICAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O Município de Cláudia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Altamir Kurten**, Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado, com fundamentado no art. 198, §4º, da Constituição Federal e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº 11.350/2006, Lei Municipal Complementar nº 010/208, Lei Municipal Complementar 014/2013, Lei Municipal Complementar 047/2017 e demais legislação pertinente, resolve TORNAR PÚBLICO o presente **EDITAL DEFINITIVO DE PUBLICAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS** que será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da legislação federal e municipal vigentes e pertinentes.

Art. 1º - Defere-se as inscrições dos candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital.

Claudia-MT, dia 07 de novembro de 2023.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

DALILA MARQUES TRIBUTINO COLMAN

Presidente da Comissão de Elaboração e Aplicação

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS E CRECHES

Número	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
137	ALEX BOENO CUSTÓDIO	058.586.041-61	1338643538-5	26/10/2023	NÃO
138	GABRIELI STEFANI DE OLIVEIRA	061.098.871-96	204.03384.28-6	26/10/2023	NÃO
28	SANDRA LAGO PALAVINI	00056831145		19/10/2023	não
185	ELIANE DE ALMEIDA RIZZI	87091640144	12543674995	30/10/2023	NÃO
182	CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA	58077529100	20107759270	30/10/2023	NÃO
69	SIMONE COUTINHO DIAS GOBI	852.073.221-68	124.68785.22.5	23/10/2023	NÃO
59	ANA PAULA FERREIRA SATURNÍLIO	072.887.041-06	237.18843.00-1	20/10/2023	NÃO
184	LUMA CASTILHO DA CRUZ	04594779190	26772962964	30/10/2023	NÃO
134	EVA CARDOSO	02454444160	13267450402	26/10/2023	NÃO
26	GÉSSICA DANGLEI R. BARBOSA	044.846.981-29	20445347443	18/10/2023	NÃO
56	CLAUDIA PEREIRA DO AMARAL	841.925.001-59	20358682805	18/10/2023	NÃO
24	MARILENE FERREIRA LEMES	921.550.221-15	209952999-13	18/10/2023	NÃO
102	THAILINE VANESSA DE FARIAS	050.251.881-21	19047720302	25/10/2023	NÃO
130	RIVENÍZIA DA CONCEIÇÃO O. SOUSA	011.660.033-02	16571928249	26/10/2023	NÃO
89	SIRLEI MOURA MOMBACH	05330039975	12878315512	24/10/2023	NÃO
21	LEDA MARIA WENTZ	865.833.871-15	1704096040-9	17/10/2023	NÃO
110	VERONICE FERREIRA DOS SANTOS	854.788.301-00	16546464285	25/10/2023	NÃO
147	DINALVA FIGUEIREDO DOS SANTOS	581.795.501-68	19036789233	26/10/2023	NÃO
40	SANDRA TRAJANO DE BARROS LEMOS	016.273.361-50	12942620406	19/10/2023	NÃO
113	ANA PAULA RODRIGUES	909.421.241-20	20926940206	25/10/2023	NÃO
54	LUANA TEREZINHA BASTIAN	048.243.921-10	26784674381	20/10/2023	NÃO
19	DENISE ROSA GONÇALVES	535.848.641-00	12440358497	18/10/2023	NÃO
90	SOLANGE CALDERA	004.109.121-31	129.99416.409	24/10/2023	NÃO
91	LILIAN MATOSO FELINI	005.251.091-37	190.48645.16-9	24/10/2023	NÃO
93	NEIDE VEIGA	023.287.261-94	203.73796.343-4	24/10/2023	NÃO
105	PRISCILA DANIELE DE MORAES	066.618.861-02	1397487240-9	25/10/2023	NÃO
67	FERNANDA APARECIDA VIANA LEDESMAN	060.712.629-92	129.89868.52-8	23/10/2023	NÃO
66	ROSICLEY APARECIDA ROQUE	018.877.881-07	03063669406	23/10/2023	NÃO
72	RENATA CLEIA P. BEZERRA OLIVEIRA	050.383.361-40	190.540.232-98	23/10/2023	NÃO
68	MARLI INES DE SOUZA	523.075.491-53	18068172441	23/10/2023	NÃO
103	CRISTIANA PEREIRA DA SILVA	025.709.661-26	20060984036	25/10/2023	NÃO
132	ELISANGELA LIMA DE MORAES LOPES	025.752.511-41	12942625408	26/10/2023	NÃO
48	FABIANE LUCILENE FRITZEN	000.517.381-71	12841030409	20/10/2023	NÃO
141	ADRIANDE SALETE. T. BERTICELLI	967.292.791-68	19025888677	26/10/2023	NÃO
85	ROSANGELA ROCHA DE OLIVEIRA	008.685.381-32	12560127409	24/10/2023	NÃO
159	DAIANE ANDRADE MELO	061.673.001-27	14590377302	27/10/2023	NÃO
146	LEILA TEREZINHA DIEL SCHMIDT	027.112.101-70	19033002038	26/10/2023	NÃO
122	MARGARIDA GAMBIN LAZZERI	846.732.221-72	19016581661	26/10/2023	NÃO
123	CIRLENE VALERIO DA SILVA	025.591.081-94	21061806474	26/10/2023	NÃO
57	LUCIANA DA CRUZ SILVA	028.195.751-70	13339285402	19/10/2023	NÃO
70	CRISTIANE APARECIDA ALCANTARA	021.352.491-06	19036717291	23/10/2023	NÃO
168	ROSIVANIA LIMA FRANCO	018.974.781-19	13109865407	30/10/2023	NÃO
94	ANDREIA RAUBER	024.191.581-30	1903597394401	24/10/2023	NÃO

151	EDINA DA SILVEIRA	005.012.431-51	210.4790840-0	27/10/2023	NÃO
177	INIDE DE SOUZA MARQUES	89477146153	18068096006	30/10/2023	NÃO
179	PATRICIA JULIANA CAETANO	02238689141	13126199401	30/10/2023	NÃO
176	ISMAEL DE AREIAS CRUZ	016.323.133-83	190598344-64	30/10/2023	NÃO
172	CLISNEIDE ALVES DE SOUZA	97903990144		30/10/2023	NÃO
199	ANDREA FERRO BARRETO TEIXEIRA	95167854172	12745728409	30/10/2023	NÃO
157	MARIA ADELAIDE SILVEIRA DA SILVA	25247913272	12345899788	27/10/2023	NÃO
32	ANDERSON PEREIRA DA FONSECA	067.521.611-78	161.57636.50-6	15/10/2023	NÃO
05	IZABELE MARIA WORST	058.786.031-60	1630315652-6	16/10/2023	NÃO
15	CLEISE MACHADO	981157821-49	12806608408	17/10/2023	NÃO
13	ANA PAULA DA FONSECA DA LUS	08324676937	15755736271	17/10/2023	NÃO
78	LARIZA APARECIDA PIMENTEL	72652640100	12877494405	24/10/2023	NÃO
79	NAYARA CAROLINE ANDERLE	01954153104	13217832409	24/10/2023	NÃO
80	DANIELY FIGUEIREDO DOS S. KRAFT	04078589111	13439467359	24/10/2023	NÃO
82	MILENE KAUANE DOS SANTOS ALBERTINI	045.886.169-35	16470506543	24/10/2023	NÃO
51	ELISANE TEREZINHA BASTIAN	01143097120	19015918220	20/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-40 HORAS

SETOR URBANO-CRECHES

	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
50	MILENA LOPES DE OLIVEIRA	078.911.119-52	20056229822	20/10/2023	NÃO
153	SIRLEI SOARES LEITE SMANHOTO	474.086.501-72	12249699609	27/10/2023	NÃO
169	APARECIDA MUNIZ ROSA	012.547.921-20	126.82428-40-3	30/10/2023	NÃO
49	ROZANGELA MARIA DE ARAÚJO	011.027.823-27	190.397.5801-0	20/10/2023	NÃO
100	ANDREZA LOURENÇO LOPES	877.345.751-53	124.07140.01.1	25/10/2023	NÃO
81	MARGARETE ALVES DA SILVA	864.751.691-53	127.53282.40-6	24/10/2023	NÃO
154	MEIRILENE OLIVEIRA NEVES	001.493.681-00	16407005605	27/10/2023	NÃO
149	MARIA IRENE MOURA	01896354955	16356005581	27/10/2023	NÃO
109	IZAURA CRISTINA FELDHAUS	943.108.311-68	16863928176	25/10/2023	NÃO
193	MARCIA APARECIDA DE CASTILHO	00518193179	19055907114	30/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-30 HORAS

SETOR RURAL-ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
194	MARIA NUNES DE SOUZA	85883204104	17016917191	30/10/2023	NÃO
99	MICHELLY DOS SANTOS MORENO ALMEIDA	02289615197	19045630071	24/10/2023	NÃO
98	CLEDIONE PEREIRA DA SILVA	04372694180	16186345794	24/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-30 HORAS

SETOR RURAL-ASSENTAMENTO KENO

	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
152	ELIETE DA SILVERA MALDONADO	006.878181-41	1.903.213.146-2	27/10/2023	NÃO
125	ANDRÉIA RODRIGUES TORLAI DOS ANJOS	02148959123	12869921820	26/10/2023	NÃO
124	KEILA MONTEIRO SCHNEIDER	01046559257	19049248392	26/10/2023	NÃO
39	SIMONE PEREIRA	70351916156	19058104934	19/10/2023	NÃO
44	SOLANGE BARBOSA DA SILVA	00377461113	16675855019	20/10/2023	NÃO
43	EDINA DA CRUZ PELICER DA SILVA	13274391824	12378859971	20/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-30 HORAS

SETOR RURAL-ASSENTAMENTO 12 DE OUTUBRO

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
03	ALBERTINA SOARES MATOS	977.315.442-49	205.00865.96-4	16/10/2023	NÃO
02	MESSIAS RICARDA DE S. RODRIGUES	313063223-91	124758483-69	16/10/2023	NÃO
174	LUCILENE ORTIZ GARCIA	64936368253	19030094527	30/10/2023	NÃO
25	BIANCA CARLA SABINO DA SILVA	75571846100	19043824146	18/10/2023	NÃO

20	ROSIMEIRE DA SILVA ALBUQUERQUE	0255571329	19056047992	18/10/2023	NÃO
65	ANA MARIA DOS REIS	90359658172	19039045219	23/10/2023	NÃO
61	MARCELO MANOEL DA SILVA	00933964145	19032676744	23/10/2023	NÃO
86	CALIXTO CRISPIM DOS REIS	00788799142	19021111058	24/10/2023	NÃO
135	LUCIANA ROCHA DE PAULA	85806684172	17067156422	26/10/2023	NÃO
173	ROSA MARIA MARQUES RIBEIRO	61673137172	17039706901	30/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA /MATEMÁTICA-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
01	EMANUEL SANTOS DA SILVA	069.328.341-62	161.04565.76-0	16/10/2023	NÃO
114	MARIA INES TIBURCIO	655.510.871-15	126.96843.40.8	25/10/2023	NÃO
107	MIDIA PEREZ PEREIRA	047.351.091-02	137.05331.03-4	25/10/2023	NÃO
200	DEBORA KEZYA BRASILEIRO CARDOSO	008.738.801-45	20794765097	30/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA GEOGRAFIA-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS

	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
162	SIMONE FIORESE WEISS	926.094.570-49	1.706.169.143-1	27/10/2023	NÃO
155	DANIELA RODRIGUES DOS SANTOS	05644773116	20169791453	27/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA LETRAS-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
181	IGOR ABREU SILVA DRUMOND	129.435.706-99	212.89948.60-9	30/10/2023	NÃO
156	CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA	04124746113	20445591638	27/10/2023	NÃO
111	ALZIRA PEREIRA DA FONSECA	03467316158	19032433469	25/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
71	CINTIA REGINA DOS SANTOS	669.610.412-72	126.351.2365-0	23/10/2023	NÃO
62	ADRIELI DELISE TOCHETTO	04074834111	21063221902	23/10/2023	NÃO
106	KIMBERLY LOPES RODRIGUES	061.445.161-23	268.99587.09-0	25/10/2023	NÃO
143	VALKIRIA DA COSTA MALDONADO	04181192105		26/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

LICENCIATURA PLENA EM NUTRIÇÃO ESCOLAR 40 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS E CRECHES

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
04	LUZINETE NASCIMENTO CAMPOS WINK	912.815.041-49	1.903.881.657-2	16/10/2023	NÃO
08	TAYNARA FERREIRA DA LUZ	059.420.771-18	209.95271.79-2	16/10/2023	NÃO
64	JAQUELINE SANTOS ROCHA	06194420189	20082428217	23/10/2023	NÃO
171	CAMILA PANSERA	04292641196	20358683275	30/10/2023	NÃO
170	FRANCINEIDE VIEIRA ALVES	02851392158	2014461751	30/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

LICENCIATURA PLENA EM SERVIÇOS SOCIAIS 40 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS E CRECHES

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
27	SIMONE ALVES DOS SANTOS	018.759.931-93	16590158445-01	18/10/2023	NÃO
144	GEIZA CORRÊA FREIRAS	750.457.372-87	133488704-01	26/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

TDIE-TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E ESPECIAL-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS E CRECHES

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
95	ALINE APARECIDA DAMÁZIO DE OLIVEIRA	061.498.901-98	20060981975	24/10/2023	NÃO
183	CAROLAINE LOURENÇO BARBOSA	06993665182	21049252251	30/10/2023	NÃO
75	KELLY CRISTINA GOBI	060.418.191-40	210.49251.74-3	23/10/2023	NÃO
158	CAMILA JAQUELINE LIMA DIAS	05264257175	16332086905	27/10/2023	NÃO
145	FLAVIA CASSIELE DE SOUZA OLIVEIRA	070.622.411-64	16264592480	26/10/2023	NÃO
136	MELISSA RICHELLE LEITE DE BRITO	06026029125	16485980785	26/10/2023	NÃO
195	SANDRA CRISTINA DE MEDINA GIMENEZ	17928507862	12488029903	30/10/2023	NÃO
198	LILIANE BASTIAN AMARAL	06136588170	27020202140	30/10/2023	NÃO
208	LUANA DIOGO DO COUTO	06019070190	23686349015	30/10/2023	NÃO
204	DANIELA PEREIRA SIQUEIRA	05495361164	26756482309	30/10/2023	NÃO
117	JESSICA RODRIGUES DA SILVA	04640256132	16198261841	25/10/2023	NÃO
201	GABRIELLY SANTOS RODRIGUES	04640294140	13160777781	30/10/2023	NÃO
188	ENADIESLEU SABOIA LEITE	03927532193	16011283900	30/10/2023	NÃO
196	CRISLAINE BARBOSA DA SILVA	06589538182	27052762949	30/10/2023	NÃO
165	LARISSA MARIA REZENDE	04642885170	15659411979	27/10/2023	NÃO
84	IRACEMA BETINE	511.512.351-72	17043622768	24/10/2023	NÃO
33	JUAN HENRIQUE RODRIGUES BARBOSA	053.917.151-48	12981703147	19/10/2023	NÃO
187	AGNES DE LIMA MEIRA	061255691-36	27216400505	30/10/2023	NÃO
112	ELIZANDRA DAVILA VIEIRA	031.284.051-90	13192361408	25/10/2023	NÃO
92	VANDERLEIA DOS SANTOS PITOL	013.402.590-36	19054037922	24/10/2023	NÃO
121	APARECIDA TRAJANO DA SILVA	840.463.171-91	128.08760401	26/10/2023	NÃO
133	MILENA DE SOUZA ALMEIDA	058.348.851-01	164.28648.02-5	26/10/2023	NÃO
190	YASMIN FERREIRA GARCIA	06456973112	21320449087	30/10/2023	NÃO
191	MARCIENE TEIXEIRA LOPES	00635994143	11733423545	30/10/2023	NÃO
161	RITA CLÉCIA CLEMENTE DA SILVA	00576878111	12819387383	27/10/2023	NÃO
148	MARLI ROCHA DA SILVA	01027912109	12416412673	26/10/2023	NÃO
175	TAYS ANDREZA	07518393107	23609694331	30/10/2023	NÃO
129	RENATA MARIA SALES	06158385107	20497317111	26/10/2023	NÃO
142	ELIANARA VITÓRIA BRANDÃO PEREIRA	06327895140	23644251157	26/10/2023	NÃO
06	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	04856593102	20060980561	16/10/2023	NÃO
07	VANUZA SOCORRO GUERRA GOLSI	02208545133	21061806253	16/10/2023	NÃO
38	MARINÊS DA SILVA	02326822161	20060981347	19/10/2023	NÃO
31	ADÉLIA LEMOS DA SILVA FERREIRA	04118315181	20221726890	18/10/2023	NÃO
23	LEANES DE F. SANTOS	05583027185	20139943719	18/10/2023	NÃO
47	KAUANY SOARES DE MIRANDA	11337920142	23747631378	20/10/2023	NÃO
41	ANA BEATRIZ PEREIRA MOESCH	06370313105	21251960539	18/10/2023	NÃO
74	VICTÓRIA CAMILLY FATTORE	06619503101	23687076489	23/10/2023	NÃO
52	LUCILENE DE OLIVEIRA MATTIAS	92464360163		20/10/2023	NÃO
83	FABIANA APARECIDA FERREIRA	02880449162	20634046254	24/10/2023	NÃO
203	FRANCISCA LIZIANE PEREIRA CRUZ	04441057199	20668693511	30/10/2023	NÃO
88	HELAINE BATISTA MACEDO	06146606103	21237887951	24/10/2023	NÃO
104	SABRINA CALDEIRA ARASINI	06210077145	23601225839	25/10/2023	NÃO
96	MAEVE DE OLIVEIRA DA SILVA	06390957122	23623446056	24/10/2023	NÃO
119	PAOLA RODRIGUES DE ALMEIDA	06566799133	27154963986	25/10/2023	NÃO
115	APARECIDA CRISTINA TIBURCIO	76766039191	20949462580	25/10/2023	NÃO
126	ANTÔNIA TAMIRES ALVES DA SILVA	70351723196	21061806059	26/10/2023	NÃO
36	GISELLY PEREIRA DA SILVA BATALHA DA COSTA	01064395104	20059759016	19/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

BIBLIOTECÁRIO – CLASSE B LICENCIATURA EM BIBLIOTECONOMIA

SETOR URBANO-ESCOLAS E CRECHES

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
76	EDUARDA GABRIELI FLORES	06147468170	20060986683	23/10/2023	NÃO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO 001/2023

TDIE-TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E ESPECIAL-40 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS E CRECHES

NÚMERO	NOME COMPLETO	CPF	PIS/PASEP	DATA DA INSCRIÇÃO	PCD
16	IGOR ELIAN CARDOSO	062.600.771-22	16246076646	17/10/2023	NÃO
37	ANDREIA ROCHA DA SILVA	011.987.201-31	129.5180849-4	19/10/2023	NÃO
18	LUCIANA DA SILVA ANACLETO BORELLI	009.248.291-09	209.495.02922	17/10/2023	NÃO
197	FLÁVIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	04825459170	16215210200	30/10/2023	NÃO
186	JOSE RAYONE DE OLIVEIRA DA SILVA	054.957.801-32	16222399739	30/10/2023	NÃO
202	CRISTIANE DE OLIVEIRA SASSI	05907035102	20794590092	30/10/2023	NÃO
53	JULIANA CRISTINA PAIVA DA SILVA	61365829375	16345019551	20/10/2023	NÃO
108	ROBERTINA APARECIDA RAIMUNDO PROTRATZ	54351596104	12998194665	25/10/2023	NÃO
164	LETYCIA REZENDE	04642886141	14511264976	27/10/2023	NÃO
140	ZULEIDE CALDEIRA	004.109.141-85	12944950403	26/12/2023	NÃO
116	RENÊ NASCIMENTO OLIVEIRA	06605901312	16853803761	25/10/2023	NÃO
139	FRANCIDALVA GOMES	008.108.081-61	16255069304	26/10/2023	NÃO
192	DEUSIKELY FERREIRA ALVES	06143410194	21049250321	30/10/2023	NÃO
09	JHENIFFER TAILANE SILVA DA ROSA	058.004.991-44	1632883616-4	17/10/2023	NÃO
22	EMILY GABRIELI DE SOUZA	055.111.451-73	161.66191.11.2	18/10/2023	NÃO
77	JÉSSICA FÉLIX VIANA	061.657.261-19	145.87119.99-3	20/10/2023	NÃO
127	SUELLEEN POLIANA TEIXEIRA BARBOSA	061.040.831-37	165.65041.49-1	26/10/2023	NÃO
150	MAIARA CRISTINA LAGO	058.459.871-80	13512535495	2710/2023	NÃO
30	ALINE DA SILVA FELICIANO	064.798.071-11	16147517547	18/10/2023	NÃO
29	MAYARA RODRIGUES ROMAN	045.523.361-69	20962578694	18/10/2023	NÃO
131	CIRLENE LAGO TEIXEIRA	013.707.941-93	20060984885	26/10/2023	NÃO
101	DJHENIPHER RAIMUNDO NEVES	02240198142	26795911053	25/10/2023	NÃO
87	ELIZABETHE ALEXANDRE RAMOS	012.913.161-08	128.18323.40-3	24/10/2023	NÃO
163	MIRIAM MARTINS BATISTA	016.272.741-03	1903448571701	27/10/2023	NÃO
45	JOSÉ EDUARDO APARECIDO CARDOSO	071.492.891-77	271.39399.54-4	20/10/2023	NÃO
160	LARISSA ARRUDA FERREIRA	06301409108	23708874257	27/10/2023	NÃO
17	ERICA DOS SANTOS SILVA	062.418.731-48	1.610.458.746-2	17/10/2023	NÃO
178	SOLANGE JOSÉ BERGONZI	70084815191	16558181089	30/10/2023	NÃO
118	JANAINE DA SILVA PIMENTEL	03889091296	20187396110	25/10/2023	NÃO
166	KAREN BRENDA SEPULCRO DIAS	16177007708	20473405541	27/10/2023	NÃO
14	MARLIN EVEYN BOY	13341548726	20761984113	17/10/2023	NÃO
58	ROMÁRIO COSTA DA SILVA	01805440128	20400002277	19/10/2022	NÃO
11	MARLENE CARMEM HARMEL	96847727934	19028003013	17/10/2023	NÃO
10	ELDA SILVA DOS SANTOS	73943606287	16105265973	17/10/2023	SIM
42	MARIA EDUARDA LOPES DE SOUZA	06549049105	16428626307	19/10/2023	NÃO
34	DIRCE LURDES BOUFLEUER WELTER	02679217993	11534465477	19/10/2023	NÃO
73	ANITA JUSSARA PELICER DE SÁ	42572522822	2010538692201	23/10/2023	NÃO
128	SABRINA BURIN SALES	06159678175	16682036087	26/10/2023	NÃO
97	ALINEDOS SANTOS GARCIA	70282491236	2124412978102	24/10/2024	NÃO
120	GLAUZIA MATOS DE CARVALHO	05725017575	16898650859	25/10/2023	NÃO
55	MARIA SELMA DA SILVA E SILVA	0322564344	20966199000	20/10/2023	NÃO
189	LUZIA BENEDITA FERREIRA GARCIA	17625014819	12396730632	30/10/2023	NÃO

Claudia-MT, dia 07 de novembro de 2023.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

DALILA MARQUES TRIBUTINO COLMAN

Presidente da Comissão de Elaboração e Aplicação

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 504/2023

DATA: 7 de novembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia a Pregoeira para a realização de Licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo e suas Autarquias, para o exercício de 2023, **e** dá outras providências,

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto § 3º, inciso IV, da Lei 10.520/2002.

RESOLVE:

Art.1° - Fica nomeada a Pregoeira para a realização da licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo e suas Autarquias, deste Município de Cláudia-MT, no decorrer deste exercício de 2.023, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores;

PREGOEIRA

NOME:SHIRLEY YOTZCHETZ

CPF: 018.905.239.25

Art. 2° - Fica nomeada a Equipe de Apoio para a realização da licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo e suas Autarquias, deste Município de Cláudia- MT, no decorrer deste exercício de 2.023, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores;

1º - Sabrina de Marchi Bock

2º - Tania Borges Araujo

3º - Poliana Matias da Silva Vinco

Art. 3° - Caberá a Pregoeira, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10. 520, de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, em especial a portaria nº 150, de 20 de março de 2023.

Claudia-MT, 7 de novembro de 2023

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE PUBLIQUE - SE CUMPRA - SE

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 089/2022

O **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**,CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **MTSUL CONSTRUÇÕES LTDA**, CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio/diretor o Sr. **MÁRCIO BOZETTI**.

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato

O prazo de vigência do contrato originário fica prorrogado **em mais 08 (oito) meses,** com início a partir da data de assinatura deste termo aditivo e seu término previsto para o dia **08 de julho de 2024,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

Cláudia - MT, 07 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2022

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2022

O Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Araguaia, nº 676, Bairro Centro, cidade de Cocalinho – MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 1734269 – 4 e CPF nº 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**, EXCELENCIA MÉDICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede administrativa na Praça Genoveva Rezende Carneiro, nº 153, Bairro Jardim Planalto, cidade de Goiânia – GO, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 42.206. 294/0001-52, representado neste ato pela sócia administradora a Sra. Nicole Gabrielle Silva, Pessoa Física, brasileira, médica, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5932664 SSP/GO e do CPF nº 700.678.311-92, residente à Avenida São Carlos, nº S/Nº em Goiânia - GO, inscrita no Conselho Regional de Medicina sob o nº 13293/MT, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo nos termos da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente Termo Aditivo de Contrato se fundamenta nas cláusulas 8.2-J e 16.4 do Contrato Primitivo, no art. 58 e 65 da Lei 8.666/93 e fundamentações constantes da justificativas do presente termo, anexo a este processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

2.1. O presente Termo passa a ter como objeto a alteração do local de trabalho da profissional da contratada, alterando em virtude disso, as seguintes cláusulas do contrato primitivo que passa a vigorar com as seguintes alterações: **SEGUNDA SEGUNDA– DOS SERVIÇOS** ***2.1.*** *O Contratado cumprirá jornada de 40 (quarenta) horas na UBS ARAGUAIA, atendendo a toda demanda do (**UBS ARAGUAIA**),conforme item descrito no termo de referência.*
CLAUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTACAO DE SERVIÇOS

3.1. *Os serviços serão prestados pelo contratado no município de Cocalinho especificamente no Pronto Atendimento, na (**UBS ARAGUAIA).***

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. *Com fundamento no art. 58, inciso II, alínea a), fica reestabelecido e equilíbrio financeiro do contrato, corrigindo o valor da 40 (quarenta) horas no percentual de 7,84%, passando a remuneração dos serviços para os seguintes valores:*

5.2. *O valor global estimado para a execução do contrato é de R$ 341.261,28 (trezentos e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos) a serem pagos em parcelas mensais, mediante apresentação de fatura e nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde ou por quem esta indicar, somados os valores dos subitens 5.1.1 e 5.1.2 (40 horas e plantões).*

5.2.1. *O valor estimado para os serviços médicos de ginecologia e exames de ultrassonografia será, a partir de agora, de R$ 14.015,32 (quatorze mil, quinze reais e trinta e dois centavos), mensais, totalizando o item o valor anual de R$ 240.000,00 (duzentos quarenta e mil reais).*

5.2.2. *O valor mensal Estimado dos plantões é de R$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais), totalizando a estimativa anual dos Plantões o valor de R$ 181. 200,00 (cento e oitenta e um mil e duzentos reais).*

CLÁUSULA SETIMA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

7.1.*As despesas decorrentes dessa contratação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2022, nas seguintes rubricas orçamentárias:*

a) Dos serviços de ultrossonografia e ginecologia:

CODIGO REDUZIDO	*UNIDADE ORÇAMENTARIA*	*FUNCIONAL PROGRAMATICA*	*PROJETO ATIVIDADE*	*ELEMENTO DE DESPESA*
535	*07.01*	*10.301.0006*	*2046*	*33.90.39.00.00*
536	*07.01*	*10.301.0006*	*2046*	*33.90.39.00.00*

b) Dos serviços de plantões médicos no Hospital Municipal:

CODIGO	*UNIDADE ORÇAMENTARIA*	*FUNCIONAL PROGRAMATICA*	*PROJETO ATIVIDADE*	*ELEMENTO DE DESPESA*

REDUZIDO				
587	*07.01*	*10.302.0007*	*2048*	*33.90.93.00.00*
588	*07.01*	*10.302.0007*	*2048*	*33.90.93.00.00*
592	*07.01*	*10.302.0007*	*2048*	*33.90.93.00.00*

CLAÚSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo nº 019/2022. **3.2.** Ratifica o Segundo Termo Adtivio de prorrogação de prazo, vinculando a ele, os valores e prazos de vigência.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** E **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT 31, de outubro de 2023.

EXCELENCIA MÉDICA LTDA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATADO CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:	Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2022

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2022

O Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Araguaia, nº 676, Bairro Centro, cidade de Cocalinho – MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr Marcio Conceição Nunes de Aguiar, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 1734269 – 4 e CPF nº 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**, L S Medicina Eireli, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede administrativa na Rua das Palmeiras, sem nº, Bairro Cidade Nova, cidade de Cocalinho – MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 28.885.091/0001-09, representado neste ato pela sua proprietária a Sra. Luciana Silvestre de Farias Moraes, Pessoa Física, brasileira, médica, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1. 580.265 SSP/MA e do CPF nº 618.016.313-87, residente à Rua das Palmeiras, nº S/Nº, em Cocalinho - MT, inscrita no Conselho Regional de Medicina sob o nº 5907/MT, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo de contrato nos termos da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente Termo Aditivo de Contrato se fundamenta nas cláusulas 8.1-h e 16.4 do Contrato Primitivo, no art. 65 da Lei 8.666/93 e fundamentações constantes da justificativas do presente termo, anexo a este processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

2.1. O presente Termo passa a ter como objeto exclusivamente a prestação de serviços de atendimento ginegológico, serviços de exames de ultrassonografia e cobertura de plantões medicos, alterando em virtude disso as seguintes cláusulas do contrato primitivo que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. *Este contrato tem por objeto a execução de serviços médicos de atendimento ao item 4 da Ata de Registro de Preços do Edital do Pregão Presencial nº 010/2022.* ***1.2.*** *Prestação de serviços de médicos de ginegologia e exames de ultrassonografia e cobertura de plantoões, conforme descrito no termo de referência do Pregão Presencial nº 010/2022.* **SEGUNDA SEGUNDA– DOS SERVIÇOS** ***2.1.*** *O Contratado prestara serviços médicos na especialidade em ginecologia e a realização de exames de ultrassonografia para atender a demanda geral do Município, com a carga horária de 64 (sessenta e quatro) horas mensais, dividido em 8 diarias de 08 horas cada seguintes atendimentos:* ***a)*** *Consulta ginecológica e atendimento ginecológico de livre demanda de todo o Município, voltados a proteção à saúde da mulher, voltadas a desenvolver um trabalho preventivo com toda a população feminina da cidade, especificamente às seguintes iniciativas:* ***b)*** *Prevenção do câncer de útero, mama, ovários e endometriose;* ***c)*** *Trabalho de prevenção contra Doenças Sexualmente Transmissíveis;* ***d)*** *Prevenção às gestações indesejáveis, sobretudo em adolescentes, com a inserção de dispositivos intrauterino e todos os métodos contraceptivos do SUS;* ***e)*** *Prevenção e tratamento de complicações que possam ocorrer na menopausa e pós-menopausa;* ***f)*** *Planejar e desenvolver palestras com toda a população feminina do Município, voltadas a políticas de proteção à saúde da mulher;* ***g)*** *Atender a demanda de serviços de ultrassonografia, mormente ao trabalho de prevenção e tratamento da saúde da mulher.* ***h)*** *Realização de exames de ultrassonografia, para atender a demanda geral do Município mormente ao trabalho de prevenção e tratamento da saúde da mulher.* ***2.2.*** *O contratado prestará serviços de plantões médicos, de acordo com a escala elaborada pela direção do Hospital Municipal, na proporção estimada de, 30 plantões de 24 horas e 78 de plantões de 14 horas, fora do horário normal de expediente os quais serão realizados de forma alternada de acordo com escala da Secretaria Municipal de Saúde no período noturno e nos finais de semana e feriados, atendendo as necessidades de caráter de urgência que surgirem no decorrer da execução dos serviços.* ***2.3.*** *O profissional deverá ser habilitado na área de ginecologia e obstetrícia com registro do RQE no CRM.* ***CLAUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTACAO DE SERVIÇOS***

3.1. *Os serviços de especialidades serão prestados pelo contratado no município de Cocalinho, em local estabelecido pela secretaria Municipal de Saúde e os plantões no Hospital Municipal de Cocalinho.*

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 4.1. O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93; 4.2. Os serviços serão prestados de forma continuada, de acordo

com o agendamento feito pela CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. 4.3. Os atendimentos serão prestados em horário comercial e os plantões, conforme escala elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde; 4.4. Deverá haver disponibilidade para casos de urgência à noite e nos finais de semana. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. *O valor global estimado para a execução do contrato é de R$ 421.200,00 (quatrocentos e vinte e um mil e duzentos reais) a serem pagos em parcelas mensais, mediante apresentação de fatura e nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde ou por quem esta indicar, somados os valores dos subitens 5.1.1 e 5.1.2 (40 horas e plantões).*

5.1.1. *O valor estimado para os serviços médicos de ginecologia e exames de ultrassonografia será, a partir de agora, de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), mensais, totalizando o item o valor anual de R$ 240.000,00 (duzentos quarenta e mil reais).*

5.1.2. *O valor mensal Estimado dos plantões é de R$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais), totalizando a estimativa anual dos Plantões o valor de R$ 181. 200,00 (cento e oitenta e um mil e duzentos reais).*

5.2. O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro, nos parâmetros da proposta feita pela CONTRATADA;

5.3. *Respeitada a periodicidade mínima legal de acordo com a Lei nº 9.069/95, os preços do contrato poderão sofrer reajuste de acordo com o INPC – IBGE;*

5.4. *A **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos:*

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços; e

*b) existência de qualquer débito exigível pela **CONTRATANTE**.*

CLÁUSULA SETIMA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

7.1.*As despesas decorrentes dessa contratação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2022, nas seguintes rubricas orçamentárias:*

a) Dos serviços de ultrossonografia e ginecologia:

CODIGO REDUZIDO	UNIDADE ORÇAMENTARIA	FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
535	07.01	10.301.0006	2046	33.90.39.00.00
536	07.01	10.301.0006	2046	33.90.39.00.00

b) Dos serviços de plantões médicos no Hospital Municipal:

CODIGO REDUZIDO	UNIDADE ORÇAMENTARIA	FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
587	07.01	10.302.0007	2048	33.90.93.00.00
588	07.01	10.302.0007	2048	33.90.93.00.00
592	07.01	10.302.0007	2048	33.90.93.00.00

CLAÚSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo nº 019/2022. **3.2.** Ratifica o Primeiro Termo Adtivio de prorrogação de prazo, vinculando a ele, os valores e prazos de vigência.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** E **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT 31, de outubro de 2023.

L S MEDICINA EIRELI ME PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATADO CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:	Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _441/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre odeferimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor da servidora "CLEONIR DRUCZKOWSKI".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º DEFERIR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor da servidora Sra. CLEONIR DRUCZKOWSKI, portadora da matricula n. 3081, efetiva, no cargo de ZELADORA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 24/10/2023 e término em 26/10/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 24/10/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO DECIMO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 165/2022.

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Detentora do Registro: **CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TECNOLOGICA. Instrumento Vinculante**: **Adesão nº 019/2022**. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO, GERENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, PEÇAS E RASTREAMENTO VEICULAR, PARA ATENDER A FROTAS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER/MT. **TRANSFERÊNCIA DO SALDO DE ITENS: A transferência saldo dos itens no valor de R$ 50.000,00** do **Cód. Red. 913** para o **Cód. Red.182,** no valor de **R$ 300.000,00** do **Cód. Red. 913** para o **Cód. Red.176,** no valor de **R$ 112.000,00** do **Cód. Red. 913** para o **Cód. Red.161,** no valor de **R$ 150.000,00** do **Cód. Red. 913** para o **Cód. Red.184,** no valor de **R$ 38.000,00** do **Cód. Red. 913** para o **Cód. Red.187** e ono valor de **R$ 158.080,00** do **Cód. Red. 913** para o **Cód. Red.1384**. Data de assinatura: 05/10/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _439/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre o deferimento do retorno de afastamento por motivo de doença em favor do servidor "FRANCISCO ALFREDO SEMELER".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve,

Art. 1º Deferir o retorno de afastamento por motivo de doença concedido através da Portaria n. 406/2023, em favor do servidor Sr. FRANCISCO ALFREDO SEMELER, portador da matricula nº 185, efetivo, no cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Colíder, fundamentado na Perícia Médica do Município, a partir de 13 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 13/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA Nº 395/2023

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Colíder Estado de Mato Grosso**, Sr. HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Relatório final da comissão e o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGA a Portaria nº. 376/2023 que PRORROGOU O AFASTAMENTO**,** preventivamente a servidora M.R.S do exercício do cargo, conforme o art. 174, da Lei Municipal n° 2.408/2010, pelo período de 29/09/2023 a 27/11/2023

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de 07/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 07 de novembro de 2023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2767/2014 C/C A LEI Nº 3176/2021.

Terceiro termo de aditivo ao contrato de trabalho de servidor temporário, nº **319/2022**, celebrado em 01 de junho de 2022, pelo período de 01 de junho de 2022 a 30 de novembro de 2022, alterado através do **primeiro termo aditivo** pelo período de 01 de dezembro de 2022 a 29 de maio de 2023, datado em 01 de dezembro de 2022, motivo prorrogação do prazo do contrato. Alterado através do **segundo termo aditivo** pelo período de 30 de maio de 2023 a 25 de novembro de 2023, datado em 30 de maio de 2023. Motivo prorrogação do prazo do contrato. Alterado através do **terceiro termo aditivo** pelo período de 26 de novembro de 2023 a 23 de maio de 2024, datado em 26 de novembro de 2023. Motivo prorrogação do prazo do contrato, entre a Prefeitura Municipal de Colíder – MT, conforme Ofício nº 2276/2023/SMS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. HEMERSON LOURENÇO MAXIMO, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. **CLEIDE PEREIRA DA SILVA,** portador do CPF nº**537.971.081-68,** chamado de CONTRATADO.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DO CONTRATO.

Fica alterado prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de **26 de novembro de 2023 a 23 de maio de 2024**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

CLAUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Valor mensal: R$ 1.837,28 (hum mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte oito centavos).

Valor estimado do Termo Aditivo: R$ 13.167,15 (treze mil cento e sessenta e sete reais e quinze centavos).

Colíder-MT., 26 de novembro de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2767/2014 C/C A LEI Nº 3176/2021.

Terceiro termo de aditivo ao contrato de trabalho de servidor temporário, nº **320/2022**, celebrado em 01 de junho de 2022, pelo período de 01 de junho de 2022 a 30 de novembro de 2022, alterado através do **primeiro termo aditivo** pelo período de 01 de dezembro de 2022 a 29 de maio de 2023, datado em 01 de dezembro de 2022, motivo prorrogação do prazo do contrato. Alterado através do **segundo termo aditivo** pelo período de 30 de maio de 2023 a 25 de novembro de 2023, datado em 30 de maio de 2023. Motivo prorrogação do prazo do contrato. Alterado através do **terceiro termo aditivo** pelo período de 26 de novembro de 2023 a 23 de maio de 2024, datado em 26 de novembro de 2023. Motivo prorrogação do prazo do contrato, entre a Prefeitura Municipal de Colíder – MT, conforme Ofício nº 2276/2023/SMS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. HEMERSON LOURENÇO MAXIMO, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. **GISELE ALVES VALENTIM**, portador do CPF nº **020.948.389-00,** chamado de CONTRATADO.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DO CONTRATO.

Fica alterado prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de **26 de novembro de 2023 a 23 de maio de 2024**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

CLAUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Valor mensal: R$ 1.837,28 (hum mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte oito centavos).

Valor estimado do Termo Aditivo: R$ 13.167,15 (treze mil cento e sessenta e sete reais e quinze centavos).

Colíder-MT., 26 de novembro de 2023.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO DECIMO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 115/2022.

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Detentora do Registro: **COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES - COOPERVALE. Instrumento Vinculante**: **Adesão nº 011/2022**. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COLÍDER/MT. **TRANSFERÊNCIA DO SALDO DE ITENS:** A transferência saldo dos itens no valor de **R$ 126. 930,00** do **Cód. Red. 972** para o **Cód. Red.1399,** no valor de **R$ 9.142,56** do **Cód. Red. 972** para o **Cód. Red. 78** e ono valor de **R$ 122.859,00** do **Cód. Red. 972** para o **Cód. Red.846**. Data de assinatura: 01/11/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2767/2014 C/C A LEI Nº 3176/2021.

Terceiro termo de aditivo ao contrato de trabalho de servidor temporário, nº **368/2022**, celebrado em 01 de junho de 2022, pelo período de 01 de junho de 2022 a 30 de novembro de 2022, alterado através do **primeiro termo aditivo** pelo período de 01 de dezembro de 2022 a 29 de maio de 2023, datado em 01 de dezembro de 2022, motivo prorrogação do prazo do contrato. Alterado através do **segundo termo aditivo** pelo período de 30 de maio de 2023 a 25 de novembro de 2023, datado em 30 de maio de 2023. Motivo prorrogação do prazo do contrato. Alterado através do **terceiro termo aditivo** pelo período de 26 de novembro de 2023 a 23 de maio de 2024, datado em 26 de novembro de 2023. Motivo prorrogação do prazo do contrato, entre a Prefeitura Municipal de Colíder – MT, conforme Ofício nº 2276/2023/SMS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. HEMERSON LOURENÇO MAXIMO, denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Srª. **MARIA ISABEL FERREIRA MEDEIROS ARCENO**, portadora do CPF nº **013.208.761-88,** chamado de CONTRATADO.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DO CONTRATO.

Fica alterado prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de **26 de novembro de 2023 a 23 de maio de 2023**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

CLAUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Valor mensal: R$ 1.837,28 (hum mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte oito centavos).

Valor estimado do Termo Aditivo: R$ 13.167,15 (treze mil cento e sessenta e sete reais e quinze centavos).

Colíder-MT., 26 de novembro de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _440/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre o deferimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor "SERGIO JACINTO DA SILVA".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º DEFERIR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor Sr. SERGIO JACINTO DA SILVA, portador da matricula n. 55, efetivo, no cargo de AGENTE ADMNISTRATIVO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 23/10/2023 e término em 27/10/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 23/10/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER PORTARIA Nº 396/2023

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR **ANDREIA MARIA RIZZATO DOS ANJOS**,na função de Representante do Governo Municipal para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, **Biênio 2022/2024**, em substituição a **NAGILCE LARA XAVIER**.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor, a partir de 07 de novembro de 2023.

Registra publica e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder, - MT, em 07 novembro de 2023.

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _442/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre o deferimento de prorrogação do benefício de auxilio doença em favor da servidora "ELIZANGELA RAMOS DE ASSIS".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 2º da Lei nº 3053/2019.

Resolve,

Art. 1º Deferir a prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da servidora Sra. **ELIZANGELA RAMOS DE ASSIS**, portadora da matricula n. 1016, efetiva, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início a partir de 04/11/2023 e término 30/11/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 04/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2023 - PORTARIA SMFA Nº 386/2023 - FISCAL DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **MS DIAGNOSTICA LTDA.** Modalidade de Licitação: **Inexigibilidade de Licitação nº 011/2023.** Objeto: **Contratação de empresa especializada para realização de manutenção corretiva e para fornecimento de insumos de laboratório para o equipamento hematológico modelo XP 300 da Marca Roche, equipamento pertencente ao labo-**

ratório da Secretaria Municipal de Saúde de Colíder/MT.**Valor Global: R$ 247.885,00** (duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais). **Vigência:** 07/11/2023 até 07/11/2024.

PORTARIA SMFA Nº 386/2023 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **VERA FERNANDES DE CARVALHO ARAUJO** (Titular) e **SIDNEI ALE ROSSETTO** (Suplente), fiscais do Contrato nº 150/2023, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **MS DIAGNOSTICA LTDA.** Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 011/2023. **Vigência:** 07/11/2023 até 07/11/2024. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _443/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre odeferimento de afastamento por motivo de auxilio doença, em favor da servidora "EDNEIA APARECIDA DE OLIVEIRA BANIN".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 2º da Lei nº 3053/2019.

Resolve,

Art. 1º Deferir o afastamento por motivo de auxilio doença, em favor da servidora Sra. EDNEIA APARECIDA DE OLIVEIRA BANIN, portadora da matricula n. 6362, contratada por prazo determinado, no cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal Educação, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início dia 26/10/2023 ao término dia 22/12/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 26/10/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _444/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a concessão do Benefício deSalário Maternidade em favor da servidora "THAIS ADRIANA DA SILVA".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 12º da Lei nº 3053/2019.

Resolve,

Art. 1º Deferir o Benefício de Salário Maternidade em favor da servidora Sra. THAIS ADRIANA DA SILVA, portadora da matricula n. 6417, contratada por prazo determinado, no cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, período do afastamento com início a partir de 06/11/2023 e término em 04/03/2024, com prorrogação no período de 05/03/2024 a 03/05/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 06/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023 – SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que RETIFICA o objeto da licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** sob o nº 039/2023; **TIPO**: Menor Preço por LOTE;

Onde se lê: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL REFERENDADA E ATENDIDAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE COLIDER - MT.

Leia-se: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AS FAMÍLIAS E INDIVIDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL REFERENCIADAS E ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE COLIDER – MT.

Como tal retificação não altera a formulação de propostas mantem-se as demais clausulas inalteradas bem como a data da **Sessão de abertura dia 13/11/2023 às 08h30min.** (Horário de Brasília/DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações).

Colider/MT, 06 de novembro de 2023

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 167/2022.

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Detentora do Registro: **COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES - COOPERVALE. Instrumento Vinculante**: **Adesão nº 020/2022**. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COLÍDER/MT. **TRANSFERÊNCIA DO SALDO DE ITENS:** A transferência saldo dos itens no valor de **R$ 119. 811,15** do **Cód. Red. 972** para o **Cód. Red.1399** e ono valor de **R$ 10. 260,00** do **Cód. Red. 972** para o **Cód. Red.272**. Data de assinatura: 01/11/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2767/2014 C/C A LEI Nº 3176/2021.

Terceiro termo de aditivo ao contrato de trabalho de servidor temporário, nº **318/2022**, celebrado em 01 de junho de 2022, pelo período de 01 de junho de 2022 a 30 de novembro de 2022, alterado através do **primeiro termo aditivo** pelo período de 01 de dezembro de 2022 a 29 de maio de 2023, datado em 01 de dezembro de 2022, motivo prorrogação do prazo do contrato. Alterado através do **segundo termo aditivo** pelo período de 30 de maio de 2023 a 25 de novembro de 2023, datado em 30 de maio de 2023. Motivo prorrogação do prazo do contrato. Alterado através do **terceiro termo aditivo** pelo período de 26 de novembro de 2023 a 23 de maio de

2024, datado em 26 de novembro de 2023. Motivo prorrogação do prazo do contrato, entre a Prefeitura Municipal de Colíder – MT, conforme Ofício nº 2276/2023/SMS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. HEMERSON LOURENÇO MAXIMO, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. **JOSE INACIO DOS SANTOS FILHO**, portador do CPF nº **419.774.401-34,** chamado de CONTRATADO.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DO CONTRATO.

Fica alterado prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de **26 de novembro de 2023 a 23 de maio de 2024**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

CLAUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Valor mensal: R$ 1.837,28 (hum mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte oito centavos).

Valor estimado do Termo Aditivo: R$ 13.167,15 (treze mil cento e sessenta e sete reais e quinze centavos).

Colíder-MT., 26 de novembro de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
LEI N° 3.328/2023

Projeto de Lei nº 205/2023

Autoria: Poder Executivo Municipal

LEI N° 3.328/2023

Súmula:*"Altera dispositivo constante no Art.1º da Lei Municipal nº 3.317, de 23 de agosto de 2023."*

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1° - O Art. 1º da Lei Municipal nº 3.317, de 23 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Processo Seletivo Simplificado e contratar em regime de excepcionalidade temporária e por prazo determinado, pessoal para preencher vagas existentes no atual quadro de pessoal, que não foram preenchidas através de Concurso Público, e cuja contratação deverá ser observado o prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo período de 02 (dois) anos, conforme a necessidade da administração."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2.023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 198/GP/2023

PORTARIA Nº198/GP/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Harlis Barbosa Santos,** portador da Carteira de Identidade RG. nº ****6702 SSP/RJ e CPF n° ***.31110***, para exercer o Cargo em Comissão de **Diretor Executivo Responsável pelo Departamento de Trânsito,** vinculado a Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 07 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de novembro de 2023.

ELVIRA MUND DA COSTA
SEC. ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO- INEXIGIBILIDADE 18/2023

CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº. 04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 7.902/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT, torna público que decide SUSPENDER o INEXIGIBILIDADE 18/2023 que tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLNIZA/MT, afim de proteger o interesse público, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e responsável, sem prejudicar outras áreas essenciais, e garantir que as finanças permaneçam sólidas e equilibradas. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (066) 3571-1000.

Colniza - MT, 21 de setembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA MT

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 023/2023

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2023

Objeto: SERVICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA PARA A CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT.

CONTRATADO: ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CNPJ: 03.467.321/0001-99

Valor da contratação: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Fundamento legal: Art. 24, INCISO XXII da Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei Municipal nº 687 de 09/05/2017 e a Lei Estadual nº 10.534, de 13/04/2017.

Tendo em vista o que consta dos autos, ratifico e, por consequência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no art. 24, INCISO XXII da Lei nº 8.666/93, cujo ao teor aderimos na íntegra;

RESOLVO, RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, determinando sua publicação como condição de sua eficácia.

Colniza - MT, 07 de novembro de 2023.

_____

EZEQUIAS DEDE DE SOUZA

Presidente

LICITAÇÃO-CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO

DE: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PARA: ROCHA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ N º 10. 570.769/0001-07, STAR PRIME DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ N º 31. 395.164/0001-99, R.M. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ N º 04.797. 412/0001-55, HIDROREADER SISTEMAS DE MEDIÇÃO LTDA, CNPJ N º 32.503.371/0001-82, G N DA SILVA, CNPJ N º 44.213.116/0001-84, 3E COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ N º 29.516.527/0001-55, MULTUS COMERCIAL LTDA, CNPJ N º 24.753.864/0001-42, MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA - EPP, CNPJ N º 14.888.303/0001-05, CIDADE ALTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ N º 10.570.769/0001-07.

Com os devidos cumprimentos, venho através deste, intimá-los para que no prazo de 03 (três) dias úteis, se manifestem acerca do RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO interposto pela empresa DAMATA TRATORES LTDA, CNPJ: 07.632.304/0001-10, referente ao Pregão Presencial SRP 25/2023, que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL, EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT.**

Sem mais, impulsiono ao destinatário. Atenciosamente,

Colniza-MT, 07 de novembro de 2023.

_____

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro

Portaria 069/GP/2023

LICITAÇÃO-CONTRATOS
DESPACHO DO PREFEITO- PREGÃO Nº 014/2023- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2023

Processo 7580/2023

Cancelamento

DESPACHO DO PREFEITO

Tendo sido informado via C.I. nº 494/RH/SMS/2023 subscrita pelo Secretário Municipal de Saúde e notificações do fiscal do contrato e Ata de Registro de Preço que a empresa MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, não vem cumprindo com a suas obrigações contratuais, especificamente não cumprindo com o prazo de entrega dos medicamentos a que se obrigou a fornecer ao município, conforme Ata de Registro de Preços nº 12/2023 e de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e nos prazos contratualmente previstos, ou seja, que a contratada não forneceu as quantidades solicitadas pela secretária e também não cumpre com o prazo de entrega, descumprindo com as Cláusulas 5.18, 5.19 e 5.23, o que é corroborado pelo pedido de prorrogação de prazo para entrega dos medicamentos.

Notificada para regularizar o fornecimento, no exercício de contraditório e defesa em face da respectiva notificação, a empresa justificou a indisponibilidade à pronta entrega no momento que recebeu a Ordem de Compra, tem então solicitado da indústria fabricante e solicitando a prorrogação do prazo em 30 (trinta) dias.

Assim, sobreveio a decisão de cancelamento da Ata de Registro de Preços em relação à empresa MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, em razão do descumprimento das Cláusulas 5.7 e 5.8 da Ata de Registro de Preço e nos termos da Cláusula 9.1 itens I, II e III da Ata de Registro de Preços nº 12/2023

Também, foi determinada a notificação da empresa para se manifestar no prazo legal e encaminhar para as providências previstas na Lei Municipal nº 793/2018 que dispõe sobre o Procedimento Administrativo de Apuração de Infrações Administrativas Praticadas por Licitantes e Contratados da Administração Pública Municipal, bem como determino seja verificada a possibilidade de convocação do licitante remanescente, em substituição para aceitar, nas mesmas condições, o fornecimento dos produtos que eram de responsabilidade da empresa que ora se cancela o registro de preços.

Notificada a empresa, esta se mostrou inconformada e interpôs recurso administrativo buscando reformar/reconsiderar a decisão ao argumento de que justificou a indisponibilidade à pronta entrega no momento que recebeu a Ordem de Compra, tendo então solicitado da indústria fabricante e solicitando a prorrogação do prazo em 30 (trinta) dias; além da solicitar a rescisão referente a um dos itens/medicamentos que se obrigou a fornecer ao município. Que o atraso nas entregas se dá por motivos de força maior.

Também postulou o afastamento das penalidades eventualmente aplicáveis ao caso.

Pois bem, em que pese as argumentações recursais da empresa, verifica-se que ela não trouxe nenhum fato capaz de reformar/reconsiderar a decisão recorrida.

Apenas confirmou o que já consta em todo o processado, ou seja, que não entrega os produtos de acordo com o que se obrigou no processo licitatório, não honrando sua proposta e de acordo com a Ata de Registro de Preços.

Ao que parece, levando-se em conta a afirmação da recorrente de que possui lucro de apenas 4%, sendo insuficiente para cobertura do preço mínimo da empresa, frete, impostos, etc, a licitante apenas participou do certame e ACEITOU fornecer o produto no preço por ela proposto, com a finalidade de evitar que outro licitante se lograsse vencedor em seu lugar, e em tese, buscar o reajustamento/realinhamento de preço, prejudicando o município, que se vê desabastecido do produto para atendimento da população, ainda mais se tratando de medicamento, conduta que deve ser afastada pelo município.

E, conforme consta na decisão recorrida, as justificativas da empresa não são plausíveis, na medida de que deve se programar para atender aos pedidos de seus clientes de acordo com as obrigações que voluntariamente assumiu quando participou do processo licitatório, e diante da necessidade do produto fornecido que serve para atender o sistema municipal de saúde, demonstrando o descumprimento das Cláusulas 5.7 e 5.8 da Ata de Registro de preço, qual seja:

5.7) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação;

e 5.8) a falta de quaisquer objetos deste edital, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, na entrega do (s) bem (ns) objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

Desta forma, a empresa se prontificou contratualmente a garantir o fornecimento do produto, garantindo a estabilidade do contrato, ainda que ocorresse caso de força maior, porém, demonstra na prática que não conse-

gue garantir a normalidade do fornecimento, causando prejuízos ao atendimento da população que busca atendimento na área da saúde do município.

Quanto ao postulado de afastamento das penalidades eventualmente aplicáveis ao caso, conforme decisão recorrida, será procedido conforme Lei Municipal nº 793/2018 que dispõe sobre o Procedimento Administrativo de Apuração de Infrações Administrativas Praticadas por Licitantes e Contratados da Administração Pública Municipal, não cabendo análise nesse momento.

Assim, pelos motivos apontados acima, concluo pelo **não provimento** do recurso interposto pela empresa MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, devendo-se cumprir integralmente o que foi determinado na decisão recorrida.

Cumpra-se, expedindo-se as comunicações pertinentes e tomadas as providências necessárias.

Colniza-MT, 27 de outubro de 2.023.

_____

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal de Colniza/MT

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 199/GP/2023

PORTARIA Nº199/GP/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Vandersson Zamoner Silva,** portador da Carteira de Identidade RG. nº ****4980 SESP/MT e CPF n° ***.98010***, para exercer o Cargo em Comissão de **Coordenador de Departamento,** vinculado a Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 07 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de novembro de 2023.

ELVIRA MUND DA COSTA
SEC. ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 197/GP/2023

PORTARIA Nº197/GP/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DO AERÓDROMO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS".

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

ART. 1º - Por meio desta Portaria, através do setor de Engenharia do Município de Colniza/MT, tornar público a **APROVAÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DO AERÓDROMO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT.**

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	REFORMA DO AERÓDROMO MUNICIPAL DE COLNIZA/MT	HELLEN KARINI SILVAENG. CIVIL - CREA: MT

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA APROVAÇÃO:

Engenheiro Civil (a): **Fernando Alencar Lários**

CREA: **17.682D/RO**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 07 de novembro de 2023.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de novembro de 2023.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO ALENCAR LÁRIOS

ENG. CIVIL

CREA: 17.682D/RO

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 15/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8.363/2023

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, pelo presente termo comunica aos interessados que alterou o Termo de Referência ANEXO I do edital que tem por objeto a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE RURAL II, CONFORME PLANO DE APLICAÇÃO DE TRANSPOSIÇÃO E TRANFERÊNCIA DE SALDO REMANESCENTE EM CONTA PROVENIENTE DA EMENDA PARLAMENTAR 2018/14089404001180001**", conforme** segue abaixo:

ONDE SE LÊ:

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
8	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS	1	UND		2.289,04	2.289,04

	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS, INOX, 02 TORNEIRAS E 01 JATO, COM FILTRO INCLUSO-VOLTAGEM 110/220V.					

LEIA-SE:

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
8	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS, INOX, 02 TORNEIRAS E 01 JATO, COM FILTRO INCLUSO- VOLTAGEM 110/220V- O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER CERTIFICADO E REGISTRADO PERANTE O INMETRO.	1	UND		2.289,04	2.289,04

A nova data para o certame fica designada para o dia 22 de novembro de 2023, às 09h:00min (horário local).

As demais cláusulas editalícias permanecem inalteradas. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (066) 3571- 1000 ou e-mail: **licitacao@colniza.mt.gov.br.**

Colniza - MT, 07 de novembro de 2023.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula 7360-1

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2023

Processo nº 018/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT, através de sua Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria n.º 060/2023, faz saber aos interessados o resultado da licitação PREGÃO PRESENCIAL SRP N° **008/2023**, que tem como objeto da presente licitação o ***Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades desta Câmara Municipal de Colniza MT,*** o qual teve como participante *vencedor a seguinte Empresa:* **Empresa JV Serviços e Comércio Papelaria Ltda** CNPJ Nº 13.498.158/0001-85, que sagrou – se vencedora de todos os itens no valor total de **R$ 13.578,16 (treze mil quinhentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos).**

Colniza - MT, 07 de novembro de 2023.

Poliana Cristina Guizzardi

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 040/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 040/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 004/2022

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no art. 80, III da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que foi homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022, através do DECRETO Nº. 007/GP/2023, de 13 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

RESOLVE:

ART. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022, para contratação imediata, temporária e emergencial no preenchimento de vagas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura nos termos do ANEXO I deste Edital.

ART. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão apresentar os seguintes documentos no momento da contratação.

* REGISTRO GERAL (RG);

*CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF);

* TÍTULO ELEITORAL E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;

* CARTEIRA DE TRABALHO;

* PIS / PASEP SE HOUVER, CASO NÃO TENHA * FAVOR INFORMAR;

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO;

* HISTÓRICO ESCOLAR E CERTIFICADO (OBS. AUTENTICADO);

* RESERVISTA (HOMENS);

* ATESTADO MÉDICO FÍSICO E MENTAL – REDE PÚBLICA;

* DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO;

* DECLARAÇÃO DE BENS;

* COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

* COMPROVANTE DE HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO;

* COMPROVANTE DE REGULARIDADE NO CONSELHO;

* REGISTRO DE CONSELHO REGIONAL (NO CASO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS);

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS;

* CÓPIA DO CPF DOS DEPENDENTES;

* CARTEIRA DE VACINA DOS FILHOS MENORES DE 07 ANOS;

* DECLARAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS MAIORES DE 07 ANOS;

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS ÚLTIMOS 05 ANOS;

APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE CRIMES ELEITORAIS;

WWW.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO DE MATO GROSSO;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA ESTADUAL DE MATO GROSSO, PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIAS; cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA MILITAR;

WWW.stm.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-c...

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS POR SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO POR MEIO DE CERTIDÃO NO ÂMBITO ESTADUAL E FEDERAL.

* APRESENTAR DADOS BANCÁRIOS DE CONTA CORRENTE OU SALARIAL NO BANCO DO BRASIL;

* QUALIFICAÇÃO CADASTRAL DO ESOCIAL (http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml)

* NÚMERO DE TELEFONE E EMAIL;

* CPF DO CONJUGE;

Colniza/MT, 07 de novembro de 2023

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO P.S.S. 004/2022 - SEMEC – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/CONTRATO – ZELADORA (ZONA URBANA)				
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**N° INSCRIÇÃO**	**DATA DE NASC**	**PONTUAÇÃO GERAL**
27	**LORRAINE ALVES DE CAMPOS**	22	22/11/2004	10,0

Colniza/MT, 07 de novembro de 2023.

milton de souza amorim

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 457/ADM/2023

PORTARIA Nº 457/ADM/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **LIDIA MARIA SOUZA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2061 a partir do dia **06 de novembro a 05 de dezembro do ano de 2023,** referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **06 de novembro de 2023** ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 07 de novembro de 2023.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 07 de novembro de 2023.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 196/GP/2023

PORTARIA Nº196/GP/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

Considerando o Comunicado Interno nº. 274/2023 da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, protocolo n° 8644/2023;

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar**Claussineia Gude Germano,** matricula nº. 8408-1, do Cargo em comissão de **Chefe de divisão** vinculado à secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 06 de novembro de 2023.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 06 de novembro de 2023.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DECRETO Nº 54/2023 DE: 07.11.2023

DECRETO Nº 54/2023

DE: 07.11.2023

"Transfere as comemorações e o descanso do feriado do Dia da Consciência Negra, decreta ponto facultativo e dá outras providências."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando *que no próximo dia 15/11/2023 é comemorado o dia da Proclamação da República do Brasil (feriado nacional);*

Considerando que no dia **20/11/2023 (segunda-feira)** celebra-se o feriado estadual em razão do Dia da Consciência Negra, de acordo com a Lei 7.879/2002 do Estado de Mato Grosso;

Considerando que persiste a necessidade de ações voltadas à redução de despesas na administração pública municipal, notadamente as previstas no art. 11, do Decreto Municipal n. 34/2023, de 28.07.2023[1], para o alcance do equilíbrio fiscal tratado no citado ato executivo, e

Considerando o interesse público e a necessidade administrativa**,**

DECRETA

Art. 1º. Fica transferida a celebração, no âmbito da administração pública municipal, do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, do dia 20 de novembro de 2023 (segunda-feira) para o dia 17 de novembro do corrente ano (sexta-feira).

Art. 2º. Em decorrência da transferência do descanso do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, disposto no art. 1º, fica decretado ponto facultativo no dia **16 (quinta-feira) de novembro de 2023**, em toda a Administração Pública Direta e Indireta do município de Comodoro.

Art. 3º. Podem as Secretarias Municipais estabelecer horário diferenciado de trabalho e regime de plantão e/ou de sobreaviso, de acordo com a necessidade de cada pasta, devendo ser publicado previamente ato próprio regulamentador, principalmente quanto às atividades em educação, saúde, limpeza e recolhimento de resíduos e assistência social.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 07 dias do mês de novembro de 2023.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

[1] "Disciplina a urgente contenção de despesas por meio da limitação de empenho e de adicionais de folha de pagamento para manter o equilíbrio financeiro e dá outras providências".

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/2023 ADESÃO Nº 029/2023

A Prefeitura de CONFRESA/MT, declara que aderiu a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2023 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA- MT,** cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE IMAGENS (TOMOGRAFIAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT,** conforme quantidade abaixo relacionada, com um valor Global Estimado de **R$52.770,04 (Cinquenta e Dois Mil Setecentos e Setenta Reais e Quatro Centavos).**

EMPRESA.: CLINMED DIAGNOSTICO LTDA.

CNPJ.: 22.399.579/0001-40

END.: Rua 13 de Maio, 159 - Centro

CIDADE.: Confresa- MT CEP.: 78.652-000

EMAIL.: clinicavidaconf@gmail.com

TEL.: (66)3564-1420

REPRESENTANTE.: Danila Assis da Silva

Confresa-MT, 07 de NOVEMBRO de 2023

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA Nº 007/2023

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº. 292/2023 ADM DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	FISCAL	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
ADMNINISTRAÇÃO	ANA CELIA DE SOUZA LIMA CPF: 770.696.921-53	SIMONE MARQUES MATEUS CPF: 842.200.821-15	JOSE ALDEIR DA SILVA MEDEIROS CPF: 582.001.261-53

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATAS DE REGISTRO	**295/2023**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	AVELAR DECORAÇÕES LTDA	32.100.891/0001-44	R$1.300.000,00
OBJETO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA DECORAÇÃO NATALINA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 06/11/2023 a 06/11/2024.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada "Pública" e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 06 de Novembro de 2023.

_____ **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N°224/2023 PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°043/2023

A Prefeitura de Confresa-MT, através da Pregoeira e equipe de apoio, torna público para todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICO - N° 043/2023 - do tipo Menor Preço por Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos, no site Confresa.org no link do Portal da Transparência https://sic.tce.mt.gov.br/118/assunto/listaPublicacao/id_assunto/2079/id_assunto_item/8653, no **www.bnc.org.br,**no e-mail: licitaconfresa@hotmail.com e de segunda à sexta-feira no telefone **(66) 3564-1818, RAMAL 31, citando o n° do edital em questão.**

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS ORTOPÉDICOS (COM COMODATO DE CAIXA DE FRAGMENTOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

DAS PROPOSTAS:

***DO RECEBIMENTO**: Inicia dia **10/11/2023** AS 08hs30min.

***DO ENCERRAMENTO DE RECEBIMENTO**: Dia **21/11/2023** AS 08hs30min.

***ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia **21/11/2023** AS 09hs00min.

***INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: DIA **21/11/2023** AS 09hs30min

Endereço eletrônico: www.bnc.org.br,

OBS: HORARIO OFICIAL DE BRASÍLIA.

Confresa-MT, 07 de NOVEMBRO de 2023.

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA N° 007/2023

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2022

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ARQUIBANCADA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, SHOW PIROTÉCNICO E BANHEIRO QUÍMICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO **PRAZO DE VIGÊNCIA** POR MAIS POR MAIS **1 (UM) MÊS**, VIGORANDO DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023 A 06 DE DEZEMBRO DE 2023, SOB PENA DE PREJUÍZO DO INTERESSE PÚBLICO.

DATA: CONFRESA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, CNPJ Nº 37.464.716/0001-50.

CONTRATADA: NT PROMOTORA DE EVENTOS LTDA, CNPJ Nº 42. 180.015/0001-29.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2022

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ARQUIBANCADA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, SHOW PIROTÉCNICO E BANHEIRO QUÍMICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO **PRAZO DE VIGÊNCIA** POR MAIS POR MAIS **1 (UM) MÊS**, VIGORANDO DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023 A 06 DE DEZEMBRO DE 2023, SOB PENA DE PREJUÍZO DO INTERESSE PÚBLICO.

DATA: CONFRESA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, CNPJ Nº 37.464.716/0001-50.

CONTRATADA: NT PROMOTORA DE EVENTOS LTDA, CNPJ Nº 42. 180.015/0001-29.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 291/2023 ADM DE 07 DE OUTUBRO 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, COMO FISCAL TITULAR NA ATA Nº 200/2023, PORTARIA MUNICIPAL Nº 199/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal, **Sra. DANIELA DA ROCHA SANTANA RIBEIRO,** portadora doCPF nº 975.154.932-91, Matricula nº 14074**,** como **Fiscal Titular** em substituição ao Sr. Marcelo Pereira Araújo (SAÚDE - VISA), o Sr. Carlos Loyse Alves Luz (SAÚDE -ATENÇÃO BÁSICA) e a Sra. Fernanda Maia Carneiro (SAÚDE – GESTÃO).

Art. 2º - Nomear a Servidora Pública Municipal, **Sra. VANESSA ALVES MARTINS,** portadora doCPF nº060.630.331-65**,** como **Fiscal Suplente** em substituição a Sra. Antônia Lucilene Pereira Pinto (SAÚDE – VISA), a Sra. Fernanda Maia Carneiro (SAÚDE -ATENÇÃO BÁSICA) e o Sr. Carlos Loyse Alves Luz (SAÚDE – GESTÃO), vejamos:

Dados do Processo	UNIDADE	TITULAR	SUPLENTE	Gestor
ARP 200/2023- Empresa: Centro América Comercio Serviços Gestão Tecnologia LTDA. CNPJ: 09.179.444/0001-00	SAÚDE - VISA	DANIELA DA ROCHA SANTANA RIBEIRO CPF: 975.154.932-91	VANESSA ALVES MARTINS CPF: 060.630.331-65	DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA CPF: 016.359.111-33
	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	DANIELA DA ROCHA SANTANA RIBEIRO CPF: 975.154.932-91	VANESSA ALVES MARTINS CPF: 060.630.331-65	DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA CPF: 016.359.111-33
	SAÚDE - CTA	DANIELA DA ROCHA SANTANA RIBEIRO CPF: 975.154.932-91	VANESSA ALVES MARTINS CPF: 060.630.331-65	DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA CPF: 016.359.111-33
	SAÚDE – GESTÃO	DANIELA DA ROCHA SANTANA RIBEIRO CPF: 975.154.932-91	VANESSA ALVES MARTINS CPF: 060.630.331-65	DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA CPF: 016.359.111-33

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 06 de Outubro 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO

REGISTRO DE PREÇOS VINCULADO A ARP N° 109/2023

TERMO DE CANCELAMENTO DA **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2023**, QUE CELEBRA, DE FORMA AMIGÁVEL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT E A EMPRESA PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J. /MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, doravante denominado **DISTRATANTE**, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 - Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53, celebra o presente **CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇO, VINCULADO A ARP N°109/2023**, em nome da Empresa **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** portadora do CNPJ: 81.706.251/0001-98 , NIRE 4120226107-1, Inscrição Estadual nº 10176046-40 e Inscrição Municipal 00223204-6, Telefone: (41) 3165-7900/ (41) 3165-7943/ (41) 9997-50206, com endereço: Rua João Amaral de Almeida, nº 100 – Cidade Industrial, Curitiba – PR, CEP: 81170-520, e-mail: **licitacao2@promefarma.com.br, neste ato representada por** Jeferson Campos Mastaler, portador do CPF Nº 037. 193.609-89, **doravante denominada DISTRATADA,** mediante cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto o cancelamento de forma Amigável, do Registro de Preços para Eventual e Futura, aquisição de insumos e medicamentos para atender as necessidades da CAF – central de abastecimento farmacêutico e unidades básicas de saúde no município de Confresa/**MT,** vinculado à **ARP nº 109/2023**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 006/2023.**

CLAUSULA SEGUNDA - DO DISTRATO

2.1. O presente cancelamento tem como motivação, o e-mail enviado pela empresa Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA, em 25/07/2023, onde a mesma mencionada que: "*o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação*", assim, a empresa "não poderá acatar a assinatura" da Ata pois o "prazo de validade da proposta foi expirado em 22/05/2023." . Após recebimento do e-mail, o processo foi submetido a Parecer Judicial (nº 433/2023 – PGM), onde foi proferida a seguinte decisão: *"Ante o exposto, nos termos da Lei, do Decreto e do Edital que é aplicável ao caso, deve a administração deferir o pedido apresentado pela Licitante, tendo em vista ter expirado o prazo da proposta vinculada ao certame."*

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O cancelamento, ora efetivado amigável, com fundamento no art.79, II, Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. O extrato do presente termo será publicado no Diário Oficial do Municipio, no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

Segue o presente termo lavrado em duas vias de igual teor e para um só efeito jurídico e legal.

Confresa-MT, 07 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

DISTRATANTE

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Representante Legal: JEFERSON CAMPOS MASTALER

CPF Nº 037.193.609-89

DISTRATADA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO Nº001/2023 - INEXIGIBILIDADE Nº015/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2023 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº015/2023

CREDENCIAMENTO

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS CONFORME PORTARIA 1.825/GM/MS DE 24 DE AGOSTO DE 2012 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL DA FAMILIA JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.

A Prefeitura Municipal de CONFRESA- MT, leva ao conhecimento dos interessados acerca do julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento na forma de **Inexigibilidade de Licitação nº015/2023**, destinado a contratação de empresas para confecção de próteses dentárias. No dia 26 de outubro de 2023, as 09h00min, a Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria 008 de 09 de Janeiro de 2023, reuniram-se na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de CONFRESA, na Sala de Licitação à Rua 13 de Maio, Nº 215, Centro, com o objetivo de julgar a documentação recebida da única empresa interessada no Credenciamento. Após análise detalhada de todos os requisitos exigidos no edital, a Comissão de Licitação, **DECIDE HABILITAR** o participante, conforme segue, sendo Credenciada:

Empresa Credenciada	CNPJ
GLEYTHON R. CALACA	**13.311.930/0001-08**

Concluído os trabalhos do **Julgamento nº001/2023,** o presidente da CPL, determina a publicação do presente resultado no site oficial do Município, no Diário Oficial dos Municípios-(AMM), e Portal Transparência do Município para ciência dos interessados.

Confresa-MT, 07 de novembro de 2023.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Presidente Comissão de Licitação

PORTARIA Nº 008/2023

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 151/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

APROVA O PARCELAMENTO URBANO DENOMINADO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFÍCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais contida na Lei Federal nº 6.766/79, de 19 de dezembro de 1979 e na Lei Complementar Municipal nº 96/2014 e;

Considerando o requerimento da Empreendedora Residencial Jardim Europa SPE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.817.546/0001-14, proprietário de uma área remanescente descrita na Matrícula nº 341 do Cartório

de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte com área de 89,942 ha, solicitando aprovação do "Loteamento Jardim Europa", situado na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso;

Considerando que o requerente é legítimo proprietário do imóvel onde será implantado o referido loteamento, conforme comprova a certidão da matrícula nº 341, do Registro de Imóveis da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT;

Considerando que o imóvel objeto remanescente da matrícula nº 341, do Registro de Imóveis da Comarca de Porto Alegre do Norte, com área de 899.416,87m², no qual será implantado o loteamento, encontra-se situado na Área Urbana da cidade de Confresa, instituída pela Lei Complementar Municipal nº 165, de 22 de dezembro de 2020.

Considerando que foram apresentados todos os documentos obrigatórios conforme exige a Lei Complementar Municipal n° 96/2014, de 09 de julho de 2014, entre outros:

I- Projetos técnicos devidamente aprovados, em poder da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAC;

II- Cópia da matrícula do imóvel devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Alegre do Norte;

III- Considerando, finalmente, o documento assinado e aprovado pelos responsáveis técnicos da Secretaria de Planejamento de Confresa, informando que após procedida análise técnica do processo em questão, foi constatado que foram atendidas todas as exigências técnicas e que os projetos, mapas, memoriais descritivos e as áreas públicas estão de acordo com a legislação em vigor.

Considerando, por fim, o que estabelece o art. 30 da Lei Complementar nº 96/2014 e a caducidade ocorrida tornando sem efeitos o Decreto nº 233/2022 e demais atos dele provenientes;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Urbano denominado "Jardim Europa", constituído pelo imóvel lote de terras denominado remanescente da matrícula nº 341 do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte, no Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, com área de 899.416,87m² (oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis metros e oitenta e sete centímetros quadrados), em conformidade com a planta, memoriais descritivos e demais documentos arquivados no setor competente.

Art. 2° - Passa a constituir bens de domínio público, sem ônus para o município as seguintes áreas públicas:

I- Sistema Viário: 230.389,91m² (Duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e nove metros e noventa e um centímetros quadrados) que correspondem a 26,25% (Vinte e seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) da área total loteada;

II- Áreas Verdes: 90.096,59 m² (Noventa mil, noventa e seis metros e cinquenta e nove centímetros quadrados) que correspondem a 10,26% (dez inteiros e vinte e seis centésimos por cento) da área total loteada;

III- Áreas Institucionais: 44.151,35 m² (Quarenta e quatro mil, cento e cinquenta e um metros e trinta e cinco centímetros quadrados) que correspondem a 5,03% (cinco inteiros e centésimos por cento) da área total loteada.

IV-Áreas de Lotes Urbanos: 513.227,13 m² (Quinhentos e treze mil, duzentos e vinte e sete metros e treze centímetros quadrados) que correspondem a 58,46% (Cinquenta e oito inteiros e quarenta e seis centésimos por cento) da área total loteada.

Art. 3° - Fica estabelecida caução real oferecida como garantia da execução das obras e serviços de responsabilidade do loteador, que será objeto de registro conjuntamente com os lotes do referido loteamento, referente a 369 (Trezentos e sessenta e nove) sendo todos das seguintes quadras:

I - Quadra 43;

II – Quadra 44;

III -Quadra 45;

IV – Quadra 46;

V - Quadra 47;

VI – Quadra 48;

VII- Quadra 49;

VIII – Quadra 50;

IX- Quadra 57;

X – Quadra 58;

§ 1° O registro das áreas institucionais estabelecidas neste decreto será de inteira responsabilidade do loteador, assim como o fornecimento ao município de certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte comprobatório do mesmo, conjuntamente com o registro do loteamento.

§ 2° O empreendedor fica obrigado a apresentar na Secretaria Municipal de Planejamento a certidão que comprove o registro da área institucional, conforme parágrafo anterior, bem como da caução real estabelecida neste decreto, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), contados da publicação deste Decreto, sob pena de caducidade da aprovação, conforme art. 18 da Lei nº 6.766/79 e o art. 33 da LCM nº 096/14.

§ 3º Poderá o loteador, por meio de análise prévia e aprovação do município, utilizar de outra modalidade de garantia sendo a garantia real ou fidejussória conforme estabelece o art. 37 da LCM nº 094/2016.

Art. 4º - Fica determinado a lavratura de termo de compromisso (anexo único) que fará parte integrante deste decreto após colhido a assinatura do empreendedor.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Confresa-MT, 07 de novembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE LOTEAMENTO N. 001-2023.

Aos 07 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Confresa, na presença do Prefeito Municipal Ronio Condão Barros Milhomem, e o representante legal da Empresa Residencial Jardim Europa SPE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.817.546/0001-14.

O Loteador acima identificado é proprietário de um imóvel localizado no perímetro urbano do município de Confresa, imóvel matriculado sob o nº 341 do CRI de Porto Alegre do Norte-MT, tendo solicitado à Prefeitura Municipal de Confresa, a aprovação de um Loteamento, com área total 899.416,87m², que recebeu a denominação de "Loteamento Jardim Europa". Por este TERMO o Loteador compromete-se, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal Complementar nº 096/2014 e Lei Federal nº 6.766, a dar fiel cumprimento às seguintes obrigações estabelecidas nas cláusulas a saber:

Cláusula Primeira: O Loteador compromete-se a transferir para o patrimônio municipal, sem qualquer ônus para os cofres públicos, as áreas indicadas no projeto como área verde, área institucional e sistema viário, conforme determinados pelo Decreto Municipal nº ___/2023.

Cláusula Segunda: A Loteadora compromete-se a executar, às próprias custas, no prazo de 04 (quatro) anos, a contar da publicação do Decreto de aprovação do Loteamento, tudo de acordo com os projetos apresenta-

dos perante a Prefeitura Municipal, em estrita conformidade com o "cronograma físico financeiro", as seguintes obras de infra-estrutura:

2.1. Abertura de vias de circulação, com quadras e lotes devidamente demarcados;

2.2. Execução de Terraplanagem;

2.3. Implantação de galerias e obras complementares para escoamento de águas pluviais;

2.4. Implantação de rede de abastecimento de energia elétrica e rede de iluminação pública;

2.5. Execução de pavimentação asfáltica, meio-fio com sarjetas;

2.6. Execução da arborização das vias públicas;

2.7. Implantação das placas de nomenclatura das vias públicas.

2.8. Projeto de Passeio Público.

Cláusula Terceira: Para garantia da execução das obras de infraestrutura de que trata a cláusula segunda, a Loteadora caucionará à Prefeitura Municipal de Confresa os imóveis descritos no art. 3º do Decreto nº 151/2023 todos do loteamento Jardim Europa em Confresa, os quais será objeto de escritura pública de caução mediante garantia hipotecária, podendo optar por outra conforme rito estabelecido no § 3º, art. 3º do Decreto nº 151/2023.

Cláusula Quarta: A Loteadora compromete-se a registrar o referido empreendimento no cartório competente bem como da caução descrita na cláusula anterior, no prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias sob pena de caducidade.

Estando assim justos e contratados, assinam o presente Termo.

Confresa-MT, 07 de novembro de 2023.

RONIO CONDÃO B. MILHOMEM RESIDENCIAL JARDIM EUROPA SPE LTDA

Prefeito Municipal Loteador

RONCLEBES CONDÃO PAULO CÉSAR DA S. AVELAR

Secretário de Planejamento Procurador-Geral do Município

Município de Confresa

ADALBERTO A. B. PAGIOLLI SANDRA GOMES DE ALMEIDA

Engenheiro Civil Assessora de Planejamento

Município de Confresa Município de Confresa

NOELI BARBOSA DE PAULA

Diretora de Regularização Fundiária

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 185/2023

"Dispõe sobre Elevação de Referência de Vencimento de servidor da Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001 e 003/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Elevação de Referência de Vencimento** ao servidor da Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo 60, II, da Lei Complementar nº 002/2001, conforme quadro a seguir:

Cargo	Servidor	Mat.	Ingresso	Nível Atual	Novo Nível	Efeito Financeiro
OPERADOR DE MAGUINAS	LUCIO DIVINO GOMES	356	01/10/2003	"D" (04)	"D" (05)	01/10/2023

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2023.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 06 de novembro de 2023.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE APOSTILAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022 DO PROCESSO Nº 139/2022 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 069/2022.

A Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, CNPJ 37.465.309/0001-67, com sede e foro nesta Cidade de Cotriguaçu/MT, doravante denominada simplesmente "CONTRATANTE", neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, resolve TRANSFERIR SALDO do **Processo N° 139/2022 referente a ata de registro de preço 069/2022**, pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O presente termo de apostilamento tem como objetivo **transferir saldo do ITEM 01.** A modificação foi autorizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal do Distrito de Nova União. Autorizado através dos Ofícios Nº 264/2023 e Nº 16/2023. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ITEM**

2.1. Para que possa suprir a necessidade de atendimento da Secretaria Municipal Do Distrito de Nova União, nas quantidades de:

Item	Descrição	Quantidade
01	CAMARA DE AR - 1000 X 20 - PRODUTO DE 1ª LINHA COM CERTIFICADO DO IMMETRO	15

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado De Mato Grosso, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93.

Cotriguaçu-MT, 07 de setembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeitura de Cotriguaçu

PORTARIA N.º 223/2023.

Concede Progressão Funcional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER Progressão Funcional aos servidores municipais de acordo com Escolaridade e Tempo de Serviço em conformidade ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Salários:

Servidor	Matrícula	Classe Anterior	Classe Atual
José Henrique Pego de Oliveira	3362	B – II	B - III

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2023.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 07 de novembro de 2023.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 222/2023

Concede licença prêmio por assiduidade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com o artigo 125 da Lei Complementar 019/2005 e artigo 4 da Lei Complementar 036/2008, aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Aldenicy Matias da Silva	1786	2017/2022	01/10/2023	30/10/2023
Loreci Fernandes	438	2017/2022	23/10/2023	21/11/2023

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com data retroativa a 31/10/2023.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 07 de novembro de 2023.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

TERMO DE APOSTILAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022 DO PROCESSO Nº 139/2022 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 069/2022.

A Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, CNPJ 37.465.309/0001-67, com sede e foro nesta Cidade de Cotriguaçu/MT, doravante denominada simplesmente “CONTRATANTE”, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, resolve TRANSFERIR SALDO do **Processo N° 139/2022 referente a ata de registro de preço 069/2022**, pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O presente termo de apostilamento tem como objetivo **transferir saldo do ITEM 43.** A modificação foi autorizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal do Distrito de Nova União. Autorizado através dos Ofícios Nº 263/2023 e Nº 15/2023. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ITEM**

2.1. Para que possa suprir a necessidade de atendimento da Secretaria Municipal Do Distrito de Nova União, nas quantidades de:

Item	Descrição	Quantidade
43	PROTETOR DE CAMARA DE AR - BORRACHA, CAMARA DE PNEU 1000/20 - PRODUTO DE 1ª LINHA COM CERTIFICADO DO IMMETRO	15

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado De Mato Grosso, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93.

Cotriguaçu-MT, 07 de setembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeitura de Cotriguaçu

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2023

De um lado a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.309/0001-67, situada à av. 20 de dezembro, nº 725 – bairro centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal S.r. VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, que doravante passa a ser identificado e chamado de "CONTRATANTE", e a empresa **J. A. RODRIGUES LEAL EIRELI inscrita sob CNPJ 29.474.936/0001-36** doravante designado “CONTRATADO” denominado “CONTRATADO”.

Objeto: “AQUISIÇÃO DE TUBOS E ADUELAS DE CONCRETO, PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIAS, E CANALIZAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT E SEUS DISTRITOS”.

PROCESSO: 144/2022

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2022

VALOR: O presente Contrato Administrativo tem o valor global de **R$746. 835,00 (setecentos e quarenta e seis mil oitocentos e trinta e cinco reais),** conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

VIGÊNCIA: O presente Contrato Administrativo tem vigência de 08 de novembro de 2023 até 31 de dezembro de 2023 **podendo ser prorrogado.**

Valdivino Mendes de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2023

De um lado a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.309/0001-67, situada à av. 20 de dezembro, nº 725 – bairro centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal S.r. VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, que doravante passa a ser identificado e chamado de "CONTRATANTE", e a empresa **J. A. RODRIGUES LEAL EIRELI inscrita sob CNPJ 29.474.936/0001-36** doravante designado "CONTRATADO" denominado "CONTRATADO".

Objeto: "AQUISIÇÃO DE TUBOS E ADUELAS DE CONCRETO, PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIAS, E CANALIZAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT E SEUS DISTRITOS".

PROCESSO: 144/2022

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2022

VALOR: O presente Contrato Administrativo tem o valor global de **R$59. 780,00 (cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta reais)**, conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

VIGÊNCIA: O presente Contrato Administrativo tem vigência de 08 de novembro de 2023 até 31 de dezembro de 2023 **podendo ser prorrogado.**

Valdivino Mendes de Oliveira

Prefeito Municipal

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA NO PROCESSO 004-2023 INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a convocação de empresas credenciadas no processo 004-2023 inexigibilidade 002-2023 credenciamento por chamada pública para o objeto: **"CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, MÃO DE OBRA BRAÇAL PARA SERVIÇOS DIVERSOS, PINTOR E CARPINTEIRO PARA ATENDER AS DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS".**

Convoca-se as empresas credenciados no item 2 (DOIS): PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DO TIPO PEDREIRO PARA CONSTRUÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS – AGROVILA. Para atender a demanda da Secretaria Municipal de Urbanismo, oficio n 386/2023.

RODIZIO	EMPRESA	PREÇO UNIT.	DATA DO CREDENCIAMENTO
2º	50.038.152 DIEGO LOURES DA SILVA	R$ 304,00	20/04/2023
1º	TIAGO BISPO VITORINO DE OLIVEIRA	R$ 304,00	29/03/2023

As empresas credenciadas interessadas deverão comparecer ao departamento de licitações ou manifestar interesse através do e-mail licitacaocotrimt@gmail.com **ou WhatsApp (66) 3555-1247, para formalização dos tramites para assinatura do contrato dentro do prazo de cinco dias úteis, o contrato será formalizado respeitando a ordem de classificação dos credenciados.**

Cotriguaçu-MT, 07 de novembro de 2023.

Gislaine Moreira de Oliveira

Administradora de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº. 035/2023/FUNED

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060.652/2023)

Órgão Solicitante: **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME**

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO/SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS), SOB DEMANDA, PARA ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT PARA O ANO LETIVO DE 2023/2024, CONFORME CARDÁPIO DEFINIDO PELA EQUIPE TÉCNICA DA COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CNE/SME), NO APÊNDICE.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/11/2023 às **10H00min (dez horas) Horário de Brasília**, através da plataforma do (BLL Compras) do site:www.bllcompras.org.br

EDITAL DISPONÍVEL: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao site Prefeitura de Cuiabá-MT) e www.bllcompras.org.br (BLL Compras).

CONTATO: Tel. (65) 3645-6156 E-mail: pregoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 as 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá, 07 de novembro de 2023.

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA ADESÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2023

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei Federal n° 10.520/2002, art. 43, inciso VI, da Lei Federal n° 8.666/1993, e art. 22º do Decreto Federal nº 7. 892/2013, e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve**, RATIFICAR o Processo Licitatório nº 067/2022, Adesão de Pregão Eletrônico nº 021/2023** na condição de **"CARONA**" à Ata de Registro de Preço nº 274/2022 oriunda do Pregão Eletrônico nº 119/2022 Processo Licitatório nº 201/2022, da Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT., cuja adesão visa **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW PIROTÉCNICO COM TODOS OS SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, SERVIÇO DE BLASTER, FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS, MONTAGEM/DESMONTAGEM E EXECUÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DO RÉVEILLON.** Empresa vencedora: **LEANDRO FREIRE; CNPJ: 28.794.932/0001-72,** no valor total de R$ **37. 025,00** (Trinta e Sete Mil e Vinte e Cinco Reais). **JADILSON ALVES DE SOUZA,** Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 25 inciso II, art. 43 inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR** e **HOMOLOGAR** o **Processo Licitatório nº 066/2023**, **Inexigibilidade de Licitação nº 005/2023**, cujo objeto é Aquisição de peças genuínas e acessórios para serem utilizados na manutenção do veículo Mercedes-Benz Sprinter placa SBZ 5H08, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Curvelândia/MT. **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa: RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A, inscrita no CNPJ Nº 59.970.624/0029-85**, no valor total de** R$ 14. 731,06 (quatorze mil, setecentos e trinta e um reais e seis centavos).

Curvelândia/MT, 07 de novembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O senhor **JADILSON ALVES DE SOUZA**, Prefeito do Município de Curvelândia – MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA o Processo de Licitação 053/2023 na Modalidade Pregão Presencial RP 015/2023**, Objeto: "**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO". ADJUDICOU** Vencedora deste certame a empresa**: SOLDAMAT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA: 00.098.135/0001-31;** perfazendo um valor global de **R$ 27.020,00** (Vinte e Sete Mil e Vinte Reais). Para que produza todos os efeitos legais previsto no Inciso VI do Art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL N° 248/2023

Dispõe Sobre a formação de Comissão Julgadora do Concurso de Projetos 001/2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999 e no que concerne a formação de Comissão Julgadora de Concurso de Projetos nº 001/2023 que diz:

Art. 30. O órgão estatal parceiro designará a comissão julgadora do concurso, que será composta, no mínimo, por um membro do Poder Executivo, um especialista no tema do concurso e um membro do Conselho de Política Pública da área de competência, quando houver.

§ 1o O trabalho dessa comissão não será remunerado.

§ 2o O órgão estatal deverá instruir a comissão julgadora sobre a pontuação pertinente a cada item da proposta ou projeto e zelará para que a identificação da organização proponente seja omitida.

§ 3o A comissão pode solicitar ao órgão estatal parceiro informações adicionais sobre os projetos.

§ 4o A comissão classificará as propostas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público obedecidos aos critérios estabelecidos neste Decreto e no edital.

Art. 31. Após o julgamento definitivo das propostas, a comissão apresentará, na presença dos concorrentes, os resultados de seu trabalho, indicando os aprovados.

RESOLVE,

Art. 1º - CONSTITUIR a Comissão Julgadora do Concurso de Projetos nº 001/2023, designando os Membros abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro:

PRESIDENTE: DELCI CACIANO PONTES.

SECRETÁRIO: VITOR DE LAET NUNES

MEMBRO: ABDIAS VIEIRA DA SILVA

MEMBRO: GUILHERME LAET MOREIRA

MEMBRO: ZILDA XAVIER DOS SANTOS

Art. 2º - A comissão constituída no art. 1º será responsável por analisar e julgar o conjunto de propostas apresentadas pelas entidades participantes do Concurso de Projetos nº 001/2023, realizando a classificação em conformidade com as regras previstas no Edital, devendo observar os procedimentos necessários ao bom andamento do feito.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 07 de novembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 091 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo, e dá outras providências."

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o disposto no Carta Magna, art.158, inciso I, o qual preconiza que pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a recente decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1. 293.453 e na Ação Cível Originária nº 2897;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal no que concerne à retenção de tributos, em especial o disposto na Lei Federal nº 9. 430, de 27 de dezembro de 1996 e respectivos regulamentos;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, que altera a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e demais pessoas jurídicas que menciona pelo fornecimento de bens e serviços;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações a Receita Federal do Brasil e a Receita do Município de Curvelândia-MT.

DECRETA:

Art. 1º - Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas deverá observar o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023.

Art. 2º - Os Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município e a Câmara Municipal de Curvelândia-MT, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

§ 1º - As retenções serão efetuadas a partir do primeiro dia útil da publicação deste decreto, sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

§ 2º - Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º,

da Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme anexo II – deste decreto.

§ 3º- As instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei Nº 9.532 de 1997, as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 e as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, deverão apresentar aos órgãos e entidades contratantes, respectivamente, as declarações constantes nos anexos III, IV ou V, como for o caso, para fins de não retenção do IR na fonte.

§ 4º - As entidades referidas no caput não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a Receita Federal do Brasil nos termos do art. 33 da Lei Federal Nº 10.833, de 2003.

Art. 3º - A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 1º, inclusive convênios com o terceiro setor.

Parágrafo único - Em relação às novas contratações, a partir da vigência deste Decreto, os órgãos e entidades mencionados no art. 2º, devem adequar os editais e minutas-padrão dos contratos administrativos.

Art. 4º - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto emitir notas fiscais, faturas ou recibos com observância as regras de retenção disposta na Instrução Normativa RFB n 1.234/2012, em especial às disposições que se referem às retenções na fonte de IR, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos mencionados nos incisos do art. 3º, deste Decreto Municipal.

Parágrafo único – Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto no caput deste artigo, caso não seja possível a substituição a retificação por meio de carta de correção para fins exclusivos de indicar a retenção, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda, na forma prevista neste Decreto Municipal.

Art. 5º - Em obediência ao princípio da simetria, aplicam-se aos pagamentos de rendimentos efetuados pelos órgãos e entidades municipais as alíquotas do IR estabelecidas no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/96 e da IN/RFB Nº 1.234/2012.

Parágrafo único - O IR deverá ser retido considerando as alíquotas estabelecidas no Anexo I da IN/RFB Nº 1.234/2012, em conformidade com o Anexo I deste Decreto.

Art. 6º - As retenções efetuadas na forma estabelecida por este decreto deverão ser informadas na DIRF - Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, com o código de receita 6256, com o objetivo estabelecidas por ato normativo da Secretaria da Receita Federal:

I. Os rendimentos pagos a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no País, inclusive os isentos e não tributáveis nas condições em que a legislação federal específica;

II. O valor do imposto sobre a renda e/ou contribuições retidos na fonte, dos rendimentos pagos ou creditados para seus beneficiários;

III. O pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa a residentes ou domiciliados no exterior, ainda que não tenha havido a retenção do imposto, inclusive nos casos de isenção ou alíquota zero;

IV. Os pagamentos a planos de assistência à saúde – coletivo empresarial, no caso de beneficiário pessoa física;

V. Os valores relativos a deduções, no caso de trabalho assalariado.

Art. 7º - É de responsabilidade da Divisão de Recursos Humanos a retenção, elaboração e envio da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF, referente aos pagamentos relativos ao trabalho assalariados, de pessoas físicas prestadoras de serviço e em ações judiciais trabalhistas.

Art. 8º - É de responsabilidade do Departamento Municipal de Finanças, Tesouraria e Contabilidade a retenção, elaboração e envio da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF, referente aos pagamentos relativos a contratos com pessoa jurídica.

Art. 9º - Aplicam-se as normas federais e da Receita Federal do Brasil pertinentes a arrecadação, retenção e Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF, ao imposto que trata o inciso I, do artigo 158, da Constituição Federal.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 07 de novembro de 2023

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

ANEXO I – TABELA RETENÇÃO

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO (IN/RFB nº 1.234/2012)	ALÍQUOTAS IR (%)
● Alimentação; ● Energia elétrica; ● Serviços prestados com emprego de materiais; ● Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; ● Serviços hospitalares de que trata o art. 30; (Art. 30. Para os fins previstos nesta Instrução Normativa, são considerados serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, da Anvisa (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015) Parágrafo único. São também considerados serviços hospitalares, para fins desta Instrução Normativa, aqueles efetuados pelas pessoas jurídicas: I - prestadoras de serviços pré-hospitalares, na área de urgência, realizados por meio de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) móvel instalada em ambulâncias de suporte avançado (Tipo “D”) ou em aeronave de suporte médico (Tipo “E”); e II - prestadoras de serviços de emergências médicas, realizados por meio de UTI móvel, instalada em ambulâncias classificadas nos Tipos “A”, “B”, “C” e “F”, que possuam médicos e equipamentos que possibilitem oferecer ao paciente suporte avançado de vida) ● Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatológia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31; (Art. 31. Nos pagamentos efetuados, a partir de 1º de janeiro de 2009, às pessoas jurídicas prestadoras de serviços hospitalares e de auxilio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que as prestadoras desses serviços sejam organizadas sob a forma de sociedade empresária e atendam às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), será devida a retenção do IR, da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, no percentual de 5,85% (cinco inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento)) ● Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767; (Código 8767 - Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais) ● Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767; (código 8767 - Produtos de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas) ● Mercadorias e bens em geral.	**1,2**
● Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19; ● Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20; ● Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21.	**0,24**

● Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; ● Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; ● Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; ● Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	**0,24**
● Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; ● Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; ● Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; ● Produtos a que se refere o § 2º do art. 22; (Nos pagamentos efetuados às pessoas jurídicas que procedam à industrialização, à importação, à distribuição e à venda a varejo de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, será devida a retenção do IR, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins) ● Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k"do inciso I do art. 5º; ((c) pela aquisição no mercado interno dos seguintes produtos, conforme disposto nos incisos III, V e VI do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004: 1. de produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi); 2. de semens e embriões da posição 05.11 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM); e 3. de livros, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; d) pela aquisição a varejo, na forma do art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, dos seguintes produtos: 1. de unidades de processamento digital classificada no código 8471.50.10 da Tipi, acompanhadas de teclado (unidade de entrada) classificado no código 8471.60.52, e de mouse (unidade de entrada) classificado no código 8471.60.53, até o valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), no caso do conjunto completo, e até o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), somente para a unidade de processamento; 2. de máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5Kg (três quilos e meio), com tela (écran) de área superior a 140cm2 (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi, até o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais); e 3. de máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, até o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), contendo exclusivamente uma unidade de processamento digital classificada no código 8471.50.10; um monitor (unidade de saída por vídeo) classificado no código 8471.60.7; um teclado (unidade de entrada) classificado no código 8471.60.52; e um mouse (unidade de entrada) classificado no código 8471.60.53 da Tipi; e) pela aquisição no mercado interno dos seguintes produtos, de que tratam os incisos IV e X do art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004, e os arts. 6º, 6º-A e 6º-B do Decreto nº 5.171, de 6 de agosto de 2004: 1. de aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos; e 2. de materiais e equipamentos, inclusive partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas ou pré-registradas no REB; f) pela aquisição de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica nas redes estadual, municipal e distrital, quando adquiridos pela União, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, na forma dos incisos VIII e IX do art 28 da Lei nº 10.865, de 2004, e do Decreto nº 6.644, de 18 de novembro de 2008, a seguir: 1. veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para 23 (vinte e três) a 44 (quarenta e quatro) pessoas, classificados nos códigos 8702.10.00 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02 da Tipi; e 2. embarcações novas, com capacidade para 20 (vinte) a 35 (trinta e cinco) pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da Tipi; g) pela aquisição no mercado interno dos seguintes produtos, de que tratam os incisos XI, XII e XIV do art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004: 1. de veículos e carros blindados de combate, novos, armados ou não, e suas partes, produzidos no Brasil, com peso bruto total até 30t (trinta toneladas), classificados na posição 8710.00.00 da Tipi, destinados ao uso das Forças Armadas ou órgãos de segurança pública brasileiros, quando adquiridos por órgãos e por entidades da administração pública direta, na forma a ser estabelecida em regulamento; 2. de material de defesa, classificado nas posições 87.10.00.00 e 89.06.10.00 da Tipi, além de partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados na sua industrialização, montagem, manutenção, modernização e conversão; e 3. de produtos classificados na posição 87.13 da NCM; h) pela aquisição dos produtos a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o art. 1º do Decreto nº 5.630, de 22 de dezembro de 2005, a seguir: 1. sementes e mudas destinadas à semeadura e plantio, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e produtos de natureza biológica utilizados em sua produção; 2. corretivo de solo de origem mineral classificado no Capítulo 25 da NCM; 3. feijões comuns (Phaseolus vulgaris), classificados nos códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99 da NCM, arroz descascado (arroz “cargo” ou castanho), classificado no código 1006.20 da NCM, arroz semibranqueado ou branqueado, mesmo polido ou brunido (glaceado), classificado no código 1006.30 da NCM e farinhas classificadas no código 1106.20 da NCM; 4. inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de nitrogênio, classificados no código 3002.90.99 da NCM; 5. vacinas para medicina veterinária classificadas no Código 3002.30 da NCM; 6. farinha, grumos e sêmolas, grãos de milho, esmagados ou em flocos, classificados, respectivamente, nos códigos 1102.20, 1103.13 e 1104.19, todos da Tipi; 7. pintos de 1 (um) dia classificados no código 0105.11 da Tipi; 8. leite fluido pasteurizado ou industrializado, na forma de ultrapasteurizado, destinado ao consumo humano; 9. leite em pó, integral ou desnatado, destinado ao consumo humano; 10. leite em pó semidesnatado, leite fermentado, bebidas e compostos lácteos e fórmulas infantis, assim definidas conforme previsão legal específica, destinados ao consumo humano ou utilizados na industrialização de produtos que se destinam ao consumo humano; 11. queijos tipo mozarela, minas, prato, coalho, ricota, requeijão, provolone, parmesão e queijo fresco não maturado; 12. soro de leite fluido a ser empregado na industrialização de produtos destinados ao consumo humano; 13. farinha de trigo classificada no código 1101.00.10 da Tipi, adquirida até 31 de dezembro de 2011; 14. trigo classificado na posição 10.01 da Tipi, adquirido até 31 de dezembro de 2011; 15. pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum classificados, respectivamente, nos códigos 1901.20.00 Ex 01 e 1905.90.90 Ex 01 da Tipi, adquiridos até 31 de dezembro de 2011; e 16. massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da Tipi, adquiridas até 30 de junho de 2012; i) pela aquisição de comerciantes atacadistas e varejistas, conforme disposto no art. 58-B e 58-V da Lei nº 10.833, de 2003, e no art. 21 do Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, dos produtos classificados nos seguintes códigos e posições da Tipi: 1. nos códigos 21.06.90.10 Ex 02; 2. nas posições 22.01, 22.02, exclusivamente em relação aos produtos: água e refrigerantes, refrescos, cerveja sem álcool, repositores hidroeletrolíticos e compostos líquidos prontos para o consumo, que contenham como ingrediente principal inositol, glucoronolactona, taurina ou cafeína, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00; e 3. na posição 22.03, todos da Tipi; j) pela aquisição no mercado interno, conforme disposto no § 11 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e no Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008, dos produtos classificados: 1. no Capítulo 29 da NCM, relacionados no Anexo I ao Decreto nº 6.426, de 2008; e 2. nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18 da NCM, relacionados no Anexo III ao Decreto. nº 6.426, de 2008, destinados ao uso em hospitais e campanhas de saúde realizadas pelo poder público; k) pela aquisição de comerciantes atacadistas e varejistas, conforme disposto no § 2º do art. 3º e no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, dos seguintes produtos: 1. de máquinas e veículos, exclusivamente autopropulsados, classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, e dos demais produtos classificados nos códigos 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, de que trata o caput do art. 1º da Lei nº 10.485, de 2002, exceto quando adquiridos de empresa comercial atacadista adquirente dos produtos resultantes da industrialização por encomenda, a que se refere o § 5º do art. 17 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001; 2. dos produtos relacionados nos Anexos I e II à Lei nº 10.485, de 2002, tratados no seu art. 3º; e 3. dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras de ar de borracha) da Tipi de que trata o art. 5º da Lei nº 10.485, de 2002, pela aquisição de outros produtos ou serviços não listados nas alíneas de “a” a “j” que vierem a ser amparados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º;)	**1,2**

● Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º. (§ 5º Para fins do § 3º, as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço)	
● Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850. (Código 8850 Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais)	**2,4**
● Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	**2,4**
● Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.	**0**
● Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; ● Seguro saúde.	**2,4**
● Serviços de abastecimento de água; ● Telefone; ● Correio e telégrafos; ● Vigilância; ● Limpeza; ● Locação de mão de obra; ● Intermediação de negócios; ● Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; ● Factoring; ● Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; ● Demais serviços.	**4,8**

ANEXO II

DAS HIPÓTESES EM QUE NÃO HAVERÁ RETENÇÃO

(ART. 4º IN 1234/2012)

I - templos de qualquer culto;

II - partidos políticos;

III - instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

IV - instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997;

V - sindicatos, federações e confederações de empregados;

VI - serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei;

VII - conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas;

VIII - fundações de direito privado e a fundações públicas instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

IX - condomínios edilícios;

X - Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações Estaduais de Cooperativas previstas no caput e no § 1º do art. 105 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

XI - pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias;

XII - pessoas jurídicas exclusivamente distribuidoras de jornais e revistas;

XIII - Itaipu binacional;

XIV - empresas estrangeiras de transportes marítimos, aéreos e terrestres, relativos ao transporte internacional de cargas ou passageiros, nos termos do disposto no art. 176 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999), e no inciso V do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

XV - órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Governo Federal, Estadual ou Municipal, observado, no que se refere às autarquias e fundações, os termos dos §§ 2º e 3º do art. 150 da Constituição Federal;

XVI - no caso das entidades previstas no art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a título de adiantamentos efetuados a empregados para despesas miúdas de pronto pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos;

XVII - título de prestações relativas à aquisição de bem financiado por instituição financeira;

XVIII - entidades fechadas de previdência complementar, nos termos do art. 32 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002;

XIX - título de aquisição de petróleo, gasolina, gás natural, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação, demais derivados de petróleo, gás natural, álcool, biodiesel e demais biocombustíveis efetuados pelas pessoas jurídicas dispostas nos incisos IV a VI do caput do art. 2º, conforme disposto no parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.833, de 2003; e

XIX - título de aquisição de petróleo, gasolina, gás natural, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação, demais derivados de petróleo, gás natural, álcool, biodiesel e demais biocombustíveis efetuados pelas pessoas jurídicas dispostas nos incisos IV a VI do caput do art. 2º, conforme disposto no parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.833, de 2003; (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012)

XX - título de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.

XX - título de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores; e (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012)

XXI - título de suprimentos de fundos de que tratam os arts. 45 a 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012)

XXII - título de Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública cobrada nas faturas de consumo de energia elétrica emitidas por distribuidoras de energia elétrica com base em convênios firmados com os Municípios ou com o Distrito Federal. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015)

A dispensa da retenção em relação às entidades previstas nos incisos III e IV do caput é restrita aos resultados relacionados com as finalidades essenciais das referidas entidades, não se aplicando ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015)A imunidade ou a isenção das entidades previstas nos incisos III e IV é restrita aos serviços para os quais tenham sido instituídas, observado o disposto nos arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016)A condição de imunidade e isenção de que trata o §1º será declarada pela entidade mediante os anexos III, IV ou V.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016)

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), que não está sujeita

à retenção, na fonte, do IRPJ, da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, por se enquadrar em uma das

situações abaixo:

I - INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

( ) Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. ( ) Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

II - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

( ) Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.( ) Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério de sua área de atuação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009.

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do art. 1º da Lei nº 8. 137, de 27 de dezembro de 1990, e para fins do art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, que:

a) é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar, imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação acima declarada;

b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016)

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da Cofins, e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter ...., a que se refere o art 15 da Lei nº9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) é entidade sem fins lucrativos;

b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;

c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;

d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;

e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO

(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012)

Ilmo. Sr. (pessoa jurídica pagadora) (Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a)conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nº: 132/2023

Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 017/2023

Classificação: Credenciamento Nº 003/2023

Data da Adjudicação: 07/11/2023

Data da Homologação: 07/11/2023

Objeto da licitação: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, DO TIPO EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA COM LAUDO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO - MT.

351 - CLINICA MEDICA ELDORADO LTDA - EPP

CNPJ: 00.826.602/0001-00

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Total
33944	EXAME ULTRASSON ABDOME TOTAL	UNIDADE	500	150,00	75.000,00
46422	ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES E ÓRGÃOS SUPERFICIAIS	UNIDADE	150	145,23	21.784,50
53600	SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	UNIDADE	2150	221,58	476.397,00

Total Fornecedor: R$ 573.181,50

125129 - CLINICA MEDICA DR IVAN CRUZ SILVA LTDA

CNPJ: 29.473.293/0001-06

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Total
33944	EXAME ULTRASSON ABDOME TOTAL	UNIDADE	500	150,00	75.000,00
46422	ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES E ÓRGÃOS SUPERFICIAIS	UNIDADE	150	145,23	21.784,50

Total Fornecedor: R$ 96.784,50

151683 - A M PAROLIN SILVA

CNPJ: 24.686.087/0001-60

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Total
53600	SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	UNIDADE	2150	221,58	476.397,00

Total Fornecedor: R$ 476.397,00

152325 - INSTITUTO CUIABANO DE SAÚDE POPULAR EIRELI

CNPJ: 07.676.945/0001-77

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Total
33944	EXAME ULTRASSON ABDOME TOTAL	UNIDADE	500	150,00	75.000,00
46422	ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES E ÓRGÃOS SUPERFICIAIS	UNIDADE	150	145,23	21.784,50
53600	SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	UNIDADE	2150	221,58	476.397,00

Total Fornecedor: 573.181,50

DIAMANTINO, Terça-feira, 7 de novembro de 2023.

_____

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nº: 119/2023

Modalidade Nº: 031/2023

Classificação: Pregão Presencial

Data da Adjudicação: 07/11/2023

Data da Homologação: 07/11/2023

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE PONTO ELETRÔNICO.

143946 - SISPONTO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04.672.602/0001-46

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
52188	RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO ELETRÔNICO, COM LEITOR BIOMÉTRICO E RESPECTIVO SOFTWARE DE APONTAMENTO PARA APURAÇÃO DE HORAS, GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DE PONTO.	MÊS	HENRY/ PRIMMESF	12	13.600,00	163.200,00

Total Geral: R$ 163.200,00

DIAMANTINO, Terça-feira, 7 de novembro de 2023.

_____

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

ALTERAÇÃO PORTARIA SMS Nº. 013 DE 25 DE JULHO DE 2023

ALTERAÇÃO PORTARIA SMS Nº. 013 DE 25 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a alteração do artigo 1° letra e) da Portaria SMS Nº 008/2020, que Institui a Comissão de Acompanhamento da Contratualização – CAC e Membro da Comissão

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO – MT, no uso das atribuições que lhe confere de acordo com a Lei Orgânica Municipal e,

MARINÊZE DE ARAÚJO MEIRA, Secretária Municipal de Saúde de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO os incisos I, II e III, do Artigo 32, seção IV, Capítulo V da Portaria Nº 3.410 de 30 de dezembro de 2013, em conformidade com o perfil do estabelecimento e as diretrizes organizacionais da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), instituída pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, e com as diretrizes da contratualização no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidos mesma Portaria que constitui as diretrizes para a Contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a necessidade de realizar Monitoramento e Avaliação das Ações e Serviços de Saúde contratualizados pela Prefeitura Municipal de Diamantino, mediante a celebração do CONTRATO DE GESTÃO EMERGENCIAL Nº. 087/2023, que visa o gerenciamento técnico e administrativo, operacionalização e execução das atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOÃO BATISTA.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art.3º Portaria SMS Nº 008/2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (Omissis)

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde Diamantino – MT:

Rosevel Moraes Silva - Titular;

Jéssica Rodrigues Gomes - Suplente.

b) Representantes do Escritório Regional de Saúde Diamantino:

Sandra Regina Ferreira Guimarães - Titular;

Fabiane Domingues Leite - Suplente.

c) Representantes do Conselho Municipal de Saúde Diamantino:

Tânia Maria Ferreira Rocha - Titular;

Simone do Prado Martins - Suplente.

d) Representantes do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS), Vice Regional Diamantino:

Rosilene Pereira Gama- Titular;

Leonam Silva Cruz- Suplente.

e) Instituto Primeiro:

Dimitria Riquiel Silva de Souza - Titular;

Marco Antonio Monteiro da Silva - Suplente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 07 de Novembro de 2023.

Marinêze de Araújo Meira

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2023/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS, CILINDROS, PARA IMPRESSORAS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT**.

FORNECEDOR REGISTRADO: **SISPONTO TECNOLOGIA LTDA** inscrito no **CNPJ:** 04.672.602/0001-46**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos reais**).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.789/2023 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

PROCEDE A ABERTURA DO CARGO EM COMISSÃO JUNTO A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE DOM AQUINO, CRIADO ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.787/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Abre-se junto a estrutura administrativa do Poder Legislativo Municipal o cargo em comissão criado através da Lei nº 1.787/2023.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/10/2023, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 06 de novembro de 2023.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO RESCISÃO DO CONTRATO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 010/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT

CONTRATADA: ABIGAIL MARQUES DA SILVA

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2023

OBJETO: A PRESENTE RESCISÃO OCORREU POR INICIATIVA DA CONTRATADA, DE FORMA AMIGÁVEL, CONFORME A CLÁUSULA SÉTIMA E ITEM 2, PREVISTA NO CONTRATO Nº 018/2022.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 376/2023

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2023

JOSE ANTONIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Público deste Município, nos termos do Edital do Processo Seletivo Público e o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e no artigo 7º da Lei Municipal nº 362/2011 e;

Considerando a realização do Processo Seletivo Público n° 001/2023, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n° 001/2023;

Considerando a homologação do mencionado Processo Seletivo Público, por meio do Decreto Municipal n° 031/2023;

Considerando a existência de vagas nos órgãos de Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de Convocação de candidato n° 002/2023 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Artigo 1º - Empossar em caráter efetivo:

§1° - A Sr. ª **Abigail Marques da Silva,** para exercer o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal – FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2º - Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2023

Aos 7 dias do mês de Novembro de 2023, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VONEY RODRIGUES GOULART, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2023, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada,

terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE “SELF-SERVICE” PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS NA ZONA RURAL, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor LUCILAINE APARECIDA DA SILVA 54951739100	CNPJ 20.767.788/0001-73
Endereço DISTR. DE NOVA ALIANÇA	Nº SN
Bairro ZONA RURAL	
Cidade GAUCHA DO NORTE/MT	CEP 78875000
Email restaurantelfogaodelenha@gmail.com	Telefone
Representante Legal	CPF

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	36382	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DO TIPO SELF SERVICE PARA ZONA RURAL	UN - UNIDADE		1500,00	36,0000	54.000,00

Total: 54.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

7.11. Os documentos fiscais deverão constar a retenção direta na fonte do IRPF ou IRPJ em atenção ao determinado pela Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e do Decreto Municipal n 1.432/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

Prefeito(a) Municipal

_____

LUCILAINE APARECIDA DA SILVA 54951739100

_____

NEITON CORDEIRO BASTOS

PORTARIA Nº 37/2021

_____

MARIA MARGARETH MOSCAL

PORTARIA Nº 155/2022

_____

KETTLEY NEVES LOBELEIN

PORTARIA Nº 278/2023

_____

OLIVIA DA COSTA COELHO

PORTARIA Nº 139/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 548 2023 CONCESSÃO DE DISPENSA SERVIÇOS PRESTADOS AO PROCESSO SELETIVO.

PORTARIA MUNICIPAL Nº548/2023

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA RELATIVA A SERVIÇOS PRESTADOS À JUSTIÇA ELEITORAL NAS ELEIÇÕES 2022 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Declaração do Tribunal Superior Eleitoral emitida em 18/11/2022 com base no Art. 98 da Lei n° 9.504/97. Os eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais e os requisitados para auxiliar seus trabalhos serão dispensados do serviço, mediante

declaração expedida pela Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação.

Resolve:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **FELIPE GLAUBER COSTA SILVA**, Servidor **Efetivo**, brasileiro, nascido em 17/09/1993 Matrícula 49812.1, no cargo de AUDITOR DE CONTROLE INTERNO_04/2010 (124/2022), lotado no GABINETE DO PREFEITO, **DISPENSA REMUNERADA** de 01 (Um) dia, na data, 01/11/2023 em virtude de serviços prestados à Justiça Eleitoral nas Eleições Municipais de 2022.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data 01/11/2023.

Gaúcha do Norte - MT, 06 de novembro de 2023.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL 549 2023 REVOGAÇÃO DE FERIAS.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 549/2023

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIAS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º Fica **REVOGADA** a Portaria n.º 539/2023, que concedeu férias à **Christian Kummer da Silva**, brasileiro (a) nascido (a) em 13/11/1977, Matriculo: 17457, Servidor (a) público (a) **EFETIVO** no cargo de **ODONTOLOGO_03/2010 (123/2022)**, lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE,** a partir de 06/11/2023.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gaúcha do Norte-MT, 07 de novembro 2023.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 544 2023 CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 544/2023

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, Lei Municipal n° 132/2001, Seção II Art. 133.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a)**CRIVIAN ACACIO DE MELO KUNZLER,** brasileiro (a) nascido (a) em 04/09/1984, portador (a) do RG nº 16285530- SESP e do CPF nº 005.587.121-69, servidor (a) público EFETIVO (a) no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM_03/2010 (123/2022) lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, **LICENÇA PRÊMIO** referente ao período aquisitivo 2018/2023 onde foram solicitados 04 (Quatro) dias, na data 07/11/2023 a 10/11/2023, com data prevista para retorno em 11/11/2023.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gaúcha do Norte-MT, 06 de novembro 2023.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 547 2023 CONCESSÃO DE DISPENSA SERVIÇOS PRESTADOS AO PROCESSO SELETIVO

PORTARIA MUNICIPAL Nº547/2023

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA RELATIVA A SERVIÇOS PRESTADOS AO PROCESSO SELETIVO 01/2023 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO A prestação de serviços extraordinários durante a realização do Processo seletivo Municipal 001/2023 e a possibilidade de compensação em conformidade com o Art. 75 c/c o Art. 77ambos do Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Resolve:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **JANAINA MATOS DE LIMA PINHEIRO**, Servidora Efetiva, brasileira, nascida em 08/12/1977, Matrícula: 50164. 1, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE (ACS)_03/2010 (123_2022), lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, **DISPENSA REMUNERADA EM DIA**, na data 07/11/2023, em virtude de serviços prestados ao processo seletivo 01/2023.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gaúcha do Norte - MT, 06 de novembro de 2023.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (CREDENCIAMENTO) N°. 015 2023_RESULTADO PRELIMINAR

EDITAL COMPLEMENTAR 002

O PREFEITO MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal Complementar nº 005/2010 – Lei nº 1.224 de 09 de março de 2023, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do Processo Seletivo Simplificado (Credenciamento) 015/2023

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ord	Nome	Experiência Profissional	Formação Academica	Formação Complementar	Total
1º	Thiago Sanches Carneiro da Costa	-	15	-	15

NÃO HOUVE INSCRITOS PARA O CARGO A SEGUIR:

Técnico de apoio educacional – Fonoaudiólogo(a)

I – Fica definido o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista no Edital do Processo Seletivo Simplificado 015/2023, contado a data da publicação desse Edital; II – Os recursos deverão ser encaminhados para a Comissão Examinadora, nomeada pela Portaria nº 417/2023, através do e-mail: edugauchadonortecurriculo@gmail.com.

Gaúcha do Norte-MT, 07 de novembro de 2023.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito municipal

CÁTIA LETÍCIA TREVISAN

Presidente da comissão

JHONATAN CEZAR ZITKOSKI DAMAS

Secretária da comissão

RODRIGO BOZOKI

Membro da comissão

EXTRATO DE CONTRATO 253/2023

EXTRATO DE CONTRATO 253/2023

Contrato nº 253/2023

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **TELMA MARIANA DE SOUZA**

CPF: 032.627.631-95

Objeto: Contratado (a) no cargo de: **AUXILIAR DE LIMPEZA_SEC DE SAUDE_SELETIVO**

Legalidade: LC 03 e LO 1224/2023

Vigência: 01/11/2023 á 01/11/2024

Valor Mensal: R$ 1.818,46

Data Assinatura: 01/11/2023

Fonte: Or.06/Un. 002/Proj. Atv .20009/ El.319011 000/ CR 48

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000133/2023

Modalidade Nr.: 00000050/2023

Classificação:: Pregão Presencial

Data da Adjudicação: 07/11/23

Data da Homologação: 07/11/23

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE ?SELF-SERVICE? PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS NA ZONA RURAL

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

30225 - LUCILAINE APARECIDA DA SILVA 54951739100

CNPJ: 20.767.788/0001-73

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36382	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DO TIPO SELF SERVICE PARA ZONA RURAL	UNIDADE		1500,0000	36,0000	54.000,00

Total Fornecedor: 54.000,0000

Total Geral: 54.000,0000

GAUCHA DO NORTE, Terça-feira, 7 de Novembro de 2023

_____

PORTARIA MUNICIPAL Nº 545 2023 CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 545/2023

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, Lei Municipal n° 132/2001, Seção II Art. 133.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a)**KELLY MENDONCA DIAS,** brasileiro (a) nascido (a) em 28/05/1981, portador (a) do RG nº 329229023 SJSII e do

CPF nº 217.097.018-54, servidor (a) público EFETIVO (a) no cargo de BIOQUIMICO/ FARMACEUTICO_03/2010 (123/2022) lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **LICENÇA PRÊMIO** referente ao período aquisitivo 2016/2021 onde foram solicitados 10 (Dez) dias, na data 13/11/2023, com data prevista para retorno em 23/11/2023.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gaúcha do Norte-MT, 06 de novembro 2023.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 129/2023

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 048/2023

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público Fracassado o Pregão Presencial com Sistema de Registro **de Preços para futura e eventual** Contratação de empresa especializada para futura e eventual aquisição de **REAGENTES DO USO NO APARELHO SX-260, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações do edital, onde foi realizado no dia **24/10/2023 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá)** houve participante interessado no certame porém o mesmo não apresentou todas as documentações necessárias conforme previsto no edital.

Gaúcha do Norte, 07 de novembro de 2023.

NEILLA F. DE SOUZA

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PORTARIAS 2023

PORTARIA Nº 186/GP/2023 De, 06 de Novembro de 2023.

“Dispõe sobre exoneração de

Servidora e dá outras providências.”

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Srª. **JULIANA BARCELO DA SILVA,** Portadora do RG nº.1620730-0 SJ/MT e CPF nº.028.533.751-37, do Cargo em Comissão de **CHEFE DE SEÇÃO,** junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT**.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Novembro de 2023.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 187/GP/2023 De, 07 de Novembro de 2023.

“Dispõe sobre nomeação de

Servidora e dá outras providências.”

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **VIVIANE SOARES FREITAS SOUZA,** Portadora do RG nº.3177163-2 SESP/MT e CPF nº.625.925.721-04, para o Cargo em Comissão de **SUBSECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO,** junto ao Departamento de Educação, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT**.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 07 de Novembro de 2023.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/GP/2023 De, 07 de Novembro de 2023.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS à funcionária CLEIDY VIEIRA BELO, exercendo a função de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 01 de MARÇO de 2022 a 01 de MARÇO de 2023, que serão gozadas do dia 06 de Novembro a 05 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 07 de Novembro de 2023.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/GP/2023 De, 07 de Novembro de 2023.

“Dispõe sobre nomeação de

Servidora e dá outras providências.”

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **ROZENI FARIAS VASCO,** Portadora do RG nº. 1062913-0 SJ/MT e CPF nº.627.526.181-15, para o Cargo em Comissão de **DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR,** junto ao Departamento de Educação, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT**.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 07 de Novembro de 2023.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/GP/2023 De, 07 de Novembro de 2023.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS à funcionária FERNANDA FONSECA VIGATO, exercendo a função de AGENTE SANITÁRIO, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2021 a 20 de JANEIRO de 2022, que serão gozadas do dia 07 de Novembro a 06 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 07 de Novembro de 2023.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT - PORTARIA N.º 021 DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO MISTA.

O Senhor **NILTON DOS SANTOS "ZICÃO",** Presidente da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e obedecendo ao § 2º do artigo 243, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Glória D'Oeste.

RESOLVE:

1 – Nomear **Edison Martins dos Santos Filho** - Presidente, **Jair Rodrigues da Silva** - Vice-Presidente e **José Rodrigues** - Relator, membros das Comissões Permanentes, respectivamente, para assim, comporem a **Comissão Mista**, sem ônus para os cofres da Câmara Municipal.

2 - Compete a Comissão Mista emitir Parecer sobre todos os aspectos que abrange o Projeto de Lei Nº 820/2023, que "Estima a Receita e Fixa a despesa do Município de Glória D'Oeste - MT, para o exercício financeiro de 2024, e dá outras providências.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

4 - Revogadas as disposições em contrário,

Registra-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Edifício da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado Mato Grosso, em 23 de outubro de 2023.

NILTON DOS SANTOS "ZICÃO"

Presidente

EXTRATO D0 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PESSOAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTAGIÁRIO Nº 018/2022

CONTRATANTE: PrefeituraMunicipal de Glória D'Oeste – MT

CONTRATADO: Larissa Bonfim Craveiro

OBJETIVO: - Este Estágio tem como objetivo proporcionar formação e aperfeiçoamento técnico, ético, social e cultural do ESTAGIÁRIO e está fundamentado na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e Lei Municipal nº 459 de 07 de abril de 2009.

VIGÊNCIA: 18/10/2023 a 22/12/2023

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Larissa Bonfim Craveiro.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 055/2023

CONTRATANTE: PrefeituraMunicipal de Glória D'Oeste – MT

CONTRATADO: Senhor Jair Zanete errari

OBJETIVO: A contratante optou em promover a RENOVAÇÃO do Contrato visto que a há necessidades de continuidade de Prestação de Serviços junto à Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer na função específica deMOTORISTA em substituição ao servidor efetivo Senhor JAIR RODRIGUES DA SILVA, que se encontra afastado para exercício de mandato eletivo através da Portaria Nº 065 de 04 de maio de 2023.

VIGÊNCIA: 04/11/2023 A 18/12/2023

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Jair Zanete Ferrari.

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT - EDITAL DE PUBLICIDADE E CONVOCAÇÃO Nº 001/CMG/2023

O RELATOR DA COMISSÃO MISTA, VEREADOR JOSÉ RODRIGUES, instituído pela Portaria 021/2023, conforme estabelecido no § 2º do artigo 243 do Regimento Interno da Câmara Municipal e § 4º do artigo 48 da Lei Federal nº 101/2000;

FAZ SABER, que se encontra em tramitação no Legislativo Gloriense, o Projeto de Lei Nº 820/2023, que "Estima a Receita e Fixa a despesa do Município de Glória D'Oeste - MT, para o exercício financeiro de 2024, e dá outras providências.

Nestes Termos, Publica Edital e Convoca, os Senhores Vereadores a Assessoria Contábil da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste-MT e população, para participar da **Audiência**, com o objetivo de avaliar as propostas das Metas Fiscais da Lei Orçamentária para 2024, a realizar em 24 de outubro do corrente ano, ás 18:00 horas nas dependências da Câmara Municipal.

Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 23 de outubro de 2023.

JOSÉ RODRIGUES

Relator da Comissão Mista

ERRATA DO CONTRATO Nº 120/2023

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

A contratante pelos serviços a serem executados pela contratada, pagará a título de honorários o valor mensal de: R$ **3.652,71** (três mil seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavo), **MAIS INSALUBRIDADE** de R$ **264,00** (duzentos e sessenta e quatro reais), Perfazendo ao final dos 30 (trinta) dias um montante de: R$ 3.916,71 (três mil novecentos e dezesseis reais e setenta e um centavo) cuja despesa são será na seguinte dotação:

LEIA-SE:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

A contratante pelos serviços a serem executados pela contratada, pagará a título de honorários o valor mensal de: R$ **3.652,71** (três mil seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavo), **MAIS ADICIONAL NOTURNO DE 25% ,MAIS INSALUBRIDADE** de R$ **264,00** (duzentos e sessenta e quatro reais), Perfazendo ao final dos 30 (trinta) dias um montante de: R$ 3.916,71 (três mil novecentos e dezesseis reais e setenta e um centavo) cuja despesa são será na seguinte dotação:

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 30 DE OUTUBRO DE 2023.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AVISO DE RESULTADO PP 060-2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2023

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, COM MATERIAIS E FERRAMENTAS POR CONTA DA CONTRATADA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**conforme anexo X do termo de referência**,** e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITENS: 01; 02; 03; 04; 05 – VALMI FRANCISCO PEREIRA - ME inscrito no CNPJ sob o nº 11.165.144/0001-14, com o valor total de **R$ 193. 082,10 (cento e noventa e três mil e oitenta e dois reais e dez centavos).**

ITENS: 06; 07 e 08 – PAULO ANDRÉ CARVALHO DIAS LTDA inscrito no CNPJ sob o nº 29.410.383/0001-58, com o valor total de **R$ 99.355,00 (noventa e nove mil e trezentos e cinquenta e cinco reais).**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 292.437,10 (duzentos e noventa e dois mil e quatrocentos e trinta e sete reais e dez centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 00

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 07 de novembro de 2023.

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 060/2023

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, COM MATERIAIS E FERRAMENTAS POR CONTA DA CONTRATADA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**conforme anexo X do termo de referência**,** e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITENS: 01; 02; 03; 04; 05 – VALMI FRANCISCO PEREIRA - ME inscrito no CNPJ sob o nº 11.165.144/0001-14, com o valor total de **R$ 193. 082,10 (cento e noventa e três mil e oitenta e dois reais e dez centavos).**

ITENS: 06; 07 e 08 – PAULO ANDRÉ CARVALHO DIAS LTDA inscrito no CNPJ sob o nº 29.410.383/0001-58, com o valor total de **R$ 99.355,00 (noventa e nove mil e trezentos e cinquenta e cinco reais).**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 292.437,10 (duzentos e noventa e dois mil e quatrocentos e trinta e sete reais e dez centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 00

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 07 de novembro de 2023

Jefferson Rodrigues da Silva

Diretor do departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Contratado: T7 DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA.

Objeto: Futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município.

Procedimento: Pregão Presencial de Nº. 022/2023.

Vigência: 10/10/2023 – 10/10/2024.

Valor: Item 5 com 49,10% de desconto, item 7 com 50,20%.

Fiscal do Contrato: Alcides Domingos.

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO 002/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ - MT, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Comissão Permanente de Licitações, torna público que no processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2023 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2023 – que trata da Prestação de Serviços de Hospedagem e Alimentação, foi credenciado as empresas: Joel Gonçalves – ME – “Restaurante Fogão a Lenha”, inscrita no CNPJ: 21. 900.977/0001-35.

Fundamento Legal: regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e 7892/2013, subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí - MT, 07 de Novembro de 2023.

Cleber Pereira dos Santos

Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Contratado: OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E PNEUS EIRELI.

Objeto: Futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município.

Procedimento: Pregão Presencial de Nº. 022/2023.

Vigência: 10/10/2023 – 10/10/2024.

Valor: Item 01 com 48,50% de desconto, item 02 com 46,15% e o item 03 com 47,50%.

Fiscal do Contrato: Alcides Domingos.

RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DE PORTARIA Nº 88/2023, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA Nº 88/2023, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

RETIFICA A PORTARIA Nº 88/2023, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023, DA MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2023, EDIÇÃO N° 4.352

Art. 1.° - Onde se lê: **"**Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos dezesseis (16) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e três (2023)."

Art. 2. ° - Lê-se: "Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos trinta e um (31) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e três (2023).."

Art. 3.º - Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos seis (06) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

SIDNEI MARQUES LOPES

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Contratado: JME COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATORES E CAMINHOES LTDA.

Objeto: Futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município.

Procedimento: Pregão Presencial de Nº. 022/2023.

Vigência: 10/10/2023 – 10/10/2024.

Valor: Item 4 com 46,30% de desconto, item 8 com 50,00%, item 9 com 46,60% e

16 com 48,10%.

Fiscal do Contrato: Alcides Domingos.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 016/2023

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal, Sr. Sidnei Marques Lopes, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, para atender as festividades do IndiFest 2023, Resolve contratar a empresa **D&A Produções Artísticas LTDA, inscrito no** CNPJ Nº. 29.177.070/0001-00, representante exclusiva da Dupla Diego & Arnaldo, para a apresentação de um show Nacional para o dia 18 de novembro de 2023, duração mínima de 1:40h (uma hora e quarenta minutos), resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí - MT, 07 de novembro de 2023.

Cleber Pereira dos Santos

Presidente CPL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Contratado: BARCELOS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Objeto: Futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município.

Procedimento: Pregão Presencial de Nº. 022/2023.

Vigência: 10/10/2023 – 10/10/2024.

Valor: Item 6 com 49,50% de desconto.

Fiscal do Contrato: Alcides Domingos.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Contratado: SOARES BONFIM & CIA LTDA – ME.

Objeto: Futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município.

Procedimento: Pregão Presencial de Nº. 022/2023.

Vigência: 10/10/2023 – 10/10/2024.

Valor: Item 10 com 50,00% de desconto, item 11 com 50,00% e item 12 com 51,00%.

Fiscal do Contrato: Alcides Domingos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA DLC N° 215/2023

Fica retificado a publicação do extrato da portaria DLC n° 215/2023, divulgado na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVIII, N° 4.350, na data de 30 de outubro de 2023, pág. 328.

ONDE SE LÊ:

Contrato n° 086/2023.

LEIA-SE:

Contrato n° 088/2023.

Itanhangá – MT, 07 de novembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 091/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: SÓ NATAL LTDA – ME – CNPJ: 35.474.065/0001-53.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS DIVERSOS ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"

VALOR: R$ 74.185,00 (setenta e quatro mil cento e oitenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 60 dias (sessenta dias)

DATA DE ASSINATURA: 07/11/2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 096/2023

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados pela Portaria n° 195/2023 de sete de agosto do ano de dois mil e vinte e três, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 096/2023**, instaurada para o **"Contratação de empresa para realização de show musical com banda regional em comemoração à festa de Réveillon do Município de Itanhangá – MT",** sagrou-se vencedora a seguinte empresa: **LORRANA MACEDO PEGO 04961912174 – CNPJ: 32.122.977/0001-78,** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 47.900,00** (quarenta e sete mil e novecentos reais).

Itanhangá – MT, 07 de novembro de 2023.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PORTARIA DLC N° 218/2023

DATA: 07 de novembro de 2023.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Elivelton Jose Noleto, inscrito no CPF n° ***.944.062-**, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 091/2023**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **SÓ NATAL LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.474.065/0001-53, qual tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS DIVERSOS ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Silvana Matter, portadora do CPF n° ***.540.191-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 07 de novembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e Afixe-se

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N° 046/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT.

CONTRATADA: ORGANIZAÇÃO AMIGOS DO MEIO AMBIENTE E DO SER HUMANO – OAMASH – CNPJ: 09.591.166/0001-02.

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão amigável ao Contrato nº 046/2019, celebrado em 14 de maio de 2019, para a **"CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA EM REGIME INTEGRAL PARA IDOSOS COM 60 ANOS OU MAIS, DE AMBOS OS SEXOS, COM DIVERSOS GRAUS DE DEPENDÊNCIA, SERVIÇOS QUE DEVEM SER ASSEGURADOS PELA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SUA REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE",** referente ao acolhimento do Sr. Adão Jorge da Silva,através do processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial n° 016/2019.

DATA DE ASSINATURA: 07 de novembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO N° 090/2023

Fica retificado a publicação do Extrato do Contrato n° 088/2023, divulgado na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVIII, N° 4.355, na data de 07 de novembro de 2023, pág. 408.

ONDE SE LÊ:

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias**.**

LEIA-SE:

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

Itanhangá – MT, 07 de novembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RETIFICAÇÃO EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 095/2021

Fica retificado a publicação do Extrato do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato n° 095/2021, divulgado na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVIII, N° 4.355, na data de 07 de novembro de 2023, pág. 408.

ONDE SE-LÊ:

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 095/2021

LEIA-SÊ:

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 095/2021

Itanhangá – MT, 07 de novembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO N° 088/2023

Fica retificado a publicação do Extrato do Contrato n° 088/2023, divulgado na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVIII, N° 4.350, na data de 30 de outubro de 2023, pág. 328.

ONDE SE-LÊ:

VALOR: R$ 44.225,17 (quarenta e quatro mil e duzentos e vinte e cinco reais e dezessete centavos).

LEIA-SÊ:

VALOR: R$ 152.642,42 (cento e cinquenta e dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Itanhangá – MT, 07 de novembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2023

Fica retificado a publicação do Aviso de Dispensa de Licitação n° 023/2023, divulgado na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVIII, N° 4.354, na data de 06 de novembro de 2023, pág. 66.

ONDE SE LÊ:

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

LEIA-SE:

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

Itanhangá – MT, 07 de novembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2023 – SRP

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao **Pregão Presencial nº 052/2023**, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de instalação e manutenção de câmeras de monitoramento e de serviços de fornecimento de pontos de acesso a rede de internet, com estrutura de fibra óptica, para serem utilizados na instalação, conexão e configuração das câmeras do município de Itaúba/MT ao Programa “Vigia Mais MT” da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	LOTE	VLR. TOTAL
SOLUTION INTELIGENCIA E TECNOLOGIA LTDA , inscrita no CNPJ/MF nº 39.326.019/0001-68	01	132.500,00
GIGA BYTE TELECOMUNICACOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 02.884.089/0001-21	02	27.900,00

Itaúba/MT, 06 de outubro de 2023

SERGIO PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Oficial

Publique-se

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2023

A **Prefeitura Municipal de Itaúba – MT, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 12/12/2023, as 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso)**, realizar-se-á abertura da CONCORRÊNCIA Nº 001/2023, a qual tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de material de construção e mão de obra necessários para a construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais para grupos familiares de interesse social dentro do “Programa Ser Família Habitação”, coordenadas Lat: 11°06’’45,97"S Long: 55°14'05,29"O, dimensão de 13.200,00 m² no município de Itaúba/MT. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global. O edital completo estará disponível aos interessados de 2ª a 6ª feira das 07 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura e no Site www.itauba.mt.gov.br (Licitações). Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, ou através do Telefone (66) 3561-2800.

Itaúba/MT, em 07 de novembro de 2023

ELEMAR HACK

Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 352/2021.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 352/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ROSICLEIA ALVES DE JESUS.

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 352/2022, a partir de 06/11/2023, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2023.

Data da vigência: 23/10/2023 a 23/10/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LETIZIA SILVA PIRES PAIVA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 092/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 23/10/2023 a 23/10/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Auxiliar de Serviços Gerais - Itiquira, em substituição à servidora Elinda Maria Aparecida Vansan Rodrigues que se encontra em readaptação de função.

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 243/2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 243/2023.

Aos 18(dezoito) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 15hs53min, no Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemu-

nhas, compareceu o(a) Sr. (a) **LAYANE INACIO PARREIRA**, brasileiro, solteiro, portador (a) da cédula de identidade sob o nº 18****-5 SESP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 034.***.***-62, residente e domiciliado (a) à ****, Km **, ***, Bairro: **, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **ANALISTA JURIDICO - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 3º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal "Rosa Pereira Campos" e em jornal de grande circulação do Município – AMM.

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/Função ANALISTA JURIDICO, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

LAYANE INACIO PARREIRA

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2023.

Data da vigência: 25/10/2023 a 25/10/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): TAUANA RODRIGUES DE ALMEIDA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 096/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 25/10/2023 a 25/10/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Auxiliar de Serviços Gerais - Itiquira, em substituição à servidora Sara Mendonça de Rezende que se encontra em auxilio doença.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 467, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 467, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

1. LAURA REGINA MARTINS DUARTE, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, empossada em 25/01/2013, pelo período de 3 (três) meses – **sendo o período de gozo de 16/10/2023 à 16/01/2024, referente ao período aquisitivo 25/01/2018 à 25/01/2023,** com o retorno ao trabalho nos dias 17/01/2024**.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos à 16/10/2023.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 07 de novembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 52/2023

PROCESSO DISPENSA Nº 25/2023

RECONHEÇO E RATIFICO com base na Lei Federal de Licitação 8666/93 e alteração, conforme processo de dispensa nº 23/2023, oriundo do processo administrativo nº 050/2023, com fundamento no artigo inciso II, artigo 24 da lei 8666/93, para a seguinte empresa: **EDUARDO GOMES, Nome Fantasia "Dr Personalizados", portadora do CNPJ 50.666.257/0001-55, Estabelecida na Rua Mauricio Cardoso – ate 849/850, nº 408, Bairro São Cristóvão, Lajeado-Rio Grande do Sul, CEP 95.913-130, Tel (051) 9 9944-6232.**

OBEJTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE QUADRO/MOLDURA, PARA IDENTIFICAÇÃO DAS PORTAS DOS GABINETES DOS VEREADORES, BEM COMO, ATUALIZAÇÃO DA GALERIA DOS PRESIDENTES DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA "ELZA RITA MORAES OLIVEIRA".

Item	Quant	Descrição
01	09	Molduras com perfil de Alumínio Incolor Branco com Largura 30 cm Comprimento 40 cm Altura 2 cm, com vidro duplo modelo sanduíche de 2,8 cm, margem vidro.
02	02	Molduras com perfil de Alumínio Incolor Branco com Largura 37,5 cm Comprimento 47 cm Altura 2 cm, com vidro duplo modelo sanduíche de 2,8 cm, margem vidro.

VALOR GLOBAL: R$ 5.217,00 (cinco mil, duzentos e dezessete reais).

PRAZO DE ENTREGA: 20 (vinte) dias a partir da ordem de fornecimento e aprovação dos modelos.

Itiquira-MT, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ CARLOS BATISTA

Ver. Presidente

Gestão 2023/2024

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2023.

Data da vigência: 24/10/2023 a 24/10/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): DIENER ALVES BORGES.

Objeto: Contrato Administrativo nº 095/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 24/10/2023 a 24/10/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Jardineiro - Itiquira.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023.

Data da vigência: 17/10/2023 a 17/10/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): VANILDO SOUZA MATOS.

Objeto: Contrato Administrativo nº 090/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 17/10/2023 a 17/10/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Psicologo - Ouro Branco do Sul.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023.

Data da vigência: 17/10/2023 a 17/10/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): VANILDO SOUZA MATOS.

Objeto: Contrato Administrativo nº 090/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 17/10/2023 a 17/10/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Psicologo - Ouro Branco do Sul.

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 239/2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 239/2023.

Aos 18(dezoito) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 13hs25min, no Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **CAMILA VERUSCA RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado(a), portador (a) da cédula de identidade sob o nº 15*****-7 SSP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 018.***.***-69, residente e domiciliado (a) à Rua Rio Solimões, Quadra 26, casa 9, Bairro: Residencial Dom Osorio, na cidade de Rondonopolis/Mato Grosso, CEP: 78.715-864, para **TOMAR POSSE** no cargo **PROFESSOR II- PEDAGOGIA - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 3

2º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 045/2023, de 26 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal “Rosa Pereira Campos” e em jornal de grande circulação do Município – AMM.

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/Função PROFESSOR II- PEDAGOGIA, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 045/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMILA VERUSCA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 466, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 466, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

1. LUCIANE MORAIS BARBOSA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, empossada em 31/01/2013, pelo período de 1 (um) mês – **sendo o período de gozo de 16/10/2023 à 16/11/2023, referente ao período aquisitivo 31/01/2018 à 31/01/2023,** com o retorno ao trabalho nos dias 17/11/2023**.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos à 16/10/2023.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 07 de novembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 470, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 470, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Nomeia o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, a partir de **26/10/2023** como segue:

1 – SIDCLEI CORDEIRO DA SILVA

CPF: 016.***.***-57

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E CULTURA - SMETC;

Art. 2° Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 26/10/2023 e revogando-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 07 de novembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 465, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 465, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

1. MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA MARIANO, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, empossada em 22/01/2013, pelo período de 3 (Três) meses – **sendo o período de gozo de 01/10/2023 à 01/01/2024, referente ao período aquisitivo 22/01/2018 à 22/01/2023,** com o retorno ao trabalho nos dias 02/01/2024**.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos à 01/10/2023.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 07 de novembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 238/2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 238/2023.

Aos 18(dezoito) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 10hs34min, no Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **BIANCA PEDRINA RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador (a) da cédula de identidade sob o nº 2*****9-1 SEJUSP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 050.***.***-10, residente e domiciliado (a) à ***, s/n Bairro: Zona Rural, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- OURO BRANCO DO SUL - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 9º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal "Rosa Pereira Campos" e em jornal de grande circulação do Município – AMM.

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/Função MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE**

às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

BIANCA PEDRINA RODRIGUES DOS SANTOS

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 053, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 053, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2022 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências. "

PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 058/2022 de 28 de junho de 2022 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 011, do procedimento supracitado;

CONSIDERANDO a Recomendação do Controle Interno do Município a respeito da posse dos cargos na modalidade de CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO;

CONSIDERANDO que os servidores devidamente nominados abaixo encontram-se em gozo de licenças e/ou atestados médicos, havendo a necessidade de substituições;

CONSIDERANDO, ainda,que alguns cargos do Concurso Público – Edital de Abertura nº 069/2022- Consolidado pelo Edital Complementar N.01 que regulamenta o Concurso Público para provimento dos cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itiquira no Mato Grosso, não há candidatos aprovados/classificados e, tampouco, cadastro de reserva para serem convocados;

CONSIDERANDO, por fim, a desistência das candidatas Cintia Araújo de Sousa – Técnica de enfermagem, convocada por meio do Edital n 046 de 05 de outubro de 2023 e Tania Aparecida de Moraes Raitz – Auxiliar de Serviços Gerais convocada por meio do Edital n 048 de 11 de outubro de 2023.

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2022, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, Centro – Itiquira/MT, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO	EM SUBSTITUIÇÃO
TEREZA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	22º COLOCADO CLASSIFICADO	EMANUELE LINS PACHECO – (PORTARIA Nº 464/2023 – EM GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE)

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações criminais fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos 05 anos;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, em 07 de novembro 2023.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 120/2023

Dispõe sobre nomeação de Assessor Parlamentar Legislativo e dá outras providências.

JOSE CARLOS BATISTA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei**.**

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, MARIA CLARA LEMES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de **ASSESSORA PARLAMENTAR/LEGISLATIVO**, lotada no gabinete do Vereador João Neto da Silva **a partir de 08 de novembro de 2023.**

Art.2º- Conforme previsão na Lei Municipal nº 1186/2022, art. 45, inciso II, alínea A, são atribuições do **ASSESSOR PARLAMENTAR/LEGISLATIVO**: assessoramento as atividades próprias de cada Gabinete de Vereador; Assessoramento em Plenários durantes as Sessões Legislativas; recebimento e despacho das correspondências e comunicações em geral expedidas e recebidas; Auxiliar na tramitação dos processos legislativos, pesquisa e desenvolvimento de Projetos de Leis e demais propostas legislativas; auxiliar na pesquisa e elaboração dos Pareceres afetos as Comissões Permanentes e Temporárias vinculadas ao Gabinete do Vereador. Promover o registro e movimento do banco de leis do Gabinete; organizar a biblioteca e demais atividades correlatas determinadas pelo vereador.

Art.3º- A remuneração bruta da servidora será em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1186/2022, art. 12 e anexo III, e alterações posteriores, totalizando a importância de R$ 1.883,97 (um mil oitocentos e oitenta e três noventa e sete centavos).

Art.4º- Conforme dispõe a Lei Municipal 1186/2022, artigo 48, a carga horária dos cargos de confiança, quando necessário, poderá ser cumprida em local diverso da sede da Câmara Municipal.

Art.5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Registre-se,

Publique-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 08 de novembro de 2023

_____

Jose Carlos Batista

Presidente

Gestão 2023-2024

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 43/2023

PROCESSO DISPENSA Nº 26/2023

RECONHEÇO E RATIFICO com base na Lei Federal de Licitação 8666/93 e alteração, conforme processo de dispensa nº 23/2023, oriundo do processo administrativo nº 050/2023, com fundamento no artigo inciso II, artigo 24 da lei 8666/93, para a seguinte empresa: ROBERT DIEGO TURATTI, Nome Fantasia: Elétrica Turatti, CNPJ 22.725.102/0001-07, Estabelecida na Avenida Anaides Alves Cabral, nº 506, CEP 78.790-000, Bairro: Centro, Itiquira- Mato Grosso. Telefone (065) 9 9622 2066, Email: robertturatti@hotmail.com.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços de Manutenção de Aparelho de Ar Condicionado, Marca Agratto Split Eco 9.000 Btus, Chapa Patrimonial 799, instalado na Secretaria de Finanças (recarga de gás e solda do cano de cobre do aparelho de ar condicionado), conforme abaixo descritos:

Item	Descrição dos Produto	Quantidade	Unidade Padrão
1	Recarga de gás para condicionador de ar Agratto Split Eco Top	01	Unidade
2	Solda no cano de cobre	01	Unidade

VALOR GLOBAL: R$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais)

PRAZO DE ENTREGA: 05 (cinco) dias corridos, a partir da assinatura da ordem de fornecimento.

Itiquira-MT, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ CARLOS BATISTA

Ver. Presidente

Gestão 2023/2024

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 240/2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 240/2023.

Aos 18(dezoito) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 13hs54min, no Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **MARIA DO CARMO MENDES CARVALHO**, brasileiro, solteiro, portador (a) da cédula de identidade sob o nº 17*****-7 SSP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 030.***.***-60, residente e domiciliado (a) à Rua **, nº **, Bairro: **, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 21º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal “Rosa Pereira Campos” e em jornal de grande circulação do Município – AMM.

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei

Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/Função AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO MENDES CARVALHO

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 469, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 469, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

1. RINALDO ALVES DA SILVA, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, empossado em 10/04/2002 pelo período de 1 (um) mês – **sendo o período de gozo de 23/10/2023 à 23/11/2023, referente ao período aquisitivo 10/04/2018 à 10/04/2023,** com o retorno ao trabalho nos dias 24/11/2023**.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos à 23/10/2023.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 07 de novembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 236/2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 236/2023.

Aos 18(dezoito) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 10hs00min, no Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **UARLA RODRIGUES PEREIRA**, brasileiro, solteiro, portador (a) da Carteira de Identidade RG - CPF nº 051.***.***-50, residente e domiciliado (a) à Rua ***,nº **, **,Bairro: ***, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **ARTIFICE DE COPA E COZINHA - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 12º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal "Rosa Pereira Campos" e em jornal de grande circulação do Município – AMM.

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/Função ARTIFICE DE COPA E COZINHA, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

UARLA RODRIGUES PEREIRA

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 244/ 2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 244/ 2023.

Aos 20(vinte) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 13hs55min, no Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **AMANDA OURIVES DE REZENDE**, brasileiro, solteiro, portador (a) da cédula de identidade sob o nº 2*****1-1 SESP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 061.***.***-70, residente e domiciliado (a) à Rua *, s/n, Bairro: **, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/ 2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 15º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal “Rosa Pereira Campos” **e em jornal de grande circulação do Município – AMM.**

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/ Função MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

AMANDA OURIVES DE REZENDE

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 244/ 2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 244/ 2023.

Aos 20(vinte) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 13hs55min, no Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **AMANDA OURIVES DE REZENDE**, brasileiro, solteiro, portador (a) da cédula de identidade sob o nº 2*****1-1 SESP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 061.***.***-70, residente e domiciliado (a) à Rua *, s/n, Bairro: **, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/ 2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 15º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal “Rosa Pereira Campos” **e em jornal de grande circulação do Município – AMM.**

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/ Função MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

AMANDA OURIVES DE REZENDE

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2023.

Data da vigência: 01/11/2023 a 01/11/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): JESSICA ALVE DOS SANTOS QUEIROZ.

Objeto: Contrato Administrativo nº 098/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 01/11/2023 a 01/11/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Técnico de enfermagem - Itiquira.

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): DAYEVENY JEANNE DOS SANTOS BORGES.

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 057/2022, a partir de 01/11/2023, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de EDUCADOR FÍSICO.

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 241/2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 241/2023.

Aos 18(dezoito) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 14hs23min, no Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **MARIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS LETTI**, brasileiro, solteiro, portador (a) da cédula de identidade sob o nº 15*****-7 SSP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 004.***.***-59, residente e domiciliado (a) à Rua **, nº ***, Bairro: ***, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 20º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal “Rosa Pereira Campos” e em jornal de grande circulação do Município – AMM.

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/Função AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS LETTI

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 242/2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 242/2023.

Aos 18(dezoito) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 14hs23min, no Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **EMANUELLY RODRIGUES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador (a) da cédula de identidade sob o nº 2*****1-3 SESP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 040.***.***-94, residente e domiciliado (a) à Rua **, s/n, Bairro: **, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 22º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal “Rosa Pereira Campos” **e em jornal de grande circulação do Município – AMM.**

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/Função AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

EMANUELLY RODRIGUES FERREIRA

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 468, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 468, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

1. MARCELA DA SILVA SANTOS, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, empossada em 23/01/2013, pelo período de 3 (três) meses – **sendo o período de gozo de 01/11/2023 à 01/02/2024, referente ao período aquisitivo 23/01/2018 à 23/01/2023,** com o retorno ao trabalho nos dias 02/02/2024**.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos à 01/11/2023.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 07 de novembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 052, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 052, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2023 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 070/2023 de 08 de agosto de 2023 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 011, do procedimento supracitado;

CONSIDERANDO a Recomendação do Controle Interno do Município a respeito da posse dos cargos na modalidade de CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO;

CONSIDERANDO que os servidores devidamente nominados abaixo encontram-se em gozo de licenças e/ou atestados médicos, havendo a necessidade de substituições.

CONSIDERANDO, ainda,que alguns cargos do Concurso Público – Edital de Abertura nº 069/2022- Consolidado pelo Edital Complementar N.01 que regulamenta o Concurso Público para provimento dos cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itiquira no Mato Grosso, não há candidatos aprovados/classificados e, tampouco, cadastro de reserva para serem convocados.

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2022, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, Centro – Itiquira/MT, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO	EM SUBSTITUIÇÃO
JAQUELINE NUNES DE MOURA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	1º CANDIDATO APROVADO	NÃO HÁ CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO OU CADASTRO DE RESERVA PARA SER CONVOCADO NO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL DE ABERTURA Nº 069/2022
LAIANE PEREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ITIQUIRA OURO BRANCO DO SUL	2º CANDIDATO APROVADO	NÃO HÁ CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO OU CADASTRO DE RESERVA PARA SER CONVOCADO NO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL DE ABERTURA Nº 069/2022
MAURENI SANTOS SILVA FIGUEIREDO	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ITIQUIRA OURO BRANCO DO SUL	3º CANDIDATO CLASSIFICADO	NÃO HÁ CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO OU CADASTRO DE RESERVA PARA SER CONVOCADO NO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL DE ABERTURA Nº 069/2022
GRAZIELI MARQUES VIANA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ITIQUIRA OURO BRANCO DO SUL	4º CANDIDATO CLASSIFICADO	NÃO HÁ CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO OU CADASTRO DE RESERVA PARA SER CONVOCADO NO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL DE ABERTURA Nº 069/2022
CRISTIANA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ITIQUIRA OURO BRANCO DO SUL	5º CANDIDATO CLASSIFICADO	NÃO HÁ CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO OU CADASTRO DE RESERVA PARA SER CONVOCADO NO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL DE ABERTURA Nº 069/2022

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações criminais fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos 05 anos;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, em 07 de novembro 2023.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2023.

Data da vigência: 23/10/2023 a 23/10/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MAICON RODRIGUES DOS SANTOS.

Objeto: Contrato Administrativo nº 091/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 23/10/2023 a 23/10/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Motorista de Transporte Escolar - Ouro Branco do Sul, em substituição a Cleidson Donizete de Oliveira, que se encontra em licença para tratar de interesses particulares.

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 237/2023.

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 237/2023.

Aos 18(dezoito) dias do mês de outubro, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 10hs34min, no Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", sede da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, na presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fabiano Dalla Valle, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Glenio Fabio Vieira Fernandes e do Assessor Técnico de Recursos Humanos, Lucas Dants Vitorio Rodrigues e demais testemunhas, compareceu o(a) Sr. (a) **SIDCLEI CORDEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portador (a) da cédula de identidade sob o nº 15*****4 SSP/MT e devidamente inscrito (a) no CPF sob o nº 016.***.***-57, residente e domiciliado (a) à Rua **, nº **, Bairro: ***, na cidade de Itiquira/Mato Grosso, CEP: 78790-000, para **TOMAR POSSE** no cargo **PROFESSOR II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA - ITIQUIRA,** nível I, classe A, aprovado (a) no Concurso Público de Provas e Títulos 01/2022 - Edital de Abertura nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, tendo sido aprovado(a) em 2º lugar, de acordo com o Resultado Final homologado pelo Decreto Municipal nº 011/2023, de 20 de janeiro de 2023 e convocado (a) de acordo com o Edital de Convocação nº 041/2023, de 25 de setembro de 2023, todos publicados por afixação no átrio do Paço Municipal "Rosa Pereira Campos" e em jornal de grande circulação do Município – AMM.

Neste ato, o(a) empossado(a) **DECLARA** expressamente estar ciente sob o Regime de trabalho ser o ESTATUTÁRIO, em consonância com a Lei Municipal nº 379/1999 e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que somente adquirirá estabilidade se for aprovado(a) no estágio probatório durante o período de 03 (três) anos, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO (A) no Cargo/Função PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA, localizado em Itiquira, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, **SUJEITANDO-SE** às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor**, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA** em hipótese alguma.

No ato da posse o(a) empossado (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial, nos termos do Edital de Convocação nº 041/2023 **COMPROMISSANDO-SE** a cumprir fielmente seus deveres e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

SIDCLEI CORDEIRO DA SILVA

Empossado

Testemunhas:

LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES

CPF. /MF. Nº 007.***.***-97

RG. Nº 18*****-3 SSP/MT

ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO

CPF/MF nº 015.***.***-99

RG. Nº 13*****-0 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 189/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: VALLEN DIAGNOSTICO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA; OBJETO: "Registro de preços para aquisição de insumos e material permanente para o Laboratório Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR GLOBAL: R$ 21.650,00 (vinte e um mil e seiscentos e cinquenta reais). ASSINATURA: 27/10/2023.**

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde **de Jaciara-MT**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 190/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA; OBJETO: "Registro de preços para aquisição de insumos e material permanente para o Laboratório Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR GLOBAL: R$ 21.961,00 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e um reais). ASSINATURA: 27/10/2023.**

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde **de Jaciara-MT**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 186/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: FACILITA HIGIENIZAÇÃO EIRELI; OBJETO: "Contratação de empresa especializada para atender as necessidades do Hospital Municipal de Jaciara-MT, para aquisição de serviço externo de lavanderia e higienização de rouparia hospitalar"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 442.800,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil e oitocentos reais). ASSINATURA: 25/10/2023.**

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde **de Jaciara-MT**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 185/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: JOSINELSON PEREIRA DA SILVA CRUZ EIRELI; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM ÁREAS ESPECÍFICAS – SERVIÇO DE LIMPEZA E SUCÇÃO DE FOSSA SÉPTICA"; PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR GLOBAL: R$ 54.800,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos reais).. ASSINATURA: 24/10/2023.**

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde **de Jaciara-MT**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 184/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: GR POCOS ARTESIANOS LTDA; OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, SERVIÇOS ELÉTRICOS NOS QUADROS DE COMANDO, AUTOMATIZAÇÃO, POÇO TUBULAR, SERVIÇOS ELETRÔNICOS E LOCOÇÃO DE MUNCK PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA-DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACIARA-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 932.700,00 (novecentos e trinta e dois mil e setecentos reais). ASSINATURA: 19/10/2023.**

LEOMAR RODRIGUES SOUZA

Secretário Municipal de Infraestrutura de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADODO PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE DIRETOR AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – JACIARA MT

I-IDENTIFICAÇÃO:

Avaliado: **Professores Secretaria Municipal de Educação**

Escolaridade:**Ensino Superior**

Psicólogo Avaliador: **Mirna Aparecida Thomé Monte** CRP: 18/00220

Contato: (66) 98124-2726

II-DESCRIÇÃO DA DEMANDA:

Solicitante: Secretaria Municipal de Educação Cidade: Jaciara MT

Motivo: Seletivo Diretores

Tipo de Exame: Avaliação Psicológica

Função do Avaliado: Professor

III-PROCEDIMENTO:

Os avaliados foram submetidos as técnicas descritas abaixo:

Entrevista Individual Estruturada: valida os resultados apurados e aprofunda as questões observados na testagem psicológica.

Testagem Psicológica: avaliar atenção concentrada, atenção dividida e atenção alternada, memória, fatores como a vulnerabilidade, instabilidade, passividade, depressão, neuroticismo, extroversão, socialização, realização e abertura em Bateria Fatorial de Personalidade.

IV-ANÁLISE:

ATENÇÃO CONCENTRADA, ATENÇÃO DIVIDIDA, ATENÇÃO ALTERNADA

Nome	RESULTADO/ PONTUAÇÃO GERAL	PERCENTIL	CLASSIFICAÇÃO GERAL
1. ADILSON COSTA FRANÇA	397	50	Médio
2. AMADEO SILVA DE CARVALHO	217	50	Médio
3. ANA PAULA BARBOSA BUENO	238	50	Médio
4. DAVID DE OLIVEIRA	444	70	Médio Superior
5. IDALINA LAURA DE ARAÚJO	249	70	Médio Superior
6. LEONETH APARECIDA PIOTTO	238	60	Médio
7. PATRICIA ARRUDA DA SILVA	269	60	Médio
8. ROSIANE MAHARA ANDRADE	218	40	Médio
9. ROSILENE FERREIRA MENDES DOS SANTOS	211	50	Médio
10. THAIZ REGINA CELUPPI DE SOUZA	338	90	Superior

MEMÓRIA:

TEPIC – M (MEMÓRIA)	RESULTADO	PERCENTIL	CLASSIFICAÇÃO
1. ADILSON COSTA FRANÇA	18	80	Médio Superior
2. AMADEO SILVA DE CARVALHO	14	40	Médio
3. ANA PAULA BARBOSA BUENO	24	90	Superior
4. DAVID DE OLIVEIRA	20	90	Superior
5. IDALINA LAURA DE ARAÚJO	22	90	Superior
6. LEONETH APARECIDA PIOTTO	20	90	Superior
7. PATRICIA ARRUDA DA SILVA	21	80	Médio Superior
8. ROSIANE MAHARA ANDRADE	16	50	Médio
9. ROSILENE FERREIRA MENDES DOS SANTOS	15	50	Médio
10. THAIZ REGINA CELUPPI DE SOUZA	25	90	Superior

TESTES DE PERSONALIDADE:

A bateria fatorial de personalidade tem por objetivo de avaliar a personalidade, e fatores como a vulnerabilidade, instabilidade, passividade, depressão, neuroticismo, extroversão, socialização, realização e abertura. Os avaliados encontram-se dentro do perfil esperado para a atividade desejada e motivo da seleção.

V-CONCLUSÃO:

Os avaliados serão classificados como APTO ou INAPTO na presente avaliação, sendo que a classificação INAPTO diz respeito a não ter alcançado a média em um ou mais testes.

1. ADILSON COSTA FRANÇA	Apto
2. AMADEO SILVA DE CARVALHO	Apto
3. ANA PAULA BARBOSA BUENO	Apta
4. DAVID DE OLIVEIRA	Apto
5. IDALINA LAURA DE ARAÚJO	Apta
6. LEONETH APARECIDA PIOTTO	Apta
7. PATRICIA ARRUDA DA SILVA	Apta
8. ROSIANE MAHARA ANDRADE	Apta
9. ROSILENE FERREIRA MENDES DOS SANTOS	Apta
10. THAIZ REGINA CELUPPI DE SOUZA	Apta

VI- REFERÊNCIAS:

NUNES, C. H. S. S.; HUTZ, C. S.; NUNES, M. F. O.; **Bateria Fatorial de Personalidade (BFP)**; Manual Técnico. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2010.

RUEDA, F. J. M.; **Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção (BPA)**. 1ª ed. São Paulo. Vetor, 2013.

RUEDA, F. J. M.; SISTO, F. F.; **Teste Pictórico de Memória. (TEPIC-M);** Manual. São Paulo. Vetor, 2007.

Jaciara, 06 de Novembro 2023.

Mirna Aparecida Thomé Monte CRP 18/00220

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº002 AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2023

A Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo da **PrefeituraMunicipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica daPrefeitura Municipal e de acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, Legislação Municipal e demaislegislaçõespertinentes,tornapúblico:

Considerando que a Constituição Federal assegura a todos a impossibilidade de privação de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação imposta a todos e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (art. 5º, VI);

Considerando as disposições da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), em seu art. 7º-A, com alteração dada pela LEI Nº 13.796, DE 3 DE JANEIRO DE 2019, que estabelece

turno ou horário alternativo para realização de provas, e por analogia, concursos/processos seletivos destinados a provimento de cargos públicos;

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo da **PrefeituraMunicipal de Jaciara**, estabelece:

I – Os candidatos que necessitarem de condição especial, segundo os preceitos de sua religião, conformeLEI Nº 13.796de 3 de Janeiro de 2019, serão atendidos em sala especial, na data de 25/11/2023, com aplicação da prova objetiva no horário às 18h ou conforme horário do pôrdosol, disposto no site https://www.cptec.inpe.br/previsao-tempo/mt/jaciara, com o mesmo tempo de prova assegurado aos demais candidatos, na forma prevista no Edital de abertura das inscrições.

II - O(s) requerente(s) deverá(ão) ingressar na sala especial a este(s) designada, desde o horário de fechamento dos portões e permanecer nela isolado(s) e incomunicável(is), sem acesso a qualquer equipamento eletroeletrônico, aparelhos celulares e/ou material de estudo ou similar, resguardando a lisura do certame, onde permanecerá até o pôr do sol, quando iniciar-se-á a aplicação da prova.

III - Para comprovação de Condição Especial Religiosa, o(s) candidato(s) deverão comprovar mediante declaração professa de fé religiosa, devidamente assinada pelodirigentede sua Instituição Religiosa, autenticada em cartório e protocolada na Secretaria Municipal de Educação na data de **13/11/2023 das 08h às 10h**, juntamente com o comprovante de Inscrição do SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023.

IV – A divulgação da relação dos pedidos de condições especiais de cunho religioso será na data de 15/11/2023.

V – As demais datas seguem de acordo com o disposto no **EDITALCOMPLEMENTARNº001/2023.**

Jaciara,01deNovembrode2023.

- **CristianiDuarteToninMadrid-**PresidentedaComissão. - **ValdineiaCarvalhoBatistaQueirozMuniz-**MembrodaComissão. - **AnaClaudiaNascimentoSilvaOliveira-**MembrodaComissão. - **EmersonGuimarãesdaSilva-**MembrodaComissão. - **EdsonTavaresdaSilva**-MembrodaComissão. - **AriadneSôniadeMouraAlmeidadoNascimento**-MembrodaComissão. **JosikleidyFerreiradaSilvaCasanova**-MembrodaComissão.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 183/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: FALCON ENERGIA LTDA; OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, SERVIÇOS ELÉTRICOS NOS QUADROS DE COMANDO, AUTOMATIZAÇÃO, POÇO TUBULAR, SERVIÇOS ELETRÔNICOS E LOCOÇÃO DE MUNCK PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA-DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACIARA-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 95.700,00 (noventa e cinco mil e setecentos reais). ASSINATURA: 19/10/2023.**

LEOMAR RODRIGUES SOUZA

Secretário Municipal de Infraestrutura de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 182/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO CM-30 E RR2C"; PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR GLOBAL: R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais). ASSINATURA: 11/10/2023.**

LEOMAR RODRIGUES SOUZA

Secretário Municipal de Infraestrutura de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 181/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO CM-30 E RR2C"; PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR GLOBAL: R$ 192. 000,00 (cento e noventa e dois mil reais). ASSINATURA: 11/10/2023.**

LEOMAR RODRIGUES SOUZA

Secretário Municipal de Infraestrutura de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 005/2023 AO CONTRATO N.º 008/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI;** OBJETO:**PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL de 02/11/2023 até 01/03/2024 E PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA** de **01/11/2023 até 29/02/2024**; Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 008/2022; **ASSINATURA**: 31/10/2023.

Leomar Rodrigues Souza

Secretário Municipal de Infraestrutura

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 005/2023 AO CONTRATO N.º 008/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI;** OBJETO:**PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL de 02/11/2023 até 01/03/2024 E PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA** de **01/11/2023 até 29/02/2024**; Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 008/2022; **ASSINATURA**: 31/10/2023.

Leomar Rodrigues Souza

Secretário Municipal de Infraestrutura

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 187/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: MEDMASTER COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME; OBJETO: "Registro de preços para aquisição de insumos e material permanente para o Laboratório Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR GLOBAL: R$ 75.707,00 (setenta e cinco mil e setecentos e sete reais). ASSINATURA: 27/10/2023.**

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde **de Jaciara-MT**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 188/2023

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA; OBJETO: "Registro de preços para aquisição de insumos e material permanente para o Laboratório Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR GLOBAL: R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). ASSINATURA: 27/10/2023.**

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde **de Jaciara-MT**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - PROC SEL 001/2022

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JAIANE RODRIGUES PEREIRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 009/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R$ 4.629,00 (quatro mil, seiscentos e vinte e nove) mensais.

VIGÊNCIA: 04/11/2023 a 20/12/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 81/2023.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: *LP GRÁFICA E EDITORA LTDA*

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA REALIZAÇÃO DO ENCONTRO DA MULHER RURAL EM JAURU-MT

VIGÊNCIA: 03 DE NOVEMBRO DE 2023 ATÉ 02 DE DEZEMBRO DE 2023

VALOR: 6.240,00 (Seis mil duzentos e quarenta reais).

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 026/2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

PORTARIA Nº 026/2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

VILSON RAMOS DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jauru-MT, no uso de suas atribuições legais contidas no Regimento Interno desta Casa, Artigo 19, Inciso I, alínea "d", e mais as contidas na Lei Orgânica Municipal, com o considerando, RESOLVE BAIXAR o seguinte:

Considerando que o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Câmara do Município de Jauru (Lei Complementar nº 140/2018) autoriza a concessão de Progressão Vertical por merecimento a servidor do Poder Legislativo municipal no percentual de **1,5% (um e meio por cento)** por ano de efetivo exercício.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Progressão Vertical ao Servidor da Câmara Municipal de Jauru, **CLAUDIO GONZAGA DA SILVA, VIGIA**, **para o nível-12, Classe C,** a partir de 1º de novembro de 2023, nos termos do Anexo VIII, Tabela 01, constante da Lei Complementar nº 140/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 188/2023, e atualizada pelaPortaria nº 007/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos ao dia 1º de novembro de 2023.

.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

Gabinete do Presidente, Jauru-MT, 07 de novembro de 2023.

VILSON RAMOS DA SILVA

Presidente do Legislativo

DECRETO Nº 191/2023, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

Este Decreto aprova as Resoluções Administrativas do Serviço de Inspeção Municipal via Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal que passam a vigorar no Serviço de Inspeção Municipal do município de Jauru-MT.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas todas os Atos Normativos e as Resoluções Administrativas do Serviço de Inspeção Municipal via Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal que passam a vigorar no Serviço de Inspeção Municipal do município de Jauru-MT.

Parágrafo único – Os atos normativos e resoluções administrativas estão disponíveis no site do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal no endereço eletrônico: *https://www.nascentesdopantanal.org.br/administrac...*

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa nº. 01 de 12 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru, 07 de novembro de 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - PROC SEL 001/2022

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: WANDERLEY NUNES

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 001/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jauru/MT.

VALOR: R$ 1.893,66 (um mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 02/11/2023 a 20/12/2023

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - PROC SEL 001/2022

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VALÉRIA DOS RIOS PRADO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 011/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Jauru/MT.

VALOR: R$ 4.629,00 (quatro mil, seiscentos e vinte e nove) mensais.

VIGÊNCIA: 05/11/2023 a 31/07/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 80/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: *STAMP DISTRIBUIDORA DE MALHAS LTDA*

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA REALIZAÇÃO DO ENCONTRO DA MULHER RURAL EM JAURU-MT

VIGÊNCIA: 03 DE NOVEMBRO DE 2023 ATÉ 02 DE DEZEMBRO DE 2023

VALOR: R$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 005/2022

Resumo do Terceiro Termo Aditivo do Contrato N.º 005/2022

Contratante: Câmara Municipal de Juara situada na Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.476.682/0001-00, na cidade de Juara, no Estado de Mato Grosso.

Contratado: Patrícia da Silva, engenheira civil, pessoa física, portadora da cédula de identidade nº 2871591-8 e do CPF nº 062.017.951-11, residente e domiciliada na rua Barbacena, 214-S Centro, nesta cidade de Juara/MT, Cep 78.575-000.

Do Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência previsto no Segundo Termo Aditivo firmado em 28 de abril de 2023 com vencimento em 27 de outubro de 2023.

Da Prorrogação: Pelo presente Termo Aditivo de prazo, fica prorrogado o prazo de vigência do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2022 por mais 90 (noventa) dias, passando o vencimento para o dia 26 de janeiro de 2024.

Vigência: 27/10/2023 à 26/01/2024.

DEPARTAMENTO DE LICITACAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 019/2023.

Assunto: INEXIGIBILIDADE - AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA O LABORATORIO, NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ATENDENDO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUARA/LABORATÓRIO INTERNO.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde/Hospital Municipal de Juara/MT

Contratada: EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA, inscrito com o CNPJ sob o n0 19.993.061/0001-25, residente na Rua Osvaldo Cruz 05 QD 25 LOT 05 e 06, Bairro Pico do Amor CEP: 78.065-125, no Município de Cuiabá/MT.

Valor Global: R$ 48.474,50 (quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 019/2023, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para o termo do objeto supracitado.

Juara/MT, em 07 de novembro de 2023.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

DEPARTAMENTO DE LICITACAO
EXTRATO DE CONTRATO MÊS DE OUTUBRO 2023

Extrato de Contrato nº 365/2023

Data: 02/10/2023

Vigência: 02/10/2024

Licitação: Pregão n.º 049/2023

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSCRIÇÃO TEMPORÁRIA DE LICENÇA DE FERRAMENTA TECNOLÓGICA DE AMPARO A AUDITORIAS, RECADASTRAMENTOS E ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÕES COM ACOMPANHAMENTO VIRTUAL, VOTAÇÃO E GESTÃO DE ATENDIMENTO ON-LINE COM VÁRIOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS VERTICAIS E HORIZONTAIS ILIMITADOS, ALÉM DE HORAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADO, CORRELACIONADOS E ESPECÍFICOS DE SUPORTE CONSULTIVO ADMINISTRATIVO, INCLUINDO CAPACITAÇÃO VIRTUAL E PRESENCIAL BEM COMO, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA E PERICIA VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

LOTE UNICO						
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS ITENS**	**TIPO**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR GLOBAL**
4	LICENÇA ANUAL DE SOFTWARE DE GESTÃO DE INTERAÇÃO SOCIAL, ATENDIMENTO VIRTUAL, PROCEDIMENTOS E GESTÃO DE RECADASTRAMENTOS E AUDITORIAS,	ASSINATURA 12 MESES	UNIDADE	04	99.696,00	398.784,00

Contratada: PLURALD ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 08.197.371/0001-17**, com sede** Rua Tenente Coronel Thogo da Silva Pereira, nº 1345, Goiabeiras – 78032-105 – Cuiabá – MT, neste ato representada pelo Sr. Deivis Ceslei Maggi, inscrito com CPF nº 7xx.xxx.xxx-x7 e RG 4xxxxxx2 SESP PR

Valor: R$ 398.784,00 (trezentos e noventa e oito mil setecentos e oitenta e quatro reais).

Extrato de Contrato nº 366/2023

Data: 02/10/2023

Vigência: 02/10/2024

Licitação: Tomada de Preço n.º 013/2023

Objeto: O presente Instrumento de Contrato trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO DE DIVISA EM ALVENARIA COM GRADIL DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL NO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL NO MUNICIPIO DE JUARA/MT,** em Atendimento Secretaria Municipal de Educação, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Projeto Básico e proposta vencedora anexo à **TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2023**

Contratada: AMPLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - LTDA, CNPJ n.º 30.253.890/0001-04, estabelecida na cidade de Juara, Localizada à Rua Cuiabá, nº 109, Bairro Centro – CEP 78.575-000, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pela Sr.(a) **Márcia Andréia Dos Santos Yakabe**, portador da Cédula de Identidade RG: 1xxxxxx5 SSP/MT e CPF: 0xx.xxx.xxx-x0,

Valor: R$ 254.831,37 (duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e trinta e sete centavos)

Extrato de Contrato nº 367/2023

Data: 02/10/2023

Vigência: 02/10/2024

Licitação: Pregão Presencial n.º 077/2023

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÕES DE VEÍCULOS EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS**

ITEM	CODIGO	DESCRICAO	QTDE	APRES.	V. MENSAL	V.TOTAL
1	113434	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK UP 4x2, VEICULO MISTO DE CARGA E PASSAGEIRO - TIPO PICK-UP, COMBUSTIVEL GASOLINA/ALCOOL (FLEX), PROCEDENCIA NACIONAL, COM 04 PORTAS, COM AR CONDICIONADO, DIREÇAO ELETRICA OU HIDRAULICA, 5 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, TAPETES DE BORRACHA, COM CORROCERIA ABERTA PARA TRANSPORTE DE CARGA COM CAPACIDADE MINIMA DE CAÇAMBA 683 LITROS CARGA UTIL MINIMA DE 650 KG, MOTOR COM POTENCIA MINIMA DE 1.6, COM 16V, RODAS DE ARO 15(MINIMO); CAPACIDADE MINIMA DE TANQUE DE 50 LITROS; EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA COTRAN. COM SEGURO CONTRA ROUBO, FURTO E/OU SINISTRO. LOCAÇÃO SEM LIMITES DE QUILOMETRAGEM; MANUTENCAO COM PEÇAS E SERVIÇOS POR CONTA DA CONTRATADA; MOTORISTA E DESPESAS COM ABASTECIMENTO POR CONTA DA LOCATÁRIO /CONTRATANTE.	01	12 MESES	R$ 5.300,00	R$ 63.600,00

Contratada: MARCIA ANDREIA DOS SANTOS YAKABE PASSAGENS - ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 10.231.478/0001-86, localizada à Praça dos Colonizadores, Terminal Rodoviário, Telefone (66) 3556-4090, representada pela Sra. Márcia Andreia dos Santos Yakabe, proprietária, portadora do RG nº 1xxxxxx5 SSP/MT e CPF nº 0xx.xxx.xxx-x0,

Valor: R$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais)

Extrato de Contrato nº 400/2023

Data: 19/10/2023

Vigência: 21/12/2023

Licitação: Dispensa n.º 061/2023

Objeto: É objeto desta contratação a **Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender as escolas e creches municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação**, para alunos da rede de educação básica pública, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 001/2023

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADES	PREÇOS	VALOR TOTAL
BANANA MAÇA	KILO	600,00	R$ 7,50	R$ 4.500,00
TOTAL GERAL	**R$ 4.500,00**			

Contratada: Sr. JOSE ANTONIO MARCILIO, pessoa física, agricultor inscrita com o CPF 8xx.xxx.xxx-x7 e **SDW0884485419871807220252**, na avenida Rio Grande do Sul, nº 975-s, Jardim primavera, CEP: 78.575-000, denominada **CONTRATADA**

Valor: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Extrato de Contrato nº 401/2023

Data: 19/10/2023

Vigência: 21/12/2023

Licitação: Dispensa n.º 062/2023

Objeto: É objeto desta contratação a **Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender as escolas e creches municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação**, para alunos da rede de educação básica pública, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 001/2023

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADES	PREÇOS	VALOR TOTAL
PAO CASEIRO	KILO	1.000	R$ 19,00	R$ 19.000,00
TOTAL GERAL	**R$ 19.000,00**			

Contratada: Srª. ANA MARIA DA SILVA ROSA 00499378121, pessoa jurídica, agricultor inscrita com o CNPJ sob o nº 23.440.275/0001-41 e **CAF: MT092023.04.00001343CAF**, na Chácara Bom Jesus, Rua Takeda, s/n, Zona Rural, CEP: 78.575-000, denominada **CONTRATADA**

Valor: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais)

Extrato de Contrato nº 402/2023

Data: 19/10/2023

Vigência: 21/12/2023

Licitação: Dispensa n.º 063/2023

Objeto: É objeto desta contratação a **Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender as escolas e creches municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação**, para alunos da rede de educação básica pública, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 001/2023

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADES	PREÇOS	VALOR TOTAL
BANANA MAÇA	KILO	2000	R$ 7,50	R$ 15.000,00
MELANCIA	KILO	1900	R$ 4,00	R$ 7.600,00
TOTAL GERAL	**R$ 22.600,00**			

Contratada: Sr. NELSON MARQUES BERNARDI, pessoa física, agricultor inscrito com o CPF sob o nº 9xx.xxx.xxx-x5, portador do RG de nº. 1xxxxxx-3 SSP-MT e **DAP SDW09718032711502032210002**, na Chácara dois Irmãos, MT 338 km 01, CEP: 78.570-000, no Município de Novo Horizonte do Norte/ MT, denominada **CONTRATADA**

Valor: R$ 22.600,00 (vinte e dois mil e seiscentos reais)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº062/2023/SME/MT DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº062/2023/SME/MT

Dispõe sobre remoção dos Profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Orgânica do Municipal, na Lei Complementar nº. 068/2009 e Lei nº. 9.394/ 1996 – LDB, Lei Municipal nº 1.896, de 13 de dezembro de 2007 e *Resolução Normativa nº 009/2023-CEE/MT;* em consonância com suas alterações, e, leis em vigência.

RESOLVE:

Art. 1º Considerando a necessidade de organização do quadro de recursos humanos da Secretaria de Educação, resolve estabelecer os prazos para solicitação de Remoção dos servidores entre as Escolas Municipais-para o ano de **2024.**

Art. 2º Remoção é o deslocamento, do Professor, do Técnico-Administrativo Educacional ou de Apoio Administrativo Educacional da Educação Pública Municipal, entre as Unidades de Ensino no Município dentro do ano, observada a existência de **vagas livre ou Remoção por Permuta** conforme Lei Municipal 068/2009.

Art. 3°. A abertura do pedido de **Remoção dos Profissionais para o ano de 2024** das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensinodeverá ser realizada na própria escola em horário de atendimento regular.

04/12/2023 a 08/12/2023–O profissional que pleiteia a remoção deverá preencher o requerimento (anexo) na secretaria escolar confirmando a unidade educacional para onde pretende remover-se. **11/12/2023–** A direção escolar deverá encaminhar via oficio, os requerimentos devidamente preenchidos e assinados a SME para organização do processo de atribuição.

Art. 4º. O processo de remoção será organizado, observando os seguintes procedimentos:

I. A Secretaria Municipal de Educação através Departamento de Recursos/ SME constituirá uma comissão, composta por três servidores em exercício nesta secretaria, que receberá os requerimentos e analisará as solicitações de acordo com a pontuação obtida na unidade educacional.

II. Para a reclassificação de pontos levar-se-á em conta o resultado da pontuação obtida na ficha de contagem de pontos do servidor na unidade em que estiver lotado atualmente.

Art. 5º. Nos casos de remoção por permuta conforme LC nº. 068/09, Art. 43 o profissional deverá aguardar o deferimento e/ou indeferimento no exercício do cargo.

Art. 6º. O Profissional da Educação Básica que tiver sua remoção deferida no processo de atribuição, deverá apresentar-se na unidade para o qual foi removido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Único: O profissional da educação deverá deixar organizada toda documentação e informação do cargo em exercício no local de trabalho que exerceu o último ano.

Art. 7º. Não será permitido nenhum deslocamento ou afastamento de servidor sem autorização da Secretaria Municipal de Educação a qualquer órgão, para que haja transparência e registro da vida funcional com objetivos de manter as informações na pasta do servidor.

Art. 8°. O profissional que requerer a remoção e desistir deverá solicitar por escrito o cancelamento impreterivelmente até um dia antes da etapa de atribuição de salas e ou jornada.

Paragrafo Único: O não comparecimento do servidor no ato da atribuição ou representação formal com procurador, a comissão entenderá desistência automática da solicitação requerida.

Art. 9º. Comporá a Comissão os membros abaixo, para sob a Coordenação do primeiro, possa analisar e emitir parecer nos processos referentes às solicitações de remoção.

• Lenir Maria Castanho

• Marinha Francisca da Silva

• Roneide Moraes Silva Pereira

Art. 10. Caberá à SME através do Departamento de Recursos Humanos/ Jurídico/SME acompanhar o cumprimento desta Portaria, bem como resolver os casos omissos.

Art. 11. *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Juara-MT, 07 de novembro de 2023.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação.

Portaria GP/005/2021

Anexo I

REQUERIMENTO

Eu,_____ portador (a) do RG nº _____ e CPF _____

Cargo de_____, Efetivo, junto a Secretaria Municipal de Educação, lotado (a) no ano de 2023 na _____

_____.

Respeitosamente, requerer de Vossa Senhoria concessão de **Remoção** para unidade de ensino_____.

Nestes Termos,

Peço Deferimento.

Juara – MT, _____ de_____ de 2023.

_____

Assinatura do (A) Requerente

Anexo II

REQUERIMENTO

Eu,_____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, efetivo (a), junto a Secretaria Municipal de Educação e/lotado (a) na _____

_____no cargo de_____ _____ respeitosamente requerer de Vossa Senhoria a concessão de **REMOÇÃO POR PERMUTA** com a (o) _____ portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, efetivo (a), junto a Secretaria Municipal de Educação/lotado (a) no ano de 2023 na _____

_____.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Juara – MT, _____ de _____ de 2023.

_____ Assinatura

_____

Assinatura

DEPARTAMENTO DE LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 19/ 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 19/ 2023

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é o **AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA O LABORATORIO, NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ATENDENDO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUARA/LABORATÓRIO INTERNO.**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a Contratada: **EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA**, inscrito com o CNPJ sob o n0 19.993. 061/0001-25, residente na Rua Osvaldo Cruz 05 QD 25 LOT 05 e 06, Bairro Pico do Amor CEP: 78.065-125, no Município de Cuiabá/MT.

Valor Global: R$ 48.474,50 (quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Juara - MT 07 de novembro de 2023.

Juliany Mara Gouveia de Oliveira Carlos Amadeu Sirena

Presidente Comissão Licitação Prefeito do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº063/2023 /GS/SME/MT DISPÕE SOBRE REGISTRO DE ASSIDUIDADE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

PORTARIA Nº063/2023 /GS/SME/MT

Dispõe sobre registro de Assiduidade dos Profissionais da Educação Básica.

A Secretária Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classes dos cargos de Professor e do regime/ jornada de trabalho dos cargos/funções do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino em conformidade com LDB, Lei Complementar 068/2009, Lei Complementar nº 28/2009, Decreto nº 6.094/2007, Decreto Municipal nº 1.826/2022 , Decreto Municipal nº 1.377 de 05 de julho de 2019, Decreto Municipal nº 1.392 de 21 de agosto de 2019, Lei Complementar Municipal nº 177 de 16 de setembro de 2019 e Lei nº. 14.113 de 25 de dezembro de 2020 – FUNDEB *e* leis que regulamentam a Educação Básica em consonância com suas alterações, e, leis em vigência.

***Considerando** que é dever dos chefes imediatos resguardar a assiduidade e a pontualidade de sua equipe, que provoca impacto no alcance das metas educacionais e garante a moralidade pública.*

***Considerando** que é dever dos servidores públicos manter seus dados cadastrais, de natureza pessoal e funcional, atualizados, para uma gestão eficiente e a moralidade do órgão ou entidade.*

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar o registro de assiduidade dos profissionais da Educação Básica efetivos na SME lotados nas Unidades Escolares e demais Instituições vinculadas a esta secretaria.

§ 1º O registro de assiduidade deverá ser feito no livro ponto e/ou ponto digital com encaminhamento das faltas não justificadas ao Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa/SME.

§ 2º Nos casos de uso do livro-ponto, este deverá conter termo de abertura, discriminando a finalidade, páginas numeradas e devidamente rubricadas pelo Secretário da Unidade/ou responsável geral pela unidade quando for o caso, o registro de entrada e saída do profissional, observando a jornada de trabalho diária do profissional.

§ 3º O ponto digital é registrado diariamente pelo servidor detentor de cargo na unidade e acompanhado pela gestão de cada unidade educacional, podendo solicitar via requerimento à emissão do relatório mensal, Cf. Instrução Normativa nº01/2014.

§ 4º O registro da assiduidade no ponto digital assim como no livro ponto, deve ser feito diariamente, não sendo permitido o registro antecipado e ou posterior e quanto menos o registro por pessoas não autorizadas.

§ 5º *O cadastramento do servidor ao chegar na unidade escolar é de responsabilidade do diretor escolar e do secretário escolar da unidade, bem como verificar o cadastramento junto ao setor responsável se foi realizado com sucesso.*

Art. 2º O servidor deverá cumprir integralmente a carga horária do respectivo cargo/função efetivo e/ou da contratação, bem como, o horário encaminhado para registro no ponto eletrônico no início do ano letivo para a SME.

Art. 3º Para efeito de jornada de trabalho/carga horária do professor efetivo e do quadro temporário será considerado:

Regime/Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
30 horas	20 horas	10 horas

***Parágrafo Único:** Recomenda-se aos professores que no cumprimento da jornada de trabalho semanal seja respeitado os intervalos previstos na legislação em vigência.*

Art. 4º Os professores efetivos e contratados deverão cumprir integralmente a carga horária atribuída em regência e o período destinado à hora-atividade**.**

§ 1º. Entende-se por **hora-atividade** aquelas destinadas a planejamento preparação e execução, acompanhamento sistemático da aprendizagem,

registro das avaliações interna e externa incluindo, diário online, intervenção pedagógica aos alunos com dificuldades de aprendizagem, às reuniões pedagógicas com foco no planejamento, à articulação com a comunidade e o aperfeiçoamento profissional formação continuada em grupos de estudo na escola e na rede, de acordo com a proposta pedagógica da rede municipal de ensino.

***§ 2º** As dez horas-atividades dos professores, deverá ser cumprida em horário diferente da atribuição de sala de aula, integralmente na unidade escolar e possível de outros ambientes quando organizado pela rede e/ou conforme oferta dos aperfeiçoamentos.*

***§ 3º** Quando na escola, as horas atividades será distribuída em no mínimo dois dias da semana, podendo sofrer alterações quando necessário para melhor desenvolvimento do crescimento intelectual.*

§ 4º **A hora-atividade nas escolas do campo deverá ser organizada de acordo com as especificidades das escolas** e organização da gestão.

§ 5º. O profissional da educação (professor, estando em docência ou horas atividades), (TAE, TAE-TDI, AAE – INFRAESTRUTURA /NUTRIÇÃO ESCOLAR, e Auxiliar de aluno) que se ausentar das atividades do cargo, sem comunicar imediatamente seu superior e não apresentar justificativa plausível dentro da legislação, será considerada falta injustificada, logo o gestor encaminhará a SME para as devidas providências junto a administração e se necessário ao setor jurídico.

§ 6º. Para o cumprimento da **jornada de trabalho semanal das horas atividades**, deverão observar-se as seguintes orientações:

a. Organização do planejamento quinzenal de acordo com o Plano de Ensino anual da Escola.

b. Realizar intervenção pedagógica aos alunos com dificuldades de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

c. Participação na Formação Contínua em grupos de estudo na escola, na rede e demais atividades de capacitação da Unidade Escolar e do aperfeiçoamento profissional organizado pela SME;

d. Registro Avaliativo do Processo Ensino Aprendizagem (Acompanhamento da Aprendizagem por meio dos instrumentos e avaliações internas - externas com base nos objetivos/ habilidades da BNCC, incluindo o Diário de Classe) preceituado em normas e calendário vigente;

e. Registrar semanalmente os planos pedagógicos e frequências diária dos alunos, para conclusão do preenchimento no bimestre o diário eletrônico no sistema virtual implantado na rede de acordo com o calendário letivo.

f. Atividades pedagógicas propostas pela Unidade Escolar, tais como: reuniões pedagógicas de conselho de classe por ano/turmas bimestral e atendimento a comunidade escolar, com foco no desenvolvimento integral do aluno conforme plano de ensino anual.

§ 7º A jornada de trabalho do profissional fora da regência de sala de aula, em situação de Dedicação Exclusiva (diretor, secretário escolar e coordenador pedagógico) quando realizar atendimento complementar, não efetuar desconto das horas conforme lei vigente.

Art. 5º A jornada de trabalho do profissional dos cargos/funções - Apoio Administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 6º. O profissional administrativo (Técnico Administrativo Educacional Administração Escolar/Multimeios didáticos) na função de **Secretário Escolar** em regime de dedicação exclusiva deverá organizar uma escala de atendimento em todos os turnos de funcionamento da escola, quando necessário realizar atendimento complementar sem desconto das horas conforme lei vigente.

Parágrafo Único: O profissional da educação pública em efetivo exercício nas funções de dedicação exclusiva (Direção, Coordenação Pedagógica e Secretário Escolar) será atribuído o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada, conforme Artigo 39 da Lei Complementar Nº068/2009.

Art. 7º Quaisquer ausências justificadas regulamentado Artigo 60 da LC nº68/2009 PCCs e do Artigo 136 da LC nº28/2007 Estatuto do Servidor Público e Instrução Normativa do Ponto deverá ser comprovada documentalmente e autorizada pelo chefe imediato para efeito do cumprimento da Jornada de Trabalho.

Art. 8º. Ao servidor em efetivo exercício a licença para tratamento de saúde e referente as ausências justificadas e ou não, deverá em conjunto com o gestor da unidade escolar observar as normas municipal: **Decreto Municipal nº 1.377 de 05 de julho de 2019, Decreto Municipal nº 1.392 de 21 de agosto de 2019, Lei Complementar Municipal nº 177 de 16 de setembro de 2019, LC nº68/2009 PCCs e LC nº28/2007 Estatuto do Servidor Público e Instrução Normativa do Ponto**, devendo ser comunicada imediatamente a chefia imediata, a considerar regulamentação na legislação vigente.

Art. 9º. O cumprimento integral da jornada de trabalho de todos os profissionais da educação na unidade escolar será acompanhado pela Equipe Gestora (direção, secretário escolar e coordenação pedagógica) e quando necessário encaminhado ao setor Administrativo/RH da SME.

Art.10. O profissional da educação em efetivo exercício que se ausentar das atividades do cargo jornada de trabalho, sem justificativa legal e autorização do chefe imediato, terá o dia de trabalho considerado como falta injustificada, o que implicará em desconto em seus subsídios, conforme legislação vigente.

Art. 11 A inobservância pela direção e secretário escolar, do disposto nesta portaria, poderá incorrer em responsabilização conforme legislação vigente.

Art.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa/SME.

Art. 13 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Juara, 07 de novembro de 2023.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria GP/005/2021

DEPARTAMENTO DE LICITACAO
EXTRATO ADITIVOS MES DE OUTUBRO 2023

Extrato do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 163/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal Interino, **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2.XXX.XXX-3 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **5XX.XXX.XXX-X1**, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira:N C DE OLIVEIRA FILHO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 37.281.299/0001-00, endereço Rua G7, nº 342, Quadra 03, Lote 14, Sala 01, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu proprietário o Sr. Nilton César de Oliveira Filho, inscrito no CPF/MF sob o n.º 0xx.xxx.xxx-x5, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.°1xxxxx3 SESDEC/RO,

Processo: Tomada de Preço nº 002/2022.

Objeto: O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL CONFORME CONVÊNIO Nº 883963/2019 PRO-**

CESSO Nº 60414.000838/2019-8 CELEBRADO ENTRE A UNIAO FEDERAL POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DA DEFESA - MD - DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE - DPCN E O MUNICIPIO DE JUARA/MT, em Atendimento a Secretaria Municipal de Educação

Assinatura: 03/10/2023

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 324/2023.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2.XXX.XXX-3 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **5XX.XXX.XXX-X1** denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira:pio de Juara/MT, neste ato denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa: **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS - LTDA,** inscrita no CNPJ n.º 15.984.883/0001-99, endereço Rua R5, n.118-QD R9, Setor Oeste, Cep: 74.125-070, com sede na cidade Goiânia/GO, neste ato representada pelo Srº. **Sergio Augusto V. F. Beltrão** pessoa física, brasileiro, portador da cédula de Identidade n. 4xxxxx2 DGPC/GO e do CPF n. 8xx.xxx.xxx-x9

Processo: Tomada de Preço nº 011/2023.

Objeto: Trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MELHORIA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA RIO ARINOS, PRAÇA DO BAIRRO PORTAL DAS FLORES, PRAÇA DO BAIRRO JARDIM AMERICA, PRAÇA DA AVENIDA JOSE ALVES BEZERRA, PRAÇA DA AVENIDA JOSÉ ALVES BEZERRA COM A AVENIDA BRASIL, PRAÇA AVENIDA AYRTON SENNA COM A RUA DENILSON DE BRIDA, CONTINUAÇÃO DA AVENIDA JOSÉ ALVES BEZERRA, DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE JUARA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE**

Assinatura: 10/10/2023

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 325/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal,o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2.XXX.XXX-3 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **5XX.XXX.XXX-X1**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, doravante denominado **CONTRATANTE**.

Parceira: LETICIA NASCIMENTO MORAES CONSULTORIO MEDICO - LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 47.494.239/0001-29, localizada à Rua São Benedito, nº 58, Centro – CEP 78.575-000, no Munícipio de Juara – Estado de Mato Grosso, representada pela sua proprietária a Sr.ª Letícia Nascimento Moraes, inscrita no CPF 0xx.xxx.xxx-x8 e RG 2xxxxxx-2 SESP/MT

Processo: Pregão nº 113/2022.

Objeto: O presente Instrumento trata-se da**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EM *CLINICA GERAL PARA ATENDIMENTOS NA ATENÇÃO BÁSICA E ATENDIMENTOS DE PLANTÕES* 12 HORAS ININTERRUPTAS, COM ATENDIMENTOS COMPLEMENTARES E DIARIOS *CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA UM PERÍODO DE 11 MESES*, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde**

Assinatura: 31/10/2023 Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 326/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2.XXX.XXX-3 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **5XX.XXX.XXX-X1**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**.

ParceiraAND SERVIÇOS DE SAUDE - LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 47.498.038/0001-08, localizada à Rua dos Angicos, 552, Setor Comercial, no Munícipio de Sinop – Estado de Mato Grosso, representada pela sua proprietária a Sr.ª Andreza Layane Ribeiro Batista, inscrita no CPF 1xx.xxx.xxx-x0 e RG 7xxxxx5 SDS/PE

Processo: Pregão nº 113/2022.

Objeto: Trata-se de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EM CLINICA GERAL PARA ATENDIMENTOS NA ATENÇÃO BÁSICA E ATENDIMENTOS DE PLANTÕES 12 HORAS ININTERRUPTAS, COM ATENDIMENTOS COMPLEMENTARES E DIARIOS CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA UM PERÍODO DE 11 MESES, em Atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Assinatura: 31/10/2023 Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 347/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2.XXX.XXX-3 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **5XX.XXX.XXX-X1**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**

Parceira:T FISCHER DIAS ESTRUTURA METALICA, inscrita no CNPJ n.º 42.611.894/0001-04, endereço à Rua das Hortênsias, Setor Comercial, Sinop-MT, CEP: 78.550-100, neste ato representada por seu proprietário Sr. Thiago Fischer Dias, brasileiro, empresário, portador de Cédula de Identidade RG nº 5xxxxxxx9 SJTC/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 9xx.xxx.xxx-x8

Processo:Dispensa de Licitação nº 090/2022.

Objeto: Trata-se de Trata-se de **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 04 SALAS DE AULA – FAZENDA MONTE AZUL – PROJETO FNDE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR N. 29755/2014,** em atendimento a Secretaria Municipal de Educação

Assinatura: 03/10/2023 Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 187/2023.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2.XXX.XXX-3 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **5XX.XXX.XXX-X1**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**

ParceiraCONSTRUTORA BRIDGE LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 26.827.066/0001-43, localizada à Avenida dos Expedicionários, nº 576, CEP 78.675-000, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, representada pelo Sr. André Teixeira de Freitas Silveira, inscrito com CPF 0xx.xxx.xxx-x7 e RG 8xx.xx6

Processo: Pregão Presencial nº 006/2022.

Objeto: Trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVO DE OBRA DE ARTE**

ESPECIAL PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E MEMORIAIS DESCRITIVOS DE UMA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIO DOS PEIXES NA RODOVIA ESTADUAL MT-160 NAS COORDENADAS 10º58'034"S E 57º05'15,68"W LOCALIZADO NA REGIÃO 06 DA SINFRA/MT, em atendimento a Secretaria Municipal de Transportes

Assinatura: 11/10/2023 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 268/2023.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.XXX. XXX-3 SSP/PR e do CPF nº 5XX.XXX.XXX-X1residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira CALABRIA MHG CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ n. º 02.639.244/0001-44, endereço Estrada Maria Adelina, n. 364-W, Bairro-Chácara de Recreio Lucia Maria, lote n.16, Cep: 78.575-000, com sede na cidade de Juara – Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu procurador o Sr. Marcio Henrique Giraldelli, inscrito no CPF/MF sob o n.º 5xx.xxx.xxx-x3, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.° 0xxxxxxx5-SSP/MS

Processo: Tomada de Preço nº 004/2023.

Objeto: Trata-se de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS TRECHOS NOS BAIRROS PARANAGUA PARQUE ALVORADA E CENTRO NO MUNICIPIO DE JUARA/MT, em Atendimento Secretaria Municipal Cidade

Assinatura: 25/10/2023

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 324/2023.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.XXX. XXX-3 SSP/PR e do CPF nº 5XX.XXX.XXX-X1residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS - LTDA, inscrita no CNPJ n.º 15.984.883/0001-99, endereço Rua R5, n.118- QD R9, Setor Oeste, Cep: 74.125-070, com sede na cidade Goiânia/GO, neste ato representada pelo Srº. **Sergio Augusto V. F. Beltrão** pessoa física, brasileiro, portador da cédula de Identidade n. 4xxxxx2 DGPC/GO e do CPF n. 8xx.xxx.xxx-x9.

Processo: Tomada de Preço nº 011/2023.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MELHORIA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA RIO ARINOS, PRAÇA DO BAIRRO PORTAL DAS FLORES, PRAÇA DO BAIRRO JARDIM AMERICA, PRAÇA DA AVENIDA JOSE ALVES BEZERRA, PRAÇA DA AVENIDA JOSÉ ALVES BEZERRA COM A AVENIDA BRASIL, PRAÇA AVENIDA AYRTON SENNA COM A RUA DENILSON DE BRIDA, CONTINUAÇÃO DA AVENIDA JOSÉ ALVES BEZERRA, DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE JUARA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE

Assinatura: 31/10/2023

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 185/2019.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.XXX. XXX-3 SSP/PR e do CPF nº 5XX.XXX.XXX-X1residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira VANDERLEI ANTONIO BOTTON - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.266.700/0001-58, com sede na Rua Niterói, nº. 423-N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Sr. Vanderlei Antonio Botton**,** brasileiro, empresário, portador do RG 7xx.xx0 SSP/MT e do CPF n.º 5xx.xxx.xxx-x5

Processo: Pregão nº 065/2019.

Objeto: Este instrumento tem como objetivo a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL,** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração Memorando n.º 254/2023, cujo objeto trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE E MANUTENÇÃO DE TELEFONIA FIXA, VIRTUAL, CIRCUITO DE DADOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PABX, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE SERVIÇO ADSL, INTERNET FIBRA OTICA E SERVIÇOS REFERENTES AO SISTEMA DE PONTO ELETRONICO E SERVIDOR DE PONTO ELETRÔNICO COM SUPORTE LOCAL**

Assinatura: 03/10/2023

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 262/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.XXX. XXX-3 SSP/PR e do CPF nº 5XX.XXX.XXX-X1residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira N C DE OLIVEIRA FILHO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 37.281. 299/0001-00, endereço Rua G7, nº 342, Quadra 03, Lote 14, Sala 01, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu proprietário o **Sr. Nilton César de Oliveira Filho,** inscrito no CPF/MF sob o n.º 0xx.xxx.xxx-x5, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n. °1xxxxx3 SESDEC/RO

Processo: Tomada de Preço nº 013/2022.

Objeto: Trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO 1 NO BAIRRO PORTO SEGURO EM JUARA/MT, em Atendimento Secretaria Municipal de Saúde**

Assinatura: 16/10/2023

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 268/2023.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.XXX. XXX-3 SSP/PR e do CPF nº 5XX.XXX.XXX-X1residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira CALABRIA MHG CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ n. º 02.639.244/0001-44, endereço Estrada Maria Adelina, n. 364-W, Bairro-Chácara de Recreio Lucia Maria, lote n.16, Cep: 78.575-000, com sede na cidade de Juara – Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu procurador o Sr. Marcio Henrique Giraldelli, inscrito no CPF/MF sob o n.º 5xx.xxx.xxx-x3, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.° 0xxxxxxx5-SSP/MS

Processo: Tomada de Preço nº 004/2023.

Objeto: Este instrumento tem como objeto a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL NO DISTRITO DE PARANORTE, ONDE FUNCIONARÁ A UNIDADE DA AGÊNCIA COMUNITÁRIA DE CORREIOS**, em atendimento ao Gabinete do Prefeito**,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Processo Licitatório de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 066/2020/SECAD,** e

na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição

Assinatura: 31/10/2023

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 306/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.XXX. XXX-3 SSP/PR e do CPF nº 5XX.XXX.XXX-X1residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira MINERVA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 31.668.903/0001-79, com sede à Rua Seriema Nuc Hab, CPA 4, nº 53, QUADRA 21, SALA 1, Bairro: Morada da Serra, Cuiabá-MT, CEP: 78058-146, denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo Srº Fernando Rogerio da Silva Oliveira**,** pessoa física, portador do RG nº 13xxxxx9 SSPMT, inscrito no CPF sob o nº 9xx.xxx.xxx-x4

Processo: Dispensa nº 077/2022.

Objeto: O objeto do presente instrumento refere-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA DE E-SOCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DA EFD-REINF,** em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Juara/MT

Assinatura: 05/10/2023

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2023 JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

A Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 056/2023, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº. 014/2023, cuja abertura ocorreu as 08h30 Local, do dia **07.11.2023**, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM DVERSAS VIAS URBANAS, COM DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA NOS BAIRROS VILA OPERARIA E PARQUE ALVORADA NO MUNICIPIO DE JUARA/MT, ATRAVES DA OPERAÇÃO DE CREDITO JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO Á ESTRUTURA E AO SANEAMENTO, SOB CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0621074-48,** em Atendimento Secretaria Municipal Cidade,conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **vencedora** a empresa: **M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI - EPP**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 28.836.771/0001-32, localizada à Rua Bauru, 229-W - Centro - Município de Juara/MT, devidamente representada por seu proprietário o Sr. Maiko Cleomir Brustolin, portador da Cédula de Identidade n.º 1314263-1 SSP/MT e CPF: 009.338.401-79, sendo vencedora com Valor Global de **R$ 3.197.569,06 (tres milhões cento e noventa e sete mil quinhentos e sessenta e nove reais e seis centavos).**

Juara –MT, 07 de novembro de 2023.

Juliany Mara Gouveia de Oliveira Carlos Amadeu Sirena

Presidente da CPL Prefeito do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº. 003/2023/GS/SME/MT DISPÕE SOBRE PROCESSO DE ESCOLHA DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL PARA ANO LETIVO DE 2024.

Edital Nº. 003/2023/GS/SME/MT

Dispõe sobre processo de escolha de Coordenador Pedagógico das Escolas da Rede Municipal para ano letivo de **2024.**

A Secretária Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, comunica que estão abertas as inscrições para o processo de escolha de Professores ao provimento da função de **Coordenador Pedagógico** das escolas públicas municipais nos termos da Constituição Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 6.094/2007, Lei Complementar 068/2009 e Lei Municipal nº 2.052/2009 em consonância com suas alterações, e, leis em vigência.

Resolve:

Art. 1º Determinar a abertura do Processo de Escolha de Coordenador Pedagógico nas escolas da rede municipal, para o ano letivo de 2024 conforme Lei Municipal em vigência e regulamentado nesta Portaria.

§ 1º O processo de escolha deverá ocorrer nas unidades escolares da rede Pública Municipal que possuem Gestão Própria, desde que atenda as normas de composição e números de turmas para **2024**.

Art. 2º Para concorrer à função de Coordenador Pedagógico conforme lei vigente e de acordo com esta portaria, o professor candidato deverá:

I - Comprovar formação mínima, curso de licenciatura plena, experiência docente de no mínimo, 3 (três) anos de **efetivo** exercício no Município.

II - Apresentar Proposta de Trabalho em reunião com os Profissionais da Educação da Unidade Escolar a qual se candidatou, em dia e horário marcados pela Comissão da unidade escolar.

Parágrafo Único - Poderá se inscrever para o processo de escolha de coordenação pedagógica, regulamentado por esta portaria, o professor que esteja usufruindo de licença-prêmio.

Art. 3º. A reunião de apresentação da Proposta de trabalho dos candidatos (as) a coordenação pedagógica com os profissionais da unidade escolar deverá ser registrada em Ata pela comissão.

Da Inscrição

Art. 4º. Os professores que desejam se inscrever para a função de **Coordenador Pedagógico** deverão realizar a inscrição **na própria escola,** usando o modelo de Ficha constante em anexo a esta portaria.

I. **09 e 10/11/2023 -** das 7h às 11h e das 13h às 17h - As inscrições estarão abertas nas unidades escolares para os candidatos professores lotados da **própria unidade**.

II. **13 e 14/11/2023 -** das 7h às 11h e das 13h às 17h – Não havendo candidato inscrito na unidade, as inscrições estarão abertas para os professores da **rede**, observando os critérios e normas desta Portaria.

III. Não serão aceitas inscrições fora do período determinado nesta portaria, com ressalvas nos amparos legais.

Art. 5º. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na plena aceitação das normas estabelecidas nesta portaria, e nas normas legais específicas para exercer a função estratégica de Coordenador Pedagógico.

Parágrafo único. Orienta-se aos profissionais da educação que evitem manifestação ou atos contrários à ética referentes aos candidatos, junto à comunidade escolar.

Art. 6º No ato da pré-inscrição o candidato deverá apresentar e assinar os documentos descrito no anexo II desta portaria.

Art.7º Os atuais coordenadores **eleitos e/ou designados**, detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar para o processo de escolha referente ao ano **2024.**

Art.8º. Encerrado o prazo de inscrição a Comissão da unidade escolar encaminhará oficialmente no dia seguinte, ao Departamento de Recursos Humanos/Jurídico/SME solicitação de informações da vida funcional dos

candidatos para dar sequência ao processo de análise, deferimento e ou indeferimento das inscrições.

Art. 9º A comissão da unidade escolar que conduzirá a escolha de candidato à Coordenador Pedagógico, será a mesma constituída na unidade para os processos de contagem de pontos e atribuição.

Art. 10. O Coordenador Pedagógico será eleito anualmente **pelos professores** lotados e em exercício no próprio estabelecimento, conforme preconiza a Lei em vigência.

§ 1º. Poderá votar em caso de substituição temporária de até 120 (cento e vinte) dias o titular do cargo e, em caso de sua desistência, protocolada junto a Comissão Escolar, até 24 (vinte e quatro) horas antes do pleito, votará seu substituto.

§ 2º. Comprovado o afastamento do titular do cargo, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias votará o seu substituto.

Art. 11. O processo de escolha de professor para a função dedicação exclusiva de Coordenador Pedagógico será realizado da seguinte forma:

I. O candidato a Coordenação Pedagógica deverá apresentar uma Proposta de Trabalho que atenda a estrutura das dimensões de ensino e aprendizagem do Projeto Político Pedagógico, aos Profissionais da Educação da unidade escolar, no dia definido pela comissão da unidade.

II. O Candidato que não se submeter à apresentação da Proposta de Trabalho estará automaticamente desclassificado.

III. **05/12/2023-** Escolha do professor para função de Coordenador Pedagógico em horário definido pela comissão da unidade escolar, com auxílio da cédula individual.

Art. 12. Os Coordenadores Pedagógicos eleitos para o ano de **2024** assumirão suas atividades após nomeação de ato do poder executivo.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 07 de novembro de 2023.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria GP/005/2021

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO DE COORDENAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2024

Nome:			
Data de Nasc.	Natural de		Estado
CPF	RG	Órgão Emissor	Emissão
Endereço residencial			
Bairro		Cidade/UF	CEP 78575000
Telefone(s) residencial/celular			
E-mail:			
Curso de Ensino Superior			
Instituição e Local			
Nome do Curso			
Escola a que pretende se candidatar:			
Escola			
Endereço			
Bairro		Cidade/UF	CEP 78575000
Telefone/fax			
E-mail			

Juara - MT, de de 2023.

_____

Assinatura do candidato

Anexo II

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____inscrita no RG nº _____ e CPF nº _____ candidata à Coordenação Pedagógica da

_____me comprometo a:

Cumprir o regime de dedicação exclusiva cumprindo a jornada de trabalho de 30 horas semanais com escala para atendimento nos turnos de funcionamento da unidade escolar, além disso, quando necessário realizar atendimento complementar sem desconto das horas, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada conforme Artigo 39 da Lei Complementar Nº068/2009 PCCs. Declaro ainda estar ciente e de acordo com as condições desta Portariaque trata do processo eletivo para escolha de coordenação das escolas municipais.

Ø Ter sigilo quantos aos assuntos dialogados na Escola ressaltando a ética profissional; Ø Acompanhar, orientar e registrar as eventuais ocorrências pedagógicas/processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar;

Ø Acompanhar as horas atividades dos professores, auxiliando quando necessário, propondo metodologias/práticas pedagógicas diversificadas e inovadoras;

Ø Desenvolver e coordenar elaboração e a execução do PEFE- Projeto de Estudos e de Intervenção Pedagógica dos Profissionais da instituição objetivando intervenções necessárias no processo de ensino e aprendizagem, viabilizando a formação continuada em serviço;

Ø Fomentar com todos os profissionais da instituição um perfil motivador, permeando a compreensão, respeito, autenticidade, transparência e coerência em seus atos, encorajando-os à real participação em todo processo educativo de forma criativa e responsável;

Ø Articular, acompanhar a elaboração/execução dos programas educacionais, projeto pedagógico desenvolvido na instituição;

Ø Acompanhar o planejamento do professor (plano anual da instituição, plano de aula semanal ou quinzenal, promovendo a consonância com o PPP e a BNCC Nacional).

Ø Acompanhar os instrumentos de avaliação de monitoramento da aprendizagem do aluno através das fichas, planilhas ou tabelas de observação (ficha perfil de turma e Ficha de Registro de Observação - Avaliação qualidade do ensino na Educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental Dimensão: Experiências propostas na perspectiva do desenvolvimento e acompanhamento específicos da aprendizagem com base nos objetivos e habilidades de aprendizagem da BNCC e Matriz da Alfabetização, das ações desenvolvidas pelos profissionais tornando transparente o processo de intervenção).

Ø Monitorar bimestralmente a Proposta de Trabalho (da coordenação), avaliando os aspectos positivos e negativos tendo em vista as possíveis e necessárias alterações e sua retomada.

Juara - MT, _____de _____de 2023.

_____

Assinatura do Candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
DECRETO N.º 581, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

DECRETO N.º 581, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o teor da ata da reunião extraordinária do conselho municipal dos direitos da mulher, ocorrida em 10 de maio de 2023, na qual consta a aprovação do regimento interno pelas conselheiras;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n° 868 de 10 de julho de 2006 e Lei 1.336 de 27 de março de 2012.

DECRETA

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, na forma do anexo único, que integra o presente Decreto.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 07 de novembro de 2023.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOSDA MULHER DE JUÍNA-MT - CMDM

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Artigo 1º - O Conselho Municipal da Mulher, doravante denominado CMDM, instituído pela Lei Municipal n° 868/2006, com alterações trazidas pela Lei 1.336/2012, órgão colegiado, com função deliberativa, controladora e fiscalizadora, de caráter permanente, composto por representantes da Sociedade Civil e do Governo, vinculado à Secretaria de Assistência Social, tem o seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

Art. 2º - O CMDM tem por finalidade elaborar, propor e acompanhar a implementação, em todas as esferas da administração do Município de Juína-MT, políticas públicas sob a ótica de gênero, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania, tendo seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem as seguintes competências:

I - promover a cidadania feminina e a equidade nas relações sociais de gênero, prestando assessoria aos órgãos do Poder Público, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração de projetos desenvolvidos;

II - promover e estimular ações voltadas para a capacitação profissional das mulheres;

III - promover e articular a integração dos Programas, nas diversas instâncias da Administração Pública, o que concerne às políticas públicas para a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens;

IV - implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas comprometidas com a superação dos reconceitos e desigualdades de gênero, desenvolvendo ações integradas e articuladas com as instituições governamentais e não-governamentais;

V - Estabelecer articulações com os organismos de defesa das mulheres em âmbito nacional e internacional;

VI - acompanhar e fiscalizar a legislação em vigor, exigindo o seu cumprimento, no que se refere aos direitos assegurados às mulheres;

VII - acompanhar e divulgar os trâmites dos projetos de lei que dizem respeito à condição da mulher, nas Casas Legislativas Nacional, Estadual e Municipais;

VIII - propor medidas normativas que proíbem a discriminação contra a mulher;

IX - propor medidas normativas que modifiquem, revoguem ou derroguem leis, regulamentos, usos e costumes que consistam em discriminação contra as mulheres;

X - manter permanente articulação com o movimento de mulheres e com os organismos governamentais de promoção aos direitos da mulher;

XI - divulgar as resoluções, documentos, tratados e convenções internacionais referentes às mulheres, firmados pelo Governo brasileiro, estabelecendo estratégias para sua efetividade;

XII - promover intercâmbio e firmar parcerias com organismos públicos, governamentais e não-governamentais ou privados, nacionais ou internacionais, com o intuito de implementar o programa de Ação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher do Município de Juína/MT;

XIII - praticar outros atos, pertinentes à melhoria nas condições de vida e direitos da mulher, que oficialmente lhe forem atribuídos, desde que não contrariem esta Lei e o regimento interno.

CAPÍTULO III

Da Estrutura

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Juína – MT tem a seguinte estrutura:

1 – Conselho Pleno;

2 – Presidência;

3 – Comissão Técnica Permanente e,

4 – Comissões Especiais Temporárias.

CAPITULO IV

Do Conselho

Seção I

Da Constituição e Composição do Conselho

Art.5º - O Conselho será presidido pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e será composto por todas as conselheiras, representantes da Sociedade Civil e do Governo, de forma paritária, obedecidas as disposições da Lei.

Parágrafo primeiro – As suplentes poderão ser convocadas para as reuniões do Conselho e passarão à condição de titulares nos casos de vacância ou impedimento das conselheiras efetivas.

Parágrafo segundo – Mesmo que não convocadas para condição de titular, as suplentes poderão participar das reuniões do Conselho juntamente com a titular, porém terão direito a apenas um voto.

Art.6º- O Conselho terá assegurado, em sua composição, a representação de diversas expressões de movimento organizado de mulheres, como por exemplo: redes feministas, organizações não-governamentais – ONGs, fóruns regionais de mulheres negras, de portadoras de necessidades

especiais, grupos organizados de mulheres jovens de terceira idade, de trabalhadoras rurais, da comunidade acadêmica, núcleos de estudos de gênero das universidades/faculdades, Instituições de classe, sindicatos, partidos políticos, dentre outros setores comprometidos com a promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens.

Parágrafo único – Caberá ao Conselho conduzir a composição do Conselho subsequente, observando que a indicação deverá ser precedida de processo de consulta amplo e público às instituições referidas no caput deste artigo.

Art.7º- O mandato das Conselheiras será de 2 (dois) anos, podendo haver recondução por apenas uma vez.

Art.8º- A Conselheira que não comparecer no período de um ano a 3 (três) reuniões consecutivas e/ou a 5(cinco) intercaladas, sem justificativa regis-

trada em ata, deixará de integrar o Conselho, sendo substituída pela suplente, que se integrará ao Conselho até o final do mandato para o qual foi nomeada a titular. A Conselheira dispensada será notificada formalmente.

Seção II

Do Funcionamento do Conselho

Art.9º- O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação da Presidente, ou extraordinariamente, em decorrência de requerimento subscrito pela maioria absoluta de Conselheiras ou da Presidente.

Parágrafo Primeiro – As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas, por escrito, notificando-se via e-mail ou aplicativo de mensagens, as conselheiras;

Parágrafo Segundo – As reuniões serão realizadas com a presença de no mínimo, a metade mais 1 (um) de Conselheiras sendo admissível uma tolerância de 15 (quinze) minutos para que o quórum seja alcançado.

Art.10 - As deliberações do Conselho, observado o quórum estabelecido Parágrafo Segundo, do art. 9º, serão tomadas por maioria simples de suas integrantes, mediante votação específica para cada matéria, e as decisões serão registradas em ata devidamente assinada pelas conselheiras presentes.

Art.11 - O Conselho exercerá suas funções, decidindo acerca de:

I - aprovação dos planos anual e plurianual das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

II - proposta de alteração do Regimento Interno;

III- pedidos de licença e de substituição de Conselheiras;

IV- matérias que lhe sejam encaminhadas e digam respeito à mulher, observadas a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

V- ratificação de convênios, protocolos e acordos com órgãos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados;

VI- instituição de comissões temáticas.

Seção III

Atribuições das Conselheiras

Art.12 - São atribuições das Conselheiras:

I- participar e votar nas reuniões;

II- relatar matérias em estudo;

III- propor e requerer esclarecimentos que sirvam à apreciação de matérias em estudo;

IV- promover e apoiar o intercâmbio e a articulação entre as instituições governamentais e privadas, no âmbito das áreas de atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

V- acompanhar a implementação de políticas públicas de gênero;

VI- encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher as demandas da população feminina;

VII- atuar na sensibilização e mobilização da sociedade para promover a eliminação dos preconceitos e discriminação contra a mulher;

VIII- propor a instituição de comissões de temáticas;

IX- participar das Comissões ou Câmaras Técnicas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

X- desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pela Presidente;

XI- praticar os demais atos necessários ao cumprimento das finalidades do Conselho.

CAPÍTULO V

Da Diretoria

Seção I

Da Constituição e Competência

Art.13 - A Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será eleita para um mandato de 2 (dois) anos escolhidas dentre as demais Conselheiras integrantes do Conselho, podendo ser reconduzida por mais um mandato pelo mesmo período.

Art.14 – A Presidente, em seus afastamentos legais, ausências e impedimentos, será substituída pela Vice – presidente, no impedimento desta, pela Secretária geral ou uma Conselheira, escolhida pela Presidente e referendada pelo Conselho, sucessivamente;

Art.15 – À Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, compete:

I – presidir o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, coordenando e supervisionando as suas atividades;

II - presidir e coordenar as reuniões plenárias do Conselho;

III - assegurar a permanente integração dos órgãos representados no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

IV - representar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher ou se fazer representar perante autoridades municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como em eventos estaduais, nacionais e internacionais;

V - requisitar recursos humanos e materiais necessários à execução dos trabalhos do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

VI - propor a criação de comissões formadas por representantes de Secretarias Municipais e órgãos vinculados, com o objetivo de viabilizar a implementação de políticas de gênero na estrutura governamental;

VII - sugerir estudos e medidas que visem à melhoria da execução do controle social por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

VIII - propor a contratação de especialistas;

IX - solicitar a designação de pessoal para compor o quadro de funcionários da Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

X - zelar pela observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos nas esferas municipal, estadual e federal;

XI - comunicar, diretamente aos órgãos do Poder Executivo Municipal e demais autoridades representativas, as recomendações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, solicitando as providências necessárias;

XII – expedir, “ad referendum” do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em situação de urgência;

XIII - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;

Art.16 – À Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, compete:

I – substituir a Presidente em seus impedimentos ou ausências;

II – auxiliar a Presidente no cumprimento de suas atribuições;

III- assessorar a Presidente quanto à emissão de pareceres em matérias relativas à mulher, propondo os encaminhamentos cabíveis aos órgãos competentes;

IV- propor à Presidente articulações políticas com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais visando ao apoio e à ampliação dos Programas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, bem como a obtenção de recursos financeiros para esses fins;

Art. 17 - A Secretaria será responsável para operacionalizar ações do conselho, quais sejam:

I – substituir a Presidente e a Vice-Presidente em seus impedimentos ou ausências;

II- assessorar a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no desempenho de suas funções;

III- manter articulação com as Conselheiras, informando-as sobre o trabalho do Conselho;

IV- providenciar o atendimento das consultas formuladas pelo Poder Público ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

V - praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher que lhe foram oficialmente atribuídos.

CAPÍTULO VII

Das Conselheiras

Artigo 18 – O Plenário é órgão de deliberação máxima do CMM, constituído pelas conselheiras titulares, e na ausência destas pelas respectivas suplentes, sendo presidido pela Mesa Diretora.

Artigo 19 - Compete às Conselheiras, individualmente:

I - comparecer às reuniões e manifestar sua opinião sobre as matérias em discussão;

II - estudar e relatar matérias que lhe forem estabelecidas pelo Plenário, no prazo solicitado;

III - propor e requerer esclarecimentos que sirvam à melhor apreciação das matérias em estudo.

IV - apresentar ao Plenário, matérias de interesse da instituição que representa, como também outras demandas da população feminina;

V - expressar, através do voto, a sua decisão nos debates e discussões do Conselho;

VI - desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pela Presidente ou pelo Conselho Municipal da Mulher;

VII - propor a formação de Comissões para estudo e proposta de matérias para apreciação do Plenário;

VIII - participar das reuniões das Comissões que apresentem interesse para o bom desempenho de suas atividades no Conselho Municipal da Mulher com direito a voz;

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 20 – O exercício da função de Conselheira é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

Art. 21 – O presente Regimento Interno somente poderá ser alterado mediante proposta fundamentada e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho;

Art. 22 – Os casos omissos serão dirimidos por deliberação do Plenário do CMDM;

Art. 23 – O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação por órgão oficial.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.24 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Juína, 10 de maio de 2023.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO JUINA N. 003-2023

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2023

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

A **Prefeitura Municipal de Juina**, Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. Prefeito Paulo Augusto Veronese, torna público, que se encontram abertas as inscrições para o **Processo Seletivo**, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis, para contratação temporária e formação de cadastro de reserva para as funções constantes na tabela do item 1.2, todos regidos pelo Regime Estatutário (Lei Municipal nº 1022/2008) e LDBEN N° 9.394/1996 - LEI das Diretrizes e Base da Educação Nacional.

O **Processo Seletivo nº 003/2023** será regido pelas instruções especiais constantes do presente edital, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal, Estadual e Municipal, vigentes e pertinentes, e em especial as Leis Municipais nº 1.397/2012 , 1.399/2012 e 1702/2017

O prazo de validade do Processo Seletivo, será de 01 (Um) ano.

A Comissão deste Processo Seletivo foi nomeada através da Portaria nº 7.448/2023, composta por seus membros Luciana Szulczewski, Rosilene Nunes de Oliveira, Thaila Daniella dos Santos Hellwich, Elani dos Anjos Lobato e Juscelene Ferreira de Souza Amarrilha.

A organização, a aplicação e a correção das provas do Processo Seletivo serão de responsabilidade do **Instituto Nacional Especializado em Pesquisa e Apoio aos Municípios - INEPAM**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 47.825.555/0001-36, cuja definição das regras são as seguintes:

1 – DAS FUNÇÕES

1.1 O Processo Seletivo destina-se à contratação temporária para demandas eventuais para as funções previstas no item 1.2 deste edital, observada as necessidades de contratação e ordem de classificação que ficarão sujeitos à normatização emitida pela Prefeitura Municipal.

1.2 As funções, vagas, carga horária, salários, requisitos de escolaridade estão estabelecidos na tabela que segue:

Ensino Fundamental

Funções	Vagas	Carga Horária	Salário Base	Requisitos	Taxa de Inscrição
Técnico em Alimentação Escolar – Linha 04 – E.R.M. Euclides da Cunha, E.M. Vinícius de Morais Distrito de Fontanillas – E.R.M. Cora Coralina – Fazenda Amália e Linha Rio Preto – Sala Anexa da E.R.M. Euclides da Cunha.	CR	40 Horas Semanais	R$ 1.473,39	Ensino Fundamental Completo	R$ 25,00
Técnico em Alimentação Escolar - Zona Rural E.R.M Álvares de Azevedo – Distrito de Terra Roxa	01 + CR	40 Horas Semanais	R$ 1.473,39	Ensino Fundamental Completo	R$ 25,00
Técnico em Alimentação Escolar - Zona Rural E.R.M. Osvaldo Cruz – Distrito de Filadélfia	01 + CR	40 Horas Semanais	R$ 1.473,39	Ensino Fundamental Completo	R$ 25,00
Técnico em Alimentação Escolar - Zona Urbana	08 + CR	40 Horas Semanais	R$ 1.473,39	Ensino Fundamental Completo	R$ 25,00
Técnico em Manutenção de Infraestrutura – Linha 04 – E.R.M. Euclides da Cunha, E.M. Vinícius de Morais Distrito de Fontanillas – E.R.M. Cora Coralina – Fazenda Amália e Linha Rio Preto – Sala Anexa da E.R.M. Euclides da Cunha.	02 + CR	40 Horas Semanais	R$ 1.473,39	Ensino Fundamental Completo	R$ 25,00

Técnico em Manutenção de Infraestrutura – Zona Rural E.R.M Álvares de Azevedo – Distrito de Terra Roxa	01 + CR	40 Horas Semanais	R$ 1. 473,39	Ensino Fundamental Completo	R$ 25,00
Técnica em Manutenção de Infraestrutura – Zona Rural E.R.M. Osvaldo Cruz – Distrito de Filadélfia	02 + CR	40 Horas Semanais	R$ 1. 473,39	Ensino Fundamental Completo	R$ 25,00
Técnico em Manutenção de Infraestrutura – Zona Urbana	10 + CR	40 Horas Semanais	R$ 1. 473,39	Ensino Fundamental completo	R$ 25,00
Técnico em Transporte Escolar – Linha 04 – E.R.M. Euclides da Cunha, E.M. Vinícius de Morais Distrito de Fontanillas – E.R.M. Cora Coralina – Fazenda Amália e Linha Rio Preto – Sala Anexa da E.R.M. Euclides da Cunha.	CR	40 Horas Semanais	R$ 2. 064,54	Ensino Fundamental Completo, CNH categoria “D “ e curso de condutor de veículo escolar.	R$ 25,00
Técnico em Transporte Escolar - Zona Rural E.R.M Álvares de Azevedo – Distrito de Terra Roxa	CR	40 Horas Semanais	R$ 2. 064,54	Ensino Fundamental Completo, CNH categoria “D “ e curso de condutor de veículo escolar..	R$ 25,00
Técnico em Transporte Escolar - Zona Rural E.R.M. Osvaldo Cruz – Distrito de Filadélfia	02 + CR	40 Horas Semanais	R$ 2. 064,54	Ensino Fundamental Completo, CNH categoria “D “ e curso de condutor de veículo escolar.	R$ 25,00
Técnico em Transporte Escolar - Zona Urbana	02 + CR	40 Horas Semanais	R$ 2. 064,54	Ensino Fundamental Completo, CNH categoria “D “ e curso de condutor de veículo escolar.	R$ 25,00

Ensino Médio

Auxiliar Pedagógico - Linha 04 – E.R.M. Euclides da Cunha, Distrito de Fontanillas – E.R.M. Cora Coralina – Fazenda Amália e Linha Rio Preto – Sala Anexa da E.R.M. Euclides da Cunha.	CR	20 Horas Semanais	R$ 1. 473,39	Ensino Médio Completo	R$ 25,00
Auxiliar Pedagógico - Zona Rural E.R.M Álvares de Azevedo – Distrito de Terra Roxa	CR	20 Horas Semanais	R$ 1. 473,39	Ensino Médio Completo	R$ 25,00
Auxiliar Pedagógico - Zona Rural E.R.M. Osvaldo Cruz – Distrito de Filadélfia	CR	20 Horas Semanais	R$ 1. 473,39	Ensino Médio Completo	R$ 25,00
Auxiliar Pedagógico – Zona Urbana	10 + CR	20 Horas Semanais	R$ 1. 473,39	Ensino Médio Completo	R$ 25,00
Técnico em Gestão Escolar - Zona Rural E.R.M Álvares de Azevedo – Distrito de Terra Roxa	CR	40 Horas Semanais	R$ 1. 799,80	Ensino Médio Completo	R$ 25,00
Técnico em Gestão Escolar - Zona Rural E.R.M. Osvaldo Cruz – Distrito de Filadélfia	CR	40 Horas Semanais	R$ 1. 799,80	Ensino Médio Completo	R$ 25,00
Técnico em Gestão Escolar - Zona Urbana	01 + CR	40 Horas Semanais	R$ 1. 799,80	Ensino Médio Completo	R$ 25,00

Ensino Superior

Professor de Ciências – Zona Urbana	CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Ciências Biológicas	R$ 50,00
Professor de Educação Física – Zona Urbana	CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Educação Física	R$ 50,00
Professor de Geografia – Zona Urbana	CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Geografia	R$ 50,00
Professor de História – Zona Urbana	CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em História	R$ 50,00
Professor de Letras / Português / Inglês / Artes – Zona Urbana	CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Letras com habilitação em Inglês	R$ 50,00
Professor de Matemática – Zona Urbana	CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Matemática	R$ 50,00
Professor Pedagogo - Linha 04 – E.R.M. Euclides da Cunha, Distrito de Fontanillas – E.R.M. Cora Coralina – Fazenda Amália e Linha Rio Preto – Sala Anexa da E.R.M. Euclides da Cunha.	02 + CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Pedagogia	R$ 50,00
Professor Pedagogo - Zona Rural E.R.M Álvares de Azevedo – Distrito de Terra Roxa	02 + CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Pedagogia	R$ 50,00
Professor Pedagogo - Zona Rural E.R.M. Osvaldo Cruz – Distrito de Filadélfia	01 + CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Pedagogia	R$ 50,00
Professor Pedagogo – Zona Urbana	50 + CR	30 Horas Semanais	R$ 3. 944,35	Graduação Superior - Licenciatura em Pedagogia	R$ 50,00

Legenda:

* CR – Cadastro Reserva de vagas;

* Inscrições para candidatos com deficiência observar o item III deste edital.

1.3 Os salários das funções têm como base a Lei Municipal 1399/2012 e tabela atualizada vigente.

1.4 As atribuições das funções constam no Anexo I do presente edital.

1.5 A jornada semanal de trabalho para cada função é a prevista no quadro do subitem 1.2 e os horários de trabalho serão definidos a critério da Prefeitura Municipal, em função da natureza do cargo, atividades, plantões, escalas, atendendo as necessidades da Administração e o interesse público.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das normas e condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do Processo Seletivo, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.1.1 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o Processo Seletivo.

2.2 A inscrição deverá ser efetuada **das 10 horas do dia 22/11/2023 às 16 horas do dia 30/11/2023 -** horário oficial do Mato Grosso **(período em que a 2ª via do boleto estará disponível),** exclusivamente pela internet no site www.inepam.org.br.

2.2.1 No ato da inscrição o candidato deverá indicar a função pretendida, devendo observar o item 4.8.

2.2.2 Em hipótese alguma o candidato poderá realizar mais de uma prova, exceto se não houver espaço físico disponível no município e as provas forem aplicadas em horário diferente.

2.2.2.1 Após a efetivação da inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a troca da função pretendida.

2.2.3 Não será permitida inscrição por meio bancário, pelos Correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4 O candidato, ao se inscrever, deverá ter conhecimento dos requisitos exigidos a seguir, comprovando-os na data da convocação:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições de lei, no caso de estrangeiros;

b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e não ter atingido, na data da posse, a idade para aposentadoria compulsória;

c) quando do sexo masculino, estar em dia com as obrigações militares;

d) estar no gozo dos direitos políticos;

e) possuir o nível de escolaridade exigida para a função pública e, quando for o caso, habilitação profissional formal para o desenvolvimento das atribuições inerentes à função;

f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovada em avaliação médica.

g) ter sido habilitado previamente neste Processo Seletivo;

h) apresentar outros documentos exigidos por lei;

2.5 O pagamento do boleto de inscrição deverá ser feito em qualquer agência bancária ou casas lotéricas até o dia **01/12/2023**.

2.5.1 Se, por qualquer razão, o cheque usado para pagamento do boleto de inscrição for devolvido ou efetuado pagamento a menos do valor da taxa, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada.

2.5.2 Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pela ECT (correios), fac-símile, transferência eletrônica, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta-corrente, condicional ou fora do período de inscrições ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital.

2.5.2.1 O pagamento por agendamento somente será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período de inscrições.

2.5.3 O não atendimento aos procedimentos estabelecidos nos itens anteriores implicará o cancelamento da inscrição do candidato, verificada a irregularidade a qualquer tempo.

2.5.4 Para o pagamento da taxa de inscrição, somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado no ato da inscrição e pago até a data de seu vencimento.

2.5.5 A efetivação da inscrição somente ocorrerá após a confirmação, pelo banco, do pagamento do boleto referente à taxa.

2.5.5.1 Caso seja detectada falta de informação, o candidato deverá solicitar a correção através do site www.inepam.org.br, opção fale conosco → assunto: correção de cadastro do candidato e preencher os campos obrigatórios.

2.5.6 Quando do preenchimento dos dados para inscrição, se o candidato não informar seu e-mail, não receberá as informações referentes ao andamento do Processo Seletivo pelo mesmo.

2.5.7 O acompanhamento das publicações e divulgações referentes ao presente processo seletivo são de responsabilidade exclusiva do candidato.

2.6 É recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a função e aplicação das provas.

2.6.1 Considera-se inscrição efetivada aquela devidamente paga de acordo com o estabelecido no item 2.5 deste Capítulo.

2.7 O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfizer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, consequentemente, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.8 As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Prefeitura do Município de Juína o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que preenchê-la com dados incorretos ou que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

2.9 No ato da inscrição, não serão solicitados os documentos comprobatórios constantes no item 2.4, sendo obrigatória a sua comprovação quando da convocação, sob pena de exclusão do candidato do Processo Seletivo.

2.9.1 Não deverá ser enviada à Prefeitura Municipal de Juína ou ao INEPAM qualquer cópia de documento, exceto os documentos de deficiente, conforme previsto neste edital.

2.9.2 Não haverá devolução de importância paga, ainda que pago fora do período de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto se o Processo Seletivo não se realizar ou pagamento em duplicidade.

2.10 Para inscrever-se, o candidato deverá, durante o período das inscrições:

a) acessar o site www.inepam.org.br;

b) localizar no site o “link” correlato ao Processo Seletivo;

c) ler, na íntegra, o respectivo Edital e preencher total e corretamente a ficha de inscrição;

d) transmitir os dados da inscrição;

e) imprimir o boleto bancário;

f) efetuar o correspondente pagamento da taxa de inscrição de acordo com o item 2.5 deste Capítulo.

2.11 A Prefeitura Municipal de Juína reserva-se no direito de verificar a veracidade das informações prestadas pelo requerente.

2.11.1 Caso alguma das informações seja inverídica, a Prefeitura Municipal de Juína indeferirá o pedido, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais cabíveis.

2.11.2 As informações prestadas pelo requerente são de sua inteira responsabilidade, podendo a Prefeitura Municipal de Juína utilizá-las em qualquer época, no amparo de seus direitos, bem como nos dos demais candidatos, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.12 Às 16 horas (horário de Mato Grosso) do último dia do período das inscrições, A FICHA DE INSCRIÇÃO E O BOLETO BANCÁRIO, INCLUSIVE 2ª VIA, NÃO ESTARÃO MAIS DISPONÍVEIS NO SITE.

2.13 O descumprimento das instruções para inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.

2.14 A Prefeitura Municipal de Juína e o INEPAM não se responsabilizam por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.15 O candidato que necessitar de condições especiais, inclusive prova braile, prova ampliada, etc., deverá, no período das inscrições, encaminhar por SEDEX ao INEPAM solicitação contendo nome completo, RG, CPF, telefone(s) e os recursos necessários para a realização da(s) prova(s), indicando, no envelope, o Processo Seletivo para o qual está inscrito.

2.15.1 O candidato que não o fizer, durante o período das inscrições e conforme o estabelecido no Capítulo III, não terá a sua prova especial preparada ou as condições especiais providenciadas.

2.15.2 O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da(s) prova(s) ficará sujeito à análise da viabilidade e razoabilidade do solicitado.

2.16 Para efeito dos prazos estipulados neste Capítulo será considerada a data da postagem fixada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

2.17 O candidato com deficiência deverá observar ainda o Capítulo III – DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA.

Da Isenção do valor da Taxa de Inscrição

2.18 Ficará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato integrante de família de baixa renda inscrita no Cadastro Único do Município.

2.19 O candidato que preencher as condições para isenção deverá realizar a solicitação obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) acessar o site www.inepam.org.br a partir das 10h00min do dia 22/11/2023 (horário oficial do Mato Grosso).

b) preencher total e corretamente a ficha de inscrição, bem como inserir o número do (NIS) existente na base do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico;

c) entregar até o dia 22/11/2023, nos seguintes horários: das 07h às 11h período matutino, das 13h às 17h período vespertino (horário oficial do Mato Grosso), no departamento de RH da Prefeitura. Indicando no envelope: Processo Seletivo nº 003/2023 da Prefeitura Municipal de Juína – isenção do valor da taxa inscrição e inserir os seguintes documentos:

c1) Anexo V deste edital devidamente preenchido;

c2) cópia do boleto não pago;

c3) folha resumo do cadastro único que pode ser retirado no cadastro único anexo à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Juína.

2.20 Não serão aceitos documentos encaminhados por outro meio que não seja o previsto na letra “c” do item 2.19.

2.21 O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado a partir das 19hs do dia 24 de novembro de 2023 (horário oficial do Mato Grosso) no site www.inepam.org.br.

2.22 O candidato que desejar interpor recurso contra o indeferimento da solicitação deverá fazê-lo através do site www.inepam.org.br, no fale conosco → recurso do indeferimento de isenção, no dia 27/11/2023.

2.23 O resultado do recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção do valor de pagamento da taxa de inscrição será realizada no dia 29/11/2023.

2.24 O candidato com isenção concedida terá a inscrição automaticamente efetivada.

2.25 O candidato que tiver a solicitação de isenção e desejar participar do processo seletivo deverá acessar novamente o site www.inepam.org.br e imprimir a 2ª via do boleto, valor da taxa de inscrição plena. Respeitando o item **2.12** deste edital. conforme Cronograma – Anexo VII deste Edital.

3 – DA PARTICIPAÇÃO DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

3.1 Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei n° 7.853/1989 é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.2 Consideram-se pessoas com deficiência, aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4° do Decreto Federal n° 3.298/1999 e pessoa com visão monocular, conforme Súmula 377/2009 do STJ.

3.3 Em obediência ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir durante o prazo de validade do presente Processo Seletivo, observando a compatibilidade da deficiência com as atividades essenciais da função pública.

3.3.1 No caso do percentual de que trata o "caput" deste artigo, se a fração do número for inferior a 0,5 (cinco décimos), o número será desprezado, não se reservando vagas para pessoas com deficiência e se a fração do número for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o número será arredondado, de modo que o número de vagas destinadas às pessoas com deficiência seja igual ao número inteiro subsequente.

3.4 Não havendo candidatos com deficiência, aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observando-se a ordem de classificação, para os aprovados.

3.5 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal n° 9.508/2018, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios deverão ser requeridos por escrito durante o período de inscrições.

3.6 O candidato com deficiência, no período de inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item II deste Edital, deverá enviar envelope pela ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) via SEDEX, conforme modelo abaixo constante na letra "c" deste item, com as seguintes informações:

a) relatório médico (com data dentro dos 30 (trinta) dias anteriores ao prazo final do período das inscrições) original ou cópia autenticada atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência e, caso necessário, informar a necessidade especial para realização da prova, conforme item 2.15.

b) dados pessoais: nome completo, RG e CPF constantes no relatório médico.

c) Anexo III, preenchido e devidamente identificado e fundamentado.

Modelo do envelope (via sedex)

AO INEPAM

Processo Seletivo nº 003/2023.

Prefeitura Municipal de JUÍNA/MT

Função: _____

Participação de Candidato Portador de Deficiência

Rua Carlos Trecenti, nº 340, Sala 02 – Vila Santa Cecília – CEP: 18.683-214 – Lençóis Paulista – SP

3.6.1 Para efeito do prazo estipulado no item 3.6, será considerada a data de postagem na ECT.

3.6.2 O tempo para a realização da(s) prova(s) a que os candidatos deficientes serão submetidos, desde que requerido justificadamente, poderá ser diferente daquele previsto para os demais candidatos, levando-se em conta o grau de dificuldade apresentado em decorrência da deficiência.

3.7 O candidato que, no ato da inscrição, não declarar ser deficiente ou aquele que se declarar e não atender ao solicitado no item 3.6, não será considerado PCD - Pessoa com Deficiência.

3.8 O candidato convocado inscrito como deficiente que atender ao disposto neste edital, será convocado pela Prefeitura Municipal, em época oportuna, para perícia médica a fim de verificar a configuração e a compatibilidade da deficiência.

3.9 Não ocorrendo inscrição no Processo Seletivo ou aprovação de candidatos com deficiência será elaborada somente a Lista de Classificação Definitiva Geral.

3.10 Será desclassificado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer à perícia médica e/ou aquele que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições da função, mesmo que submetidos e habilitados em quaisquer das etapas do Processo Seletivo.

3.11 A condição de deficiente após a contratação não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

3.12 Os documentos encaminhados fora da forma e dos prazos estipulados neste Capítulo não serão conhecidos.

4 – DAS PROVAS

4.1 O Processo Seletivo realizar-se-á através de **provas objetivas** de caráter eliminatório e classificatório para todas as funções, **prova prática** de caráter eliminatório e classificatório para a função de Técnico em transporte escolar, **prova de títulos** de caráter classificatório para as funções de Professor de Ciências – Zona Urbana, Professor de Educação Física – Zona Urbana, Professor de Geografia – Zona Urbana, Professor de História – Zona Urbana, Professor de Letras / Português / Inglês / Artes – Zona Urbana, Professor de Matemática – Zona Urbana, Professor Pedagogo - Linha 04 – E.R.M. Euclides da Cunha, Distrito de Fontanillas – E.R.M. Cora Coralina – Fazenda Amália e Linha Rio Preto – Sala Anexa da E.R.M. Euclides da Cunha, Professor Pedagogo - Zona Rural E.R.M Álvares de Azevedo – Distrito de Terra Roxa, Professor Pedagogo - Zona Rural E.R.M. Osvaldo Cruz – Distrito de Filadélfia, Professor Pedagogo – Zona Urbana.

4.2 O candidato que se inscrever para mais de 01 (uma) função deverá observar o disposto no subitem 2.2.2.

4.3 A divulgação do local e horário das provas deverá ser acompanhada pelo candidato por meio de Edital de Convocação a ser disponibilizado no Mural da Prefeitura Municipal de Juína e nos sites www.inepam.org.br e www.juina.mt.gov.br, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

4.3.1 Eventualmente, se, por qualquer que seja o motivo, o nome do candidato não constar na Lista de Inscrito para as provas, esse deverá entrar com recurso conforme previsto no item 8.2 deste edital.

4.3.2 Ocorrendo o caso constante do item 4.3.1, poderá o candidato participar do Processo Seletivo e realizar a(s) prova(s) se apresentar o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, devendo, para tanto, preencher, datar e assinar, no dia da(s) prova(s), formulário específico.

4.3.3 A inclusão de que trata este item será realizada de forma condicional, sujeita à posterior verificação da regularidade da referida inscrição.

4.3.4 Constatada eventual irregularidade na inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, sem direito à reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

4.4 O candidato somente poderá realizar a(s) prova(s) na data, horário e local definido, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

4.5 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado cadastral, deverá solicitar através do site www.inepam.org.br, escolher a opção fale conosco, correção de cadastro do candidato e preencher os dados obrigatórios.

4.5.1 O candidato que não atender aos termos do item 4.5 deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.

4.6 São de responsabilidade do candidato, inclusive no que diz respeito aos seus dados pessoais, a verificação e a conferência do material entregue para a realização das provas.

4.7 No dia da realização da prova, caso o candidato queira fazer alguma reclamação ou sugestão, deverá procurar a sala de coordenação no local em que estiver prestando as provas.

4.8 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) não comparecer as provas, conforme convocação divulgada no Mural da Prefeitura Municipal de Juína e nos sites www.inepam.org.br e www.juina.mt.gov.br, seja qual for o motivo alegado;

b) apresentar-se fora de local, sala, turma, data e horário estabelecidos no Edital de Convocação;

c) não apresentar o documento de identificação conforme o previsto na alínea “b” do item 4.13;

d) ausentar-se, durante o processo, da sala ou do local de prova (s) sem o acompanhamento de um fiscal;

e) estiver, durante a aplicação da (s) prova(s), fazendo uso de calculadora, relógio com calculadora e/ou agenda eletrônica ou similar;

f) estiver, no local de prova(s), portando qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação, ligados;

g) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazendo uso de material não permitido para a realização das provas;

h) lançar meios ilícitos para a realização das provas;

i) não devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas;

j) estiver portando arma, ainda que possua o respectivo porte;

k) durante o processo, não atender a quaisquer das disposições estabelecidas neste Edital;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

m) agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas;

n) retirar-se do local de prova (s) antes de decorrido o tempo mínimo de permanência.

o) não comparecer as provas por problemas de saúde.

Da Prova Objetiva

4.9 A **prova objetiva**, para todas as funções, visa avaliar o grau de conhecimento teórico do candidato, necessário ao desempenho da função.

4.10 A prova objetiva, será realizada no dia 17/12/2023, a partir das 09h00min (horário oficial do Mato Grosso), horário em que serão fechados os portões.

4.10.1 A convocação e confirmação da data e local de realização da Prova será divulgada no mural da Prefeitura Municipal de Juína e nos sites www.inepam.org.br e www.juina.mt.gov.br, conforme Cronograma deste Processo Seletivo – Anexo VII.

4.10.2 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em domingos ou feriados. O acompanhamento da divulgação da data da prova é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.11 A prova objetiva será composta de questões de múltipla escolha, com 05 alternativas cada uma, e será elaborada de acordo com o conteúdo programático constante do Anexo II, conforme quadro abaixo:

Função	Prova	Quantidade de Questões
Todas as Funções	Português Matemática Conhecimentos Específicos	05 05 10

4.12 A duração da prova objetiva será de 02 (duas) horas.

4.13 O candidato deverá comparecer ao local designado para a (s) prova(s), constante do Edital de Convocação, com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto para seu início, munido de:

a) caneta esferográfica de material transparente de tinta de cor azul ou preta, lápis preto e borracha macia; e;

b) original de um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação, expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97, Passaporte, Carteiras de Identidade expedidas pelas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

4.13.1 Somente será admitido na sala ou local de prova(s) o candidato que apresentar um dos documentos discriminados na alínea "b" do item 4.13 deste Capítulo e desde que permita, com clareza, a sua identificação.

4.13.2 O candidato que não apresentar o documento, conforme a alínea "b" do item 4.13 deste Capítulo, não fará a(s) prova(s), sendo considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo.

4.13.3 Não serão aceitos documentos eletrônicos, protocolos, cópia simples ou autenticada, boletim de ocorrência, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital, inclusive carteira funcional de ordem pública ou privada.

4.14 Os portões serão fechados impreterivelmente no horário estabelecido para realização da(s) prova(s).

4.15 Não será admitido na sala ou no local de provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

4.16 Durante a(s) prova(s) objetiva(s), não serão permitidas qualquer espécie de consulta a códigos, livros, manuais, impressos, anotações e/ou outro tipo de pesquisa, utilização de outro material não fornecido pelo INEPAM, de relógio, telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico, protetor auricular, boné, gorro, chapéu e óculos de sol.

4.17 O telefone celular e/ou qualquer equipamento eletrônico, deverá ser desligado antes de entrar no prédio de aplicação e, durante a aplicação das provas, deverão permanecer desligados no chão ou dentro da bolsa até a saída da sala, sob pena de eliminação do candidato.

4.17.1 Será imediatamente desclassificado o candidato que for identificado portando celular e/ou qualquer equipamento eletrônico durante o período de aplicação da prova.

4.18 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato, nem aplicação das provas fora do local, sala, turma, data e horário pré-estabelecidos.

4.19 O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de provas sem o acompanhamento de um fiscal.

4.20 Em caso de necessidade de **amamentação** durante as provas objetivas a candidata deverá levar um acompanhante maior de idade, devidamente comprovada, que ficará em local reservado para tal finalidade e será responsável pela criança.

4.20.1 Para tanto, a candidata deverá solicitar antecipadamente através do e-mail candidato@inepam.org.br, inserir no assunto: Solicitação – Amamentação – Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Juína.

4.20.2 O INEPAM não se responsabiliza pela criança no caso de a candidata não levar o acompanhante, podendo, inclusive, ocasionar a sua eliminação do processo.

4.20.3 No momento da amamentação, a candidata deverá ser acompanhada por uma fiscal, sem a presença do responsável pela criança.

4.20.3.1 A candidata, neste momento, deverá fechar seu caderno de prova, se for o caso, e deixá-lo sobre a carteira.

4.20.3.2 O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.

4.20.4 Excetuada a situação prevista no item 4.20 deste Capítulo, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante, inclusive criança, nas dependências do local de realização das provas, podendo ocasionar inclusive a não participação do candidato no Processo Seletivo.

4.21 Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala ou local de provas. Exceto no caso descrito no subitem **4.20.3.2**.

4.22 É reservado ao INEPAM e à Prefeitura Municipal de Juína, caso julgue necessário, o direito de utilizar detector de metais durante a aplicação das provas.

4.23 O horário de início da(s) prova(s) será (ão) definido(s) em cada sala de aplicação, após os devidos esclarecimentos sobre sua aplicação.

4.24 Para a realização da prova objetiva, o candidato receberá a folha de respostas e o caderno de questões da prova objetiva.

4.25 É de responsabilidade do candidato a leitura das instruções contidas na folha de respostas e no caderno de questões da prova objetiva, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

4.26 A folha de respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção.

4.26.1 O candidato deverá transcrever as respostas para a folha de respostas, com caneta esferográfica de material transparente de tinta de cor azul ou preta, bem como assinar no campo apropriado.

4.26.2 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

4.26.3 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, sob pena de acarretar prejuízo ao desempenho do candidato.

4.26.4 Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

4.27 O candidato que tenha solicitado fiscal transcritor, provas em braile ou ampliada, deverá indicar os alvéolos a serem preenchidos pelo fiscal designado para tal finalidade.

4.28 O candidato somente poderá retirar-se da sala de aplicação da(s) prova(s) objetiva depois de transcorrido 01 (uma) hora de duração, levando consigo somente o caderno de prova.

4.28.1 Após o término do prazo previsto para a duração da prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar respondendo questão da prova objetiva ou procedendo à transcrição para a folha de respostas.

4.29 Ao final da prova o candidato deverá entregar, devidamente assinada, a folha de reposta ao fiscal da sala, sob pena de desclassificação.

4.30 Os 03 (três) últimos candidatos presentes nas salas de aplicação da(s) prova(s) deverão aguardar o fechamento dos envelopes das provas e demais documentos e assiná-los.

4.31 O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no www.juina.mt.gov.br e no site www.inepam.org.br, conforme Anexo VII – Cronograma do Processo Seletivo.

4.32 Para realização da prova deverá ser observado, também, o Capítulo V – DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DA HABILITAÇÃO.

Das Provas Práticas

4.33 A prova prática, de caráter classificatório e eliminatório, será aplicada aos candidatos aprovados na prova objetiva para a função de Técnico em Transporte Escolar.

4.33.1 A convocação para realização da prova prática será divulgada no mural da Prefeitura de Juína e no site www.inepam.org.br, conforme Anexo VII – Cronograma do Processo Seletivo.

4.34 Os candidatos não receberão convocações individuais via ECT (Correio), portanto, é de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das divulgações realizadas no mural da Prefeitura de Juína e no site www.inepam.org.br.

4.35 Não haverá a possibilidade de solicitação por parte dos candidatos de realização de Prova Prática em data, horário ou local diferente do estabelecido na Convocação.

4.35.1 Não haverá segunda chamada ou repetição da prova prática, importando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação, seja qual for o motivo alegado.

4.35.2 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas práticas em virtude de afastamento do candidato do local de prova.

4.36 Os candidatos convocados para a Prova Prática deverão apresentar-se na data, local e horário definido no Edital de Convocação da referida prova portando a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia nos termos da Lei nº 9.503/97) na categoria exigida para operar o veículo utilizado.

4.36.1 O candidato convocado para prova prática deve comparecer ao local designado no dia e horário previamente estabelecidos, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. Após o horário estabelecido na convocação, não será aceito retardatário em hipótese alguma.

4.37 Durante a realização da Prova Prática os candidatos ficarão terminantemente proibidos de utilizar qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios do tipo data-bank, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova. Caso o candidato seja flagrado fazendo a utilização destes materiais, será caracterizado como tentativa de fraude e implicará na eliminação do candidato deste Processo Seletivo.

4.38 Serão desclassificados os candidatos que:

a) não se apresentarem para a realização da Prova Prática;

b) não apresentar a CNH na categoria exigida para operar o veículo utilizado;

c) não puderem realizar a prova por qualquer que seja o motivo;

d) retirar-se do local de prova sem autorização expressa do responsável pela aplicação;

e) não auferir a nota mínima de 50 (cinquenta) pontos na prova prática.

4.39 Os materiais e equipamentos para realização das provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura de Juína e, quando do encerramento da prova, deverão ser devolvidos pelo candidato e entregues ao avaliador.

4.40 A Prova Prática visará avaliar por meio de demonstração prática os conhecimentos e as habilidades do candidato no desempenho das atividades inerentes a função de acordo com o Conteúdo Programático – Anexo II do Edital.

4.41 Os critérios de avaliação serão feitos através do manuseio feito pelo candidato.

4.41.1 A aplicação da prova prática será aplicada através de faltas cometidas conforme descrição abaixo:

I - FALTAS (ELIMINATÓRIAS) (-55 PONTOS)

- Desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória;

- Avançar sobre o meio-fio;

- Não colocar o veículo na área balizada em, no máximo, três tentativas, no tempo estabelecido;

- Avançar sobre o balizamento demarcado quando do estacionamento do veículo na vaga;

- Transitar em contramão de direção;

- Não completar a realização de todas as etapas do exame;

- Avançar a via preferencial;

- Provocar acidente durante a realização do exame;

- Exceder velocidade regulamentada para a via;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

II – FALTAS GRAVES (-30 PONTOS)

- Desobedecer a sinalização da via ou ao agente de autoridade de trânsito;

- Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;

- Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;

- Manter a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o processo do exame ou parte dele;

- Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;

- Não usar devidamente o cinto de segurança;

- Perder o controle da direção do veículo em movimento;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

III – FALTAS MÉDIAS (-20 PONTOS)

- Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar com freio de mão inteiramente livre;

- Trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo ou do clima;

- Interromper o funcionamento do veículo, sem justa razão, após o início do exame;

- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;

- Fazer conversão incorretamente;

- Desengrenar o veículo nos declives;

- Colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias;

- Usar o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens;

- Entrar nas curvas com engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;

- Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta durante o percurso;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

IV – FALTAS LEVES (-10 PONTOS)

- Provocar movimentos irregulares no veículo sem motivo justificado;

- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;

- Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;

- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado ou em movimento;

- Utilizar ou interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;

- Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;

- Tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza leve.

4.42 Para realização da Prova Prática será utilizado um ônibus, VW 15 190 man, ano 2022. Os critérios de avaliação serão feitos através do manuseio feito pelo candidato.

Da Prova de Títulos

4.43 Os candidatos inscritos para todas as funções de Professor que apresentarem títulos deverão entregá-los no mesmo dia e local da realização da Prova Objetiva.

4.44 A entrega, será efetuada na abertura dos portões até o encerramento das provas. Após o respectivo período, os documentos não serão aceitos.

4.45 O candidato que for protocolar os documentos da Prova de Títulos deverá entregá-los preenchido e assinados conforme item 4.52 e no período de prova correspondente à função.

4.46 Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação dos títulos.

TÍTULOS ACADÊMICOS

Título	Valor Unitário	Comprovante
STRICTU SENSU - Título de doutor na área em que concorre ou em área relacionada, concluído até a data da apresentação dos títulos	05	Diploma devidamente registrado ou ata da apresentação da defesa de tese, ou declaração/certificado de conclusão de curso expedido por instituição oficial, em papel timbrado da instituição, contendo data, assinatura e nome do responsável pelo documento e reconhecido pelo MEC.
STRICTU SENSU – Título de Mestre na área em que concorre ou em área relacionada, concluído até a data da apresentação dos títulos.	03	Diploma devidamente registrado ou apresentação da dissertação de mestrado, ou declaração/certificado de conclusão de curso expedido pela instituição oficial, em papel timbrado da instituição contendo data, assinatura e nome do responsável pelo documento e reconhecido pelo MEC.
LATO SENSU – Certificado de Pós-graduação – duração mínima de 360 horas, na área em que concorre	02	Certificado de Pós-Graduação MBA, especialização devidamente registrado pelo órgão expedidor, impresso em papel timbrado da instituição, contendo data, assinatura e nome do responsável pelo documento/livro de registro e reconhecido pelo MEC.

ou em área relacionada, concluído até a data da apresentação dos títulos.		

4.47 A pontuação máxima da prova de títulos será de 05 (cinco) pontos, podendo o candidato apresentar apenas um título de cada grau de formação (Doutorado, Mestrado e Pós-Graduação lato sensu), sendo que será pontuado apenas o título com a maior pontuação.

4.48 Serão analisados apenas os títulos acadêmicos apresentados conforme previsto neste item.

4.49 Quando a documentação estiver relacionada a certificados ou diplomas de cursos, estes deverão ser apresentados mediante cópia frente e verso, devidamente autenticadas em cartório.

4.50 Caso o candidato ainda não detenha a posse de seu diploma de mestrado e/ou doutorado, deverá apresentar em seu lugar a ata de dissertação e a ata de defesa de tese.

4.51 O título de curso realizado no exterior somente será considerado válido se o documento estiver traduzido para o Português por tradutor juramentado e em conformidade com as normas estabelecidas na Resolução nº 01 de 03/04/2001 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

4.52 No ato de entrega de títulos o candidato deverá entregar, completamente preenchido (inclusive o número de inscrição) e assinado, o formulário constante do Anexo IV deste Edital. Juntamente com o formulário preenchido, deverá ser apresentada cópia autenticada ou assinada eletronicamente de cada título declarado conforme descrito neste item, sob pena de não ter o documento recebido pela banca examinadora.

4.52.1 O preenchimento incorreto do formulário constante no Anexo IV deste Edital causará a anulação da Nota de Títulos.

4.53 Caso o candidato apresente outra via (recibo) do formulário constante no Anexo IV, este deverá estar preenchido da mesma forma que a via de protocolo, sob pena de não ser recebido pela banca.

4.54 Somente serão recebidos documentos que sejam cópias autenticadas ou assinados eletronicamente.

4.54.1 Não serão recebidos / analisados os documentos originais e as cópias simples.

4.55 É vedada a pontuação de qualquer curso/documento que não preencher todas as condições previstas neste capítulo.

4.56 O protocolo da relação de títulos, somente terá recibo se o candidato levar uma segunda via do formulário de entrega de títulos impresso. Levando a segunda via do formulário impresso, o mesmo irá constar a assinatura/carimbo do responsável pelo recebimento dos documentos, que será entregue ao candidato após o recebimento.

4.57 Entregue a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

4.58 Em hipótese alguma serão recebidos títulos apresentados fora do prazo, período, local e horário estabelecidos ou em desacordo com o disposto neste capítulo.

4.59 Se comprovada, em qualquer tempo, a irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos constantes da tabela apresentada no Anexo IV, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e, comprovada a culpa deste, será excluído do processo seletivo.

4.60 A análise dos títulos será feita pela INEPAM.

5 – DO JULGAMENTO DAS PROVAS E HABILITAÇÃO

5.1 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 a 100 pontos.

5.1.2 A nota da prova objetiva será obtida pela fórmula:

NP = NA x 100

TQ

Onde:

NP = Nota da prova

NA = Número de acertos

TQ = Total de questões da prova

5.1.3 Serão aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

5.1.4 O candidato que não obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na prova objetiva será eliminado do Processo Seletivo.

5.1.5 A prova de títulos, de caráter classificatório, será considerada somente dos candidatos aprovados na prova objetiva.

5.1.6 A prova prática para a função de Técnico em Transporte Escolar, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada aos aprovados na prova objetiva, conforme previsto no item **4.33** e **5.1.4**.

6 – DA PONTUAÇÃO FINAL

6.1 A pontuação final dos candidatos aprovados será a soma das notas obtidas nas provas realizadas pelo candidato.

7 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1 Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da pontuação final.

7.2 Em caso de igualdade da pontuação final serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato:

a) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no art. 27, Parágrafo Único da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

b) Maior tempo de efetivo exercício, nos últimos 10 (dez) anos, nas atribuições da função pretendida, em Entidades Públicas ou Privadas;

c) Maior número de filhos menores de 18 (dezoito) anos;

d) Maior idade;

e) que obtiver maior pontuação na prova de títulos;

f) que obtiver maior pontuação nas questões específicas;

g) que obtiver maior pontuação nas questões de língua portuguesa;

h) que obtiver maior pontuação nas questões de matemática;

i) Maior quantidade de participação em júri.

j) Persistindo o empate, será realizado sorteio público, em data a ser previamente informada pela Comissão Especial.

7.3 Os candidatos que atendam as alíneas "b" e "c" do item **7.2**, no período de inscrição, além de observar os demais itens deste Edital, deverá enviar envelope pela ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) via SEDEX, com as seguintes informações:

a) Descrição do envelope:

À INEPAM

Processo Seletivo nº 003/2023

Prefeitura Municipal de Juína -MT

Função: _____

Documentos para critério de desempate

Rua Carlos Trecenti, 340 – Vila Santa Cecília – CEP: 18.683-214 - Lençóis Paulista - SP

b) para comprovação do critério previsto na alínea "b" do item 7.2 (maior tempo de efetivo exercício, nos últimos 10 (dez) anos, nas atribuições da função pretendida, em entidades públicas ou privadas), deverá ser enviado dentro do envelope o Anexo VI preenchido corretamente, sob pena de ter o tempo de serviço desconsiderado para o critério de desempate;

b.1) para comprovação do critério de tempo de efetivo exercício ENTIDADES PÚBLICAS, deverá juntar ao Anexo VI o comprovante emitido mediante certidão de tempo de serviço, atestado ou declaração (em dias de trabalho), devidamente expedidos em papel timbrado do órgão oficial emitente, com assinatura do diretor ou responsável, contendo expressamente o campo de atuação;

b.2) Para comprovação do critério de tempo de efetivo exercício ENTIDADES PRIVADAS deverá juntar ao Anexo VI cópia do registro na carteira profissional com a identificação do campo de atuação;

b.2.1) Quando o registro na carteira profissional não identificar o campo de atuação e dias de trabalho, o candidato deverá entregar, juntamente com a cópia a que se refere o item do caput, atestado ou declaração do empregador, expedido (a) em papel timbrado da empresa, com assinatura do responsável legal, identificando o campo de atuação.

b.3) Os comprovantes previstos nos itens" b.1", "b.2", sob pena de ser desconsiderado, deverão comprovar o tempo de serviço em dias de trabalho para que seja possível comprovar o maior tempo de serviço do candidato, conforme previsto no art. 25 da Lei Municipal nº 1.702/2017.

b.4) No caso de tempos de serviço concomitantes, assim entendido o tempo de efetivo exercício simultaneamente com outro tempo num determinado período, será considerado apenas um deles.

b.5) Para efeitos de verificação da concomitância dos tempos de efetivo exercício serão consideradas as datas de exercício dos mesmos.

c) Para comprovação do critério previsto na alínea "c" do item 7.2 (quantidade de filhos menores de 18 (dezoito) anos) deverá ser enviada dentro do envelope cópia autenticada da certidão de nascimento que comprova a filiação.

7.4 Somente serão recebidos documentos que sejam originais, cópias autenticadas ou assinados eletronicamente;

7.5 Em hipótese alguma serão recebidos documentos apresentados fora do prazo, local ou forma estabelecida.

7.6 Os candidatos classificados serão enumerados, por função, em duas listas, sendo uma geral (todos os candidatos aprovados) e outra especial (candidatos deficientes aprovados), se for o caso.

8 – DOS RECURSOS

8.1 O prazo para interposição de recurso será nos prazos previstos no Anexo VII deste Edital.

8.2 Em caso de interposição de recurso, o candidato deverá acessar o site www.inepam.org.br → fale conosco → escolher assunto: "Recurso" e:

8.2.1 Escolher o tipo de recurso:

a) Da Publicação do Edital;

b) Da Divulgação da Lista de Inscritos;

c) Da Divulgação dos Gabaritos e Caderno de Prova;

d) Da Divulgação da Classificação / Notas.

8.2.2 Preencher os dados obrigatórios e enviar. Do envio, será emitido recibo eletrônico.

8.2.2.1 Para os demais atos não elencados nos itens acima, divulgados ou publicados, o prazo para apresentação de recurso será de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de divulgação e/ou publicação.

8.2.3 Os recursos são enviados e recebidos eletronicamente, portanto, serão analisados somente os preenchidos corretamente.

8.2.4 O recurso especificado no “caput” deste item não será aceito por meio de fac-símile, e-mail, protocolado, pessoalmente ou por qualquer outro meio, exceto o previsto neste Capítulo.

8.3 Quando o recurso se referir ao gabarito da prova objetiva, deverá ser elaborado de forma individualizada, ou seja, 01 (um) recurso para cada questão e a decisão será tomada mediante parecer técnico da Banca Examinadora.

8.3.1 No caso de provimento do recurso interposto dentro das especificações, esse poderá, eventualmente, alterar a nota/classificação inicial obtida pelo candidato para uma nota/classificação superior ou inferior, ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para habilitação.

8.3.2 A decisão do deferimento ou indeferimento de recurso contra o gabarito e contra o resultado das diversas etapas do Processo Seletivo será publicada no Mural da Prefeitura Municipal Juina/MT e nos sites www.inepam.org.br e www.juina.mt.gov.br.

8.3.3 O gabarito divulgado poderá ser alterado em função da análise dos recursos interpostos e, caso haja anulação ou alteração de gabarito, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

8.4 A pontuação relativa à (s) questão (ões) anulada(s) será atribuída a todos os candidatos presentes na respectiva prova.

8.5 No caso de recurso em pendência à época da realização de alguma das etapas do Processo Seletivo, o candidato poderá participar condicionalmente da etapa seguinte.

8.6 A Comissão deste Processo Seletivo, nomeada através da Portaria 7.448/2023, constitui última instância para os recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

8.7 O recurso interposto fora da forma e dos prazos estipulados neste Edital não será conhecido, bem como não será conhecido aquele que não apresentar fundamentação e embasamento, ou aquele que não atender às instruções constantes no item 8.2.

8.8 Não será aceito pedido de revisão de recurso e/ou recurso de recurso e/ou pedido de reconsideração.

8.9 Somente serão considerados os recursos interpostos para a fase a que se referem e no prazo estipulado, não sendo aceito, portanto, recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso daquele em andamento. O candidato que não interpuser recurso no prazo mencionado será responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

8.10 A interposição de recursos não obsta o regular andamento das demais fases deste Processo Seletivo.

9 – DA CONTRATAÇÃO

9.1 Após a homologação do resultado final do Processo Seletivo a Prefeitura Municipal de Juína responsabilizar-se-á pela divulgação de acordo com a legislação municipal vigente.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada no Mural da Prefeitura Municipal de Juína – MT e nos sites www.inepam.org.br e www.juina.mt.gov.br.

10.2 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Processo Seletivo e embora tenha obtido aprovação, levará a sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos os atos decorrentes da sua inscrição.

10.3 Ao INEPAM e a Prefeitura Municipal de Juína não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Processo Seletivo.

10.4 O candidato que necessitar atualizar seus dados pessoais e / ou endereço residencial, poderá fazê-lo conforme item 2.4.5.1 deste edital, até a data de publicação da homologação dos resultados, e após esta data, junto a Prefeitura Municipal de Juína/MT, localizada na Travessa Emanuel, nº 33 – Juína/MT, ou enviar a documentação via SEDEX com AR, para o mesmo endereço, aos cuidados do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

10.5 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações será comunicada no Mural da Prefeitura Municipal de Juína – MT e nos sites www.inepam.org.br e www.juina.mt.gov.br.

10.6 Os casos omissos serão resolvidos pela comissão do Processo Seletivo, conjuntamente com o INEPAM.

10.7 A inexatidão e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

10.8 Caberá a Prefeitura Municipal de Juína a homologação deste Processo Seletivo.

10.9 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital e alterações, posteriores não serão objetos de avaliação da(s) prova(s) neste Processo Seletivo.

10.10 As informações sobre o presente Processo Seletivo serão prestadas pelo e-mail candidato@inepam.org.br (colocar no assunto: Processo Seletivo nº 003/2023 da Prefeitura Municipal de Juína, sendo que após a homologação as informações serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Juína.

10.11 A Prefeitura Municipal de Juína e o INEPAM se eximem das despesas decorrentes de viagens e estadias dos candidatos para comparecimento a qualquer fase deste Processo Seletivo e de documentos/objetos esquecido ou danificados no local ou sala de prova (s).

10.12 A Prefeitura Municipal de Juína e o INEPAM não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato, decorrentes de:

a) endereço não atualizado;

b) endereço de difícil acesso;

c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

d) correspondência recebida por terceiros.

10.13 A Prefeitura Municipal de Juína e o INEPAM não emitirão Declaração de Aprovação no Processo Seletivo, sendo a própria publicação documento hábil para fins de comprovação da aprovação.

10.14 Todas as convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Processo Seletivo serão divulgados no Mural da Prefeitura Municipal Juína e nos sites www.inepam.org.br e www.juina.mt.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

10.15 Toda menção a horário neste Edital e em outros atos dele decorrentes terá como referência o horário oficial do Mato Grosso.

10.16 Após o ato de Homologação do Processo Seletivo, as Folhas de Respostas serão encaminhadas a Prefeitura Municipal, devendo ser arquivadas, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

10.17 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, a qualquer tempo, a Prefeitura Municipal de Juína poderá anular a inscrição, prova (s) ou contratação do candidato, verificadas falsidades de declaração ou irregularidade no Certame.

10.18 O candidato será considerado desistente e excluído do Processo Seletivo quando não comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou manifestar sua desistência por escrito.

10.19 Salvo as exceções previstas no presente edital, durante a realização de qualquer prova e/ou fase deste Processo Seletivo não será permitida a permanência de acompanhantes, terceiros ou candidatos que realizaram ou realizarão prova e/ou fase nos locais de aplicação, seja qual for o motivo alegado.

10.20 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará na obrigatoriedade de sua convocação, cabendo a Prefeitura Municipal o direito de preencher somente o número de vagas, de acordo com as necessidades da Administração, disponibilidade financeira e obediência a Lei de Responsabilidade Fiscal.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Juína, 07 dia de novembro de 2023.

Paulo Augusto Veronese

Prefeito Municipal

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

AUXILIAR PEDAGÓGICO

Compreende ações que se destinam ao trabalho diretamente ligado a crianças de 0 a 6 anos, juntamente com professor, executando as tarefas essenciais às atribuições típicas a esta Lei e no Regimento Interno da Unidade Escolar.

PROFESSOR

Composto das atribuições inerentes às atividades de docência, de coordenação e de direção de unidade escolar.

TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição que requeiram formação em nível de ensino fundamental.

TÉCNICO EM GESTÃO ESCOLAR

Compostos de atribuições inerentes às atividades de administração escolar e outras que exijam formação mínima de Ensino Médio.

TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA

Composto de atribuições inerentes às atividades de manutenção de infraestrutura, limpeza, vigilância, segurança que requeiram formação em nível de ensino fundamental.

TÉCNICO EM TRANSPORTE ESCOLAR

Composto de atribuições inerentes às atividades de transporte de alunos, da zona rural para a zona urbana, de acordo com a LEI Nº 1.934, DE 06 DE JULHO DE 2020 e apoio na logística da Secretaria de Educação e Cultura, que requeiram formação em nível de ensino fundamental.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS

Funções de Ensino Fundamental

Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Significado das palavras. Identificação de vogais e consoantes. Escritas corretas.

Matemática: Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Juros simples. Sistema métrico decimal: unidades de medida (comprimento, massa e capacidade); transformações de unidades. Razão e proporção.

Funções de Ensino Médio e Técnico

Língua Portuguesa: Fonema. Sílaba. Ortografia. Classes de Palavras: substantivo, adjetivo, preposição, conjunção, advérbio, verbo, pronome, numeral, interjeição e artigo. Acentuação. Concordância nominal. Concordância Verbal. Sinais de Pontuação. Uso da Crase. Colocação dos pronomes nas frases. Análise Sintática Período Simples e Composto. Figuras de Linguagem. Interpretação de Textos.

Matemática: Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores. Razão e Proporção. Porcentagem. Juros Simples. Conjunto de números reais. Fatoração de expressão algébrica. Expressão algébrica – operações. Expressões algébricas fracionárias – operações – simplificação. MDC e MMC. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume: unidades de medida; transformações de unidades. Estatística: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Noções de probabilidade e análise combinatória.

Funções de Ensino Superior

Língua Portuguesa: Fonema. Sílaba. Ortografia. Classes de Palavras: substantivo, adjetivo, preposição, conjunção, advérbio, verbo, pronome, numeral, interjeição e artigo. Acentuação. Concordância nominal. Concordância Verbal. Sinais de Pontuação. Uso da Crase. Colocação dos pronomes nas frases. Análise Sintática Período Simples e Composto. Figuras de Linguagem. Interpretação de Textos.

Matemática: Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores. Razão e Proporção. Porcentagem. Juros Simples. Conjunto de números reais. Fatoração de expressão algébrica. Expressão algébrica – operações. Expressões algébricas fracionárias – operações – simplificação. MDC e MMC. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume: unidades de medida; transformações de unidades. Estatística: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Noções de probabilidade e análise combinatória.

Conteúdo para todos profissionais da educação

Fundamentos da educação; História da Educação; Filosofia da Educação; Psicologia da Educação; Cotidiano Escolar; Escola e família; Projeto Político Pedagógico; Processo de Avaliação Educacional; Trabalho Coletivo; Trabalho Interdisciplinar; Pedagogia de projetos; Didática e Metodologia do Ensino; Progressão Continuada; Psicologia da Aprendizagem; Educação Inclusiva; Educação Contemporânea; Educação e Tecnologia; Tecnologia na sala de aula e na Escola; Formação Continuada de professores; Ensino no Brasil e no Mundo; Processo de Escolarização: sucessos e fracassos; Evasão e Repetência: causas, consequências e alternativas; Políticas Educacionais Brasileiras; Gestão Educacional (Gestão Participativa e Participação Comunitária); Formas Inovadoras e Clássicas de Avaliação; Plano de Aula; Autores renomados da Educação: história, pensamento, metodologias e contribuições; Teorias de Aprendizagem; Currículo; Cidadania; Desenvolvimento cognitivo dos alunos; Desenvolvimento social dos alunos; Desenvolvimento cultural dos alunos; Desenvolvimento afetivo dos alunos; Função social da escola e do professor; Avaliação por competências; Ensino condizente com a realidade do aluno; Recuperação; Relação entre professor e aluno; Estudos/notícias/teses/reportagens atualizados sobre educação (últimos 12 meses); Correção de fluxo; Papel do professor de classe, do professor coordenador e do diretor.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos. Campinas, Ed.

Papirus, 2005.ARNOSTI, Rebeca Possobom. Escola de educadores: a dimensão (socio)afetiva na identidade do professor. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello (orgs). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. – Porto Alegre: Penso, 2015.BEISIEGEL, Celso de Rui. Paulo Freire. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. CALVO, Alfredo Hernando. Viagem à escola do século XXI: assim trabalham os colégios mais inovadores do mundo. – 1ª ed. – São Paulo, SP: Fundação Telefônica Vivo, 2016.CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. CARIA, Alcir de Souza. Projeto político-pedagógico: em busca de novos sentidos. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. - (Educação cidadã ; 7).CARVALHO, José Sérgio Fonseca. José Mário Azanha. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan. -abr. 2012.CECCON, Claudia [et al.]. Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. – São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. – 15ª ed. – Cortez Editora.CRUZ, Ana Cristina Juvenal da (Org); REIS, Monique Priscila de Abreu. Metodologias de trabalho em educação das relações étnico raciais. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.DANTAS, Heloysa; OLIVEIRA, Marta Kohl de; TAILLE, Yves de La. Piaget,Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. – 27ª ed. – São Paulo:Summus, 2016.DAVID, Célia Maria [et al]. Desafios contemporâneos da educação. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação. Brasília/DF, 2004.DOUG, Lemov. Aula nota 10: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência. – 4ª ed. - São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.DOURADO, Luiz Fernando (Coordenador); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.DUBREUCQ, Francine. Jean-Ovide Decroly. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.FILLOUX, Jean-Claude. Émile Durkheim. Tradução: Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 1996.Educando com a ajuda das Neurociências: cartilha do Educador. Projeto Atenção Brasil – Um retrato atual da criança e do adolescente. – Instituto Glia Cognição e Desenvolvimento, 2010.FADEL, Luciane Maria [et al] (orgs.). Gamificação na educação. - São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.FERNANDES, Cláudia de Oliveira. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.FLORENTINO, Adilson. Fundamentos da educação 1 para licenciaturas. v.1. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler – em três artigos que se completam. – 21ª ed. – Cortez Editora. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).GATTI, Bernardete Angelina. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. - Brasília: UNESCO, 2011.GRATIOT-ALFANDÉRY, Hélène. Henri Wallon. Tradução e organização: PatríciaJunqueira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.HAMELINE, Daniel. Édouard Claparède. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. – 1ª ed. - São Paulo: Ática, 2011. (Educação).HEILAND, Helmut. Friedrich Fröbel. Tradução: Ivanise Monfredini. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.HERNANDÉZ, Fernando. Transgressão e mu-

dança na educação: os projetos de trabalho. – Editora Artmed.HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora - uma prática em construção dapré-escola à universidade. – 33ª ed. - Porto Alegre: Mediação, 2014.IVIC, Ivan. Lev Semionovich Vygotsky. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.JÚNIOR, Claudio Roberto Ribeiro. O desafio de ser um professor reflexivo noséculo XXI. – Sorocaba, 2015. KARNAL, Leandro. Conversas com um jovem professor. – São Paulo: Contexto, 2012.LEGRAND, Louis. Célestin Freinet. Tradução e organização: José Gabriel Perissé. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.LEONE, Naiara Mendonça. A inserção no exercício da docência: necessidades formativas de professores em seus anos iniciais. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. -Porto Alegre: Artmed, 2002.LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas ressignificadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos. Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. - São Paulo: Alínea, 2005.LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. cap 1.LIBÂNEO, José Carlos. Didática. – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2013.LISBOA, Marcia. Jogos para uma aprendizagem significativa: com música,teatro, dança, artes visuais e movimento: valorizando as múltiplas inteligências.– Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia (org.). Avaliação educacional: desatando e reatando nós. – Salvador: EDUFBA, 2009.LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições. - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.MALI, Taylor. Um bom professor faz toda a diferença. Tradução de Leila Couceiro. - Rio de Janeiro: Sextante, 2013.MARIN, Alda Junqueira; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). Didática: teoria e pesquisa. – 2ª ed.- Araraquara/SP: Junqueira & Marin; Ceará: UECE, 2018.MARQUES, Luciana Rosa. A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas. – Recife: O autor, 2005.MONTESSORI, Maria. Pedagogia científica: a descoberta da criança. Tradução de Aury Azélio Brunetti. - Editora Flamboyant, 1965.MONTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. – 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2006.MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. – 2ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2000.MUNARI, Alberto. Jean Piaget. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.PERRENOUD, Philip. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.PINHO, Sheila Zambello de [et al.]. Ser e tornar-se professor: práticas educativas no contexto escolar. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2012.QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. Fundamentos sócio filosóficos da educação. – Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.REGO, Teresa Cristina. Vygotsky : uma perspectiva histórico-cultural da educação. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. – (Educação e conhecimento)RÖHRS, Hermann. Maria Montessori. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.SANTOS, Arlete Ramos dos; OLIVEIRA, Julia Maria da Silva; COELHO, Lívia Andrade (orgs.). Educação e sua diversidade. – Ilhéus, BA: Editus, 2017.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. A busca do tema gerador na práxis da educação Popular. – Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira (orgs.). Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SOËTARD, Michel. Johann Pestalozzi. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.SOUZA, Edlaine Fernanda Aragon de. Metodologias de trabalho em educação das relações étnico-raciais. - Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.TENÓRIO, Robinson Moreira; SILVA, Reginaldo de Souza (org.). Capacitação docente e responsabilidade social: aportes pluridisciplinares. - Salvador: EDUFBA, 2010.VALLE, Tânia Gracy Martins do; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi (org.). Aprendizagem e comportamento humano. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.VALDEMARIN, Vera Teresa (org.). Pesquisa em educação: método e modosde fazer. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos paraelaboração e realização. – 24ª ed. – São Paulo: Libertad Editora, 2014.VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e Linguagem. – 4ª ed. – SãoPaulo: Martins Fontes, 2008.VIGOTSKY, Lev Semenovitch. A construção do pensamento e da linguagem. - São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Psicologia e pedagogia).WEISZ, Telma – O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. - 1ª ed. - SãoPaulo: Ática, 2011.WESTBROOK, Robert B. John Dewey. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Tradução: Ernani F. da F. Rosa; revisão técnica: Nalú Farenzena. – Porto Alegre : Penso, 2014.ZIMRING, Fred. Carl Rogers. Tradução e organização: Marco Antônio Lorieri. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

Legislação

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. (Artigos 1º ao 13, 39 ao 41, 205 ao 219-B, 227 ao 229).

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente – ECA.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

_____. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação - PNE

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência.

_____. Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (anexo o Parecer CNE/CP nº 3/2004).

_____. Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010).

_____. Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (anexo o Parecer CNE/CP nº 8/2012).

_____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

Decreto nº 6.003 de 28 de dezembro de 2006. Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art. 212, § 5o, da Constituição, e as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUXILIAR PEDAGÓGICO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente – ECA.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência.

_____. Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (anexo o Parecer CNE/CP nº 3/2004).

_____. Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010). _____. Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (anexo o Parecer CNE/CP nº 8/2012). _____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008. Disponível em: pdf/politicaeducespecial.pdf

Informática: Conceitos Básicos: Hardware, Software, Periféricos, Sistema Operacional, Navegadores, Aplicativos. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: Navegação e navegadores da Internet, links, sites, busca e impressão de páginas. Segurança na Internet. Microsoft Windows (versão 7 ou superior): conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos; Microsoft Office (versão 2010 ou superior). Microsoft Word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. Microsoft Excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. Microsoft Outlook: adicionar conta de e-mail, criar nova mensagem de e-mail, encaminhar e responder e-mails, adicionar, abrir ou salvar anexos, adicionar assinatura de e-mail à mensagem, imprimir uma mensagem de e-mail.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas; Tendências Pedagógicas das Ciências na Educação; Relação ensino/escola/legislação; A teoria versus prática em Ciências na escola; Metodologias e concepções do ensino de Ciências; Tendências Pedagógicas das Ciências na Educação; Ciências aliada à BNCC; Metodologias do ensino de Ciências; Materiais para o ensino de Ciências; Ciências e Educação Inclusiva; Ar; Água; Solo; Vírus; Moneras, Protistas e Fungos; Evolução dos Seres Vivos; Seres vivos e adaptação; Seleção natural/Mutação; categorias de Classificação; Nomenclatura científica básica de classificação dos seres vivos. Animais: Ordenação evolutiva da filogenia dos principais grupos do reino animal com seus respectivos representantes; Estudo dos Políferos e Celenterados; Estudo dos Platelmintos, Nematelmitos e Anelídeos; Estudo dos Moluscos; Estudo dos Vertebrados Superiores: classificação, ecologia, caracteres básicos morfofisiológicos, reprodução e importância do estudo; Vegetais: Os grandes grupos de vegetais: Algas Pluricelulares; Briófitas e Pteridófitas; Gimnospermas: representantes, reprodução e importância; Angiosperma: classificação e representantes, caracteres estruturais, fisiológicos e importância; Corpo Humano: Célula; Tecido: conceito, tipos e função; Sistemas Digestivo, Respiratório, Circulatório, Nervoso e Reprodutor: composição e principais considerações funcionais destes sistemas; Educação Sexual; Drogas e seus efeitos; Matéria: Conceito; Tipos; Propriedade; Energia; Diferenças entre fenômenos químicos e físicos; Substâncias: simples, compostas/uso das substâncias na indústria; Funções Químicas: ácidos, bases, sais e óxidos; Características diferenciais das misturas e das combinações; misturas e seus processos de fracionamento; combinações ou reações químicas – tipos e fatores que a influenciam; Movimento: conceito, tipos e seus fatores; Massa, força e aceleração; Metodologia/didática de ensino de Ciências; Educação Inclusiva e Ciências; principais Cientistas; História da Ciência/Educação em Ciência; Principais educadores; Outros conteúdos relativos à função.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

APEZZATO-DA-GLORIA, Beatriz [et al]. Anatomia vegetal. 2ª ed. – Viçosa: Ed. UFV, 2006.BARNES, Robert D.; RUPPERT, Edward E. Zoologia dos Invertebrados. – 6ª ed. – Editora Roca.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Capítulos: 1 e 2 (páginas 7 a 32); Capítulo 4 (página 319 a 350).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. – 8ª ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Ensino de primeira à quarta série: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BYNUM, William. Uma breve história da ciência. – L&PM, 2013.

CACHAPUZ, A [et al]. A necessária renovação do ensino de Ciências. São Paulo, Cortez, 2005.

CAMPOS, Maria Cristina da Cunha. Teoria e prática em ciências na escola: o ensino-aprendizagem como investigação: volume único. – São Paulo: FTD, 2010. (Coleção teoria e prática).

CARVALHO, Ana Maria Pessoa de (org.). Calor e temperatura: um ensino por investigação. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

Cultura científica: um direito de todos. – Brasília: UNESCO, 2003.

DARWIN, Charles. A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza, 1 vol., tradução do doutor Mesquita Paul.

Ecologia: conceitos fundamentais. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Centro Tecnológico – CT. Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental – PPGEA UFES, 2005.

NARDI, R. org. Ensino de ciências e matemática, I: temas sobre a formação de professores. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ODUM, Eugene P. Fundamentos de Ecologia. – 6ª ed. - Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PÉREZ, D. G. *[et al].* Para uma imagem não deformada do trabalho científico. **Ciência & Educação,** v.7, n.2, p.125-153, 2001.

PÉREZ, Leonardo Fabio Martínez. Questões sociocientíficas na prática docente: ideologia, autonomia e formação de professores. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

POUGH, F. Harvey. A vida dos vertebrados. – 4º ed. – São Paulo: Atheneu Editora, 2008.

RAVEN, Peter H. [et al]. Biologia vegetal. – 5ª ed. - Guanabara Koogan, 1996.

SALVETTI, Alfredo Roque. A história da luz. - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008.

SOUSSAN, Georges. Como ensinar as ciências experimentais? Didática e formação. – Brasília: UNESCO, OREALC, 2003.

TORTORA, Gerard J. Corpo humano: fundamentos de Anatomia e Fisiologia. – 4ª ed. – Artmed Editora, 2001.

TEIXEIRA, Wilson [et al]. Decifrando a Terra. – São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

TAIZ, Lincoln. Fisiologia vegetal. 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente. Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística – IBGE. – 2ª ed.

Atenção para o conteúdo específico para todos os profissionais da Educação. Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências Pedagógicas da Educação Física na Educação; Relação ensino/escola/legislação; A teoria versus prática em Educação Física na escola; Metodologias e concepções do ensino de Educação Física; Educação Física aliada à BNCC; Materiais de Educação Física; Educação Física e Educação Inclusiva; Educação Física frente à LDB 9.394/96: Lei 10.793/03; Educação Física e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica; Educação Física na Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Educação Física como componente curricular na Educação Básica; Função social; Objetivos; Características; Conteúdos; Educação Física e suas Abordagens: intenção, fundamentos, objetos de estudo e função na educação física escolar; Planejamento e Avaliação em Educação Física Escolar; Esporte Escolar: O processo de Ensino-Aprendizagem-Treinamento Esportivo no contexto escolar; Históricos Conceitos e generalidades; Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; Concepções psicomotoras na educação física escolar; Educação Física e o desenvolvimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; As teorias da Educação Física e do Esporte; As qualidades físicas na Educação Física e desportos; Biologia do esporte; Fisiologia do exercício; Anatomia Humana; Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Efeitos da atividade física e do exercício físico na prevenção das doenças e promoção da saúde; A história da educação física. Metodologia para o ensino da educação física; Atividade motora adaptada; Aprendizagem motora; Crescimento, desenvolvimento e maturação, processo avaliativo na educação física escolar; Noções sobre as diferentes manifestações da cultura corporal: esportes, jogos, lutas, ginástica e dança; Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Anatomia: osteologia, artrologia, miologia, sistema cardiocirculatório e respiratório; Biomecânica do movimento humano; Fisiologia do exercício; Treinamento desportivo: princípios e métodos.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

ADORNO, Camile. Arte da capoeira.AHLERT, Alvori. Educação física escolar e cidadania. Revista Vidya, v. 24, nº 42, p. 47-60, jul./dez., 2004 - Santa Maria, 2007.ANDRADE, Márcia Siqueira de; BARTHOLOMEU, Daniel; MONTIEL, Maria. Perspectivas em aprendizagem humana. – 1ª ed. – São Paulo: Memmon Edições Científicas, 2014.BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Capítulos: 1 e 2 (páginas 7 a 32); Capítulo 4 (página 211 a 238). BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Física e Desportos.Valores humanos, corpo e prevenção: a procura de novos paradigmas para a educação física. - Brasília: A Secretaria, 1989.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. – Brasília: MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Ed. Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. – Brasília : MEC/SEF, 1998.CASTELLANI FILHO, Lino. Educação física no Brasil: A história que não se conta. -Campinas, SP: Papirus, 1988. - (Coleção Corpo & Motricidade)CEREGATTO, Luciana. Os saberes da experiência discente na Educação Física. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.CRUZ, Ana Cristina Juvenal da (Org); REIS, Monique Priscila de Abreu; SOUZA, Edlaine Fernanda Aragon de. Metodologias de trabalho em educação das relações étnico-raciais. - Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. – Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Coleção Corpo e Motricidade)DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: questões e reflexões. – 1ª ed. - Editora Guanabara Koogan, 2003.FERREIRA NETO. Raul Recreação na escola. - Rio de Janeiro: 2a edição: Sprint. 2002.FILHO, Lino Castellani. Política educacional e educação física: polêmicas do nosso tempo. – Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1998.FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. — 1. ed. — São Paulo: Scipione, 2011. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)GEOFFROY, Christophe. Alongamento para todos. Quando? Como? Por quê?. – Editora Manole.GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. (org.). Ginástica, dança e atividades circenses. – Maringá: Eduem, 2014. v. 3. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).HAETINGER, Daniela. Jogos, recreação e lazer. - 1. ed., rev.

- Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. – Editora Perspectiva.JERÔNIMO, Denise Dantas. Trilhando os solos : atividades lúdicas e jogos no ensino de solos. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2012.JUNIOR, José Airton de Freitas Pontes (Organizador). Conhecimentos do professor de educação física escolar. – Fortaleza, CE: EdUECE, 2017.KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). Jogo, brinquedo e brincadeira na educação. – 14 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. Vozes.LE BOULCH, Jean. Educação psicomotora: psicocinética na idade escolar. – Porto Alegre: Artmed, 1987.MARCELINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. – Campinas, SP: Papirus, 1987. (Coleção Fazer/Lazer)MARCO, Ademir de (Org.). Educação física: Cultura e sociedade. – Campinas, SP: Papirus, 2006.MATTHIESEN, Sara Quenzer. Jogos de mesa adaptados ao ensino do atletismo na escola: passo a passo. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2013.OLIVEIRA, Vitor Marinho de. O que é educação física. – São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos)PANZIERA, Cristina [et al]. Educação Física inclusiva: diferentes olhares sobre a inclusão social através da educação física e do esporte – Volume III. – Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2016.RENGEL, Lenira Peral; SCHAFFNER, Carmen Paternostro; OLIVEIRA, Eduardo. Dança, Corpo e Contemporaneidade. Salvador: UFBA, Escola de Dança, 2016.SADI, Renato Sampaio [et al.]. Pedagogia do esporte. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2004.SANTIN, Silvino. Educação física: uma abordagem filosófica da corporeidade. – 2ª ed. rev. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. - (Coleção educação física).SANTOS, Edson Cordeiro dos; SOUZA, Andréa de Oliveira Salustriano de; SILVA, Flavio Médici da. Revivendo as brincadeiras de criança. - Rio de Janeiro: Solidariedade França-Brasil, 2015.SANTOS, Rosirene Campêlo dos [et al]. Dança e inclusão no contexto escolar, um diálogo possível. Pensar a Prática 6: 107-116, Jul./Jun. 2002-2003.SILVA, Cláudio Silvério da. A educação Física adaptada: implicações curriculares e formação profissional; - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.SILVA, Débora Alice Machado da [et al.]. Importância da recreação e do lazer. – Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011. – (Cadernos interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo; 4)SILVEIRA, Sérgio Roberto; ZACARIAS, Maria Elisa Kobs (Org.). Oficinas curriculares de atividades esportivas e motoras: esporte | ginástica | jogo - Ciclos I e II. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Escola de Tempo Integral. – São Paulo, 2007.SOARES, Carmen Lucia et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. – 1ª ed. - Cortez Editora. (Coleção Magistério 2º grau. Série formação do professor).SOUZA, Esther Vieira Brum de. O currículo, a pedagogia da alternância e os saberes docentes na educação física: os desafios do processo de formação. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.TAVARES, Carlos Eduardo Moura. Didática aplicada à educação física. Governo do Estado do Ceará e Universidade de Brasília, 2010. TORTORA, Gerard J. Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia. – 4ª ed. – Artmed Editora.GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. (org.). Ginástica, dança e atividades circenses. – Maringá: Eduem, 2014. v. 3. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).RENGEL, Lenira Peral; SCHAFFNER, Carmen Paternostro; OLIVEIRA, Eduardo. Dança, Corpo e Contemporaneidade. Salvador: UFBA, Escola de Dança, 2016.VILLARDI, Marina Lemos. A problematização em educação em Saúde: percepções dos professores tutores e alunos. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. **Atenção para o conteúdo específico para todos os profissionais da Educação.** Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. – Porto Alegre: Mediação, 2000.

GOGOY, Paulo R. Teixeira de et al. História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARTINELLI, Marcello. Mapas da Geografia e cartografia temática. – 5ª ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo, Annablume, 2003.

PEZZATO, João Pedro. Formação docente e geografia escolar: um estudo de caso entre Brasil e Espanha. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. - São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. - São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. – 6ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. Território: Globalização e Fragmentação. – 4º ed. – São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

SÃO PAULO. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias: Geografia / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – São Paulo: SEE, 2010.

VESENTINI, José William. Repensando a geografia escolar para o século XXI. - São Paulo: Plêiade, 2009.

ZANGALLI, Junior, Paulo Cesar. Entre a ciência, a mídia e a sala de aula: contribuições da Geografia para o discurso das mudanças climáticas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. **Atenção para o conteúdo específico para todos os profissionais da Educação.**

Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Et al. Ensino de história: desafios contemporâneos. – Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: História. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, Euclides da. Canudos e outros temas. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

História/ vários autores. – Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2006.

OLIVEIRA, Isabella Santana. Ensino de história no quarto ciclo do ensino fundamental: um estudo de eixos temáticos no livro didático. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC, 2010.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). História: ensino fundamental. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontífica Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) – São Paulo: EDUC, 1981.

SÃO PAULO. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – São Paulo: SEE, 2010. **Atenção para o conteúdo específico para todos os profissionais da Educação.**

Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

PROFESSOR LETRAS / PORTUGUÊS /INGLÊS e ARTES

Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas; Relação ensino/escola/legislação; A teoria versus prática em Língua Portuguesa na escola; Metodologias e concepções do ensino de Língua Portuguesa; Tendências Pedagógicas da Língua Portuguesa na Educação; Língua Portuguesa aliada à BNCC; Metodologias do ensino de Língua Portuguesa; Materiais de Língua Portuguesa; Língua Portuguesa e Educação Inclusiva; Concepções de língua-linguagem como discurso e processo de interação: conceitos básicos de dialogismo, polifonia, discurso, enunciado, enunciação, texto, gêneros discursivos; Oralidade: concepção, gêneros orais, oralidade e ensino de língua, particularidades do texto oral; Leitura: concepção, gêneros, papel do leitor, diferentes objetivos da leitura, formação do leitor crítico, intertextualidade, inferências, literatura e ensino, análise da natureza estética do texto literário; Escrita: produção de texto na escola, papel do interlocutor, contexto de produção, gêneros da escrita, fatores linguísticos e discursivos da escrita, o trabalho da análise e revisão de reescrita de textos; Análise Linguística: o texto (oral e escrito) como unidade privilegiada na análise-reflexão da língua(gem), os efeitos do sentido provocados pelos elementos linguísticos, a norma padrão e as outras variedades linguísticas; Linguagem oral e linguagem escrita: Relações entre fala e escrita: perspectiva não dicotômica; Relações de independência, de dependência e de interdependência; O ensino de leitura e compreensão de textos: Estratégias de leitura; Literatura Brasileira e geral; Interpretação de livros e textos literários; Gramática.

Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas; Tendências Pedagógicas do Inglês na Educação; Relação ensino/escola/legislação; A teoria versus prática em Inglês na escola; Metodologias e concepções do ensino de Inglês; Tendências Pedagógicas do Inglês na Educação; Ensino de Inglês aliado à BNCC; Metodologias do ensino de Inglês; Materiais de ensino de Inglês; Inglês e Educação Inclusiva; Gramática: Fonética e fonologia; Ortografia; Morfologia; Sintaxe; Vocabulário; Compreensão e produção de gêneros textuais diversos; Prática pedagógica do ensino da língua inglesa: Abordagem comunicativa; Abordagem lexical; Análise e interpretação de textos: Identificação do tema central e das diferentes ideias contidas nos textos; Estabelecimento de relações entre as diferentes partes nos textos; Identificação de enunciados que expressam lugar, tempo, modo, finalidade, causa condição, consequência e comparação; Abordagem reflexiva; Interculturalidade e interdisciplinaridade no ensino de inglês; Competências para ensinar e aprender língua inglesa; Avaliação do processo ensino-aprendizagem e de seus atores; Interação em sala de aula e valorização do conhecimento prévio e de mundo do aluno; Conceito de letramento: aplicações ao ensino-aprendizagem de língua estrangeira/Inglês, entre as quais: leitura como letramento, comunicação oral como letramento, prática escrita como letramento; A metodologia da Língua Estrangeira; Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; O ensino de língua para a comunicação; Dimensões comunicativas do inglês; Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; A escrita e a linguagem oral do inglês; A natureza sociointeracional da linguagem; O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; Literatura Americana e Inglesa; Cognatos e falsos cognatos; Estudo do vocabulário: significado de palavras e expressões num contexto; Semelhanças e diferenças de significados de palavras e expressões (falsos cognatos); Aspectos gramaticais/aplicação prática: flexão do nome, do pronome e do artigo; Substantivos (contáveis e não contáveis em inglês); Flexão do verbo; Significado através da utilização do tempo verbal e verbos auxiliares; Expressões; Regência e concordância nominal/verbal; Preposições de tempo/lugar; Substantivos, adjetivos e verbos seguidos de preposição; Orações com relação de causa, consequência, tempo, modo, condição, concessão, comparação; Orações relativas; Pronomes interrogativas; Frases interrogativas.

Tendências Pedagógicas da Arte na Educação; Relação ensino/escola/legislação; A teoria versus prática em Arte na escola; Metodologias e concepções do ensino de Arte; Arte alinhada à BNCC; Materiais de Arte; Arte e Educação Inclusiva; Os Parâmetros Curriculares Nacionais no ensino de Artes; Formação do professor de arte; Planejamento das aulas e conteúdos; Avaliação em Arte/Educação; História da Arte Educação e suas determinantes socioculturais; História da arte universal; História da arte do Brasil; Curadoria; Pluralidade cultural: códigos estéticos e artísticos de diferentes culturas; Interculturalidade; Cultura Popular Brasileira; Cultura popular e Cultura de Massa; Movimentos Artísticos; Conhecimento sobre Artes visuais; Teatro; Dança; Música; Cinema; Artistas (pintores, escultores, dançarinos, cineastas, dramaturgos etc.) e suas técnicas/obras/histórias; A dança e a música nos diferentes povos; Os diferentes sentidos de beleza nas culturas; O corpo como suporte da música e da dança; A arte nos espaços urbanos; Música: Movimentos Artísticos; A Arte Urbana e o Graffiti; A Cultura Hip Hop – Rap, Breakdance e DJs; O empoderamento urbano do movimento negro; As mulheres na arte; O negro na arte; A história e técnicas da Fotografia; A arte digital; Optical Art; Os instrumentos musicais: tipos, história, técnicas, características; História da dança, do teatro, do cinema brasileiro e mundial; Arte Clássica e Neoclássica; Estilos de dança; Pintura e música impressionista; A arte plástica e sua relação com a música; Arquitetura; Música Popular Brasileira; Jogos Teatrais; Instrumentos de Percussão na música afro; A Xilogravura e Cordel; Arte Naif; A arte na Ditadura Militar Brasileira; Arte na Publicidade e Propaganda – Jingles; História da música; A paisagem sonora e a música descritiva; O Movimento Tropicalista; A história e a arte cinematográfica; Gêneros cinematográficos; História da educação musical no Brasil e no mundo; principais autores da educação musical; História da dança no Brasil e no mundo; principais autores estudiosos da dança; Corpo e cena: Possibilidade de criação, produção e distribuição na conte; Cultura e Prática Brasileira; história do teatro no Brasil e no mundo; Principais teóricos do teatro brasileiro e do mundo; Técnicas de tetro; Técnicas de utilização do palco, Iluminação, Maquiagem, Cenário, Música, Corpo; Interação com o público; Tipos de personagens; Clown e palhaços; Gêneros teatrais; Dramaturgia da Cena Contemporânea; A história do teatro vinculada às artes plásticas; Fotoetnografia: pesquisa em artes e ciências humanas; Performance e Espetacularidade; pesquisas atuais em artes cênicas; Antropologia.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática metódica da língua portuguesa. – 46ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.BASILIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil. – 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011.BASSO, Renato; ILARI, Rodolfo. O português da gente. São Paulo,

Contexto, 2006.BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa / Evanildo Bechara. – 37ª ed. rev., ampl. E atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira,2009.BIAZOLLI, Caroline Carnielli. Inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma na variação da posição de clíticos pronominais. – São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2018.BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Capítulos: 1 e 2 (páginas 7 a 32); Capítulo 4 (página 65 a 190).BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. – Brasília: MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. – Brasília : MEC/SEF, 1998.CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. – 6ª ed. – Belo Horizonte: Editora Italiana, 2000.CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. Companhia Editora Nacional.FIORIN, José Luiz. Elementos da análise do discurso. – 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2016.FIORIN, José Luiz. Figuras de retórica. – 1ª ed. – São Paulo, Contexto, 2016.FIORIN, José Luiz. Linguística? O que é isso? – 1ª ed. – São Paulo: Contexto, 2015. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. – 22ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010.GEHRINGER, Max. Quem mexeu no meu trema?. – 1ª ed. – 2014.MALCON, Cristina Feldens. Ensino de Língua Portuguesa: desafios e encantamentos. – Porto Alegre, 2006.MARQUES, Norma Barbosa Novaes. A relação conclusiva na língua portuguesa: funções, resumos, conclusão e consequência. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.MORENO, Cláudio. Guia prático do português correto – volume 2: Morfologia: formação de palavras, flexão nominal, conjugação verbal. L&PM POCKET. MORENO, Cláudio. Guia prático do português correto – volume 3: Sintaxe: crase, regência, concordância, colocação do pronome. L&PM POCKET.MORENO, Cláudio. Guia prático do português correto: Ortografia: o emprego das letras, acentos e sinais, hífen, como se diz. L&PM POCKET.MORENO, Cláudio. Guia prático do português correto – volume 4: Pontuação: princípios gerais, pontuação interna, pontuação final. L&PM POCKET.PELANDRÉ, Lemos. et al. Metodologia do ensino da Língua Portuguesa e literatura. – Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia; CAVALCANTI, Marianne C.B. Diversidade textual: os gêneros na sala de aula. - 1 ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.SILVA, Lilian Maria da. Hipersegmentações de palavras no ensino fundamental. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.SILVA, Maurício. Guia prático da nova ortografia.– 1ª ed.– São Paulo: Contexto, 2012.TUFANO, Douglas. Estudos de literatura brasileira. – 3ª ed. – rev. e ampl. – São Paulo: Ed. Moderna, 1983. VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Rio (Engenho Novo), 1915.VICENTE, Adalberto Luis; JUNQUEIRA, Renata Soares orgs.). Teatro, cinema e literatura: confluências. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

AZAR, Betty Schrampfer. Understanding and using english grammar. 4th ed.Longman.BORGES, Maria José Alves de Araújo. A formação do professor de Língua Inglesa: desafios no desenvolvimento das habilidades de compreensão e produção da oralidade. Pontífica Universidade Católica de Goiás, 2015.BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Capítulos: 1 e 2 (páginas 7 a 32); Capítulo 4 (página 239 a 262).BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. – Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. – Brasília: MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. – Brasília : MEC/SEF, 1998.BROWN, D. H. First Language Acquisition. Principles of Learning and Teaching, 5th Ed. Pearson ESL. Pgs. 24-51.BURTON, Strang [et al]. Linguistics for dummies. – Wiley. Canadá, 2012.CELCE-MURCIA, Marianne; LARSEN-FREEMAN, Diane. The grammar book. An ESL / EFL Teacher's Course – 2ª Ed. Conference Proceedings Volume English as an International Language: Setting the Standards. The Asian EFL Journal Quarterly December 2007, Volume 9, Issue 4.JORDÃO (org.) Letramentos e Multiletramentos no Ensino de Línguas e Literaturas. Revista X, vol.1, 2011.

LINDSTROMBERG, Seth. English prepositions explained. John Benjamins Publishing Company, 2010.Língua Estrangeira Moderna - Espanhol e Inglês / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006.MARZARI, G. Q.; GEHRES, W. B. S.. Ensino de Inglês na Escola Pública e suas Possíveis Dificuldades. Thaumazein, Volume 7, Número 14, Santa Maria (Dezembro de 2015), pp. 12-19.MATTOS, Andrea Machado de Almeida. Novos letramentos, ensino de Língua Estrangeira e o papel da escola pública no século XXI. Revista X, vol. 1, 2011.MCCAUGHEY, Jessica. Book clubs as a Tool for Community Building and Language Enhancement. English Teaching, 2017. MELO JÚNIOR, Orison Marden Bandeira de. Ensino de língua inglesa e literaturas. - São Paulo: UNICID, 2012.MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. V. 3, n. 5, agosto de 2005.MELO JÚNIOR, Orison Marden Bandeira de. Ensino de língua inglesa e literaturas. - São Paulo: UNICID, 2012. MELO JÚNIOR, Orison Marden Bandeira de. Ensino de língua inglesa e literaturas. São Paulo: UNICID, 2012.NÓBREGA, Daniela Gomes de Araújo; SILVEIRA, Karyne Soares Duarte (org.). Reflexões sobre o ensino aprendizagem de línguas estrangeiras. – Campina Grande: EDUEPB, 2016.SÃO PAULO. Currículo do Estado de São Paulo: Inglês. In: Currículo do Estadode São Paulo, Linguagens, códigos e suas tecnologias. 2. ed., São Paulo, SE, 2010 e 2012.SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio (org.). Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e proposições. - Salvador: EDUFBA, 2012.SWAN, Michael. Practical English Usage. Third Edition. Oxford University Press.SWICK, Ed. English Sentence Builder. McGraw-Hill, 2009.UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Bureau of Cultural and Educational Affairs. In the Loop: A Reference Guide to American English Idioms. Office of English Language Programs. First Edition, 2010.WILHELM, Kim Hughes. No books and 150 students?. English Teaching Forum. Number 3, 2006.

ANDRADE, Mário de. Pequena história da música. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.ANDREW, James Dudley. As principais teorias do cinema: uma introdução. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora: nova versão. Tradução de Ivonne Terezinha de Faria. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BAHIANA, Ana Maria. Como ver um filme. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.BARBOSA, Ana Mae (org.). Arte-educação: leitura no subsolo. - 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2018.BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. - 1. ed. - São Paulo: EDITORA PERSPECTIVA LTDA, 2019.BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. – 7ª ed. –São Paulo: Cortez, 2012.

BARDI, Pietro Maria. Pequena história da arte: introdução aos estudos dasartes plásticas. – 2ª ed. – Melhoramentos.BENNET, Roy. Elementos básicos da música. Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.BOAL, Augusto. 200 Exercícios e jogos para o ator e não-ator. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Capítulos: 1 e 2 (páginas 7 a 32); Capítulo 4 (página 191 a 210).BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação

dos temas transversais. – Brasília: MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Arte. – Brasília : MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. – Brasília : MEC/SEF, 1998.BURY, John. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. – Brasília, DF: IPHAN / MONUMENTA, 2006.COLI, Jorge. O que é arte. – 15ª ed. – São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1995. DERDYK, Edith. Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismoinfantil. – 5ª ed. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.Congresso Nacional da Federação de Arte-Educadores do Brasil (15.: 2004: Rio de Janeiro, RJ) XV CONFAEB, 2004. Trajetória e políticas do ensino de artes no Brasil. – Rio de Janeiro: FUNARTE: Brasília: FAEB, 2005.CONSTANTINO, Paulo Roberto Prado. Apreciação de gêneros musicais na escola: possíveis percursos. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.COPLAND, Aaron. Como Ouvir e Entender Música. Tradução de Luiz Paulo Horta. Editora Artenova, 1974.COTTA, André. Arquivologia e patrimônio musical. – Salvador: Edufba, 2006.COUTINHO, Rejane Galvão et al. Artes. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista: Núcleo de Educação à Distância, 2013. – (Coleção Temas de Formação; v. 5).COUTINHO, Rejane Galvão (org.). Desafios para a docência em arte: teoria e prática. – São Paulo: Universidade Estadual Paulista: Núcleo de Educação a Distância, 2013.FARIA, Alessandra Ancora de. Teatro na formação de educadores: o jogo teatral e a escrita dramatúrgica. Doutorado em Educação (Psicologia da Educação). Pontífica Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, 2009.FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na educação escolar. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.FERNANDES, Iveta Maria Borges Ávila. Brincando e aprendendo: um novo olhar para o ensino da música. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011.FRANCO, Maria Ignez Mantovani. Planejamento e Realização de Exposições. - Brasília, DF: Ibram, 2018. (Coleção Cadernos Museológicos, 3).FREITAS, Enio de. História e cinema: encontro de conhecimento em sala de aula. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.GROTOWSKI, Jerzy. Em busca de um teatro pobre. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.GOMBRICH, E. H. A história da Arte. – 16ª ed. – LTC Editora, 2000.GOMES, Paulo Emílio Sales. O cinema no século. Cia das Ltras, 2015.HERNANDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. – Porto Alegra: Artmed, 2000.IAVELBERG, Rosa. Arte/educação modernista e pós-modernista: fluxos na sala de aula. – Porto Alegre: Penso, 2017.INFANTE, Rocio. Fundamentos da dança – “Corpo – Movimento – Dança”. Editora Unicentro, 2011. Instituto Brasileiro de Museus. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília, DF: IBRAM, 2018.JORDÃO, Giselle et al. A música na Escola. – São Paulo: Allucci e Associados Comunicações, 2012.JUPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. Metodologia do ensino de teatro. – Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Ágere).KLEE, Paul. Sobre a arte moderna . Expresso Zahar. Edição do Kindle.LUCA, Luiz Gonzaga Assis de. A hora do Cinema Digital – Democratização e Globalização do Audiovisual. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.MARTINS, Índia Mara; PENAFRIA, Manuela (org.). Estéticas do digital: Cinema e tecnologia. LabCom, 2007.MAZZOLA, Renan Belmonte. O cânone visual: as belas-artes em discurso. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.MERHEB, Rodrigo. O som da revolução: história cultural do rock, 1965-196. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.MIRANDA, Paulo César Cardozo de. Jogo musical e humanização: um olhar lúdico, complexo e sistêmico na educação. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.NAPOLITANO, Marcos. História & música: história cultural da música popular. – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.NASCIMENTO, João Paulo Costa do. Abordagens do pós-moderno em música: a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo.- São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.OSTROWER, Fayga. Universos da arte. Revisão técnica: Noni Ostrower. – 1ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.PAREJO, Enny. Fundamentos da Música – Volume 1. São Paulo: Associação Amigos do Projeto Guri, 2017.PAREJO, Enny. Iniciação Musical – Volume 1. São Paulo: Associação Amigos do Projeto Guri, 2017.PENNA, Maura. Música (s) e seu ensino. Editora Sulina.PEREIRA, Priscila Leonel de Medeiros. Um encontro com a mediação cultural: 40 museus em 40 semanas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.PROENÇA, Graça. História da arte. – 16ª ed. – Editora Ática.

Publicações da Revista do patrimônio histórico e artístico nacional - Iphan. Disponíveis em: http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categ... RAMALHO E OLIVEIRA, Sandra. Imagem também se lê. – São Paulo: EdiçõesRosari, 2009.

RENGEL, Lenira Peral et al. Elementos do Movimento na Dança. - Salvador: UFBA, 2017.RENGEL, Lenira Peral; SCHAFFNER, Carmen Paternostro; OLIVEIRA, Eduardo. Dança, Corpo e Contemporaneidade. Salvador: UFBA, Escola de Dança, 2016.ROSENFELD, Anatol. O teatro épico. – São Pulo: Editora Perspectiva.SALLES, Cecilia Almeida. Gesto inacabado: processo de criação. - São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante. Tradução de Marisa Trench de O. Fonterrada. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.SETENTA, Jussara Sobreira. O fazer-dizer do corpo: dança e performatividade. - Salvador: EDUFBA, 2008.SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. – Editora Perspectiva. (Coleção Estudos).STRICKLAND, Carol. Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno. Tradução de Angela Lobo de Andrade. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. UJIIE, Nájela Tavares. Teoria e metodologia do ensino da arte. – Guarapuava: UNICENTRO, 2013.VICENTE, Adalberto Luis; JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.). Teatro, cinema e literatura: confluências. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.WANNER, Maria Celeste Almeida. Paisagens sígnicas: uma reflexão sobre as artes visuais contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2010.WERNER, João. Ensaios sobre arte e estética. – 1ª ed. - Londrina: Canvas Design 2012.

Atenção para o conteúdo específico para todos os profissionais da Educação. Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas do cargo/função.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências Pedagógicas da Matemática na Educação; Relação ensino/escola/legislação; A teoria versus prática em Matemática na escola; Metodologias e concepções do ensino de Matemática; Tendências Pedagógicas da Matemática na Educação; Matemática aliada à BNCC; Metodologias do ensino de Matemática; Materiais para o ensino de Matemática; Matemática e Educação Inclusiva; Aritmética e conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo; Proporcionalidade; Álgebra; Equações de 1º e 2º graus; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; progressões aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira; Espaço e forma: Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica; Principais matemáticos; Tratamento de dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de informações expressas em gráficos e tabela; Matemática, sociedade e currículo: Currículos de Matemática e recentes movimentos de Reforma; Os objetivos da Matemática na Educação Básica; Seleção e organização dos conteúdos; Tendências em Educação Matemática (resolução de problemas, modelagem, etnomatemática, história da matemática e mídias tecnológicas); Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento,

área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus; Estudo de Funções: 1° e 2° Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial; Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares; Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; A matemática na história; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, secções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; Noções de limites, derivadas e integral.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

BARONI, Rosa Lúcia Sverzut. Aspectos da história da análise de Cauchy a Lebesgue. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Capítulos: 1 e 2 (páginas 7 a 32); Capítulo 4 (página 263 a 318).BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. – Brasília: MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1998.BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRITO, Arlete de Jesus; MIORIM, Maria Ângela; FERREIRA, Ana Cristina (Org.). História de formação de professores: a docência da matemática no Brasil. - 2ª ed. - Salvador: ED UFBA, 2018.CABRAL, Natanael Freitas. Sequências didáticas: estrutura e elaboração. - Belém: SBEM / SBEM-PA, 2017. Tendências na educação matemática. Em aberto: Órgão de divulgação do Ministério da Educação e do Desporto. - Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 62, abr./jun. 1994.CARVALHO, João Bosco Pitombeira Fernandes de (coord.). Matemática: Ensino Fundamental. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.CHAQUIAM, Miguel. Ensaios temáticos: história e matemática em sala de aula. Belém: SBEM / SBEM-PA, 2017. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. - 13. Ed. - Campinas, SP: Papirus, 2006.DANTE. Matemática: contexto e aplicações – Volume único. Ensino médio e preparação para a educação superior. Manual do professor. – Editora Ática.DU SAUTOY , Marcus. A música dos números primos: a história de um problema não resolvido na matemática. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.FERRAZ, Alexandre Augusto. Como é possível o conhecimento matemático?: as estruturas lógico-matemáticas a partir da Epistemologia Genética. – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.GARNICA, Antonio Vicente Marafloti. Elementos de História da Educação Matemática. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.GIOVANNI, José Ruy. A conquista da matemática – Nova. – São Paulo: FTD, 1998. (Coleção a conquista da matemática – 6ª série).GIOVANNI, José Ruy. A conquista da matemática – Nova. – São Paulo: FTD, 1998. (Coleção a conquista da matemática – 8ª série).GONÇALVES, Eliete Maria. Introdução ao estudo da álgebra linear. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2012.GONÇALVES, Eliete Maria. Trigonometria. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2008 GONÇALVES, Mirian Buss. Elementos de análise. - Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM, 2009.HUNTER, David J. Fundamentos da matemática discreta. - Rio de Janeiro: LTC, 2011.KELLY, W. Michael. O guia completo para quem não é C.D.F.: pré-cálculo. – Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014.MENDES, Iran Abreu; CHAQUIAM, Miguel. História nas aulas de Matemática: fundamentos e sugestões didáticas para professores. - Belém: SBHMat, 2016.NASCIMENTO, Heitor Guerra do. Metodologia e didática no ensino de matemática. Sociedade Mantenedora de Educação Superior da Bahia S/C Ltda. Faculdade de Tecnologia e Ciências - Ensino a Distância. – 1ª ed.NASCIMENTO, Mauri Cunha do. Estruturas Algébricas. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2013.Os desafios do ensino de matemática na educação básica. – Brasília: UNESCO; São Carlos: EdUFSCar, 2016.PEREIRA, Ana Carolina Costa; CEDRO, Wellington Lima (orgs). Educação matemática: diferentes contextos, diferentes abordagens. – Fortaleza: EdUECE, 2015.PERISSINOTTO JUNIOR, Anízio. Formas elementares: diagonal, triangular e de Jordan. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2014.

ROQUE, Tatiana. História da matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012.ROSA, Marângela Castejon, Rosemar (Orgs). Olhares sobre o ensino da matemática: educação Básica. – Uberaba/MG: IFTM, 2017.SANTOS, José Plínio O. Mello Margarida P; MURADI, Idani T. C. Introdução à Análise Combinatória. – Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2007.SAUTOY, Marcus du. Os mistérios dos números: Uma viagem pelos grandes enigmas da matemática (que até hoje ninguém foi capaz de resolver). Tradução de George Schlesinger. – Editora Zahar. STEWART, Ian. O fantástico mundo dos números: A matemática do zero ao infinito. Tradução de George Schlesinger. – Editora Zahar.STEWART, Ian. Uma história da simetria na matemática. - Editora Zahar.SULEIMAN, Amal Rahif. O Jogo e a educação matemática: um estudo sobre as crenças e concepções dos professores de matemática quanto ao espaço do jogo no fazer pedagógico. – Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2008.TAHAN, MALBA. Matemática divertida e curiosa. – Editora Record.
Atenção para o conteúdo específico para todos os profissionais da Educação.

Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

PROFESSOR PEDAGOGO

Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas; Relação ensino/escola/legislação; A teoria versus prática no berçário; Metodologias e concepções do ensino; Ensino aliado à BNCC; Educação Inclusiva; Noções de Segurança; Legislação específica; História da educação no Brasil e no Mundo; História da educação infantil; A educação infantil no Brasil; Principais autores da educação infantil; Cuidados essenciais com os bebês e as crianças; Noções de primeiros socorros; Noções de higiene, limpeza, alimentação; Inclusão/Educação Especial no berçário; Relações étnico-raciais; A arte e a educação infantil; Literatura para bebês e crianças; Ludicidade; Jogos e brincadeiras para bebês e crianças; Músicas/canções para bebês e crianças; Desenvolvimento infantil; Estímulos sensoriais, motores, auditivos, visuais; Neurodesenvolvimento infantil; As especificidades das ações pedagógicas com os bebês e crianças; Principais pesquisas para a educação de bebês e crianças; Práticas cotidianas na educação de bebês e crianças; Projetos Pedagógicos na educação de bebês e crianças; Ética profissional; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Abordagens para a primeira infância; Estruturas das escolas de educação infantil; Critérios de segurança em berçários; Políticas Públicas para a educação em Escolas de Educação Infantil; Práticas pedagógicas; Educação no mundo atual; Relacionamento Professor x Aluno; Função e papel da escola; Problemas de aprendizagem; Alfabetização; Fatores físicos, psíquicos e sociais; Recreação: Atividades recreativas; Aprendizagem: Leitura/Escrita; Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático; Processo Ensino-aprendizagem: avaliação; Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação; Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura; Métodos, técnicas e habilidades; Instrumentos/Atividades Pedagógicas; Métodos de Alfabetização; Tendências Pedagógicas; Papel do Professor; Principais educadores como: Decroly,

Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, etc.; Psicologia da Educação; Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Diretrizes e Referenciais para Educação Infantil; Educação infantil e inclusão; Educação infantil aliada à BNCC.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. ABREU, Ana Rosa. Alfabetização: livro do professor. Brasília: FUNDESCOLA/SEF-MEC, 2000.

Banco de Alimentos e Colheita Urbana: Noções básicas sobre alimentação e

nutrição. Rio de Janeiro: SESC/DN, 2003. 20 pág. (Mesa Brasil SESC. - Segurança Alimentar e Nutricional). Programa Alimentos Seguros. Convênio CNC/CNI/SENAI/ANVISA/SESI/SEBRAE.

BARANITA, Isabel Maria da Costa. A importância do Jogo no desenvolvimento da Criança. Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Lisboa, 2012.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. Cadê o brincar?: da educação infantil para o ensino fundamental. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes [et al]. Avaliação diagnóstica da alfabetização. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Instrumentos da Alfabetização; 3)

BATISTA, Antônio Augusto Gomes [et al]. Capacidades da alfabetização. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Instrumentos da Alfabetização; 2)

BATISTA, Antônio Augusto Gomes [et al]. Monitoramento e avaliação da alfabetização. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Instrumentos da Alfabetização; 5)

BATISTA, Antônio Augusto Gomes [et al]. Organização da alfabetização no ensino fundamental de 9 anos. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Instrumentos da Alfabetização; 1)

BATISTA, Antônio Augusto Gomes [et al]. Planejamento da alfabetização: capacidades e atividades. - Belo Horizonte: Ceale, 2006. - (Coleção Instrumentos da Alfabetização; 6)

BATISTA, Antônio Augusto Gomes [et al]. Práticas escolares de alfabetização e letramento. - Belo Horizonte: Ceale, 2006. - (Coleção Instrumentos da Alfabetização; 7)

BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. - São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

BEE, Helen; BOYD, Denise. A criança em desenvolvimento. Tradução: Cristina Monteiro. – 12. ed. – Dados Eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC (da página 7 até 54).

_____. Ministério da Cidadania. Jogos e brincadeiras das culturas populares na Primeira Infância. - 1. ed. atual. – Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes

curriculares nacionais para educação infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para aEducação Infantil – Volumes 1, 2 e 3. Ministério da Educação e do Desporto,Secretaria da Educação Fundamental – Brasília, MEC/SEF 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara

de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 5 de 17 de dezembro de 2009 –

Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF,

2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Bebês como leitores e autores. – 1ª ed.- Brasília: MEC / SEB, 2016. (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.5).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica. – Brasília: MEC/SEB, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil. Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto. - Curitiba: Imprensa/UFPR, Brasília: - MEC/SEB/COEDI, 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Brasília : MEC, SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de qualidade para a educação infantil – Volume 1 e 2. MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. – Brasília, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde. Guia alimentar para crianças menores de dois anos / Secretaria de Políticas de Saúde, Organização Pan Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002._____. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil -MEC/SEB/COEDI, 2015, 104p. Contribuições para a Política Nacional: avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto. -- Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: Ministério da Educação.

BITTENCOURT, Liane. A contribuição da arte no desenvolvimento infantil: Primeiros passos rumo à autonomia. UNESP - Universidade Estadual Paulista Instituto de Artes/SP e UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz. – São Paulo, 2011.

CADEMARTORI, Ligia. O que é literatura infantil. – Editora brasiliense, 2010. (Coleção primeiros passos)

CAFIERO, Delaine. Leitura como processo: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. – 6.ed. - Brasília : MEC, SEB, 2009.

CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecilia von. A criança e a mídia: imagem, educação, participação. Unesco, 1999.

CARVALHO, Rodrigo Saballa; FOCHI, Paulo Sergio (org.). Pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil. República Federativa do Brasil. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, p. 1-192, set. /dez. 2017.

CAPOVILLA, Fernando C. (org.). Os novos caminhos da alfabetização infantil. – 2ª ed. – São Paulo: Memnon, 2005.

CAZORLA, Irene [et al.]. Estatística para os anos iniciais do ensino fundamental. - 1. ed. - Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, 2017. - (Biblioteca do Educador - Coleção SBEM ; 9)

CHRISTÉ, Bianca Santos. Infância, imagens e vertigens. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

Contribuições para a Política Nacional: avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto. - Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil -MEC/SEB/COEDI, 2015.

DERDYK, Edith. Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo

infantil. – 5ª ed. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

Educação infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação.

Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria número 1.147 de 2011, do Ministério da Educação. Brasília, outubro de 2012.

Educação no Século XXI – Volume 7. Organização Editora Poisson – Belo Horizonte - MG : Poisson, 2018.

Educação no Século XXI - Volume 13 – Infantil, Média, Tecnológica. Organização Editora Poisson – Belo Horizonte - MG: Poisson, 2019.

Educação no Século XXI - Volume 29 – Ludicidade. Organização: EditoraPoisson Belo Horizonte - MG: Poisson, 2019.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Tradução: Dayse Batista. – Porto Alegre: Penso, 2018.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (orgs.). As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação. Tradução: Marcelo de Abreu Almeida. – Porto Alegre: Penso, 2016.

ENGLE, Patrice; LUCAS, Jane E. Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC): Manual de orientação às famílias. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário: Programa Criança Feliz. Tradução realizada pela equipe técnica do Instituto Alfa e Beto com autorização da UNICEF. Tradução do original Care for Child Development, 2012.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. A organização do trabalho de alfabetização na escola e na sala de aula: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Orientações para o educador: caderno do formador. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2006. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

FIAD, Raquel Salek. Escrever é reescrever: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2006. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

FIGUEIREDO, Márcio Xavier Bonorino. A corporeidade na escola: brincadeiras, jogos e desenhos. - 6ª ed. - Pelotas: Editora Universitária - UFPel, 2009.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. - Petrópolis, RJ; Vozes, 1995.

GOMES, Maria de Fátima Cardoso. A aprendizagem e o ensino da linguagem escrita: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

HAETINGER, Daniela. Jogos, recreação e lazer. - 1. ed., rev. - Curitiba, PR: IESDE

Brasil, 2012.

HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil. – Porto Alegre: Penso, 2017.

HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

JERÔNIMO, Denise Dantas. Trilhando os solos : atividades lúdicas e jogos no ensino de solos. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2012.

JOBIM E SOUZA, Solange. Infância e linguagem : Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. - Campinas, SP: Papirus, 1994. - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

KLEIMAN, Angela B. Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?. Linguagem e letramento em foco – Linguagem nas séries iniciais. Ministério da Educação, 2005.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/ou fundamental. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n.96, 2006.

LAJOLO, Marisa. Literatura infantil brasileira e estudos literários. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 36, p. 97-110, julho-dez. 2010.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Vitória Líbia Barreto de (org.). Livro de estudo: Módulo III. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 6).

Manual de boas práticas de higiene e de cuidados com a saúde para centros de educação infantil. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria da Saúde. COVISA – Coordenação de Vigilância em Saúde, 2008.

Manual de vigilância à saúde em creches e pré–escolas. Prefeitura Municipal de Campinas/SP, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. — São Paulo: Moderna, 2003.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Caderno de apresentação. - 1.ed.- Brasília: MEC/SEB, 2016. - (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.1).

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ser docente na educação infantil: entre o ensinar e o aprender. - 1.ed. - Brasília: MEC /SEB, 2016.

- (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.2).

OLIVEIRA, Lindamir C. V.; SARAT, Magda (orgs.). Educação infantil: história e gestão educacional. – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

PAIVA, Aparecida. Literatura e leitura literária na formação escolar: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale, 2006. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

PAIVA, Aparecida et al. Literatura na infância: imagens e palavras. Acervos do PNBE 2008 para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2008.

PEREIRA, Arlete de Costa. O educador no cotidiano das crianças: organizador e problematizador. – Brasília: Gerdau, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2011. (Série mesa educadora para a primeira infância; 3).

PIAGET. A formação do símbolo na criança: imitação, jogos, sonho e representação. (1975).

PIORSKI, Gandhy. Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar. - São Paulo: Peirópolis, 2016.

PRIORE, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil. – 7ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. – ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: matemática. – ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

ROJO, Roxane. As relações entre fala e escrita: mitos e perspectivas - caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale, 2006. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

ROJO, Roxane. Desenvolvimento e apropriação da linguagem pela criança: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale, 2006. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

SANTOS, Edson Cordeiro dos; SOUZA, Andréa de Oliveira Salustriano de; SILVA, Flavio Médici da. Revivendo as brincadeiras de criança. - Rio de Janeiro: Solidariedade França-Brasil, 2015.

SANTOS, Marlene Oliveira dos; RIBEIRO, Maria Izabel Souza (orgs.). Educação infantil: os desafios estão postos: e o que estamos fazendo?. – Salvador: Sooffset, 2014.

SIAULYS, Mara O. de Campos. Brincar para todos. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

SILVA JR, Hédio et al (orgs.). Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial. - São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. – 6ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

TEODORO, Wagner. Luiz. Garcia. O desenvolvimento infantil de 0 a 6 e a vida pré-escolar. – Uberlândia, 2013.

VAL, Maria da Graça Costa. Língua, texto e interação: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

VAL, Maria da Graça Costa. Produção escrita: trabalhando com gêneros textuais: caderno do professor. – Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2007. – (Coleção Alfabetização e Letramento)

VIEIRA, Martha Lourenço. Produção de textos escritos: caderno do professor. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. - (Coleção Alfabetização e Letramento)

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e Linguagem. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WINNICOTT, Donald W. O brincar e a realidade. Traduzido por Breno Longhi, revisão técnica de Leopoldo Fulgencio. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
Atenção para o conteúdo específico para todos os profissionais da Educação.

Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Noções básicas de uma alimentação saudável. Noções básicas sobre higiene e limpeza: Noções de higiene, saúde corporal e cuidado pessoal no ambiente de trabalho; Higiene e limpeza na cozinha, do refeitório e áreas afins; Higiene e limpeza dos utensílios e dos equipamentos; Higiene dos alimentos; Higiene na manipulação dos alimentos. Segurança no ambiente de trabalho: Segurança individual e coletiva no ambiente de trabalho; Utilização de equipamentos de proteção individual; Manuseio e segurança no uso dos utensílios e equipamentos; Noções básicas de prevenção de acidentes no trabalho. Etapas do processo de produção de refeições: Recebimento, guarda e segurança dos alimentos; Conservação de ingredientes; Noções de culinária; Técnicas no preparo de refeições; Utilização adequada de equipamentos e ingredientes; Distribuição das refeições. Bibliografia sugerida: Publicações Institucionais: Planejamento e Preparo de Alimentos. Alimentação Saudável e Sustentável. Cardápio Escolar (www.mec.gov.br). Cartilha sobre boas práticas para serviços de alimentação (www.anvisa.gov.br). Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

TÉCNICO EM GESTÃO ESCOLAR

Educação contemporânea. Normas, diretrizes, referenciais e parâmetros curriculares da educação básica, da educação infantil e do ensino fundamental. Gestão participativa na escola. Educação Inclusiva. Gestão Escolar. Gestão escolar e Projeto Político-Pedagógico. Projeto Político-Pedagógico. O Currículo escolar. Elaboração de Plano de Ação compartilhado por todos da comunidade escolar. Gestão escolar e participação da família e comunidade escolar/escolares. Planejamento e realização de reunião pedagógica. Ética e cidadania no convívio escolar. História da educação no Brasil e no mundo. A trajetória da Gestão Escolar. Funcionamento escolar. Organização escolar. O Currículo e a Formação de educadores; Estudos Curriculares: as teorias do currículo; O Currículo na prática escolar. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Tecnologia e gestão educacional. Gestão Pedagógica: Desempenho e eficácia das Unidades Escolares; Objetivos e metas para a educação na Unidade Escolar tendo por referência a legislação Federal e Municipal; Indicadores de desempenho escolar; Avaliação institucional da escola; Tendências e inovação em gestão escolar. Desafios contemporâneos da educação. Resolução de conflitos. Gestão Escolar e a política educacional atual. Organização e realização de reunião de pais. Educação especial e inclusão na escola. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação Especial. Avaliação Institucional Escolar. Motivação do corpo docente e discente. Gestão Educacional: Diagnóstico e análise dos indicadores sociais, educacionais e culturais; Levantamento das formas de atendimento a necessidades específicas; Bases legais de apoio. Estratégias para combater a evasão escolar. Estratégias para uma escola atrativa. Desenvolvimento da Educação e Estratégias de Ação; Indicadores demográficos considerados no mapeamento da demanda escolar.

Bibliografia referencial – documentos sugeridos

Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 05/07/2000. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2000.

BRASIL. MEC 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09 de outubro de 2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Indagações sobre currículo: Currículo e Avaliação / FERNANDES, Claudia de Oliveira, FREITAS, Luiz Carlos de. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura. / Antonio Flávio Barbosa Moreira; Vera Maria Candau. Brasília: MEC/SEB, 2008.

BRASIL. MEC 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 – Resolução n.º 7 MEC/CEB – 14/12/2010.

Documento Norteador para a Elaboração do Plano Municipal de Educação.

Gestão da Educação Escolar. Gestão Democrática nos sistemas e na escola. Memorial da Gestão da Escola Municipal. Guia de Programas para os Municípios. Indicadores da qualidade na educação. Indicadores da qualidade na educação infantil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Subsídios para o Planejamento de Conferência Municipal de Educação. Trabalho Escolar e Teorias Administrativas (acessíveis em http://portal.mec.gov.br).

Parâmetros Curriculares Nacionais – 1º e 2º ciclos do EF – 1997 – todos os volumes.

Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do EF – 1998 – todos os volumes.

Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 5/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Resolução CNE/CEB nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Volumes 1, 2 e 3.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Educação de Jovens e Adultos: princípios e práticas pedagógicas – 2015. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Divisão de Ensino Fundamental e Médio. Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria: Elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar. São Paulo: SME/DOT, 2015.

Bibliografia referencial – livros sugeridos

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais (Locais do Kindle 5-6). SciELO - Editora UNESP. Edição do Kindle.

ARROYO, Miguel. Imagens Quebradas – Trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2009.

BONAMINO, Alicia; SOUZA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

CARIA, Alcir de Souza. Projeto político-pedagógico: em busca de novos sentidos. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. - (Educação cidadã ; 7).

Catálogo, bibliografia e endereços úteis. Ética e cidadania no convívio escolar: uma proposta de trabalho. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/ SEF, 2001.

CRUZ, Maria Ângela Santa et al. Medicalização de Crianças e Adolescentes – Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2010. capítulos de 2 a 7, 10 e 11.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa [et al]. Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas. Curitiba: Editora CRV, 2009.

DAVID, Célia Maria. [et al.]. Desafios contemporâneos da educação. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. (Locais do Kindle 6-7). SciELO - EDUFBA. Edição do Kindle.

Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar / Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena. – 2 ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1994. (Cadernos de Educação Básica. Série Institucional; 2).

DOURADO, Luiz Fernando (Coordenador). A qualidade da educação: conceitos e definições. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

DUBET, François. O que é uma escola justa? A Escola das Oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

Em Aberto: gestão escolar e formação de gestores. / Revista Em aberto. Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola?, módulo IX. -- Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

FERREIRA, Naura S. Carapeto Ferreira (org.). Gestão democrática da educação. Cortez, 8ª ed. 2013. GUIMARÃES, Ana Archangelo.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. Pedagogia do oprimido. 57ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOBBI, Marcia Aparecida; PINAZZA, Mônica Appezzato. Infância e suas linguagens. São Paulo: Cortez, 2014.

HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Mediação, 20ª ed. 2015.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional – Formar-se para a mudança e a incerteza. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola. Artmed, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi; SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCK, Heloisa. A gestão participativa na escola. Vozes, 11ª ed. 2017.

LUCK, Heloisa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Vozes, 7ª ed. 2006.

LUCK, Heloisa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MANTOAN, Mª Teresa Egler. Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer? 1ª ed. São Paulo: Summus, 2015.

MARQUES, Luciana Rosa. A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas. – Recife: O Autor, 2005.

MARTINS, Vicente. A Lei Magna da Educação, 2002.

PARO, Vitor. Diretor Escolar: educador ou gerente?. São Paulo: Cortez, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs.). Professor Reflexivo no Brasil – gênese e crítica de um conceito. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROPOLI, Edilene A. et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SACRISTÁN, Jose Gimeno (org). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. A Busca do tema gerador na práxis da educação popular. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

SMOLE, Katia Stocco et al. Ler, escrever e resolver problemas. Artmed, 2001.

SOARES, Leôncio et al. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença – E se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORRES, C.A.; O'CADIZ, M.D.P.; WONG,P.L. Educação e Democracia: a práxis de Paulo Freire em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2002.

TYHIESEN, J. S. Interdisciplinaridade como movimento articulador no processo ensino/aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, set/dez 2008. Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA

Noções básicas de higiene: higiene pessoal e no trabalho; Manuseio e utilização de ferramentas, produtos e materiais de trabalho; Equipamentos de proteção individual; Noções de primeiros socorros; Qualidade no atendimento ao público; Relações humanas no trabalho; Noções básicas de segurança no trabalho. Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

TÉCNICO EM TRANSPORTE ESCOLAR

Lei Federal nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente (atualizado); Lei nº 9.503/1997- Código de Trânsito brasileiro (atualizado); Resoluções do CONTRAN pertinentes ao transporte escolar; Noções de primeiros socorros; Noções de segurança individual e coletiva. Atenção para o conteúdo específico para todos os profissionais da Educação. Outras questões versando sobre as atividades e atribuições específicas da função.

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E/OU SOLICITANTE DE CONDIÇÃO ESPECIAL

Processo Seletivo nº 003/2023 – Prefeitura Municipal de Juína/MT

Dados do candidato:

NOME:	
INSCRIÇÃO:	**RG:**
FUNÇÃO:	
TELEFONE:	**CELULAR:**

CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? ?SIM ?NÃO
Se sim, especifique a deficiência: _____ _____ Nº do CID: _____ Nome do médico que assina do Laudo: _____ Nº do CRM: _____

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? ?SIM ?NÃO
? SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA) ? MESA PARA CADEIRANTE ? SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE ? LEDOR ? TRANSCRITOR ? PROVA EM BRAILE ? PROVA COM FONTE AMPLIADA (FONTE TAMANHO 24) ? INTÉRPRETE DE LIBRAS ? OUTRA. QUAL?_____ _____

ATENÇÃO: Esta declaração deverá ser enviada em envelope pela ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) via SEDEX, no período de inscrições, conforme disposto no Capítulo III do Edital.

Juína, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA ENTREGA DOS TÍTULOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA - MT – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2023

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº DE INSCRIÇÃO:_____ RG: _____

FUNÇÃO: _____

Título	Comprovante	Marque com X
STRICTU SENSU – Título de Doutor na Área em que concorre ou em área relacionada, concluído até a data da apresentação dos títulos.	- Diploma devidamente registrado ou Ata da apresentação da defesa de tese, ou declaração/certificado de conclusão de curso expedido por instituição oficial, em papel timbrado da instituição, contendo data, assinatura e nome do responsável pelo documento e reconhecido pelo MEC.	
STRICTU SENSU – Título de Mestre na área em que concorre ou em área relacionada, concluído até a data da apresentação dos títulos.	- Diploma devidamente registrado ou Ata da apresentação da dissertação de mestrado, ou declaração/certificado de conclusão de curso expedido por instituição oficial, em papel timbrado da instituição, contendo data, assinatura e nome do responsável pelo documento e reconhecido pelo MEC.	
LATO SENSU – Título de Pós – Graduação – duração mínima de 432 horas/aula (que equivale a 360 horas cheias), na área em que concorre ou em área relacionada, concluído até a data da apresentação dos títulos.	- Diploma ou Certificado de Pós Graduação, MBA, Especialização devidamente registrado pelo órgão expedidor, impresso em papel timbrado da instituição, contendo data, assinatura e nome do responsável pelo documento, local/livro de registro e reconhecido pelo MEC.	

Nº de folhas anexas:_____

Assinatura do candidato: _____

Data: ____/____/_____

Obs.: Não será permitido o preenchimento deste documento na fila de protocolo.

Não colocar este documento dentro de envelope

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juína

Eu, _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, inscrito(a) no Processo Seletivo nº 03/2023 da Prefeitura Municipal de Juína, para a função de _____ venho, através deste solicitar isenção da taxa de inscrição por pertencer à família de baixa renda inscrita no Cadastro Único do Município.

A fim de comprovar que tenho direito ao benefício, segue comprovantes conforme exige o edital de abertura de inscrição.

Por fim, informo que estou ciente que o deferimento ou indeferimento de isenção da taxa de inscrição será divulgado conforme Cronograma – Anexo VII do Processo Seletivo.

Juína, ___ de _____ de 2023.

Assinatura

ANEXO VI

FORMULÁRIO PARA CRITÉRIO DE DESEMPATE

Prefeitura de Juina – MT – Processo Seletivo nº 003/2023

NOME DO CANDIDATO:_____

Nº DE INSCRIÇÃO:_____ RG: _____

FUNÇÃO: _____

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	QUANTIDADE DE DIAS
PÚBLICO	_____DIAS
PRIVADO	_____DIAS
TOTAL DE DIAS	_____DIAS

Nº de folhas anexas:_____ (folhas protocoladas, exceto este formulário)

Assinatura do candidato: _____

Data: __/__/2023

ANEXO VII

CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	DATAS
Publicação do edital	**07/11/2023**
Período de inscrições e disponibilização do boleto bancário, inclusive 2ª via	**Das 10h00min do dia 22/11/2023 às 16h00min do dia 30/11/2023**
Período de solicitação de isenção de taxa de inscrição.	**Protocolar no dia 22/11/2023 conforme previsto no item 2. 19 deste edital.**
Divulgação do indeferimento e deferimento dos pedidos de isenção.	**24/11/2023**
Prazo de recurso do indeferimento e deferimento dos pedidos de isenção.	**27/11/2023**
Homologação dos deferimentos e indeferimentos dos pedidos de isenção	**29/11/2023**
Data limite para pagamento das inscrições	**01/12/2023**
Divulgação da relação de candidatos inscritos, deficientes, condição de prova especial e convocação com indicação do local e horário da realização da prova objetiva	**11/12/2023**

Prazo de recursos com relação aos candidatos inscritos	**12/12/2023**
Divulgação da retificação da relação dos candidatos inscritos, se houver.	**13/12/2023**
Realização das provas objetivas e entrega de títulos	**17/12/2023**
Divulgação de gabarito das provas	**18/12/2023**
Prazo de recursos em relação ao gabarito das provas objetivas	**19/12/2023**
Divulgação do julgamento dos recursos	**27/12/2023**
Divulgação da retificação e homologação do gabarito (se houver) e divulgação da nota da prova objetiva e de títulos	**29/12/2023**
Prazo de recursos em relação às notas das provas objetivas e de títulos	**02/01/2024**
Homologação da nota da prova objetiva e de títulos.	**05/01/2024**
Convocação para realização da prova prática.	**06/01/2024**
Realização da prova prática	**14/01/2024**
Divulgação da nota da prova prática	**18/01/2024**
Prazo de recurso da nota da prova prática	**19/01/2024**
Publicação da homologação do resultado final e Publicação da homologação do Processo Seletivo.	**23/01/2024**

* As datas acima poderão sofrer alterações com prévia divulgação.

** Todas as divulgações referentes ao Processo Seletivo serão realizadas nos sites www.inepam.org.br, www.juina.mt.gov.br, no Diário Oficial do Município e no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ONTRATO Nº 247/2023 SEAF-PRO-2022/4310 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023/SEAF- MT

CONTRATO Nº 247/2023

SEAF-PRO-2022/4310

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023/SEAF- MT

Contrato que entre si celebram **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA/MT** e a **empresa AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DA MEDALHA MILAGROSA LTDA,** tendo por objeto a aquisição de Contratação de empresa especializada para executar serviços de transferência de embriões bovinos, conforme especificações constantes neste Contrato.

Município de Juruena/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº **24.950.461/0001-93**, com sede na Avenida 04 de julho, n°. 360, Cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **MANOEL GONTIJO DE CARVALHO**, doravante denominado “CONTRATANTE” e a empresa **AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DA MEDALHA MILAGROSA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **70.433.842/0001-12**, sediada na **GLEBA COMUNIDADE DO QUILOMBO**, ZONA RURAL, município de **JANGADA/MT** doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por **PEDRO RODRIGUES CAMPOS NEVES**, portadora da Carteira de Identidade nº 1569846-7, inscrito no CPF sob nº **007.147,021-29**, doravante denominada “CONTRATADA”, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da Dispensa de Licitação nº 171/2023*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para executar serviços de transferência de embriões bovinos.

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Nº 010/2023/SEAF e à proposta vencedora, independentemente de transcrição. **1.3** - Discriminação do objeto:

LOTE 01
AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DA MEDALHA MILAGROSA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de Empresa para Executar Serviços de Transferência de Embriões Bovinos com Fornecimento de Embriões com as seguintes características: Embriões de bovinos da raça Girolando ½ sangue, produzidos com sêmen sexado de fêmea, transferidos em vacas ou novilhas receptoras, com confirmação de prenhez a partir de 60 dias após a transferência de embriões. As fêmeas bovinas doadoras de oócitos serão da raça Gir Leiteiro e deverão estar devidamente registradas no Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e serem portadoras de Registro Genealógico Definitivo (RGD). As fêmeas doadoras de oócitos, da raça Gir Leiteiro, terão lactações próprias, acima 5.000 Kg de leite em 305 dias (podendo ser utilizada vacas ou novilhas desde que as mães possuam lactações que atinjam o valor acima). Estas lactações terão controles oficiais realizados pela ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu e será obrigatório a apresentação da RIL (Relatório Individual de Leite) de cada doadora, emitido pela ABCZ. Os touros, doadores de sêmen, utilizados para a Fertilização in Vitro (FIV), deverão ser, de no mínimo 03 (três) touros diferentes, sendo 1/3 de doses de sêmen por reprodutor. O sêmen dos touros deverá ser sexado de fêmea. Os touros serão da raça Holandesa, puros, importados e deverão apresentar todas as características iguais ou acima das estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a partir de maio/2022 (Critérios para emissão de Certificação Zootécnica para Importação de material genético de ruminantes), em consonância com o índice específico do país de origem do referido animal. Os touros deverão ser avaliados em provas não inferiores a provas não inferiores a agosto de 2022 pelo CDCB/ USDA ou equivalente DAIRYBULLS E INTERBULL. As provas dos touros devem ser anexadas na habilitação	12	UN.	R$ 2. 923,08	R$ 35. 076,96
VALOR TOTAL: R$ 35.076,96					

CLÁUSULA SEGUNDA– PREÇO

2.1 - O valor total da contratação é de**R$ 35.076,96 (TRINTA E CINCO MIL SETENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)**

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, contados da assinatura deste Termo, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários **(31/10/2023 A 31/10/2024).**

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - Os recursos para pagamento dos serviços do referido objeto será (ao) da (s) seguinte dotação orçamentária:

73. 20.606.0011.2009.3.3.90.39.00.00.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da CONTRATANTE;

5.2 - A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

5.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

5.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

5.5 - A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*;

5.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;

5.7 -Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe;

5.8 - Pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo setor / unidade responsável e/ou pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n°s 840/2017, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos no Decreto Orçamentário vigente);

5.9 - O pagamento será efetuado à contratada até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento, obedecendo ao cronograma de desembolso previsto no Decreto Estadual nº 1.349/2018;

5.10 - A Contratada receberá somente após a confirmação da prenhez sexada de fêmea nos termos especificados neste termo de referência;

5.11 - Não será efetuado pagamento de nota pendente de adimplemento por parte da contratada, que o serviço ou o objeto não tenha sido recebido definitivamente. Caso o serviço ou objeto tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente. As notas a serem pagas poderão sofrer desconto devido aplicação das multas previstas neste Termo de Referência;

5.12 - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento;

5.13 - O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

II) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

III) Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária.

IV) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

V) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

6.1 A contratada poderá solicitar o reajuste dos preços contratados pelo índice inflacionário aplicável, qual seja, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após os doze meses de assinatura do contrato.

6.2. A contratada poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses legalmente admitidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1 - A fiscalização será exercida por servidor designado pela CONTRATANTE, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

7.2 – Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a CONTRATANTE, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento.

7.3 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei nº 8.666/93.

7.4 – Será de responsabilidade do fiscal de contrato, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto deste termo de referência

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. O(s) produto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

8.2. O serviço deverá ser executado de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade do fornecimento e à satisfação da CONTRATANTE;

8.3. Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.4. Entregar o(s) serviço(s) adjudicado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.5. A CONTRATADA se responsabilizará pela execução da transferência de embriões e a confirmação de prenhezes, onde os embriões serão transferidos em fêmeas, de propriedade dos produtores rurais engajados no projeto, denominadas receptoras de embriões, através da biotecnologia de Produção de Embriões *In Vitro* (FIV), oriundos de vacas ou novilhas das raças Gir Leiteiro, denominadas doadoras de embriões, de alto potencial genético para produção leiteira. Os oócitos aspirados das doadoras serão fertilizados com sêmen, sexado de fêmea, de reprodutores da raça Holandesa, sempre objetivando produtos da raça Girolando: ½ sangue Holandês + ½ sangue Gir.

8.5.1. A CONTRATADA deverá fazer a transferência de embriões em, no mínimo 10 vacas ou novilhas receptoras e, no máximo 20, por produtor de leite.

8.5.1.1. Poderão ser selecionados produtores com menor número de vacas ou novilhas receptoras desde que completem, juntamente com outros produtores, o número mínimo exigido no subitem 11.5.1, e as **vacas receptoras deverão se encontrar** em uma única propriedade e permanecer na mesma até o diagnóstico gestação e sexagem fetal.

8.5.2. A empresa contratada deverá realizar uma **reunião técnica obrigatória** com os produtores beneficiários e com todos os envolvidos no projeto a ser executado (técnicos da EMPAER, prefeituras, associações e cooperativas) para repassar as orientações técnicas, funcionamento e execução do projeto.

8.5.2.1. A reunião técnica obrigatória deverá ser realizada **antes do início da execução do projeto.**

8.5.2.1.1. A reunião deverá ser comprovada com **Relatório Descritivo do Evento** contendo data, assuntos abordados, números de participantes, relatório fotográfico e lista de presença dos participantes e deverá ser encaminhada para a SEAF/MT, juntamente com os relatórios de comprovação das prenhezes (relatórios Finais de Diagnóstico de Gestação).

8.5.3. A CONTRATADA será responsável pela avaliação e seleção final das receptoras, nas propriedades dos produtores rurais engajados no projeto.

8.5.4. A CONTRATADA será responsável por todos os medicamentos e realização do protocolo hormonal, exames de Brucelose e Tuberculose, vacinas reprodutivas (IBR, BVB e Leptospirose), fornecimento e transferência de embriões, diagnóstico de gestação e sexagem fetal através de ultrassonografia, identificação das vacas e novilhas prenhes com brincos personalizados do programa, fornecimento de brincos personalizados para bezerras que nascerão através do projeto e demais ações necessárias para o desenvolvimento da atividade proposta.

8.5.4.1. Os exames de brucelose e tuberculose deverão ser realizados no início do protocolo hormonal e em todas as vacas selecionadas como receptoras e os resultados deverão ser encaminhados para a SEAF/MT juntamente com os relatórios finais de comprovação de gestação.

8.5.4.1.1. A CONTRATADA deverá comunicar ao Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso/INDEA os casos positivos de brucelose e tuberculose, conforme determina a legislação vigente do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT).

8.5.4.2. As vacinas reprodutivas deverão ser aplicadas no início do protocolo hormonal em todas as vacas ou novilhas receptoras e deverá ser emitido um Atestado de Vacina contento laboratório, partida e data de validade, que deverá ser entregue uma cópia para o produtor e uma deverá ser encaminhada para a SEAF, juntamente com os Relatórios Finais de Confirmação de Diagnóstico de Gestação.

8.6. A CONTRATADA será remunerada por prenhez confirmada, a partir de 60 **dias de gestação após a transferência de embrião,** com embrião sexado de fêmea, não importando para a CONTRATANTE a quantidade de embriões que a empresa responsável irá utilizar para alcançar o resultado final.

8.6.1. A CONTRATADA realizará a sexagem do fetal por ultrassonografia e os fetos que resultarem em machos não serão cobrados da SEAF/MT e nem das Entidades parceiras.

8.6.1.1. Se houver nascimentos de machos, por erro na sexagem fetal, a empresa executora deverá fazer nova transferência para cumprir a especificação do objeto ou na impossibilidade de refazer as transferências, a contratada deverá ressarcir aos cofres públicos e as Entidades parceiras o valor das prenhezes, **independentemente da vigência contratual.**

8.6.1.1.1. Se houver um número de nascimentos superior a 10% de machos sobre o valor do total de prenhezes cobradas, além da reposição das prenhezes ou devolução do valor pago pelo serviço**, a contratada sofrerá penalidades previstas no subitem 12.1.1, "c" deste contrato.**

8.7. A CONTRATADA deverá utilizar a genética aprovada das doadoras e doadores dos animais apresentados no processo licitatório e com as características que constam na especificação.

8.7.1. Os touros, doadores de sêmen, utilizados para a Fertilização in Vitro (FIV), deverão ser de no mínimo 03 (três) touros diferentes para cada Ordem de Fornecimento, caso não seja respeitado o número mínimo exigido, **a contratada sofrerá penalidades previstas no subitem 12.1.1, "c" deste contrato.**

8.7.2. A genética utilizada na produção dos embriões será comprovada através do teste de DNA, que será de responsabilidade das Entidades parceiras, que deverão realizar os exames após os nascimentos das bezerras e encaminhar uma cópia dos resultados à SEAF e outra para os técnicos da EMPAER que acompanham o projeto.

8.7.2.1. Caso a genética utilizada na produção dos embriões não seja comprovada, através do teste de DNA, a Contratada deverá realizar nova transferência com a genética dos doadores ofertados e aprovados no processo licitatório, na impossibilidade de refazer as transferências deverá ressarcir aos cofres públicos e Entidades parceiras o valor das prenhezes, independentemente da vigência contratual, e ainda sofrerá penalidade prevista no subitem 12.1.1, "c" deste contrato.

8.8. Caso ocorra a morte de animais doadores de material genético, ou apresentem problemas que incapacitem a coleta de material genético durante a execução do projeto, aprovados no processo licitatório, poderão ser substituídos por outros, desde que apresentem características **iguais ou superiores** e que os problemas incapacitantes e óbito sejam comprovados.

8.8.1. O pedido de substituição das vacas doadoras de material genético deverá ser encaminhado para a SEAF juntamente com a comprovação dos problemas apresentados.

8.9. A CONTRATADA deverá encaminhar à contratante, relatórios com os respectivos comprovantes de visitas nas propriedades rurais, endereços e coordenadas geográficas das propriedades, telefone, nome dos produtores, números das receptoras, registros fotográficos dos trabalhos realizados nas propriedades e os resultados obtidos (número de fêmeas prenhas pela transferência de embriões) além do relato das intervenções realizadas como diagnóstico de gestação confirmado de no mínimo 60 (sessenta) dias após a transferências de embriões, sexagem fetal, exames de brucelose, tuberculose e atestados de vacina, colocação de brincos nas receptoras prenhas de fêmea e entrega de brincos personalizados para as bezerras, validado pela contratante através da EMPAER/SEAF e Entidade Parceira. Relatório Descritivo e Modelo no **Anexo 2**. (Validado pelos responsáveis técnicos da EMPAER, Entidade Parceira e Empresa Executora)

8.10. A CONTRATADA, além dos relatórios citados no item **8.9,** encaminhará à SEAF/MT relatório especificando os doadores de material genético de todas as prenhezes, informando, também, o número das receptoras e o nome do proprietário.

8.11. A CONTRATADA deverá, após o diagnóstico de gestação e sexagem fetal, colocar nas vacas receptoras prenhas, de feto sexado de fêmea, um brinco com a logomarca do programa, **bem como entregará** os brincos para os produtores colocarem nas bezerras após nascimento, também com a logomarca do programa e especificação dos doadores de material genético (pai e mãe). Modelo **Anexo 1.**

8.12. A CONTRATADA deverá entregar ao produtor, após a confirmação de gestação e sexagem fetal, **um Relatório Individual** contendo Nome do Produtor e Propriedade, Número da receptoras trabalhadas na propriedade com os respectivos resultados do Diagnóstico de Gestação e Sexagem Fetal, RGD (Registro Geral Definitivo) das doadoras e dos touros, Controle Leiteiro das doadoras utilizadas e previsão do parto, validado pela Contratante através da EMPAER/SEAF, Entidade Parceira e empresa Executora e brincos com a logomarca do projeto e nome dos genitores, que será colocado nas bezerras após nascimento, juntamente com o Atestado de Vacina.

8.13. Comparecer, quando convocada, para assinar a Ordem de Fornecimento no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal;

8.14. Retirar a nota de empenho específica em prazo não superior a 03 (três) dias úteis, contados da convocação oficial;

8.15. A CONTRATADA deverá realizar o(s) serviço(s) utilizando-se dos materiais, medicamentos, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;

8.16. Indenizar terceiros e/ou a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.18. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros;

8.19. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.20. Apresentar à CONTRATANTE, um preposto e a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos relatórios, os quais devem estar devidamente identificados;

8.21. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

8.22. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelo fornecimento do contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;

8.23. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento;

8.24. Reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente termo de referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.25. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da utilização do objeto;

8.25.1. Comparecer às reuniões quando solicitadas pela SEAF.

8.26. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades da CONTRATADA, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

8.27. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 01, de 19 de janeiro de 2010;

8.28. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 840/2017 e alterações.

8.29. A inobservância das regras previstas neste Termo de Referência acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência;

9.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

9.3. Analisar os relatórios emitidos pela empresa executora referente a prestação dos serviços.

9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

9.5. Notificar a CONTRATADA de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato;

9.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste termo de referência.

9.7. A CONTRATANTE deverá fornecer a arte com a logomarca do Programa Mato Grosso Produtivo Leite, conforme **Anexo 1**, para a CONTRATADA personalizar os brincos que identificarão as vacas ou novilhas receptoras prenhas e as bezerras que irão nascer através do projeto, **conforme itens 8. 11 e 8.12.**

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS.

10.1 - Os serviços de transferência de embriões, sexados de fêmea, com confirmação de prenhez deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, conforme Termo de Referência;

10.2 - O relatório com a confirmação dos serviços realizados, conforme itens **8.9, 8.10 e 8.12, serão entregues de segunda à sexta-feira, tendo, por regra, o horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30. Todavia, deve-se observar o horário estipulado na Ordem de Fornecimento**;

10.3 - A CONTRATADA deverá garantir, através de relatório validado pela EMPAER e Entidade Parceira, conforme itens **8.9, 8.10 e 8.12**, o número de receptoras bovinas prenhas pela transferência de embriões, e demais informações e identificações exigidas na especificação e legislação em vigor;

10.4 - Somente serão aceitos e recebidos os serviços realizados em perfeitas condições, conforme especificação. Caso alguma contratação não apresente as condições ora estabelecidas serão rejeitados, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los. Neste caso sujeita-se ainda a CONTRATADA às sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, quando couber;

10.5 - Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal ao Fiscal do Contrato, indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas;

10.6– Os bens deverão ser apresentados conforme padrão do fabricante, devendo garantir proteção durante o transporte até a entrega à CONTRATANTE, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor;

10.7– O descarregamento do bem será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta fornecer a mão-de-obra necessária.

10.8 – A CONTRATADA deve comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, para que o Fiscal do contrato possa acompanhá-la;

10.9- Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

a) **Provisoriamente**: Os bens serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

b) **Definitivamente**: após 5 dias úteis do recebimento provisório, será feito o recebimento definitivo após ser verificada a integridade do (s) produtos (s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) ou na Nota Fiscal e emissão do relatório de recebimento definitivo, atestando o aceite do equipamento, que será anexo ao processo de pagamento;

10.10 - A CONTRATANTE emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e após constatar que a CONTRATADA tenha cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento;

10.11 - Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante ofertadas na proposta;

10.12 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.13 - O aceite/aprovação do (s) produto (s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do (s) produto (s) ou disparidades com as especificações estabelecidas verificadas posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GLOSAS

11.1 - A Contratante poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à contratada, nas seguintes hipóteses:

a) Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

b) Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

11.2. As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, ou documento equivalente, mês da prestação dos serviços, valor recursado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da SEAF/MT. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

11.3. Na hipótese de silêncio ou inércia da contratada quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

11.4. A SEAF-MT terá prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

11.5. A SEAF-MT poderá, também no prazo de 30 (trinta) dias após os pagamentos, proceder as correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

11.6. Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1 – A CONTRATADO inadimplente total ou parcialmente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86,87 e 88 da Lei Federal nº 8. 666/93 combinados com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

12.1.1 – Pelo atraso ou recusa imotivada em prestar os serviços, ou ainda pela inexecução parcial ou total das cláusulas, a contratada poderá incorrer em:

a) - Advertência por escrito, sempre que verificadas irregularidades de pequena monta;

b) - Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total empenhado por dia de atraso injustificado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

c) - Multa de até 10% (dez por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução parcial;

d) - Multa de até 15% (quinze por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução total;

e) - Para os casos de multas não previstas, aplicar-se-á o **valor de 2% (dois por cento)** sobre o valor empenhado;

f) Será configurada a **INEXECUÇÃO PARCIAL** quando:

f1) Houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, até o limite de 30 (trinta) dias;

f2) A contratante deixar de realizar exames de brucelose e tuberculose, no prazo estabelecido no subitem 8.5.4.1;

f3) A contratante deixar de realizar vacinas reprodutivas, no prazo estabelecido no subitem 8.5.4.2;

f4) Os nascimentos de bezerros machos,por erro de sexagem fetal, forem superiores a 10% (dez por cento) do estabelecido no contrato ou Ordem de Fornecimento;

f5) A genética exigida item 3 não for comprovada pelo teste de DNA;

f6) Utilizar de genética das doadoras e doadores não aprovados no Processo Licitatório;

f7) Não utilizar na transferência dos embriões o material genético de no mínimo 3 (três) touros diferentes por Ordem de Fornecimento;

f8) Deixar de realizar reunião técnica antes de iniciar a execução dos trabalhos.

f9) Não colocar os brincos personalizados nas vacas receptoras com diagnóstico de gestação confirmado e não entregar os brincos para serem colocados nas bezerras após nascimentos.

g) Será configurada a **INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO**, quando:

g1) Houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue;

g2) Toda prestação de serviços não for aceita pela fiscalização por não atender às especificações;

12.2 – Na hipótese de apresentação de documento inverossímil, cometimento de fraude ou de comportamento inidôneo, a contratada, sem prejuízo de outras sanções e multas, poderá incorrer nas seguintes penalidades:

a) Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria por até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a SEAF/MT, depois de ressarcido dos prejuízos causados;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se a empresa ensejar o retardamento da execução da contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso contratado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

12.3. A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso não tenha valor a receber da SEAF/MT, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação,

para que efetue o pagamento ou apresente defesa. Não realizando o pagamento ou não apresentado defesa no prazo devido, os dados da contratada serão encaminhados ao Órgão competente para proceder a inscrição da mesma na Dívida Ativa do Estado;

12.4. As multas e sanções previstas neste Termo de Referência não eximem a contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a causar à Administração;

12.5. As sanções previstas nesta cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente no caso das multas, sem prejuízo a outras medidas cabíveis;

12.6. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do contratante, o contratado ficará isento das penalidades mencionadas;

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á assegurado o contraditório e ampla defesa, observando o procedimento previsto na Lei n° 8.666/93;

12.8. A autoridade competente na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da empresa contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o Princípio da Proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS GARANTIAS

13.1. DA GARANTIA DO SERVIÇO.

13.1.1. A CONTRATADA será responsável pelos serviços prestados, os quais produzirão efeitos até os nascimentos de todas as bezerras de acordo com a genética exigida no item 3, mediante comprovação pelo teste de DNA, ficando desobrigado somente após o envio de tais documentos.

13.1.2. A CONTRATADA ficará responsável pelos serviços executados, independemente da vigência contratual, nos casos de nascimentos de machos por erro de sexagem fetal.

13.2.DA GARANTIA CONTRATUAL

13.2.1. A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, mediante a opção por umas das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Fazenda, conforme orientação técnica nº. 040/2010/AGE;

a.1) A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuado o recolhimento de DAR (Documento de Arrecadação). Para a emissão do referido documento, deve-se realizar o seguinte procedimento:

1. Acessar site da SEFAZ, no endereço http://www.sefaz.mt.gov.br;

2. Na aba Serviços, clicar em Documentos Arrecadação, clicar em DAR-1 - Órgãos;

3. Selecionar o Órgão/Entidade Contratante e escolher o tipo de pessoa (no caso, Jurídica);

4. Preencher o Formulário para emissão do DAR:

5. Preencher os dados necessários;

a.2). Após a emissão do Documento de Arrecadação (DAR), efetuar o pagamento em qualquer agência do Banco do Brasil e, em seguida, encaminhar ao Contratante, ambos documentos: as cópias do DAR e do comprovante de pagamento;

b) Seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço", representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia exigida e como beneficiário o Órgão/Entidade Contratante;

b.1). No seguro-garantia ainda é vedado cláusula prevendo a obrigação de comunicar a mera expectativa de sinistro por parte do Contratante, bem como cláusula que permita a execução do objeto do contrato por meio de terceiros;

c) Fiança bancária, que deverá conter expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

13.2.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

13.2.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

13.2.2.2. A retenção efetuada com base no subitem 13.2.2.1 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

13.2.3. A contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 13.2.2.1 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.2.4. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e abranger um período de 90 (noventa) dias após o nascimento de todas as bezerras dos serviços executados.

13.2.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados ao Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

13.2.6. A garantia responderá pelo cumprimento das disposições do contrato, ficando o Contratante autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.

13.2.6.1. Caso o valor ou o prazo da garantia seja insuficiente para garantir o contrato, a Contratada providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do contrato.

13.2.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que for notificada.

13.2.8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.2.9. Será considerada extinta a garantia:

13.2.9.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.2.9.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o nascimento de todas as bezerras dos serviços executados, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, acarretando as consequências do art. 80, todos da Lei nº. 8.666/93, atualizada;

14.2. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não dará à Contratado direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

14.4. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Contratante, a retenção dos créditos decorrentes do futuro e eventual Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;

14.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela Contratante, previstas no Contrato e comprovadamente realizadas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As supressões resultantes de acordo celebradas entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO EM DIÁRIO OFICIAL

16.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei 10.520/2002 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CLAUSULA ANTICORRUPÇÃO

18.1 - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei n° 8.666-93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2 - O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.3 - A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

19.4 - A nulidade não exonera o CONTRATANTE do dever de indenizar o CONTRATADO pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

19.5 - Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2023/SEAF, com seus anexos, e a Proposta da Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1 - O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Cotriguaçu/MT.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Juruena-MT, 31 de outubro de 2023.

Contratante:	Contratada:
MANOEL GONTIJO DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL JURUENA/MT	**REPRESENTANTE DA EMPRESA**
Testemunhas: Nome: CPF:	Nome: CPF:

DECRETO Nº. 3.356, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

DECRETA DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA DIRETA DE PARTE DE IMÓVEL, POR NECESSIDADE E UTILIDADE PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA-MT, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 5º, letra "i" e 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e Lei Municipal nº. 1.574, de 17 de Outubro de 2023 e demais legislações especiais.

CONSIDERANDO que o art. 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 dispõe que mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO que o art. 5º, alínea "l" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 consideram-se casos de utilidade pública a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos;

CONSIDERANDO a garantia constitucional que reconhece, como uma tendência irreversível do Estado moderno, a possibilidade da interferência do Poder Público na mudança compulsória da destinação de um bem privado, ajustando aos interesses sociais, mediante desapropriação, prevista ao longo de vários dispositivos constitucionais, quais sejam arts. 5º XXIV; 22, II; 182, §§ 3º 3 4º, e III e 184.

CONSIDERANDO que o art. 7º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 que declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial;

CONSIDERANDO que é de conhecimento geral que a referida estrada é utilizada por toda população da região há pelo menos 20 (vinte) anos, impondo o seu reconhecimento e manutenção pelo Poder Público ante a sua relevância a população;

CONSIDERANDO que é possível que o domínio de uma propriedade seja consumado pela Administração sem o processo regular de desapropriação, mas de boa-fé, resultando diretamente da abertura de estrada de acesso pelo próprio particular e aberta a população;

CONSIDERANDO que a desapropriação indireta é definida como a incorporação da propriedade privada imobiliária ao domínio do Estado ou de uma pessoa jurídica de direito público sem que tenha ocorrido a desapropriação por utilidade pública;

CONSIDERANDO que o art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 que extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público; e,

CONSIDERANDO a necessidade e o interesse Público Municipal que surge quando a Administração defronta situações de utilidade pública, que, para serem resolvidas satisfatoriamente, exigem a transferência urgente de bens de terceiros para o seu domínio de uso imediato, visando desta forma atingir seu objetivo;

DECRETA: **Art. 1º** - Fica declarada a utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, sem qualquer ônus ao Município de Juruena/MT, o trecho de prolongamento da Estrada Linha São Jorge, com extensão total correspondente a 04,02 km, tendo início no M-01, com as seguintes coordenadas: Ponto -10º12'15,66''S -58º42'27,55''W; ao Ponto M-02, com as seguintes coordenadas: -10º11'09,51''S -58º40'80,00''W, conforme mapa que segue ANEXO ÚNICO como parte integrante, de propriedade de **Adolfo Moisés da Silva.**

Parágrafo Único. Os limites de faixa de domínio da estada descrita no caput será de 10 (dez) metros, a partir do eixo.

Art. 2º - A presente declaração por necessidade e utilidade pública, para fins de desapropriação destina-se a municipalização do trecho da referida estrada, passando a ser de responsabilidade do Poder Público Municipal, o que trará benefícios para os produtores rurais que necessitam de vias adequadas para escoarem sua produção.

Art. 3º - Fica declarada a urgência da desapropriação, para os casos previstos em lei.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Juruena-MT, 01 de Novembro de 2023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO: 036/2023 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO O Prefeito Municipal, MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 036/2023

Modalidade: Pregão Presencial SRP

Data da Homologação: 06/11/2023

Objeto da Licitação: ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, ELÉTRICO, PINTURA, MATERIAIS ESTRUTURAIS, ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO, FERRAGEM, COBERTURA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, E MANUTENÇÃO PREVENTIVA (VISITA PERIÓDICA) E CORRETIVA (EVENTUAIS) PREDIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM DESCONTOS APLICADOS SOBRE A TABELA SINAPI CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I***

Fornecedores:

EMPRESA: BA LUZ INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 40.690.097/0001-26

EMPRESA: 3M MATERIAIS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS

CNPJ: 04.347.124/0001-07

Juruena – MT, 06/11/2023.

_____

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.575, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A DESCARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS, TORNANDO OS RURAIS PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º - Tornam os imóveis objetos das matriculas nºs. **3.536, 4.892** e **0250**, todas do RGI da Comarca de Cotriguaçu/MT, e a matricula nº **1.638** do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Juína/MT, totalizando uma área com 225,5293ha (duzentos e vinte e cinco hectares, cinquenta e dois ares e noventa e três centiares), todos estes imóveis foram desmembrados de uma área maior com 252,98ha, formada pelos Lotes nº 02 e 03, da Quadra "O", do Loteamento denominado Juruena, que ora passam a ser considerados como imóveis rurais, ampliando o perímetro rural do Município de Juruena-MT.

Parágrafo Único: Os efeitos do caput se estende aos demais imóveis do município que tenham as mesmas características dos imóveis supracitados, devendo ser adotados os mesmos *modus operandi*.

ART. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Juruena/MT, 07 de Novembro de 2023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.576, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA PROGRAMA NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022 A 2025, NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023 E NA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2023 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R$ 721.259,00 (SETECENTOS E VINTE E UM MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, por excesso de arrecadação, adicionando recursos no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 721.259,00 (Setecentos e vinte e um mil e duzentos e cinquenta e nove reais).

ARTIGO 2º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1.367, de 30 de novembro 2021, abrangendo o período de 2022 a 2025, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1.480 de 06 de dezembro de 2022 e na LOA - Lei Orçamentária Anual - Lei nº. 1.481, de 06 de dezembro de 2022, para o exercício financeiro de 2023.

ARTIGO 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso II – excesso de arrecadação, oriundos de emenda parlamentar nº. 39620012-Deputado Federal Dr. Leonardo e Emenda nº. 23760001-Senador Jayme Campos.

ARTIGO 4º. O crédito especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através de decreto municipal, no orçamento programa, para o exercício financeiro de 2023, do Município de Juruena/MT, nas seguintes dotações:

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

Projeto Atividade: 1236 - INVESTIMENTO APS

10.301.0017.1236.34.4.90.52.00-Equipamento e Material Permanente……...R$ 137.419,00

1.6.00.311000-Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

Projeto Atividade: 1237 - INVESTIMENTO APS

10.301.0017.1237.34.4.90.52.00-Equipamento e Material Permanente……...R$ 139.816,00

1.6.00.311000-Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

Projeto Atividade: 1238 - INVESTIMENTO APS

10.301.0017.1238.34.4.90.52.00-Equipamento e Material Permanente……...R$ 144.024,00

1.6.00.311000-Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

Projeto Atividade: 2298 – CUSTEIO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

10.301.0017.2298.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica..R$ 300.000,00

1.6.00.311000-Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.

ARTIGO 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial, por excesso de arrecadação no valor de **R$ 721.259,00** (setecentos e vinte e um mil e duzentos e cinquenta e nove reais) da Fonte de Recurso: 1.6.00.311000-Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.

ARTIGO 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 07 de Novembro de 2.023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 106/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 106/2022

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A DEMANDA REPRIMIDA DO CONTRATANTE, EM CONFORMIDADE COM OS OBJETIVOS FIXADOS NO ESTATUTO DO CISOMT, CONFORME EXIGÊNCIAS DA LEI FEDERAL Nº 11.107/2005 E PLANO DE TRABALHO, EM ATENÇÃO AO QUE PREVÊ A RESOLUÇÃO Nº 003/2018/CISOMT DE 10 DE ABRIL DE 2018, QUE CRIA O PROGRAMA FILA ZERO NO CISOMT, QUE TEM POR FINALIDADE DIMINUIR AS FILAS EM DEMANDA NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA ARTICULADA E PLANEJADA, EXECUTANDO AÇÕES EM SERVIÇOS DE SAÚDE, COM EFICÁCIA E EM OBSERVÂNCIA AO PLANO DE TRABALHO – ANEXO I.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT

CNPJ: 01.870.663/0001-20

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 ATÉ 19 DE OUTUBRO DE 2024.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 19 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO 028/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO 028/2023

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

CONTRATADA: ANDRE OLIVEIRA DE SOUZA 82310475149

CNPJ: 48.675.053/0001-39

OBJETO DO ADITIVO ACRÉSCIMO DE 20 % SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA LETRA "D", DO INCISO II, DO ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 02 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 032/2021

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 032/2021

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL DE CATADORES RECICLAR

CNPJ: 36.625.843/0001-20

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, SEGREGAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO E RURAL PASSÍVEIS OU NÃO DE REUTILIZAÇÃO

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 07 (SETE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 03 DE OUTUBRO DE 2023 A 03 DE OUTUBRO DE 2024.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA DECIMA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 02 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 065/2021

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 065/2021

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO, PARA ATENDER AO GABINETE DO PREFEITO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: VITOR FERRARI-EPP

CNPJ: 20.883.189/0001-15

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 ATÉ 20 DE OUTUBRO DE 2024.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 19 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2023

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARES INTEGRADOS E UNIFICADOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SUAS ESCOLAS NAS ÁREAS: ADMINISTRATIVA, ESTATÍSTICA, PEDAGÓGICA, INTERAÇÃO EM TEMPO REAL COM OS SISTEMAS DO INEP/MEC E RECEITA FEDERAL, DIÁRIO ELETRÔNICO, B.I. (INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS), COM SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: OMEGA GESTÃO EDUCACIONAL LTDA

CNPJ: 09.113.823/0001-06

VIGÊNCIA: DE 04/10/2023 ATÉ 04/10/2024

VALOR MENSAL: R$ 6.850,00 (SEIS MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)

VALOR GLOBAL: R$ 82.200,00 (OITENTA E DOIS MIL E DUZENTOS REAIS)

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE - MT, 04 DE OUTUBRO DE 2023

ORDEM DE SERVIÇO - CONTRATO Nº 075/2023

ORDEM DE SERVIÇO

TOMADA DE PREÇOS 07/2023

CONTRATO N.º 075/2023

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO LTDA

CNPJ: 37.900.581/0001-28

ENDEREÇO: Rua Presidente Afonso Pena, nº 693, Sala 15, Quilombo, CEP 78.043-505, Cuiabá/MT

O Prefeito do Município de Lambari D'Oeste – MT, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com o Contrato acima citado, determina à CONTRATADA supracitada que inicie a partir da data de expedição desta Ordem de Serviço, a execução da obra de pavimentação asfáltica no Distrito Boa União do Município de Lambari D'Oeste – MT, em atendimento ao Contrato de repasse nº 929075/2022/MDR/CAIXA.

Lambari D'Oeste - MT, 06 de novembro de 2023.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 051/2023

EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 051/2023

CONTRATADA: ETCA ASSESSORIA E CONSULTORIA – LTDA

CNPJ: 04.176.501/0001-84

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA, EM APOIO A ADMINISTRAÇÃO, EXECUTAR SERVIÇOS, SOB A MODALIDADE DE ASSESSORIA E CONSULTORIA, DE LEVANTAMENTO, ANÁLISE, CONFERÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DAS INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS QUE SÃO UTILIZADAS PELA SEFAZ, PARA A APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO, PRINCIPAL PARÂMETRO DO COMPUTO DO IPM.

FUNDAMENTO LEGAL: O PRESENTE TERMO DE SUSPENSÃO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NOS ARTIGOS 78, INCISO XIV, E 79, § 5º, DA LEI Nº 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 10 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO 026/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO 026/2023

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

CONTRATADA: ELIZIA GOMES VILAS NOVAS 01996850105

CNPJ: 41.982.931/0001-10

OBJETO DO ADITIVO ACRÉSCIMO DE 20 % SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA LETRA "D", DO INCISO II, DO ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 02 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO 023/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO 023/2023

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2023

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: EURICO FRANCISCO DA SILVA 62941577149

CNPJ: 26.930.155/0001-10

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

OBJETO DO ADITIVO ACRÉSCIMO DE APROXIMADAMENTE 10% SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA LETRA "D", DO INCISO II, DO ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 02 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 104/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 104/2022

LICITAÇÃO: CARONA N.º 15/2022.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO MUNCK, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LAMBARI D'OESTE – MT

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: AFX ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 17.923.108/0001-59

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 18 DE OUTUBRO DE 2023 ATÉ 18 DE OUTUBRO DE 2024.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 18 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 044/2023

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 044/2023

LICITAÇÃO: CONVITE Nº 03/2023

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPELARIA) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LAMBARI D'OESTE – MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: PAPELARIA PAPEL PICADO – LTDA

CNPJ: 15.841.486/0001-68

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 05 DE OUTUBRO DE 2023 ATÉ 05 DE OUTUBRO DE 2024.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 05 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 067/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 067/2023

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: WP CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 12.648.863/0001-59

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA IZIDIO TARGA.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 27 DE SETEMBRO DE 2023 ATÉ 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 01 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 068/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 068/2023

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: WP CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 12.648.863/0001-59

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 27 DE SETEMBRO DE 2023 ATÉ 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 01 DE OUTUBRO DE 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 103/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 103/2022

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE N.º 12/2022

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE, MICROSOFT OFFICE 2021 ESD PRO PLUS, MICROSOFT WINDOWS SERVER 2019 STANDARD, CAL DE ACESSO REMOTO PARA WINDOWS SERVER 2019 E SERVIÇO DE ANTIVÍRUS KASPERSKY PARA SERVIDOR, COM FUNCIONALIDADE DE UM ANO E CAPACIDADE PARA ATÉ 50 USUÁRIOS, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS SERVER, CONFIGURAÇÃO DO SERVIÇO DE ÁREA DE TRABALHO REMOTA, INSTALAÇÃO DAS LICENÇAS CAL DE ACESSO REMOTO E CONFIGURAÇÃO DE TERMINAIS

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: A. D. TECNOLOGIA E SOLUÇOES EIRELI

CNPJ: 07.959.811/0001-63

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 14 DE OUTUBRO DE 2023 ATÉ 14 DE OUTUBRO DE 2024.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 14 DE OUTUBRO DE 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PORTARIA Nº 220/2023NOMEIA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL PARA PESSOAS OU GRUPOS QUE DESENVOLVEM EXPRESSÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/202

PORTARIA Nº 220/2023 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"NOMEIA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL PARA PESSOAS OU GRUPOS QUE DESENVOLVEM EXPRESSÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PARSSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR Comissão de Elaboração de Edital de Premiação Cultural para pessoas ou grupos que desenvolvem expressões culturais e artísticas, com recursos da Lei Complementar Nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), composta pelos seguintes membros:

I- Ageo Fonseca Brito – Secretário Municipal de Turismo e Cultura **II-** Luciano carvalho do Nascimento – Setor de Alimentação do sistema Aplic. **III-** Heloisa Araújo dos santos Carvalho – Secretária Municipal de Administração **IV-** Steffany Galvão Barros – Chefe do departamento de Licitação e Contratos.

ART. 2º - São Atribuições da **Comissão de Elaboração de Edital de Premiação Cultural:**

I- Elaborara o Edital conforme o disposto na Lei 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), bem como a legislação Municipal e Estadual; **II-** Zelar pelo cumprimento dos prazos para as publicações; **III-** Julgar os casos omissos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 26 de setembro de 2023.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

ADJUDICAÇÃOE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº037/2023

PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA 0KM, CONFORME O APOSTILAMENTO DO CONVENIO Nº 1730/2022, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT.

EMPRESA VENCEDORA:

1. MOTOVALLE COMERCIO DE MOTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12. 067.109/0001-25**.** Com o Item: 1 no valor total de R$ 15.329,00 (quinze mil e trezentos e vinte e nove reais).

Na qualidade de Prefeito do Município de Luciara — MT, em observância às minhas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados que:

1) HOMOLOGO os atos praticados e autorizo ao departamento contábil realizar o processamento normal da despesa oriunda deste ato em conformidade com a Lei Federal no 4.320/64, cujo ônus correrá à conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

DESPACHO

Proceda-se à convocação do proponente para assinar a Ata de Registro de Preços.

Registra-se. Publique-se o necessário.

Proceda-se ao processamento normal da despesa em conformidade com a legislação pátria.

Gabinete do Prefeito de Luciara, Estado de Mato Grosso, 26 de Outubro de 2023.

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

Prefeito de Luciara-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2023

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 044/2023, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Decoração, Revitalização de peças decorativas, Montagem, Desmontagem, Manutenção da Decoração Natalina da Praça Central do Município e Praça Central do Distrito de Analândia do Norte como parte do evento "Natal de Todos" a ser realizado no Município de Marcelândia/MT,. **Sagrou-se vencedora a empresa: DC PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, cadastrada no CNPJ nº** 07.339.326/0001-97**, vencedora dos lotes 01, com o valor total de R$ 714.000,00 (setecentos e quatorze mil reais)**.

Marcelândia/MT, 07 de outubro de 2023.

Gisele Aparecida da Silva Pires

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO RETIFICADO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de Tatersal (Recinto de Leilões) no Município de Marcelândia/MT, conforme Contrato de Repasse nº 902000/2020/MAPA/CAIXA, Conforme Planilhas Orçamentária e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 010/2022.

CONTRATADA: SARTORI ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR:50.467,35

DATA ASSINATURA: 01/11/2023

LEI MUNICIPAL Nº 1.143/2023

Autoria: Poder Executivo LEI MUNICIPAL Nº 1.143/2023

SÚMULA: "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR EXCEPICIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR PRAZO DETERMINADO MEDIANTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ATRAVES DE ANALISES CURRICULAR E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS DE CARATER CLASSIFICATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CELSO LUIZ PADOVANI** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei:

Artigo. 1º. Fica o Poder Executivo do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, autorizado a efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, em conformidade com o que estabelece o Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988, bem como nas condições e prazos previstos nesta Lei mediante realização de Processo Seletivo Simplificado, objetivando o funcionamento da máquina administrativa e o atendimento dos serviços essenciais do município, pelo período de até 12 (doze) meses, possibilitada a prorrogação por igual período.

§ 1º As contratações a que se refere este artigo abrangem os cargos e as vagas constantes do Anexo I desta Lei.

§ 2º Todos os contratos vinculados à Administração oriundos da autorização desta Lei, serão rescindidos em 31 de dezembro do ano em que se der a contratação, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 3º As contratações autorizadas por esta lei objetivam a não interrupção do serviço público municipal nos casos de substituição de pessoal por licenças e afastamentos nas Secretarias e, em razão do crescimento não previsto da demanda de atendimento nos serviços essenciais da Administração Pública municipal, até que se realize o concurso público.

§ 4º Os direitos e deveres da Administração e dos contratados constarão do termo de contratação.

§ 5º Os critérios de avaliação, os requisitos de seleção para cada cargo e o meio de divulgação constarão no Edital do respectivo Processo Seletivo Simplificado.

Artigo. 2º. A remuneração do pessoal contratado por força desta Lei será fixada em conformidade com a remuneração constante nas tabelas praticadas aos servidores de carreira, observando para tanto, o Padrão de vencimento inicial.

Parágrafo Único: Para efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados por paradigma.

Artigo. 3º. As contratações somente poderão ser efetuadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, ressaltando que a lotação do servidor a ser contratado, deverá respeitar rigorosamente os quadros constantes na legislação específica do Município.

Artigo. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de novembro de 2023.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2023.

Autoria: Poder Executivo Lei Complementar nº 005/2023.

DATA: 07 de novembro de 2023.

***SÚMULA: "PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N° 001/2005 E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, CRIANDO CARGOS E VAGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*"**.

Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CELSO LUIZ PADOVANI** Prefeito Municipal do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei complementar:

Art. 1º - Fica criado na estrutura administrativa do Município de Marcelândia o seguinte cargo, que passara a integrar o Quadro do Grupo Funcional dos cargos Quadro do Grupo Funcional dos cargos Técnico de Nível Superior – TNS, Anexo IV, da presente Lei.

Símbolo	Ref.	Vencimento	Cargo	Horas/ Semana	Vagas
TNS	19	3.278,88	Educador Físico	40	03

Art. 2º - Integra-se a presente Lei o Anexo IX, onde está descrito as atribuições do cargo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de novembro de 2023.

CELSO LUIZ PADOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 096/2023

DATA: 07 de novembro de 2023.

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023, PARA CONTRATAÇÃO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR PRAZO DETERMINADO, ATRAVÉS DE ANÁLISE CURRICULAR E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS DE CARÁTER CLASSIFICATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Celso Luiz Padovani, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei Orgânica do

Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos á

abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos conforme definido em

Edital.

Art. 2º - Fica designada a Servidora Stephany de Paula Santos para

receber as inscrições presenciais no Período de 08/11/2023 a 17/11/2023 nos horários das

07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, no departamento de Recursos Humanos

na Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Ficam designados os seguintes servidores para compor a

Comissão do Processo Seletivo Simplificado 002/2023:

- Gislaine Prudenciano da Silva Moraes - Matricula n° 2931 -

Representante da Secretaria de Administração e Finanças - Presidente;

- Maria Aparecida Rodrigues Knihs - Matricula n° 2085 -

Representante da Secretaria de Administração e Finanças – Membro;

- Fabiana dos Santos – Matricula n° 2758 - Representante da Secretaria

de Administração e Finanças – Membro;

- Veronisse Anselmo de Souza Fabrim - Matricula n° 359 -

Representante da Secretaria de Administração e Finanças - Membro;

- Andrea de Oliveira Souza - Matricula n° 2760 - Representante da

Secretaria de Planejamento – Membro;

- Denise Aparecida Siebert Molina - Matricula n° 080 Representante

da Secretaria de Saúde e Saneamento – Membro;

- Francielli Furtunato da Silva Mendes - Matricula n° 2604 -

Representante da Secretaria de Saúde e Saneamento – Membro;

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA DE GABINETE

Rua dos Três Poderes, nº 777, Centro, fone (66) 3536-3100 – CEP: 78. 535-000, Marcelândia/MT

CNPJ: 03.238.987/0001-75

E-mail: gabinete@marcelandia.mt.gov.br

- Rosana Aparecida Slongo Ceron – Matricula n° 299 - Representante

da Secretaria de Educação: Membro;

- Marcia Rosalva da Silva Alves - Matricula n° 203 - Representante da

Secretaria de Educação – Membro;

- Grazieli Dias Campos - Matricula n° 2788 - Representante da

Secretaria de Educação – Membro;

- Alexandra Padovani David – Matricula n° 2516 - Representante da

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Economia Criativa – Membro;

- Luciana Aparecida Vega – Matricula n° 2715 - Representante da

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Economia Criativa – Membro;

Art. 4º - Ficará a cargo da comissão, tendo como principais atribuições:

a) Elaboração do Edital de abertura e editais complementares,

incluindo resultados de inscrições, recursos e resultados;

b) Recebimento presencial das inscrições;

c) Análise da Documentação e dos Títulos;

d) Julgamento de recursos;

e) Preparação do relatório final em conjunto com o Departamento de

recursos humanos a ser encaminhado ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Os requisitos, endereços físicos e eletrônicos e demais

informações sobre o Processo Seletivo Simplificado 002/2023, estarão disponíveis no Edital

002/2023 e seus complementares.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, 07 de novembro de 2023.

CELSO LUIZ PADOVANI

PREFEITO DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023

A Prefeitura Municipal de Marcelândia, no uso de suas atribuições legais, torna

público para conhecimento dos interessados, o Edital de PROCESSO SELETIVO

SIMPLIFICADO de análise Curricular, para provimento de cargos, nos termos do

presente Edital, a fim de suprir eventuais demandas de pessoal da Prefeitura de

Marcelândia, mediante à necessidade de substituir profissionais efetivos em

situações de afastamento por licença-médica, licença-maternidade, licença-prêmio,

afastamento sem ônus e afastamentos previstos em lei, e demandas que possam

surgir na vigência deste certame, além do preenchimento de vagas dos cargos não

contemplados no concurso público 001/2019 vigente, em caráter excepcional e por

tempo determinado, na forma da legislação pertinente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado está pautado no artigo 37, IX, da

Constituição Federal; e na Lei Municipal nº 1.119/2023 que regem e que norteiam os

critérios da seleção.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado tem caráter classificatório.

1.3. Análise de Títulos – Para todos os cargos;

2. DA ENTIDADE EXECUTORA DA SELEÇÃO

2.1. O Processo Seletivo Simplificado será organizado e conduzido pela Prefeitura

Municipal, através da Comissão composta por representantes da Secretaria

Municipal de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal

de Saúde, Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de

Planejamento e Projetos instituída pelo Decreto. nº 096/2023 de 07 de novembro de

2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

3. DAS INSCRIÇÕES

Inscrições

Presenciais

Início: 08/11/2023 7H

Término: 17/11/2023 17H

Local: Departamento de Recursos Humanos

Prefeitura de Marcelândia – MT.

3.1. O candidato deverá possuir as condições para preenchimento do cargo e

entregar no momento da inscrição, os documentos comprobatórios dos requisitos

exigidos para o exercício das atribuições do cargo, além de:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12

da constituição Federal de demais disposições de Lei, no caso de estrangeiro.

b) Ter 18 anos completos na data da nomeação.

c) estar em dia com as obrigações militares quando do sexo masculino.

d) Estar quite com a Justiça Eleitoral.

e) Possuir os requisitos exigidos para as atribuições do cargo.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliado pela

Junta Médica do Município.

3.2. Para efeito da inscrição o candidato deverá preencher o formulário disponível no

site www.marcelandia.mt.gov.br e protocolar junto ao Departamento de Recursos

Humanos da Prefeitura Municipal de Marcelândia os documentos que comprovem

a titulação, Formação em serviço e experiência profissional para o cargo

pretendido.

3.3. As inscrições serão validadas, com a entrega de copia de todos os documentos

no Departamento de Recursos Humanos, juntamente com a ficha de inscrição para o

cargo pretendido. Com os documentos abaixo:

- Documentos Pessoais (RG, CPF)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

- Comprovante de endereço

- Comprovante de Escolaridade;

- Certificados de cursos, referente aos últimos 03 (três) anos;

- Carteira de Habilitação “D” (motorista);

- Comprovação de experiência profissional na área de atuação, referente aos

últimos 05 (cinco) anos.

3.4. São de exclusiva responsabilidade do candidato as informações dos dados

cadastrais prestadas no ato de inscrição.

3.5. Os candidatos poderão se inscrever em apenas 01 (um) cargo e 01 (uma)

localidade.

3.6. Não serão cobradas taxas dos candidatos.

3.7. Uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua

alteração no que se refere à opção de cargo e localidade, bem como inserir

documentação após a efetivação da inscrição.

3.8. No ato da contratação, identificada qualquer irregularidade nos documentos

apresentados no ato da inscrição, o candidato será sumariamente desclassificado

não cabendo recurso dessa decisão.

4. DOS CARGOS, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES.

4.1. Os cargos disponibilizados para contratação temporária e nível de ensino

exigido, além do pré-requisito para seus exercícios e as atribuições, estão

relacionadas no Anexo III deste edital.

5. DA CLASSIFICAÇÃO E DO APROVEITAMENTO

5.1. A pontuação final, para efeito de classificação dos candidatos aos cargos

dispostos neste edital, será igual à pontuação obtida na Análise de Títulos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

5.2. O candidato classificado será mantido em cadastro durante o prazo de validade

do Processo Seletivo Simplificado e poderá ser convocado em função da

necessidade e disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o

acompanhamento da sua convocação através da imprensa oficial do município e no

mural do Paço Municipal, ocorrida durante o prazo de validade do Processo Seletivo

Simplificado.

6. DAS ETAPAS

6.1 O Processo Seletivo de que trata este Edital, consistirá de provas de títulos, de

caráter CLASSIFICATÓRIO, que avaliará a formação acadêmica do candidato e

conhecimentos específicos da área de atuação pretendida.

6.2 Será DESCLASSIFICADO o candidato que não conseguir apresentar o título

declarado na inscrição e ou que apresentar somente a cópia sem autenticação e ou

original.

7. DA ANÁLISE TÍTULOS – PARA TODOS OS CARGOS

7.1 – Para seleção dos candidatos a contratos temporários de prestação de serviços

por tempo determinado, será utilizada a contagem de pontos de títulos, conforme a

função e o disposto nos itens abaixo, observando-se a pontuação com base nas

seguintes modalidades: Formação Acadêmica (não sendo a mesma cumulativa),

Qualificação (cursos de capacitação, atualização e seminários) e Experiência

Profissional (mediante declaração de instituição, empresa, órgão, empregador ou

registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS). A documentação a

ser entregue, será de acordo com o nível de ensino e a função a ser exercida,

conforme discriminadas abaixo:

7.1.1. Formação Acadêmica. Diploma ou Certificado de Escolaridade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

7.1.1.1. Pontuação da Formação Acadêmica. Será pontuada a escolaridade do

nível maior não sendo a pontuação cumulativa.

7.1.2. Qualificação. Os diplomas/certificados de Cursos de Capacitação,

Atualização e Seminários só serão aceitos e pontuados pela Banca de Avaliação os

que estiverem devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente

autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados, realizados somente no

período correspondente aos últimos 3 (três) anos da data da publicação deste edital,

ou seja, cursos realizados (inicio e fim) e concluídos no período de 07/11/2020 a

07/11/2023.

7.1.2.1. Pontuação da qualificação. A cada 40 horas de cursos de qualificação

atribui 1,0 ponto, não atribuindo pontos proporcionais, e não ultrapassando 400

horas de cursos.

7.1.3. Experiência Profissional. Para fins de comprovação, será necessária a

apresentação de declaração de tempo de serviço na área pretendida em papel

timbrado, com CNPJ (no caso de instituição, empresa privada ou órgão público),

datado e com o tempo de serviço compreendido no período correspondente aos

últimos 5 (cinco) anos da data de publicação deste edital, ou seja, no período

de 07/11/2018 a 07/11/2023, com assinatura do declarante e carimbo com nome,

cargo/função (se for o caso) e número de matrícula (se for o caso), caso contrário

não será pontuado na Avaliação.

7.1.3.1 - O título de experiência deverá conter, no mínimo, as seguintes informações

obrigatórias: período do trabalho exercido (de acordo com o descrito e exigido no

subitem 7.2.3), com data de início/admissão/nomeação e data de

finalização/demissão/exoneração (datas com dia, mês e ano); nome de fantasia,

razão social, CNPJ, endereço completo e telefone de contato da entidade emissora

do documento (se for pessoa jurídica); nome, assinatura, CPF e, se for o caso, nº de

matrícula do profissional responsável pela emissão do documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

7.1.3.2. Pontuação da Experiência Profissional. A cada 01 ano de experiência na

área atribui 1,0 ponto, não atribuindo pontos proporcionais, e não ultrapassando 5,00

pontos.

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA TODOS OS CARGOS

ORDEM

INSTRUÇÃO CONDIÇÃO PONTO

MÍNIMO

PONTO
MÁXIMO
01 Ensino
Fundamental
(Incompleto)
Declaração ou Histórico Escolar do Ensino
Fundamental
3,0 3,0
02 Ensino
Fundamental
(Completo)
Diploma ou Certificado de Conclusão de
Curso ou Histórico Escolar do Ensino
Fundamental
5,0 5,0
03 Ensino Médio Diploma ou Certificado de Conclusão de
Curso ou Histórico Escolar do Ensino
Médio
10,0 10,0
04 Ensino Superior Diploma ou Certificado de Conclusão de
Curso de Ensino Superior na área
pretendida
15,00 15,0
05 Especialização Diploma ou Certificado de Conclusão de
Curso de Pós-graduação em nível de
Especialização com carga horária igual ou
superior a 360 horas/aulas
20,0 20,0
06 Mestrado Diploma ou Certificado de Conclusão de
Curso de Pós-graduação em nível de
Mestrado
25,0 25,0
07 Doutorado Diploma ou Certificado de Conclusão de
Curso de Pós-graduação em nível de
Doutorado
30,0 30,0
08 Qualificação
Certificados de cursos, devidamente
registrados pela instituição formadora,
legalmente autorizada, contendo carga
horária e conteúdos ministrados. Atribui-se
1,0 (um ponto) para cada 40h (quarenta)
apresentadas e comprovadas, podendo
atribuir-se no máximo 10,0 (dez), nos
últimos três anos.
1,0 10,0
09 Atuação no cargo
pretendido
Comprovação de atuação no cargo
pretendido. Atribui-se 1,0 (um ponto) para
cada 1 (um) ano, podendo atribuir-se no
máximo 5,0 (cinco pontos).
1,0 5,0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
Estado de Mato Grosso
CNPJ: 03.238.987/0001-75
GESTÃO 2021/2024
Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:
gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

8. DAS VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1. Aos candidatos com deficiência estão reservadas 10% (dez por cento) das
vagas dos cargos previstos neste edital, de acordo com a Lei Complementar
Estadual 114/2002 e com a Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº
3.298/99.

8.2. Para os efeitos do item 12.1, nos termos do Decreto nº 3.298/99, considera-se
pessoa com deficiência todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um
cargo adequado e de progredir no mesmo fique substancialmente reduzidas devido a
uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

8.3. Qualquer pessoa com deficiência poderá inscrever-se em Processo Seletivo
Simplificado para ingresso nos cargos da Prefeitura Municipal de Marcelândia,
conforme a previsão das vagas estabelecidas neste edital.

8.4. O candidato, no ato da inscrição, deverá anexar o laudo médico atestando a
espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código
correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a
provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal
nº 3.298/99.

8.5. O candidato com deficiência deverá corresponder ao perfil traçado para o
preenchimento do cargo.

8.6. Na hipótese de não preenchimento da quota prevista no item 12.1, as vagas
remanescentes serão revertidas para os demais candidatos qualificados no certame,
observada a respectiva ordem de classificação.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA CLASSIFICAÇÃO

9.1. Havendo empate na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os

critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) Que tiver maior idade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

10. DO RESULTADO FINAL

10.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado por

Edital, observado o prazo legal para interposição de recursos, e será publicado no

site www.marcelandia.mt.gov.br e facultativamente na imprensa local, de forma

resumida ou integral, a critério da Prefeitura Municipal.

11. DA CONVOCAÇÃO/CONTRATAÇÃO

11.1. Os candidatos classificados serão convocados para contratação, atendendo às

necessidades da Prefeitura Municipal, seguindo rigorosamente a ordem de

classificação até o limite de vagas estabelecido neste edital ou aquelas vagas

surgidas durante a validade do Processo Seletivo Simplificado.

11.2. Os candidatos aprovados serão convocados por edital publicado na Imprensa

Oficial do Município e, facultativamente, na imprensa local, a comparecerem em

data, horário e local pré-estabelecidos para serem contratados e receberem a

designação do respectivo local de trabalho.

12.3 Os candidatos indicados à contratação serão convocados a comparecer no

Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Marcelândia, para assinatura

de contrato, no prazo estipulado pelo edital de convocação;

12.4 – O não comparecimento do candidato no ato da Admissão/Contratação, no dia

estabelecido, implicará na sua eliminação do certame.

12.5 - Não haverá 2ª. Chamada de convocação para a Admissão/Contratação.

12.6 - O não comparecimento do candidato convocado, dentro do prazo estabelecido

neste Edital, implicará na sua desistência da vaga e na imediata convocação do

candidato classificado na sequência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

12.7 - O candidato convocado poderá solicitar uma única vez reclassificação para o

último lugar da lista de classificados (final da fila), para não ser admitido na data da

convocação, o mesmo passará ao final da lista de classificados.

12.8. Para ser contratado, o candidato deverá apresentar fotocópia da

documentação, conforme o que segue abaixo:

a) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Título de Eleitor;

e) Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de

Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

h) Cadastro do PIS/PASEP;

i) Comprovante de Escolaridade autenticado ou original com cópia simples, através

de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre

devidamente registrado pelo MEC;

j) CNH (em caso de cargo específico verificar a categoria exigida);

k) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores;

l) Comprovante de Residência à época da Contratação;

m) Atestado Médico Admissional;

n) Certidão Negativa do Estado de Mato Grosso em 1º e 2º Grau dos últimos 05

(cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

o) Outros documentos que se fizerem necessários a época da posse de acordo com

a legislação em vigor.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O presente Processo Seletivo Simplificado terá prazo de validade até 31 de

dezembro de 2024, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

13.2. A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, para todo e qualquer efeito

de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas

as normas constantes deste edital.

13.3. Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a

nomeação, a Prefeitura Municipal promoverá tantas convocações quantas julgar

necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado, dentre

os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes.

13.4. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo

Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para a

contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

13.5. O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os

requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado,

será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro

cargo.

13.6. A Prefeitura Municipal poderá convocar, para o preenchimento de vagas que

surgirem no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, os

candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação,

rigorosamente.

13.7. A Prefeitura Municipal de Marcelândia fará divulgar, sempre que necessário, as

normas complementares ao presente edital e avisos oficiais.

13.8. A aprovação do candidato não assegura o direito ao seu ingresso automático e

imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada

à necessidade da Prefeitura de Marcelândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

13.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for

consumado o evento que lhe diz respeito.

13.10. Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Simplificado,

enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no site

www.marcelandia.mt.gov.br, bem como no quadro de avisos do Paço Municipal.

13.11. As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Simplificado e à

convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do

Município, no site www.marcelandia.mt.gov.br, sendo de responsabilidade da

Prefeitura Municipal de Marcelândia a publicação e do candidato o acompanhamento

de tais publicações.

13.12. Para fins do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial do

Município o site www.marcelandia.mt.gov.br e o Jornal da Associação dos

Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br).

13.13. Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Marcelândia,

em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº

002/2023.

14. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

14.1. A contratação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime

Contratual, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

15. DA RESCISÃO DO CONTRATO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

15.1 Dar-se-á a rescisão do contrato temporário do profissional, no decorrer do

ano, nas seguintes situações:

I. Posse de Concursados.

II.Quando do retorno do profissional efetivo em condições de

assumir seu cargo.

III. Descumprir as atribuições legais de cargo ocupado.

IV. Quando o profissional contratado apresentar, num mês ou

interpolado no bimestre, 10% (dez por cento) ou mais de faltas,

injustificadas.

V. A título de penalidade, nos termos da legislação vigente.

VI. No caso de junções de turmas no caso de professores.

VII. Existência de subemprego do professor contratado.

VIII. A pedido do profissional (a).

IX. Apresentar má conduta e insubordinação ao chefe imediato.

X. Desempenho insatisfatório das atribuições.

15.2 - Nas hipóteses previstas no subitem 15.1, a rescisão dos contratos dos

profissionais será efetuada com base em relatório circunstanciado, elaborado pela

Chefia Imediata e pela Secretaria da pasta.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Dos Recursos

16.1.1. Dos atos praticados Prefeitura Municipal de Marcelândia/Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste edital:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

a) Resultado das Inscrições e da análise de títulos: até 03 (três) dias úteis;

16.1.2. O recurso deverá ser apresentado em formulário de recurso disponibilizado no Anexo II deste edital, com protocolo no Departamento de Recursos Humanos, para análise por parte da Comissão Organizadora.

16.1.3. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado no mural do Paço Municipal e dado conhecimento no site www.marcelândia.mt.gov.br, na forma de retificação do resultado, conforme o caso.

Marcelândia-MT, 07 de novembro de 2023.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

Gislaine Prudenciano da Silva Moraes

Presidente da Comissão do

Processo Seletivo Simplificado 002/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023

ETAPAS DATAS

Publicação do Edital

07/11/2023

Período das Inscrições

08/11/2023 A

17/11/2023

Deferimento das Inscrições

21/11/2023

Interposição e Recurso pós-deferimento e indeferimento das inscrições

22/11/2023

Resultado da interposição do recurso/validação das inscrições

24/11/2023

Análise dos Títulos e demais documentos

27/11/2023

Resultado Preliminar da análise dos Títulos e demais documentos

04/12/2023

Interposição de Recurso após Análises títulos e demais documentos

05/12/2023

Resultado da análise de Recurso da análise títulos e demais documentos

11/12/2023

Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado

12/12/2023

Homologação do Processo Seletivo Simplificado 12/12/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS

QUADRO GERAL DE VAGAS

CARGOS DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

N° Código Cargo Classe/nível Micro área Requisitos Mínimos Quantidade de vagas a contratar Vencimento

01 357 Assistente Administrativo A10 Município de Marcelândia Ensino Médio Completo 12 R$ 1.553,90

02 49 Assistente
Social
A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Assistência Social/
Registro no
conselho de classe
01 R$
3.278,88
03 269 Auxiliar de
Jardinagem
A2 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
02 R$
1.439,86
04 178 Auxiliar de
Serviços
Gerais
A3 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
13 R$
1.454,11
05 290 Biólogo A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Biologia /
Registro no
conselho de
classe
01 R$
3.278,88
06 141 Bioquimico A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Bioquímica/
Farmácia
/Biomedicina
/Registro no
conselho de
classe
01 R$
3.278,88
07 181 Carpinteiro A8 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
CR R$1.525,39
08 142 Cirurgião
Dentista
A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Odontologia/
Registro no
CR R$
3.278,88
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
Estado de Mato Grosso
CNPJ: 03.238.987/0001-75
GESTÃO 2021/2024
Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:
gabinete@marcelandia.mt.gov.br.
conselho de classe
09 295 Cuidador de
Crianças
A10 Município
de
Marcelândia
Ensino Médio
Completo
02 R$
1.553,90
10 385 Educador
Fisico
A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Bacharel em
Educação Física /

Registro no
conselho de
classe
02 R$
3.278,88
11 172 Eleticista de
Instalações em
Geral
A14 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto/Curso
na área.
CR R$
1.739,23
12 147 Enfermeiro A23 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Enfermagem/
Registro no
conselho de classe
03 R$
4.419,36
13 289 Farmacêutico A18 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Farmacia/ Registro
no conselho de
classe
01 R$
2.922,48
14 140 Fisioterapeuta A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Fisioterapia/
Registro no
conselho de classe
02 R$
3.278,88
15 133 Fonoaudiólogo A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Fonoaudiologia/
Registro no
conselho de classe
02 R$
3.278,88
16 174 Mecânico de
Máquinas
Pesadas
A15 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
CR R$
2.280,96
17 48 Médico
Veterinário
A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Medicina
Veterinaria/
Registro no
conselho de classe
01 R$
3.278,88
18 177 Merendeira A2 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
04 R$
1.439,86
19 167 Motorista com
Habilitação
“D”
A7 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto/
03 R$ 1.511,14

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br.

Habilitação “D”

20 144 Nutricionista A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Nutrição/ Registro
no conselho de
classe
01 R$
3.278,88

21 169 Operador de
Maquinas
A9 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto /
Habilitação “D”
04 R$
1.539,65

22 182 Pedreiro A10 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
CR R$
1.553,90

23 180 Pintor A8 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
CR R$
1.525,39

24 272 Professor
Pedagogo
B1 Município
de
Marcelândia
Nível
Superior/Pedagogia
22 R$
3.506,82

25 138 Psicologo A19 Município
de
Marcelândia
Nível Superior/
Psicologia /
Registro no
conselho de classe
03 R$
3.278,88

26 356 Técnico
Administrativo
A15 Município
de
Marcelândia
Ensino Superior
Completo
03 R$
2.280,96

27 44 Técnico Em
Enfermagem
A13 Município
de
Marcelândia
Ensino Médio
Completo/ Curso
Técnico em
Enfermagem
02 R$
1.596,67

28 162 Tecnico em
Raio - X
A14 Município
de
Marcelândia
Ensino Médio
Completo/ Curso
Técnico em Raio-
X
CR R$
1.739,23

29 168 Tratorista A7 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental

Incompleto /
Habilitação “D”
01 R$
1.511,14
30 175 Vigia A1 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
CR R$
1.425,60
31 176 Zelador A2 Município
de
Marcelândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
33 R$
1.439,86
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
Estado de Mato Grosso
CNPJ: 03.238.987/0001-75
GESTÃO 2021/2024
Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:
gabinete@marcelandia.mt.gov.br.
Distrito de Analândia do Norte
N° Código Cargo Classe/nível Micro
área
Requisitos
Mínimos
Qantidade
de vagas a
contratar
Vencimento
32 357 Assistente
Administrativo
A10 Distrito
de
Analândia
Ensino Médio
Completo
02 R$ 1.553,90
33 178 Auxiliar de
Serviços
Gerais
A3 Distrito
de
Analândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
06 R$ 1.454,11
34 295 Cuidador de
Crianças
A10 Distrito
de
Analândia
Ensino Médio
Completo
CR R$ 1.553,90
35 177 Merendeira A2 Distrito
de
Analândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
02 R$ 1.439,86
36 167 Motorista
com
Habilitação
“D”
A7 Distrito
de
Analândia
Ensino
Fundamental
Incompleto/
Habilitação “D”
CR R$ 1.511,14
37 272 Professor
Pedagogo
B1 Distrito
de
Analândia
Nível
Superior/Pedagogia
06 R$ 3.506,82
38 168 Tratorista A7 Distrito
de
Analândia
Ensino
Fundamental
Incompleto/
Habilitação “D”

01 R$ 1.511,14
39 175 Vigia A1 Distrito
de
Analândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
01 R$ 1.425,60
40 176 Zelador A2 Distrito
de
Analândia
Ensino
Fundamental
Incompleto
07 R$ 1.439,86
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
Estado de Mato Grosso
CNPJ: 03.238.987/0001-75
GESTÃO 2021/2024
Rua dos Três Poderes, n° 777, CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:
gabinete@marcelandia.mt.gov.br.
Comunidade Bom Jaguar
N° Código Cargo Classe/nível Micro
área
Requisitos
Mínimos
Qantidade
de vagas a
contratar
Vencimento
41 178 Auxiliar de
Serviços
Gerais
A3 Bom
Jaguar
Ensino
Fundamental
Incompleto
CR R$ 1.454,11
42 295 Cuidador
de Crianças
A10 Bom
Jaguar
Ensino Médio
Completo
CR R$ 1.553,90
43 177 Merendeira A2 Bom
Jaguar
Ensino
Fundamental
Incompleto
02 R$ 1.439,86
44 167 Motorista
com
Habilitação
“D”
A7 Bom
Jaguar
Ensino
Fundamental
Incompleto/
Habilitação “D”
CR R$ 1.511,14
45 272 Professor
Pedagogo
B1 Bom
Jaguar
Nível
Superior/Pedagogia
03 R$ 3.506,82
46 175 Vigia A1 Bom
Jaguar
Ensino
Fundamental
Incompleto
01 R$ 1.425,60
47 176 Zelador A2 Bom
Jaguar
Ensino
Fundamental
Incompleto
04 R$ 1.439,86
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Estado de Mato Grosso
CNPJ: 03.238.987/0001-75
GESTÃO 2021/2024

_____

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:
gabinete@marcelandia.mt.gov.br

ANEXO III

Cargo: Assistente Administrativo

a) Requisitos: Ensino Médio Completo.

b) Atribuições: Quando na área de Administrativa: desenvolver atividades de

médio grau de complexidade na prestação de serviços de assistência

administrativa quanto à manutenção da normalidade das rotinas de trabalho que

requerem adequados padrões de qualidade, prazo e quantidade, mediante

coordenação, orientação e acompanhamento de sua execução, condução e

direcionamento para as metas e objetivos definidos; coordenar, supervisionar,

orientar e executar o recebimento, atendimento e suprimento de materiais,

armazenando - os conforme normas técnicas e de segurança,

objetivando o controle adequado de estoque e o suprimento das

unidades da Prefeitura; agilizar as rotinas de trabalho tornando -as, consistentes e

seguras, agindo sobre a orientação e direcionamento do trabalho em equipe,

visando otimizar a execução do trabalho; fornecer subsídios para tomadas de

decisão e estudos técnicos, efetuando levantamento de dados, preparando e

redigindo relatórios e demonstrativos, contendo informações exatas e

consistentes; contribuir para agilização dos processos em andamento, instruindo,

informando e organizando corretamente a documentação inerente à sua área em

prazos inferiores aos estipulados em Lei; assegurar o preenchimento e a emissão

de todos os formulários e documentos sem erros, procedendo conforme normas

regulamentares estabelecidas ao longo de toda a gestão governamental; manter

o pleno funcionamento das máquinas, móveis e equipamentos de escritório

mediante planejamento sistemático de manutenção preventiva, reduzindo

para zero o número de horas paradas por falta de recursos materiais;

atuar de forma pro ativa em seu campo de trabalho, através de permanente

atualização quanto à legislação vigente e as novas técnicas

administrativas/operacionais, incorporando esta postura à sua rotina; tornar

eficiente o controle sobre o fundo fixo de sua área, administrando as concessões,

adiantamentos e prestação de contas com as devidas comprovações durante a

periodicidade previamente estabelecida; assegurar o adequado controle dos

documentos inerentes à instituição, dando baixas em livros, preenchendo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

_____

_____

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

documento e formulários diversos, organizando boletins municipais, efetuando

arquivamento de toda a documentação de forma sistêmica e estruturada seguindo

rotinas seguindo rotinas e padrões operacionais devidamente definidos. procurar

verificar a exatidão e precisão dos dados informados, conferindo saldos de

contas, balanços e balancetes, para evitar problemas com a fiscalização e

retrabalho; fornecer subsídios e informações para o adequado controle e

apresentação da instituição; auxiliar na organização dos serviços de contabilidade

da Prefeitura, envolvendo o plano de contas, o sistema de livros e documentos e

o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário;

coordenar a análise e a classificação contábil dos documentos comprobatórios

das operações realizadas, de natureza orçamentária ou não, de acordo com o

plano de contas da Prefeitura; acompanhar a execução orçamentária das

diversas unidades da Prefeitura, examinando empenhos de despesas em face da

existência de saldo nas dotações; orientar e supervisionar todas as tarefas de

escrituração, inclusive dos diversos impostos e taxas; controlar os trabalhos de

análise e conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e retificando

possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis; auxiliar e

supervisionar a elaboração de balanços, balancetes, mapas e outros

demonstrativos financeiros consolidados da Prefeitura; informar processos, dentro

de sua área de atuação, e sugerir métodos e procedimentos que visem à melhor

coordenação dos serviços contábeis; organizar relatórios sobre a situação

econômica, financeira e patrimonial da Prefeitura, transcrevendo dados e emitindo

pareceres; orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas

típicas do cargo; receber e consistir, diariamente, as listagens de arrecadação da

rede arrecadadora e os lançamentos d e tributos; desenvolver atividades, junto ao

cadastro municipal de atividades econômicas, de inclusão, exclusão, alteração,

complementação e atualização de dados e proceder à baixa de inscrição de

contribuintes; analisar e informar processos que versem sobre tributos municipais;

zelar pelo atendimento conclusivo, ágil e de qualidade aos contribuintes; fornecer

dados sobre lançamento e arrecadação de tributos para a elaboração de

relatórios gerenciais; executar revisão de campo para informar processos;

analisar as especificações e instruções recebidas acerca dos objetivos dos

programas, verificando a natureza e a fonte de dados, bem como os recursos a

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

serem utilizados; elaborar fluxogramas, preparando a organização lógica das

sequencias de instruções dos programas para definição de rotinas operacionais;

definir os formatos de relatórios, arquivos e telas dos respectivos programas;

transformar, através de codificação própria, as instruções descritas em

fluxogramas em linguagem previamente definida para a operacionalização dos

programas; selecionar amostras de informações e operacionalizá-las, realizando

testes referentes a todas as condições lógicas possíveis, avaliando resultados e

corrigindo erros; elaborar manual de operação dos programas, contendo

instruções para ativação e outras específicas a cada rotina operacional; analisar

problemas técnicos administrativos, definindo soluções que visem otimizar o

desenvolvimento de recurso; orientar, acompanhar e avaliar a implantação de

sistemas, métodos e técnicas administrativas; promover estudos e projetos

referentes a estrutura organizacional, recursos humanos, materiais e finanças,

entre outros; promover a adequação do funcionamento das unidades

administrativas a estrutura organizacional, normas e regulamentos vigentes;

elaborar formulários e manuais de normas e instruções, visando simplificação de

rotinas e métodos de trabalho; coordenar e supervisionar as atividades ligadas a

suprimento de materiais, compras, controle de estoque, armazenamento e

distribuição, finanças e recursos humanos; acompanhar o desenvolvimento de

projetos e atividades, analisando os resultados obtidos e comparando -os com as

metas preestabelecidas; desenvolver atividades concernentes às funções de

recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos,

cargos e salários e administração pessoal; promover e acompanhar estudos de

mercado de bens e serviços, bem como executar atividades inerentes à análise

de balanço, fluxo de caixa e outra; exercer outras responsabilidades/atribuições

correlatas.

CARGO: Assistente Social

a) Requisitos: Ensino Superior em Assistência Social, Registro no Conselho de

Classe.

b) Atribuições: Participar do planejamento e gestão das políticas sociais; Coordenar

a execução de programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

municipalidade; Elaborar campanhas de prevenção e educação na área de políticas

sociais, em articulação com as áreas de saúde, educação, habitação, saneamento

básico, meio ambiente, trabalho e renda; Elaborar e executar projetos comunitários

para atendimento de demandas específicas de idosos, mulheres, pessoas com

necessidades educativas especiais e associações comunitárias entre outros

segmentos; Compor e participar de equipes multidisciplinares para a elaboração,

coordenação e execução de programas, projetos e serviços nas áreas da saúde,

educação, assistência social, habitação, saneamento básico, meio ambiente,

trabalho e renda entre outros; Participar da elaboração, coordenação e execução de

campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação

e assistência social; Coordenar e realizar levantamento de dados para identificar e

conhecer os indicadores sociais, promovendo o diagnóstico social do Município;

Desenvolver ações educativas e socioeducativas nas unidades de saúde, unidades

de educação e unidades de assistência social, visando a busca de solução de

problemas identificados pelo diagnóstico social; Realizar entrevistas e avaliação

social do público para fins de concessão de auxílios, benefícios e laudos técnicos

que identifiquem a elegibilidade frente às necessidades sociais; Organizar e manter

atualizadas as referências sobre as características socioeconômicas dos usuários

nas unidades de assistência social da Prefeitura; Promover o atendimento ao

usuário da assistência social em Rede de Proteção e Inclusão Social, com vistas ao

atendimento integral; Acompanhar, orientar e encaminhar o servidor com problemas

de saúde, desde o início do processo de tratamento e afastamento do trabalho, bem

como o seu retorno, fazendo visitas domiciliares se necessário; Incentivar a

comunidade a participar das atividades, dos programas e projetos desenvolvidos

pela Prefeitura; Coordenar, executar ou supervisionar a realização de programas e

serviços sócio assistenciais, com atividades de Caráter educativo e/ou recreativo

para proporcionar a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar dos usuários

das políticas públicas; Colaborar no tratamento de doenças orgânicas e

psicossomáticas, auxiliando no tratamento em equipe interdisciplinar buscando

proporcionar melhor qualidade de vida do paciente; Orientar os usuários da rede

municipal serviços públicos, inclusive aqueles com problemas referentes à

readaptação ou reabilitação profissional e social por diminuição da capacidade de

trabalho, sobre suas relações empregatícias; Estudar e propor soluções para a

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

melhoria de condições materiais, ambientais e sociais do trabalho; Apoiar a área de

Defesa Civil da Prefeitura no planejamento das ações em situações de calamidade e

emergência; Prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e meios de

acesso para atendimento ou defesa de direitos junto a indivíduos, grupos e

segmentos populacionais; Emitir laudos técnicos quanto à vulnerabilidade da família

para o recebimento de programas do Município na área de habilitação e

regulamentação fundiária; Elaborar, coordenar e executar programas e projetos de

reabilitação comunitária para pessoas com deficiência; Divulgar as políticas sociais e

de saúde utilizando os meios de comunicação, participando de eventos e elaborando

material educativo; Formular projetos para captação de recursos; Articular-se com

outras unidades da Prefeitura, com entidades governamentais e não

governamentais, com universidades e outras instituições, a fim de desenvolver

formação de parcerias para o desenvolvimento de ações voltadas para a

comunidade; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está

lotado em Conselhos, Comissões, juntas médicas, reuniões com as demais

Secretarias Municipais e em outros eventos; Participar de programas de formação

continuada na sua área de atuação; Emitir laudos técnicos, pareceres e resposta a

quesitos, por escrito ou verbalmente em audiências e ainda realizar

acompanhamento e reavaliação de casos; Desempenhar outras atribuições

compatíveis com sua especialização profissional.

Cargo: Auxiliar de Jardineiro

a) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto.

b) Atribuições: Plantar e conservar as árvores, jardins, flores e outras plantas dos

prédios públicos; limpar gramas, jardins e espaços afins; desenvolver outras

atividades de acordo com as especificidades do setor de lotação.

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

a) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto.

b) Atribuições: quando no exercício de tarefas de copa e cozinha: - preparar e

servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor; - lavar copos, xícaras,

cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha; - arrumar e, posteriormente,

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas

térmicas; - lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas

cozinhas; - manter limpo os utensílios de copa e cozinha; - auxiliar em barracas,

stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a servir produtos e

a efetuar a limpeza dos materiais utilizados; - auxiliar no preparo de refeições,

lavando, selecionando e cortando alimentos; - auxiliar o recebimento e estocagem

da merenda escolar verificando, diariamente, os prazos de validade dos alimentos,

descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição.

quando no exercício de tarefas de limpeza e zeladoria: percorrer as

dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem

como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos; -

limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a

fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; - realizar a limpeza,

desinfecção e higienização de todas as dependências dos próprios municipais como

a sede da Prefeitura, a rodoviária, as escolas, as unidades de saúde, os

ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou que vierem a

ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, seguindo,

sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura

ou conforme normas e determinação superior; esfregar chão, paredes, aparelhos

sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais

e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais;

aplicar cera e lustrar chão e móveis; conservar banheiros e cozinhas, efetuando a

reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de

chão, papel toalha e papel higiênico; auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e

desinfecção de vidraçaria frascos, tubos de ensaios, balões e outros, utilizados na

área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas

determinadas para o setor; auxiliar nas tarefas de limpeza, desinfecção e

organização dos laboratórios de análises clínicas municipais, arrumando estantes,

armários, depósitos, transportando, entregando e descarregando materiais,

observando cuidados com materiais e produtos, de acordo com as normas do setor;

recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os

de acordo com as determinações; coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico

das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

_____

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior; -

coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o

adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica

recebida.

CARGO: Biólogo

a) Requisitos: Ensino Superior em Biologia, Registro no Conselho de Classe.

b) Atribuições: Realizar Pesquisa de campo e em laboratório, estudando origem,

evolução, funções, estrutura, distribuição, habitat, semelhanças e outros aspectos

das diferentes formas de vida, para conhecer todas as características,

comportamento e outros dados importantes referentes aos seres vivos; colecionar

diferentes espécimes, conservando-os, identificando-os e classificando-os, para

permitir o estudo da evolução e das doenças das espécies; realizar estudos e

experiências de laboratório com espécimes biológicos, empregando técnicas como

dissecação, microscopia, coloração por substâncias químicas e fotografia, para

analisar a sua aplicabilidade; analisar vários dados importantes dos seres vivos,

estudando o comportamento, a distribuição das populações, a estrutura das

comunidades, a organização dos ecossistemas e outros aspectos referentes às

diferentes formas de vida, para conhecer todas suas características; realizar estudos

e relatórios de impactos ambientais; elaborar relatórios de impactos ambientais;

realizar estudos visando a ambientação de projetos para o desenvolvimento da

piscicultura; preparar informes sobre suas descobertas e conclusões anotando,

analisando e avaliando as informações obtidas e empregando técnicas estatísticas,

para possibilitar sua utilização em saúde, agricultura, pecuária, meio ambiente e

outros campos, ou para subsidiar futuras pesquisas; orientar e prestar assistência

técnica sobre práticas de manejo e cargos de níveis tecnológicos compatíveis e

adequados para a obtenção do crescimento da produção de carne de peixe; orientar

e fiscalizar os trabalhos de tratamento e desenvolvimento de peixes em c ativeiro,

instruindo quanto à alimentação, condições ambientais e composição da água, para

garantir sua sobrevivência e reprodução; efetuar e controlar a coleta de novas

espécies de peixes e de amostras de materiais, plantas e microorganismo em

tanques próprios ou em rios, lagos, lagoas, represas ou mar usando bancos, redes,

tubos de ensaio e outros equipamentos para facilitar experiências e análises

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

químicobiológicas, tratamento de água, alimentação e pesquisa sobre a fauna

submarina em geral; realizar fiscalizações nos campos de preservação do meio

ambiente, averiguando o uso racional de recursos naturais, a fim de garantir uma

boa qualidade ambiental aos munícipes; Realizar Estudos e Pesquisas relacionadas

com a investigação científica ligada à Biologia Sanitária, Saúde Pública,

Epidemiologia de doenças transmissíveis, Controle de vetores, Técnicas de

saneamento básico e na área ambiental; Atividades complementares relacionadas à

conservação, preservação, erradicação, manejo e melhoramento de organismos e

do meio ambiente e à Educação Ambiental; Promover e elaborar programas

educativos que visem orientar o público quanto a preservação das diferentes

espécimes; Supervisionar e orientar a criação e manutenção de animais, plantas e

outros organismos vivos; Levantar informações técnicas, diagnosticar situações e

elaborar relatórios técnicos, fazendo as anotações sobre descobertas, conclusões e

análises; Emitir pareceres técnicos a setores ligados a biologia; Identificar as

necessidades inerentes ao desenvolvimen to das diversas funções do Biólogo;

Elaborar e desenvolver projetos de controle de poluição, reflorestamento ou

recuperação de florestas e reservas naturais, visando o controle ambiental; Realizar

estudos de impacto ambiental (EIA); elaborar relatórios de impacto ambiental

(RIMA); realizar perícias e elaborar laudos técnicos e pareceres; desempenhar

outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Cargo: Bioquímico

a) Requisito Mínimo: Ensino Superior em Bioquímica, Biomedicina, Farmácia e

registro em seu respectivo Conselho de Classe.

b) Atribuições: Fazer análise clínica de exsudatos e transudatos humanos, sangue,

urina, fezes, líquidos e outros, valendo-se de diversas técnicas específicas. Analisar

soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos.

Proceder a análise legal de peças anatômicas e de substâncias suspeitas de

estarem envenenadas. Efetuar análise bromatológica de alimentos, valendo-se de

métodos para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e

homogeneidade, com vistas ao resguardo da Saúde Pública. Fazer análise de água,

como pesquisa de microorganismo e determinações de elementos químicos,

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

valendo-se de técnicas específicas. Participar, conforme a política interna da

Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de

ensino, pesquisa e extensão. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de

especialidade. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Trabalhar

segundo normas técnicas de biosegurança, qualidade, produtividade, higiene e

preservação ambiental. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se

de equipamentos e programas de informática. Executar outras tarefas compatíveis

com as exigências para o exercício da função.

CARGO: Carpinteiro

a) Requisitos: Ensino Fundamental

b) Atribuições: Planejar trabalhos de carpintaria, preparar canteiro de obras e

montar formas metálicas; confeccionar formas de madeira e forro de laje

(painéis), construir andaimes e proteção de madeira e estruturas de madeira para

telhado; escorar lajes de pontes, viadutos e grandes vãos; montar portas e

esquadrias; finalizar serviços tais como desmonte de andaimes, limpeza e

lubrificação de formas metálicas, seleção de materiais reutilizáveis,

armazenamento de peças e equipamentos; efetuar trabalhos gerais de

carpintaria, cortando e armando, instalando e reparando peças de madeira para

confeccionar conjuntos ou peças de edificações, obras e cenários ou efetuar a

manutenção das mesmas.

CARGO: Cirurgião Dentista

a) Requisito Mínimo: Ensino Superior em Odontologia e registro em seu respectivo

Conselho de Classe.

b) Atribuições: Diagnosticar, avaliar e planejar procedimentos odontológicos;

atender, orientar e executar tratamento odontológico; analisar e interpretar

resultados de exames radiológicos e laboratoriais; orientar sobre saúde, higiene e

profilaxia oral, prevenção de cárie dental e doenças periodontais; orientar e executar

atividades de urgências odontológicas; participar, conforme a política interna da

Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa

e extensão; planejar, controlar e executar ações de atendimento odontológico;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

efetuar exames, emitir diagnósticos e tratar afecções da boca, dentes e regiões maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos, para promover e recuperar a

saúde bucal em geral; realizar exames gerais, diagnósticos e tratamentos

odontológicos, bem como extrações e pequenas cirurgias; utilizar técnicas para

recuperação e promoção da saúde bucal geral, realizando ações previstas na

programação do serviço; orientar a clientela da unidade de atendimento,

individualmente ou em grupo, em assuntos de Odontologia Preventiva e Sanitária;

executar tarefas afins. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de

especialidade; participar de programa de treinamento, quando convocado; trabalhar

segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e

preservação ambiental; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando -

se de equipamentos e programas de informática; atividades individualmente ou em

equipe, técnicas ou científica na área da Saúde Pública correspondentes à sua

especialidade, observada a respectiva regulamentação profissional e as normas de

segurança e higiene do trabalho; executar atividade de vigilância à Saúde e zelar

pelo cumprimento das normas de vigilância epidemiológica e sanitária; participar do

planejamento, elaboração e execução de programa de treinamento em serviços e de

capacitação de recursos humanos; participar e realizar reuniões e práticas

educativas junto à comunidade; Integrar equipe multiprofissional, promovendo a

operacionalização dos serviços, para assegurar o efetivo atendimento às

necessidades da população; executar outras tarefas compatíveis com as exigências

para o exercício da função.

Cargo: Cuidador de Crianças

a) Requisito: Ensino Médio Completo.

b) Atribuições: Cuidador de crianças, nas creches e Escolas, para assegurar o bem

estar e o desenvolvimento das mesmas; Auxiliar e apoiar o professor durante as

atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil; Auxiliar na higiene,

alimentação, segurança, repouso, saúde e bem estar das crianças; Auxiliar o

professor no processo de observação do desenvolvimento da criança; Auxiliar o

professor na recepção e entrega das crianças aos pais, mantendo sempre um bom

entendimento entre a família e a escola; Auxiliar na organização, manutenção e

higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala; Auxiliar turmas com alunos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

com necessidades educacionais especiais; Executar outras funções afins e

correlatas ao cargo.

CARGO: EDUCADOR FÍSICO

a) Requisito: Curso Superior Completo Bacharel em Educação Física obtido em

curso reconhecido pelo MEC, Registro no Conselho de Classe respectivo e estar

inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador da

profissão e as de habilitação para o exercício do cargo, nos termos da legislação

vigente.

b) Atribuições: Planejar, acompanhar, avaliar, executar e controlar as atividades

relacionadas à educação física através da promoção da saúde e da capacidade

física por meio de prática de exercícios e atividades corporais. Desenvolver

programas de educação preventiva à saúde seguindo as diretrizes da atenção

primária à saúde. Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à

comunidade. Veicular informações que visem à prevenção, minimização dos riscos e

proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado. Incentivar a

criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de

pertinência social nas comunidades por meio de atividade física regular, do esporte

e lazer e das práticas corporais. Proporcionar Educação Permanente em atividade

física/ práticas corporais, nutrição e saúde juntamente com as equipes de saúde da

família, sob a forma de coparticipação e acompanhamento supervisionado,

discussão de casos e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de

um processo de educação permanente. Articular ações, de forma integrada às

equipes de saúde da família, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que

incluam os diversos setores da Administração Pública. Contribuir para a ampliação e

a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de

inclusão social. Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial

para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais. Capacitar os

profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como

facilitadores e/ou monitores no desenvolvimento de atividades físicas/práticas

corporais. Supervisionar de forma compartilhada e participativa as atividades

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

desenvolvidas pelas equipes de saúde da família na comunidade sugerindo e

executando ações no âmbito das práticas corporais e atividades físicas. Promover

ações ligadas às atividades físicas/práticas corporais junto aos demais

equipamentos públicos presentes no Município. Articular parcerias com outros

setores da área adstrita, junto com outras equipes multidisciplinares e a população,

visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas

disponíveis para as práticas corporais. Promover eventos que estimulem ações que

valorizem atividades físicas/práticas corporais e sua importância para a saúde da

população. Atuar na execução de programas e projetos na área de assistência

social. Integrar equipes multidisciplinares de atendimento aos programas e projetos

na área da infância e juventude. Coordenar e dirigir as competições desportivas

envolvendo os diversos setores da comunidade municipal, em especial as crianças e

adolescentes. Supervisionar, dirigir e executar as atividades de práticas desportivas

das crianças e adolescentes, organizando as competições e treinamentos.

Implantar, coordenar e executar programas e projetos à infância e adolescência,

especialmente àqueles considerados em situação de maior vulnerabilidade social,

para promoção humana, na busca do seu desenvolvimento sadio. Organizar,

coordenar e executar programas e projetos junto às crianças e adolescentes com

vistas às práticas desportivas para a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida

e a valorização da pessoa humana. Atuar, planejar e executar projetos junto aos

idosos assistidos ou não pelos programas sociais, visando a melhoria da qualidade

de vida da terceira idade. Coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar,

dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem

como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos

especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar

informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e

do desporto. Executar ações correlatas às suas funções em qualquer programa ou

projeto sob a determinação da Administração.

CARGO: Eletricista de Instalação em Geral

a) Requisito: Ensino Fundamental Incompleto.

b) Atribuições: instalar fiação elétrica, calhas, lâmpadas incandescentes e

fluorescentes, bem como montar quadros de distribuição, caixas de fusível,

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

tomadas e interruptores, de acordo com plantas, esquemas, especificações

técnicas e instruções recebidas; preparar as tubulações elétricas para passar a

fiação, bem como instalar os quadros de distribuição com suas respectivas

proteções; preparar as instalações elétricas da rede de iluminação pública;

testar a instalação elétrica, fazendo -a funcionar repetida vezes para comprovar a

exatidão do trabalho executado; substituir fiação, reatores, lâmpadas ou

fotocélulas, para manter em perfeito funcionamento todo o serviço de iluminação

pública; instalar e ligar as luminárias das praças públicas à rede elétrica da

concessionária local; testar circuitos de instalações elétricas, utilizando aparelhos

de precisão, para detectar as partes defeituosas; reparar ou substituir unidades

danificadas, utilizando ferramentas manuais, soldas e materiais isolantes para

manter as instalações elétricas em condições de funcionamento; executar

serviços de limpeza e reparo em geradores e motores; ler desenhos e esquemas

de circuitos elétricos; substituir fusíveis, relés, bobinas, lâmpadas e demais

equipamentos elétricos; preparar os locais onde se realizam eventos da Prefeitura

para recebimento de energia elétrica, trazendo a fiação até o palco para

possibilitar a sonorização e colocando bocais e disjuntores em todas as barracas

e estandes ali localizados; preparar a iluminação dos eventos realizados pela

Prefeitura, colocando fiação, protetores e refletores, de acordo com o previsto

pela equipe organizadora; permanecer no local, durante a realização dos eventos

organizados pelo Município, para solucionar imediatamente os problemas

surgidos em decorrência das instalações elétricas; orientar e treinar os servidores

que o auxiliam na execução dos trabalhos típicos do cargo, inclusive quanto a

precauções e medidas de segurança; zelar pela conservação e guarda dos

materiais, ferramentas e equipamentos que utiliza; manter limpo e arrumado o

local de trabalho; requisitar o material necessário à execução dos trabalhos;

executar outras atividades correlatas.

CARGO: Enfermeiro

a) Requisitos: Curso Superior de Enfermagem e registro em seu respectivo

Conselho de Classe.

b) Atribuições: Participar do processo de elaboração do planejamento, organização,

execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde; cumprir os protocolos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

clínicos instituídos pelo Município; planejar, organizar e coordenar os serviços de

enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas unidades prestadoras

desses serviços; participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e

atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da

família e da população em geral; realizar consultas de enfermagem; determinar

prescrição de assistência de enfermagem; realizar cuidados de enfermagem de

maior complexidade técnica, que exijam conhecimentos científicos adequados e que

demandem capacidade de tomar decisões imediatas; prescrever medicamentos

previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em protocolos

aprovadas pela instituição de saúde; prestar cuidados diretos de Enfermagem a

pacientes com risco de morte; acompanhar o transporte do paciente com risco de

morte até um serviço de maior complexidade, em conjunto com o médico, quando

necessário; supervisionar e executar as ações de imunização, de acordo com o

programa nacional de imunização e diretrizes d o município; desenvolver as

atividades de vigilância em saúde; prevenir e realizar o controle sistemático da

infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões; participar da

elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam

ser causados aos pacientes durante a assistência de Enfermagem; participar na

elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do

paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar dos programas de

treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas

de educação continuada; participar nos programas de higiene e segurança do

trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho

participar dos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual

e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; prestar

assistência de Enfermagem à gestante, parturiente, puérpura e ao recém nascido;

acompanhar a evolução do trabalho de parto; analisar o sistema de informações de

Atenção Básica de Saúde; realizar visita domiciliar, quando necessário; participar de

auditorias e sindicâncias quando solicitado; integrar equipe do Estratégia de Saúde

da Família; participar das atividades de treinamento e aprimoramento, nos

programas de educação permanente; atuar de acordo com Código de Ética da

classe; orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e

instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;

desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

CARGO: Farmacêutico

a) Requisitos: Curso Superior em Farmácia e registro em seu respectivo Conselho

de Classe.

b) Atribuições: Política de Saúde: Diretrizes e bases da implantação do SUS.

Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Lei 8.080/90 e Lei

8.142/90. Gerenciamento e organização de farmácia; almoxarifado; avaliação da

área física e condições adequadas de armazenamento; controle de estoque de

materiais e medicamentos; padronização de itens de consumo; sistema único de

saúde; vigilância sanitária e epidemiológica; assistência farmacêutica; política de

medicamentos; farmacologia básica e clínica; legislação farmacêutica e ética

profissional. Hematologia, Hemostasia, Coagulação e Anemias; Imunologia,

Imunoglobulinas; Reações Alérgicas; Bioquímica, Interpretação de Resultados;

Atribuições Profissionais e Noções de Ética Profissional; Dosagens Bioquímicas

do Sangue: Observações erais para Todas as Dosagens, Curvas de Calibração

e Dosagens de Rotina; Parasitologia: Métodos Parasitológicos; Urinálises; O

laboratório de Bioquímica, Padronização e Controle de qualidade em

Bioquímica; Fotometria; Obtenção de amostras; Eletroforese; Imunoeletroforese

e Cromatogr afia; Determinações bioquímicas; Enzimologia Clinica; Provas

funcionais; Análise de urina; Analise de cálculos; Líquido sinovial; Interferentes;

Automação; Mecanismos Microbiológicos; Meios de Cultura; Esterilização em

Laboratórios de Analise Clinica; Colo rações; Coproculturas; Cultura de

Materiais Geniturinários; Cultura de Materiais da Garganta e Rscarro;

Hemoculturas; Exames do liquido cefalorraquidiano; Autovacinas; A

Bacteriologia de Anaeróbicos; Reação de Precipitação; Reação de Aglutinação;

Reação de Hemólise; Técnicas de Imunofluorescência; Coleta de sangue;

Estudo de elementos figurados do sangue; Estudos de glóbulos vermelhos;

Imuno- hematologia; Protozooses intestinais e cavitárias do homem; Parasitose

sangüíneas e fissulares; Diagnostico das helmintíases intestinais; Técnicas para

---

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

diagnósticos das micoses; Micoses de localização superficial; Micose profundas;

Micoses sistêmicas.

CARGO: Fisioterapeuta

a) Requisitos: Curso Superior em Fisioterapia e registro em seu respectivo Conselho

de Classe.

b) Atribuições: Realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de ver

afiação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, provas de esforço e de

atividades, para identificar o nível de capacidade funcional dos membros afetados;

planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, osteoporoses, seqüelas de

acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, raquimedulares, de paralisias cerebrais,

motoras, neurógenas e de nervos periféricos, miopatias e outros; atender a

amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar

a movimentação ativa e independente do paciente; ensinar aos pacientes exercícios

corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções dos aparelhos respiratório

e cardiovascular, orientando -os e treinando-os em exercícios ginásticos especiais a

fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória

e a circulação sanguínea; proceder ao relaxamento e à aplicação de exercícios e

jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando -os

sistematicamente, para promover a descarga ou a liberação da agressividade e

estimular a sociabilidade; participar de programas esportivos destinados às pessoas

com deficiência ou mobilidade reduzida; efetuar aplicação de ondas curtas, ultrasom,

infravermelho, laser, micro-ondas, forno de Bier, eletroter apia, estimulação e

contração muscular, crio e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade,

para aliviar ou eliminar a dor; aplicar massagens terapêuticas; promover ações

terapêuticas preventivas à instalação de processos que levem à incapacidade

funcional; realizer atividades na área de saúde do trabalhador, participando da

elaboração e execução de atividades relacionadas a esta área; integrar a equipe do

Programa da Saúde da Família, atuando com profissional da área; supervisionar e

avaliar atividades do pessoal auxiliar; realizar ações de atenção integral conforme a

necessidade de saúde da população, bem como as previstas nas prioridades e

protocolos da gestão local; garantir a integralidade da atenção por meio da

realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas e da

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações

programáticas e de vigilância à saúde; realizar a escuta qualificada das

necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento

humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; participar das atividades de

planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados

disponíveis; identificar parceiros e recursos na comunidade que possam

potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria

Municipal de Saúde; garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas

nacionais de informação; participar das atividades de educação permanente; realizar

assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos,

diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e

famílias na USF, Pronto Socorro, NASF, Unidades Especializadas e, quando

indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários

(escolas, associações, etc), em todas as fases do desenvolvimento humano:

infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; participar do gerenciamento

dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da

Família, Pronto- Socorro, NASF ou Unidade Especializada em que estiver lotado;

executar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da

profissão.

CARGO: Fonoaudiólogo

a) Requisitos: Ensino Superior em Fonoaudiologia e Registro no Conselho de

Classe.

b) Atribuições: Planejar, organizar, orientar, supervisionar e avaliar a assistência

prestada em fonoaudiologia; observar a clientela no que se refere ao

desenvolvimento de linguagem oral, escrita, voz, fala articulação e audição; realizar

triagem, avaliação, orientação acompanhamento fonoaudiólogo, no que se refere a

linguagem oral, escrita, fala, voz, articulação e audição; realizar avaliação

audiológica; realizar terapia fonoaudiológica individual ou em grupo conforme

indicação; desenvolver ou assessorar oficinas terapêuticas com enfoque na área de

fonoaudiologia; solicitar, durante consulta fonoaudiológica a realização de exames

complementares; propiciar a complementação do atendimento, sempre que

necessário, por meio de encaminhamento a outros profissionais ou modalidades de

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

atendimento disponíveis na comunidade; realizar assessoria fonoaudiológica a

profissionais de saúde e educação; desenvolver atividades educativas de promoção

de saúde individual e coletiva, enfocando o desenvolvimento de linguagem oral,

escrita, voz, fala, articulação e audição; realizar visitas a pacientes em hospitais,

instituições educativas, domicílios, sempre que necessário; identificar problemas ou

deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação

e fazendo o treinamento fonético, auditivo de dicção, empostação da voz e outros,

para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala; avaliar as deficiências

do paciente realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e

outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico;

promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; prestar

orientações aos pais de crianças que apresentem fissuras quanto a forma adequada

de alimentação; selecionar e indicar aparelhos de amplificação sonora individuais,

próteses auditivas; habilitar e reabilitar indivíduos portadores de deficiência auditiva;

emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade de reabilitação

fonoaudiológica, elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico; trabalhar

em parceria com instituições educativas, hospitais, e outras equipes

multidisciplinares, estudando casos e contribuindo na sua área de atuação,

preventiva e corretivamente; elaborar relatórios individuais sobre as intervenções

efetuadas, par a fins de registro, intercâmbio com outros profissionais, avaliação e

planejamento de ações coletivas; participar de programas de formação continuada

na sua área de atuação, quando convocado; conhecer e divulgar, entre outras

atividades, a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS aos portadores de deficiência

auditiva; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização

profissional.

CARGO: Mecânico de Máquinas Pesadas

a) Requisito: Ensino Fundamental Incompleto.

b) Atribuições: Quanto aos serviços de mecânica de máquinas pesadas: inspecionar

máquinas pesadas em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim

de detectar as causas da anormalidade de funcionamento; desmontar, limpar,

reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras

que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental

necessário; revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais,

instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferirPREFEITURA

MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

lhes as condições de funcionamento; regular, reparar e, quando necessário,

substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível,

transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos

apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento

regular; montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por

esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;

fazer reparos simples no sistema elétrico de máquinas pesadas.

CARGO: Médico Veterinário.

a) Requisitos: Curso Superior em Medicina Veterinária e registro em seu respectivo

Conselho de Classe.

b) Atribuições: Normas Gerais de Higiene de Produtos de Origem Animal: água de

abastecimento e consumo; normas gerais de limpeza, detergência e sanitização,

drenagem e tratamento de efluentes; artrópodes e roedores na higiene dos

estabelecimentos. Fraudes por: alteração, adulteração e falsificação. Infecções e

intoxicações alimentares: Salmonella, Shigella, Yersinia enterocolítica, Streptococoa

Vibrio parahaemolyticua Campylobacter, aostridium, Bacillus, Stapylococcus. Fungos

Produtores de Micotoxinas: toxinas e micotoxicose - aspergillus, penicillium,

fusarium, claviceps. Procedimentos na investigação epidemiológica: surtos de

infecções e toxinfecções alimentares. Prevenção. Pesquisa de microorganismo:

indicadores e patogênicos em alimentos. Fatores que interferem no metabolismo dos

microorganismos: intrínsecos e extrínsecos. Aditivos empregados na indústria de

alimentos: riscos dos aditivos intencionais. Riscos dos aditivos acidentais ou

incidentais, legislação. Inspeção ante e pós-morte: procedimentos, objetivos. Nodos

linfáticos: exploração obrigatória na rotina de inspeção e na reinspeção. Cortes de

carnes de bovinos, suínos e ovinos: obtenção, reconhecimento, técnicas de

embalagem, transporte e legislação. Transformação do músculo em carne: "Rigor

mortis" e maturação. Inspeção e julgamento de carcaças e vísceras de animais de

açougue: portadores de doenças infecciosas, parasitárias transmissíveis ou não ao

homem pela ingestão e/ou manipulação de carnes. Frigorificação: conceito, carnes

resfriadas, refrigeradas e congeladas, obtenção, características, armazenagem.

Alterações, descongelamento e transporte. Carnes curadas: fundamentos, métodos

de cura, processo de defumação, produtos curados. Carnes envasadas: conceito,

classificação pela acidez ou valor do pH, fundamentos do tratamento térmico, fontes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

de contaminação, operações tecnológicas, appertização, embalagem,

armazenamento. Irradiação de Alimentos: conceito, processamento, aplicações,

legislação. Alimentos Transgênicos: biotecnologia, aplicações, avaliação da

segurança, legislação. Higiene das diversas fases do preparo de carcaças e

vísceras de aves: inspeção ante e pós-morte. Reinspeção no consumo, legislação.

Refrigeração do pescado: na embarcação, no entreposto e na distribuição. Inspeção

organoléptica do pescado. Obtenção higiênica do leite: fatores que influem na

qualidade higiênica do leite. Leite de consumo, beneficiamento: processamentos,

envase. Inspeção sanitária e critério de julgamento. Leite esterelizado e leites

aromatizados: características e higiene de sua obtenção: inspeção e julgamento.

Queijos dos diversos tipos: características e higiene de sua obtenção. Alterações e

defeitos. Características do mel de abelhas: fraudes. Epidemiologia: princípios

epidemiológicos, informações epidemiológocas, sistemas de notificação e de

vigilância, estudos epidemiológicos, apresentação dos dados de saúde, classificação

das medidas preventivas. Zoonoses: etiologia, grupos e classificação (SCHWABE,

1969) das zoonoses, patogenia, sintomatologia, diagnóstico, tratamento, profilaxia.

Teníasecisticercose, tuberculose, leishmaniose, raiva, leptospirose, brucelose,

toxoplasmose, carbúnculo, fascilose, doença de Chagas, esquistossomose, dengue,

febre amarela, fagicolose, anisaquíase, sarcosistose, hantavirose. As boas práticas

de fabricação e o sistema APPCC na produção de alimentos. Ética profissional.

Cargo: Merendeira

a) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto.

b) Atribuições: confeccionar a merenda escolar e proceder à limpeza em geral.

Executar, sob orientação de Nutricionista, as tarefas relativas à confecção da

merenda escolar; preparar refeições balanceadas de acordo com o cardápio préestabelecido;

exercer perfeita vigilância técnica sobre a condimentação e cocção

dos alimentos; manter livres de contaminação ou de deterioração os gêneros

alimentícios sob sua guarda; selecionar os gêneros alimentícios quanto à

quantidade, qualidade e estado de conservação; zelar para que o material e

equipamento de cozinha estejam sempre em perfeitas condições de utilização,

higiene e segurança; operar com fogões, aparelhos de preparação ou manipulação

de gêneros alimentícios, refrigeração e outros; servir a merenda nos utensílios

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

próprios, observando as quantidades determinadas para cada aluno; distribuir a

merenda e colaborar para que os alunos desenvolvam hábitos sadios de

alimentação; recolher, lavar e guardar utensílios da merenda, encarregando-se da

limpeza geral da cozinha e refeitório; fazer trabalhos de limpeza nas diversas

dependências da cozinha; remover lixos e detritos; fazer arrumação em locais de

trabalho; proceder à remoção e conservação de móveis, máquinas e materiais em

geral; preparar café e servi-lo; executar outras tarefas correlatas.

Cargo: Motorista

a) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto e Carteira de Habilitação categoria

“D”

b) Atribuições: dirigir automóveis, ônibus, caminhonetes, caminhões e ambulância;

verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua

utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, amperímetro, sinaleiros,

freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível, etc.; zelar pela segurança

de passageiros, verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança;

zelar pela documentação veículo; orientar o carregamento e descarregamento de

materiais e evitar danos aos materiais transportados; fazer pequenos reparos de

urgência; manter o veículo limpo, interna e externamente, e em condições de uso,

levando-o à manutenção sempre que necessário; observar os períodos de revisão e

manutenção preventiva do veículo; anotar e comunicar ao chefe imediato quaisquer

defeitos que necessitem dos serviços de mecânica, para reparos ou conserto;

comunicar à chefia imediata, tão imediatamente quanto possível, qualquer enguiço

ou ocorrência extraordinária; registrar a quilometragem do veículo no começo e no

final do serviço, anotando as horas de saída e chegada; preencher mapas e

formulários sobre a utilização diária do veículo, assim como o abastecimento de

combustível; recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente

estacionado e fechado; observar, rigorosamente, as normas de trânsito; dirigir

caminhões, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo,

antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros,

freios, embreagem, nível de combustível, entre outros, para o transporte de cargas;

dirigir ambulâncias para transporte de pacientes impossibilitados de andar ou que

necessitem de atendimento urgente, dentro e fora do Município; auxiliar a entrada e

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

retirada do paciente na ambulância; dirigir ônibus para transporte de alunos da rede

municipal de ensino, verificando diariamente as condições de funcionamento do

veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível do óleo,

sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros; zelar pelo bom

andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis para prevenção ou solução de

qualquer anormalidade, para garantir a segurança dos passageiros, transeuntes e

outros veículos; verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está

completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da viagem;

orientar o carregamento e descarregamento de cargas, a fim de manter o equilíbrio

do veículo e evitar danos aos materiais transportados; observar os limites de carga

preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura; fazer pequenos

reparos de urgência; manter o veículo limpo, interna e externamente e em

condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; Manter

atualizada a sua carteira nacional de habilitação; observar os períodos de revisão e

manutenção preventiva do caminhão; anotar em formulário próprio, a

quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários

percorridos e outras ocorrências; recolher ao local apropriado o caminhão, ônibus,

ambulância ou automóveis após a realização do serviço, deixando-o corretamente

estacionado e fechado; executar outras atribuições afins.

Cargo: Nutricionista

a) Requisitos: Curso superior de Bacharelado em Nutrição e registro em seu

respectivo Conselho de Classe

b) Atribuições: – Elaborar o Plano Anual de Trabalho da alimentação escolar,

contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições.

Realizar o controle de qualidade de gêneros de produtos alimentícios. Planejar,

elaborar e avaliar os cardápios, observando o seguinte: a) adequação às faixas

etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas; b) respeito aos

hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola. Utilização de

produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridades aos

produtos semielaborados e aos in natura; calcular os parâmetros nutricionais para

atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação

nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade

(PIQ).Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a

comunidade escolar, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica

das escolas para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e

nutrição. Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra,

armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e

conservação dos produtos, observando sempre as boas práticas higiênicas e

sanitárias. Avaliar mensalmente o controle de estoque das instituições de ensino, e

determinar o quantitativo de gêneros alimentícios a serem fornecidas. Controlar o

estoque de gêneros alimentícios do armazém de distribuição de alimentação escolar

e solicitar aos fornecedores a quantidade necessária para atender a demanda das

escolas. Planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto aos

estudantes, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou

da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao

preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando

parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise

estatística dos resultados. Estimular a identificação de crianças portadoras de

patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento

adequado na Alimentação Escolar. Elaborar fichas técnicas das preparações que

compõem o cardápio. Orientar e supervisionar as atividades de higienização de

ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos,

equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios.

Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal da Alimentação

Escolar. Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação escolar e

nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e

capacitação. Zelar para que, na capacitação especifica de manipuladores de

alimentos da alimentação escolar, sejam observadas as normas sanitárias vigentes.

Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar

e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos da Alimentação

Escolar. Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da

área de alimentação escolar e nutrição. Coordenar o diagnóstico e o monitoramento

do estado nutricional dos estudantes. Interagir com os agricultores familiares e

empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma conhecer a

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar. Acompanhar desde

a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação

escolar. Participar do processo de licitação e da chamada pública da agricultura

familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere a parte técnica

(especificações, quantitativos, entre outros). Elaborar e implantar o Manual de Boas

Práticas para serviços de Alimentação Escolar. Assessorar o Conselho Municipal de

Alimentação Escolar no que diz respeito à execução técnica da alimentação escolar.

O nutricionista designado a Responsável Técnico (RT) do PNAE deve interagir com

o Quadro Técnico (QT) de nutricionistas da Coordenadoria a fim de garantir o

desenvolvimento e operacionalização das atividades inerentes ao PNAE. Averiguar

juntamente com o Coordenador de Logística e Alimentação Escolar, qualquer

denúncia referente a alimentação escolar. Manter atualizado o sistema ou planilha

de controle de estoque e distribuição de gêneros alimentícios; Comunicar os

responsáveis legais e, no caso de inércia destes, a autoridade competente, quando

da existência de condições impeditivas de boa prática profissional ou que sejam

prejudiciais à saúde dos alunos atendidos pela alimentação escolar. Outras

atribuições poderão ser desenvolvidas, de acordo com a necessidade, complexidade

do serviço e disponibilidade da estrutura operacional da alimentação escolar.

CARGO: Operador de Máquinas

a) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto e Carteira de Habilitação “D”

b) Atribuições: Operar Maquinas, efetuar pequenos reparos na máquina sob sua

responsabilidade; Comunicar o chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou

avarias com a máquina sob sua responsabilidade; Proceder ao controle contínuo

de consumo de combustíveis, lubrificantes e manutenção em geral; Proceder ao

mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a

carga horária; Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;

Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da

máquina; Operar máquinas rodoviárias e tratores, executar terraplanagem,

nivelamento de ruas e estradas, assim com abaulamentos, abrir valetas e cortar

talubes; operar máquinas rodoviárias em escavação transporte de terras; aterros

e trabalhos semelhantes; operar com máquinas de compactação, varredouras

mecânicas, tratores, operar mecanismos de tração e movimentação dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para

escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras

e materiais análogos; zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o

andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir

sua correta execução; por em prática as medidas de segurança recomendadas

para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis

acidentes; limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as

instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de

pneus, quando necessário, acompanhar os serviços de manutenção preventiva e

corretiva da máquina e seus implementos e, depois de executados, efetuar os

testes necessários; anotar, seguindo normas estabelecidas, dados e informações

sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras

ocorrências, para controle da chefia; providenciar o abastecimento de

combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade; e

executar tarefas afins e de interesse da Municipalidade; operar motoniveladoras,

carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, patrola e outros, para execução

de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação,

conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;

conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos

de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;

zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e

efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução; pôr em

prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e

estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes; efetuar

pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para

assegurar o bom funcionamento do equipamento; anotar, segundo normas

estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia; recolher

ao local apropriado a máquina após a realização do serviço, deixando-o

corretamente estacionado e fechado; Executar outras atribuições afins.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

CARGO: Pedreiro

a) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto.

b) Atribuições: quanto aos serviços de alvenaria, concreto e revestimentos em

geral: executar serviços de construção, manutenção e demolição de obras de

alvenaria; - preparar argamassa e concreto; construir alicerces, empregando

pedras ou cimento, para fornecer a base de paredes, muros e construções

similares; - assentar tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais; revestir

pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentando ladrilhos,

azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas; - aplicar camadas de

gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações; - construir bases de

concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas,

para possibilitar a instalação de máquinas, postes e similares; - construir caixas

d'água, caixas coletoras de água e esgoto, bem como caixas de concreto para

colocação de bocas-de-lobo; - executar trabalhos de reforma e manutenção de

prédios; - montar tubulações para instalações elétricas; - preparar superfícies a

serem pavimentadas e pavimentá-las, assentando pedras ou elementos de

concreto pré-moldados; - assentar meios-fios; - executar trabalhos de

manutenção e recuperação de pavimentos; quanto aos serviços de manutenção e

reparos em instalações hidráulicas: montar, instalar, conservar e reparar sistemas

de tubulação de material metálico e não metálico, de alta ou baixa pressão; -

marcar, unir e vedar tubos, com auxílio de furadeira, esmeril, maçarico e outros

dispositivos mecânicos; - instalar louças sanitárias, condutores, caixas-d'água,

chuveiros e outras partes componentes de instalações hidráulicas; - localizar e

reparar vazamentos em tubulações de esgoto; - instalar registros e outros

acessórios de canalização, fazendo as conexões necessárias, para completar a

instalação do sistema; - manter em bom estado as instalações hidráulicas,

substituindo ou reparando as partes componentes, tais como tubulações,

válvulas, junções, aparelhos, revestimentos isolantes e outros.

CARGO: Pintor

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

a) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto.

b) Atribuições: Executar trabalhos de acabamento em superfícies internas e

externas que requeiram pintura de diferentes formas com diferentes matériasprimas;

Preparar tintas, massas, pigmentos e solventes, misturando-os nas

quantidades adequadas; Efetuar pintura à mão, a revolver ou com outras

técnicas; Levantar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços

providenciando os itens faltantes, de forma a evitar atrasos e interrupções nos

serviços; Ter conhecimento das diversas técnicas empregadas para a pintura de

paredes; Remover materiais e resíduos provenientes de execução dos

serviços; Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos

apropriados; Zelar pela guarda, manutenção, conservação e limpeza dos

equipamentos, ferramentas e materiais de seu trabalho; Executar tratamento e

descarte de resíduos provenientes do seu local de trabalho; Executar outras

tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

Cargo: Professor Pedagogo

a) Requisito mínimo: Ensino Superior completo com Licenciatura em Pedagogia.

b) Atribuições: Executar tarefas específicas relacionadas com a área de educação;

Participar do processo que envolve o planejamento, construção, execução e

avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Escola; Exercer a docência na

educação básica, responsabilizando-se pela turma/sala sob sua responsabilidade;

Participar da elaboração do calendário escolar; Zelar pela elevação dos níveis de

rendimento escolar e pela melhoria de qualidade do ensino; Colaborar na realização

de campanhas educativas de higiene e saúde, além de comemorações cívicas e

folclóricas; Exercer atividade de natureza educativa, envolvendo a execução de

serviços referentes à elaboração e cumprimento de planos, desenvolvimento de

aulas; Registrar as frequências dos alunos e os conteúdos trabalhados; Desenvolver

e/ou incentivar o hábito da leitura, o gosto pela pesquisa e pelas artes em geral;

Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e

integração da escola com a família dos educandos e com a comunidade escolar;

Participar de cursos, atividades e programas de capacitação profissional, quando

convocado ou convidado; Elaborar programas e plano de trabalho, controle e

avaliação da aprendizagem, recuperação de alunos, reuniões, pesquisa e

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

participação ativa na vida da escola; Interessar-se em adquirir novos conhecimentos

e habilidades profissionais, relacionados com o seu trabalho; Colaborar na

proposição e realização de atividades extraclasse e de apoio ao desenvolvimento do

educando e sua socialização; Zelar pelo bom nome da escola; Adotar metodologias

de ensino diversificadas, que estimulem a criatividade, o raciocínio e a

experimentação; Colaborar com a formação integral de seus alunos; Relacionar

teoria e prática, concretizando os conteúdos curriculares em situações mais

próximas e familiares do aluno; Procurar inovar a prática pedagógica visando à

melhoria da qualidade de ensino; Ministrar os dias letivos e horas-aula

estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao

planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Auxiliar na

conservação, limpeza e boa apresentação das dependências da Escola; Cumprir as

normas e determinações relacionadas à atividade docente contidas no Plano de

Cargo, Carreira Salário da Educação e respectivo Estatuto da Prefeitura Municipal e

demais dispositivos e normas constantes no regimento escolar ou emitidos pela

unidade em que atua.

CARGO: Psicólogo

a) Requisitos: Ensino Superior em Psicologia e Registro no Conselho de Classe.

b) Atribuições: Atividades de psicologia da saúde: estudar e avaliar indivíduos que

apresentam distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, elaborando

e aplicando técnicas psicológicas apropriadas, para orientar -se no diagnóstico e

tratamento; desenvolver trabalhos psicoterápicos, a fim de restabelecer os padrões

normais de comportamento e relacionamento humano; articular-se com equipe

multidisciplinar, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio a

grupos específicos de pessoas; atender aos pacientes da rede municipal de saúde,

avaliando-os e empregando técnicas psicológicas adequadas, para contribuir no

processo de tratamento terapêutico; desenvolver ações na área de educação em

saúde aplicando técnicas e princípios psicológicos apropriados ao desenvolvimento

intelectual, social e emocional do indivíduo, visando a motivação, a comunicação e a

educação no processo de mudança social nos serviços de saúde; trabalhar em

situação de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como:

internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares; participar da

elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental dos indivíduos, bem

como sobre a adequação das estratégias diagnosticas e terapêuticas a realidade

psicossocial; prestar assistência psicológica, individual ou em grupo, aos familiares

dos pacientes, preparando -os adequadamente para as situações resultantes de

enfermidades; reunir informações a respeito de pacientes, levantando dados

psicopatológicos, para fornecer aos médicos subsídios para diagnóstico e

tratamento de enfermidades; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua

especialização profissional. Atividades de psicologia do trabalho: participar do

processo de recrutamento e seleção de novos servidores, empregando métodos e

técnica s da psicologia aplicada ao trabalho; exercer atividades relacionadas com

capacitação e desenvolvimento de pessoal, participando da elaboração, da

execução, do acompanhamento e da avaliação de programas; estudar e

desenvolver critérios visando a realização de análise ocupacional estabelecendo os

requisitos mínimos de qualificação psicológica necessária ao desempenho das

tarefas das diversas classes pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura;

elaborar, executar e avaliar, em equipe multiprofissional, programas de treinamento

e formação de mão de obra, visando a otimização de recursos humanos; participar

do processo de movimentação pessoal, analisando o contexto atual, os

antecedentes e as perspectivas em seus aspectos psicológicos e motivacionais,

assessorando na indicação da lotação e integração funcional; realizar pesquisas nas

diversas unidades da Prefeitura, visando a identificação das fontes de dificuldades

no ajustamento e demais problemas psicológicos existentes no trabalho, propondo

medidas preventivas e corretivas julgadas convenientes; estudar e propor soluções,

juntamente com outros profissionais da área de saúde ocupacional, para a melhoria

das condições ambientais, materiais e locais do trabalho; apresentar, quando

solicitado, princípios e métodos psicológicos que concorram para maior eficiência da

aprendizagem no trabalho e controle do seu rendimento; acompanhar o processo

demissional, voluntário ou não, de servidores; assistir ao servidor com problemas

referentes à readaptação, reabilitação o u outras dificuldades que interfiram no

desempenho profissional por diminuição da capacidade de trabalho, inclusive

orientando -os sobre suas relações empregatícias; receber e orientar os servidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

recém - ingressos na Prefeitura, acompanhando a sua integração à função que irá

exercer e ao seu grupo de trabalho; participar e acompanhar o processo de

Avaliação de Desempenho dos servidores do quadro efetivo da Prefeitura; realizar

pesquisa de clima organizacional; desenvolver programas específicos em função de

necessidades levantadas em pesquisa de clima e outras; desempenhar outra

atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Cargo: Técnico Administrativo.

a) Requisitos: Ensino Superior Completo.

b) Atribuições: Executar atividades de interpretação de leis, regulamentos, decretos

e normas, referentes à administração pública; pesquisar, analisar, planejar, dirigir,

controlar, elaborar e executar projetos do campo da administração (orçamentária,

financeira, custos, projetos de investimentos, gestão de recursos humanos e

materiais e outros) estudando e desenvolvendo metodologias, preparando planos e

projetos para orientar os superiores e demais técnicos de outros campos de

conhecimento quanto à aplicação das ferramentas administrativas mais adequadas,

visando atender os princípios da administração pública, e orientar para a tomada de

decisão com propostas e soluções mais vantajosas; Desenvolver atividades de

elevado nível de complexidade, compreendendo orientação, supervisão e controle

das atividades inerentes às áreas da administração pública em geral e outras

atribuições tais como: Realizar atividades de nível técnico a fim de favorecer o

adequado funcionamento e desenvolvimento da organização. Compreende o

planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, projetos,

inclusive de organização e métodos; Programas ou estudos ligados à administração

de recursos humanos, legislação de pessoal, material e patrimônio, compras e

licitações, orçamento e finanças, contabilidade, bem como ao desenvolvimento

organizacional. Envolve ainda, conhecimentos avançados de informática; a emissão

de pareceres, relatórios técnicos, informações em processos, bem como outras

atividades de mesma natureza e grau de complexidade. Promover a avaliação de

incentivos e fomento para empresas industriais e comerciais, orientando e/ou

avaliando planos de ação de curto, médio e longo prazo, assim como programas e

projetos específicos com vistas à obtenção de subsídios e incentivos; analisar,

elaborar e coordenar as políticas públicas de recursos humanos implantados e a

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

programa de administração salarial da prefeitura, coordenando e/ou executando

análises, descrições, avaliações, classificações de cargos, planejamento e

realização de pesquisas de salários e benefícios, aprimoramento das técnicas de

análises e comparações de informações, bem como pelas auditorias de cargos e

estudos de remunerações, visando dotar e manter na prefeitura uma estrutura

salarial justa, competitiva e de acordo com as políticas definidas pela Administração;

Organizar, supervisionar e executar trabalhos inerentes à contabilidade, realizando

tarefas pertinentes a escrita contábil para apurar os atos e fatos administrativos que

modifiquem o patrimônio público e fornecer elementos necessários ao controle e

prestação de contas do Município; Proceder à tramitação de processos, orçamentos,

contratos e demais assuntos administrativos, consultando documentos em arquivos

e fichários, levantando dados, efetuando cálculos e prestando informações, quando

necessário; Elaborar, sob orientação, planos iniciais de organização, gráficos, fichas,

roteiros, manuais de serviços, boletins, formulários e relatórios em geral, nas áreas

administrativas de pessoal, material, orçamento, organização e métodos e outras

áreas; Organizar, controlar e atualizar fichários, arquivos de correspondência e

documentos, visando à obtenção posterior de informações e elaboração de

relatórios de atividades; Receber, ordenar, protocolar e distribuir correspondências,

documentos e encomendas, controlando sua movimentação e encaminhando ao

setor destinado; Redigir e digitar correspondências, atas e demais documentos,

conferindo os trabalhos executados quanto à ortografia e clareza do texto, bem

como redigir aqueles de caráter simples e rotineiro; Operar sistemas operacionais

administrativos e técnicos em microcomputador, tais como editores de textos,

planilhas eletrônicas e outros aplicativos de uso corrente de setor; Administrar,

coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à escola, regimento escolar,

recursos financeiros, humanos, materiais e físicos, mantendo organizado as

documentações de acordo com as normas internas e legais, visando que a unidade

escolar, atenda aos programas específicos, a fim de melhorar a qualidade de vida e

do processo pedagógico, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e

inspecionando o cumprimento das mesmas; Elaborar, analisar, coordenar, controlar,

incentivar e avaliar programas, projetos técnicos e atividades culturais; Realizar

atividades a fim de promover a adequada preservação de documentos e gestão de

---

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

arquivos. Compreende o planejamento, a organização, a coordenação e o controle

dos procedimentos e operações técnicas para produção, tramitação, utilização,

avaliação e arquivamento de documentos; Desenvolver atividades de grande

complexidade; Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização

profissional.

CARGO: Técnico em Enfermagem

a) Requisitos: Curso Técnico em Enfermagem e registro em seu respectivo

Conselho de Classe.

b) Atribuições: Prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos

de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes, como

administração de sangue e plasma, controle de pressão venosa, monitorização e

utilização de respiradores artificiais; controlar sinais vitais dos pacientes, observando

a respiração e pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão; prestar

cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal; efetuar

curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo

orientação médica ou do enfermeiro; adaptar os pacientes ao ambiente hospitalar e

aos métodos terapêuticos aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas

diárias e orientando - os; auxiliar o Médico em cirurgias, observando equipamentos e

entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas; auxiliar na

prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave sob a

supervisão do enfermeiro; preparar e esterilizar material, instrumental, ambiente e

equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;

participar de campanhas de vacinação; assistir ao Enfermeiro na prevenção e no

controle sistemático da infecção hospitalar e ambulatorial; assistir ao Enfermeiro na

prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral e nos programas de

vigilância sanitária; auxiliar na coleta e análise de dados sociossanitários da

comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária; proceder

a visitas domicilia res, a fim de efetuar testes de imunidade, vacinação,

investigações, bem como auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos

prioritários; participar de programas e atividades de educação em saúde; participar

na execução de programas e atividades de assistência integral à saúde individual e

de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários; participar dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de

doenças profissionais e do trabalho; auxiliar na prevenção e controle das doenças

transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; participar do

planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência

de enfermagem; participar de programas educativos de saúde que visem motivar e

desenvolver atitudes e hábitos saudáveis em grupos específicos da comunidade;

anotar no prontuário do cliente as atividades da assistência de enfermagem;

participar de atividades de capacitação promovidas pela instituição; zelar pela

conservação dos equipamentos utilizados; utilizar equipamentos de proteção

individual conforme preconizado pela ANVISA; realizar outras atribuições afins.

CARGO: Técnico em RX

a) Requisitos: Curso Técnico em Radiologia e registro em seu respectivo Conselho

de Classe.

b) Atribuições: Selecionar os filmes a serem utilizados, de acordo com o tipo de

radiografia requisitada pelo Médico, e colocá-los no chassi; posicionar o paciente

adequadamente, medindo as distâncias para focalização da área a ser

radiografada, a fim de assegurar a boa qualidade das chapas; zelar pela

segurança da saúde dos pacientes que serão radiografados, instruídos quanto

aos procedimentos que devem ser executados durante a operação do

equipamento de raios x, bem como tomar providências cabíveis à proteção dos

mesmos; operar equipamentos de raios X, acionando os dispositivos apropriados,

para radiografar a área determinada; encaminhar o chassi à câmara escura para

ser feita a revelação do filme; operar máquina reveladora, preparando e utilizando

produtos químicos adequados, para revelar, fixar e secar as chapas radiográficas;

encaminhar a radiografia já revelada ao Médico ou Cirurgião Dentista responsável

pela emissão de diagnóstico, efetuando as anotações e registros necessários;

controlar o estoque de filmes e demais materiais de uso no setor, verificando e

registrando o consumo, para solicitar reposição, quando necessário; registrar e

orientar servidores em sua área de atuação para apurar e registrar de todos os

procedimentos executados no âmbito de sua atuação, efetuando o lançamento e

registro em planilha própria para possibilitar a cobrança a o SUS ou outros órgãos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

conveniados; utilizar equipamentos e vestimentas de proteção contra os efeitos

dos raios x, para segurança da sua saúde; zelar pela conservação dos

equipamentos que utiliza; orientar e treinar os servidores que o auxiliam na

execução das tarefas típicas da classe; participar das ações de promoção,

prevenção, assistência e reabilitação da saúde; executar os exames de crânio e

face, esqueleto torácico/membro superior, bacia e membros inferiores, órgãos

internos do tórax, aparelho digestivo, aparelho gênito-urinário, outros exames

diversos,; selecionar os filmes, atendendo ao tipo de radiografia prescrita, bem

como recepcionar o cliente com cordialidade, identificando -o, posicionando-o,

orientando-o a respeito do procedimento que será executado, e auxiliando-o nas

dificuldades que porventura este referir; colocar os filmes em chassi adequado,

identificar, e providenciar a execução da técnica radiológica, obedecendo os

níveis permitidos de exposição radioativa, tanto tolerantes ao cliente, como

também ao operador; utilizar os equipamentos de proteção individual e os

controladores de radiação exigidos por lei; ao acionar o aparelho de Raio X,

certificar -se do pleno conhecimento de seu manuseio, evitando com isso,

exposições desnecessárias à radioatividade, como também, possíveis avarias;

providenciar a revelação do filme, e zelar pelos equipamentos que facilitam esse

e outros procedimentos; providenciar a troca de insumos e a limpeza e perfeita

higiene do ambiente; elaborar outras tarefas correlatas.

CARGO: Tratorista

a) Requisitos: Ensino Fundamental e Carteira de Habilitação “D”

b) Atribuições: Opera tratores e reboques montados sobre rodas, para

carregamento e descarregamento de materiais, roçadas de terreno, preparo da

terra e desobstrução de vias públicas; Observa as condições do trator no que se

refere à manutenção, verificando pneus, combustível; Diariamente solicita

informação ao superior imediato sobre a prorrogação de trabalho, trajeto a ser

realizado e recomendações a serem seguidas; Percorre as ruas da cidade,

relacionando os locais onde existem buracos e necessidade de manutenção no

asfalto; Opera trator provido de rolo compressor para estender as camadas de

asfalto na construção de estrada e operação tapa buraco, acionando dispositivo

para posicioná-los segundo as necessidades do trabalho; Efetua operações de

máquinas agrícolas, acionando comandos no processo de arar, gradear e roças a

terra, por meios mecânicos, favorecendo o processo de plantio e fornecendo

apoio aos pequenos e médios produtores; Executa serviços de terraplanagem,

tais como remoção, distribuição nivelamento de superfícies, cortes de barrancos,

acabamento e outros; Providencia o abastecimento de combustível, água e

lubrificantes nas máquinas de sua responsabilidade; Zela pela conservação e

limpeza das máquinas, acessórios e ferramentas que utiliza na execução de duas

tarefas; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo supervisor imediato,

desde que sejam específicas com o cargo.

Cargo: Vigia

a) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto

b) Atribuições: vigiar e zelar pelos bens móveis e imóveis da administração pública.

Relatar os fatos ocorridos, durante o período de vigilância, à chefia imediata.

Controlar e orientar a entrada e saída de pessoas, veículos e materiais, exigindo a

necessária identificação de credenciais visadas pelo órgão competente. Vistoriar

rotineiramente as partes externas e o fechamento das dependências internas,

responsabilizando-se pelo cumprimento das normas de segurança estabelecidas.

Realizar vistorias e rondas sistemáticas em todas as dependências, prevenindo

situações que coloquem em risco a integridade do prédio, dos equipamentos e a

segurança dos servidores e usuários. Executar outras tarefas que se incluam, por

similaridade, no mesmo campo de atuação.

CARGO: Zeladora

a) Requisito: Ensino Fundamental Incompleto.

b) Atribuições: Percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas,

portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e

aparelhos elétricos; limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios

públicos municipais, a fim de mante - lós nas condições de asseio requeridas;

realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos

próprios municipais como a sede da Prefeitura, a rodoviária, as escolas, as unidades

de saúde, os ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou

que vierem a ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada

unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior; esfregar chão,

paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber,

utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os

próprios municipais; aplicar cera e lustrar chão e móveis; conservar banheiros e

cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos

de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico; auxiliar nas tarefas de

limpeza, higienização e desinfecção de vidraçaria; frascos, tubos de ensaios, balões

e outros, utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e

observadas as normas determinadas para o setor; auxiliar nas tarefas de limpeza,

desinfecção e organização dos laboratórios de análises clínicas municipais,

arrumando estantes, armários, depósitos, transportando, entregando e

descarregando materiais, observando cuidados com materiais e produtos, de acordo

com as normas do setor; recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando

detritos e depositando -os de acordo com as determinações; coletar, seletivamente,

lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais,

ensacando- os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme

orientação superior; coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de

saúde, ensacando -o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme

orientação específica recebida.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.238.987/0001-75

GESTÃO 2021/2024

_____

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

NOME DO (A) CANDIDATO (A):

_____

RG Nº _____ CPF Nº _____

CARGO: _____Nº DA INSCRIÇÃO: _____

TIPO DE RECURSO:

_____

ARGUMENTAÇÃO DO CANDIDATO:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do (a) requerente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

_____

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

ANEXO V - FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA - MT

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME DO CANDIDATO

DATA DE NASCIMENTO SEXO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

DIA MÊS ANO M F NÚMERO ORG.EXP.

CPF TELEFONE

ENDEREÇO

Rua, Avenida, nº, Apto, Bloco

BAIRRO CEP

-

MUNICIPIO UF DDD CELULAR

E-MAIL

FUNÇÃO (Assinalar com X a Função Pretendida)

( ) Assistente Administrativo

( ) Assistente Social

( ) Auxiliar de Jardinagem

( ) Auxiliar de Serviços Gerais

( ) Biólogo

( ) Bioquímico

( ) Carpinteiro

( ) Cirurgião Dentista

( ) Cuidador de Criança

( ) Educador Físico

( ) Eletricista de Instalações em Geral

( ) Enfermeiro

( ) Farmacêutico

( ) Fisioterapeuta

( ) Fonoaudiólogo

( ) Mecânico de Maquinas Pesadas

( ) Médico Veterinário

( ) Merendeira

( ) Motorista

( ) Nutricionista

( ) Operador de Maquinas

( ) Pedreiro

( ) Pintor

( ) Professor Pedagogo

( ) Psicólogo

( ) Técnico Administrativo

( ) Técnico em Enfermagem

( ) Técnico em Raio-X

( ) Tratorista

( ) Vigia

( ) Zelador

( ) Assistente Administrativo (Analândia)

( ) Auxiliar de Serviços Gerais (Analândia)

( ) Cuidador de Criança (Analândia)

( ) Merendeira (Analândia)

( ) Motorista (Analândia)

( ) Professor Pedagogo (Analândia)

( ) Tratorista (Analândia)

( ) Vigia (Analândia)

( ) Zelador (Analândia)

( ) Auxiliar de Serviços Gerais (Bom Jaguar)

( ) Cuidador de Criança (Bom Jaguar)

( ) Merendeira (Bom Jaguar)

( ) Motorista (Bom Jaguar)

( ) Professor Pedagogo (Bom Jaguar)

( ) Vigia (Bom Jaguar)

( ) Zelador (Bom Jaguar)

Desejo concorrer a vagas específicas para portadores de

Necessidades Especiais

: ( ) Sim ( ) Não

Declaro que aceito as condições descritas no Edital que rege este processo seletivo e, se convocado para contratação, que apresentarei todos os

documentos comprobatórios dos requisitos pessoais, de escolaridade e profissionais para assinar o contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

_____

Rua dos Três Poderes nº 777 CEP: 78.535-000 – www.marcelandia.mt.gov.br – e-mail:

gabinete@marcelandia.mt.gov.br

ANEXO VI

FORMULÁRIO DE SELEÇÃO PARA OS CARGOS

1.0 CARGO PRETENDIDO:

2.0 DADOS PESSOAIS

NOME:_____

Data de nascimento:_____/_____/_____

Endereço:Rua_____Nº:_____

bairro:_____Cidade:_____

Estado:_____Celular_____email:_____

CPF:_____RG:_____ORGÃO EXP.:_____UF:_____

3.0 FORMAÇÃO / TITULAÇÃO

( ) Doutorado 30,0 ( ) Ensino Médio 10,0

( ) Mestrado 25,0 ( ) Ensino Fundamental Completo 5,0

( ) Especialização 20,0 ( ) Ensino Fundamental Incompleto 3,0

( ) Ensino Superior 15,0

PONTUAÇÃO OBTIDA:_____

4.0 CURSOS DE FORMAÇÃO (07 de novembro de 2020 a 07 de novembro de 2023)

5.1 Cursos de formação: 1,0 PONTO PARA CADA 40H DE CURSO ATÉ O MÁXIMO DE 400H, 10,0

PONTOS.

TOTAL DE HORAS:_____ PONTUAÇÃO OBTIDA:_____

5.0 COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NO CARGO PRETENDIDO:

1,0 PONTO PARA CADA 01 ANO COMPROVADAMENTE TRABALHADO ATÉ O MÁXIMO DE 5,00

PONTOS

TOTAL DE ANOS:_____ PONTUAÇÃO OBTIDA:_____

6.0 CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

a) Que tiver maior idade.

_____

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO RESPONSÁVEL PELA VALIDAÇÃO

_____/_____/_____

DATA DA VALIDAÇÃO

TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:_____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO VALIDADA: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13560 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

"Dispõe sobre ***Exoneraçãodo (a)*** Servidor (a), conforme Art. 43, Lei Complementar 081/2013, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE*:*

Art. 1º - **Exonerar** o Sr. ***JOELMIR PEREIRA****,* do quadro de servidores do Município de Matupá - MT, com a matrícula nº 9190, o qual exercia o cargo de ***ADJUNTO IMEDIATO,*** revogando a Portaria nº 13272 de **01** de agosto de **2023.**

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de 31 de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13561 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

"Concede ***LICENÇA MATERNIDADE,*** aservidora ***KAUANE CARNHIELETO DE AVILA,*** no cargo de ***CUIDADOR SOCIAL*** e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ***LICENÇA MATERNIDADE,*** a servidora ***KAUANE CARNHIELETO DE AVILA,*** no cargo de ***CUIDADOR SOCIAL,***matrícula nº 9083 a partir do dia 31 de outubro de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 31 **de outubro** do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 40.000 KM RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DA AMBULANCIA SPRINTER PLACA - SCD0B56 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, onde contratou-se a Empresa **RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 59. 970.624/0029-85** com um valor total de R$ 3.384,83. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 07 de novembro de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO CMS Nº 18 DE 30 DE OUTUBRO DE 2.023.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPÁ – MT

O Conselho Municipal de Saúde de Matupá, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 126 de 03 de Março de 1994.

1. Considerando a Portaria Nº 544 de 03 de Maio de 2023 , que Institui procedimentos para execução de despesas em ações e serviços públicos de saúde autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2023 com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022.

2. Considerando a Reunião ordinária do dia 30 de outubro de 2.023 do Conselho Municipal de Saúde de Matupá/MT.

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar a proposta nº 97537980000116002- saldo financeiro de R$ 86.893,05 (oitenta e seis mil oitocentos e noventa e três reais e cinco centavos) conta corrente 17669-9 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de saúde especializada;

Art.2º- Aprovar a proposta nº 97537980000116006 – saldo financeiro R$ 21.284,30 (vinte e um mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos) conta corrente 17670-2 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de saúde especializada;

Art.3º- Aprovar a proposta nº 97537980000116001 saldo financeiro R$ 15. 607,56 (quinze mil seiscentos e sete reais e cinquenta e seis centavos) conta corrente 17612-5, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de saúde especializada;

Art.4º- Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Matupá - MT, 30 de outubro de 2.023.

Francisco Carlos Vieira

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Matupá/MT

Homologada:

Bruno Santos Mena

Prefeito Municipal de Matupá/MT

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 042/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 23 de novembro de 2023 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 23/11/2023 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0125/2023, que estará disponível no site https://www.gp.srv.br/transparencia_matupa/servlet... e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 07 de novembro de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 4828, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ-MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o Planejamento Estratégico Elaborado em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

CONSIDERANDO a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

Art. 2º. Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

a) homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas;

b) apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas; deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas; homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

e) criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

f) exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;

g) decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

Art. 3º. Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobres as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único – As reuniões de que trata o caput serão presididas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º. Designar como membros do referido Comitê os ocupantes dos cargos de:

I. **Coordenadora:** Marlene Ester Stelger

II. Secretaria municipal de Administração

Secretário: Marylaine de Lima Santana

Técnico: Kelly Laódse de Godoy

III. Secretaria Municipal de Finanças

Secretário: Marylaine de Lima Santana

Técnico: Sabrina Helena Huhn

IV. Secretaria Municipal de Planejamento

Secretário: Larissa Zafonato

Técnico: Beatriz Casalli

V. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Secretário: Elywd Pereira da Silva

Técnico: Antonia Wérica Galvão Costa Paixão

VI. Secretaria Municipal de Urbanismo e Paisagismo

Secretário: Cesar Silva

Técnico: Dayane Lais Ferreira

VII. Secretaria Municipal de Agricultura

Secretário: Andreia Ferdinando Varea

Técnico: Patrícia Tosta Batista

VIII. Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretário: Juliana Fátima Carbonera

Técnico: Rosa Maria Surubi da Silva

IX. Secretaria Municipal de Saúde

Secretário: Tatiane Aparecida Caseiro Aranda

Técnico: Clarisse Maria Sala

X. Secretaria Municipal de Industria, Comércio, Turismo, Cultura e Lazer

Secretário: Juliani Cristina de Souza Mena

Técnico: Lucas Raul Fernandes

XI. Secretaria Municipal de Educação

Secretário: Cleusi Hintz

Técnico: Luana Aparecida Toniello de Souza

XII. Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Secretário: Valdemar Frigeri

Técnico: Rodrigo Barbosa Craidy

XIII. **Diretor Executivo do Previ-Muni:** Cladi Caron

XIV. **Controlador Interno:** Verônica Chiodi

Art. 5º. O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade do controle interno municipal.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, em especial o Decreto 4226/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá-MT

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13562 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

*"*Concede ***LICENÇA SAÚDE INSS*** a servidora ***IRILENE CONCEICAO SANTOS SILVA,*** no cargo de ***PROFESSOR*** e dá outras providências*"*.

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ***LICENÇA SAÚDE INSS*** a servidora ***IRILENE CONCEICAO SANTOS SILVA,*** matrícula nº 8840, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, a partir do dia 30 de outubro de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 31 **de outubro** do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 4827 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Nº 991 de 20 de abril de 2017, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para composição do **Conselho Municipal de Turismo:**

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

I – Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte: Titular: César Silva; Suplente: Dayane Lais Ferreira.

II- Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Marylaine de Lima Santana

Suplente: Cristiane Machado Romeiro.

III- Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo:

Titular: Juliani Cristina de Souza Mena

Suplente: Luiz Paulo Liberali.

IV- Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

Titular: Bruno Fujii Celestino;

Suplente: Thierry Clemente Dias Guerra Semensato.

V- Secretaria Municipal de Cultura:

Titular:José Sales de Souza Luna;

Suplente: Lucas Raul Fernandes.

VI- Secretaria Municipal de Educação:

Titular:Cleusi Hintz;

Suplente: Silvana de Souza Oliveira Laitart.

VII- Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular:Juliana Fátima Carbonera;

Suplente: Rosa Maria Surubi da Silva.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

I - ASCOMIM-Associação Comercial e Industrial de Matupá:

Titular: Glaiciane de Paula Souza Silva Pane;

Suplente: Edilma Boin.

II – Sindicato dos Produtores Rurais: Titular: Alex Sandro Silvério dos Santos;

Suplente: Fernando Bertolin.

III - Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Edvandro Augusto Neto Siqueira;

Suplente: Gessicleia do Nascimento Ferreira Siqueira.

IV – Associação dos Feirantes de Matupá:

Titular: Gilmar Ferreira Nantes;

Suplente: José Gomes dos Santos Filho.

V – HOTÉIS:

Titular: Altieres Lacerda Severino;

Suplente: Artemio Zagonel.

VI – RESTAURANTES:

Titular: Cassiano Korbes;

Suplente: Marcilene Baldoino Alves.

VII – AGÊNCIA DE VIAGEM:

Titular: Renan Barros Gomes;

Suplente: Grasiela Maria de Oliveira Barros Gomes

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4930 de 14 de fevereiro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13558 DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

*"*Concede **RETORNO DE *LICENÇA SAÚDE*** a servidora ***DULCILENE DOS SANTOS SILVA,*** no cargo de ***COZINHEIRO*** e dá outras providências*".*

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **RETORNO DE *LICENÇA SAÚDE*** a servidora ***DULCILENE DOS SANTOS SILVA,*** matrícula nº 4927, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 30 de outubro de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 30 de outubro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13559 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

"Dispõe sobre ***Exoneração*****do (a)** Servidor (a), conforme Art. 43, Lei Complementar 081/2013, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE*:*

Art. 1º - **Exonerar** a Sra. ***ANTONIA WERICA GALVÃO COSTA PAIXAO,*** do quadro de servidores do Município de Matupá **-** MT, com a matrícula nº 8151, a qual exercia o cargo de ***TECNICO EM NIVEL SUPERIOR,*** revogando a Portaria nº 10530 de **01** de setembro de **2021.**

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de 31 de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**. Prazos para recebimento e julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **23/11/2023** às **09h (Horário de Brasília).** Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. Informações: Telefones (65) 3241-1012/5152/99953-0883. Pregoeiro: Wellington Rocha Dias. Mirassol d'Oeste, 08/11/2023.

COORDENADORIA DE GERAÇÃO DE DADOS
EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Lista de Classificação e de Inscrições Indeferidas 017

(Período de inscrições: 17/04/2023 a 06/10/2023)

A Comissão Organizadora do Processo de Seleção de Estagiários do Município de Mirassol d'Oeste – MT, nos termos do Edital,

RESOLVE:

I – Divulgar a lista de classificação dos candidatos e a lista de inscrições indeferidas conforme Anexo I deste edital;

II - Informar que não há inscrições deferidas para estágio nos cursos:

Administração Pública;

Arquitetura e Urbanismo;

Ciências Contábeis;

Engenharia Civil.

III - Informar a lista de candidatos convocados e desistentes conforme Anexo II;

IV - Informar a lista de candidatos convocados conforme Anexo III;

V – Abrir prazo para recurso nos dias 08 a 09 de novembro/2023.

a) Os recursos deverão ser encaminhados via e-mail contato@portaldoestagiario.com.

Mirassol d'Oeste – MT, 07 de novembro de 2023.

Bruno Vilas Boas Panaro Leite

Presidente da Comissão

Portaria 215/2023

ANEXO I

Bacharelado em Serviço Social						
CANDIDATO	**APROVEITAMENTO**	**EXPERIÊNCIA**	**EXTRAS**	**CURSOS**	**SEMESTRES**	**TOTAL**
Erika Lazareti Goveia	0	0	0	0	0	0

Bacharelado em Administração						
CANDIDATO	**APROVEITAMENTO**	**EXPERIÊNCIA**	**EXTRAS**	**CURSOS**	**SEMESTRES**	**TOTAL**
Ana Luíza Pereira Alves	0	0	0	0	0	0

Bacharelado em Educação Física						
CANDIDATO	**APROVEITAMENTO**	**EXPERIÊNCIA**	**EXTRAS**	**CURSOS**	**SEMESTRES**	**TOTAL**
Juliana Cristina Figueiredo Mussato	0	0	0	0	0	0

Licenciatura em Letras						
CANDIDATO	**APROVEITAMENTO**	**EXPERIÊNCIA**	**EXTRAS**	**CURSOS**	**SEMESTRES**	**TOTAL**
Ana Paula Aparecida Oliveira Dos Santos Carrasco	0	0	0	0	0	0

Licenciatura em Pedagogia						
CANDIDATO	**APROVEITAMENTO**	**EXPERIÊNCIA**	**EXTRAS**	**CURSOS**	**SEMESTRES**	**TOTAL**
Gabriela Leal Cassiano	0	0	0	0	0	0
Janaina da Costa dos Santos	0	0	0	0	0	0

Bacharelado em Psicologia						
CANDIDATO	**APROVEITAMENTO**	**EXPERIÊNCIA**	**EXTRAS**	**CURSOS**	**SEMESTRES**	**TOTAL**
Carla Bianca Scatolin Alonso	5	0	0	0	0,5	5,5
Julio Jesus Alves Romanzini	0	0	0	0	0	0

Bacharelado em Ciência da Computação

CANDIDATO	APROVEITAMENTO	EXPERIÊNCIA	EXTRAS	CURSOS	SEMESTRES	TOTAL
Willian Dos Santos Lira	0	0	0	0	0	0

Bacharelado em Direito						
CANDIDATO	APROVEITAMENTO	EXPERIÊNCIA	EXTRAS	CURSOS	SEMESTRES	TOTAL
Lívia Rodrigues Teixeira	0	0	0	0	0	0
Maria Luiza de Souza Rocha	0	0	0	0	0	0

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS		
CANDIDATO	CURSO	MOTIVO (EDITAL)
Andressa Da Silva Vieira	Bacharelado em Direito	3.1f
Miriã Regina de Souza Trois	Bacharelado em Ciências Contábeis	3.1f
Bianca Ferreira de Albuquerque	Bacharelado em Direito	4.2a
Kamilla Luanny Rodrigues Tamarossi dos Santos	Bacharelado em Direito	3.1a, 4.2a
Maria Luiza de Souza Rocha	Bacharelado em Direito	1.9
Milene Assis De Azevedo	Bacharelado em Ciências Contábeis	3.1d, 11.6
Erivan Delfino Dos Santos	Bacharelado em Ciência da Computação	3.1d, 11.6
Leiliane Matias Rodrigues	Licenciatura em Matemática	5.1.1
Íris Bianca De Souza Da Costa	Bacharelado em Ciência da Computação	3.1d, 11.6

ANEXO II

(Candidatos convocados e desistentes)

CANDIDATO	CURSO
Vaneide Neves Martins	Licenciatura em Matemática
Maria Clara Carvalho	Licenciatura em Pedagogia
Gabriela Cristina De Paula Mendes	Bacharelado em Direito
Thatielly Lazaro Zarzenon	Licenciatura em Pedagogia
Jeimyson Rodrigo Ribeiro	Bacharelado em Ciências Contábeis
Karolaine Lorena Lacerda	Bacharelado em Ciências Contábeis
Vanessa Aparecida Do Nascimento	Licenciatura em Pedagogia
Thais Cristina Farias	Bacharelado em Ciências Contábeis
Pâmela Aline Ribeiro Schuring	Licenciatura em Pedagogia
Jéssica Hélita Rodrigues Gomes	Bacharelado em Administração

ANEXO III

(Candidatos convocados)

NOME	CURSO	RESPONSÁVEL	LOCAL	INÍCIO	FIM
Bruna Karoline Freitas Machado	Licenciatura em Matemática	José Cardoso Lompias	Escola Inedi Fontes Castilho de Queiroz	25/10/2023	24/10/2024
Tais Garcia Cicuto	Licenciatura em Pedagogia	Jeane De Souza Cintra	Pré Escola Comecinho de Vida	16/10/2023	15/10/2024
Darlene Aparecida Figueiredo do Nascimento	Licenciatura em Pedagogia	Jeane De Souza Cintra	Escola Benedito Cesário da Cruz	12/09/2023	11/09/2024
LayraVytorya Cesário Tavares	Bacharelado em Direito	Marcos Antônio dos Santos	Cartório Eleitoral	07/08/2023	06/08/2024
Katiellen Rosa Lourenço	Bacharelado em Ciências Contábeis	Carlos Eduardo Tolon	Contabilidade	03/08/2023	02/07/2024
Vinicius Carvalho Araujo	Bacharelado em Direito	Robson De Castilho Ribeiro	PROCON	20/07/2023	19/07/2024
Gustavo AdrielCabriottiLucati	Bacharelado em Direito	Jeffer Kleber de Oliveira	MIRASSOLPREV	24/07/2023	23/07/2024
Italo de Sena Nossa	Bacharelado em Direito	Marcos Antônio dos Santos	SAEMI	12/07/2023	13/07/2023
Allan Vinicius Cardoso Martins	Bacharelado em Ciências Contábeis	Carlos Eduardo Tolon	Contabilidade	19/06/2023	18/06/2024
Adryan Alceu Jamariqueli de Lima	Bacharelado em Psicologia	Fabiana Cassia Pereira	Escola Inedi Fontes Castilho de Queiroz	17/07/2023	16/07/2024
Warla Conceição Pires Dos Santos	Licenciatura em Pedagogia	Jeane De Souza Cintra	C.E.I Chapeuzinho Vermelho	19/06/2023	18/06/2024
Aline Juliana Veronezi Miranda	Licenciatura em Pedagogia	Jeane De Souza Cintra	C.E.I Francisco Cruz	19/06/2024	18/06/2024
VaniairMissias Da Silva	Bacharelado em Direito	Robson Dos Reis Silva	Procuradoria	19/06/2024	18/06/2024
Hélida Pessoa Silva Rocha	Bacharelado em Administração	Claudio Araújo Machado	Escola Benedito Cesário da Cruz	03/07/2023	02/07/2024
Gabriel Mariano De Andrade	Bacharelado em Direito	Robson De Castilho Ribeiro	PROCON	01/06/2023	31/05/2024
Anna Carollyne De Carvalho Alves	Licenciatura em Pedagogia	Jeane De Souza Cintra	Escola Benedito Cesário da Cruz	19/06/2023	18/06/2024
Cathya Custódio Da Silva	Bacharelado em Ciências Contábeis	Valdeir De Souza Do Nascimento	TESOURARIA	15/05/2023	01/09/2023
Daniela Cristina Do Nascimento	Licenciatura em Pedagogia	Jeane De Souza Cintra	Pré Escola Nossa Senhora Aparecida	15/05/2023	14/05/2024
Geni Vitória Silva De Matos	Bacharelado em Psicologia	Fabiana Cassia Pereira	Escola Inedi Fontes Castilho de Queiroz	15/05/2023	14/05/2024
Damares Toninatto Lima	Bacharelado em Direito	Robson Do Reis Silva	Procuradoria	11/05/2023	02/08/2023
Guilherme Botelho De Oliveira	Bacharelado em Engenharia Civil	Thiago Lopes Moreti	Infraestrutura	15/05/2023	14/05/2024

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023

Contratante..: CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

Contratada....: OLK SOLUÇÕES EM MARKETING E SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: ACRESCENTAR 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a R$ 31.043,25 (TRINTA E UM MIL QUARENTA E TRÊS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), nos moldes do art. 65, inciso I, alínea "b", § 1º, da Lei n.º 8.666/1993;

Dotação Orçamentaria:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.

3.3.90.39.88 – Serviço de Publicidade e Propaganda

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA – RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

ERRATA – RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 53/2023. Comunicamos que na publicação efetuada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso da Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM), N.º 4.355 de 07/11/2023, página 434, onde se lê: "DISPENSA ELETRÔNICA N.º 42/2023" leia-se "DISPENSA ELETRÔNICA N.º 53/2023". Agente de Contratação: Denilton Mendes da Silva. Mirassol d'Oeste, 08/11/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
PLANEJAMENTO - DECRETOS 2023

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2023

DECRETO Nº 4650 , DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI N.1833

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$524.785,11 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **524.785,11**

02 13 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREF. SAMUEL GREVE

784	10.302.0156.2190.0000	SAUDE PARA TODOS	130.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
793	10.302.0156.2191.0000	SAUDE PARA TODOS	313.785,11
	3.3.90.34.00	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
796	10.302.0156.2191.0000	SAUDE PARA TODOS	81.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **524.785,11**

Fontes de Recurso	
1 500	524.785,11

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 31 de outubro de 2023

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 758 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2023, INSTAURADO PELA PORTARIA 569/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA, Secretário de Administração e Planejamento do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Orgânica Municipal e a competência delegada pelo prefeito municipal no Decreto Municipal nº 4.574/2023 e;

Considerando a necessidade de prorrogar o prazo para a conclusão do Processo Administrativo 003/2023, prorrogado anteriormente por meio da Portaria nº 678/2023, a partir da data de seu vencimento,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo 003/2023, previamente prorrogado por meio da Portaria nº 678/2023, a partir de sua data de vencimento.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento do Município de Mirassol d´Oeste - MT, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 07 de novembro de 2023.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 093/2021

PREFEITURA / COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO

DECRETO Nº 4.653/2023 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

CANCELA EMPENHOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito **HÉCTOR ALVARES BEZERRA** de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Mirassol D'Oeste e com base no disposto no artigo 1º do Decreto Federal nº 20.910/32 de 06 de Janeiro de 1932.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica cancelado em virtude de **SOBRA DE EMPENHO E/OU DESPESA NÃO REALIZADA E/OU SERVIÇO NÃO PRESTADO**, os empenhos constantes da conta "RESTOS A PAGAR 2021 – NÃO PROCESSADOS", abaixo relacionado:

EMPENHO	DATA	FORNECEDOR	SALDO
6797	28/09/2021	J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI	2.802,64
7588	04/11/2021	J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI	1.168,79
7589	04/11/2021	J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI	2.187,17
9148	22/12/2021	J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI	5.571,76

Art. 2º. – Fica cancelado em virtude de **SOBRA DE EMPENHO E/OU DESPESA NÃO REALIZADA E/OU SERVIÇO NÃO PRESTADO**, os empenhos constantes da conta "RESTOS A PAGAR 2022 – NÃO PROCESSADOS", abaixo relacionado:

EMPENHO	DATA	FORNECEDOR	SALDO
10303	23/11/2022	P P E COM DE EQUIPAMENTOS E PROTECAO INDIVID	68,10
11605	30/12/2022	LABORATORIO DE PROTESE ADELAR LTDA	23.992,00

Art. 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste - Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, 06 de novembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGACAO PREGAO ELETRONICO Nº 009/2023

Mirassol dOeste ,07 de novembro de 2023

Licitação :**000038/23 - PREGÃO ELETRÔNICO 9**

Aberta em 06/11/2023

Resumo do Objeto:

AQUISICAO DE AGUA MINERAL E GAS DE COZINHA

Comunicamos a V.Sas. que resultante da análise das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitações desta Fundação Municipal de Saúde adjudicou e o Excelentíssimo Senhor Presidente homologou em favor da empresa L.E. TRINDADE inscrita no CNPJ 00.422.996/0001-23 parte do objeto da licitação, no valor de R$ 54.264,00 (cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais), em favor da empresa E.F. CARVALHO inscrita no CNPJ 47.306.664/0001-47 parte do objeto da licitação, no valor de R$ 375,00 (Trezentos e setenta e cinco reais) e em favor da empresa GASOLINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ 03.401.422/0001-38 parte do objeto da licitação, no valor de R$ 900,00 (Novecentos reais).

H O M O L O G A Ç Ã O

_____

Líria Simone Essi

Presidente da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 177/2023

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 177/2023

Fica rescindido a partir de 07 de Novembro de 2023,

Contrato Temporário n**º 94/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Josicelia Ferreira da Silva – Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 07 de Novembro de 2023.

DECRETO Nº 133 , DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023 - LEI N.1052

DECRETO Nº 133 , DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023 - LEI N.1052

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$297.970,76 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 297.970,76

01 01 01 CAMARA MUNICIPAL

1 01.031.0001.1001.0000MELHORIA NO PROCESSO LEGISLATIVO 43.076,32

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 11500

1 Recursos do Exercício Corrente

13 01.031.0001.2001.0000MELHORIA NO PROCESSO LEGISLATIVO 189.894,44

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

14 01.031.0001.2001.0000MELHORIA NO PROCESSO LEGISLATIVO 65.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 11 01 GESTÃO DA FINANÇAS

54 28.846.0998.2006.0000ENCARGOS ESPECIAIS -92.000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

56 28.846.0998.2005.0000ENCARGOS ESPECIAIS -205.970,76

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

Anulação (-) -297.970,76

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 07 de NOVEMBRO de 2023

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO

167.522.791-87

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº70/2023

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.70/2023

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº70/2023

Processo: 4515/2023

Objeto: **Contratação EMERGENCIAL de pessoa jurídica especializada em locação de caminhão compactador de lixo, toco, capacidade mínima da caixa compactador 12m³, ano de fabricação inferior a 2010, motorista e combustível será por conta da contratante e a manutenção preventiva e corretiva será por conta da contratada, para atender a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura deste Município .**TR nº 92/2023**.** Sendo o valor apresentado de **R$ 40.000,00(quarenta mil reais),**conforme legislação vigente aplica-se a Dispensa de Licitação fundamentado na Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, Decreto Federal 9.412/2018 – art. 1º inciso II e em consonância parecer jurídico acostado aos autos.

Despesas que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Total
SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	Próprio	2074- MANUT. ENCARGOS SALARIOS	366	33.90.39.00	1500	R$40.000,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor **R$ 40.000,00(quarenta mil reais),** em favor da Pessoa Jurídica: **CAVALCCA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ: 28.193.546/0001-25,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº092/2023. Apresenta-se aos autos documentos e Parecer Jurídico nº. 51/2023 visando respaldar a legalidade deste ato.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilma. Sra. Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 07 de Novembro de 2023

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.517/2023

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT A ASSINAR COMPROMISSO COM O ESTADO DE MATO GROSSO NA QUALIDADE DE MUNICÍPIO GESTOR DE RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROGRAMA ESTADUAL "GOV MT FILA ZERO NA CIRURGIA" PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CESAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assumir como Município gestor de recurso junto ao Estado de Mato Grosso, dos recursos a serem repassados com a finalidade de execução do Programa "Gov MT Fila Zero na Cirurgia", criado pelo Decreto Estadual nº 241 de 19 de abril de 2023, a ser executado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT, do qual é membro, mediante o recebimento dos valores pelo município através de transferência fundo a fundo ou outra forma de repasse de recursos, e a transferência incontinenti dos mesmos para o CISRAT, atuando o município como gestor do recurso, nos termos do art. 31, II, da Portaria nº 633/2023/GBSES.

§ 1º. O município abrirá conta bancária específica para essa finalidade.

§ 2º. Os municípios do Consórcio que aderirem ao programa farão o repasse dos recursos referentes à eventual contrapartida diretamente ao Con-

sórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, inclusive Nova Bandeirantes.

§ 3º. Cada município consorciado ficará responsável por informar ao CISRAT a intenção de adesão ao Programa, bem como também outras informações porventura pertinentes, relacionadas ao Programa.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a assinar os instrumentos jurídicos para a referida finalidade junto ao Estado de Mato Grosso e junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, específicos para o repasse dos valores referentes ao Programa "Gov MT Fila Zero na Cirurgia".

Art. 3º. A execução do Programa "Gov MT Fila Zero na Cirurgia" ficará a cargo do CISRAT, nos termos do Decreto Estadual nº 241/2023 e da Portaria nº 633/2023/GBSES.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo Aditivo Contratual junto ao CISRAT, específico para o repasse dos recursos referentes ao Programa "Gov MT Fila Zero na Cirurgia", sem prejuízo dos repasses dos recursos referentes a compromissos anteriormente assinados junto ao CISRAT.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo Aditivo Contratual junto ao CISRAT, específico para o repasse dos recursos referentes ao Programa "Gov MT Fila Zero na Cirurgia", sem prejuízo dos repasses dos recursos referentes a compromissos anteriormente assinados junto ao CISRAT.

Art. 6º. As adequações no orçamento municipal necessárias, tanto administrativas quanto legais, serão realizadas pelo Poder Executivo Municipal, encaminhando projeto de lei específico para essa Casa, no que for necessário.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Bandeirantes, em 07 de novembro de 2023.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.516/2023

SÚMULA:***"Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar madeiras recebidas em doação efetuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e dá outras providências.".***

CÉSAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pela modalidade licitatória de leilão, bens móveis recebidos em doação Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, identificado com o Número JFRLWQWU, Ação NAUUB65.

Parágrafo único. A autorização do *caput* deste artigo abrange tão somente os bens contidos na relação anexa, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A alienação efetuar-se-á por meio de leilão, processado por leiloeiro oficial, observada a legislação pertinente.

Art. 3º. Os bens a serem leiloados serão previamente avaliados pela Administração para fixação do valor mínimo dos mesmos.

§ 1°. A avaliação de que trata o caput deste artigo será efetuada por Comissão Instituída através de Portaria.

§ 2º. Decorridos mais de 60 (sessenta) dias da avaliação, o material deverá ter seu valor automaticamente atualizado, tomando-se por base de correção aplicável às demonstrações contábeis e considerando-se o período decorrido entre a avaliação e conclusão do processo de alienação.

Art. 4º. Não acudindo interessados ao leilão, a Administração deverá reexaminar todo o procedimento, com o objetivo de detectar as razões de desinteresse, especialmente no tocante às avaliações e à divulgação, podendo adotar outras formas, nas tentativas subsequentes para a alienação do material, em função do que for apurado sobre as condições do certame anterior.

Art. 5º. Além das disposições contidas nesta Lei, o leilão de que trata a mesma será realizado em conformidade com as normas legais aplicáveis, especialmente as da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 6°. Os recursos auferidos pela Prefeitura de Nova Bandeirantes/MT serão com a alienação da madeira, podendo ser utilizados no saneamento básico e na construção e manutenção de pontes e bueiros.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes. Estado do Mato Grosso, em 07 de novembro de 2023.

CÉSAR AUGUSTO PERIGO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Espécies	Quantidade	Unidade de Medida
Handroanthus serratifolius	81,499	M³
Hymenolobium modestum	20,276	M³
Ormosia amazônica	1	M³

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2023

CONTRATADO: **WESGLY DE M SALES - ME**

CNPJ SOB Nº 27.612.207/0001-73

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SELEÇÃO DE GESTORES: INSCRIÇÕES ATRAVÉS DE PÁGINA ELETRÔNICA, ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVA OBJETIVA E DISSERTATIVA E ANÁLISE NOS PLANOS DE TRABALHO PARA O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT,** nas condições e especificações contidas no termo de Referência.

VALOR GLOBALDE **R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)**.

VINCULO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2023

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 324/2023

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

CRISRIANE MECABO SALMORIA, Professor, portado do CPF 025.494. 429-97, Matricula 402.

De acordo com preceitua na **Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,** para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos **Nº 079/2023**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **WESGLY DE M SALES - ME,** tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE LUMINARIA PUBLICA SOLAR LED 200W PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** nas condições e especificações contidas no termo de Referência. Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 003/2022.

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

CLAUDIA SIBELI COELHO FIEL, Professor, portado do CPF 018.772. 109-27, Matricula 427.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente ciente de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 003/2022;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 06 de novembro de 2023.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 001/2023

"CONVOCAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁROS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CERTIFICAÇÃO".

A COMISSÃO DE CERTIFICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - ESTADO DE MATO GROSSO, instituída pela Portaria n. 222/2023, neste ato representada pela Presidente Senhora: Andréia Moreno, portadora do CPF nº 004. 350.771-98, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR os AGENTES COMUNITÁROS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS que prestaram processo seletivo pelo ESCRITÓRIO REGIONAL DE ALTA FLORESTA/MT nos anos 2002 e 2003, 2006 e 2009 e os que prestaram processo seletivo pelo MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT no ano de 2013 e que atualmente estão desenvolvendo seus trabalhos junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT conforme relação nominal abaixo para os mesmos comparecerem na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE localizada na Travessa Colorado Nº77, Centro, no horário compreendido entre 07:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 17:00hs de segunda a sexta-feira, munidos das documentações a seguir para dar segmento ao processo de certificação de processo seletivo.

§ Único. Os documentos deverão ser entregues em Pen-drives escaneados em PDF no prazo máximo de 15 (quinze) úteis dias a contar da data da publicação dessa portaria para que os mesmos sejam analisados por essa comissão e posteriormente enviados ao Tribunal de Contas do Estado/TCE para avaliação e parecer final.

Art. 2º. Ficam estabelecidos os Documentos que serão considerados pela Comissão de Certificação de acordo com a Lei Municipal Nº 1506/2023 para efeito de comprovação da Seleção Pública para os Cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias prevista no Parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/06, e da Lei Federal nº 11.350/06, também da decisão normativa Nº 7/2023 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

I- Edital do certame publicado em jornais de grande circulação ou diário oficial, convocando para o processo seletivo público; II- Relação de aprovados publicados em jornal de grande circulação ou diário oficial; III- Termo de posse para os cargos correlativos.

Artigo . Na inexistência dos documentos referidos no parágrafo I, II e III, para o convencimento da comissão certificadora, poderão ser considerados outros meios comprobatórios, entre os quais a exibição de 2 (dois) ou mais dos seguintes documentos:

I. Ofício ou declaração emitidos pelo Escritório Regional de Saúde, dos Processos Seletivos administrado por eles, confirmando que o processo foi realizado com observância aos princípios Constitucionais aos quais a Administração Pública está sujeita quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. II. Cópia de contrato de prestação de serviço no cargo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias; III. Certificado de Curso Introdutório para o cargo ministrado por entidades do Sistema Único de Saúde; IV. Holerites (primeiros três meses após a contratação e os três últimos); V. Declaração de moradores de que o agente trabalha na microárea desde a realização do processo seletivo (registrado em cartório); VI. Declaração de Gestores Públicos, à época do Processo Seletivo realizado pelo Município, com firma reconhecida em cartório e termo de responsabilidade sobre as informações, quanto à realização do certame e à relação de candidatos; VII. Matérias publicadas em jornais de grande circulação, como informativos editados pela Secretaria Municipal de Saúde, noticiando a realização de seleção pública e/ou conclusão de treinamentos; VIII. Comunicado convocando os candidatos e/ou agentes para participarem de seleção ou treinamentos; IX. Convênio celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Nova Bandeirantes, para implantação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS. X. Certificado de conclusão de curso específico para capacitação e/ou exercício da atividade; XI. Relações de classificados da época, que possuam timbre ou data de carimbo; XII. Documentos pessoais (RG, CPF, Comprovante de endereço)

Artigo 4º. Para o convencimento da existência da aprovação na Seleção Pública de que trata esta Lei, a Comissão de Certificação poderá fazer as sindicâncias necessárias, inclusive inquirir testemunhas e solicitar outros documentos úteis à formação da sua convicção.

Artigo 5º. A comprovação da aprovação em Seleção Pública, nos casos de falta dos documentos previstos no artigo 2º, será apreciada pela Comissão de Certificação a luz dos documentos apresentados na forma do

artigo 3º que emitirá parecer técnico específico com os fundamentos justificados do convencimento da existência da aprovação na seleção.

Relação Nominal:

Processo Seletivo Realizado em 2002 e 2003 pelo Escritório Regional de Alta Floresta/MT. JOSIMAR GONÇALVES DIAS MARTA APARECIDA DIAS CAITANO Processo Seletivo realizado em 2006 pelo Escritório Regional de Alta Floresta/MT. EDILANE MORAIS DA SILVA OLIVEIRA RAIMUNDA OLIVEIRA DA SILVA ROSENI MEDRADES ONOFRE DOS SANTOS ROSILENE DE FÁTIMA SPRICIGO LABEGALINE ROSMERY BRUN TÂNIA PAULI MENDES CORDEIRO VALDELINA SOUZA DE MOURA EUNICE SILVA VIEIRA Processo Seletivo realizado em 2009 pelo Escritório Regional de Alta Floresta/MT. JANAINA RODRIGUES DA SILVA

Processo Seletivo realizado em 2013 pela Secretaria Municipal de Saúde de Nova Bandeirantes/MT.

EDINALVA ARMINDO NASCIMENTO IVONE PEREIRA TRINDADE MARIA APARECIDA SIMÃO RAQUEL GOMES DA SILVA SUELI DE FATIMA BUENO SCHIMITT DA SILVA MARIUZA OLIVEIRA DOS SANTOS MAURINEIDE PEREIRA DE OLIVEIRA BEATRIZ ALVES DE OLIVEIRA SORGATTO CLEUNICE COSTA BONFIM ROSELY BRUN GARCIA ROSILEIDE MARIA MEIRA VIVIAN MERCER GOMES

Processo Seletivo realizado em 2009 pela Secretaria de Saúde de Nova Bandeirantes/MT Agente de Combate às Endemias.

EDNALDO FLORENTINO DE MELLO CRISTIANA BARBOSA DA SILVA MARIANA ALVES DA SILVA TERESINHA PINHEIRO EVERSON ALMEIDA SIQUEIRA EZEQUIEL GOMES DOS SANTOS JESO AMORIM BEZERRA SILVANES DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

Em, 07 de novembro de 2023.

_____

Andréia Moreno

Presidente Comissão

CPF nº 004.350.771-98

CAMARA MUNICIPAL
DISPENSA LICITATÓRIA:003/2023

Dispensa licitatória:003/2023

Processo Administrativo: 005/2023

Do: Gabinete do Presidente

Para: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Serviços

DESPACHO

Face ao atestado pelo Departamento de Contabilidade, determino que sejam tomadas todas as providências cabíveis para o fim de atender a necessidade da Secretaria de Administração, no que diz Contratação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, na velocidade de 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) download por 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) upload, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado nas instalações da Câmara Municipal. Os equipamentos necessários deverão ser entregues em regime de comodato, obrigatoriamente homologados na Anatel, em tecnologia FTTH, com bloco ASN próprio, devendo ser entregue um endereço ip valido na rede mundial, sem restrição ou filtragem, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses.

Conforme solicitação anexa, procedendo-se nos termos Lei Federal nº. 8666/93 artigo 24 inciso II e posteriores alterações e art. 2º inciso II da Lei Municipal 1004/2017.

Encaminhe-se a Comissão Permanente de Licitação.

Nova Bandeirantes-MT, 07 de novembro de 2023

Valdir Pinheiro de Sousa

Presidente

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2023

Contratação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, na velocidade de 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) download por 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) upload, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado nas instalações da Câmara Municipal. Os equipamentos necessários deverão ser entregues em regime de comodato, obrigatoriamente homologados na Anatel, em tecnologia FTTH, com bloco ASN próprio, devendo ser entregue um endereço ip valido na rede mundial, sem restrição ou filtragem, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por solicitação da Secretaria Administração e autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sr. Valdir Pinheiro de Souza, vem abrir o presente processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob o nº. 003/2023, objetivando a: Contratação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, na velocidade de 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) download por 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) upload, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, *assim* apresentamos a justificativa com base no Inciso II art.24, da Lei nº. 8.666/93e inciso II do Artigo2º da Lei Municipal 1004/2017.

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o inciso II, do art. 24, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

Assim dispõe o art. 24 é dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

A Lei Municipal nº 1.004/2017 que atualizou monetariamente e fixou os valores constantes no artigo 23 da Lei 8.666/93, com base no indexador IGP-M, os quais passaram a vigorar nos procedimentos licitatórios da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, a partir do dia 26 de abril de 2.017. Assim dispõe o artigo 2º É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até R$ 20.132,80 (vinte mil e cento e trinta e dois reais e oitenta centavos)

A contratação de pequeno valor como hipótese para dispensar a licitação, prevista no artigo 24, incisos II da Lei nº. 8666/93 é aquela em que o objeto do contrato não supera 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea 'a' do inciso I do artigo 23 para outros serviços e compras e alienações, do inciso II do artigo já mencionando acima.

A justificativa da faculdade da dispensa de licitação para este caso, reside no fato de ser a simplicidade do objeto e de seu pequeno valor. Ressalta-

se que o administrador público deve observar, sempre, os limites estabelecidos pelo inciso

para suas aquisições e contratações de serviços, para que não infrinja o Estatuto Licitatório e utilize a dispensa em lugar de uma das modalidades de licitação. O critério objetivo estabelecido pela lei afasta a discricionariedade da Administração. Repita-se ela só poderá ser discricionária na conveniência de realizar ou não a licitação, mas se o valor ultrapassar os limites previstos, deverá a administração realizar licitação sob pena de ilegalidade.

Desse modo, o caso de dispensa de licitação em razão do pequeno valor, está amparada nas cotações que alicerçam esse processo, utilizando cotações com empresas do ramo e com padrão definido como meio para apurar o melhor preço, isto é, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação da empresa por dispensa de licitação vem atender o interesse público conforme disposto no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/1993, consideramos que a dispensa se faz necessária, para atender as necessidades da Secretaria Administração em suas diversas atividades.

Promover a dispensa de licitação é o recurso disponível neste momento e com suporte orçamentário para atendimento do objeto, pois constatamos que a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes possui quantia consignada no orçamento suficiente para atender os serviços em sua totalidade o objeto em questão conforme cotações apresentadas e entendemos ser oportuno atender a resolução e providenciar a contratação neste momento.

A escolha do fornecedor foi calçada nas propostas de preços apresentadas, entre as propostas apresentadas a cotação da empresa **NETULTRA PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ: 09.130.701/0001-10,** por outro lado, o valor a ser pago pelo **Valor Global: R$ 4.198,80 (quatro mil e cento e noventa e oito reais e oitenta centavos).**

Por outro lado, o valor a ser pago pelos é a mais vantajosa para Administração, inclusive superando o valor da média dos orçamentos em anexo, ou seja, o valor que a Câmara Municipal vai pagar com a dispensa de licitação, é inferior ao limite licitatório na modalidade convite, sendo assim financeiramente favorável.

A escolha da proposta mais vantajosa teve como base os preços pesquisados pelo setor de compras da Câmara Municipal, onde foram cotados os preços em empresas do seguimento, e apresentaram cotações. Assim sendo, a escolha recaiu na empresa **NETULTRA PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ: 09.130.701/0001-10,** por outro lado, o valor a ser pago pelo **Valor Global: R$ 4.198,80 (quatro mil e cento e noventa e oito reais e oitenta centavos),** foi o menor preço, conforme proposta anexada aos autos deste processo.

Para efetivação da dispensa da licitação a empresa escolhida deverá estar em dia com as certidões:

-Certidões Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica pessoa Física (cartão CNPJ)

- Certidões Negativas de Débitos Relativas a Contribuições Previdenciárias (INSS);

- Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

- Certidões Conjuntivas de Débitos Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

- Certidão Débitos trabalhista;

Apresentar também ato constitutivo ou contrato social, cédula de identidade e CPF do representante legais.

Os documentos acima deverão ser apresentados antes da emissão e assinatura do termo de ratificação pelo Presidente da Câmara Municipal.

NETULTRA PROVEDOR DE INTERNET LTDA

CNPJ: 09.130.701/0001-10

Valor Global: R$ 4.198,80

DOTAÇÃO: Órgão:01 Orçamentária - 33904000000 Natureza da Despesa.

Deste modo, sujeitamos nossa justificativa a Vossa Senhoria Para que, entendo ser ela sustentável, ratifique nossas razões e determine a contratação que ora indicamos, tendo em vista que isto, além de respaldo por lei, respeita todos os princípios norteadores da Administração Pública.

É que temos a expor e requerer.

Nova Bandeirantes-MT, 07 de novembro de 2023.

_____

Maraisa Lopes dos Santos

Presidente da CPL

_____

Andreia Cristina da Silva Della Rosa

Secretaria da CPL

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº003/2023

CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL

Aos 07 dias do mês de novembro de 2023, ás 09:00horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação, reuniram-se os servidores: Maraisa Lopes dos Santos, Andreia Cristina da Silva Della Rosa – Comissão Permanente de Licitação, sob a Presidência do primeiro, instituída pela Portaria **nº 007/2023, de 08 de fevereiro de 2023,** com a finalidade de proceder as fases no processo licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, identificado como **Dispensa de Licitação Nº 003/2023, Processo Licitatório nº 005/2023,** tendo como objeto do presente procedimento *a* Contratação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, na velocidade de 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) download por 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) upload, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado nas instalações da Câmara Municipal. Os equipamentos necessários deverão ser entregues em regime de comodato, obrigatoriamente homologados na Anatel, em tecnologia FTTH, com bloco ASN próprio, devendo ser entregue um endereço ip valido na rede mundial, sem restrição ou filtragem, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses

É dado Início a Reunião onde é conferida a documentação da empresa: empresa **NETULTRA PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ: 09.130.701/0001-10**,onde verificou-se que a empresa apresentou toda a documentação solicitada. O **Valor global para a presente locação é de Valor Global R$: 4.198,80 (quatro mil e cento e noventa e oito reais e oitenta centavos).** Diante da conferencia a empresa é declarada habilitada e apta para a presente contratação, encaminha-se a autoridade superior para que proceda a Ratificação, homologação e adjudicação do objeto ao licitante retro mencionado.

Eu **Andreia Cristina da Silva Della Rosa,** lavrei a presente Ata que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação. Nova Bandeirantes-MT, 07 de novembro de 2023

_____

Maraisa Lopes dos Santos

Presidente da CPL

_____

Andreia Cristina da Silva Della Rosa

Secretaria da CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2023

Nos termos do Artigo 24 da Lei 8.666/93 e Art. 2 Inciso II da Lei 1004/2017 Municipal e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº.003/2023Contratação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, na velocidade de 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) download por 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) upload, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado nas instalações da Câmara Municipal. Os equipamentos necessários deverão ser entregues em regime de comodato, obrigatoriamente homologados na Anatel, em tecnologia FTTH, com bloco ASN próprio, devendo ser entregue um endereço ip valido na rede mundial, sem restrição ou filtragem, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses**,** no Município de Nova Bandeirantes atendendo as e necessidades para o funcionamento do mesmo.

NETULTA PROVEDOR DE INTERNET LTDA

CNPJ: 09.130.701/0001-10

Valor Global: R$: 4.198,80 (quatro mil e cento e noventa e oito reais e oitenta centavos)

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 07 de novembro de 2023

VALDIR PINHEIRO DE SOUSA

Presidente

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2023

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 003/2023 Adjudicando o objeto da Dispensa ao Interessado, conforme 24, II da Lei 8.666/93 e artigo 2 inciso II da Lei 1004/2017 Municipal.

Adjudique-se a empresa **NETULTRA PROVEDOR DE INTERNET LTDA,** Contratação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, na velocidade de 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) download por 500Mbit/s (quinhentos megabits segundo) upload, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado nas instalações da Câmara Municipal. Os equipamentos necessários deverão ser entregues em regime de comodato, obrigatoriamente homologados na Anatel, em tecnologia FTTH, com bloco ASN próprio, devendo ser entregue um endereço ip valido na rede mundial, sem restrição ou filtragem, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 mesesobjeto da presente dispensa de licitação.

NETULTRA PROVEDOR DE INTERNET LTDA

CNPJ: 09.130.701/0001-10

Valor Global: R$: 4.198,80 (quatro mil e cento e noventa e oito reais e oitenta centavos)

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes – MT, 07 de novembro de 2023

VALDIR PINHEIRO DE SOUSA

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 087/2023

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **087/2023**, Processo Licitatório n° **123/2023**, tendo como objetoo **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, parte integrante deste Edital.

SAGROU-SE vencedora da presente licitação a empresa:

EMPRESA: HC COMERCIO DE PAPEIS LTDA

CNPJ: N° 36.917.771/0001-95

VALOR TOTAL: R$ 123.935,38 (Cento e vinte e três mil novecentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 07 de novembro de 2023.

_____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA

PREGOEIRA (Decreto nº 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 087/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr. CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 087/2023, Processo Licitatório n° 123/2023, cujo objeto e o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, parte integrante deste Edital.

EMPRESA: HC COMERCIO DE PAPEIS LTDA

CNPJ: N° 36.917.771/0001-95

VALOR TOTAL: R$ 123.935,38 (Cento e vinte e três mil novecentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 07 de novembro de 2023.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N º. 051/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2023 de 06/11/2023

De conformidade com o disposto no Inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINDASTE PARA AUXÍLIO NA LOCOMOÇÃO DE ADUELAS NAS MANUTENÇÕES DE ESTRADAS MUNICIPAIS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**.

VALOR GLOBAL: R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.**

EMPRESA CONTRATADA: R. Q. DE MELO, inscrita no CNPJ nº: 49.064.321/0001-49.

Nova Brasilândia - MT, 06 de novembro de 2023.

ANA CRISTINA SOARES

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA 205/2023

AVISO DE RESULTADO - CREDENCIAMENTO Nº. 008/2023

AVISO DE RESULTADO - CREDENCIAMENTO Nº. 008/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 011/2023

PROCESSO Nº. 047/2023

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, CNPJ: **15.023.963/00041-88**, com sede na Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, nº. 993 – Centro, Nova Brasilândia/MT, CEP:78860-000, fone (66) 3385-1277, **TORNA PÚBLICO**, o resultado do **CREDENCIAMENTO Nº. 008/2023,** que tem como objetivo o **CREDENCIAMENTO:** Constitui objeto do **CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA INCORPORAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE 45 (QUARENTA CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS PARA GRUPOS FAMILIARES DE INTERESSE SOCIAL DENTRO DO "PROGRAMA SER FAMÍLIA HABITAÇÃO – DIMENSÃO DE CADA UNIDADE: 42,71M² PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N°. 2834-2022/SINFRA, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA E** CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA** NO EDITAL E SEUS ANEXOS**,** que se deu no dia **07/11/2023**, onde constatamos a entrega do envelope, tempestivamente lacrado, envelope para credenciamento **Fica** CREDENCIADOa seguinte **empresa:**

MARCIO SOUZA FARIA LTDA, inscrita no **CNPJ: n°. 20.151.547/0001-03.**

A Comissão Permanente de Comissão de Licitação **Declara** a empresa citada acima apta, sendo que esta atendeu as exigências do edital de Inexigibilidade Nº.011/2023 do Credenciamento Nº.008/2023.

§ A contratação será conforme **item 4.2.9.1** do edital de Credenciamento n°. 008/2023.

Nova Brasilândia/MT, 07 de novembro de 2023.

JÚLIO CESAR BONFIM LOPES

Presidente CPL

Portaria: Nº. 017/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
LEI MUNICIPAL Nº 971/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR, VIA DOAÇÃO COM ENCARGOS, POR INTERESSE PÚBLICO, OS IMÓVEIS ESPECIFICADOS, AO SINDICATO RURAL DE NOVA GUARITA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ LAIR ZAMONER, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA GUARITA, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. *Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a alienar, por doação fundamentada no interesse público, com ônus e encargos, os seguintes imóveis: Lote nº 08 da quadra 04-A, com área de 412,50 m² (quatrocentos e doze metros e cinquenta centímetros quadrados) registrado na matrícula nº 7.357 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Nova do Norte e o imóvel denominado Lote nº 07 da quadra 04-A com área de 412,50 m² (quatrocentos e doze metros e cinquenta centímetros quadrados) registrado na matrícula nº 7.356 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Nova do Norte, com área total de doação sendo de 825 m² (oitocentos e vinte e cinco metros quadrados) ambos imóveis de propriedade do Município de Nova Guarita ao Sindicato Rural de Nova Guarita, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 49.526.712/0001-38, com endereço na Avenida dos Migrantes, S/N, Bairro Centro na Cidade de Nova Guarita, CEP: 78.508-000, com a finalidade de construir e implantar o Núcleo Avançado de capacitação (NACs).*

§ 1º. *A presente doação dispensa o procedimento licitatório, face ao disposto no art. 17, § 4º, da Lei 8.666/93.*

§ 2º. *O imóvel objeto da presente doação está avaliado em R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) em conformidade com a média de valores dos laudos de avaliação apresentados e juntados nos autos do Processo Administrativo nº 878/2023.*

Art. 2º. *A doação a que se refere o artigo 1º desta Lei é intransferível e o imóvel doado deve ser utilizado única e exclusivamente para os fins específicos a que se destina, ou seja, construção, implantação e pleno funcionamento do Núcleo Avançado de capacitação (NACs), com o objetivo de suprir o déficit de mão de obra qualificada na área rural do município de Nova Guarita/MT, bem como reciclar profissionais já inseridos no mercado de trabalho agropecuário.*

Art. 3º. O prazo para início da construção do Núcleo Avançado de Capacitação será de no máximo 12 (doze) meses contados da data da vigência desta Lei, e deverá obedecer às normas e regulamentos das construções civis, Código de Posturas do Município e demais legislações, federais, estaduais e municipais pertinentes.

Art. 4º. A partir da vigência desta Lei o Donatário fruirá do imóvel mencionado no artigo 1º e responderá por todos os encargos que por ventura venham a incidir sobre o mesmo, seja de que natureza forem.

Parágrafo único. A partir da data da publicação desta lei, a Prefeitura Municipal promoverá o cadastro do imóvel junto ao sistema imobiliário e tributário do município, passando a incidir todos os tributos municipais sobre o mesmo.

Art. 5º. Todas as despesas decorrentes da lavratura da escritura e seus respectivos registros, taxas, impostos, certidões e emolumentos, ficarão por conta exclusiva do donatário, devendo ainda providenciar a documentação e todos os procedimentos necessários à lavratura e registro da escritura pública.

Art. 6º. O imóvel doado retornará imediatamente ao patrimônio do Município de Nova Guarita/MT caso não seja cumprida quaisquer condições es-

tabelecidas nesta Lei, com todas suas benfeitorias, não sendo passível de qualquer indenização.

Art. 7º. A Prefeitura Municipal outorgará ordem de escritura pública de doação em favor do donatário.

Art. 8º. No registro e averbação na matrícula do imóvel objeto da doação autorizada por esta lei, deverão constar obrigatoriamente cláusulas resolutivas expressas abaixo, segundo a qual, o imóvel doado reverter-se-á ao Patrimônio Público, nas seguintes condições:

I. Se não for concluída a obra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de publicação da presente lei;

II. Se for dado ao imóvel destinação diversa da finalidade desta Lei;

III. *Se a propriedade do imóvel for transferida a terceiros por qualquer modalidade, bem como, a posse ou domínio;*

IV. *Se houver extinção das atividades do donatário, em Nova Guarita.*

V. Dar destinação diversa da prevista nesta lei;

§ 1º. *Na escritura definitiva de doação deverão constar expressamente as cláusulas resolutivas previstas neste artigo.*

§ 2º. *O descumprimento de qualquer dos preceitos contidos no art. 8° desta Lei ocasionará a revogação automática da presente doação, retornando o imóvel ao Patrimônio do doador com todas as benfeitorias nele construídas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização de qualquer título.*

Art. 9º. *Em consequência da presente doação com encargos, o imóvel ora doado fica desafetado do uso comum e/ou especial do povo, passando a integrar o patrimônio particular da donatária, observadas as condições desta lei.*

Parágrafo único. É expressamente vedado ao beneficiário, locar, transmitir a propriedade, posse, domínio ou vender o imóvel objeto da presente doação, ou ainda, dar destinação diversa da prevista nesta lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, 17 de outubro de 2023.

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 298/2023

PORTARIA Nº 298/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 020/2005 e 021/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Reconduzir em 24/10/2023, a** servidora **VERIA OLIVEIRA VINDILINO, matrícula 2148,** ao cargo de **Agente de Serviços Braçais,** junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com o Artigo 150, § III da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005.

Art. 2º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 226/2023 de 20/06/2023.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 23 dias do mês de outubro de 2023.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2023

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2023

PROC. LICITATÓRIO: 082/2023 PREGÃO PRESENCIAL: 043/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Contratação de empresas para prestar serviços na realização de perícia médica aos servidores efetivos do município de Nova Lacerda/MT encaminhados para concessão de auxílio doença e salário-maternidade atendendo a Secretaria de Administração.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PRAZO: 12 Meses, a partir de 06 de novembro de 2023

CONTRATADO:

J. P. GOMES SERVICOS MEDICOS LTDA – 112.00,00 (Cento e doze mil reais)

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 07 de novembro de 2023.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO.

Pregoeiro.

Portaria no 003/2017

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 295/2023

PORTARIA Nº 295/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe aos** servidores concursado abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 1.º, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, conforme as datas das elevações anteriores e posse:

Matrícula	Servidores	Elevar em	Elevação para Classe
1013	HELDA RICHE RODRIGUES VILHALVA	*20/10/2023*	*D*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 20 dias do mês de outubro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 299/2023

PORTARIA Nº 299/2023

NOMEIA OS MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – NOVA LACERDA-MT.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de institucionalizar mecanismos que facilitem a participação de segmentos sociais do planejamento educacional;

Considerando a necessidade de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º **Nomear**, a partir de vinte e cinco do mês de outubro de dois mil e vinte e três (25/10/2023), membros abaixo para compor o Fórum Municipal de Educação - FME, ficando da seguinte forma:

I – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

João Martins de Oliveira – Titular

Celia Regina Tavares - Suplente

II – REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Maria Simoni Fiúza Bina– Titular;

Suene Pereira Ferreira Fernandes - Suplente

III – REPRESENTANTES DO ENSINO SUPERIOR:

Renan Fernandes da Silva – Titular

Neuza Maria da Silva – Suplente

IV – REPRESENTANTES DA EQUIPE GESTORA DAS ESCOLAS:

Lucimeire Ferreira de Oliveira Moura– Titular;

Valdir Ferreira Marques Filho – Suplente.

V –REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO:

Roberto Conceição Nogueira – Titular;

Lilian Cristina Chagas Guimarães – Suplente.

VI – REPRESENTANTES DE PAIS:

José Maria Pereira da Silva – Titular;

Andressa Jheny Martins Guimarães– Suplente;

VII – REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Erik Wasusu – Titular;

Henrique Silva Matos – Suplente;

VIII – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO(CME):

RosyMeire Aranda Nonato – Titular

Edina Cristina dos Santos – Suplente.

IX - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Roseli Parreira Franco – Titular;

Jessica Batista de Almeida – Suplente.

X – REPRESENTANTE DO FUNDEB:

Katiane Spessoto Martinez – Titular;

Adriano Viana – Suplente.

XI – REPRESENTANTES DO CAE:

Seila Maria Spessoto – Titular

Claudineia Furtado Matos – Suplente.

XII – REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:

Geisiane Rodrigues da Silva – Titular

Vanderleia Domingos da Silva – Suplente

XIII – REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DO CAMPO INDÍGENAS:

Poliane Aparecida Maia de Oliveira Silva – Titular;

Cristiane Moreira Santos – Suplente.

XIV – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Daniele Menezes Souza – Titular

Eder Pereira Barreto – Suplente

XV – REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO:

Ademilson Gomes Soares – Titular

Clailton Pereira Neves – Suplente

XVI – REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA MUNICIPAL:

Sonia Batista Bastos Martins – Titular;

Jucilene Gomes Tizzo – Suplente;

Art. 2º - O Fórum Municipal de Educação tem as seguintes atribuições:

I. Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação; II. Acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos e leis referentes à política municipal de educação, em especial a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009; III. Elaborar seu Regimento Interno e aprovar "ad referendum" o Regimento Interno da Conferência Municipal de Educação; IV. Zelar para que o fórum e a Conferência de Educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação; V. Planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar as suas deliberações; VI. Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados; VII. Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e mobilizar escolas e sociedade civil no que couber, em relação a Conferência Municipal de Educação; VIII. Oferecer suporte técnico para organização e realização da Conferência Municipal de Educação; IX. Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis; X. Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas de educação; XI. Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos; XII. Contribuir na organização da Conferência Municipal e na elaboração do Plano Municipal de Educação; XIII. Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação; XIV. Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º - O Fórum estará administrativamente vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – O fórum receberá suporte técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 076/2022 de 01/04/2022.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 25 dias do mês de outubro de 2023.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 297/2023

PORTARIA Nº 297/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda – MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com o Capitulo VIII, Artigo 126, § 4º da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de gozo proporcional
1120	DENIR MOREIRA DOS SANTOS	06/11/2023 A 15/11/2023

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 23 dias do mês de outubro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 307/2023

PORTARIA Nº 307/2023

Nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Concurso Público para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 001/2019 de 17/12/2019,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 1.462/2020 de 10/01/2020,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 023/2023 de 16/10/2023, e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º **- Nomear**, a partir desta data **(07/11/2023**), em **Caráter Efetivo** a candidata **ANGELICA SANTOS LUCAS**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2417710-5 SESP/MT e CPF. 048.010.581-24, para o cargo de **ODONTÓLOGA.**

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 06 de novembro de 2023.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 304/2023

PORTARIA Nº 304/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 020/2005 e 021/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Reconduzir em 06/11/2023, a** servidora **BETANIA CRISTINA DA SILVA, matrícula 1485,** ao cargo de **AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o Artigo 150, § III da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005.

Art. 2º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 230/2021 de 31/08/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 01 dia do mês de novembro de 2023.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 301/2023

PORTARIA Nº 301/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença Maternidade,** nos Termos do disposto no Artigo 147, Inciso I, da Lei Complementar 021/2005 a Servidora **CLAUDIA NASCIMENTO MOURÃO NICCHIO, matrícula 2803,** portadora da Cédula de Identidade MG15337286 PCE/MG e inscrita no Cadastro de Pessoa Física 090.760.276-25**, no período de 16/10/2023 a 12/02/2024.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, tendo seus efeitos retroagidos a 16/10/2023.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 30 dias do mês de outubro de 2023.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 292/2023

PORTARIA Nº 292/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 e 021/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença por motivo de doença na família** nos Termos do disposto no Artigo 146, § II, da Lei Complementar 021/2005, a servidora **MARILENE AMANCIO DAMACENO, matrícula 2781**, pelo prazo de até 25 (vinte e cinco) dias consecutivo a partir de 16/10/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo seus efeitos retroagidos a 16/10/2023.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 17 dias do mês de outubro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 293/2023

PORTARIA Nº 293/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009 e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Nomear, a partir de 18/10/2023,** o Senhor **GENECI COSTA CORDEIRO,** brasileiro, casado, portador da C.I. n. º 11874341 SJ/MT e CPF n.º 838.728.331-20, para responder pelo cargo de provimento comissionado de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 17 dias do mês outubro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 294/2023

PORTARIA Nº 294/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar a pedido, a partir de 18/10/2023,** o senhor **ROBES DA SILVA,** brasileiro, solteiro, portador da C.I. n. º 1528669-0 SSP/MT e CPF n.º 036.639.181-06, **do cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 120/2023 de 05/04/2023.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 18 dias do mês de outubro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 300/2023

PORTARIA N.º 300/2023

Nomear Membros da Comissão Examinadora de processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, nos termos da CF/88 e demais legislações pertinentes, e considerando a necessidade de realizar Processo Seletivo Simplificado,

Resolve:

Art. 1º - **Nomear,** para compor a Comissão Examinadora de Processo Seletivo Simplificado, os seguintes servidores:

ANA LUCIA ARAUJO DA SILVA, brasileira, servidora pública efetiva como assistente social, portadora RG. n.º 261388885 SSP/SP e do CPF. n.º 281.038.888-18, residente e domiciliada nesta cidade – **Presidente.**

NEUZA MARIA DA SILVA, brasileira, servidora pública municipal efetiva como auxiliar administrativa, portadora RG. n.º 1861381-0 SSP/MT e do CPF. n.º 026.823.481-73, residente e domiciliada nesta cidade - **Membro.**

SUELY APARECIDA GALVAO ALEIXO, brasileira, servidora pública municipal efetiva como assistente social, portadora do RG nº: 1924350-2 ssp/MT e CPF: 003.328.971-92, residente e domiciliada, nesta cidade – **Membro.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 25 dias do mês de outubro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 043/2023

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 043/2023

PROC. LICITATÓRIO: 082/2023 PREGÃO PRESENCIAL: 043/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: J. P. GOMES SERVICOS MEDICOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresas para prestar serviços na realização de perícia médica aos servidores efetivos do município de Nova Lacerda/MT encaminhados para concessão de auxílio doença e salário-maternidade atendendo a Secretaria de Administração.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PRAZO: 12 Meses, a partir de 06 de novembro de 2023

CONTRATADO:

J. P. GOMES SERVICOS MEDICOS LTDA – 112.00,00 (Cento e doze mil reais)

Ata de Registro 055/2023

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 07 de novembro de 2023.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO.

Pregoeiro.

Portaria no 003/2017

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 296/2023

PORTARIA Nº 296/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda – MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com o Capitulo VIII, Artigo 126 da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
2611	DENISE MARIA NUNES LEAL	02/03/2022 A 01/03/2023	16/11/2023 A 25/11/2023
909	EDEMILSON XERES MIRANDA	22/01/2022 A 21/01/2023	15/11/2023 A 30/11/2023
2754	ELIANE FERREIRA DA SILVA	11/04/2022 a 10/04/2023	01/11/2023 a 10/11/2023
398	GILBERTO RINALDI	04/04/2022 A 03/04/2023	01/11/2023 A 30/11/2023
2118	ISMERALDA BATISTA DE MATOS	01/04/2022 A 31/03/2023	01/11/2023 A 30/11/2023
1433	JOSE GERALDO DE SOUZA LOPES FILHO	10/03/2022 A 09/03/2023	06/11/2023 a 20/11/2023
1660	RAFAELA CRISTINA SALES DE OLIVEIRA	17/09/2022 A 16/09/2023	01/11/2023 A 30/11/2023
1471	TATIANE SOBRINHO LOPES	16/03/2022 a 15/03/2023	06/11/2023 a 20/11/2023
2782	WILLIAN ACELINO DA SILVA	03/10/2022 A 02/10/2023	13/11/2023 A 27/11/2023

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 23 dias do mês de outubro de 2.023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 366/2023

EMENTA: DISPÕE SOBRE ACONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFICIO DE AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SR.º. **JOSE LEAL DE SOUZA.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 180 (cento e oitenta) dias de afastamento para o **Benefício Auxílio Doença**, ao Servidor Público Municipal Sr.º. **JOSÉ LEAL DE SOUZA**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº **10XXXXX6**-SSP/MT e CPF/MF n.º **393.XXX.XXX-72**, servidor(a) público (a) municipal, ocupante do Cargo Efetivo como **MOTORISTA "E",** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Nova Marilândia-MT, iniciado a partir de 20/09/2023 até 17/03/2024, retornando as atividades dia 18/03/2024, conforme atestado médico do dia 20 de Setembro de 2023 – Médico CRM – MT 2785.

Art. **2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – 07/11/2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 1.059/2023

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA A CEDER BEM PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA A ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DE NOVA MARILÂNDIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Nova Marilândia a proceder cessão de uso de veículo tipo **TRATOR AGRICOLA**, Chassi: 9AGT0003HPC055133, Placa: AGT0003 Ano Fabricação: 2023 Marca: - MASSEY FERGUSON Cor: VERMELHO Média KM: 3 Cap. do tanque: 300,00 Litros Combustível: Diesel S10 PLAQUETA: 6163, ESTADO ATUAL NOVO, Nota Fiscal: 180082 vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA diante do interesse público devidamente justificado;

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Nova Marilândia a proceder cessão de uso de bem móvel GRADE ARADORA 14 discos GCA245 1426 ME VERMELHO ANO 2023, data de aquisição – 31/10/2023, **Valor Aquisição: 21.258,85,** pertencente ao Município e vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura sob o patrimônio n.º 6162 diante do interesse público devidamente justificado;

Art.3º - A cessão de uso se dará pelo prazo de 03 (três) anos prorrogável por igual período, em favor de pessoa jurídica de direito privado **ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DE NOVA MARILÂNDIA - AVIMAR**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.637.0006/0001-49, com sede na Estrada Nova Marilândia ao Barro Preto KM 03, Zona Rural, Município de Nova Marilândia – MT, CEP 78415000

Art. 4º Os bens móveis deverão serem utilizados na circunscrição municipal de Nova Marilândia – MT, atendendo os serviços de forma associativa em especial avicultura familiar fortalecendo parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 5º. A cessão de uso se dará mediante termo de disponibilidade do bem móvel a ser assinado pelo representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 6º. As condições especiais e cláusulas de reversão e de revogação da cessão de uso prevista nesta lei, serão estabelecidas no Termo de Cessão de Uso pelo cessionário e cedente entre elas:

I – A obrigação pelo cessionário de manutenção do bem no período da cessão, de acordo com as normas técnicas aplicáveis e recomendações do fabricante;

II. obrigação de devolver o bem na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ao final do período da cessão ou no caso de destinação diversa do contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias mediante notificação extrajudicial em local a ser indicado pelo cedente;

III. aplicação de multa contratual, em caso de descumprimento das cláusulas contratuais;

IV. Demais obrigações contratuais aplicáveis;

V. Entregar o bem ao cessionário, após a publicação do extrato do contrato no diário oficial do município e mediante recibo de entrega pelo representante do órgão a que o bem móvel está vinculado conjuntamente com o representante da pessoa jurídica beneficiada;

Art. 7º - Fica autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal de Nova Marilândia-MT, aos 07 (sete) dias de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três).

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 1.057/2023

EMENTA: ACRESCENTA O ART. 187-A A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 30/93 DE 24 DE MAIO DE 1.993 – ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º - Acrescenta o Art. 187-A a Lei Municipal n.º 30/93 de 24 de maio de 1.993 com a seguinte redação:

Art. 187-A. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou pessoas jurídicas de direito privado para exercício de cargo sem ônus da remuneração ao Município de Nova Marilândia nas seguintes hipóteses:

a) para o exercício em cargo em comissão, político ou função de confiança;

b) Para o exercício do cargo justificado pelo interesse público;

c) Nos casos previstos em Lei específica para as cessões as pessoas jurídicas de direito privado;

§1º. A cessão será concedida por prazo indeterminado e encerrada, a qualquer momento mediante notificação prévia, por ato unilateral do cedente ao cessionário.

§2º. Na hipótese de cessão já em curso após a aprovação da presente Lei, a cessão será mantida conforme disposição do §2º;

§ 3º. Não atendida a notificação que trata o § 2º, o servidor público cedido será também notificado diretamente pelo cedente para se apresentar ao órgão ou à entidade de origem no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de recebimento, sob pena de caracterização de ausência imotivada do serviço.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei 660/2013 de 08 (oito) de outubro de 2013 (dois mil e treze).

Nova Marilândia/MT, aos 7 (sete) dias de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três).

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 367/2023

EMENTA: DISPÕE SOBRE ACONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFICIO DE AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SR.º. **RUTH LEAL DE SOUZA FERREIRA.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 180 (cento e oitenta) dias de afastamento para o **Benefício Auxílio Doença**, a Servidora Pública Municipal Sr.ª. **RUTH LEAL DE SOUZA FERREIRA**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº **11XXXXX0**- SSP/MT e CPF/MF n.º **715.XXX.XXX-04**, servidor(a) público (a) municipal, ocupante do Cargo Efetivo como **PROFESSORA MAGISTÉRIO,** lotado na Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Marilândia-MT, iniciado a partir de 13/09/2023 até 11/12/2023, retornando as atividades dia 12/12/2023, conforme atestado médico do dia 13 de Setembro de 2023 – Médico CRM – MT 4255.

Art. **2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – 07/11/2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 364/2023

EMENTA: CONCEDE VINTE DIAS (20) DE FÉRIAS E FAZ A CONVERSÃO DE 10 (DEZ) DIAS EM PECÚNIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RELACIONADA ABAIXO**.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 20 (vinte) dias de férias e fazer a conversão de 10 dias em pecúnia a Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

DANIELA MENDES DA SILVA	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO	NUTRICIONISTA	CPF: 034.XXX.XXX-00	06/11/2023 A 25/11/2023 RETORNANDO AS ATIVIDADES 26/11/2023.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria neste município de Nova Marilândia – MT.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – 06/11/2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1056/2023

EMENTA: "ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N. 335, DE 21 DE OUTUBRO DE 2004, QUE REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, Prefeito do Município de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. O inciso IV do art. 43 da Lei Municipal n. 335, de 21 de outubro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 43......

IV - das contribuições mensais do município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 21,03% (vinte e um inteiros e três centésimos por cento), calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo:

a) 14,00% (quatorze por cento) relativo ao custo normal, neste incluso a taxa de custeio administrativo de 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) previsto na reavaliação atuarial;

b) 7,03% (sete inteiros e três centésimos por cento) relativo ao custo especial estabelecido em parcelas constantes pelos próximos 36 (trinta e seis) anos.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em março/2023.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, quanto à alteração do inciso IV do art. 43 da Lei Municipal n. 335, de 21 de outubro de 2004.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia/MT, aos 07 (sete) dias de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três).

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2023

OBJETO: DOAÇÃO DO LOTE DE TERRENO URBANO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CRI DA COMARCA DE ARENÁPOLIS ÀS MARGENS DA MATRÍCULA 12.742 AO SINDICADO RURAL DE NOVA MARILÂNDIA – SRNM, CONFORME LEI MUNICIPAL 1.051/2023.

O **Município de Nova Marilandia – MT**, através do Prefeito Municipal, **Sr. Jefferson Nogueira Souto**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas no processo supracitado, referente à alienação de bens imóveis pela Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ao **SINDICATO RURAL DE NOVA MARILÂNDIA - SRNM**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 26.184.483/0001-15, com sede na Rua Mato Grosso, nº 575, Bairro Centro Nova Marilândia-MT CEP 78.415-000, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Ana Maria Callegari Onuma, brasileira, casada, Presidente do Sindicato Rural de Nova Marilândia-MT, residente e domiciliada na Avenida Dalri Riva, s/nº, Arenápolis-MT CEP 78.420-000, portadora da Cédula de Identidade RG n° 10148248 SSP/MT e do CPF n° 002.798.021-96. Quanto ao valor do imóvel a ser alienado, fora realizado avaliação pela Comissão Especial de Avaliação de bens Imóveis, nomeada pela Portaria Municipal n° 246/2022, de 31 de agosto de 2022, tendo avaliado o imóvel a ser doado pelo Município de Nova Marilândia ao Sindicato pelo valor de **R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)**, onde formulou-se expediente de dispensa de licitação, fundamentada no Art. 17 da Lei nº 8.666/93, combinado com as disposições da Lei Municipal n° 1051/2023, **RATIFICA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 da Lei 8.666/1993.

NOVA MARILÂNDIA – MT, 07 de novembro de 2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 1.058/2023

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA A CEDER BEM PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES E PECUARISTAS UNIDOS DA GLEBA POMPÉIA DE NOVA MARILÂNDIA- APPPUGPNM E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Nova Marilândia a proceder cessão de uso de veículo tipo **TRATOR AGRICOLA**, Chassi:9AGT0003HPC054970 Renavam:123456 Placa:MFA4307 Ano Fabricação:2023 Modelo: 2 MF4307 Marca: 18 - MASSEY FERGUSON Cor: VERMELHO Média KM: 3 Cap. do tanque: 350,00 Litros Combustível: Diesel S10 PLAQUETA: 6088, ESTADO ATUAL NOVO, Nº Nota Fiscal: 195800 vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA diante do interesse público devidamente justificado;

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Nova Marilândia a proceder cessão de uso de bem móvel GRADE ARADORA 14 discos GCA245 1426 ME VERMELHO ANO 2023, data de aquisição – 17/10/2023, **Valor Aquisição: 21.258,85,** pertencente ao Município e vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura sob o patrimônio n.º 6161 diante do interesse público devidamente justificado;

Art.3º - A cessão de uso se dará pelo prazo de 03 (três) anos prorrogável por igual período, em favor da **ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES E PECUARISTA UNIDOS DA GLEBA POMPÉIA DE NOVA MARILÂNDIA** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.544.067/0001-03, com sede na CJ AGOVILA DA GLEBA POMPEIA, Município de Nova Marilândia – MT, CEP 78415000.

Art. 3º O veículo trator e a grade aradora deverá ser utilizado na circunscrição municipal de Nova Marilândia atendendo os serviços de forma associativa em especial a agricultura, atividade leiteira e pecuária familiar fortalecendo parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º. A cessão de uso de dará mediante termo de cessão de uso a ser assinado pelo representante do Município cedente e o representante da associação cessionária e o Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente conforme minuta anexa.

Art. 5º As condições especiais e cláusulas de reversão e de revogação da cessão de uso prevista nesta lei, serão estabelecidas no Termo de Cessão de Uso pelo cessionário e cedente entre elas:

I – A obrigação pelo cessionário de manutenção do bem no período da cessão, de acordo com as normas técnicas aplicáveis e recomendações do fabricante;

II. obrigação de devolver o bem na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ao final do período da cessão ou no caso de desti-

nação diversa do contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias mediante notificação extrajudicial em local a ser indicado pelo cedente;

III. aplicação de multa contratual, em caso de descumprimento das cláusulas contratuais;

IV. Demais obrigações contratuais aplicáveis;

V. Entregar os bens ao cessionário, após a publicação do extrato do contrato no diário oficial do município e mediante recibo de entrega pelo representante do órgão a que o bem móvel está vinculado conjuntamente com o representante da pessoa jurídica beneficiada;

Art. 6º - Fica autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal de Nova Marilândia-MT, aos 07 (sete) dias de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três).

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 365/2023

EMENTA: DISPÕE SOBRE ACONCESSÃO DO AFASTAMENTO PARA O BENEFICIO DE AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SR.ª. **JOELMA SILVA PINHEIRO.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder Afastamento para o Benefício Auxílio Doença, a Servidora Pública Municipal Sr.ª. **JOELMA SILVA PINHEIRO**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº 96XXXX-8, cadastrada no CPF Nº 778.XXX.XXX-20, ocupante do cargo Eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social do Município de Nova Marilândia-MT, a partir de 29/10/2023 à 12/12/2023, retornando as atividades dia 13/12/2023.

Art. **2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – 07/11/2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na publicação do dia 07 de novembro de 2023 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso N° 4.355, página 485, referente ao AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 028/2023 – SRP.

ONDE SE LE: VALOR TOTAL R$ 117.360,00 (cento e dezessete mil e trezentos e sessenta reais).

LEIA-SE: VALOR TOTAL R$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais).

LICITAÇÃO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA MARINGA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00019, de 06 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
CARLOS HUMBERTO DA SILVA	364.638.251-15	0111/00416/2023
CARLOS HUMBERTO DA SILVA	364.638.251-15	0111/00418/2023
CARLOS HUMBERTO DA SILVA	364.638.251-15	0111/00419/2023
ITAMAR MICHELON	627.587.990-49	0111/00431/2023
ITAMAR MICHELON	627.587.990-49	0111/00432/2023

Data de afixação: Data de desafixação:

06/11/2023

21/11/2023

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA PRIMEIRA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 017/2023 – CREDENCIAMENTO 008/2023

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através da Comissão Permanente de Licitação, designado pela Port. 106/2023, torna publico o resultado da terceira sessão de credenciamento da Inexigibilidade nº 017/2023 – Credenciamento nº 008/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA PSICOLOGIA, MARCENARIA E MOTORISTA CATEGORIA "E" PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

EMPRESA HABILITADA E ORDEM DE CREDENCIAMENTO:

03 - SERVIÇOS DE CONDUTOR DE VEICULO PESADO (MOTORISTA)

1º COLOCADO - EMPRESA – 51.373.780 MOISES SOUZA DA SILVA SANTOS

Nova Maringá, MT, 07 de novembro de 2023.

EMILY R. BUCHS

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 017/2023 – CREDENCIAMENTO 008/2023

A Prefeita **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do resultado apresentado pela Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio Portaria 106/2023, resolve RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:as empresas abaixo relacionadas foram julgadas **APTA** ao **Edital de Inexigibilidade nº 017/2023 – Credenciamento nº 008/2023**, para os serviços constantes na Relação da tabela de valores e serviços da respectiva Inexigibilidade nº 017/2023 – Credenciamento nº 008/2023 OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA PSICOLOGIA, MARCENARIA E MOTORISTA CATEGORIA "E" PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**, produzindo desde já seus efeitos legais;

EMPRESA HABILITADA E ORDEM DE CREDENCIAMENTO:

03 - SERVIÇOS DE CONDUTOR DE VEICULO PESADO (MOTORISTA)

1º COLOCADO - EMPRESA – 51.373.780 MOISES SOUZA DA SILVA SANTOS

Nova Maringá, MT, 07 de novembro de 2023.

EMILY R. BUCHS

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 7° TERMO - ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 085/2022.

CREDENCIAMENTO N.º 007/2022 – INEXIGIBILIDADE 013/2022

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHA INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA COM MOTORISTA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM OPERADOR PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

DO VALOR DO ADITIVO: **R$** 15.360,50 (quinze mil trezentos e sessenta reais e cinquenta centavos)

DA DOTAÇÃO: 06.001.26.782.0007.2136.449039.0000- 499

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37. 464.831/0001-24.

CONTRATADO: VALDECIR MEDEIROS ME, CNPJ 00.087.227/0001-16

FISCAL: **SEBASTIÃO CEZAR PINTO**

PORTARIA Nº. 160/2023

"DISPÕE SOBRE NOMEAR NO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DISTRITALO SR.VANDERLEI JOSE MATEUS

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR no Cargo Comissionado o Sr. VANDERLEI JOSE MATEUS Matrícula sob o n.º 2956 no cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DISTRITAL do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 06 de Novembro de 2023, até posterior deliberação.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 06 de Novembro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na publicação do dia 07 de novembro de 2023 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso N° 4.355, página 485, referente ao TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 028/2023 – SRP.

ONDE SE LE: VALOR TOTAL R$ 117.360,00 (cento e dezessete mil e trezentos e sessenta reais).

LEIA-SE: VALOR TOTAL R$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais).

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na publicação do dia 07 de novembro de 2023 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso N° 4.355, página 485, referente ao EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 028-2023.

ONDE SE LE: VENCEDOR DO ITEM: 01. R$ 117.360,00 (cento e dezessete mil e trezentos e sessenta reais).

LEIA-SE: VENCEDOR DO ITEM: 01. R$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais).

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2023

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica n° 325/2023, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 051/2023 e autorizo a contratação da empresa **GMS COMERCIO LTDA** com o CNPJ: 29.639.528/0001-14**,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE TELHAS DE ZINCO VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** no valor total de **R$ 19.680,00** (dezenove mil e seiscentos e oitenta reais).

A presente Dispensa de Licitação está enquadrada no inciso II do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Publique-se, para os fins do artigo 72, parágrafo único do mesmo diploma legal

Nova Maringá-MT, 07 de novembro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00013, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA MARINGA - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00013, de 06 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
ODAIR FERNANDES RODRIGUES	028.345.439-33	0111 /00177/2023
ODAIR FERNANDES RODRIGUES	028.345.439-33	0111 /00178/2023
ODAIR FERNANDES RODRIGUES	028.345.439-33	0111 /00179/2023
ODAIR FERNANDES RODRIGUES	028.345.439-33	0111 /00180/2023
CRISTIANO COSTA BEBER	571.584.441-04	0111 /00241/2023
CRISTIANO COSTA BEBER	571.584.441-04	0111 /00242/2023
JOSE DUARTE SOBRINHO	832.617.378-91	0111 /00250/2023

Data de afixação: Data de desafixação:

06/11/2023

21/11/2023

LICITAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00012, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA MARINGA - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00012, de 06 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)			
Nome Completo / Razão Social		**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
AGROPECUARIA LOBETOS LTDA	ME	24.754.070/0001-01	0111 /00048/2023
AGROPECUARIA LOBETOS LTDA	ME	24.754.070/0001-01	0111 /00049/2023
AGROPECUARIA LOBETOS LTDA	ME	24.754.070/0001-01	0111 /00050/2023
AGROPECUARIA ROVARIS LTDA		22.126.406/0001-58	0111 /00058/2023
AGROPECUARIA ROVARIS LTDA		22.126.406/0001-58	0111 /00059/2023
ANTONIO CARMINATTI NETO		088.395.499-00	0111 /00070/2023
ANTONIO CARMINATTI NETO		088.395.499-00	0111 /00071/2023
EDNA MITIKO MATSUDA OTSUKI		526.734.569-53	0111 /00096/2023
EDNA MITIKO MATSUDA OTSUKI		526.734.569-53	0111 /00097/2023
FABIANO ZANUZO		028.933.609-04	0111 /00117/2023

Data de afixação: Data de desafixação:

06/11/2023

21/11/2023

LICITAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00018, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA MARINGA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00018, de 06 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
GERALDO DEMETRIO FACCIO (ESPÓLIO DE)	094.037.870-15	0111/00444/2023
NILSON DE BRIDA (ESPÓLIO DE)	340.313.671-04	0111/00451/2023
AUGUSTO SELA NETTO (ESPÓLIO DE)	206.867.229-49	0111/00459/2023

Data de afixação: Data de desafixação:

06/11/2023

21/11/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 153, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023. SUMÚLA: CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ETAPA MUNICIPAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO – CONAE 2024.

DECRETO Nº 153, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

SUMÚLA: CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ETAPA MUNICIPAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO – CONAE 2024.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal de Educação etapa municipal da Conferência Nacional da Educação – CONAE 2024, a realizar-se no dia 10 de novembro de 2023 com o tema "PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2024-2034): POLÍTICA DE ESTADO PARA A GARANTIA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO, COM JUSTIÇA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL", que será discutido a partir dos seguintes eixos temáticos:

I - Eixo 1 - O PNE como articulador do Sistema Nacional de Educação, sua vinculação aos planos decenais estaduais, distrital e municipais de educação, em prol das ações integradas e intersetoriais, em regime de colaboração interfederativa;

II - Eixo 2 - A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios;

III - Eixo 3 - Educação, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade - equidade e justiça social na garantia do direito à educação para todos e o combate às diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência;

IV - Eixo 4 - Gestão democrática e educação de qualidade - regulamentação, monitoramento, avaliação, órgãos e mecanismos de controle e participação social nos

processos e espaços de decisão;

V - Eixo 5 - Valorização de profissionais da educação - garantia do direito à formação inicial e continuada de qualidade, ao piso salarial e carreira e às condições para o exercício da profissão e saúde;

VI - Eixo 6 - Financiamento público da educação pública, com controle social e garantia das condições adequadas para a qualidade social da educação, visando à democratização do acesso e da permanência; e

VII - Eixo 7 - Educação comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia de uma vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de educação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Monte Verde – MT, 07 de novembro de 2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

JOSÉ JOAQUIM VIEIRA FILHO

Presidente do Conselho Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **aquisição de merenda escolar para os alunos da rede pública de ensino do município de Nova Nazaré-MT**, conforme especificações deste edital.

O pregoeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a lei Federal n° 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, á vista das razões transcritas na Ata de Realização do Pregão Presencial Nº **014/2023**, da realização do certame.

Considerando que o pregoeiro abriu a Sessão no dia 27/10/2023 as 08:30 (horário de Brasília), a qual, pela inexistência de proposta, foi encerrada, também, por caracterizar-se **"LICITAÇÃO DESERTA"**, não houve nenhum licitante participante do certame, ficando assim **DESERTA** pela segunda vez.

Nova Nazaré, Mato Grosso, 07/11/2023.

_____

Ryan Richelle Almeida Silva

Pregoeiro Substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO E BEM PÚBLICO PARA A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE, NO CANTEIRO CENTRAL, LOCALIZADO ENTRE A AVENIDA OLACYR FRANCISCO DE MORAES E A RODOVIA MT-358.

PUBLICADO NO SEGUINTE JORNAL:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 4.349, PAGINA 303.

ONDE SE LE: A Abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia 16 de novembro de 2023.

LEIA-SE: A Abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia 11 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DO CONTRATO N° 172/2023/PMNO, CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 001/2023/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2022/PMNO, PUBLICADO NO SEGUINTE JORNAL

JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 4.334, PAGINA 558, EM 05 DE OUTUBRO E 2023.

Onde se lê: FORNECEDOR REGISTRADO:CRISTIANE DOS SANTOS SILVA 01137578165 (SOFT LANCHES) inscrita sob o CNPJ nº 36.855.664/0001-80

Leia-se: OBJETO: FORNECEDOR REGISTRADO:CRISTIANE DOS SANTOS (SOFT LANCHES) inscrita sob o CNPJ nº 36.855.664/0001-80

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT

ERRATA DO AVISO DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DO AVISO DE PUBLICAÇÃO

CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO E BEM PÚBLICO PARA A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE, NO CANTEIRO CENTRAL, LOCALIZADO ENTRE A AVENIDA OLACYR FRANCISCO DE MORAES E A RODOVIA MT-358.

PUBLICADO NO SEGUINTE JORNAL:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 4.349, PAGINA 303.

ONDE SE LE: A Abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia 16 de novembro de 2023.

LEIA-SE: A Abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia 11 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO, SENDO ESTE DE REAJUSTE ANUAL COM ACRÉSCIMO DE CLÚSULAS (LGPD) N. º 099/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2023/PMNO, **REF: AO CONTRATO Nº 092/2022/PMNO, A TOMADA DE PREÇOS - *PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA* Nº 012/2022/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2022/PMNO**. **CONTRATANTE**: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA**: **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita sob o CNPJ/MF n° 09.356.670/0001-10. **OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTACAO ASFALTICA EM RUAS DIVERSAS DO BAIRRO JARDIM ITAMARATI NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, FUNDAMENTADO** naLei 8.666/93, Art. 57 incisos II e §2º. **MOTIVO:** Foi solicitado reajuste anual, vinculado ao contrato 94-2022, pela empresa vencedora, considerando o critério de data base de orçamento para reajustamento (MAIO/2022), sobre o saldo contratual em maio de 2023. Além disso, adotou-se índice de reajustamento de mercado, sendo para tal o INCC, período entre maio/2022 e maio 2023, cujo índice é de 6,32%, tendo a primeira medição ocorrido somente em agosto/2023, o índice de reajustamento recai sobre o valor contratual.

DO VALOR: R$ 164.375,07 (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e sete centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:08080021545100362228449051000015000000000

08080021545100362228449051000017010000000

Nova Olímpia-MT, 31 de outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 315/2023

DATA:01 de novembro de 2023

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Ata de Registro de Preço e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora**EUNICE CABRAL RUBIO CAMPOS**, inscrita sob a matrícula de nº **541**,como Titular e a servidora **CLAUDIANE BOTELHO DE SOUZA**, inscrita sob a matrícula de nº **1259**,como Suplente, para acompanhar e fiscalizar as Atas de Registro de Preços, conforme abaixo relacionada.

ATA	**177/2023**
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT.
EMPRESA:	AC COMÉRCIO LTDA
CNPJ Nº:	46.221.464/0001-29
ATA	**178/2023**
EMPRESA:	ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ Nº:	27.748.454/0001-00
ATA	**179/2023**
EMPRESA:	CL MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
CNPJ Nº:	51.594.613/0001-35
ATA	**180/2023**
EMPRESA:	DENTECK LTDA
CNPJ Nº:	11.319.557/0003-78
ATA	**181/2023**
EMPRESA:	DAVANTI MAQUINAS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ Nº:	44.259.236/0001-12
ATA	**182/2023**
EMPRESA:	DIOGO EMANUEL KUHN E CIA LTDA
CNPJ Nº:	36.374.350/0001-65
ATA	**183/2023**
EMPRESA:	ERICA DE FATIMA GENTIL
CNPJ Nº:	36.656.877/0001-82
ATA	**184/2023**
EMPRESA:	GESSICA ZARZEKA OLIVO - GRM MAQUINAS E LOCACOES
CNPJ Nº:	97.541.831/0001-02
ATA	**185/2023**
EMPRESA:	GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI
CNPJ Nº:	36.521.392/0001-8
ATA	**186/2023**
EMPRESA:	HGC TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS - EIRELI
CNPJ Nº:	05.258.798/0001-90
ATA	**187/2023**
EMPRESA:	L P COELHO
CNPJ Nº:	08.704.069/0001-08
ATA	**188/2023**
EMPRESA:	LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA
CNPJ Nº:	48.277.417/0001-22
ATA	**189/2023**
EMPRESA:	MEIRE RODRIGUES DA SILVA
CNPJ Nº:	11.394.628/0001-35
ATA	**190/2023**

EMPRESA:	MONDUST COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ Nº:	47.607.630/0001-92
ATA	**191/2023**
EMPRESA:	MÓVEIS ANDRIEI LTDA ME
CNPJ Nº:	14.282.205/0001-11
ATA	**192/2023**
EMPRESA:	NORTHWEST MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
CNPJ Nº:	37.247.494/0001-13
ATA	**193/2023**
EMPRESA:	REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA
CNPJ Nº:	65.149.197/0002-51
ATA	**194/2023**
EMPRESA:	SEAOPEN REFRIGERACAO E MOVEIS LTDA
CNPJ Nº:	24.487.206/0001-56

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro 2023.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 01/11/2023 a 01/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 319/2023

DATA:06 de novembro de 2023

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Contrato e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

Art. 1º. Nomear o servidor GIÓRGIO JOSÉ SPAGNOL, inscrito sob a matrícula de nº 520, como Titular e o servidor SILVIO PEREIRA DE SOUZA, inscrito sob a matrícula de nº 1334, como Suplente, para acompanhar e fiscalizar o Contrato, conforme abaixo relacionado.

CONTRATO	**074/2023**
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE LIXEIRAS DE COLETA SELETIVA PARA SEREM INSTALADAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA /MT.
EMPRESA:	SUPER MENDES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO PROFISSIONAL LTDA
CNPJ Nº:	03.301.406/0001-00

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 06 de novembro 2023.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 06/11/2023 a 06/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 317/2023

DATA: 06 de novembro de 2023

SÚMULA: Dispõe sobre afastamento para usufruir de Licença Gestante e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, e *CONSIDERANDO o que dispõe o capítulo IV da seção III, da Lei 1036 de 06 de junho de 2.022.*

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Afastamento Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias à servidora abaixo nominada, relativo aos períodos que menciona:

SERVIDOR	MATRICULA	TIPO DE BENEFÍCIO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Alessandra Bortolin dos Santos	1409	Licença Maternidade	De: 28/10/2023 a 24/04/2024

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

06 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 06/11/2023 a 06/12/2023

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: **RENAN GALINDO SAAB LTDA.**

OBJETO: **Contratação de Empresa para Execução da Obra de Reforma da Escola Municipal Monteiro Lobato neste Município de Nova Santa Helena/MT, Numa Dimensão Total de 867,79 Metros Quadrados.**

TERMO ADITIVADO: Valor e Prazo de Execução.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 01/11/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 008/SMECDL/PMNSH-MT/2023

Dispõe sobre as atribuições da comissão dos membros para conduzir o processo de seleção de candidatos a direção Escolar, das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Nova Santa Helena/MT.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER no uso de suas atribuições legais e, vem atrás da Portaria nº 008, fazer alteração em um dos membros da Portaria 002/2023, da comissão para conduzir o processo de seleção de candidato à direção - biênio 2024/2025 das unidades Escolares, Escola Branca de Neve, e Escola Monteiro Lobato.

Com os seguintes seguimentos;

Escola Branca de Neve:

Representantes de Professores:

Titular: Denise Aparecida da Silva

Suplente: Fagner da Silva Santos

Representante dos Funcionários da Escola:

Titular: Flavia Mendonça Araújo

Suplentes: Cristiane Botelho de Souza

Representantes de Pais:

Titular: Aline Raimundo Dias da Mota

Suplente: Aline Maria Costa Sousa Oliveira

Escola Monteiro Lobato:

Representantes de Professores:

Titular: Adriano Bortolin

Suplente: Solange Pinto da Silva Lorca

Representantes dos Funcionários da Escola:

Titular: Roseli Fonseca da Cruz

Suplente: Roseli Batista de Lima Cologe.

Representantes de Pais:

Titular: Cristiane Rosa da Rocha

Suplente: Maria Janete Bassegio

Representantes de alunos menor de 14 anos:

Titular: Mikaeli Rodrigues dos Santos

Suplente: Sarah Maria dos Santos Marcondes.

Nova Santa Helena 06 de novembro 2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 318/2023

DATA: 06 de novembro de 2023

SÚMULA: Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo comissionado e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. ROSANE CLÉIA FELIPE, inscrita sob o CPF nº XXX.983.451-XX e a Cédula de Identidade nº XXX5656-X SSP/MT, para exercer o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE TESOURARIA, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

06 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 06/11/2023 a 06/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2023 EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2023

EDITAL

A Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo do Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e:

Considerando o permissivo previsto na Lei Complementar nº 061/2013 – Estatuto de Servidor Público do Município de Nova Ubiratã – Art. 180 e seguintes;

Considerando o previsto no art. 95 da Lei Complementar nº 086/2016, que refere-se a contratação temporária de profissionais da educação;

Considerando a Lei Complementar nº 139/2022;

Considerando a Lei Municipal nº 656/2014 que trata do Regime Jurídico – Administrativo para a Contratação Temporária por Tempo de determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando a Lei Municipal nº 622/2013 que trata do programa municipal de contratação de menor aprendiz.

CONSIDERANDO a demanda de diversas secretarias para contratação de pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar a referida seleção, primando pelos princípios da administração pública da publicidade, transparência e a formalidade que a seleção impõe.

Considerando o permissivo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária do exercício de 2023.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, que encontra - se aberto Processo Seletivo Simplificado para as vagas descritas abaixo e conforme as condições impostas pelo seguinte Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão composta por cinco servidores, designados através da Portaria nº. 524/2023.

1.2. O Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2023 e os demais atos e decisões inerentes ao Processo Seletivo Simplificado serão publicados por meio de afixação no Mural da Prefeitura, no site: www.novaubirata.mt.gov.br e Jornal Oficial para publicações do Município de Nova Ubiratã - Site: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

1.3. É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do Processo Seletivo Simplificado.

1.4. O Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este edital destina-se à contratação de cargos vagos para:

A - Substituição de Ausências e outros afastamentos legais nas diversas unidades e secretarias; **B** – Atender regência de classes e cumprimento do calendário escolar de aula disponíveis para o ano letivo de 2023 e 2024; **C –** Contratação de Cargos de Professores da Educação Básica, Técnicos Administrativos Educacionais e Equipe de Apoio Educacional para Secretaria de Educação; **D –** Dar continuidade a atividade estatal não podendo a população ser prejudicada por falta de pessoal para atender o serviço público Municipal.

1.5. Serão contratados professores e outros cargos na medida da necessidade e de acordo com a disponibilidade orçamentária da Administração Pública Municipal.

1.6. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento dos cargos vagos, dos que virem a vagar ou forem criados, em razão das situações previstas no Item 1.4, no prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, nas vagas previstas no ANEXO I.

1.7. O processo seletivo simplificado nº. 002/2023 atenderá os prazos dispostos no Cronograma Estimado previsto no Anexo III, sendo que qualquer alteração ocorrida nos prazos será divulgada através de Edital de Retificação e/ou Edital Complementar.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas de maneira presencial, nos dias **13 de Novembro de 2023 a 28 de Novembro de 2023** das **07:00h às 11:00 horas e das 13:00h às 15:00 horas** dos dias acima mencionados:

a) Na Biblioteca Pública Municipal, situada na Rua das Palmeiras nº 280 - Centro / Nova Ubiratã - Mato Grosso - Telefone - (66) 3579 -1736.

2.2. Nos dias dispostos no item **2.1**, também poderá ser realizada às inscrições via internet, por meio do site da https://www.novaubirata.mt.gov.br/

2.3. Poderão inscrever-se os interessados que preencham os seguintes requisitos:

a) Ter idade igual ou superior a 18 anos, salvo para o cargo de Menor Aprendiz;

b) Ter a escolaridade compatível com o cargo pretendido.

2.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição para este Processo Seletivo Simplificado 002/2023 portanto as inscrições serão gratuitas.

2.5. Ao realizar a inscrição o candidato receberá o protocolo.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA PNE

3.1. No momento da inscrição os candidatos Portadores de Necessidades Especiais deverão informar que são PNE e preencher o quadro previsto no Anexo IV e anexar:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID.

b) Solicitação de prova especial, mediante requerimento, se necessário.

3.2. A não solicitação de prova especial eximirá a comissão de qualquer providência.

3.3. Aos candidatos Portadores de Necessidades Especiais será aplicada a Lei Complementar nº 114/2002, do Estado de Mato Grosso, que assim dispõe:

Art. 21 - Fica assegurado à pessoa portadora de necessidades especiais o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo ou emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de 10% (dez por cento) em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO

4.1. Compete ao candidato:

a) Acompanhar todas as publicações feitas no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios através do site www.**diario**municipal.com.br/amm-mtbem como, no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Educação, e no site da Prefeitura Municipal www.novaubirata.mt.gov.br.

b) Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, função para qual se inscreveu e local da realização da prova. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato, através de oficio com a Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado no prazo estipulado para interposição de recurso, conforme Anexo III.

c) O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

5. DAS PROVAS

5.1. O Processo Seletivo Simplificado, objeto deste Edital consistirá na realização de prova objetiva, para todos os cargos.

5.2. Somente para os cargos de Operador de Máquinas, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira/Pá Carregadeira e Operador de Máquinas Pesadas, haverá a realização da Prova Prática, conforme disposto no Anexo VII.

5.3. As provas escritas realizar-se-ão no dia **10 de Dezembro de 2023**das **08h** às **11h** nasdependências da **Escola Municipal Tancredo Neves na Av. Tancredo Neves, n° 1701, Nova Ubiratã – MT.**

5.4. A duração das provas será de até "3" (três) horas e o candidato deverá comparecer ao local da prova, com antecedência mínima de 30 minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação com foto, protocolo de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta.

Parágrafo único: em caso de apresentação de documento pessoal na modalidade virtual, conforme **ANEXO VIII**, tal documento deve ser passível de confirmação nos sites oficiais, de modo que não atendendo a finalidade, tal documento será desconsiderado e o candidato deverá apresentar novo documento antes do início da prova.

5.5. Ao chegar ao local de realização das provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

5.6. Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

5.7. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

5.8. A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

5.9. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início.

6.0. O Candidato que tiver o interesse em levar sua prova, deverá permanecer na sala em silêncio, até o decorrer de 120 (cento e vinte) minutos do seu início.

6.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se ao Fiscal da sala do Processo Seletivo designado e identificado com crachá, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer outros critérios para resguardar a execução individual e correta das provas.

6.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança. Esta sendo acompanhada por um fiscal designado.

6.3. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala, a fim de assinar o lacre do envelope das folhas de respostas juntamente com os dois fiscais da sala, sendo liberados quando todos(as) tiverem concluído.

6.4. O presente Processo Seletivo Simplificado terá 02 etapas, sendo:

I Primeira Etapa: composta por prova objetiva, que será avaliada de “0” a “10”.

II Segunda Etapa: composta por prova prática, somente para os cargos de Operador de Máquinas, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira/Pá Carregadeira e Operador de Máquinas Pesadas.

6.5. A nota final será a nota obtida na prova objetiva.

6.6. A nota final para os cargos citados no item 6.4, será a somatória da nota da prova objetiva com a nota da prova prática, dividida por 02 (dois).

7. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS:

7.1. Cada questão objetiva aplicada terá e valerá peso de 0,50 pontos, sendo que ao todo serão aplicadas 20 questões, totalizando 10 pontos no máximo.

TIPO DE PROVA	NÚMERO DE QUESTÕES	TOTAL DE PONTOS
Prova objetiva: *Língua Portuguesa	06	0,50
*Matemática	06	0,50
*Conhecimentos Gerais e Específicos	08	0,50

7.2. A Prova Prática levará em consideração e compreenderá as atividades que se destinam e totalizando 10 pontos no máximo.

7.3. Os itens a serem avaliados serão: manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção do veículo; direção e operação veicular; regras de trânsito, sinalização, legislação.

7.4. Os pontos correspondentes às questões por ventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação de recursos.

7.5. Não serão computadas, tornando-se nulas as questões não respondidas, que contenham rasuras, que tenham sido respondidas a lápis, ou que contenham mais de uma alternativa assinalada.

7.6. Após o término das provas os candidatos não poderão permanecer nas dependências do prédio.

7.7. Os candidatos aos cargos de Operador de Máquinas, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira/Pá Carregadeira e Operador de Máquinas Pesadas ao término da prova objetiva no dia 10/12/2023, deverão dirigir-se às dependências do pátio da Garagem Municipal situada na Rua Pedro Duarte, para a realização da prova prática até as 11:30.

7.8. Os conteúdos programáticos estão dispostos no ANEXO II.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de notas.

8.2. Ocorrendo empate quanto ao total de pontos obtidos, os critérios de desempate para os cargos serão e seguirão a seguinte ordem:

a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Específicos;

b) Maior número de acertos na prova de Português;

c) Maior número de acertos na prova de Matemática;

d) Maior Idade.

9. DA REPROVAÇÃO

9.1. Será considerado reprovado:

9.1.1 o candidato a cargo de nível superior que: não alcançar 5,0 (cinco pontos) do total de pontos das provas.

9.1.2 o candidato a cargo de nível médio que: não alcançar 3,0 (três pontos) do total de pontos das provas.

9.1.3 o candidato a cargo de nível fundamental e alfabetizado que: não alcançar 1,0 (um ponto) do total de pontos das provas.

10. DO RESULTADO

10.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será afixado nos locais de publicação especificados no item 4.1, “a”.

11. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

11.1. Do resultado das Inscrições Provisórias caberá recurso escrito para a Comissão de Elaboração e Aplicação deste Teste Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data de sua publicação.

11.2. Do resultado provisório da Prova objetiva caberá recurso escrito para a Comissão de Elaboração e Aplicação deste Teste Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir da data de sua publicação.

11.3. Os recursos deverão ser feitos pelo candidato, conforme modelo de Recurso constante no Anexo VI por escrito e protocolados na Biblioteca Municipal ou na **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, mencionada no item 2.1 “a”, direcionado a Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, cujo funcionamento ocorre da seguinte forma:**

a) Biblioteca Municipal horário de funcionamento da segunda-feira à sexta-feira das 07:00h ás 11:00 e das 13:00 as 15:00 horas;

b) Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã horário de funcionamento da segunda-feira à sexta-feira das 07:00h ás 13:00 horas,

Parágrafo único: Não serão consideradas recursos interpostos de maneira verbal, sendo obrigatório para fins de conhecimento do recurso este ser formalizado de maneira formal, por escrito, no molde do Anexo VI.

11.4. O parecer emitido pela Comissão Elaboração e Aplicação do teste seletivo, referente ao recurso interposto, deverá ser publicado em prazo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento do pedido do candidato.

11.5. Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo aqui estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foi protocolado.

11.6. Não serão aceitos os recursos interpostos que não estiverem fundamentados e sem os dados necessários à identificação do candidato.

12. DO PRAZO DE VALIDADE.

12.1. O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 ano, a contar da homologação.

13. DO REGIME JURÍDICO

13.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão contratados pelo Regime Jurídico Administrativo Contratual.

14. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

14.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em conformidade com o que dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

15. DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

15.1. O provimento das vagas ocorrerá a partir da homologação do presente teste seletivo.

15.2. Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, à medida que as vagas surgirem.

15.3. A contratação de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de caráter temporário, com prazo determinado estabelecido no momento do contrato conforme necessidade da secretaria, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas às partes.

15.4. A aprovação do candidato no cargo para o qual se habilitou, não garante a contratação imediata, tendo em vista que sua convocação está condicionada à necessidade da Administração Municipal e das respectivas Secretarias vinculadas.

15.5. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderá haver convocação para contratação pelo tempo remanescente, os candidatos classificados sendo observada a ordem classificatória.

15.6. Os candidatos aprovados e convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 07h00min ás 13h00min, munidos com a seguinte documentação para efetivar sua contratação:

a) 01 foto 3x4 recente.

b) Cópias:

I. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino.

II. Certidão de Nascimento ou Casamento.

III. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

IV. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (certificado ou declaração de conclusão, devidamente contendo o carimbo e assinatura da instituição).

V. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos.

VI. Carteira de Trabalho e PIS/PASEP.

VII. Cartão de conta corrente no Banco Brasil;

VIII. Certidão de quitação eleitoral, civil e criminal.

IX. Comprovante de Residência em nome do Candidato.

X. Carteira Nacional de Habilitação, para o cargo solicitado.

XI. Carteira do Registro de inscrição no Conselho Regional para o cargo solicitado.

c) Originais:

I. Declaração de bens contendo também: número de telefone, e-mail do candidato.

II. Declaração de não acúmulo de cargo público.

III. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

15.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato.

15.8. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

Nova Ubiratã- MT, 06 de Novembro de 2023.

Edegar José Bernardi

Prefeito Municipal

Bruno Neiva Cruz

Presidente da Comissão de Elaboração do Teste Seletivo

ANEXO I - DAS VAGAS

Nº	FUNÇÃO	VAGA	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS	LOCAL
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
1	ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL I	CR	30	R$ 5.114,82	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
2	PSICÓLOGO - NÍVEL I	CR	40	R$ 5.622,48	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
3	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo	Sede
4	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Sede
5	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Sede
6	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo	Sede
7	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	5	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Sede
8	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	1	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo	Sede
9	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	5	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo	Sede
10	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito
11	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito

12	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito
13	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito
14	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	2	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito
15	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Matemática	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito
16	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	1	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito
17	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	CR	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito
18	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	2	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo	Distrito Novo Mato Grosso
19	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Distrito Novo Mato Grosso
20	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Distrito Novo Mato Grosso
21	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo	Distrito Novo Mato Grosso
22	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	1	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Distrito Novo Mato Grosso
23	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Letras	Distrito Novo Mato Grosso
24	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Matemática	Distrito Novo Mato Grosso
25	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	1	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo	Distrito Novo Mato Grosso
26	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	CR	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo	Distrito Novo Mato Grosso
27	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo	Distrito Entre Rios
28	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Distrito Entre Rios
29	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Distrito Entre Rios
30	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo	Distrito Entre Rios
31	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	2	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Distrito Entre Rios
32	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Letras	Distrito Entre Rios
33	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Matemática	Distrito Entre Rios
34	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	1	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo	Distrito Entre Rios
35	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	1	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo	Distrito Entre Rios
36	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
37	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
38	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
39	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
40	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	2	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
41	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Letras	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
42	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Matemática	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
43	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	CR	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
44	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	CR	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo	Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro
45	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	2	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo	Distrito Água Limpa
46	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Distrito Água Limpa
47	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Distrito Água Limpa

48	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo	Distrito Água Limpa
49	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	1	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Distrito Água Limpa
50	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em História	Distrito Água Limpa
51	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Letras	Distrito Água Limpa
52	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	1	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo	Distrito Água Limpa
53	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	2	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo	Distrito Água Limpa
54	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo	Distrito Piratininga
55	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Distrito Piratininga
56	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Distrito Piratininga
57	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo	Distrito Piratininga
58	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	1	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Distrito Piratininga
59	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	CR	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo	Distrito Piratininga
60	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	1	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo	Distrito Piratininga
61	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	Escola Municipal Cachoeira do Ronuro
62	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Escola Municipal Cachoeira do Ronuro
63	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	CR	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo	Escola Municipal Cachoeira do Ronuro
64	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Escola Municipal Cachoeira do Ronuro
65	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia	Escola Municipal Lorindo Pedro Basso
66	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo	Escola Municipal Lorindo Pedro Basso
	SECRETARIA MUNICIPAL DE: FINANÇAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, OBRAS, SAÚDE, AGRICULTURA, MEIO-AMBIENTE, ADMINISTRAÇÃO, INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE, ESPORTES.					
67	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	CR	40	R$ 1.961,70	Ensino Médio Completo	Sede
68	ASSISTENTE SOCIAL	CR	30	R$ 4.714,52	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
69	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CR	40	R$ 1.493,78	Ensino Fundamental Completo	Sede
70	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CR	40	R$ 1.493,78	Ensino Fundamental Completo	Distrito Entre Rios
71	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CR	40	R$ 1.493,78	Ensino Fundamental Completo	Distrito Água Limpa
72	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CR	40	R$ 1.493,78	Ensino Fundamental Completo	Distrito Piratininga
73	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	CR	40	R$ 1.493,78	Ensino Fundamental Completo	Sede
74	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Sede
75	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Distrito Santo Antônio do Rio Bonito
76	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Distrito Novo Mato Grosso
77	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Distrito Entre Rios
78	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Distrito Água Limpa
79	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Distrito Piratininga
80	EDUCADOR FÍSICO	CR	40	R$ 4.275,52	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
81	ENCANADOR	CR	40	R$ 1.641,61	Alfabetizado	Sede
82	ENCANADOR	CR	40	R$ 1.641,61	Alfabetizado	Distrito Novo Mato Grosso
83	ENCANADOR	CR	40	R$ 1.641,61	Alfabetizado	Distrito Entre Rios
84	ENCANADOR	CR	40	R$ 1.641,61	Alfabetizado	Distrito Água Limpa

85	ENGENHEIRO AGRONOMO	CR	40	R$ 6.183,80	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
86	ENGENHEIRO CIVIL	CR	40	R$ 6.183,80	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
87	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	CR	40	R$ 1.641,61	Ensino Médio Completo	Sede
88	FISCAL SANITARIO	CR	40	R$ 1.641,61	Ensino Médio Completo	Sede
89	FISIOTERAPEUTA	CR	40	R$ 4.714,52	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
90	FONOAUDIOLOGO	CR	40	R$ 5.182,45	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
91	MECANICO DE MAQUINAS E VEICULOS PESADOS	CR	40	R$ 3.214,43	Alfabetizado/Prova Prática	Sede
92	MEDICO VETERINARIO 40HS/SEM	CR	40	R$ 5.182,45	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
93	MENOR APRENDIZ	CR	20	R$ 606,00	Alfabetizado e frequentando a escola, cursando Ensino Superior ou fazendo Curso Técnico ou Profissionalizante.	Sede
94	MOTORISTA	CR	40	R$ 2.084,61	Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação Categoria E	Sede
95	MOTORISTA	CR	40	R$ 2.084,61	Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Sede
96	MOTORISTA	CR	40	R$ 2.084,61	Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Distrito Água Limpa
97	MOTORISTA	CR	40	R$ 2.084,61	Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E	Distrito Piratininga
98	OPERADOR DE MAQUINAS	CR	40	R$ 1.961,70	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Sede
99	OPERADOR DE MAQUINAS	CR	40	R$ 1.961,70	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Distrito Entre Rios
100	OPERADOR DE MAQUINAS	CR	40	R$ 1.961,70	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Distrito Piratininga
101	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	CR	40	R$ 2.451,00	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Sede
102	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	CR	40	R$ 2.451,00	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Distrito Entre Rios
103	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	CR	40	R$ 2.451,00	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Distrito Piratininga
104	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	CR	40	R$ 2.591,21	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Sede
105	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	CR	40	R$ 2.591,21	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Distrito Entre Rios
106	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	CR	40	R$ 2.591,21	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Distrito Piratininga
107	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PA CARREGADEIRA	CR	40	R$ 2.643,03	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Sede
108	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PA CARREGADEIRA	CR	40	R$ 2.643,03	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Distrito Entre Rios
109	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PA CARREGADEIRA	CR	40	R$ 2.643,03	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B	Distrito Piratininga
110	PEDREIRO	CR	40	R$ 2.321,41	Alfabetizado	Sede
111	PSICOLOGO 40HS/SEM	CR	40	R$ 5.182,45	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe	Sede
112	TECNICO EM ENFERMAGEM	CR	40	R$ 2.321,41	Formação Técnica com Registro no Conselho de Classe	Sede
113	TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA	CR	40	R$ 2.321,41	Ensino Médio Completo	Sede
114	VIGIA	CR	40	R$ 1.641,61	Alfabetizado	Sede
115	ZELADORA	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Sede
116	ZELADORA	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Distrito Entre Rios
117	ZELADORA	CR	40	R$ 1.556,26	Alfabetizado	Distrito Piratininga

***OBS: CR= CADASTRO RESERVA**

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2023

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PROGRAMAS DAS PROVAS ESCRITA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

ALFABETIZADO

CARGO/FUNÇÃO:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ENCANADOR MECANICO DE MAQUINAS E VEICULOS PESADOS MENOR APRENDIZ MOTORISTA OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS OPERADOR DE MÁQUINAS OPERADOR DE MOTONIVELADORA OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PA CARREGADEIRA PEDREIRO VIGIA ZELADOR

I - LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Conhecimento da língua: a) ortografia, b) acentuação gráfica, c) pontuação, d) masculino e feminino, e) antônimo e sinônimo, f) diminutivo e aumentativo. Fonologia: Conceito /Encontros vocálicos /Dígrafos/ Divisão Silábica /Prosódia-Acentuação/ Ortografia. Morfologia: Estrutura e formação das palavras /Classes de Palavras. Sintaxe: Termos de Oração/ Período Composto/Conceito e classificação das orações/Concordância verbal e nominal/ Regência verbal e nominal/Crase/Pontuação. - Semântica: A significação das palavras no texto. Interpretação de Texto.

II – MATEMÁTICA: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários. Números: Sequência numérica e operações (adição / subtração / multiplicação / divisão). Grandezas e suas medidas (tempo, comprimento, massa). Unidades de medida: comprimento (metro e seus múltiplos e submúltiplos); massa (tonelada, quilograma, grama); capacidade (litro e mililitro); tempo (horas, minutos e segundos). Formas Geométricas: reconhecimento de regiões planas (quadradas, retangulares, triangulares e circulares) e seus contornos (quadrado, retângulo, triangulo e circunferência); reconhecimento de figuras espaciais (esfera, cilindro, prisma, pirâmide, cone, cubo, paralelepípedo ou bloco retangular). Frações "ordinárias" e decimais: operações (adição, multiplicação, subtração e divisão).

III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente.Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO:

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO (MERENDEIRA); APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA (ZELADORA); APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA (VIGIA); APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR; AUXILIAR ADMINISTRATIVO AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

I - LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Conhecimento da língua: a) ortografia, b) acentuação gráfica, c) pontuação, d) masculino e feminino, e) antônimo e sinônimo, f) diminutivo e aumentativo. Fonologia: Conceito /Encontros vocálicos /Dígrafos/ Divisão Silábica /Prosódia-Acentuação/ Ortografia. Morfologia: Estrutura e formação das palavras /Classes de Palavras. Sintaxe: Termos de Oração/ Período Composto/Conceito e classificação das orações/Concordância verbal e nominal/ Regência verbal e nominal/Crase/Pontuação. - Semântica: A significação das palavras no texto. Interpretação de Texto.

II – MATEMÁTICA: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários. Números: Sequência numérica e operações (adição / subtração / multiplicação / divisão). Grandezas e suas medidas (tempo, comprimento, massa). Unidades de medida: comprimento (metro e seus múltiplos e submúltiplos); massa (tonelada, quilograma, grama); capacidade (litro e mililitro); tempo (horas, minutos e segundos). Formas Geométricas: reconhecimento de regiões planas (quadradas, retangulares, triangulares e circulares) e seus contornos (quadrado, retângulo, triangulo e circunferência); reconhecimento de figuras espaciais (esfera, cilindro, prisma, pirâmide, cone, cubo, paralelepípedo ou bloco retangular). Frações "ordinárias" e decimais: operações (adição, multiplicação, subtração e divisão).

III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente.Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO:

TECNICO E/OU AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL; TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL SECRETARIA ESCOLAR; AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FISCAL DE OBRAS E POSTURAS FISCAL SANITÁRIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

I - LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e interpretação de texto. FONOLOGIA: Fonema; Encontros vocálicos; Encontros consonantais; Sílaba; Ortografia; Notações Léxicas; Sinais de pontuação. Acentuação gráfica. MORFOLOGIA: Elementos Estruturais; Processos de Formação da palavra; Classes Gramaticais (Conceito, identificação, classificação, flexão e emprego das dez classes de palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição; Pronome (Emprego dos pronomes; Contração dos pronomes oblíquos); Verbo (Tempo verbal, Correlação entre os tempos verbais; Modo verbal; Conjugações verbais; Vozes do verbo; Verbo principal e Verbo auxiliar); Advérbio (Locução adverbial;

Palavras e locuções denotativas). Preposição (Locução prepositiva; Relações estabelecidas pelas preposições); Interjeição (A interjeição e o contexto). SINTAXE: Frase, Oração (Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Orações reduzidas.) e Período (Período Simples. Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Período composto por coordenação e subordinação); Estudo complementar do período composto; Crase (Conceito e emprego). SEMÂNTICA: Sinônimos; Antônimos; Homônimos; Parônimos.

II – MATEMÁTICA: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Conjunto dos números naturais (N): Operações (adição / subtração / multiplicação / divisão / potenciação / radiciação). Expressões numéricas; Teoria dos números: pares/ ímpares/ múltiplos/ divisores/ primos/ compostos/ fatoração/ divisibilidade/MMC e MDC. Conjunto dos números racionais relativos (Q): Frações ordinárias e decimais; Operações: adição/ subtração/ multiplicação / divisão / potenciação / radiciação / simplificação / ordem. Sistema de medidas e mudanças de unidade (comprimento, massa, volume, capacidade e áreas de superfícies). Conjunto dos números inteiros relativos (Z); Propriedades Comparação; Operações: adição/subtração/multiplicação/divisão/potenciação. Cálculo das áreas das figuras geométricas planas (quadrado, retângulo, paralelogramo e triangulo). Cálculo do volume de sólidos geométricos (cubo e paralelepípedo). Função polinomial real. Função do 1º e 2º graus. Equação do 1º e 2º graus. Expressões numéricas: valor numérico, produtos notáveis, simplificação, fatoração. Inequações do 1º e 2º graus e Sistemas de equações. Matemática financeira: Razão, proporção, divisão proporcional. Regra de três simples e composta. Porcentagem e juros.

III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente. História e Geografia do Brasil, Mato Grosso e Nova Ubiratã, Ciências, Atualidades na Política Nacional e o Mundial, Economia, Artes, Cultura e Esportes. Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO:

ASSISTENTE SOCIAL – NÍVEL I PSICÓLOGO – NÍVEL I PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA COM LICENCIATURA PLENA; ASSISTENTE SOCIAL EDUCADOR FÍSICO ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO CIVIL FISIOTERAPEUTA FONOAUDIÓLOGO PSICÓLOGO. MÉDICO VETERINÁRIO

I - LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e interpretação de texto. FONOLOGIA: Fonema; Encontros vocálicos; Encontros consonantais; Sílaba; Ortografia; Notações Léxicas; Sinais de pontuação. Acentuação gráfica. Morfologia: Elementos Estruturais; Processos de Formação da palavra; Classes Gramaticais (Conceito, identificação, classificação, flexão e emprego das dez classes de palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição; Pronome (Emprego dos pronomes; Contração dos pronomes oblíquos); Verbo (Tempo verbal, Correlação entre os tempos verbais; Modo verbal; Conjugações verbais; Vozes do verbo; Verbo principal e Verbo auxiliar); Advérbio (Locução adverbial; Palavras e locuções denotativas). Preposição (Locução prepositiva; Relações estabelecidas pelas preposições); Interjeição (A interjeição e o contexto). Sintaxe: Frase, Oração (Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Orações reduzidas.) e Período (Período Simples. Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Período composto por coordenação e subordinação); Estudo complementar do período composto; Crase (Conceito e emprego). Semântica: Sinônimos; Antônimos; Homônimos; Parônimos.

II – MATEMÁTICA: Avaliação da habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações entre pessoas, lugares, coisas ou eventos, deduzir novas informações e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. As questões da prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas; lógica de argumentação; diagramas lógicos; aritmética; álgebra e geometria básica.

III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente. História e Geografia do Brasil, Mato Grosso e Nova Ubiratã, Ciências, Atualidades na Política Nacional e o Mundial, Economia, Artes, Cultura e Esportes.Filosofia da Educação: Concepções liberais e progressistas da educação: contribuições e limites; Pedagogia tradicional, construtivista e tecnicista. Sociologia da Educação: a democratização da escola; educação e sociedade. Psicologia da Educação: Teoria do desenvolvimento humano, suas distintas concepções; História da Educação: da primeira república ao advento da nova república; O pensamento pedagógico brasileiro. Currículo e Avaliação. Política e Organização da Educação Básica Estrutura: Organização da educação brasileira; Legislação educacional (LDB nº 9394/96); Políticas educacionais; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); Descentralização: avaliação, currículo, legislação; Plano Nacional de Educação. Lei nº 9.394/96/LDB: antecedentes históricos da LDB.Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades técnicas compatíveis com as atividades diárias do cargo.

ANEXO III

CRONOGRAMA ESTIMADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

ESPECIFICAÇÃO	***DATAS E PERÍODOS***
Publicação do edital	***07/11/2023***
Período de inscrições	***13/11 a 28/11/2023***
Publicação do edital de inscrições deferida e indeferidas	***01/12/2023***
Interposição de recursos	***04/12/2023***
Publicação do resultado de interposição de recursos e Publicação do edital de homologação das inscrições	***06/12/2023***
Realização das provas	***10/12/2023***
Divulgação do gabarito	***11/12/2023***
Publicação do edital provisório, contendo Classificação dos candidatos	***18/12/2023***
Interposição de recursos referente ao edital Provisório referente a prova escrita e classificação.	***21/12/2023***
Publicação do resultado da avaliação dos recursos	***26/12/2023***
Publicação do edital contendo o resultado definitivo as provas	***28/12/2023***
Publicação e homologação do Processo Seletivo Simplificado	***29/12/2023***

*As publicações serão feitas no diário oficial da AMM, da Prefeitura Municipal e por afixação no Paço Municipal.

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____ Telefone: _____

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

Cargo Pretendido: _____

Local/Distrito:_____

Número do Cargo Pretendido:_____

E-mail do(a) Candidato(a):_____

Número do PIS/PASEP:_____

Quadro a ser preenchido exclusivamente para candidato PNE:
PNE: ( ) SIM ( ) NÃO Tipo: _____
Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário).
[ ] NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL
[ ] NECESSITA DE PROVA ESPECIAL/ TIPO DE PROVA: _____
(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Campo a ser preenchido pela Comissão do Teste Seletivo de Nova Ubiratã / MT
Número da Inscrição: _____
Recebido por: _____Data: _____/_____/_____

Declaro que tomei conhecimento do Edital do Processo Seletivo Simplificado **002/2023** e que as declarações acima são verdadeiras.

_____

Assinatura do Candidato

ANEXO V

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO
Teste Seletivo Simplificado nº. 002/2023

Candidato (a): _____
Inscrição Nº: _____Local:_____
RG: _____ CPF: _____
Cargo pretendido:_____
Escolaridade: _____
Assinatura do candidato:_____
Responsável pela conferência:_____

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO
Teste Seletivo Simplificado nº. 002/2023

Candidato (a): _____
Inscrição Nº: _____Local:_____
RG: _____ CPF: _____
Cargo pretendido:_____
Escolaridade: _____
Assinatura do candidato:_____
Responsável pela conferência:_____

ANEXO VI

RECURSO ADMINISTRATIVO

Á Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado nº. 002/2023

Nova Ubiratã/MT.

Nome do Candidato: _____

Número da Inscrição: _____ Concorrido a: _____

Marque abaixo o tipo de recurso:

1. ( ) Erro na grafia do nome ou endereço.

2. ( ) Gabarito Oficial: questão(ões) nº _____.

3. ( ) Erro ou omissões nos cadernos de provas de múltipla escolha.

4. ( ) Resultado das provas de múltipla escolha.

5. ( ) Erro ou omissão na classificação final.

6. ( ) Outros.

Letras de Forma, Digitar ou datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com embasamento.

Nova Ubiratã, MT/_____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura do candidato

Outros:_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

ANEXO VII

Das Condições e Normativas para Prova Prática

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS, OPERADOR DE MOTONIVELADORA, OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PÁ CARREGADEIRA E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**.**

1. DA PROVA PRÁTICA

1.1.A avaliação consistirá de uma prova prática que terá a duração máxima de 15 (quinze) minutos, sendo que se o candidato não apresentar documento de habilitação, correspondente ao cargo, no momento da realização da prova, será automaticamente reprovado. Não serão aceitos protocolos de aprovação ou de confecção de CNH.

1.2. A prova prática será feita em veículos de propriedade do Município obedecendo aos critérios determinados pela Comissão de Avaliação do Teste Seletivo;

1.3. No exame prático de direção veicular, o candidato será avaliado nos seguintes critérios:

a) Faltas Graves;

b) Faltas Médias;

c) Faltas Leves.

1.4.A prova prática será realizada no dia 10/12/2023, logo após o candidato se retirar da sala, ou seja, ao término da prova objetiva, tendo em vista o art. 7.7. Tendo como local o pátio da Secretaria Municipal de Obras, devendo o candidato antes de iniciar a prova apresentar a carteira de habilitação;

1.5.O candidato *deverá chegar* ao local do início da *prova 15 (quinze) minutos antes, sob pena de não poder* fazer a prova e *estar* automaticamente eliminado;

1.6.A prova terá início no pátio da Secretaria de Obras e prosseguirá com um trajeto de rua sendo finalizada na própria Secretaria de Obras.

1.7A prova prática será avaliada por dois membros da comissão de avaliação e equipe de apoio caso houver necessidade, sendo que a nota consistira em uma média aritmética das duas notas atribuídas.

1.8O candidato iniciará o teste prático com um total de 10 (dez pontos), porém no desenvolvimento do mesmo serão descontados pontos conforme o tipo e quantidade de faltas que cometer considerando os seguintes critérios:

a) Faltas Graves: Serão descontados 2,0 (dois) pontos por cada infração cometida.

Tipos de Infração:

- Avançar sobre o meio fio;

- Não colocar o veículo em área balizada;

- Avançar a via preferencial;

- Exceder a velocidade regulamentada para a via;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave ou gravíssima;

- Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;

- Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;

- Manter a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte de dele;

- Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;

- Não usar devidamente o cinto de segurança;

b) Faltas Médias: Será descontado 1,0 (um) ponto por cada infração cometida.

Tipos de Infração:

- Executar o percurso da prova, no todo ou em parte, sem estar o freio de mão inteiramente livre;

- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;

- Fazer conversão incorretamente;

- Usar a buzina sem necessidade ou em local proibido;

- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal de freio nas frenagens;

- Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;

- Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

c) Faltas Leves: Será descontado 0,5 (meio) ponto por cada infração cometida.

Tipos de Infração:

- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;

- Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;

- Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;

- Utilizar ou interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;

- Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;

- Tentar movimentar o veículo com o sistema de engrenagem de tração em ponto neutro;

- Provocar movimentos irregulares no veículo sem motivos justificados;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza leve.

A Nota Final do Candidato aos Cargos acimas mencionados, serão calculados através da pontuação obtida, descontado os pontos referente às faltas cometidas.

A soma final das notas dos candidatos aos cargos acima mencionados, será a soma das duas notas Prova Objetiva e Prova Prática, dividido por 02 (dois).

A Prova Objetiva vale 10 (dez) pontos e a Prova Prática 10 (dez) pontos.

ANEXO VIII

MODELO DE DOCUMENTO DIGITAL

CÂMARA / LEGISLATIVO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 14/2023 DATA: 31 DE OUTUBRO DE 2023.

SUMULA: APROVA AS CONTAS DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT, senhor ARI ANTÔNIO BASSO, no uso de suas atribuições legais faz saber que o soberano Plenário aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º. Ficam **APROVADAS** as contas da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã – MT referente ao exercício de 2022.

Art. 2º. A aprovação das contas dá-se acompanhado do parecer nº. 005/2023 de 01 de agosto de 2023, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que emitiu **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Benedito Dutra em, 31 de outubro de 2023.

ARI ANTÔNIO BASSO

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2.023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2.023 - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES E ACOMPANHANTES ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA/MT, EM TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR NA UNIDADE DE SAÚDE DA CIDADE DE GOIÂNIA/GO. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 08/11/2.023 às 12h00 (horário de Brasília - DF); DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 24/11/2.023 às 08h30 (horário de Brasília - DF); DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 24/11/2.023 às 08h30 (horário de Brasília - DF); INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 24/11/2.023 às 09h00 (horário de Brasília - DF). Nos termos do art. 4º- G da Lei nº 13. 979/20, ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e sites https://www.novaxavantina.mt.gov.br/Publicacoes/Li...

e www.bll.org.br . Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br .

Nova Xavantina – MT, 07 de novembro de 2.023.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial.

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.522, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 5522, de 7 de novembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 500.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$500.000,00
1.708.0000000 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos 500.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$500.000,00
1.708.0000000 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos 500.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 7 de novembro de 2023.

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.521, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 5521, de 7 de novembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 80.428,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL — R$2.428,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 2.428,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$56.000,00
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS — 56.000,00

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE
12.001 - CIDADE
12.001.25.752.26.2039-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$11.100,00
1.751.0000000 RECURSOS DA CONTRIBUÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - — 11.100,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$5.000,00
2.500.0000000 (SF) - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 5.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA — R$3.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 3.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.4.123.5.2009-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA — R$2.900,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 2.900,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - FINANÇAS
04.001.4.123.5.2009-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$2.900,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 2.900,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA — R$3.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 3.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA — R$2.428,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 2.428,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA — R$56.000,00
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS — 56.000,00

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 07/11/2023, às 17:29:12. Protocolo: 9873e983-7841-415a-a2b2-5fe88224d45e

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE
12.001 - CIDADE
12.001.25.752.26.2039-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$11.100,00
1.751.0000000 RECURSOS DA CONTRIBUÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 11.100,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$5.000,00
2.500.0000000 (SF) - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 7 de novembro de 2023.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2.023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2.023 - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E REFORMA EM PONTES DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E FARDAMENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS, NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 08/11/2.023 às 12h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 29/11/2.023 às 13h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 29/11/2.023 às 13h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 29/11/2.023 às 13h30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF). ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e sites https://www.novaxavantina.mt.gov.br/Publicacoes/Li...

e www.bll.org.br . Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac...

Nova Xavantina – MT, 07 de novembro de 2.023.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial.

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO LEILÃO Nº 001/2.023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público A RETIFICAÇÃO do edital do LEILÃO nº 001/2.023 – objeto: ALIENAÇÃO A TITULO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO, DOS BENS MÓVEIS DIVERSOS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INSERVÍVEIS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT, conforme edital e seus anexos. **Onde se lê**: Data de abertura **21/11/2.023**, às 08h00 (horário de Brasília), **leia-se:** Data de abertura **23/11/2.023**, às 08h00 (horário de Brasília), a integra da retificação encontra-se disponível a todos interessados, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter maiores informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do sitio: https://www.novaxavantina.mt.gov.br/Publicacoes/Li...

e/ou e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 07 de novembro de 2.023.

Marina Angélica Marca

Presidente CPL

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 064/2023

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **EVOLUE SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrito no **CNPJ n. º 26.699.784/0001-81.** O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA OCUPACIONAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA-MT.Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato de R$143.868,00 (cento e quarenta e três mil e oitocentos e sessenta e oito reais).

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 063/2023

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **AQUARELA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI**, inscrito no **CNPJ n. º 21.136.749/0001-30.** O presente contrato tem por objeto PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS ESCOLARES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato de R$ 271.440,00 (duzentos e setenta e um mil e quatrocentos e quarenta reais).

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO
GABARITO OFICIAL E PARECER DOA RECURSOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2023

GABARITO OFICIAL

101 - PROFESSOR									
01: B	02: A	03: Anulada	04: B	05: C	06: C	07: C	08: B	09: A	10: Anulada
11: Anulada	12: B	13: C	14: B	15: B	16: A	17: C	18: C	19: C	

102 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL									
01: A	02: Anulada	03: C	04: B	05: B	06: A	07: B	08: C	09: C	10: C
11: B	12: C	13: A	14: A	15: C	16: Anulada	17: B	18: A	19: Anulada	

103 - TÉCNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TEDI									
01: C	02: C	03: A	04: C	05: A	06: B	07: C	08: C	09: B	10: C
11: A	12: A	13: A	14: B	15: C	16: C	17: Anulada	18: C	19: B	

104 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA									
01: B	02: C	03: A	04: C	05: C	06: B	07: B	08: B	09: B	10: C
11: B	12: C	13: C	14: C	15: B	16: A	17: B	18: B	19: B	20: C

105 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR									
01: B	02: C	03: A	04: C	05: C	06: B	07: B	08: B	09: B	10: C
11: B	12: C	13: C	14: C	15: B	16: A	17: B	18: B	19: B	20: C

106 - CUIDADOR EDUCACIONAL									
01: C	02: C	03: A	04: C	05: A	06: B	07: C	08: C	09: B	10: C
11: A	12: A	13: A	14: Anulada	15: C	16: C	17: Anulada	18: Anulada	19: B	

O parecer quanto aos recursos impetrados está descrito no **ANEXO I**.

O Resultado preliminar da prova objetiva e dissertativa será divulgado no dia **14/11/2023**, a partir das 16h nos sites www.novaxavantina.mt.gov.br e https://novaxavantina.selecao.net.br

Nova Xavantina - MT, 06 de novembro de 2023.

Daniella Sehnem

Presidente do certame

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2023

PARECER Nº 03/2023

REF: RECURSOS IMPETRADOS

A Comissão Interna nomeada através Portaria nº. 822/2023**,** no uso de suas atribuições, após a verificação da regularidade, emite PARECER aos recursos impetrados, contra a GABARITO PRELIMINAR, conforme segue:

I - RECORRENTES*:*

CARGO: PROFESSOR

NOME DO CANDIDATO: Abonizia Medrado Ferreira

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Adriana de Oliveira Amorim da Silva

QUESTÃO(ÕES): 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO

NOME DO CANDIDATO: Alexandra Ferreira de Jesus

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Ana Carolina Lucio Rezende de Assunção

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Ana Paula Gonzaga Costa

QUESTÃO(ÕES): 10

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO

NOME DO CANDIDATO: André Luiz de Araújo

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Brenda Ribeiro Borges Nogueira

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Camila Morais Soares

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Cleide Oliveira Dias Souza

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Cristiane Ribeiro de Araújo

QUESTÃO(ÕES): 3 e 10

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Daiane Paula da Silva

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Debora Thais Alves de Almeida
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Elisvania Soares da Silva
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Emmily Miranda da Silva
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Franciela Inacio Ferreira
QUESTÃO(ÕES): 3
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO
NOME DO CANDIDATO: Francieli Gasperini
QUESTÃO(ÕES): 3 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Francisca Ivonilde da Silva Costa
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Gerlaine de Oliveira Carolino
QUESTÃO(ÕES): 10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Guilherme Oliveira Rocha
QUESTÃO(ÕES): 10
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO
NOME DO CANDIDATO: Joelma da Silva Mota
QUESTÃO(ÕES): 3 e 10
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Jucimeire Silvério Barros
QUESTÃO(ÕES): 10
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO
NOME DO CANDIDATO: Ketlen Maila Oliveira Sokolowski
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO
NOME DO CANDIDATO: Leidimar Monteiro Malquias
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Lívia Silva Santana
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Monica Cibulski Breitenbach
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Naiane do Nascimento Oliveira
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11
CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS
NOME DO CANDIDATO: Nayhara Alves de Oliveira
QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Renata Araújo Santana

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Renata Denise Alves Santana Pereira

QUESTÃO(ÕES): 3

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO

NOME DO CANDIDATO: Rogerio de Sousa Miranda

QUESTÃO(ÕES): 5 e 11

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO O RECURSO DA QUESTÃO 5 (Sendo que, a palavra **UM** corresponde ao numeral / quantidade). DEFERIDO O RECURSO DA QUESTÃO 11.

NOME DO CANDIDATO: Rosiley Godoi da Silva Santana

QUESTÃO(ÕES): 3

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO

NOME DO CANDIDATO: Sandia do Nascimento Souza Lima

QUESTÃO(ÕES): 10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Tatiane Aparecida Duque

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Viviane Matos da Rocha

QUESTÃO(ÕES): 3,10 e 11

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Walquiria Soares da Silva

QUESTÃO(ÕES): 3

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO

CARGO:TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

NOME DO CANDIDATO: Aline Pereira da Rocha

QUESTÃO(ÕES): 16

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO

NOME DO CANDIDATO: Cristina Marques da Rocha

QUESTÃO(ÕES): 02,16 e 19

CONSIDERAÇÕES**:** DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Samuel Vitor Antunes Moraes

QUESTÃO(ÕES): 02,16 e 19

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

CARGO: CUIDADOR EDUCACIONAL

NOME DO CANDIDATO: Amanda Dantas Pedreira

QUESTÃO(ÕES): 14 e 18

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Débora Firmino Bento

QUESTÃO(ÕES): 14, 17 e 18

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Karolaine Ferreira Maia

QUESTÃO(ÕES): 14, 17 e 18

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Ketllen Francieli da Silva Moura

QUESTÃO(ÕES): 11, 14, 17 e 18

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO O RECURSO DA QUESTÃO 11 (A questão se trata de uma afirmativa devendo apenas, marcar a alternativa que complementa essa afirmação)

DEFERIDOS RECURSOS QUESTÕES 14,17 e 18

NOME DO CANDIDATO: Maria Carolina Oliveira da Silva

QUESTÃO(ÕES): NÃO INFOMRMOU QUAIS QUESTÕES GOSTARIA DE INTERPOR RECURSO

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO (Candidata não foi clara, consistente e objetiva em seu pleito)

NOME DO CANDIDATO: Paula Taynara Nunes dos Santos

QUESTÃO(ÕES): 14, 17 e 18

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Stefany Cardozo Almeida

QUESTÃO(ÕES): 11, 14,17 e 18

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO RECURSO QUESTÃO 11 (A questão se trata de uma afirmativa devendo apenas, marcar a alternativa que complementa essa afirmação)

DEFERIDOS RECURSOS QUESTÕES 14,17 e 18

NOME DO CANDIDATO: Waleria Policarpo Ribeiro

QUESTÃO(ÕES): 14,17 e 18

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS

NOME DO CANDIDATO: Gislene Da Silva Carvalho

QUESTÃO(ÕES): 8,14,17 e 18

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDOS OS RECURSOS DAS QUESTÕES 14,17 e 18 e INDEFERIDO RECURSO DA QUESTÃO 8 (Analisando o gráfico constatamos que 6 professores atingiram o resultado ótimo e 1 atingiu o resultado excelente, tendo um total de 7 aprovados. considerando que 6 professores foram reprovados (classificação “bom” ou “ruim”. dado que o total são 13 professores, então, a porcentagem será o total de aprovados divididos pelo total de professores. 7 / 13 = 0,53 = 53% de aprovados).

CARGO:TÉCNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TEDI

NOME DO CANDIDATO: Isadora Alves de Sousa Costa Almeida

QUESTÃO(ÕES): 17

CONSIDERAÇÕES: DEFERIDO

Nova Xavantina-MT, 06 de novembro de 2023.

A Comissão:

Daniella Sehnem Presidente do certame

Lisiane Berghahn Membro

Kelly Maria Bispo Campos Membro

Géssica Rodrigues da Cruz Membro

Talita Antônia Zuchetto da Silva Martins Membro

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 062/2023

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **VICKYTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA**, inscrito no **CNPJ n. º 08. 257.978/0001-45.** O presente contrato tem por objeto PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS ESCOLARES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato de R$ 148.139,98 (cento e quarenta e oito mil e cento e trinta e nove reais e noventa e oito centavos).

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
1º ADITIVO AO CONTRATO N° 068/2.022

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **IMOBILIÁRIA FORTVALE EIRELI,** inscrita no CNPJ nº 32.000.263/0001-97, resolvem alterar a vigência do Contrato n° 068/2.022, conforme **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº** 016/2.022, resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 068/2.022, previsto na cláusula terceira, pelo período de 11 de novembro de 2.023 a 11 de novembro de 2.024, com fundamento no artigo 57, II da Lei 8.666/93, e atualizar o valor licitado e aditivado de R$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais) por mês, para R$ 1.202,54 (um mil e duzentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos) por mês, com fundamento no artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93, de acordo com Parecer Jurídico nº 141/2023, exarado pelo Procurador do Município, datado de 27 de outubro de 2023

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 140/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Licite Saúde Comercio produtos hospitalares Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **34.223.536/0001-98**., e Inscrição Estadual n.º **90902203-70** estabelecida a Rodovia PR-317., n.º 6752, bairro Parque Industrial., cidade de Maringá - PR, e-mail comercial@licitesaude.com.br e telefone de contato (44) 9145-2223, neste ato representada pelo **Sr. Marcos Henrique Lahoud**, portador do **CIRG n.º 15.466.272-3 SESP/PR** e **CPF n.º 000.744.681-03** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
21	045297	311001-0	DOPAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 10 MILILITRO, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	300	Unid	Hipo Labor	2,360	708,000
35	045324	318227-4	LEVOMEPROMAZINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	30.000	Unid	Hipo Labor	0,660	19.800,000
44	050537	308537	MIDAZOLAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 10 ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	300	Unid	Hipo Labor	2,950	885,000
61	052698	307946-5	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 80 MG/ML + 16 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA 5 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	150	Unid	Prati	0,960	144,000
65	055215	0009779	TERBUTALINA, SULFATO - 0,5MG/ML CONCENTRACAO/DOSAGEM, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 1 ML, VIA PARENTERAL.	100	Unid	Hipo Labor	1,180	118,000
72	052869	320159-7	"RISPERIDONA CONCENTRAÇÃO DOSAGEM 3 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL"	2.000	Unid	Prati	0,240	480,000
				TOTAL		**R$ 22.135,000**		
(Vinte e dois mil e cento e trinta e cinco reais)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

LICITE SAÚDE COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 34.223.536/0001-98

Marcos Henrique Lahoud

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 139/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Hospdrogas Comercial Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **08.774.906/0001-75**., e Inscrição Estadual n.º **10.415.337-7** estabelecida a Avenida Oeste, n.º S/N, bairro Parque Ind. Vice-Presidente Jose Alencar - Etapa Ii., cidade de Aparecida de Goiânia - GO, e-mail: licitacao@hospdrogas.com.br e telefone de contato (62) 99472-8130, neste ato representada pelo **Sr. Hermilton Araujo De Jesus**, portador do **CIRG n.º 3950366 SPTC/GO** e **CPF n.º 909.218.101-30** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
3	052486	306547-2	ÁGUA PARA INJECAO - FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 10 ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	10.000	Unid	Equiplex	0,287	2.870,000
19	055222	307123-5	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 1ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	5.000	Unid	Farmace	1,130	5.650,000
66	052556	307005-0	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,9%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU FRASCO 100 MILILITRO, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	2.500	Unid	Equiplex	4,052	10.130,000
				TOTAL		**R$ 18.650,000**		

(Dezoito mil, seiscentos e cinquenta reais)

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA.

CNPJ: 08.774.906/0001-75

Hermilton Araujo De Jesus

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 149/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **W. Araújo Distribuidora De Medicamentos Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **37.844.754/0001-38**., e Inscrição Estadual n.º **9085486630** estabelecida a Jesuíno De Mello Pacheco., n.º 66, bairro Três Pinheiros., cidade de Marmeleiro - PR, e-mail: w.araujodistribuidora@gmail.com e telefone de contato (46)9936-0600, neste ato representada pelo **Sr. Waldemir de Araújo**, portador do **CIRG n.º 4.332.242-7 SESP/PR** e **CPF n.º 601.807.819-87** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
34	052634	337675-3	LEVODOPA + BENSERAZIDA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 200 MG + 50 MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	10.000	Unid	Roche	2,310	23.100,000
				TOTAL		**R$ 23.100,000**		
(Vinte e três mil e cem reais)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução

contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

W. ARAÚJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 37.844.754/0001-38

Waldemir de Araújo

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 148/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Supermédica Distribuidora Hospitalar Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **06.065.614/0001-38**., e Inscrição Estadual n.º **10603975-0** estabelecida a Rua C-159., n.º 868, bairro Jardim América., cidade de Goiânia - GO, e-mail: gestorcomercial@supermedica.com.br e telefone de contato (62) 3928-8989, neste ato representada pelo **Sr. Agnaldo do Carmo Chagas**, portador do **CIRG n.º 3628359 DGPC/GO** e **CPF n.º 895.030.901-72** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
52	052865	320157-0	RIFAMICINA SV SÓDICA 10MG/ML SOLUÇÃO SPRAY, FRASCO 20 ML.	100	Unid	Natulab	4,300	430,000
69	042585	307005-0	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,9%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA DE 10 MILILITRO, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	400	Unid	Farmarin	0,414	165,600
				TOTAL		**R$ 595,600**		
(Quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 06.065.614/0001-38

Agnaldo do Carmo Chagas

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA/LICITACAO
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 055/2022

Espécie: Termo Aditivo; **Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT; **Contratado:** M.R. Ferreira Amorim – ME; **Modalidade:** Tomada de Preços002/2022; **Objeto**Prorrogação do prazo de execução para mais 180 (cento e oitenta) dias do contrato de construção de uma praça no Bairro Viva Brasil com extensão de 2.973,10 m².;**Convênio:** 1958-2021/SINFRA; **Data assinatura:** 06/10/2023; **Prazo de Execução:** 10/10/2023 a 07/04/2024; **Signatários:** Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Marques Rogerio Ferreira Amorim, procurador da empresa; **Fiscal de Contrato:** Gustavo Matheus Santos; **Assessor Jurídico:** Bruno Ricardo Barela Iori.

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 147/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **RF Leite Distribuidora De Medicamentos e Produtos Para Saúde Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **35.042.079/0001-06**., e Inscrição Estadual n.º **90828522-01** estabelecida a Rua Ipê., n.º 72, bairro Centro., cidade de Assis Chateaubriand - PR, e-mail: rfleitedistribuidora@outlook.com e telefone de contato (44) 3528-5085, neste ato representada pela **Sra. Camila Porcelis Vargas**, portadora do **CIRG n.º 5484964 SSP/SC** e **CPF n.º 066.104.459-90** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
57	052876	337468-8	SERTRALINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	40.000	Unid	Euro Farma	1,060	42.400,000
				TOTAL		**R$ 42.400,000**		
(Quarenta e dois mil e quatrocentos reais)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários

de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

CNPJ: 35.042.079/0001-06

Camila Porcelis Vargas

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 146/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **NF Farmacêutica E Logística Eireli.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **40.951.414/0001-10**. , e Inscrição Estadual n.º 10.827.853-0 estabelecida a Rua Sucuapara., n.º 789, bairro Vila Galvão., cidade de Senador Canedo - GO, e-mail: licitacao04@nffarma.com.br e telefone de contato (62) 98434-9994, neste ato representada pela **Sra. Natalia Filgueira De Oliveira Santana**, portadora do **CIRG n.º 6341743 SSP/GO** e **CPF n.º 041.307.021-22** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total

4	045251	333934-3	ALPRAZOLAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG, FORMA FARMACEUTICA COM-PRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	10.000	Unid	EMS	0,080	800,000
32	052632	318045-0	IVERMECTINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 6 MG, FORMA FARMACEUTICA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	4.000	Unid	EMS	0,349	1.396,000
41	055231	308401-9	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	50	Unid	BLAU	14,039	701,950
				TOTAL		**R$ 2.897,950**		
(Dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

NF FARMACÊUTICA E LOGÍSTICA EIRELI.

CNPJ: 40.951.414/0001-10

Natalia Filgueira De Oliveira Santana

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 145/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Medicamentos De Az Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **09.676.256/0001-98**., e Inscri-

ção Estadual n.º **904.521.09-41** estabelecida a Rua Octaviano Teixeira dos Santos., n.º 1132, bairro Centro., cidade de Francisco Beltrão, e-mail: az. medicamentos@gmail.com e telefone de contato (046) 3523 - 5454, neste ato representada pela **Sra. Sirlei Fatima Follador**, portadora **do CIRG n.º 139614739 SESP/PR** e **CPF n.º 465.988.800-25** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
16	052574	307058-1	DIAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 1ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	300	Unid	Hipo Labor	1,110	333,000
70	052841	318295-9	"NIMESULIDA CONCENTRAÇÃO DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL"	50.000	Unid	Globo	0,112	5.600,000
				TOTAL		**R$ 5.933,000**		
(Cinco mil e novecentos e trinta e três reais)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

MEDICAMENTOS DE AZ LTDA.

CNPJ: 09.676.256/0001-98

Sirlei Fatima Follador

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 144/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Med Vitta Comercio De Produtos Hospitalares Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **28. 418.133/0001-00**., e Inscrição Estadual n.º **10.701.507-2** estabelecida a Avenida das laranjeiras., n.º S/N, bairro Parque primavera., cidade de Aparecida de Goiânia - GO, e-mail: farmaceutica@medvittadist.com.br e telefone de contato (62) 3416-8300, neste ato representada pelo **Sr. Cassio Martins de Freitas**, portador do **CIRG n.º SPTC/GO** e **CPF n.º 032.868.041-93** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
8	052716	306603-7	AMINOFILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 24 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 10 MILILITRO, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	600	Unid.	Hipo Labor	6,639	3. 983,400
10	052718	309763-3	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G + 200 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA.	100	Unid	Blau	15,749	1. 574,900
18	047421	314127-6	DICLOFENACO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 3 ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	1.000	Unid	Farmace	1,039	1. 039,000
39	055212	329612-1	MEROPENEM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA + DILUENTE (SISTEMA FECHADO), VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	60	Unid	Abl	18,448	1. 106,880
42	055223	316790-9	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA 1 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	500	Unid	Farmace	1,059	529,500
43	045594	308537	MIDAZOLAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 03 ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	300	Unid	União Quimica	2,004	601,200
45	055226	339745-9	MORFINA, SULFATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,1 MG/ML, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA DE 1 ML.	100	Unid	Cristalia	4,200	420,000
53	052686	309064-7	RINGER + LACTATO DE SÓDIO - FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, BOLSA OU FRASCO (SISTEMA FECHADO), VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. BOLSA OU FRASCO 250 MILILITRO.	300	Unid	JP	4,969	1. 490,700
68	052558	307005-0	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,9%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU FRASCO 500 MILILITRO, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	3.500	Unid	Frese Nius	5,789	20. 261,500
				TOTAL		**R$ 31.007,080**		
(Trinta e um mil, sete reais e oito centavos)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários

de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Cassio Martins de Freitas

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 143/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **MCW Produtos Médicos E Hospitalares Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **94.389.400/0001-84**., e Inscrição Estadual n.º **156/0029886** estabelecida a Rodovia BR RSC 287 KM 109+500., n.º S/N, bairro Industrial., cidade de Vera Cruz - RS, e-mail: equipelicita@mcwdistribuidora.com.br e telefone de contato (51) 3740-1450, neste ato representada pelo **Sr. Augusto Henrique Weis**, portador do **CIRG n.º 8104848109 SJS/II RS** e **CPF n.º 036.915.060-03** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total

25	047427	363707-7	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE + CLORANFENICOL - CONCENTRACÃO/DOSAGEM 1 U/G + 666 U/G + 10 MG/G RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACÊUTICA POMADA DERMATOLÓGICA, FORMA DE APRESENTAÇÃO BISNAGA 30G, VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	400	Unid.	Cristalia	64,110	25.644,000
31	056349	316908-1	IMIPRAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	20.000	Unid.	Cristalia	0,440	8.800,000
67	052557	306998-2	CLORETO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,9%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 250 MILILITRO (SISTEMA FECHADO), VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	2.500	Unid.	Fresenius	4,369	10.922,500
				TOTAL		**R$ 45.366,500**		
(Quarenta e cinco mil reais, trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 94.389.400/0001-84

Augusto Henrique Weis

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 150/2023

PREGÃO PRESENCIAL 024/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 032/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**., doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Jair Pereira Duarte e Cia Ltda - EPP**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 01.169.309/0001-72**, e **Inscrição**

Estadual n.º 13.203.909-5, estabelecida a Rod. Br J-3, s/nº, CEP: 78570-00, cidade de Novo Horizonte do Norte - MT, telefone (66) 3559-1164 e endereço de e-mail: autopostonhn@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. **Ermides Braun**, portador do **CIRG n º 912865 SSP/MT** e **CIC nº 522.772.401-68**, doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 024/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o**Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis em atendimento a diversas secretarias, para abastecimento em Novo Horizonte do Norte e Cuiabá ou Várzea Grande,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Código TCE	Descrição produto	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	**142935-3**	Óleo diesel – S10	Litro	**65.000**	**Idaza**	**6,95**	**451.750,00**
04	**222480-1**	Óleo diesel Comum	Litro	**203.000**	**Idaza**	**6,71**	**1.362.130,00**
05	**142931-0**	Gasolina comum	Litro	**52.500**	**Idaza**	**6,26**	**328.650,00**
06	**142934-5**	Etanol	Litro	**10.000**	**Idaza**	**3,73**	**37.300,00**
				TOTAL		**2.179.830,00**	
(Dois milhões, cento e setenta e nove mil e oitocentos e trinta reais)							

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser fornecidos conforme segue:

5.2.1. A empresa arcará com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e também por danos ou defeitos que os veículos apresentem em decorrência da prestação dos serviços contratados.

5.2.2. O Fornecimento dos combustíveis será de forma fracionada, diariamente, mediante cartão de abastecimento (neste caso equipamento será fornecido pelo município) ou requisição emitida pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte e deverá conter data, razão social da empresa, tipo de combustível, quantidade, valor unitário e total e deverá indicar Número do Patrimônio e/ou Placa do veículo que se destina o fornecimento.

5.2.3. A Prefeitura de Novo Horizonte do Norte manterá o efetivo controle do fornecimento de requisições e saldo de cartão, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos fornecidos sem a correspondente requisição.

5.2.4. O fornecimento do combustível ocorrerá em horário comercial, de segunda a sexta feira e excepcionalmente aos sábados, domingos e feriados a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço, nos veículos oficiais, principalmente da Secretaria Municipal de Saúde.

5.2.5. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para as secretarias e elementos de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo.
Gabinete do Prefeito;
Secretaria Chefe de Gabinete;
Secretaria do Escritório de Representação em Cuiabá;
Secretaria Municipal de Finanças e orçamentos – Departamento de Tributação
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital;
Secretaria Municipal de Saúde – UBS;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Ambiental e Sanitária;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Assistência Social – Conselho tutelar;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Transporte Escolar;
Secretaria Municipal de Infraestrutura – Setor de Obras;

Secretaria Municipal de Infraestrutura – Setor de Urbanismo;
Secretaria Municipal de Infraestrutura – Departamento de Água e Esgoto;
Secretaria Municipal de Agric., Meio Ambiente, Ind. e Com. – Gabinete Secretario;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº 024/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DOS FISCAIS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Patrícia Jamariqueli Castilho – Secretaria Municipal de Saúde;

II - Selma de Araújo Amorim – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;

III - Melissa Raimundi Rodrigues – Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, Finanças e Orçamento, Assistência Social, Trabalho e Cidadania, Agricultura, Meio Ambiente, Industria e Comercio.

IIII - Marcos Bertinati – Secretaria Municipal de Infraestrutura.

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA CARONA

18.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

19. DO FORO

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 06 de novembro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

Jair Pereira Duarte e Cia Ltda – EPP

CNPJ: 01.169.309/0001-72

Ermides Braun

Fornecedor/Signatário

MELISSA RAIMUNDI RODRIGUES

Fiscal de Contrato

Secretaria de Administração

PATRICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Fiscal de Contrato

Secretaria de Saúde

SELMA DE ARAÚJO AMORIM

Fiscal de Contrato

Secretaria de Educação

Marcos Bertinati

Fiscal de Contrato

Secretaria de Infraestrutura

SIMONI BERGAMASCHI DA FONSECA

OAB – MT 5810

Assessoria Jurídica Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 133/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da CIRG sob o nº e CPF/MF sob o n.º ., doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Ampla Distribuidora De Medicamentos E Materiais Hospitalares Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 33.472.974/0001-27.**, e **Inscrição Estadual n.º 07.913.705/001-62** estabelecida a ST SGCV (ST GARAGENS E CONCES DE VEICULOS) BLOCO C LOTE, n.º15 bairro ZONA INDUSTRIAL (GUARA) ., cidade de Brasília - DF, e-mail: licitacao@amplamedicamentos.com.br e telefone de contato (61) 3546-6904, neste ato representada pelo Sr. **Michael Jefferson Lima Dos Santos** , portador do **CIRG n.º 2184184 SSP/PI** e **CPF n.º 956.632.663-72** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
30	041919	0000660	SORO - SOLUCAO GLICOFISIOLOGICA, SORO GLICOFISOLOGICO, CONCENTRAÇÃO 1:1, BOLSA DE 500 ML.	1000	Unid.	Jp farma	5,350	5.350,000
59	055229	00010598	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO GLICOSADO 5% 250 ML, PARA APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, COM ALCA DE SUSTENTACAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO. FRASCO DE 250 ML.	600	Unid.	Jp farma	3,990	2.394,000
60	055228	0007324	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO RINGER LACTATO, SOLUCAO PARA INFUSAO INTRAVENOSA, COM 500 ML.	5.000	Unid.	Jp farma	6,360	31.800,000
				TOTAL		**R$ 39.544,000**		
(Trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e quatro reais)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

AMPLA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 33.472.974/0001-27

Michael Jefferson Lima Dos Santos

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 134/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 03.652.030/0001-70**., e **Inscrição Estadual n.º 1700004449** estabelecida a Rodovia BR-480., n.º 795, bairro Centro, cidade de Barão de Cotegipe - RS, e-mail medicamentos@centermedi.com.br e telefone de contato (54) 3523-2700, neste ato representada pelo Sr. **Edivar Szymanski**, portador do **CIRG n.º 5051132966 SJS/II RS** e **CPF n.º 670.481.290-34** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
13	052255	307969-4	CLOPIDOGREL, BISSULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	1.000	Unid.	Biolab	0,330	330,00
15	052764	306993-1	COLAGENASE + CLORANFENICOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,6 UI/G + 0,01 G/G RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA POMADA, FORMA DE APRESENTACAO TUBO, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	400	Unid.	Cristalia	12,789	5.115,600
17	055221	320138-4	DICLOFENACO DIETILAMONIO -CONCENTRACAO/DOSAGEM 11,6 MG/G, FORMA FARMACEUTICA GEL, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA 60G, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA.	150	Unid.	Cimed	3,749	562,350

46	052849	171559-3	OLEO DE GIRASSOL - LIQUIDO AMARELADO, LIMPIDO E TRANSPARENTE, FRASCO DE 200 ML.	300	Unid.	Hadassah	5,489	1.646,700
50	057748	340909-0	ROSUVASTATINA CALCICA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	10.000	Unid.	Pharlab	0,299	2.990,000
				TOTAL		**R$ 10.644,650**		
(Dez mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Edivar Szymanski

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 135/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **CMH - Central De Medicamentos Hospitalares**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 23.228.076/0001-74**., e **Inscrição Estadual n.º 907.03460-76** estabelecida a Rua Mário Clapier Urbinatti., n.º 1434, bairro Jardim Canadá., cidade de Maringá - PR , e-mail licitacao@cmhfarmaceutica.com.br e telefone de contato 44-3255-3774, neste ato representada pelo Sr.**Leandro Rossoni**, portador do **CIRG n.º 99277335 SESP/PR** e **CPF n.º 068.074.369-39** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.

666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
5	052714	306599-5	AMICACINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 2 ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	300	Unid	Teuto	5,750	1.725,000
6	052715	00038674	AMILORIDA + CLORTALIDONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG + 25 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	12.000	Unid	Supera	1,089	13.068,000
14	052562	318849-3	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 20 ML, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	60	Unid	Sanofi	9,269	556,140
36	055213	311705-7	LEVOFLOXACINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU FRASCO 100 ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	150	Unid	Cristalia	14,160	2.124,000
37	052641	331078-7	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PERCUTÂNEA OU PARENTERAL. AMPOLA 20 MILILITRO.	120	Unid	Hypo Farma	5,854	702,480
40	055236	349814-0	METILFENIDATO, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 30 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA DE LIBERACAO PROLONGADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	5.000	Unid	Novartis	9,820	49.100,000
62	052700	00021088	SULFATO DE MAGNÉSIO - SULFATO DE MAGNÉSIO 50% CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM AMPOLA, VIA INTRAVENOSA.	200	Unid	Isofarma	7,989	1.597,800
				TOTAL		**R$ 68.873,420**		
(Sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e três e quarenta e dois centavos)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

CNPJ: 23.228.076/0001-74

Leandro Rossoni

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 142/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Maêve Produtos Hospitalares Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **09.034.672/0001-92** ., e Inscrição Estadual n.º **10.416.812-9** estabelecida a Rua 13, n.º S/N, bairro POLO EMPRESARIAL GOIAS - ETAPA IV., cidade de Aparecida de Goiania – GO, e-mail: licitacao3@maevehospitalar e telefone de contato (62) 3565-1038, neste ato representada pelo **Sr. Tomaz Lobo de Melo Fernandez, portador do CIRG n.º 04566769 DGPC/GO e CPF n.º 036.323.11-02** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
55	052872	359550-1	RIVAROXABANA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	30.000	Unid	União Química	0,500	15.000,000
				TOTAL		**R$ 15.000,000**		
(Quinze mil reais)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

MAÊVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 09.034.672/0001-92

Tomaz Lobo de Melo Fernandez

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 136/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Distribuidora De Medicamentos Backes Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 25.279. 552/0001-01**., e **Inscrição Estadual n.º 90727249-49** estabelecida a Rua Paraíba., n.º 856, bairro Centro., cidade de Ouro Verde Do Oeste - PR, e-mail dellydistribuidora@gmail.com e telefone de contato (45) 3251-1461, neste ato representada pelo Sr. **Maicon Uilians Backes**, portador do **CIRG n. º 75934106 SESP/PR** e **CPF n.º 040.825.149-29** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
2	054605	322361-2	ACETILCISTEINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA DE FARMACÊUTICO XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO DE 120 ML, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	300	Unid	Natu Bras	5,488	1. 646,400
7	045244	309750-1	AMINOFILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	10. 000	Unid	Hipo Labor	0,056	560,000
26	055217	318155-3	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO + FOSFATO DE SODIO DIBASICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,16 G/ML + 0,06 G/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 130 MILILITRO, VIA DE ADMINISTRACAO RETAL.	50	Unid	Airela	6,839	341,950

27	041902	0008362	GENTAMICINA - GENTAMICINA - 80MG, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2 ML, INTRAVENOSA	200	Unid	Hipo Labor	1,313	262,600
29	057800	0007315	GLICEROL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2,3 G, FORMA DE APRESENTACAO SUPOSITORIO.	300	Unid	Brasterapica	2,000	600,000
33	055234	308872-3	LACTULOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 667 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 120 MILILITRO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	150	Unid	May Ben	4,604	690,600
47	052854	0001179	PASTA D ÁGUA, ASSOCIADA COM OXIDO DE ZINCO 50%, FORMA FARMACÊUTICA POMADA, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO 100G, VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	50	Unid	Uni Phar	8,000	400,000
48	055218	334041-4	PIPERACILINA SODICA + TAZOBACTAM SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 G + 500 MG RESPECTIVAMENTE + EDETATO DISSODICO DIIDRATO (EDTA), FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA.	300	Unid	Mylan	15,375	4.612,500
49	055232	309391-3	RETINOL, ACETATO + AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM (10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG) /G RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACÊUTICA POMADA OFTÁLMICA, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA 3,500 GRAMA, VIA DE ADMINISTRACAO OFTALMICA.	30	Unid	Cristalia	13,750	412,500
54	052866	0008534	RISPERIDONA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 1 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO 30 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	50	Unid	Prati	10,706	535,300
64	055235	0002956	SUPLEMENTO ALIMENTAR - COMPOSTO DE OMEGA 3, CONCENTRACAO DE 1000 MG, FORMA FARMACEUTICA: CAPSULAS GELATINOSAS, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	2.200	Unid	Neoquimica	0,470	1.034,000
71	052868	320041-8	"RISPERIDONA CONCENTRAÇÃO DOSAGEM 2 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL"	5.000	Unid	Prati	0,170	850,000
				TOTAL		**R$ 11.945,850**		
(Onze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA.

CNPJ: 25.279.552/0001-01

Maicon Uilians Backes

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 137/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Farmamed Comercio De Medicamentos Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 37.714. 493/0001-31**., e **Inscrição Estadual n.º 90853500-61** estabelecida a Avenida Bandeirante, n.º 299, bairro Vila Ipiranga, cidade de Londrina - PR, e-mail admfarmamed@outlook.com e telefone de contato (43) 9 9996-0708, neste ato representada pela Sra. **Sheila Rodrigues Sampaio**, portadora do **CIRG n.º 38442309 SSP/PR** e **CPF n.º 642.421.619-72** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
51	057749	383137-0	ROSUVASTATINA CALCICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	6.000	Unid	Althaia	2,500	15.000,000
				TOTAL		**R$ 15.000,000**		
(Quinze mil reais)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 37.714.493/0001-31

Sheila Rodrigues Sampaio

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 138/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 022/2023

PROCESSO LICITATORIO 030/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 503.521.641-15**, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **FIA Comercio De Produtos Hospitalares Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 40.724.582/0001-73**., e **Inscrição Estadual n.º 90879188-63** estabelecida a Avenida Guaiapo., n.º 912, bairro Jardim Campos Elisios., cidade de Maringá - PR, e-mail licitacao@fiamed.com.br e telefone de contato (44) 3801-1228, neste ato representada pela Sra. **Nayara Cardoso Thome**, portadora do **CIRG n. º7.799.968-0 SESP/PR** e **CPF n.º 046.779.299-20** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Interno	Cód. TCE	Descrição dos produtos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total
20	055237	00063660	DIVALPROATO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 125 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	3.000	Unid	Abbott	1,660	4.980,000
24	052596	316821-2	FENOBARBITAL - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA 1 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	300	Unid	Teuto	2,200	660,000
63	052702	320044-2	SULFATO FERROSO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	30.000	Unid	Vitamed	0,035	1.050,000
73	057825	21952-5	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50MCG/DOSE, FORMA FARMACEUTICA AEROSSOL, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO+APLICADOR, VIA INTRANASAL.	36	Unid	Glen Mark	33,000	1.188,000
74	057826	71531-0	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 250 MCG/DOSE, FORMA FARMACEUTICA AEROSSOL, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO+APLICADOR, VIA INALATORIA.	36	Unid	Glen Mark	36,900	1.328,400
				TOTAL		**R$ 9.206,400**		
(Nove mil, duzentos e seis reais e quarenta centavos)								

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens ou serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa contratada efetuará a entrega na sede da **Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Kara José, nº 909, Centro na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT,** nos dias e horários

de funcionamento normal do órgão (horário comercial), nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens serão solicitados pelo município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados, observando o seu prazo de validade de mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da entrega e em casos de validades com menos prazo a validade deverá ser de no mínimo 80% de sua vida útil a partir da data de entrega.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para a secretaria e elemento de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo
Secretaria Municipal de Saúde;

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Rafaela Vieira Streg – Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria: 049/2021

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 30 de outubro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 40.724.582/0001-73

Nayara Cardoso Thome

Fornecedora/Signatária

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de ARP

Portaria: 049/2021

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA - FUMPS
DECRETO Nº 072/2023.

"DISPÕE SOBRE REALIZAÇÃO DA PROVA DE VIDA DOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS, NO EXERCÍCIO DE 2023."

Considerando que compete ao NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS à gestão Previdenciária dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte;

Considerando que a Prova de Vida é essencial para atualização de dados cadastrais e evitar fraudes e pagamentos indevidos dos benefícios Previdenciários e por isso deve ocorrer periodicamente;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, nos termos deste Decreto, as normas e procedimentos para a realização da Prova de Vida abrangendo todos os aposentados e pensionistas do NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS.

Parágrafo Único - A Prova de Vida de que trata o *caput* deverá ser realizado em período não superior a 30 (trinta) dias, que ocorrerá no período de **07/11/2023 a 07/12/2023**, por meio do aplicativo MEU RPPS.

Art. 2ª Entende-se por Prova de Vida o procedimento administrativo, de caráter obrigatório para inativos e pensionistas, que consiste na atualização do cadastro para comprovação de que o beneficiário se encontra apto à manutenção do recebimento do benefício.

Art. 3º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - inativos: os segurados aposentados do FUMPS, em gozo de benefício de aposentadoria;

II - Pensionistas: os beneficiários de pensão decorrente do falecimento dos segurados do FUMPS.

Art. 4º Para a realização da Prova de Vida será obrigatória apresentação de um documentos de identificação com foto sendo RG ou CNH, uma foto facial capturada instantaneamente, e atestado de vida e residência dos pensionistas. Fica aprovado o modelo constante neste Decreto (anexo I e II).

Parágrafo único. O beneficiário que possuir mais de um benefício Previdenciário deverá realizar a Prova de Vida uma única vez.

Art. 5º A comprovação da Prova de Vida ocorrerá da seguinte forma:

I - o beneficiário deverá instalar o aplicativo MEU RPPS, disponível na loja de aplicativos do smartphone Android e iOS;

II - ao acessar o aplicativo, deve selecionar o estado "MATO GROSSO", cidade "NOVO HORIZONTE DO NORTE" e após, selecionar o instituto "-FUMPS";

III - para acessar o aplicativo, o beneficiário poderá utilizar o mesmo usuário e senha do Portal do Segurado do NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS, vinculado ao site da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT ou clicar no botão "NÃO SOU CADASTRADO" e criar novo acesso;

IV - após entrar no aplicativo, deve abrir o menu "PROVA DE VIDA";

V - no campo "TIPO DE DOCUMENTO" deve ser identificado a orientação do documento a ser encaminhado, frente ou verso. Após selecionar o arquivo é apresentada a possibilidade de capturar a foto de um documento, ou buscar um documento já salvo na galeria;

VI - ao selecionar a opção de galeria, o beneficiário deve anexar o arquivo com a frente do documento de identificação. Repita a ação, para anexar o arquivo com o verso do documento de identificação;

VII - após anexar o documento oficial frente e verso, é disponibilizado o botão "AVANÇAR" para ir para próxima etapa;

VIII - na tela seguinte é apresentado um botão para abrir a câmera. Neste procedimento o beneficiário deve capturar uma foto para validação facial;

IX - o beneficiário deve capturar uma foto com o rosto para frente da câmera, focando do ombro para cima, não podendo estar usando boné, chapéu, óculos solares, máscara de proteção e adereços que atrapalhem a visualização do rosto. O ambiente deve possuir boa luminosidade;

X - após capturar a foto, será apresentada uma tela solicitando a confirmação do procedimento, informando que a Prova de Vida será encaminhado para avaliação;

XI - o beneficiário deve acompanhar no aplicativo a avaliação da Prova de Vida;

XII – Fica condicionado para validação da Prova de Vida dos **pensionistas** a apresentação do atestado de vida e residência, constante no anexo (I e II) deste Decreto nas dependências do NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS, localizado na Rua augusto de Souza, n° 171, Centro, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h15min , **ou** por meios eletrônicos nos seguintes canais: e-mail fumpsnhn@gmail.com ou no telefone/whatsapp (66) 98128-7930, no prazo estabelecido no Parágrafo único, do Art. 4º deste Decreto;

XIII - a validação será automática quando houver similaridade das informações encaminhadas maior ou igual a 70%, quando será apresentada mensagem de confirmação final;

XIV - quando houver similaridade inferior a 70%, o prazo para avaliação pelo NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS será de até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser validada ou não, quando será apresentada mensagem de confirmação final;

XV - não validado a Prova de Vida, o beneficiário deverá refazer o procedimento.

Art. 6º Decorridos 30 (trinta) dias após a finalização do prazo estabelecido para realização da Prova de Vida, o NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS publicará no Diário Oficial do Estado, a relação dos que não realizaram o procedimento, e que terão suspenso o pagamento do benefício.

Parágrafo único. Com a reativação do benefício suspenso, será efetuado o pagamento de todo os retroativos, processado no mês subsequente a realização da Prova de Vida, obedecendo ao cronograma da Gerência de Folha de Pagamento de Benefícios do NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS.

Art. 7º A Prova de Vida é de caráter pessoal, e só pode ser feita pelo inativo e pensionista, salvo nas hipóteses em que houver impossibilidade médica ou que cumpram reclusão penal.

§1º Nas hipóteses do caput deste artigo, caberá ao representante do beneficiário, realizar a comprovação de vida, observados os seguintes procedimentos:

I - daqueles com impossibilidade médica, será exigida declaração específica, a qual deverá ser expedida em papel timbrado da rede pública ou privada, constando identificação do médico por meio de carimbo com número do CRM, atestando a impossibilidade de realização pessoal da Prova de Vida.

II - aos que cumprem reclusão penal, será exigido a apresentação do atestado de permanência carcerária ou declaração de cárcere, a ser validado pelo diretor da unidade penal, onde o custodiado encontra-se recolhido, identificando local e data.

§2º O representante do beneficiário, que assim o declare, deverá protocolar na sede do NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS os documentos originais dispostos nos incisos I e II, do §1º deste artigo, acompanhados de cópia do documento de identificação com foto, do beneficiário e do representante.

Art. 8º Eventuais taxas, custas e outras despesas decorrentes das disposições deste Decreto ocorrerão, exclusivamente, por conta dos beneficiários.

Art. 9º O NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS, promoverá o suporte aos segurados à realização da Prova de Vida de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min, nos canais de atendimento:

I - E-mail fumpsnhn@gmail.com ou no telefone/whatsapp (66) (66) 98128-7930;

II - Nas dependências do NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS, localizado Rua augusto de Souza, n° 171, Centro, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h15min.

Art. 10º O NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS, por meio da Gestor, acompanhará a efetivação de todo o procedimento, onde será emitido os relatórios detalhados, bem como adotará todas as medidas cabíveis para assegurar a manutenção do benefício.

Art. 11º A organização/execução/validação da Prova de Vida, está sobre responsabilidade do Gestor deste Instituto e da Supervisão do NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS.

Art. 12º Havendo necessidade, o período de realização da Prova de Vida, poderá ser prorrogado, extensivo, também, à aplicação da penalidade de suspensão do pagamento do benefício.

Art. 13º Fica o Secretário de Administração/Gestor do RPPS autorizado a expedir os atos normativos complementares que venham a ser necessários à plena execução deste Decreto.

Art. 14º Os casos omissos serão resolvidos pelo GESTOR do NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS.

Art. 15º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT07 de novembro de 2.023.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VIDA E RESIDÊNCIA

PENSIONISTAS COM MAIORIDADE CIVIL

(nome do pensionista), portador do CPF, e RG nº expedido por (órgão expedidor), DECLARO para fins de realização da Prova de Vida junto ao NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS , que vivo e resido à (nome do logradouro), nº., complemento, bairro, Cidade, unidade da Federação, Telefone/Celular ( ) _____, e-mail _____.

Declaro, sob as penas da lei, que são verdadeiras e completas as informações prestadas neste documento.

Ciente, firmo o presente em uma única via.

, / /2023.

(Local e data)

(nome e Assinatura)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE VIDA E RESIDÊNCIA

PENSIONISTAS COM MENORIDADE CIVIL

(nome do pensionista menor), portador do CPF, e RG nº expedido por (órgão expedidor), pensionista vinculado ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de NOVO HORIZONTE DO NORTE-NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS, neste ato representado (a) por seu (a) (nome do representante legal), portador do CPF, e RG nº expedido por (órgão expedidor), residente e domiciliado (nome do logradouro), nº., complemento, bairro, Cidade, unidade da Federação, DECLARO para fins de realização da Prova de Vida junto ao NOVO HORIZONTE DO NORTE-FUMPS, que o pensionista supracitado está vivo(a) e reside na (nome do logradouro), nº., complemento, bairro, Cidade, unidade da Federação, Telefone/Celular ( ) _____, e-mail _____.

Declaro, sob as penas da lei, que são verdadeiras e completas as informações prestadas neste documento.

Ciente, firmo o presente em uma única via.

, / /2023.

(Local e data)

(Nome e Assinatura do Representante Legal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2023

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial nº 025/2023"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 14h00min do dia 07 de novembro de 2023, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E TENDAS, A SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedor do citado certame o seguinte licitante: **APARECIDO DE LIMA LTDA**inscrita no **CNPJ- 00.082.748/0001-80,** com o valor de R$ **29.975,00** (Vinte e nove mil novecentos e setenta e cinco reais)**.** Assim por ter apresentado proposta com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarado vencedor.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 07 de novembro de 2023.

Rose Marlei Blotz

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
ERRATA DE RETIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 05/2023

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 388/2022, de 02/12/2022, torna público aos interessados que houve erro formal na publicação do AVISO DE RETIFICAÇÃO relacionado ao processo 117/2023, INEXIGIBILIDADE 05/2023 que segue:

Onde se lê:

a Contratação da empresa **Omega Gestão Educacional Ltda** inscrito no CNPJ: 09.113.823/0001-06

Leia-se:

a Contratação da empresa **Omega Gestão Educacional Ltda** inscrito no CNPJ: 17.468.557/0001-54

Novo Mundo, MT, 07 de novembro de 2023.

Rose Marlei Blotz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2023

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, torne público, para conhecimento, que a licitação na modalidade Chamada Pública nº 01/2023, Processo nº 91/2023 para **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM,** Realizada em 07 de novembro/2023 às 08:00hs (Brasília) foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame. **INFORMAÇÕES:** Os interessados poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, pelo fone: **TELEFONE:** (0**66)3479-1158, e Email: **licitacao@novosaojoaquim.mt.gov.br.**

Novo São Joaquim - MT, 07 de novembro de 2023.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES – Presidente da CPL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2023

PROCESSO Nº 97/2023

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, torna público resultado do Pregão Presencial nº 28/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRURGICOS DE ORTOPEDIA A SEREM PRESTADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL MARIA DOLORES T. JORDÃO NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, sagrando vencedoras a empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT/ ITENS	VALOR TOTAL
IMEDIATA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	30.987.969/ 0001-69	01	R$ 210. 000,00

Os autos do Processo Licitatório encontram-se à disposição na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT.

Novo São Joaquim-MT, 08 de novembro de 2023.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 420/2023 DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA N° 420/2023 DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 – Promover o(a) servidor (a) **LUCIANA RODRIGUES GALDINO –** RECEPCIONISTA,daClasse C4 para C5;

2 – Promover o(a) servidor (a) **MARINA APARECIDA RODRIGUES DE AGUIAR –** AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA I**, da**Classe C4 para C5;

3 – Promover o(a) servidor (a) **REMY CARVALHO REZENDE –** AGENTE ADMINISTRATIVO I**, da**Classe C4 para C5;

4 – Promover o(a) servidor (a) **SIGNEY FRANCISCO DOS SANTOS –** AGENTE ADMINISTRATIVO I**, da**Classe C4 para C5;

5 – Promover o(a) servidor (a) **FRANCISCA LUCIENE FEITOSA –** TECNICO EM ENFERMAGEM**, da**Classe C4 para C5;

6 - Promover o(a) servidor (a) **VANDERLEI SOUSA MADUREIRA –** TECNICO EM ENFERMAGEM**, da**Classe C4 para C5;

7 - Promover o(a) servidor (a) **DARLENE ANTONIA FARIA ARRUDA –** ENFERMEIRO PADRAO**,** daClasse C4 para C5;

.

8 - Promover o(a) servidor (a) **IVANIA MARIA DE OLIVEIRA –** TECNICO EM ENFERMAGEM**, da**Classe C4 para C5;

9 - Promover o(a) servidor (a) **EDSON BARBOSA DOMINGOS -** MOTORISTA VEICULO PESADO**,** daClasse C4 para C5;

10 - Promover o(a) servidor (a) **IZAIL PEREIRA DA SILVA –** AG SERVICOS GERAIS**,** daClasse C3 para C4;

11 - Promover o(a) servidor (a) **LUCI MAYUMI SATO –** CIRURGIAO DENTISTA**, da**Classe C8 para C9;

12 - Promover o(a) servidor (a) **FERNANDA ONORIO DA SILVA –** ENFERMEIRO PADRAO**, da**Classe B2 para C3;

13 - Conceder conforme o Estatuto do Servidor Público Lei n° 24/97 Licença Maternidade para a servidora **DAIANE DO NASCIMENTO OSORIO -** TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II(CONTRATADO) **-** a partir de 24/10/2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 16 de outubro de 2023.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 16 de outubro de 2023.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2654/2023.

LEI Nº 2654/2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL O CANCELAMENTO DOS SALDOS DOS EMPENHOS EXISTENTES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS, RELATIVO AO PERÍODO DE 2012 A 2018, DEVIDO A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado o cancelamento dos saldos dos empenhos existentes inscritos em restos a pagar processados, relativo ao período de 2016 a 2018, devido a prescrição quinquenal.

Parágrafo Único. Todo e quaisquer Restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados, poderão ser bloqueados pelo executivo Municipal em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Município.

ARTIGO 2º - Todo e qualquer pagamento que vier a ser reclamado, devidamente, inscrito em restos a pagar do exercício financeiro de 2016 a 2018, ora cancelado, se legais e reais poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 06 de novembro de 2023.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2023.

Processo: Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 18/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: ÁGUAS DE SANTIAGO LTDA CNPJ 19.083.545/0001-37.

Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Fornecimento e Distribuição de Água Potável na Comunidade de Santiago do Norte, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT.** Em conformidade com o Artigo 25, Inciso I da lei 8.666/93.

Do valor mensal R$ 4.500,00 (quatro mil, quinhentos reais)

Do valor total R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Do prazo do contrato: 31/10/2023 até o dia 31/10/2024.

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	999274	Fornecimento de Água Potável – E. M. C. Alcides Visone	MES	12	R$ 4.500,00	R$ 54.000,00

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 379 de 11 de setembro de 2023,** a servidora **Rosalina Martins Souza** – Matricula: 2239 e **Rosineya Araújo Mazutti Ferreira** matricula 7701, lotadas e representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 31 de outubro de 2023.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2023.

Processo: Processo de Dispensa de Licitação nº 34/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: DOUGLAS SILVA RODRIGUES - MEI CNPJ 30.734.559/0001-06.

Objeto: **Contratação de Empresa Especializada em Aquisição de Câmeras de Monitoramento, da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, do Município de Paranatinga- MT, fulcro no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.**

Do valor total R$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).

Do prazo do contrato: 01/11/2023 até o dia 01/03/2024.

Item	Código	Descrição	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	999278	CÂMERA IM7 FULL COLOR / INTELBRAS COM CARTÃO DE MEMÓRIA 65 GB	6	R$ 1.330,00	R$ 7.980,00

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 379 de 11 de setembro de 2023,** a servidora **Valquíria Rodrigues de Almeida –** Matricula: 2241 e **Ângela Maria dos Santos Dias** matricula 5713, lotadas e representando a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 01 de novembro de 2023.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 142/2022

Processo: Pregão Presencial nº 50/2022.

Contrato: nº 142/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: ALEX SANDRO WERNER - ME CNPJ 15.112.274/0001-40.

01. CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. OBJETO: Constitui Objeto da presente licitação a Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Transporte Escolar com veículos devidamente adaptados e licenciados pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran)** para transportar alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

02. CLAUSULA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO (CONTRATO Nº 142/2022):

2.1. Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 50/2022 - DA CLÁUSULA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA **-** Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023, a Administração realiza-se o presente o **Primeiro Termo de Apostilamento**, cujo objetivo é inclusão de dotação orçamentaria, prevista no instrumento contratual inicial, atendendo as necessidades específica dos quantitativos e especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital, conforme requisição da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Paranatinga/MT, referente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

2.1.1. ALTERAÇÃO/EXCLUIR/CANCELAMENTO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06.002.12.361.0005.2.039.- Manutenção do Transporte Escolar.

Reduzido (391) - 15990000 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

VALOR R$ 81.534,60 (oitenta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

2.1.1.1. ALTERAÇÃO/INCLUIR/ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06.002.12.361.0005.2.039.- Manutenção do Transporte Escolar.

Reduzido (389) - 15001001 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

VALOR R$ 81.534,60 (oitenta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

PARAGRAFO ÚNICO: O custeio da despesa conforme previsão orçamentária decorrente o objeto do presente Contrato, conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital, mediante este Termo de Apostilamento nº 1, da clausula contratual – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA – (**CONTRATO Nº 142/2022)**, passam a ter a inclusão da nova dotação orçamentária descriminada neste processo, para custeio das despesas conforme objeto.

03. CLAUSULA TERCEIRA - DO EMPENHO E VALOR:

3.1. O valor do presente termo referente ao saldo do contrato citado a ser empenhado na rubrica orçamentaria inclusa – Cód. Red. (389), será realizado na mesma data do cancelamento do saldo do empenho da dotação orçamentaria – Cód. Red. (391), de igual teor de valor empenhado e cancelado, na data da publicação deste TERMO DE APOSTILAMENTO.

04. CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO:

4.1. A vigência deste Termo refere-se da data da publicação do 1º TERMO DE APOSTILAMENTO até a data de vigência 20/09/2024 - em caso de renovação do contrato conforme solicitação e de interesse público, mediante termo aditivo mantem se vinculado a dotação inclusa vinculado aos **(CONTRATO Nº 142/2022).**

05. CLAUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO:

5.1. As demais clausulas constantes no **(CONTRATO Nº 142/2022) - Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 50/2022,** permanecem inalterados. O disposto no presente Primeiro Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante vinculado ao Contrato acima mencionado.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 30 de outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: MARIA INES ARCELI, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA NO CNPJ Nº 16.368.535/0001-50.	
MODALIDADE: PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2022.	**DATA: 06/11/2023.**

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo o acréscimo de 25% do quantitativo inicialmente pactuado no contrato original, motivado por necessidade e interesse da Administração:
DA ALTERAÇÃO: A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover a considerando a justificativa apresentada por meio do Ofício nº 165/2023/SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, ao qual solicita o aditivo de 25% dos itens do contrato nº 132/2022.

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADOAUTOVIA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.539.547/0001-72	
MODALIDADE: PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2022.	**DATA: 10/09/2023.**
DO OBJETO: Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato nº 121/2022, previsto no Item 3.1 da Vigência, á partir de **23/09/2023** estendendo-se até **23/09/2024**.	
DA ALTERAÇÃO: A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover a prorrogação em caráter excepcional conforme a Lei 8.666/93.	

RESOLUÇÃO Nº. 028/2023/CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a **Lei Municipal nº 408/2005**;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República, que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde - SUS; considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 198 da Constituição Federal;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal e Saúde de Pedra Preta - CMS/PP;

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde em sua reunião Extraordinária, realizado no dia 06 de novembro de 2023, as 16:00h, registrados no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 408/2005.

Resolve:

ART. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do 2º Quadrimestre, **em reunião Extraordinária realizada no dia 06 de novembro de 2023, a Plenária deste Conselho Municipal de Saúde decidiu pela aprovação por Unanimidade.**

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Pedra Preta, 07 de novembro de 2023.

Ivany de Lima Polga

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

PEDRA PRETA/MT

RESOLUÇÃO Nº. 030/2023/CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a **Lei Municipal nº 408/2005**;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República, que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde - SUS; considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 198 da Constituição Federal;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal e Saúde de Pedra Preta - CMS/PP;

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde em sua reunião Extraordinária, realizado no dia 06 de novembro de 2023, as 16:00h, registrados no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 408/2005.

Resolve:

ART. 1º - Aprovar Termo de Aplicação para uso de recurso proveniente da Portaria nº 933/2021/GBESES, no valor R$ 33.000,00 para Centro de Reabilitação Fisioterapia.

Item	Código /Descrição	UND	QTDE
01	TENS e FES – Aparelho microprocessador de TENS e FES com 04 canais, intensidade em torno de 120 MA+/-5% programação TENS operação contínua, FES operação automática, TENS no modos norma, modulado e BURST,FES com controle de ON TIME, Decay, largura de pulso e frequência, alimentação 220 V-60 HZ, com 08 eletrodos, 04 cabos de saída e temporizador programável de 01 a 60 minutos, acompanha manuais e instalação, garantia mínima de 01 (um) ano, assistência técnica, registro no ministério da saúde;	Und.	04
02	Ultrassom contínuo pulsátil – para uso em fisioterapia, tela LCD, modo de emissão operação contínuo e pulsado, frequência de 1 e 3 MHZ;	Und.	04
03	Bicicleta ergométrica – em material resistente, na cor preta, eletromagnética vertical, tipo eletromagnética, vertical painel com iluminação de fundo, rodas para facilitar o transporte, monitoramento velocidade (Km/h), potência (Watts) RPM, nível de carga (KPM) calorias queimadas, tempo, distância, pulsação e batimentos cardíacos, assento ergonômico com mola, cor preta, capacidade para até 120 kilos de carga;	Und.	02
04	Mesa para exame/ tratamento- tipo tablado de madeira para fisioterapia, envernizada natural, com leito fixo, estofado de espuma de alta densidade revestido em courinin na cor azul noturno, dimensões aproximadas: 1800 X1500 X 500 MM (CXLXA), garantia de 01 (um) ano para peças e serviços assistência técnica autorizada em Mato grosso registro do equipamento e ou cadastro de isenção junto a Anvisa;	Und.	02

05	Aparelho de raios infravermelho com potência de 500 WATTS, haste flexível, refletor em alumínio polido com grade protetora, alimentação: 110 VONTS, 60 HZ, inclui: manual, e garantia de 01 (um) ano;	Und.	06
06	Laser para acupuntura e fisioterapia – tipo Laser pulse (Bramed)- aparelho para tratamento fisioterapêutico, microcontrolado de laser terapêutico de baixa potência, constituído de 02 (duas) canetas sendo 01 (uma) caneta de 830 NM de diodo contínuo e pulsado (profundo) e 01 (uma) de 630 NM, 01 (uma) caneta 660 NM e 02 (dois) óculos, sendo um para cada caneta, manuais, garantia, assistência técnica local, treinamento, instalação;	Und.	02
07	Computador completo; especificações: placa mãe; intel; processador: intel core I5, modelo do processador: intel core I5 11 geração, Chipset: intel, memória de vídeo: 2 GB, memória RAM: 8 G, SSD: 240 GB, mouse: Gamer, teclado: Gamer, rede: rede Gigabit 10/100/1000, som: áudio HD 5.1 canais, cor: preto, voltagem: Bivolt, monitor: monitor 75 HZ HDMI 21.5, kit computador	Und	01

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, Cumpra-se**.**

Pedra Preta, 07 de novembro de 2023.

Ivany de Lima Polga

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

PEDRA PRETA/MT

RESOLUÇÃO Nº 029/2023/CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a **Lei Municipal nº 408/2005**;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República, que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde - SUS; considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 198 da Constituição Federal;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal e Saúde de Pedra Preta - CMS/PP;

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde em sua reunião Extraordinária, realizado no dia 06 de novembro de 2023, as 16:00h, registrados no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 408/2005.

Resolve:

ART. 1º - Aprovar a Proposta com o Objeto: Recursos Financeiros para Incremento de Custeio da Saúde, no valor de R$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), Cofinanciamento Estadual**, a Plenária deste Conselho Municipal de Saúde decidiu pela aprovação por Unanimidade.**

Dessa forma, os recursos de que se tratam esse plano de ação serão utilizados em prioridade para:

Combustível;

Oxigênio;

Energia, linha telefônica;

Internação Compulsória;

Aquisição de peças e Mão de Obra/Gerenciamento de frotas;

Medicação Judicializada;

Aquisição de telefones celulares e manutenção das linhas para as Unidades Básicas, Secretaria de Saúde, Conselho de Saúde, Central de Regulação, Caps, Ament, Fisioterapia e Hospital;

Materiais Odontológicos.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, Cumpra-se**.**

Pedra Preta, 07 de novembro de 2023.

Ivany de Lima Polga

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

PEDRA PRETA/MT

2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: DBR FERREIRA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 32.089.865/0001-62	
MODALIDADE: pregão eletronico Nº 33/2021.	**DATA:** 06/11/2023
DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo o acréscimo de 25% do quantitativo inicialmente pactuado no contrato original, motivado por necessidade e interesse da Administração:	
DA ALTERAÇÃO: A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover a considerando a justificativa apresentada por meio do Ofício nº 166/2023/SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, ao qual solicita o aditivo de 25% dos itens do contrato nº 133/2022.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 2106 DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **AMANDA CAROLINE FARIAS DE SOUSA,** matrícula **Nº 8487 (fiscal titular) e MARCELO HENRIQUE LIMA CORREIA,** matrícula **Nº 1392 (fiscal suplente)** representantes do Gabinete do Prefeito, para atuarem como fiscais do Contrato de nº **247/2023**, referente a contratação da empresa: **INOVALLY – INOVAÇÃO TECNOLÓGICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita noCNPJ sob o n° **07.523.075/0001-04**, localizada Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020, Alphavile Centro Industrial e Empresarial, Barueri/SP, CEP 06454-000,referente a **"ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº220/2022, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº042/2022 DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, INTELIGÊNCIA DE DADOS, GESTÃO E DIGITALIZAÇÃO DE ARQUIVOS E DOCUMENTOS, EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 25 de outubro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 2107 DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **LENILTON MARDINE NETO,** matrícula **Nº 8480 (fiscal titular) e GLEYVIA SILVINO DA SILVA,** matrícula **Nº 7572 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Esporte, para atuarem como fiscais do Contrato de nº **248/2023**, referente a contratação da empresa: **WALLACY DELLATESTA**, inscrita no CNPJ sob o Nº **33.166.126/0001-90**, localizada na Rua Ademar de Abreu Filho, nº 26, bairro centro, Quadra 83, Lote 20, CEP: 78515000, Nova Canaã do Norte - MT,vencedora da **Tomada de Preços nº 003/2023**, que tem como objeto o "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CÍVEL PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO BAIRRO AEROPORTO NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 25 de outubro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2023

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 031/2023, Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, **RATIFICOU** a Licitação em epígrafe, para a **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE AULAS DE BALLET NO MODO ONLINE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO".** No valor total de **R$ 10. 264,80 (Dez mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo-MT, Fundamentação Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Peixoto de Azevedo-MT, 07 de novembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal, de Peixoto de Azevedo-MT

PORTARIA Nº 2178, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 2178, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o Princípio da Discricionariedade Administrativa e Interesse Público; e

Considerando o afastamento da Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em decorrência do gozo de licença maternidade, conforme a Portaria n.2.177, de 06 de novembro de 2023,

R E S O L V E :

Art. 1º -**Nomear** Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2023, composta com os seguintes membros abaixo relacionados:

Presidente : Bruno Cenci Silva

Secretário : Juliane Semensate Silva

Membro : Thiago Pereira da Silva

Suplente : Daniel Oliveira Costa

Art. 2º - **Designar**, como **Pregoeiro** e **Equipe de Apoio**, os Servidores:

Pregoeiro: Thiago Pereira da Silva

Pregoeira Suplente: Juliane Semensate Silva

Equipe: Daniel Oliveira Costa

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 06 dias de novembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 040/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 239 de 07 de fevereiro de 2022, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico - SRP nº 040/2023, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 096/2022, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item objetivando**: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UBS/PSF ERINEU DOS SANTOS DO DISTRITO UNIÃO DO NORTE, DE ACORDO COM TERMO DE COMPROMISSO Nº 133/2020, RESOLUÇÃO CIB Nº 139/2015 DE EMENDA PARLAMENTAR E A PORTARIA 204/2020 E TERMO DE REFERÊNCIA".** Início da Sessão será dia **28/11/2023 - Horário: 13:30 horas** (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: das 08:00 horas do dia 10/11/2023 às 12:00 horas do dia 28/11/2023 através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone: (66) 3575-5100 ou na Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 07 de novembro de 2023.

Thiago Pereira da Silva

Pregoeiro

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2023 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2023

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, por intermédio de seu PREGOEIRO OFICIAL, designado pela Portaria Municipal nº 239 de 07 de fevereiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado alteração no Edital de Licitação Pregão Eletrônico - SRP nº 036/2023, com base no que dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 096, de 03/11/2022, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

2. DO OBJETO:

2.1. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LIMPEZA DE FORRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

3. DA RETIFICAÇÃO:

3.1. Fica alterado item **1.3** do Edital, referente a data e hora para o início do recebimento das propostas eletrônicas,conforme segue:

1.3 Período de acolhimento das propostas eletrônicas: **08:00 horas (Horário de Brasília) do dia 08/11/2023** até às **07:00 horas (Horário de Brasília) do dia 22/11/2023**.

4. DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas as demais disposições originárias.

Peixoto de Azevedo MT, 07 de novembro de 2023.

THIAGO PEREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO N° 067/2023

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, torna público o Termo de Rescisão Contratual de distrato amigável do Contrato nº 067/2023, tendo como objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO REFEIÇÃO COMERCIAL NA SEDE DO MUNICÍPIO E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Tendo como contratado, **49.552.765 ANA RAQUEL SANTOS LIRA**, localizada na Rua Ministro Cesar Cals Nº 353, bairro Centro Antigo, neste município de Peixoto de Azevedo-MT.

Peixoto de Azevedo, 17 de outubro de 2023.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO N° 068/2023

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, torna público o Termo de Rescisão Contratual de distrato amigável do Contrato nº 068/2023, tendo como objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO MARMITEX NA SEDE DO MUNICÍPIO E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Tendo como contratado, **49.552.765 ANA RAQUEL SANTOS LIRA**, localizada na Rua Ministro Cesar Cals Nº 353, bairro Centro Antigo, neste município de Peixoto de Azevedo-MT.

Peixoto de Azevedo, 17 de outubro de 2023.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 197/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ANDREA IORIS CONSRUÇÕES EIRELI – ME.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 197/2023,** cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CÍVEL PARA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR PARA COMERCIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 897650/2020/MDR/CAIXA NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato nº 197/2023:

1. Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS UNITÁRIOS**.

1.1. Os preços unitários correspondentes a cada serviço executado e contratado são os constantes, cujas planilhas constituem os anexos integrantes deste instrumento.

1.2 O reequilíbrio fundamenta-se no artigo 65, II "d", 5º da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme previsto na CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO do Contrato 197/2023.

1.3 Fica supresso o valor de **177.247,86 (Cento e setenta e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos)**, justificando

assim, o valor atual do contrato **197/2023** no valor total de **R$ 1.678.599,74 (Um milhão, seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de outubro de 2023.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO – COOPSERV´S.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 131/2022,** cujo objeto é a **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NA MÃO DE OBRA DE APOIO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS E DE APOIO ADMINISTRATIVO DE NATUREZA CONTÍNUA PARA ATENDER AS UNIDADES DA PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

Pelo presente Instrumento fica alterada a seguinte cláusula do **Contrato nº 202/2022.**

1 – Fica alterado a **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** Fica aditivado o prazo, contados a partir do final da vigência, expirando em **01/11/2024.**

2 - CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Fica estipulado entre as partes a renovação do contrato no valor de **R$ 10.329.210,00 (dez milhões trezentos e vinte nove mil, duzentos e dez reais)**, que *serão pagos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela administração.*

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de outubro de 2023.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 197/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ANDREA IORIS CONSRUÇÕES EIRELI – ME.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 197/2023,** cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CÍVEL PARA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR PARA COMERCIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 897650/2020/MDR/CAIXA NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

Pelo presente Instrumento ficam alteradas as seguintes cláusulas do **Contrato nº 197/2023:**

1 – Fica alterado a **CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO:** Fica acrescentado ao valor inicial, o valor de **R$ 124.740,96 (Cento e vinte e quatro mil, setecentos e quarenta reais e noventa e seis centavos),** assim, o contrato passa ao valor total de **R$ 1.803.340,70 (Um milhão, oitocentos e três mil, trezentos e quarenta reais e setenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de outubro de 2023.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 304/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 304/2021,** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE COMPRAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO, E/OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO E COM AS DEVIDAS TRAVAS DE SEGURANÇA, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.**

Pelo presente Instrumento fica alterada a seguinte cláusula do **Contrato nº 304/2021.**

1 - Fica alterado a **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O valor global deste Contrato é de **R$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais). 2 – Fica alterado a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato, contados a partir da data do seu vencimento, expirando em 05/11/2024.**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ANDREA IORIS CONSRUÇÕES EIRELI – ME.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 131/2022,** cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DA CASA DA AÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS".**

Pelo presente Instrumento ficam alteradas as seguintes cláusulas do **Contrato nº 131/2022:**

1 – Fica alterado a **CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES:** O novo prazo de vigência e execução do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento sendo assim, fica estabelecido o novo prazo de vigência expirando em **27/04/2024** e o prazo de execução expirando em **27/03/2024**.

Peixoto de Azevedo-MT, 05 de outubro de 2023.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 037/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 239 de 07 de fevereiro de 2022, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico - SRP nº 037/2023, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 096/2022, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item objetivando**: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS NECESSÁRIOS PARA ATENDER OS PACIENTES USUÁRIOS DO SUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Início da Sessão será dia **27/11/2023 - Horário: 13:30 horas** (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: das 08:00 horas do dia 08/11/2023 às 12:00 horas do dia 27/11/2023 através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone: (66) 3575-5100 ou na Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 07 de novembro de 2023.

Thiago Pereira da Silva

Pregoeiro Oficial

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 302/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **JADE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 302/2021,** cujo objeto é a **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 069/2021 ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL 014/2021, CUJO OBJETO É "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato de Prestação de Serviços nº 302/2021:

1 – **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.**

1.1. Este aditivo terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de seu vencimento e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

2 - CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) MATERIAL(IS), o(s) quantitativo(s), marca(s), encontram-se relacionado(s) no presente Contrato, a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	Valor TOTAL
310850	CONCRETO USINADO FCK BOMBEADO COM RESISTENCIA A COMPRESSAO – 25 MPA COM BRITA 1º E PEDRISCO.	METRO³	900	JADE	R$ 642,21	R$ 577,989,00

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 229/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **TEIXEIRA E PEDROSO IND. COMERCIO DE TENDAS LTDA ME.**

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TENDA PIRAMIDAL 10X10X3, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".**

1 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

1.1. O valor global deste Contrato é de **R$ 9.940,00 (nove mil novecentos e quarenta reais)** refere-se à este item.

2 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO:

2.1. Este contrato terá validade por **02 (Dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 230/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CASTILHO E FERREIRA COMERCIO E REPRENTAÇÕES LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1081-2021 E TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 2.980,00 (Dois mil, novecentos e oitenta reais):**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 231/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CASTILHO E FERREIRA COMERCIO E REPRENTAÇÕES LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1081-2021 E TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 4.299,96 (Quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 232/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1081-2021 E TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 1.378,00 (Mil, trezentos e setenta e oito reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 233/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1081-2021 E TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 33.689,00 (Trinta e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais.**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 234/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **LEAO & FERRAZ COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1081-2021 E TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 2.388,00 (Dois mil, trezentos e oitenta e oito reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 235/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **SJS EQUIPAMENTOS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1081-2021 E TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 1.639,99 (Mil seiscentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 236/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **BIOPULSE BRASIL LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 11.840,59 (Onze mil, oitocentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 237/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 238/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MELUZ SERVICE LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTE-**

RAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 59.018,93 (Cinquenta e nove mil, dezoito reais e noventa e três centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 239/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **NL APOIO HOSPITALAR LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 16.688,00 (Dezesseis mil, seiscentos e oitenta e oito reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 240/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 3.909,00 (Três mil, novecentos e nove reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 241/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 1.358,45 (Mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 242/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 7.877,85 (Sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 243/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **COMERCIAL LUAR LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ESCOLAS E CRECHES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA ZONA RURAL E URBANA, EM CONFORMIDADE COM O PROFRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 227.413,64 (Duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e treze reais e sessenta e quatro centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 244/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ESCOLAS E CRECHES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA ZONA RURAL E URBANA, EM CONFORMIDADE COM O PROFRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 9.604,00 (Nove mil, seiscentos e quatro reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 245/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ESCOLAS E CRECHES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA ZONA RURAL E URBANA, EM CONFORMIDADE COM O PROFRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 86.122,80 (Oitenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e oitenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 246/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **R C MACCARI.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ESCOLAS E CRECHES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA ZONA RURAL E URBANA, EM CONFORMIDADE COM O PROFRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 2.061.698,62 (Dois milhões, sessenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de outubro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 247/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **INOVALLY – INOVAÇÃO TECNOLÓGICA LTDA.**

O presente Contrato é para: **"ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº220/2022, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº042/2022 DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, INTELIGÊNCIA DE DADOS, GESTÃO E DIGITALIZAÇÃO DE ARQUIVOS E DOCUMENTOS, EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO".**

1- CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.1. O valor global do presente contrato é de **R$ 2.739.031,00 (Dois milhões, setecentos e trinta e nove mil e trinta e um reais).**

2 - CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses,** contados a partir da sua assinatura, prorrogável no interesse das partes até o máximo permitido em lei.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de outubro de 2023.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 039/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 239/2022, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico - SRP nº 039/2023, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 096/2023, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** objetivando: "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA DESLOCAMENTO DE SERVIDORES PERMANENTES E COMISSIONADOS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO E AUXÍLIOS EVENTUAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Início da Sessão **24/11/2023 - Horário: 09:00 horas** (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: das 08:00h do dia 09/11/2023 às 07:00h do dia 24/11/2023 através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br, informações pelo telefone: (66) 3575-5100, Local: Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 07 de novembro de 2023.

Thiago Pereira da Silva

Pregoeiro

EXTRATO DO CONTRATO N° 248/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **WALLACY DELLATESTA.**

O presente Contrato é para: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CÍVEL PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO BAIRRO AEROPORTO NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT".**

1 - CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO:

1.1. O valor estimado do presente Contrato, a preços iniciais, é de **R$ 1. 168.778,89 (Um milhão, cento e setenta e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos).**

2 - CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES:

2.1. O prazo de vigência do contrato é de **180 (cento e oitenta) dias** e o prazo para a execução dos serviços da obra definida na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **150 (cento e cinquenta) dias**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de outubro de 2023.

PORTARIA Nº 1969 DE 03 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **UELEN PELISSARI,** matrícula **Nº 8445 (fiscal titular) e MAURA PEDROSO MARINHO,** matrícula **Nº 2858 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Assistência Social, para atuarem como fiscais do Contrato nº **229/2023**, referente a contratação da empresa: **TEIXEIRA E PEDROSO IND. COMERCIO DE TENDAS LTDA ME,** localizada Rua dos Junquilhos Nº 471, Quadra 11 lote 27, Bairro Parque Oeste Industrial, no Município de Goiânia - GO, CNPJ nº **33.545.064/0001-27**, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação n.º **030/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TENDA PIRAMIDAL 10X10X3, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 03

de outubro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 1984 DE 09 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **ROSIE IREDE VIANA VITOR,** matrícula **Nº 4915 (fiscal titular) e RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA,** matrícula **Nº 2927 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Educação, para atuarem como fiscais dos Contratos nº **230 a 235/2023**, referente a contratação das empresas vencedoras do **PREGÃO ELETRONICO - SRP Nº 030/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1081-2021 E TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 09 de outubro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 1985 DE 09 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **LUCIANE DE OLIVEIRA,** matrícula **Nº 9013 (fiscal titular) e REINALDO RODRIGUES JUNIOR,** matrícula **Nº 9018 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Saúde, para atuarem como fiscais dos Contratos nº **236 a 242/2023**, referente a contratação das empresas vencedoras do **PREGÃO ELETRONICO - SRP Nº 033/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO**

UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 09 de outubro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 1986 DE 09 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CLEIZE MARIA DE BARROS TAVARES,** matrícula **Nº 6884 (fiscal titular) e JOSE CARLOS DOS SANTOS,** matrícula **Nº 5464 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Educação, para atuarem como fiscais dos Contratos nº **243 a 246/2023**, referente a contratação das empresas vencedoras do **PREGÃO ELETRONICO - SRP Nº 034/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ESCOLAS E CRECHES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA ZONA RURAL E URBANA, EM CONFORMIDADE COM O PROFRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 09 de outubro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2023

A administração pública municipal de Planalto da Serra - MT, no uso de suas atribuições **RETIFICA a** publicação do contrato nº **001/2023**, publicada no **Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Ano XVII/Nº.4.145, no dia 05 de janeiro de 2023, na página 327. ONDE SE LÊ:** vigência: 03/01/2023 a 03/01/2024**. LEIA-SE:** vigência: 03/01/2023 a 03/12/2023. **NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO- PREFEITO MUNICIPAL.**

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 026/2021.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA,** constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **17/11/2023, para mais 03**(três) meses, passando a estabelecer o fim da vigência em **17/02/2024. CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADA**: Uns Construções Reformas E Alvenarias Eireli**, CNPJ nº** 11.215.382/0001-97**. DATA DE ASSINATURA DO TERMO:** 06/11/2023**.**

EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

EXTRATO DO CONTRATO N° 042/2023

OBJETO: ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA PISTA ESQUERDA E DIREITA DA AVENIDA SÃO

PEDRO E RUA PLANALTO COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO N. 1123/2022/SINFRA, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA- SINFRA E ESTE MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA – MT, conforme Projeto Básico/Memorial Descritivo, Projeto Executivo; Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, e demais normas previstas no edital e seus anexos, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT. **CONTRATADA**: Podium Transportes E Terraplanagem LTDA.**CNPJ:** 18.906.746/0002-05. **VIGÊNCIA**: 06/11/2023 à 06/05/2024.**VALOR GLOBAL:** R$ 1.552.129,61. **NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – PREFEITO DE PLANALTO DA SERRA**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PORTARIA Nº 568/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença Prêmio” aos funcionários abaixo relacionados com sua vigência conforme especificado.

MAT	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO LICENÇA	SECRETARIA
855	ANDERSON GONÇALVES DE SOUZA – CPF: 011.303.691-45	02/04/2012 A 02/04/2017	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
97	AROLDO CESAR FACÃO DE ARRUDA – CPF: 352.638.061-91	02/01/2017 A 02/01/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SEFIN
1570	CLAYTON JESUS DE OLIVEIRA SALES – CPF: 935.355.431-53	03/11/2017 A 03/11/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
130	CYBELLE DA SILVA GAHYVA EUBANK – CPF: 495.442.841-68	02/03/2018 a 02/03/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
1157	ELAIR GOMES RONDON DE SIQUEIRA – CPF: 420.321.991-49	17/05/2012 A 17/05/2017	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
741	ELISANGELA LEMES DO NASCIMENTO – CPF: 003.027.881-31	19/08/2018 A 19/08/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
276	FATIMA CECILIA RODRIGUES – CPF: 428.048.091-53	02/03/2018 A 02/03/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SAD
696	LEIZA MARIA DA SILVA – CPF: 603.937.181-15	01/09/2012 A 01/09/2017	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
516	VANDA ROSA DE ALMEIDA ARRUDA – CPF: 811.155.471-00	16/03/2017 A 16/03/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos de acordo com a vigência especificado no período da licença, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé-MT, 30 de Outubro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 94/2023

Ata de Registro de preço n° 94/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: LEAO & FERRAZ COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	02.001.04.122.0002.1081.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.1008.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Finanças	04.001.04.123.0004.1013.4.4.90.52.1.500.0000000 04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda	05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.4.4.90.52.1.661.0000000 05.001.08.122.0005.2024.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Educação	06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.551.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.551.0000000 06.001.12.122.0008.1028.4.4.90.52.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.1.500.1002000
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário	08.002.20.122.0016.2106.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Turismo	09.001.23.122.0023.1071.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	10.001.27.122.0017.2107.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.04.122.0021.2115.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	13.001.04.125.0015.2097.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Cultura	14.001.13.122.0026.1083.4.4.90.52.1.500.0000000

Valor Registrado: **R$ 74.484,00 (setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)**

Período: 12 meses

FISCAL DA ATA:

SERVIDOR	LOTAÇÃO
LUCYANA APARECIDA DOS SANTOS	Gabinete do Prefeito
ADEMIR DA SILVA MODESTO	Secretaria de Planejamento e Administração
GIOVANA DE SOUZA SILVA	Secretaria de Finanças
LUCINETE MARIA ALVES DE LIMA	Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda
JUCINÉIA PEREIRA VIEIRA	Secretaria de Educação
LUCIA ALVES NEVES	Secretaria Municipal de Saúde
JONILDO LUIS MARTINS	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
EDSON CAMPOS OLIVEIRA	Secretaria de Turismo

LAURO PEREIRA LEITE	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
NAUDSON LUIS B. DE ARRUDA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
HIGOR MATEUS DA SILVA BASTOS	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
MARILEIDE GOMES DA SILVA	Secretaria Municipal de Cultura

Poconé/MT, 06 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 93/2023

Ata de Registro de preço n° 93/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: F C COMERCIO DE INFORMATICA LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	02.001.04.122.0002.1081.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.1008.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Finanças	04.001.04.123.0004.1013.4.4.90.52.1.500.0000000 04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda	05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.4.4.90.52.1.661.0000000 05.001.08.122.0005.2024.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Educação	06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.551.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.551.0000000 06.001.12.122.0008.1028.4.4.90.52.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.1.500.1002000
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário	08.002.20.122.0016.2106.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Turismo	09.001.23.122.0023.1071.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	10.001.27.122.0017.2107.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.04.122.0021.2115.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	13.001.04.125.0015.2097.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Cultura	14.001.13.122.0026.1083.4.4.90.52.1.500.0000000

Valor Registrado: **R$ 92.430,00 (noventa e dois mil quatrocentos e trinta reais)**

Período: 12 meses

FISCAL DA ATA:

SERVIDOR	LOTAÇÃO
LUCYANA APARECIDA DOS SANTOS	Gabinete do Prefeito
ADEMIR DA SILVA MODESTO	Secretaria de Planejamento e Administração
GIOVANA DE SOUZA SILVA	Secretaria de Finanças
LUCINETE MARIA ALVES DE LIMA	Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda
JUCINÉIA PEREIRA VIEIRA	Secretaria de Educação
LUCIA ALVES NEVES	Secretaria Municipal de Saúde
JONILDO LUIS MARTINS	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
EDSON CAMPOS OLIVEIRA	Secretaria de Turismo
LAURO PEREIRA LEITE	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
NAUDSON LUIS B. DE ARRUDA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
HIGOR MATEUS DA SILVA BASTOS	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
MARILEIDE GOMES DA SILVA	Secretaria Municipal de Cultura

Poconé/MT, 06 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 92/2023

Ata de Registro de preço n° 92/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: VM COMÉRCIO LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	02.001.04.122.0002.1081.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.1008.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Finanças	04.001.04.123.0004.1013.4.4.90.52.1.500.0000000 04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda	05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.4.4.90.52.1.661.0000000 05.001.08.122.0005.2024.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000

Secretaria de Educação	06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.551.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.551.0000000 06.001.12.122.0008.1028.4.4.90.52.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.1.500.1002000
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário	08.002.20.122.0016.2106.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Turismo	09.001.23.122.0023.1071.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	10.001.27.122.0017.2107.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.04.122.0021.2115.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	13.001.04.125.0015.2097.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Cultura	14.001.13.122.0026.1083.4.4.90.52.1.500.0000000

Valor Registrado: **R$ 180.390,00 (cento e oitenta mil trezentos e noventa reais)**

Período: 12 meses

FISCAL DA ATA:

SERVIDOR	LOTAÇÃO
LUCYANA APARECIDA DOS SANTOS	Gabinete do Prefeito
ADEMIR DA SILVA MODESTO	Secretaria de Planejamento e Administração
GIOVANA DE SOUZA SILVA	Secretaria de Finanças
LUCINETE MARIA ALVES DE LIMA	Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda
JUCINÉIA PEREIRA VIEIRA	Secretaria de Educação
LUCIA ALVES NEVES	Secretaria Municipal de Saúde
JONILDO LUIS MARTINS	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
EDSON CAMPOS OLIVEIRA	Secretaria de Turismo
LAURO PEREIRA LEITE	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
NAUDSON LUIS B. DE ARRUDA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
HIGOR MATEUS DA SILVA BASTOS	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
MARILEIDE GOMES DA SILVA	Secretaria Municipal de Cultura

Poconé/MT, 06 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 567/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES D O AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Férias” aos funcionários abaixo relacionados com seus períodos aquisitivos, período de férias e lotações.

MAT	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO FÉRIAS	SECRETARIA
1152	ALESSANDRO DUARTE ARRUDA – CPF: 020.189.381-93	17/05/2022 A 17/05/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SAD
1755	ALEXABDRE GERMANO MUNIZ – CPF: 047.771.861-21	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
1121	ANTONIO FAUSTINO DE SOUZA – CPF: 012.348.371-96	17/05/2022 A 17/05/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
413	ANTONIO JOÃO DE MORAES – CPF: 441.843.791-68	02/04/2022 A 02/04/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
1517	BENEDITO EDMAR OLIVEIRA SALES – CPF: 960.466.001-20	02/09/2021 A 02/09/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	GABINETE
1563	CLEBER DO NASCIMENTO – CPF: 993.658.551-87	01/09/2022 A 01/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
343457	DANIEL MARTINS – CPF: 352.892.281-87	01/02/2021 A 01/02/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	ESPORTE
343453	GABRIEL SANTANA DA SILVA – CPF: 420.328.651-49	01/02/2021 A 01/02/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
343620	JOCIELMA MARGARIDA PAES DE ARRUDA SILVA – CPF: 419.705.431-91	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
729	JOENIZE MARIA DA SILVA RODRIGUES – CPF: 551.550.901-30	02/10/2022 A 02/10/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SEFIN
475	JOSE ANTONIO CANDIDO FILHO – CPF: 950.326.301-87	29/03/2020 A 29/03/2021	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
1744	JOSE PAULO VENTURA GOMES – CPF: 043.636.071-30	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
1142	JOSE SEBASTIÃO DE ASSIS – CPF: 595.050.441-00	18/05/2022 A 18/05/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
1782	JOSENIL DE OLIVEIRA RONDON – CPF: 010.226.161-02	02/02/2020 A 02/02/2021	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
726	JOSSIELMA ALVES DA SILVA – CPF: 825.573.571-20	02/09/2020 A 02/09/2021	01/10/2023 A 30/10/2023	SAD
343582	JUDITE LOPES – CPF: 495.408.901-87	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
343544	JULIO CESAR DA SILVA – CPF: 022.052.191-38	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
983	JUSTINO JOÃO DOS SANTOS – CPF: 487.572.761-53	02/04/2021 A 02/04/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
343448	LEANDRO SOUZA SANTOS – CPF: 913.955.421-04	01/02/2021 A 01/02/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
343423	LILIANA AMORIM DA COSTA – CPF:082.986.951-43	06/01/2021 A 06/01/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SEFIN
343471	LUAN FRANCISCO DE ASSIS E SILVA – CPF: 047.797.081-84	01/06/2021 A 01/06/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
343555	LUCIANA RONDON DA SILVA – CPF: 014.486.431-20	02/09/2022 a 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
343855	LUCIMARA VIEIRA DE MORAES – CPF: 016.117.821-98	11/07/2022 A 11/07/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
1141	MANOEL SANTANA NASCIMENTO SOBRINHO – CPF: 544.766.151-04	17/05/2019 A 17/05/2020	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
1078	MARIA CRISTINA DE SOUZA – CPF: 020.246.711-28	02/04/2022 A 02/04/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
343609	MARIA GORETTE FERREIRA DA COSTA – CPF: 945.616.341-04	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA

343564	MARIA JOSE DA SILVA SOUZA PEREIRA – CPF: 018.067.351-30	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
343458	MARIANA PETRONILHA DE ARRUDA PEREIRA – CPF: 581.683.701-04	01/02/2021 A 01/02/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	CULTURA
1092	MORGANA MARIA DA CRUZ – CPF: 929.572.501-87	02/04/2022 A 02/04/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
343422	NATAN KLEUVERT DELMÃO – CPF: 068.710.841-18	06/10/2021 A 06/01/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SEFIN
1144	OLIMAR ROSALDO RODRIGUES – CPF:794.584.751-04	18/05/2021 A 18/05/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
343439	ORNELLA ROSARIO PROENÇA MORAES FALCÃO – CPF: 352.582.091-72	04/01/2021 A 04/01/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
1534	PAULA RAQUEL MARIANO – CPF: 015.590.731-01	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
343451	PAULINO OLIMPIO DE JESUS – CPF: 361.686.291-49	01/02/2021 A 01/02/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
343578	PAULO HENRIQUE VIEGAS DA SILVA – CPF: 017.377.551-90	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
343631	QUERINA MARIA DO CARMO RAMOS – CPF: 551.788.471-72	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
1096	RICARDO MATIAS RAMOS CINTRA – CPF: 959.651.651-53	02/04/2022 A 02/04/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
1130	RONAN BATISTA FALCÃO DE ARRUDA – CPF: 024.735.111-36	12/02/2021 A 12/02/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
343529	ROSANA MARQUES DA SILVA – CPF: 012.957.511-94	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
1515	ROSELEI CRISTINA DE ARRUDA – CPF: 005.414.981-93	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
1783	ROSIANA NEVES FIALHO – CPF: 001.170.441-13	02/02/2020 A 02/02/2021	01/10/2023 A 30/10/2023	SINFRA
343850	TAISA MORAES COLETRO – CPF: 026.628.421-30	11/07/2022 A 11/07/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
1396	USERTINO MARIA RONDON – CPF: 204.412.901-91	16/04/2022 A 16/04/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA
719	VERA LUCIA DA SILVA MARTINS – CPF: 544.232.281-49	02/09/2022 A 02/09/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
343444	VICENCIA MARIA DOLORES DE ASSIS E SILVA DIAS – CPF: 667.709.121-04	06/01/2021 A 06/01/2022	01/10/2023 A 30/10/2023	SEDUC
1109	ZILAIR MARTINS DE SIQUEIRA – CPF: 568.035.751-87	03/04/2022 A 03/04/2023	01/10/2023 A 30/10/2023	SESA

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data retroativa a 01/10/2023, de acordo com a vigência especificada no período das férias e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 30 de Outubro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 91/2023

Ata de Registro de preço n° 91/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	02.001.04.122.0002.1081.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.1008.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Finanças	04.001.04.123.0004.1013.4.4.90.52.1.500.0000000 04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda	05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.4.4.90.52.1.661.0000000 05.001.08.122.0005.2024.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Educação	06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.551.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.551.0000000 06.001.12.122.0008.1028.4.4.90.52.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.1.500.1002000
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário	08.002.20.122.0016.2106.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Turismo	09.001.23.122.0023.1071.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	10.001.27.122.0017.2107.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.04.122.0021.2115.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	13.001.04.125.0015.2097.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Cultura	14.001.13.122.0026.1083.4.4.90.52.1.500.0000000

Valor Registrado: **R$ 234.090,00 (duzentos e trinta e quatro mil e noventa reais)**

Período: 12 meses

FISCAL DA ATA:

SERVIDOR	LOTAÇÃO

LUCYANA APARECIDA DOS SANTOS	Gabinete do Prefeito
ADEMIR DA SILVA MODESTO	Secretaria de Planejamento e Administração
GIOVANA DE SOUZA SILVA	Secretaria de Finanças
LUCINETE MARIA ALVES DE LIMA	Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda
JUCINÉIA PEREIRA VIEIRA	Secretaria de Educação
LUCIA ALVES NEVES	Secretaria Municipal de Saúde
JONILDO LUIS MARTINS	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
EDSON CAMPOS OLIVEIRA	Secretaria de Turismo
LAURO PEREIRA LEITE	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
NAUDSON LUIS B. DE ARRUDA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
HIGOR MATEUS DA SILVA BASTOS	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
MARILEIDE GOMES DA SILVA	Secretaria Municipal de Cultura

Poconé/MT, 06 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 823/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença Maternidade” a funcionária abaixo relacionada com sua vigência conforme especificado.

* Matrícula 343621 – EMELLI LAIS RONDON DE SIQUEIRA – portadora do CPF sob nº 054.006.961-20 e do RG sob nº 21879494 SSP-MT de 09/03/2018 lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no cargo de ENFERMEIRO - CT durante o período de 17/10/2023 até 14/04/2024, 180 dias, conforme a Lei 1.662 de 02.05.2012 no seu Art. 95.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data do afastamento e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé MT, 17 de Outubro de 2023

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 90/2023

Ata de Registro de preço n° 90/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: OLMI COMÉRCIO E INFORMATICA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	02.001.04.122.0002.1081.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.1008.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Finanças	04.001.04.123.0004.1013.4.4.90.52.1.500.0000000 04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda	05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.4.4.90.52.1.661.0000000 05.001.08.122.0005.2024.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Educação	06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.551.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.551.0000000 06.001.12.122.0008.1028.4.4.90.52.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.1.500.1002000
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário	08.002.20.122.0016.2106.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Turismo	09.001.23.122.0023.1071.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	10.001.27.122.0017.2107.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.04.122.0021.2115.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	13.001.04.125.0015.2097.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Cultura	14.001.13.122.0026.1083.4.4.90.52.1.500.0000000

Valor Registrado: **R$ 151.800,00 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais)**

Período: 12 meses

FISCAL DA ATA:

SERVIDOR	LOTAÇÃO
LUCYANA APARECIDA DOS SANTOS	Gabinete do Prefeito
ADEMIR DA SILVA MODESTO	Secretaria de Planejamento e Administração
GIOVANA DE SOUZA SILVA	Secretaria de Finanças
LUCINETE MARIA ALVES DE LIMA	Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda
JUCINÉIA PEREIRA VIEIRA	Secretaria de Educação
LUCIA ALVES NEVES	Secretaria Municipal de Saúde
JONILDO LUIS MARTINS	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
EDSON CAMPOS OLIVEIRA	Secretaria de Turismo
LAURO PEREIRA LEITE	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
NAUDSON LUIS B. DE ARRUDA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
HIGOR MATEUS DA SILVA BASTOS	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
MARILEIDE GOMES DA SILVA	Secretaria Municipal de Cultura

Poconé/MT, 06 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 03/2019

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 03/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: BKP CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ/MF: 16.939. 495/0001-59

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 08 de novembro de 2023 a 08 de abril de 2024.

Poconé/MT, 07 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 572/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º- EXONERAR por motivo de aposentadoria o servidor GERALDO GONÇALVES DE ARRUDA inscrito no CPF nº 328.752.231-00, *do* cargo de APO – MOTORISTA,desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam – se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 01 de Outubro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 565/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença Maternidade” a funcionária abaixo relacionada com sua vigência conforme especificado.

* Matrícula 343866 – MIKAELY RAMOS DE MORAES – portadora do CPF sob nº 053.567.001-05 e do RG sob nº 26251981 SSP-MT de 27/10/2011 lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no cargo de AGENTE E COMBATE A ENDEMIAS durante o período de 02/10/2023 até 29/03/2023, 180 dias, conforme a Lei 1.662 de 02.05.2012 no seu Art. 95.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data do afastamento e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé MT, 02 de Outubro de 2023

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 570/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença por motivo de doença em pessoa da família” ao funcionário relacionado, com sua vigência especificada abaixo conforme a Lei 1.662/12 de 02.05.2012 no seu Art. 74 § 1º, Art. 79 § 1º e 2º.

Matrícula 06 **– MARIA JOSÉ DO PRADO** portador (a) do CPF sob nº 536. 357.011-49 e o RG sob nº 07622509 SSP-MT no cargo de PROFESSOR, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, durante o período de 01/10/2023 a 29/11/2023.

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data do afastamento, e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé-MT, 01 de Outubro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL) Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 566/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença Saúde” a funcionária relacionada, com sua vigência especificada abaixo conforme a Lei 1.662/12 de 02.05.2012 no seu Art. 74 § 1º, Art. 79 § 1º e 2º.

Matrícula 343537 **– ROZANE GOMES DA SILVA** portador (a) do CPF sob nº 551.795.841-91 e o RG sob nº 04747966 SSP-MT em 24/05/2000 no cargo de RECEPCIONISTA SAÚDE - CT, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de 02/10/2023 a 31/11/2023.

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data do afastamento, e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé-MT, 02 de Outubro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL) Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 569/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença Saúde” ao funcionário relacionado, com sua vigência especificada abaixo conforme a Lei 1.662/12 de 02.05. 2012 no seu Art. 74 § 1º, Art. 79 § 1º e 2º.

Matrícula 2727 **– REGINA LUCIA DE ARRUDA E SILVA** portador (a) do CPF sob nº 837.532.061-72 e o RG sob nº 0450745-2 SSP-MT no cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, Lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, durante o período de 02/10/2023 a 31/12/2023.

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data do afastamento, e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé-MT, 02 de Outubro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL) Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 574/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Elevação de classe ou nível" aos funcionários abaixo relacionados de acordo com a Lei 1.688 de 15 de outubro de 2012, Lei 1.779 de 22 de dezembro de 2014.

MAT	FUNCIONARIO	CARGO/CLASSE/ ANTIGA	CARGO/CLASSE/ ATUAL
1779	GONÇALO DOS SANTOS	E – 03	E – 04
1776	JOÃO BENTO DE ARRUDA	E – 03	E – 04
1780	LUZIA DE SOUZA CAMPOS BELO	E – 04	E – 05
1514	SIMONE NUNES RIBEIRO	E – 04	E – 05
411	ZOZIMO PEREIRA DOS SANTOS	E – 04	E – 05

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data retroativa de 01/10/2023 e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé MT, 30 de Outubro de 2023

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 95/2023

Ata de Registro de preço n° 95/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: LEILA ALVES CORDEIRO LUSA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	02.001.04.122.0002.1081.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.1008.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Finanças	04.001.04.123.0004.1013.4.4.90.52.1.500.0000000 04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda	05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.4.4.90.52.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.4.4.90.52.1.661.0000000 05.001.08.122.0005.2024.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.4.4.90.52.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.1019.4.4.90.52.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.4.4.90.52.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria de Educação	06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.1025.4.4.90.52.1.551.0000000
	06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.1024.4.4.90.52.1.551.0000000 06.001.12.122.0008.1028.4.4.90.52.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.301.0010.1041.4.4.90.52.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.1045.4.4.90.52.1.500.1002000
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário	08.002.20.122.0016.2106.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria de Turismo	09.001.23.122.0023.1071.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	10.001.27.122.0017.2107.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.04.122.0021.2115.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	13.001.04.125.0015.2097.4.4.90.52.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Cultura	14.001.13.122.0026.1083.4.4.90.52.1.500.0000000

Valor Registrado: **R$ 135.125,00 (cento e trinta e cinco mil cento e vinte e cinco reais)**

Período: 12 meses

FISCAL DA ATA:

SERVIDOR	LOTAÇÃO
LUCYANA APARECIDA DOS SANTOS	Gabinete do Prefeito
ADEMIR DA SILVA MODESTO	Secretaria de Planejamento e Administração
GIOVANA DE SOUZA SILVA	Secretaria de Finanças
LUCINETE MARIA ALVES DE LIMA	Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda
JUCINÉIA PEREIRA VIEIRA	Secretaria de Educação
LUCIA ALVES NEVES	Secretaria Municipal de Saúde
JONILDO LUIS MARTINS	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
EDSON CAMPOS OLIVEIRA	Secretaria de Turismo
LAURO PEREIRA LEITE	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
NAUDSON LUIS B. DE ARRUDA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
HIGOR MATEUS DA SILVA BASTOS	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
MARILEIDE GOMES DA SILVA	Secretaria Municipal de Cultura

Poconé/MT, 06 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 573/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Elevação de Classe ou Nível" aos funcionários da Secretaria de Educação abaixo relacionado de acordo com a Lei nº 1.653 de 19 de Dezembro de 2011 e a lei nº 1.852/2017.

MAT	FUNCIONARIO	CARGO/CLASSE/ ANTIGA	CARGO/CLASSE/ ATUAL
1304	LUIZ EDUARDO COSTA CAMPOS	C – 04	C – 05
703	LUZIA GONÇALINA SILVA PENHA RONDON	C – 07	C – 08

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data retroativa de 01/10/2023 e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé MT, 30 de Outubro de 2023

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 307/GP/2023

PORTARIA Nº 307/GP/2023 De 07 de Novembro de 2023.

"Dispõe sobre designação de Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos nº 199 e 200/2023 e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Sr. Neivander Morais Souza, como responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratosnº 199 e 200/2023.

Art. 2º - O representante nomeado no artigo primeiro desta Portaria, deverá realizar análise do contrato, relatando seus andamentos com um relatório individual.

Art. 3º - *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura dos contratos,* revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 07 de Novembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 307/GP/2023

PORTARIA Nº 307/GP/2023 De 07 de Novembro de 2023.

"Dispõe sobre designação de Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos nº 199 e 200/2023 e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Sr. Neivander Morais Souza, como responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratosnº 199 e 200/2023.

Art. 2º - O representante nomeado no artigo primeiro desta Portaria, deverá realizar análise do contrato, relatando seus andamentos com um relatório individual.

Art. 3º - *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura dos contratos,* revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 07 de Novembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 304/GP/2023

PORTARIA Nº 304/GP/2023 Em 01 de Novembro de 2023.

"Dispõe sobre nomeação de servidor(a) para exercer o cargo comissionado de Gestor(a) Municipal do Programa Bolsa Família e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme Leis Municipais nºs 737/2014, 1049/2021 e 1111/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Srª **Kedima Antônia Barbosa,** para exercer o cargo comissionado de **Gestora Municipal do Programa Bolsa Família, A-04**.

Art. 2º - O(A) Gestor(a) nomeado(a) no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 01 de Novembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2023

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIÊNIZAÇÃO, COPA E COZINHA DESTINADO AS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA-MT.

Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, o **RESULTADO**, do Pregão Presencial nº 10/2023, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, realizado no dia 05/10/2023, às 08h00min, tendo como vencedora as licitantes:**MICHELLI JANISCH FURTADO CNPJ: 35.199.569/0001-02** representada pela Sra**.** Sandra Martins de Barrose a empresa **LAURA BEATRIZ PEREIRA ROCHA EIRELLI EPP, CNPJ: 26.583.176/0001-07** representada pelo Sr**.** Luiz Carlos da Rocha e Silva. **TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ: 13.851.726/0001-80** representada pelo srª Maíra Rodrigues Meireles, **DELTA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 48.447.370/0001-06** representada pelo Sr. Idio Nemesio de Barros Neto, **MARIA JOSE DOS REIS NETO EPP CNPJ: 10.226.940/0001-57 representada pelo Sr. Mayron Marcos Santana Figueiredo e RC COMERCIO DE PRODUTOS LTDA CNPJ: 17.232.345/0001-73** representada pelo srº Emerson Ferreira Coelho Souza.

Ponte Branca - MT, 07 de novembro de 2023.

Glimara Nogueira Gonçalves

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DESPACHO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS EM VIAS

DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA – MT CONFORME CONVÊNIO Nº 898568/2020 DO MINISTERIO DA DEFESA – PROGRAMA CALHA NORTE, CONFORME PROJETOS; PLANILHA ORÇAMENTÁRIA; ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS NO EDITAL.

O Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, no uso de sua competência, considerando que o Ministério da Defesa – Departamento do Programa Calha Norte notificou o Município de Ponte Branca – MT acerca da necessidade de depósito integral da contrapartida na conta bancária específica do convênio nº. 198/DPCN/2020 (Transferegov nº. 898568/2020) e, considerando ainda que devido a queda brusca nas receitas municipais e a transferência de recursos financeiros e orçamentários às áreas de urgência imediata, deixo de homologar o processo em epigrafe, autorizando desde já a desistência do referido convênio.

Em ato continuo determino ao Departamento de Licitações o arquivamento do presente certame.

Ponte Branca – MT, 07 de Novembro de 2023.

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023

Registro de Preços para Futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO PARA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA/MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 2302/2022, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA, conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, o **RESULTADO**, do Pregão Presencial nº 04/2023, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, realizado no dia 26/04/2023, às 09h00min, tendo como vencedoras as licitantes: **JOAO PAULO SEVERINO DA SILVA ME CNPJ: 19.038.204/0001-40**, **MENDONÇA JUNIOR COMERCIAL LTDA CNPJ: 44.873.952/0001-95, M BASSI COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 07.275.769/0001-61, PROMATEC COMERCIO LTDA CNPJ: 36.907.608/0001-41, MULTUS COMERCIAL LTDA – EPP CNPJ 24.753.864/0001-42, SCL DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 41.393.376/0001-90 E 3M COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 04.347.124/0001-07,** os itens 66, 114 e 180 foram declarados DESERTO**.**

Ponte Branca - MT, 07 de novembro de 2023.

Glimara Nogueira Gonçalves

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 010/2023 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 010/2023

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre do Norte/MT, considerando a Lei Municipal nº 763/2015 Art. 57 parágrafo 1º, que trás o texto assim descrito; **Para atendimento fora do horário previsto no Caput deste art. Bem como finais de semanas e feriados, serão mantidos plantões permanentes constituídos pelo menos dois Conselheiros (as), cujos telefones e endereços deverão constar em local visível a entrada do prédio do Conselho Tutelar.**

Considerando o período de final de ano, em que os órgãos de atendimentos do Conselho Tutelar nesse período ficarão atendendo em regimes de plantões entre 20 de dezembro de 2023 a 06 de janeiro de 2024.

Resolve;

Art. 1º - Regulamentar o plantão de final de ano dos Conselheiros Tutelares e da outras providencias;

Art. 2º - Fica autorizado os Conselheiros (as) Tutelares a ficarem em regime de plantões a partir do dia 20 de dezembro de 2023 a 06 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único – todas as ocorrências serão atendidas através do Celular de plantão do Conselho Tutelar (66) 98448 4610, e obedecendo a escala.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre do Norte/MT, 07 de novembro de 2023

_____

Angela Willemann

Presidente/CMDCA/PAN/MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65 2023

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2023.

FUNDAMENTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2023, ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº053/2023 PROCESSO Nº 1124/2023, ORIGINADO DA LICITAÇÃO FEITA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE- MT

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: GENESIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI, inscrita no CNPJ: sob nº 21.542.278/0001-60,

Valor total 59.778,98 (Cinquenta e nove mil setecentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ACADEMIAS AO "AR LIVRE", para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto de Porto Alegre do Norte/MT.

O prazo de vigência contatos a partir da data da assinatura do contrato 07/11/2023 até 07/11/2024.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PORTARIA N° 238/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 238/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe Sobre Concessão de Licença Prêmio a Servidora Efetiva do Município de Porto Esperidião/MT.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER,** a partir de **01 DE OUTUBRO DE 2023**, **Licença Prêmio**, a ser gozada, nos seguintes meses de outubro, novembro e dezembro de 2023, para servidoras a seguir;

DARCILENE FERREIRA DE FREITAS, matricula 11332-1, referente ao período aquisitivo de 01/06/2018 A 31/05/2023.

TEREZINHA RAMOS SILVA, matricula 11379-1, período aquisitivo de 13/03/2015 A 12/03/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2023.Martins Dias de Oliveira.**Prefeito**

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 59/2023

EXTRATO DO CONTRATO 59/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DOS MATERIAIS E INSUMOS PARA A EXECUÇÃO DE MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DA DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA EM LOCAIS ESPECÍFICOS NO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT; NO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DA DECORAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VIGÊNCIA: 23 de outubro de 2023

VALIDADE: 23 de outubro de 2024

VALOR TOTAL: R$ 1.276.410,00 (um milhão duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e dez reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.

CONTRATADA: L. B. DA SILVA-EIRELI CNPJ: 10.947.845/0001-42

Porto Esperidião – MT, 23 de outubro de 2023. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA – PREFEITO.

PORTARIA N°. 239/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N°. 239/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre Nomeação em Cargo Comissionado de COORDENADOR GERAL DE ADM DE INSF SERVIÇOS URBANOS do Município de Porto Esperidião/MT.

O**Prefeito Municipal** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR**, a partir desta data **01 DE NOVEMBRO DE 2023**, senhor **GUSTAVO BERBEM BRAGA** para exercer o cargo em Comissão de **COORDENADOR GERAL DE ADM DE INSF SEVIÇOS URBANOS** do Município de Porto Esperidião/MT.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-SU, constante do anexo II-B, da Lei Complementar nº 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2023.MARTINS DIAS DE OLIVEIRA.**Prefeito.**

PORTARIA N° 235/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA N° 235/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispõe Sobre Conversão De Licença Prêmio Para Servidora Efetiva Do Município De Porto Esperidião/MT.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010, e art 78, da Lei 017/2023.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONVERTER,** a partir de **01 DE OUTUBRO DE 2023**, **Licença Prêmio** em abono pecuniário, que deverá ser paga a servidora efetiva nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023.

GHEIS FABIANO INFANTE PEREIRA, matricula 8901-1 referente ao período aquisitivo de 03/02/2017 A 02/02/2022.

HIAGO MANOEL COSTA EGUES, matricula 11925-1 referente ao período aquisitivo de 03/02/2017 A 02/02/2022.

JOSÉ CARVALHO DA SILVA, matricula 11780-2 referente ao período aquisitivo de 16/04/2017 A 15/04/2022.

ZEILA SOUZA MENEZES, matricula 1166-5 referente ao período aquisitivo de 05/09/2018 A 04/09/2023.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 25 de outubro de 2023.Martins Dias de Oliveira.**Prefeito**

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO SEGUNRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/2021

Pelo presente instrumento de **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO,** que se regula pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado termos da lei 8.666/93. Em seu Art. 57, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 – Centro, Porto Esperidião – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa:**VITOR FERRARI EPP CNPJ: 20.883.189/0001-15.** Endereço Rua seis de Agosto – 26, Centro, Cep: 78265.000 – Reserva do Cabaçal –MT. Neste ato representado pelo senho**r VITOR FERRARI, Portador do RG: 22817867 SSP/MT e CPF: 046.577.591-83.** Doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO 44/2021, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

A prorrogação do prazo na relação contratual se dá em conformidade com o que prevê na lei 8.666/93 EM SEU Art. 57. A vigência do presente termo Aditivo será apartir de **01 de outubro de 2023, com validade até 01 de outubro de 2024.**

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes deste termo aditivo ocorrerão por conta dos recursos orçamentários do exercício do ano de 2022 conforme segue:

SECRETARIA	DOTAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO Proj. Atividade 2060 –Manutenção e Encargos com o Gabinete.	23-33.90.39- Outros serviços de terceiros- Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUARTA- DA PUBLICIDADE

A contratante fica responsável por fazer a publicação em Diário Oficial para que obtenha seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões deste termo aditivo que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais.

Porto Esperidião - MT, 29 de setembro de 2023.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

VITOR FERRARI EPP

CNPJ: 20.883.189/0001-15

CONTRATADA

PROCURADORIA JURIDICA

JOSÉ DE BARROS NETO

Procurador Jurídica

OAB/MT Nº 8841-B

Portaria nº 58/12

PORTARIA N° 237/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 237/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a Concessão de Férias e a Conversão de 10 Dias em Abono Pecuniário para Servidores.

Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 102, § 1º da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER,** 20 dias de férias, a partir de **01 DE NOVEMBRO DE 2023** e converter 10 dias em abono pecuniário aos (as) servidores (as) relacionados abaixo;

HERCULIS ALBERTINI VENTURELLI – Matricula 12220-7, Período Aquisitivo de 10/08/2022 A 09/08/2023.

KÁRITA FERNANDA ALMISSE MARIANO - Matricula 10151-2, Período Aquisitivo de 06/06/2021 A 05/06/2022.

LUCAS ANTONIO PEREIRA CARLETO - Matricula 11290-1, Período Aquisitivo de 15/02/2022 A 14/02/2023.

MARIA ELIZABETH DA SILVA - Matricula 11376-1, Período Aquisitivo de 02/03/2022 A 01/03/2023.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2023.Martins Dias De Oliveira.**Prefeito.**

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 48/2021

SEGUNDO TERMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 48/2021

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo, que se regula pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Av. 13 de Maio, 555, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 – Centro, Porto Esperidião – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa **FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA,** CNPJ: **14.722.241/0001-59**, neste ato representada pelo Sr. **GILBERTO DE OLIVEIRA**, **RG: 1031429-6 SSP/MT e CPF: 720.862.461-53**, Doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de PRORROGAÇÃO DE PRAZO com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO E FINALIDADE

O presente termo aditivo, tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual, de conformidade com o que prevê da lei 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo está amparado no Art. artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

A Administração optou em promover a renovação do presente contrato por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para Administração, uma vez que os serviços prestados pela contratada são de qualidade e tem atendido a contendo as necessidades da Contratante, além do fato dos serviços não poderem sofrer interrupção, haja vista, que são essenciais para Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes com a aquisição futura do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos: **CÓD. REDUZIDO (173) – 33.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente **Termo Aditivo será de 12(doze) meses, contados a partir de 04 de novembro de 2023 COM VALIDADE ATÉ 04 de Novembro de 2024.**

CLAUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas integralmente as demais cláusulas do Contrato original, firmado em 03 de novembro de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões decorrente deste termo aditivo, que por ventura não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 01 de novembro de 2023.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFETO MUNICIPAL

CONTRATANTE

FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA

CNPJ: 14.722.241/0001-59

CONTRATADA

PROCURADORIA JURIDICA

JOSÉ DE BARROS NETO

Procurador Jurídica

OAB/MT Nº 8841-B

Portaria nº 58/12

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 60/2023

EXTRATO DO CONTRATO 60/2023

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A DEMANDA REPRIMIDA DO CONTRATANTE, EM CONFORMIDADE COM OS OBJETIVOS FIXADOS NO ESTATUTO DO CISOMT, CONFORME EXIGÊNCIAS DA LEI FEDERAL Nº 11.107/2005 E PLANO DE TRABALHO, EM ATENÇÃO AO QUE PREVÊ A RESOLUÇÃO Nº 003/2018/CISOMT DE 10 DE ABRIL DE 2018, QUE CRIA O PROGRAMA FILA ZERO NO CISOMT, QUE TEM POR FINALIDADE DIMINUIR AS FILAS EM DEMANDA NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA ARTICULADA E PLANEJADA, EXECUTANDO AÇÕES EM SERVIÇOS DE SAÚDE COM EFICÁCIA.

VIGÊNCIA: 01 de Novembro de 2023

VALIDADE: 01 de Novembro de 2024

VALOR TOTAL: R$ 100.000,00 (cem mil reais)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT

Porto Esperidião – MT, 01 de novembro de 2023. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA – PREFEITO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº 769/2023 DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, O FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **EUGÊNIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Egrégia Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 1º. Fica criado O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI – órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Porto Estrela, sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa:

I – Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;

II – Elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

III – indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito a pessoa idosa;

IV – Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º./10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V – Fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03.

VI – Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa idosa;

VII – inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência a pessoa idosa;

VIII – Apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

IX – Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

X – Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento a pessoa idosa;

XI – elaborar o seu regimento interno;

XII – outras ações visando à proteção do Direito da pessoa idosa.

Parágrafo único – Aos membros do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa idosa.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído:

I – Por representantes de órgãos setoriais indicados a seguir:

A) Secretaria Municipal de Assistência Social;

B) Secretaria Municipal de Saúde;

C) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

II – Por 03 (três) representantes da sociedade civil organizada, indicados por entidades selecionadas por meio de Fórum próprio.

§1º. Cada membro do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa terá um suplente.

§ 2º. Os membros do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º. Os membros do Conselho terão um mandado de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandado de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º. O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 5º. As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, sendo o processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministério Público.

§6º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dia após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 4º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais.

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse da pessoa idosa.

Art. 5º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenário, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º. A função do membro do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – Extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II – Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III – Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 8º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I – Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. As sessões do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Estrela/MT proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa.

Art. 15. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo datações próprias.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE DIRETOS DA PESSOA IDOSA

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Diretos da Pessoa Idosa, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Porto Estrela.

Art. 17. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Diretos da Pessoa Idosa:

I – Recursos provenientes de órgãos da União ou do Estados vinculados à Política Nacional do Idoso;

II – Transferências do Município;

III – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV – Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – As advindas de acordos e convênios;

VI – As provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VII – outras.

Art. 18. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Estrela/MT, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados e previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal de Diretos da Pessoa Idosa”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Diretos da Pessoa Idosa.

§2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º. competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa gerir o Fundo Municipal do Idoso e fixar os critérios para sua utilização

§4º. Caberá à Secretaria Municipal Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Estrela/MT órgão responsável pela coordenação da política municipal do idoso, compete administrar o Fundo Municipal do Idoso, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, cabendo ao seu titular:

I – Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;

II – Submeter ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III – Assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV – Outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 20. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 21. O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revoga-se a Lei Municipal nº 0151/2001 e as demais disposições em contrário.

Porto Estrela, 07 de Novembro de 2023.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2023

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Dispensa de Licitação nº 013/2023

Processo Administrativo nº 051/2023

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, através de seu Secretário Municipal de Turismo, com a autorização do Prefeito Municipal, faz saber a todos os interessados que encontra-se aberto o prazo para envio de propostas de preços para Dispensa de Licitação visando a locação de 01 (um) imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal Turismo.

O prazo para envio das propostas será a partir do dia 08 de novembro de 2023 até o dia 10 de novembro de 2023. As propostas de eventuais interessados deverão ser encaminhadas no e-mail licitacao@portoestrela.mt.gov.br ou protocoladas no Departamento de Licitações desta prefeitura

A descrição detalhada e requisitos para locação seguem descritas no Termo de Referência.

O Termo de Referência completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de expediente

Porto Estrela/MT, 07 de novembro de 2023.

_____

Marcio Rodrigues da Silva

Secretário Municipal de TurismoDispensa de Licitação nº 013/2023

Processo Administrativo nº 051/2023

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, através de seu Secretário Municipal de Turismo, com a autorização do Prefeito Municipal, faz saber a todos os interessados que encontra-se aberto o prazo para envio de propostas de preços para Dispensa de Licitação visando a locação de 01 (um) imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal Turismo.

O prazo para envio das propostas será a partir do dia 08 de novembro de 2023 até o dia 10 de novembro de 2023. As propostas de eventuais interessados deverão ser encaminhadas no e-mail licitacao@portoestrela.mt.gov.br ou protocoladas no Departamento de Licitações desta prefeitura

A descrição detalhada e requisitos para locação seguem descritas no Termo de Referência.

O Termo de Referência completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de expediente

Porto Estrela/MT, 07 de novembro de 2023.

_____

Marcio Rodrigues da Silva

Secretário Municipal de Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 0151/2023 (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias a servidores da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura, conforme relação abaixo:

Nº.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO DE GOZO
001	JOSE BENEDITO DOS SANTOS	COLETOR DE LIXO	Obras	01/11/2023 a 30/11/2023
	ANTONIO PASTOR DOS SANTOS	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	Obras	06/11/2023 a 05/12/2023

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 07 de novembro de 2023

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 0153/2023 (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias a servidores da Secretaria Municipal de Educação, conforme relação abaixo:

Nº.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO DE GOZO
001	ADIJANE MINOTTI DE ARAUJO	NUTRICIONISTA	Educação	21/11/2023 a 20/12/2023

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos retroativos ao

mês de março de 2022

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 07 de novembro de 2023.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0152/2023 (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias a servidores da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação abaixo:

Nº.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO DE GOZO
001	NEIDINALVA FELIX DA ROCHA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	Saúde	30/10/2023 a 28/11/2023
002	DIULINA NUNES DA SILVA	AGENTE SERVIÇO PUBLICO	Saúde	06/11/2023 a 05/12/2023
003	LUCIELI RAMOS DE BRITO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	Saúde	06/11/2023 a 05/12/2023
004	DANIELY RODRIGUES CORREA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	Saúde	06/11/2023 a 05/12/2023
005	HOSANA VIEIRA MATOS DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	Saúde	16/11/2023 a 15/12/2023

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 07 de novembro de 2023.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2023

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 129/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2023

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78.560-000 fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 485/2022 de 12/09/2022, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para o **REGISTRO DE PREÇO** DO TIPO **MENOR PREÇO GLOBAL** PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA MANUTENÇÃO E/OU RECONFIGURAÇÃO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA DE PORTO DOS GAUCHOS - MT.**

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO GLOBAL

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 22/11/2023

Horário:---------- DAS 07h00minh ÀS 08h00-minh (HORÁRIO LOCAL)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data:---------- 22/11/2023

Horário:---------- 08h00min HORAS (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, pelo site licitacao@portodosgauchos.mt.gov.br ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 07 de novembro de 2023.

Alessandro Isernhagen Hydalgo

Pregoeiro nomeado

Portaria n° 485/2022

LEI Nº 1121/2023

DE 07 de Novembro de 2023

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, **PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT,** no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo municipal, autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, com inclusão de fontes de recursos, por decreto até o valor total de R$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Atenção Básica 301

PROGRAMA: Gestão da Saúde humanizada..... 0019

PROJ/ATIV: Contratação de Serviços Médicos para a Atenção Básica..... 2807

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica: 3390.39.00.00.00. red. 229. ..... R$ 210.000,00

Fonte de Recurso: 1.600.3110000 Transf. União decorr. de emendas parlamentares individuais..... R$ 210.000,00

TOTAL ADICIONADO..... .... R$ 210.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação na forma do art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4320/64

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º desta lei passam a integrar a lei municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a lei municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 07 de novembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 113/2023

DE 07 de Novembro de 2023

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, **PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT,** no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64 e a Lei Municipal nº 1121/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, com inclusão de fontes de recursos, por decreto até o valor total de R$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Atenção Básica 301

PROGRAMA: Gestão da Saúde humanizada..... 0019

PROJ/ATIV: Contratação de Serviços Médicos para a Atenção Básica..... 2807

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica: 3390.39.00.00.00. red. 229. ..... R$ 210.000,00

Fonte de Recurso: 1.600.3110000 Transf. União decorr. de emendas parlamentares individuais..... R$ 210.000,00

TOTAL ADICIONADO..... .... R$ 210.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação na forma do art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4320/64

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º deste decreto passam a integrar a lei municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a lei municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 07 de novembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00014, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - PORTO DOS GAUCHOS - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00014, de 07 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento (ITR)
BERNARDO UTERMOEHL	021.053. 010-37	9135 /00159/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: ANTONIO MARCOS DOS SANTOS FERREIRA Matrícula: 00001841

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS / 692023 Assinatura:

Data de afixação:	07/11/2023
Data de desafixação:	22/11/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER
EDITAL Nº 001/2023

Dispõe sobre Seleção para Diretores das Unidades Escolares do Município de Poxoréu-MT, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SEEL).

NELSON ANTONIO PAIM, PREFEITO MUNICIPAL DE POXORÉU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição de República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996-LDB, a Lei nº 14.113/2020 de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal N° 2.314.2022.

RESOLVE

Artigo 1º Determinar a abertura do Processo de Seleção de Profissionais da Educação ao Provimento do Cargo em Comissão de Diretor (a) Escolar das Unidades Escolares Públicas Municipais: Escola Municipal Profª Leila Aparecida Oliveira da Silva, CMEI Jose Altamiro Paim, CMEI Jose Dias Coutinho, Escola Municipal Cel. Julio Muller para o Ano de 2024, nos termos da Lei Municipal n° 2314/2022, 14 de setembro de 2022, e Lei nº 14. 113/2020, que regulamenta o Novo Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), onde condiciona previamente, parâmetros técnicos de mérito e desempenho.

DOS CONCEITOS E NOMENCLATURAS

Artigo 2º Para fins deste Edital, considera-se:

I. SEEL: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**; II. UE:** Unidades Escolares; **III. CSC**: Comissão de Seleção Central; **IV. CSUE:** Comissão de Seleção da Unidade Escolar; **V. CDCE**: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar. **DA COMISSÃO DE SELEÇÃO CENTRAL E DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR**

Artigo 3º Haverá uma Comissão de Seleção Central (**CSC**) que será composta por representantes dos seguintes segmentos:

I. 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II. 1 (um) representante das Unidades de Educação Infantil;

III. 1 (um) representante das Unidades de Ensino Fundamental;

IV. 1 (um) membro do Conselho Municipal de Educação;

V. 1 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

VI. 1 (um) psicólogo da rede municipal de educação.

Artigo 4º São atribuições da **CSC**:

I. Orientar e acompanhar as Comissões de Seleção das Unidades Escolares; II. Analisar e avaliar o plano de ação dos candidatos para Consulta Pública; III. Deferir ou indeferir candidaturas; IV. Publicar lista dos selecionados; V. Decidir sobre casos omissos.

§1º. Os segmentos encaminharão representantes que constituirão a CSC, escolhidos em assembleia, no dia **10 de novembro de 2023, até as 11h**;

§2º. O presidente deverá ser escolhido pelos membros da **CSC** em reunião específica, no dia 10 de novembro, as 15h;

Artigo 5º Cada Unidade Escolar constituirá uma Comissão de Seleção da Unidade Escolar (**CSUE**) até o dia **13 de novembro de 2023**, para conduzir o processo de seleção de Candidato à Direção, constituída em Assembleia Geral da comunidade, convocada pelo diretor (a) da Unidade Escolar e ser registrada no Formulário disposto no **Anexo I**.

§ 1º Devem compor a comissão 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente,

I. 1 (um) professor efetivo;

II. 1 (um) representante dos pais;

III. 1 (um) representantes do CDCE;

IV. 1 (um) representante não docente efetivo;

§2º O representante e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral pelos respectivos segmentos, em data, hora e local amplamente divulgados pelo diretor da UE.

§3º A **CSUE**, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§4º. O membro da Comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente após a comprovação da irregularidade e parecer da **CSC**.

§5º Não poderá compor a **CSUE**:

I. Qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e ou parente até segundo grau; II. O servidor em exercício na função de Diretor (a) Escolar.

§6º. O Diretor (a) Escolar deverá colocar à disposição da **CSUE** os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

DOS CRITÉRIOS

Artigo 6º Para participar do processo de que trata este Edital, o candidato para Consulta Pública deve:

I. Ser professor ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério na Rede Pública Municipal, com habilitação em Pedagogia.

II. Estar em exercício de atividade de no mínimo 02 (dois) anos no município de Poxoreu;

III. Ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais comprovado por meio de certidão cível e criminal (no âmbito estadual e federal);

IV. Apresentar proposta de trabalho motivada e comprometida, dentro da realidade social da comunidade escolar para a qual irá se inscrever.

§1º O profissional poderá participar da consulta pública à função de Diretor(a) Escolar em apenas uma Unidade Escolar da rede pública municipal.

§ 2º A Unidade Escolar que não tiver candidatos inscritos para participar no processo seletivo, caberá ao Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer a indicação do profissional que preencha os requisitos cumulativos previstos no artigo 8º, da lei 2314/2022, para nomeação, podendo este profissional ser de qualquer Unidade Escolar.

Artigo 7º É vedada a participação, no processo seletivo, do profissional que:

I. Não ter respondido, no exercício de função pública, processo administrativo disciplinar, nos últimos três anos;

II. Apresentou ou está de atestado médico de 30 dias ou mais durante o ano de 2023 e afastamento para fins pessoais.

DAS INSCRIÇÕES E DAS ETAPAS

Artigo 8º A seleção de profissional para provimento da função em comissão de Diretor(a) Escolar das Unidades Escolares Públicas Municipais será realizada em 6 (seis) etapas:

I. Etapa 1: Registro da candidatura para consulta pública; II. Etapa 2: Apresentação do Plano Anual à Comunidade Escolar pelo candidato; III. Etapa 3: Entrega do Plano de Gestão Anual à SEEL; IV. Etapa 4: Prova escrita; V. Etapa 5: Entrevista; VI. Etapa 6: Processo de votação, mesmo sendo candidato único.

Artigo 9º A aprovação de cada etapa é condicionante para que o candidato avance para as demais fases do processo seletivo:

I-1ª Etapa: Registro de candidatura para consulta pública;

a) O candidato deverá registrar sua candidatura para consulta pública, junto à **CSUE** que pretende se candidatar, no dia **16 de novembro de 2023**, no horário das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, efetivando os seguintes procedimentos: b) Preencher uma ficha padrão: identificando a unidade escolar para a qual está se candidatando, conforme modelo disposto no Anexo I do presente edital, e anexar a ficha os seguintes documentos: 1. Assinar o Termo de Compromisso de dedicação exclusiva e declarar estar de acordo com as condições deste Edital, conforme Anexo III, entregando os seguintes documentos: 2. Certidões Negativa de Cível e Criminal, no âmbito Estadual e Federal. c) A Inscrição do Candidato implicará o conhecimento do presente Edital e compromisso tácito de aceitar as condições do processo de seleção tais como estabelecidas em legislação vigente. d) É vedada ao Candidato à Inscrição por correspondência, ou e-mail. e) Em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo de inscrições. f) A **CSC** deverá encaminhar a **CSUE no dia 17 de novembro de 2023** a Inscrição e Registro de candidatura do (s) candidato(s) já deferida até as 11h, e afixar no mural da escola a lista de inscritos na unidade escolar. g) A confirmação do Registro de candidatura à consulta Pública será feita através de divulgação pela **CSC** no dia **17 de novembro 2023** até às 11 horas; h) As Inscrições que não atenderem os requisitos constante nos artigos 6º e 7º deste edital, para concorrer a função de Diretor(a) Escolar, **serão indeferidas.** i) O candidato que tiver sua Inscrição indeferida terá até o dia, **18 de novembro de 2023 até as 11h,** para entrar com recurso; j) A **CSC** terá até **19 de novembro de 2023 até as 11h** para se manifestar sobre o recurso.

II: 2ª Etapa: Apresentação do Plano Anual à Comunidade Escolar pelo candidato;

a) Para habilitar-se a concorrer às funções disponíveis, o Candidato deverá apresentar proposta contendo o seu Plano de Ação, nos seguintes dias, com no máximo 40 minutos de apresentação por candidato: 1. Dia 23/11/2023, às 07h, para os alunos do segundo ciclo do período matutino, nas escolas que atendem essa etapa. 2. Dia 23/11/2023, às 12:30h, para os alunos do segundo ciclo do período vespertino, nas escolas que atendem essa etapa. 3. Dia 23/11/2023, às 17h, para os profissionais da educação da unidade escolar. 4. Dia 24/11/2023, às 18h, para os pais e responsáveis dos alunos matriculados na unidade escolar. **b)** Caberá a CSUE o registro em Ata das assembleias realizadas e encaminhar a ata para a **CSC, no dia 27 de novembro de 2023.**

III: Etapa 3: Entrega do Plano de Gestão Anual à SEEL;

a. O Plano de Ação dos candidatos deverá ser entregue à SEEL**,** até as **11h, do dia 21 de novembro de 2023**. Os candidatos a diretores das escolas do campo poderão encaminhar o plano de ação via e-mail: seel.processodeselecao@gmail.com. b. O referido plano deverá contemplar as propostas, compromissos e ações que serão desenvolvidas, observando a legislação vigente, em consonância com os documentos referenciais como a BNCC, DRC-MT, Políticas Municipais, Projeto Político Pedagógico e Plano de ação de cada UE, que deverá conter: c. Objetivos e metas para melhoria da qualidade do ensino, baseando-se nos dados coletados no Plano de ação da Unidade Escolar. d. Estratégias para preservação e melhoria do patrimônio público. e. Estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da Unidade Escolar, na gestão dos recursos financeiros quanto ao acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas. f. Estratégias para a garantia da participação dos profissionais de educação no Projeto Sala do Educador, sob sua gestão. g. Estratégias tendo em vista à elevação dos índices oficiais IDEB, SAEB, entre outros. (Ensino Fundamental) h. Caso não seja encaminhado a ata de apresentação do Plano de Ação na data acima citada, o candidato será desclassificado e não poderá participar da próxima etapa;

IV: Etapa 4 – Prova Escrita

1. A prova escrita será composta de questões dissertativas e objetivas, **de caráter eliminatório**, elaborada de acordo com os critérios referentes ao cargo de diretor (a) escolar onde será exigido conhecimento, habilidades, competências e aptidão para liderança.

Provas	N° de Questões	Pontuação de Cada Questão	Total
Liderança e Gestão de Pessoas	3 Objetivas 1 Dissertativas	5 5	15 5
Gestão Financeira e Sistemas de Apoio a Gestão Escolar	3 Objetivas 1 Dissertativas	5 5	15 5
Gestão Pedagógica e Educação Inclusiva	3 Objetivas 1 Dissertativas	5 5	15 5
Legislações Vigentes da Educação Municipal	3 Objetivas 1 Dissertativas	5 5	15 5
Gestão Administrativa	3 Objetivas 1 Dissertativas	5 5	15 5
Total	**15 Objetivas 5 Dissertativas**	**5 5**	**75 25**

2. A prova objetiva de múltipla escolha, **de caráter eliminatório**, será de acordo com a valoração de pontos acima evidenciada, e terá sua pontuação total variando de mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 100 (cem) pontos.

3. Será desclassificado o candidato que não atingir um aproveitamento de 40% da pontuação total da prova dissertativa e discursiva.

4. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta

5. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas e dissertativas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato. **6.** Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta). **7.** Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas objetivas, nem emenda ou rasura, ainda que legível pois poderá prejudicar o desempenho do candidato. **8.** O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado. **9.** Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. **10.** Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada **11.** e campo de marcação não–preenchido integralmente. **12.** Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim, no ato da candidatura para a consulta pública. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado. **13.** O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos. **14.** O caderno de provas contém todas as informações pertinentes, devendo o candidato ler atentamente as instruções. **15.** Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. **16.** O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, de comprovante de inscrição e de documento de identidade original, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição. **17.** A prova dissertativa e objetiva acontecerá no dia **30 de novembro de 2023,** às 8h, na E.M. Profa. Guiomar Maria da Silva; **18.** O Resultado da prova dissertativa e objetiva será no dia **01 de dezembro** até as 17h e divulgado através do diário da Associação Mato-

Grossense do Municípios - AMM(https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/) e no mural das escolas. **19.** O candidato terá a data de **04 de dezembro de 2023** para entrar com recurso a respeito da prova dissertativa e objetiva, até as 17h. **20.** O resultado do recurso da Prova dissertativa e objetiva será divulgado pela **CSC no dia 05 de dezembro de 2023, até as 11h.**

V: Etapa 5 – Entrevista

Entrevista com a psicóloga no dia **08 de dezembro de 2023**, as 8h na Secretaria, Educação, Esporte e Lazer.

VI: Etapa 6: Processo de votação, mesmo sendo candidato único.

a) A Oitava da Etapa do processo deverá realizar-se em todas as Unidades Escolares

Municipais que acontecera o processo de eleição, no dia **13 de dezembro de 2023,** das 7h às 17h00 horas.

b) A entrega e divulgação dos resultados do processo de votação à CSC, e afixação no mural da escola, será realizada após a apuração dos votos, no dia 13/12/2023.

DA CAMPANHA ELEITORAL

Artigo 10º É permitido ao candidato a exposição de sua proposta de trabalho por meio de cartazes dentro da Unidade Escolar.

§1º. Se houver mais de um candidato, ambos terão os mesmos direitos à exposição, sendo a **CSUE** responsável por esta organização.

§2º. Os espaços destinados a Campanha eleitoral deverão ser definidos pela **CSUE**, sendo que os mesmos critérios devem ser utilizados para todos os candidatos.

Artigo 11º É vedado ao candidato e à comunidade:

I. Exposição de faixas, cartazes e propaganda volante fora da Unidade Escolar; **II.** Distribuição de panfletos promocionais (santinhos) e de brindes de qualquer espécie como objetos de propaganda ou de aliciamento de votantes; **III.** Realização de festas na Unidade Escolar, que não estejam previstas no seu calendário; **IV.** Atos que impliquem em oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza; **V.** Propagandas que ridicularizem e/ou difamem o outro candidato; **VI.** Aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística; **VII.** Utilização de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo ou da unidade escolar.

Artigo 12º Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida a **CSUE**, o candidato que praticar quaisquer dos atos do Artigo 11 deste Edital ou que, permitir a outrem praticá-los em seu favor.

Parágrafo Único. Caso o candidato possua apelido pelo qual é conhecido, poderá usá-lo para a divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

DOS VOTANTES, DA SELEÇÃO PARA CONSULTA PÚBLICA E DA MESA ESCRUTINADORA

Artigo 13º - No dia da Consulta Pública deverá ser constituída uma Mesa de Votação, que será composta por 03 (cinco) membros da **CSUE**, com as funções a serem desempenhadas:

I. O Presidente da Mesa terá as seguintes atribuições: a) Verificar as credenciais dos fiscais dos candidatos; b) Resolver todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem; c) Manter a ordem no local da Consulta Pública; d) Acompanhar todo o processo da Consulta Pública; e) Comunicar, através do e-mail da Comissão Central de Atribuição (seel.processodeselecao@gmail.com) as ocorrências cujas soluções dela dependerem; f) Registrar em ata eventuais irregularidades apontadas pelos fiscais dos candidatos, desde que comprovadas; g) Realizar, juntamente com o Secretário da Mesa a conferência de votos e a conclusão do processo de seleção; h) Encerrar a votação e juntamente com o Secretário da Mesa realizar os procedimentos necessários a finalização do processo; i) Zelar pela preservação dos materiais da Consulta Pública; j) Encaminhar através de ofício o resultado final da apuração dos votos através da Ata de Escrutinação do processo de Consulta Pública à **CSC**;

k) Encaminhar os documentos, após a finalização do processo, para o arquivo da unidade escolar.

II. O Secretário de Mesa terá as seguintes atribuições:

a) Lavrar ata circunstanciada dos trabalhos realizados no dia, a qual deverá ser assinada por todos os mesários; b) Entregar a cédula da Consulta Pública aos votantes; c) Encaminhar o votante à cabine e orientá-lo a depositar seu voto na urna; d) Cumprir as demais obrigações que lhes forem atribuídas. **III. O Mesário terá as atribuições de:** a) Orientar os votantes na fila e verificar se o nome do mesmo está relacionado no caderno de votação; b) Conferir o documento de identificação do votante; c) Recolher a assinatura do votante em caderno específico; d) Encaminhar o votante ao Secretário para pegar a cédula de votação; e) Acompanhar todo o processo de consulta pública até a conclusão da contagem e da conferência de votos; f) Anotar, após o encerramento da consulta pública, o não comparecimento do eleitor, fazendo constar no local destinado a assinatura ou sua digital, no caderno de votação ou a observação "ausente"; g) Cumprir as demais obrigações que lhes forem atribuídas.

§1º. No decorrer do processo de seleção deverá ter no mínimo 02 (três) membros da **CSUE**, compondo a Mesa de Votação.

§2º. No decorrer do processo de seleção poderá ser realizado o revezamento entre os membros da Mesa de Votação, devendo ser organizado previamente.

§3º. Na ausência do Presidente da Mesa, o Secretário deverá substituí-lo.

§4º. Na ausência do Secretário da Mesa, o Mesário deverá substituí-lo.

Artigo 14º No dia da consulta pública o candidato poderá transitar livremente dentro do espaço escolar, devendo a Unidade Escolar se organizar para esta finalidade.

§1º. No dia da consulta pública o candidato deverá estar identificado por crachá.

§2º. Não será permitido ao candidato:

I. Provocar discussões e tumultos; **II.** Realizar boca de urna, pedindo votos ou entregando material de campanha; **III.** Promover conversas paralelas com votantes.

Artigo 15º Cada candidato poderá indicar 01 (um) fiscal para o dia da votação, devendo este estar identificado por crachás, com o objetivo de acompanhar o processo para que o mesmo ocorra de maneira justa, sendo:

§1º. O fiscal indicado pelos candidatos poderá solicitar ao Presidente da Mesa, o registro em ata de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

§2º. Não será permitido ao fiscal:

I. Provocar discussões e tumultos; **II.** Realizar boca de urna, pedindo votos ou entregando material de campanha **III.** Promover conversas paralelas com votantes;

Artigo 16º Podem votar:

I. O Conselho Deliberativo da Unidade Escolar;

II. Os pais dos alunos matriculados na Unidade Escolar;

III. Os funcionários lotados na unidade escolar.

IV. Os alunos do Segundo Ciclo acima.

Parágrafo Único. O profissional da educação com filhos na Unidade Escolar votará apenas pelo seu segmento.

Artigo 17º No ato de Consulta Pública, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento com foto que comprove sua legitimidade (identidade ou outros).

Artigo 18º Não é permitido voto por procuração.

Artigo 19º O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista em separado.

Artigo 20º O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da Unidade Escolar, devidamente assinado pelo presidente da **CSUE** e um dos mesários, conforme modelos dispostos no Anexo VII, para candidatura única e, Anexo VIII para mais de um candidato.

§1º. Fica de responsabilidade da CSUE com supervisão da CSC a confecção das cédulas e da urna.

Artigo 21º O secretário da mesa deverá lavrar a Ata de Ocorrências (anexo VI) dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

Artigo 22º As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§1º. Antes da abertura da urna, a **CSUE** deverá verificar se há nela indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório à **CSC** para decisão cabível.

Artigo 23º Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação, se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado no Artigo 24.

Artigo 24º Os pedidos de impugnação fundada em violação de urnas somente poderão ser apresentados até sua abertura, registrado em formulário próprio, conforme modelo disposto no Anexo IV.

Artigo 25º São nulos os votos:

I. Registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão; **II.** Que indiquem mais de um candidato.

Artigo 26º Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo no computo dos votos válidos.

Artigo 27º Na apuração final dos votos, em caso de empate de votos válidos, será utilizado como critérios para desempate, a seguinte ordem:

I. Maior escolaridade;

II. O profissional que possuir o maior tempo na rede municipal de ensino;

III. O profissional que possuir maior idade.

Artigo 28º O candidato único só será considerado eleito se obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Artigo 29º Na Unidade Escolar onde não houver candidato inscrito no processo seletivo ou que tenha sido desclassificado nas etapas descritas neste edital, responderá pela gestão, o profissional designado pela SEEL, que se enquadre nos termos do Artigo 6º e no disposto do Artigo 7º e de seus respectivos parágrafos.

Artigo 30º Concluídos os trabalhos de escrutinação, verificado toda a documentação e decidido sobre eventuais irregularidades será lavrada a **Ata de Escrutinação,** conforme Anexo V, do resultado final de todo o processo devendo ser assinada pelos componentes da mesa escrutinadora e todo material deverá ser entregue ao presidente da **CSUE**.

Parágrafo Único – O presidente da CSUE após o final dos trabalhos divulgará o resultado final da votação em local visível e de fácil acesso.

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

Artigo 31º São atribuições do Diretor (a) Escolar:

I. Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento; II. Trabalhar em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e, outros processos de planejamento; III. Coordenar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola assegurando a sua unidade, bem como o cumprimento do currículo e do calendário escolar; IV. Manter atualizado o tombamento dos bens públicos zelando em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar pela sua conservação; V. Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino; VI. Submeter ao conselho deliberativo da comunidade escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar e registrados em ata; VII. Divulgar para a comunidade escolar a movimentação financeira da escola; VIII. Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas na escola; IX. Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e à comunidade escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas, bem como a avaliação interna da escola e as propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas; X. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Artigo 32º O diretor que descumprir qualquer uma das cláusulas deste Edital de Seleção, após apurados os fatos, será exonerado da função.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 33º Este Edital abrange a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação Básica.

Artigo 34º No momento de transição de cargo ao Diretor(a) Escolar eleito pela comunidade, o profissional da educação que estiver na direção deverá apresentar a avaliação pedagógica de sua gestão e fazer a entrega do balanço do acervo documental e do inventário do material, do equipamento e do patrimônio existentes na Unidade Escolar.

§1º. Em caso de não cumprimento do estabelecido neste artigo por parte do Diretor Escolar em exercício, competirá ao candidato eleito para o ano de 2024 e ao presidente do CDCE, relatar os fatos à SEEL, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da posse, sob pena de responsabilidade.

§2º. A transição do cargo deverá ocorrer até dia 31 de dezembro de 2023.

Artigo 35º O profissional da educação que esteja exercendo a função de Diretor(a) Escolar da Unidade Escolar, deve apresentar ao CDCE, a prestação de contas da gestão anterior (do Ano de 2023), até a data de 27 de janeiro de 2023.

Artigo 36º Os casos omissos serão resolvidos pela **CSC.**

Poxoreú-MT, 06 de novembro de 2023.

Celestina Alves de Souza Neta Campos

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Nelson Antônio Paim

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

PARA O PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA PARA DIRETOR ESCOLAR

ANO 2024

Unidade Escolar:

Endereço Número Bairro Poxoréu – MT.

FUNÇÃO	NOMES DOS MEMBROS	SEGMENTO
1- Presidente		

2- Secretário		
4- Titulares		
4- Suplentes		

Poxoréu-MT, _____de _____2023.

_____ _____

Assinatura do Diretor(a) Escolar Assinatura do Pres. CDCE

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO A DIRETOR(A) ESCOLAR

ANO 2024

Unidade escolar para a qual se candidata: Número da ordem de inscrição:

Dados pessoais:

Nome Pseudônimo Título de Eleitor Zona Seção RG Expedido em / /

CPF Data de Nascimento / /

Estado Civil Filiação Endereço Completo Telefone ( )

Dados profissionais

Graduação/Curso Ano Conclusão Instituição Pós-graduação/Curso Ano conclusão Instituição **Lotação** Período Tempo de Serviço na Unidade Escolar que se candidata_ Classe Nível Tempo de serviço no Magistério Público

Poxoréu-MT, _____de _____2023.

Assinatura do candidato

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

DE CANDIDATO PARA CONSULTA PÚBLICA A DIRETOR(A) ESCOLAR

ANO 2024

Eu, , portador(a) do RG nº e do CPF nº residente e domiciliado à município de , lotado na unidade escolar , concursado no cargo de _____,

declaro estar ciente e de acordo com as legislações previstas no EDITAL Nº 001/2023 – GESTÃO DEMOCRÁTICA, e firmo o compromisso de, no caso de ser eleito, Diretor(a) Escolar desta unidade, assumir a função nesta unidade escolar em regime de Dedicação Exclusiva, não tendo outro vínculo empregatício.

Poxoréu-MT, _____de _____2023.

Assinatura

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO

AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETOR(A) ESCOLAR ANO 2024

Eu, , portador(a) do RG nº e do CPF nº residente e domiciliando à , no município de atualmente membro da unidade escolar , no cargo de , venho requerer a impugnação da candidatura do(a) candidato(a) _____ _____.

Poxoréu-MT, _____de _____2023.

_____

Assinatura

Ilmo(a) Sr(a)

Presidente da Comissão de Atribuição da Unidade Escolar

ANEXO V

ATA DE ESCRUTINAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETOR(A) ESCOLAR

ANO 2024

Unidade Escolar _____, município de Poxoréu - MT.

Ao(s)_____dia(s) do mês de_____ de 2023, às __ horas, reuniu-se a COMISSÃO DE SELEÇÃO para contagem dos votos.

Integram a Comissão os seguintes membros:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

1. Resumo geral da Votação:

1.1Nº de votos válidos: 1.2Nº de votos nulos: 1.3Nº de votos brancos: 1.4Total geral de votantes:

2. Quadro geral da apuração

Nome do Candidato	Total de votos

Candidato eleito: _____

Assinaturas da Comissão de Seleção:

_____
_____
_____
_____
_____

Poxoréu-MT, _____de _____2023.

_____

Assinatura do Presidente

da Comissão de Seleção da Unidade Escolar

ANEXO VI

ATA DE OCORRÊNCIAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETOR(A) ESCOLAR

ANO 2024

Unidade Escolar , Município de Poxoréu - MT. Ao(s) dia(s) do mês de de 2023, às horas.

Registro de Ocorrências:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____
__

Assinaturas da Comissão de Seleção:

_____
_____
_____
_____

Poxoréu-MT, _____de _____2023.

_____

Assinatura do Presidente da Comissão de Seleção da Unidade Escolar

ANEXO VII

MODELO DE CÉDULA ELEITORAL PARA CANDIDATURA ÚNICA A GESTOR(A) ESCOLAR

ANO 2024

ANEXO VIII

MODELO DE CÉDULA DE SELEÇO PARA

MAIS DE UM CANDIDATO A GESTOR(A) ESCOLAR

ANO 2024

ANEXO IX - CRONOGRAMA

ITEM	AÇÃO/ETAPA	DATA
1.	Lançamento do Edital	08/11/2023
2.	Envio do ofício com nomes para compor a CSC à SEEL	10/11/2023, até as 11h.
3.	Constituição composição da CSC e escolha do Presidente da CSC	10/11/2023, às 15h, na SEEL
4.	Constituição da CSUE em cada unidade escolar	13/11/2023
5.	Inscrição e Registro de candidatura na SEEL	16/11/2023, das 07h as 11h e das 13h as 17h
6.	Resultado das Inscrições	17/11/2023, até as 11h
7.	Deferimento das inscrições dos candidatos	17/11/2023, até as 11h
8.	Período de recursos	18/11/2023, até as 11h
9.	Resultado do Recurso	19/11/2023
10.	Entrega do Plano de Gestão Anual à SEEL	21/11/23
11.	Apresentação do Plano Anual à Comunidade Escolar pelo candidato, conforme Art. 9, IV, a).	23/11/23 a 24/11/2023
12.	Encaminhar a ata das Assembleia para a CSC	27/11/2023
13.	Prova Escrita	30/11/2023, às 8h, na E. M.Profª Guiomar Maria da Silva
14.	Resultado da prova Escrita	01/12/2023
15.	Período de Recurso prova Escrita	04/12/2023
16.	Resultado do recurso da prova Escrita	25/11/2022
17.	Entrevista	08/12/23, as 08h, na SEEL
18.	Processo de votação e Entrega do Resultado a CSC	13/12/2023

JURIDICO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DIVIDA ATIVA 10/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DIVIDA ATIVA 10/2023

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 10 (DEZ) dias, promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do Artigo 58 da Lei Complementar 101/2000, e art. 201 e seguintes da Lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e Artigo 295, inciso I da Lei Municipal 1738/2014 (Código Tributário Municipal) e art.4º e seguintes da Lei 1.979/2019.

Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 05(cinco) parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês e multa de 2% (dois), acrescidos de honorários advocatícios. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o Município de Poxoréu, não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da ação competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas e custas processuais), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

Cadastro	Nome	CDA	Valor
3310	AMINADALB ALVES SOUZA	6507/2023	934,67
3311	AMINADALB ALVES SOUZA	6508/2023	1.604,04
3312	AMINADALB ALVES SOUZA	6509/2023	1.747,51
3313	JUVELINO MEDEIROS RODRIGUES	6510/2023	566,18
3318	NEUZIELY BEZERRA DE SOUZA	6511/2023	1.733,96
3319	MARINA BEZERRA BRITO	6512/2023	1.504,45
3323	ANTONIO LELIS DE AZEVEDO ROCHA	6513/2023	153,27
3325	EDUMINGOS LOPES DOS REIS	6514/2023	1.236,61
3326	DOMINGOS LOPES DOS REIS	6515/2023	251,88
3329	MANOEL FRANCISCO PEREIRA	6516/2023	468,78
3331	ANTONIO LELIS DE AZEVEDO ROCHA	6517/2023	134,89
3333	ANTONIO LELIS DE AZEVEDO ROCHA	6518/2023	268,80
3334	ANTONIO LELIS DE AZEVEDO ROCHA	6519/2023	134,89
3335	ANTONIO LELIS DE AZEVEDO ROCHA	6520/2023	117,78
3343	JUVELINO MEDEIROS RODRIGUES	6521/2023	628,16
3351	HELENO SILVINO DA SILVA	6522/2023	843,86
3352	JOAREZ LINO DE ARAUJO	6523/2023	2.345,78
3354	LOURIVALDO MACEDO DE SOUZA	6524/2023	1.245,49
3355	SILVANA SILVA BARROS	6525/2023	84,18
3356	MARLI ANACLETO DA SILVA	6526/2023	329,03
3357	WALDECY CONCEIÇÃO DE FARIAS	6527/2023	95,80
3363	RUBIA CARMELITA BARCELOS	6528/2023	472,70
3365	LOURISMAR FERNANDES PEREIRA	6529/2023	528,25
3368	ROSILENE SOUZA DA SILVA	6530/2023	581,92
3372	EDITE RODRIGUES DE SOUZA	6531/2023	229,22
3373	EDITE RODRIGUES DE SOUZA	6532/2023	773,01
3374	EDITE RODRIGUES DE SOUZA	6533/2023	886,84
3375	EDLEUSA CONCEICAO DE OLIVEIRA	6534/2023	886,84
3376	JOAO DIAS DA SILVA NETO	6535/2023	337,99
3377	MARIA CANDIDA DE JESUS	6536/2023	202,11
3379	ANTONIO PINHEIRO MENDONCA	6537/2023	127,02
3383	ALBINO LUCIANO PIO	6538/2023	274,15
3386	LIENAY ARAUJO BATISTA	6539/2023	468,41
3390	CLEIDE MARIA MORAES DE OLIVEIRA	6540/2023	582,86
3391	VANILDE PEREIRA DA SILVA	6541/2023	392,14
3394	LAZARA MORAES DA SILVA PAIM	6542/2023	346,01
3395	JOAO SOARES SILVA	6543/2023	2.312,23
3396	FELIPE FERREIRA PORTELA	6544/2023	362,75

3398	EURIPEDES GOMES DE ARAUJO	6545/2023	634,63
3399	JOILSON LEANDRO BULHOES	6546/2023	494,47
3400	DIVANIR ALVES DE SOUZA	6547/2023	84,65
3401	JOAO BATISTA SOUZA LIMA	6548/2023	1.575,27
3403	SEBASTIAO DA SILVA OLIVEIRA	6549/2023	759,03
3406	SANDRA NAZARE LEANDRO	6550/2023	1.422,44
3407	LISLAINE DE JESUS	6551/2023	404,26
3409	MARIA DIVINA DOS ANJOS	6552/2023	1.157,89
3411	JOAO LOPES GALVAO	6553/2023	1.029,04
3412	MARIA APARECIDA SANTOS E SILVA	6554/2023	250,51
3413	ANTONIA DOS REIS MOREIRA	6555/2023	2.145,92
3418	CLARISSE SANTANA SOARES	6556/2023	1.311,55
3420	ZENY CIRINO DE CAMPOS SOARES	6557/2023	194,14
3422	FLAVIA RODRIGUES NASCIMENTO SOARES	6558/2023	714,12
3425	CELIO PORTO DOS SANTOS	6559/2023	370,60
3428	ANTONIO ZEFERINO DA ROSA	6560/2023	136,59
3430	ELIABE JASSON ARAUJO	6561/2023	424,20
3431	FABIO JEAN NEVES RODRIGUES	6562/2023	479,05
3432	SULENI OLIVEIRA XAVIER	6563/2023	572,30
3435	LUIZ CARLOS GONCALVES	6564/2023	760,85
3436	MARIA DA SILVA MACEDO	6565/2023	328,66
3438	ADILSON NERY DE OLIVEIRA REZENDE	6566/2023	522,87
3439	EDSON RODRIGUES DO NASCIMENTO	6567/2023	176,82
3441	ROBSON LUIS SOL	6568/2023	766,58
3442	ROBSON LUIS SOL	6569/2023	710,59
3443	NILDO HENRIQUE ROSSI ZANBONINI	6570/2023	1.055,53
3444	NILDO HENRIQUE ROSSI ZANBONINI	6571/2023	1.055,53
3446	CARLOS CESAR AIRES DA SILVA	6572/2023	145,21
3449	DJALMA SOUZA BRITTO	6573/2023	1.111,27
3450	ROBSON LUIS SOL	6574/2023	546,99
3451	SULENI OLIVEIRA XAVIER	6575/2023	1.260,68
3452	PEDRO RUBINO	6576/2023	1.107,77
3453	EUSTAZIO BARROS FILHO E ESPOSA	6577/2023	564,91
3457	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	6578/2023	1.460,57
3461	HELIO VIEIRA DOS SANTOS	6579/2023	372,59
3469	EURIPEDES GOMES DE ARAUJO	6580/2023	222,08
3476	MARCOS CEZAR FARIAS DE OLIVEIRA	6581/2023	1.431,81
3485	LUZIMAR DA SILVA PEREIRA	6582/2023	1.523,74
3488	HELI SEVERINO GOMES	6583/2023	165,05
3494	FLAVIA ALESSANDRA DA SILVA FERREIRA	6584/2023	674,32
3502	SALOMAO FERREIRA DO NASCIMENTO	6585/2023	180,39
3505	MANOEL SILVA PEREIRA	6586/2023	556,81
3506	DIRCEU PENTEADO	6587/2023	219,30
3507	DIRCEU PENTEADO	6588/2023	219,30
3508	DIRCEU PENTEADO	6589/2023	219,30
3509	DIRCEU PENTEADO	6590/2023	209,15
3510	GILBERTO FERREIRA G. DA SILVA	6591/2023	508,25
3512	DAVI TELES DE OLIVEIRA	6592/2023	1.459,81
3516	VANIA PORTO DE CARVALHO	6593/2023	525,61
3517	RICARDO MOACIR DO NASCIMENTO	6594/2023	1.581,58
3518	SIDINEI DOS SANTOS PEREIRA	6595/2023	332,34
3520	JOAO DIAS DA SILVA NETO	6596/2023	134,44
3522	MARIVALDO LELIS DE OLIVEIRA	6597/2023	178,03
3525	JOSEMAR PEREIRA PACHECO	6598/2023	668,56
3526	IRANICE RODRIGUES DE MELO	6599/2023	2.539,99
3527	A J DE OLIVEIRA ACESSORIOS	6600/2023	2.380,15
3528	EDINALVA ALMEIDA SOUSA	6601/2023	840,61
3529	BENEDITO ASSIS MEIRA JUNIOR	6602/2023	365,58
3530	EVARISTA ESTRELA MARQUES	6603/2023	143,16
3536	CICERO JOSE XAVIER	6604/2023	919,49
3540	LOURIVAL ROCHA LIMA JUNIOR	6605/2023	659,53
3542	GABRIELITA BOAVENTURA LOMES	6606/2023	931,63
3543	NORMA APARECIDA PEDREIRA	6607/2023	801,76
3544	ARMANDO FELIX PARDIM	6608/2023	2.257,56
3549	JUDITH VENTURA	6609/2023	951,84
3556	ANTONIO LUIZ DOS SANTOS	6610/2023	831,75
3557	VALDECIR DIAS XAVIER	6611/2023	1.127,97
3563	NALVA OLIVEIRA DE CAMPOS	6612/2023	419,76
3565	JOSE DO CARMO RODRIGUES	6613/2023	395,07
3566	MARIA DE FATIMA SOUZA MORENO	6614/2023	436,52
3567	OSVALDO SOUZA BRITO JUNIOR	6615/2023	2.909,02
3568	OSVALDO SOUZA BRITO JUNIOR	6616/2023	895,52
3571	MARIA ALICE SANTOS DE ALMEIDA CAMPOS	6617/2023	307,65
3572	JOSE MESSIAS VIEIRA	6618/2023	713,58
3577	ELIDIA ALVES DA COSTA	6619/2023	218,74
3581	ROBSON LUIS SOL	6620/2023	708,92
3582	DENIZAR PEREIRA CIRILO	6621/2023	1.033,22
3584	DANIEL FERREIRA	6622/2023	564,59
3585	JOSE DIAS COUTINHO FILHO	6623/2023	1.354,62
3586	ZILZABETE DOS SANTOS	6624/2023	660,96
3588	ANA LUZIA NIGRO ANTIGA	6625/2023	660,96
3590	LAURINDO ALVES TREMURA	6626/2023	1.169,62
3592	JAZON LOPES SOARES	6627/2023	357,64
3594	JOSE DE SOUSA FILHO	6628/2023	187,09
3597	MARIA APARECIDA P DE S. M. DA SILVA	6629/2023	2.282,73
3601	MARINHO AKIOSHI KABA	6630/2023	154,08
3602	HONORETE DORNELIAS DA SILVA	6631/2023	1.049,42
3604	EDSON BELIDO MARTINS	6632/2023	1.329,39

3605	EDSON BELIDO MARTINS	6633/2023	1.105,39
3611	THIAGO SOUZA BORGES	6634/2023	528,90
3612	EDIVALDO SODRE DE VASCONCELOS	6635/2023	443,79
3613	LARISSA ALVES MOURA	6636/2023	747,93
3614	LARISSA ALVES MOURA	6637/2023	877,12
3617	LUCIANE MIRANDA DA SILVA	6638/2023	764,17
3618	JOILSON NOGUEIRA DOS SANTOS	6639/2023	712,98
3619	JOVITA OLIVEIRA XAVIER	6640/2023	247,32
3620	ARLEI RODRIGUES	6641/2023	654,51
3621	MARIA DO CARMO R. RUICCI	6642/2023	1.446,90
3622	DEUZINETE GONCALVES DE OLIVEIRA	6643/2023	490,28
3623	MIGUEL ARCANGELO DE CAMPOS	6644/2023	287,60
3624	FRANCISCO RODRIGUES MACIEL	6645/2023	246,84
3625	MARIA CONCEIÇÃO SOUZA PIRES	6646/2023	1.275,68
3626	MARLI ANACLETO DA SILVA	6647/2023	164,19
3627	JOSEMIR EDISON DOS SANTOS	6648/2023	1.416,62
3630	ESTACIO ROSA DE ALMEIDA	6649/2023	583,58
3639	ADALIA ALVES DE ALMEIDA	6650/2023	1.041,12
3641	EDENICIO ANACLETO DE ALMEIDA	6651/2023	694,01
3643	RONALDO JOSE RIBEIRO DA COSTA	6652/2023	663,11
3645	SONIA ALVES DE JESUS	6653/2023	298,86
3647	RENATO RAMOS DE OLIVEIRA	6654/2023	192,57
3650	LUZENER DOS REIS TOMAZ	6655/2023	569,67
3652	JOAO DE JESUS OLIVEIRA	6656/2023	294,21
3653	ELSON SOUSA MIRANDA	6657/2023	847,44
3656	MARLI DE FATIMA MELO PAVON	6658/2023	365,89
3657	MARIA APARECIDA DUARTE PEREIRA	6659/2023	109,84
3658	LUCILENE CORREIA DA SILVA	6660/2023	880,48
3659	LAUDICEIA MELO DOS SANTOS	6661/2023	718,45
3660	ILEUZINA ESTRELA MARQUES	6662/2023	718,45
3662	EDITE RODRIGUES DE SOUZA	6663/2023	1.415,72
3665	ELISANGELA SOARES DA SILVA	6664/2023	719,26
3667	DANIELA ALVES AGUIAR	6665/2023	499,01
3669	SILVIA MAIA DIAS	6666/2023	135,83
3670	ROSIMEIRA RODRIGUES FONSECA	6667/2023	709,67
3671	RONILDA DE NAZARÉ ARAÚJO	6668/2023	135,83
3673	NEUZA PEREIRA DOS SANTOS	6669/2023	50,78
3674	MARIA APARECIDA BENEVITE	6670/2023	605,66
3675	MIRLENE APARECIDA FERREIRA	6671/2023	694,65
3678	DIEGO RIZZO SANTANA	6672/2023	795,70
3679	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA NERY	6673/2023	653,28
3680	CLEONICE DE JESUS	6674/2023	725,80
3681	AILTON ALVES DOS SANTOS	6675/2023	838,54
3683	MAGNA REGINA O. SILVA	6676/2023	950,19
3684	ESTELA MARY O. SILVA	6677/2023	1.043,06
3688	VANIA DA SILVA GALVAO E OUTROS	6678/2023	404,70
3690	LUCILIA RODRIGUES DA SILVA	6679/2023	177,70
3693	LUIS GONZAGA DA SILVA	6680/2023	169,67
3694	MARILEI DA SILVA	6681/2023	532,08
3695	GUILHERMINA NOGUEIRA BARBOSA	6682/2023	2.912,06
3696	RANDER DE SOUZA FERREIRA	6683/2023	2.912,06
3698	ILDINETE SILVA PEREIRA	6684/2023	2.912,06
3699	RAIMUNDO NONATO PEREIRA	6685/2023	1.021,94
3700	ENDERSON CLAYTON MENDES	6686/2023	567,74
3701	MARIA APARECIDA CAVALCANTE DE SOUZA	6687/2023	702,82
3702	ADILSON NERY DE OLIVEIRA REZENDE	6688/2023	621,34
3703	LAZARO DUTRA GALVAO	6689/2023	388,94
3704	AILTON WANDERLEY CUNHA	6690/2023	581,87
3705	EDILSON SODRE DE OLIVEIRA	6691/2023	1.669,78
3707	AMARILDA MARQUES SOUZA	6692/2023	1.746,53
3708	ALOISIO LOPES DUARTE	6693/2023	1.001,91
3714	ADILSON NERY DE OLIVEIRA	6694/2023	621,34
3715	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA NERY	6695/2023	1.194,51
3716	MARCIA REGINA SILVA GONCALVES DE OLIVEIRA	6696/2023	695,04
3717	APARECIDA ALVES DA SILVA	6697/2023	1.055,53
3719	BENEDITO ASSIS MEIRA JUNIOR	6698/2023	1.931,95
3721	NIVALDO PIRES MOREIRA	6699/2023	463,16
3728	MARIA LUIZA DE JESUS SANTOS	6700/2023	164,44
3731	BENEDITO DE ASSIS MEIRA	6701/2023	587,25
3734	BENEDITO DE ASSIS MEIRA	6702/2023	587,25
3741	BENEDITO DE ASSIS MEIRA	6703/2023	587,25
3742	BENEDITO DE ASSIS MEIRA	6704/2023	587,25
3743	BENEDITO DE ASSIS MEIRA	6705/2023	587,25
3744	BENEDITO DE ASSIS MEIRA	6706/2023	587,25
3745	BENEDITO DE ASSIS MEIRA	6707/2023	629,06
3746	BENEDITO DE ASSIS MEIRA	6708/2023	587,25

Poxoréu-MT, 07 de novembro de 2023.

Dayse Crystina de Oliveira Lima

Assessora Jurídica Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.265 º/ 2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA ELUANA APARECIDA LOPES DE ANDRADE, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso da atribuição que lhe confere o art. 210 da Lei Nº 60 de 26 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º - CONCEDER a partir de 06 de Novembro de 2023, LICENÇA GESTANTE a Senhora ELUANA APARECIDA LOPES DE ANDRADE, contra-

tada no cargo Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, de 07 Novembro de 2023.

_____

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

LEI Nº 835, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA LEI N° 828, DE 17/08/2023, E INCLUEM METAS, AÇÕES, PROGRAMA E PROJETO/ATIVIDADE NO PPA 2022/2025, E LDO/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃOZINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor ***RONIVON PARREIRA DAS NEVES***, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a toda população do município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação, no valor de **R$ 41.848,80 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos**), para o setor cultural do Município de Ribeirãozinho-MT, conforme dotação abaixo identificada:

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
3.3.90.48.00 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	R$ 34,941.50
4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4,814.86
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 2,092.44
TOTAL	**R$ 41.848,80**

Poder: **11 Secretaria Mun. de Cultura e Turismo** Orgão: **01 Gabinete do Secretario** Função: **13 Cultura** SubFunção: **392 Difusão Cultural** Programa: **6055 Gestação da Cultura e Turismo** Projeto/Atividade: **2159 – Manutenção e Encargos Lei Paulo Gustavo**

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos previstos do excesso de arrecadação vinculados a Lei Complementar n° 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), conforme assim descrito no Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, devendo verificar a destinação e controle de fonte de recursos.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas dos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, 07 de Novembro de 2023.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

LEI Nº 833, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município Ribeirãozinho e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT**, Senhor **Ronivon Parreira das Neves**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Política de Assistência Social do Município de Ribeirãozinho tem por objetivos:

I. a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II. a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III. a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V. primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI. centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, ser viços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES Seção I Dos Princípios

Art. 3º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I. universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II. gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III. integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV. intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as de mais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V. equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

VI. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II Das Diretrizes

Art. 4º A organização da assistência social no Município de Ribeirãozinho observará as seguintes diretrizes:

I. primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

II. descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III. cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV. matricialidade sociofamiliar;

V. territorialização;

VI. fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII. participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Seção I Da Gestão

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social –SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art.6º O Município de Ribeirãozinho atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da política de assistência social no Município Ribeirãozinho é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Seção II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município Ribeirãozinho organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I. **proteção social básica:** conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II. **proteção social especial:** conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

§1º O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

§2º Os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica poderão ser executados pelas Equipes Volantes.

Art. 10. A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

§1º. proteção social especial de média complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;

b) Serviço Especializado de Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

§2º. O Município de Ribeirãozinho, a partir da constatação de que as ocorrências de violações de direitos ampliaram, e não são atendidas de acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, implantará a equipe de Proteção Social Especial, sendo que este nível de proteção deverá ser organizado gradativamente na estrutura do órgão gestor da assistência social por meio de equipe específica para o desenvolvimento prioritário dos serviços nos termos da tipificação.

I - A qualquer tempo poderá o município estruturar de abrangência direta ou indireta equipamentos específicos para a oferta de outros serviços tipificados de Média Complexidade.

II - A oferta do PAEFI deve ocorrer exclusivamente na unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

§3°. A qualquer tempo poderá o município estruturar de abrangência direta, indireta ou regional, equipamentos específicos para oferta de outros serviços tipificados de Alta Complexidade, tais como:

a) Serviço de Acolhimento Institucional;

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Art. 11. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades ou organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pelo órgão gestor, de que a entidade ou organização de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 12. As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de Ribeirãozinho, quais sejam:

I. CRAS;

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, observadas as normas gerais.

Art. 13. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e pelas entidades e organizações de assistência social, de forma complementar.

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.

§ 2º Os CRAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 14. A implantação das unidades de CRAS deve observar as diretrizes da:

I. **territorialização** – oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência de finidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social.

II. **universalização** – a fim de que a proteção social básica e a proteção social especial sejam asseguradas na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;

III. **regionalização** – participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam municípios circunvizinhos e o governo estadual, visando assegurar a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 15. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados da Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16. O SUAS afiança as seguintes seguranças, observado as normas gerais:

I. acolhida;

II. renda;

III. convívio ou vivência familiar, comunitária e social;

IV. desenvolvimento de autonomia;

V. apoio e auxílio.

Seção III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17. Compete ao Município Ribeirãozinho, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I. destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos municipais de assistência Social;

II. efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral ou aquisição de bens móveis;

III. executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV. atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V. prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI. implantar a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

VII. implantar sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social;

VIII. regulamentar e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal Social;

IX. regulamentar os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

X. cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais de assistência social, em âmbito local;

XI. cofinanciar em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

XII. realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

XIII. realizar a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

XIV. realizar em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social;

XV. gerir de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

XVI. gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;

XVII. gerir no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8° da Lei nº 10.836, de 2004;

XVIII. organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

XIX. organizar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

XX. organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XXI. elaborar a proposta orçamentária da assistência social no Município assegurando recursos do tesouro municipal;

XXII. elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XXIII. elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;

XXIV. elaborar e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando- o em âmbito municipal; e

XXV. elaborar e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/ RH - SUAS;

XXVI. elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instância de pactuação e negociação do SUAS;

XXVII. elaborar e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;

XXVIII. elaborar e aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XXIX. alimentar e manter atualizado: o Censo SUAS, o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XXX. garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

XXXI. garantir a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

XXXII. garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

XXXIII. garantir a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

XXXIV. garantir o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XXXV. definir os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

XXXVI. definir os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.

XXXVII. implementar os protocolos pactuados na CIT;

XXXVIII. implementar a gestão do trabalho e a educação permanente

XXXIX. promover a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

XL. promover a articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

XLI. promover a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XLII. assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XLIII. participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XLIV. prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XLV. zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XLVI. assessorar as entidades e organizações de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de assistência social de acordo com as normativas federais.

XLVII. acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades e organizações de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XLVIII. normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades e organizações vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.

XLIX. aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

L. encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

LI. compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

LII. estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

LIII. instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

LIV. dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

LV. criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

LVI. submeter trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social à apreciação do CMAS.

Seção IV DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município Ribeirãozinho.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I. diagnóstico socioterritorial;

II. objetivos gerais e específicos;

III. diretrizes e prioridades deliberadas;

IV. ações estratégicas para sua implementação;

V. metas estabelecidas;

VI. resultados e impactos esperados;

VII. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII. mecanismos e fontes de financiamento;

IX. indicadores de monitoramento e avaliação; e

X. cronograma de execução.

§2º O Plano Municipal de Assistência Social, além do estabelecido no parágrafo anterior, deverá observar:

I. as deliberações das conferências de assistência social;

II. metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;

III. ações articuladas e intersetoriais;

IV. ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

CAPÍTULO IV Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do SUAS Seção I DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Ribeirãozinho, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 06 (seis) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I - 03 (três) representantes governamentais;

II - 03 (três) representantes da sociedade civil, observado as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de Assistência Social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob a fiscalização do Ministério Público.

§2º Consideram-se para fins de representação no Conselho Municipal o segmento:

I – **de usuários:** àqueles vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, organizados, sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos;

II – **de organizações de usuários:** aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à política de assistência social;

III – **de trabalhadores:** são legítimas todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, conselhos regionais de profissões regulamentadas, fóruns de trabalhadores, que defendem e representam os interesses dos trabalhadores da política de assistência social.

IV - **de organizações e entidades de Assistência Social:** aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§3º Os trabalhadores investidos de cargo de direção ou chefia, seja no âmbito da gestão das unidades públicas estatais ou das entidades e organizações de assistência social não serão considerados representantes de trabalhadores no âmbito dos Conselhos.

§4º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida única recondução por igual período.

§5° Deve-se observar, ao término de cada mandato de 2 (dois) anos do Conselho, a alternância entre a representação do governo e da sociedade civil, no exercício da função de presidente e vice-presidente.

§6º O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

§7º O CMAS terá no FMAS uma rubrica orçamentária própria para custeio da sua manutenção e funcionamento permanente, inclusive para pagamento de despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Art. 20. O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por representantes do Poder Público Municipal, Titulares e respectivos suplentes, e por representantes da sociedade civil vinculados à Assistência Social, sendo:

I – Governamental:

a) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação;

II – Não Governamental:

a) 01 (um) Representante de usuários ou de organização de usuários da Assistência Social;

b) 01 (um) Representante de entidades e organizações de Assistência Social;

c) 01 (um) Representante dos trabalhadores da Assistência Social;

§1° Os representantes do Poder Público Municipal serão indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os quais detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública.

§2° Os Conselheiros representantes da sociedade civil e entidades não governamentais assim como de representação do Poder Público serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e empossados pelo Titular da Pasta da Política de Assistência Social em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade em sua representação

Art. 21. O CMAS reunir-se-á ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário; suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 22. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 23. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 24. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social, além daquelas previstas na Lei Orgânica da Assistência Social, Norma Operacional Básica - NOB SUAS e Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social:

I. elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II. convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;

IV aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão ges tor da assistência social;

V aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VI acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VII acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;

VIII normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

IX apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

X apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XI alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;

XII zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIII zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XIV deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XV estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVI apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social e com as diretrizes das conferências;

XVII acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XVIII fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;

XIX planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XX participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;

XXI aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXII orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIII divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.

XXIV receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;

XXV estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.

XXVI realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

XXVII notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXVIII fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXIX emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXI registrar em ata as reuniões;

XXXII instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.

XXXIII avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Art. 25. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

Parágrafo único. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

Seção II DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 26. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância máxima de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social deve observar as seguintes diretrizes:

I divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência;

III estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV publicidade de seus resultados;

V determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e

VI articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 28. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinária mente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho.

Seção III

DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 29. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho e Conferência Municipal de assistência social.

Parágrafo único. Os usuários são sujeitos de direitos e público da política de assistência social e os representantes de organizações de usuários são sujeitos coletivos expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo direto enquanto usuário.

Art. 30. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e de apoio à organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, audiência pública, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Parágrafo único. São estratégias para garantir a presença dos usuários, dentre outras, o planejamento do conselho e do órgão gestor; ampla divulgação do processo nas unidades prestadoras de serviços; descentralização do controle social por meio de comissões regionais ou locais.

Seção IV DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 31. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite – CIB e Tripartite – CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

§1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o mu-

nicípio quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especi ficidades regionais.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA. Seção I DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 32. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 33. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, de vendo sua prestação observar:

I não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art.34. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Parágrafo Único. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

Seção II DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 35. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 36. O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I à genitora que comprove residir no Município;

II à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III à genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;

IV à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 37. O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único. O benefício eventual por morte poderá ser concedido conforme a necessidade do requerente e o que indicar o trabalho social com a família.

Art. 38. O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processo de atendimento dos serviços.

Art. 39. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II perdas: privação de bens e de segurança material;

III danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I. ausência de documentação;

II. necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;

III. necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

II ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

III perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

IV processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

V ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

Art. 40. Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 41. As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art. 42. Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

Seção III DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 43. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

Seção II DOS SERVIÇOS

Art. 44. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção III DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 45. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidas a Lei Federal nº 8.742, de 1993, e as demais normas gerais do SUAS, com prioridade para a inserção profissional e social.

§2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Seção IV

DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 46. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social à grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção V DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 47. São entidades ou organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 48. As entidades e organizações de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 49. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 50. As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no territó rio nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III elaborar plano de ação anual;

IV ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de analise:

I. análise documental;

II. visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III. elaboração do parecer da Comissão;

IV. pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V. publicação da decisão plenária;

VI emissão do comprovante;

VII notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 51. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 52. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 54. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º A dotação orçamentária prevista para o Fundo Municipal de Assistência Social será automaticamente transferida a sua conta, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 55. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 56. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:

I financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II em parcerias entre poder público e entidades ou organizações de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;

III aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério da Cidadania e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 57. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art. 58. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 59. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 60. Revogam-se na íntegra a Lei nº. 539, de 27 de agosto de 2014; Lei nº. 603, de 15 de dezembro de 2016; Lei nº. 788, de 11 de outubro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, 07 de Novembro de 2023.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

LEI Nº 839, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar Permuta de Bens Imóveis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, Senhor Ronivon Parreira das Neves, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar permuta de bens imóveis conforme disposto nos artigos seguintes.

Art. 2º -O Município receberá de MÁRIO LUIS HAAS, parte do imóvel rural proveniente da Matrícula **2.687,** registrada no Cartório de 1º Ofício da cidade de Alto Araguaia – MT, com área de 2,54 ha (duas hectares e cinquenta e quatro centiares), com a seguinte descrição do perímetro: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N 8. 175.832,25m e E 317.932,69m; deste, segue confrontando com terras do Município de Ribeirãozinho-MT, com os seguintes azimutes e distâncias: 98°58'15" e 581,01 m até o vértice M2, de coordenadas N 8.175.746,48m e E 318.507,35m; deste segue confrontando com terras de Mário Luis Haas com os seguintes azimutes e distâncias 180°11'39" e 8,82 m até o vértice M3, de coordenadas N 8.175.737,68m e E 318.507,40m; 271°48'34" e 576,09 m até o vértice M4, de coordenadas N 8.175.751,02m e E 317. 931,45m; 0°52'28" e 81,24 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro. As coordenadas da base foram processadas pelo método de Posicionamento por Ponto Preciso (PPP). Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS, avaliado em R$ 68.580,00 (sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais).

Art. 3º -O Município, por sua vez, para concretização da permuta entregará a MÁRIO LUIS HAAS, área proporcional de 2,54 ha (duas hectares e cinquenta e quatro centiares) ou 25.400 m² (vinte e cinco mil e quatrocentos metros quadrados), localizado na cidade de Ribeirãozinho – MT, na área ao lado da área permutada, onde era localizado o antigo aeroporto municipal, a ser desmembrado da Matrícula **11.586,** de propriedade do Município de Ribeirãozinho – MT, registrada no Cartório do 1º Ofício de Alto Araguaia, com a seguinte descrição do perímetro: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N 8.175.812,96m e E 318.506,98m; deste, segue confrontando com terras de Mário Luís Haas com os seguintes azimutes e distâncias: 99°48'55" e 423,24 m até o vértice M2, de coordenadas N 8.175.744,33m e E 318.924,62m; deste segue confrontando com terras do Município de Ribeirãozinho-MT com os seguintes azimutes e distâncias 210°02'15" e 40,23 m até o vértice M3, de coordenadas N 8.175.709,31m e E 318.904,77m; 210°44'60" e 23,61 m até o vértice M4, de coordenadas N 8.175.688,94m e E 318.892,87m; deste segue confrontando com terras de Mário Luís Haas com os seguintes azimutes e distâncias 278°58'25" e 389,79 m até o vértice M5, deste segue confrontando com terras do Municipio de Ribeirãozinho-MT de coordenadas N 8.175.746,48m e E 318.507,35m; 359°40'52" e 66,48 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro. As coordenadas da base foram processadas pelo método de Posicionamento por Ponto Preciso (PPP). Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo

como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M, avaliado em R$ 68. 580,00 (sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais).

Art. 4º -A transferência do imóvel de propriedade do Município para o permutante, ocorrerá através de Escritura Pública, não havendo qualquer pagamento financeiro a qualquer um dos permutantes, vez que a área de terras e valor de avaliação são idênticos.

Art. 5º -Cada permutante será responsável pelo pagamento de sua parte das despesas decorrentes da permuta.

Art. 6º -Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, 07 de Novembro de 2023.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

LEI Nº 837, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃOZINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor ***RONIVON PARREIRA DAS NEVES***, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a toda população do município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Adicional Especial para criação de dotação orçamentária no valor de R$ 1. 600.915,50 (um milhão, seiscentos mil e novecentos e quinze reais e cinquenta centavos), no Orçamento Municipal vigente.

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

Poder: 06 Secretaria Mun. de Viação e Obras Orgão: 01 Gabinete do Secretario Função: 15 Urbanismo SubFunção: 452 Serviços Urbanos Programa: 4030 Gestão da Malha Viária Urbana Projeto/Atividade: 1074 – Programa Ser Família Habitação Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ

Fonte de Recurso: 1.701

Art. 2º - O recurso para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior virá por Excesso de Arrecadação, vinculado ao **Convênio n° 2310/2022,** da fonte de recurso n° 701, conforme previsto no inciso III, § 1° do art. 43 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas dos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, 07 de Novembro de 2023.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

LEI Nº 836, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação verificado no exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".

O Sr. Ronivon Parreira das Neves, Prefeito Municipal do Município de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei e em conformidade com o Artigo 43 da Lei Federal n.º 4. 320/64, concomitante com o Artigo 167 da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação verificado no exercício financeiro de 2023, no valor de até **R$ 5.104.576,05 (Cinco Milhões e Cento e Quatro Mil e Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Cinco Centavos)** para reforço das dotações do Orçamento vigente.

Parágrafo Único - O crédito autorizado neste Caput será utilizado pela tendência do exercício e consequente a realização da receita por fonte de recursos, até limite autorizado conforme Anexo I deste Projeto (memória de cálculo).

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos previstos nos Incisos II, § 1º, Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, verificado a destinação e controle de fonte de recursos.

Art. 3º Os recursos apontados acima serão utilizados para cobertura de dotações orçamentárias do orçamento vigente, as quais se encontram com insuficiência de saldo de dotações, abertos e regulamentado através de decretos emitidos pelo Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, 07 de Novembro de 2023.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

Anexo I

Valor Previsto na LOA para exercício financeiro 2023. (a)	R$ 22.096. 835,00
Valor da Receita Orçamentária arrecadada até Setembro/ 2023 (b)	R$ 20.401. 058,30
Média dos 09 meses de receita arrecadada no exercício de 2023. c= (b/9)	R$ 2.266. 784,25
Tendência de Arrecadação para os 3 meses (Outubro/Novembro/Dezembro) d: c x 3	R$ 6.800. 352,75
Projeção da Receita Arrecadada até 31/12/2023 e= d+b	R$ 27.201. 411,05
Tendência de Excesso de Arrecadação f= e-a	**R$ 5.104. 576,05**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 287, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. "CONVERTER LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA A SERVIDORA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 823/2021, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Converter 30 dias de Licença Prêmio em pecúnia indenizatória a servidora abaixo relacionada:

NOME	MATRICULA	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ROSIMAR COTRIM DO CARMO	117	ZELADORA	2018/2023

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/10/2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 30 de outubro de 2023.

Luiz Carlos | **PREFEITO MUNICIPAL**

CALENDÁRIO ESCOLAR – ANO LETIVO DE 2024

CALENDÁRIO ESCOLAR – ANO LETIVO DE 2024

MÓDULO: 40 SEMANAS — PERÍODO: MATUTINO, VESPERTINO E INTEGRAL.

Dias do Mês	MESES DO ANO											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
01	DO	SP / PL			FN	SA			DO	IB		DO
02	F	SP / PL	SA			DO					SA	
03	F	SA	DO					SA			DO	
04	F	DO			SA			DO				
05	F	IAL IB			DO					SA		
06	SA			SA			SA			DO		
07	DO			DO			DO		SA			SA
08	F					SA			DO			DO
09	F		SA			DO					SA	
10	F	SA	DO					SA			DO	
11	F	DO			SA		CC	DO				
12	F	PF			DO		TB			SA		
13	SA	FN		SA			SA			DO		TB TAL
14	DO			DO			DO		SA			SA
15	F / M					SA	RE		DO		FN	DO
16	F / M		SA			DO	RE	FM			SA	F
17	F / M	SA	DO				RE	SA			DO	F
18	F / M	DO		CC	SA		RE	DO				F
19	F / M			TB	DO		RE			SA		F
20	SA			SA			SA			DO	FES	F
21	DO			DO			DO		SA			SA
22	F / M			IB	FM	SA	FE		DO			DO
23	F / M		SA			DO	RE				SA	F
24	F / M	SA	DO				RE	SA			DO	F
25	F / M	DO			SA		RE	DO				F
26	AT				DO		RE			SA		F
27	SA			SA			SA		CC	DO		F
28	DO			DO			DO		SA	FES		SA
29	SP / PL		FN			SA	RE		DO			DO
30	SP / PL		SA		FN	DO	IB		TB		SA	F
31	SP / PL		DO		PF			SA				F
Dia/ Mês	31	29	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31
Dias Letivos	**	17	20	21	19	20	11	21	20	22	19	10

LEGENDA

FN: Feriado Nacional
FES: Feriado Estadual
FM: Feriado Municipal
PF: Ponto Facultativo
M: Matrícula
AT: Atribuição aula/turma e jornada de trabalho
SP/PL: Semana Pedagógica e Planejamento
RE: Recesso Escolar
F: Férias
SA: Sábado
DO: Domingo
: Dias Letivos
IAL: Início do Ano Letivo
IB: Início do Bimestre
TB: Término do Bimestre
TAL: Término do Ano Letivo
TOTAL DE CH
800/880 horas Parcial
1.600 Horas Integral
Resumo dos Bimestres
Início do Ano de 2024: 05/02/2024
1º Bimestre: 05/02 a 19/04/2024
2º Bimestre: 22/04 a 12/07/2024
3º Bimestre: 30/07 a 28/09/2024
4º Bimestre: 01/10 a 13/12/2024
DIAS LETIVOS POR BIMESTRE

1º Bimestre – 51 dias
2º Bimestre – 55 dias
3º Bimestre – 43 dias
4º Bimestre – 51 dias
Total Geral: 200 Dias letivos.
Término do Ano Letivo:
13/12/2024
Rio Branco/MT, 08/11/2023.

PORTARIA Nº 002/2023/SMEDL/RIO BRANCO/MT.

Dispõe sobre o Calendário Escolar das Unidades Escolares pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Rio Branco - MT, para o ano letivo de 2024, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhes conferem;

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I e § 1º da Lei n° 9.394/96;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e o término do ano letivo das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o calendário escolar para Educação Básica da rede pública municipal de ensino, observando a carga horária cadastrada na matriz curricular e distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos.

Art. 2º Após o término do ano letivo de 2023, ocorrerá o período de Recesso Escolar, de 21/12/2023 à 26/12/2023.

§ 1º As Férias Escolares dos professores, terá início em 27/12/2023 e termino em 25/01/2024.

§ 2º As férias dos demais servidores lotados nas Unidades Escolares e Secretaria de Educação, deverá ser organizada pela secretaria de educação, conforme solicitação e/ou de forma coletiva no período de 27/12/2023 a 25/01/2024.

Art. 3º Fixar o início do ano letivo de 2024, em 05/02/2024 e o término em 13/12/2024, nas unidades escolares da rede pública municipal.

§ 1º Ao término do 1º semestre do ano letivo de 2024, ocorrerá o período de Recesso Escolar, por 15 (quinze) dias, o qual se dará de 15/07/2024 a 29/07/2024.

Art. 4º Após homologado pela Equipe da Secretaria de Educação, o calendário escolar de 2024, deverá ser encaminhado as unidades escolares da rede municipal e uma via à DRE/Cáceres.

Art. 5º A Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/ Jornada de Trabalho, para os servidores públicos efetivos lotados nas Unidades Escolares, será de acordo com o cadastro das previsões das turmas para o ano letivo de 2024 e serão tratadas em normativa específica.

Art. 6º Após o término das férias escolares, referente ao período 2023/2024, os profissionais da Educação Básica efetivos, em férias coletivas, deverão retornar as suas atribuições funcionais na unidade escolar de lotação para participar das atividades relativas à Semana Pedagógica, orga-

nização das salas de aulas e elaboração do Planejamento Escolar, do ano letivo de 2024.

Parágrafo único. O Planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo 2024 para as escolas deve observar o seguinte cronograma:

a) 26/01/2024 - retorno das férias escolares - 2023/2024, com ATRIBUIÇÃO DE TURMA E / OU AULAS E REGIME DE JORNADA DE TRABALHO;

b) 15/01/2024 a 25/01/2024 – Período de Matrícula;

c) 29/01/2024 a 02/02/2024 - Período da Semana Pedagógica, Planejamento e Organização de salas de aula;

d) 05/02/2024 - início do ano letivo/2024;

e) 05/02/2024 a 19/04/2024 - 1º Bimestre;

f) 22/04/2024 a 12/07/2024 - 2º Bimestre;

g) 15/07/2024 a 29/07/2024 – Recesso Escolar;

h) 30/07/2023 a 30/09/2024 - 3º Bimestre;

i) 01/10/2024 a 13/12/2024 - 4º Bimestre;

j) 13/12/2024 - término do ano letivo;

Art. 6º A inobservância pelos diretores escolares e secretários escolares, do disposto nesta portaria, poderá incorrer em responsabilização conforme legislações vigentes.

Art. 7º Os casos omissos nesta portaria serão solucionados de acordo com as atribuições inerentes de competência da Administração Municipal Pública.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE,

Rio Branco - MT, 08 de novembro 2023.

MARIA APARECIDA DOS REIS DEFÁCIO

Secretária Municipal de Educação de Rio Branco - MT

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES ESCOLARES 2023/2024

ATIVIDADES	PERÍODO
Recesso Escolar	21/12 a 26/12/2023
Férias Coletivas	27/12/2023 a 25/01/2024
Atribuição de Turmas e/ou Aulas e Jornada de Trabalho	26/01/2024
Período de Matrículas	15/01 a 25/01/2024
Semana Pedagógica, organização de salas e Planejamento	29/01 a 02/02/2024
Início do Ano Letivo	05/02/2024
Recesso Escolar	15/07 a 29/07/2024
Final do Ano Letivo	13/12/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 34

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 476

No dia 06 de Novembro de 2023, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP 78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s): Fornecedor: IMPERIO SOLUCOES PUBLICAS LTDA CNPJ: 23.106.657/0001-33 Representante: Willian dos Santos Brites Telefone: (11) 5938-0284 Email: atendimento@imperiosolucoespublicas.com.br Endereço: Estrada Galvão Bueno, 3300 - BATISTINI, São Bernardo do Campo - SP - 09842-080

Item: 80

Quantidade: 64,00

Unidade: UNIDADE

Marca: MULTILASER

Modelo: PD587

Preço Unitário: R$ 15,99

Valor Total: R$1.023,36

Descrição: PEN DRIVE - 16 GB, INTERFACE USB 2.0, CONECTOR COM TAMPA PROTETORA PARA O CONECTOR USB, TAXA DE TRANSFERENCIA DE LEITURA MINIMA DE 10MB/S, TAXA DE TRANSFERENCIA DE GRAVACAO MINIMA DE 48MB/S COMPATIBILIDADE COM WINDOWS 98 ,2000, ME, XP E VISTA/ MACOS 9.0 OU SUPERIORES/E LINUX, SISTEMA PLUG AND PLAY, BOOT UP

Item: 183

Quantidade: 20,00

Unidade: UNIDADE

Marca: MULTILASER

Modelo: PD587

Preço Unitário: R$ 15,99

Valor Total: R$319,80

Descrição: PEN DRIVE USB 2.0 COM CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE 8 GB

Total: R$ 1.343,16

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até 06/11/2024, a contar do dia 06/11/2023 . A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes. JOSÉ GUEDES DE SOUZA

PREFEITO

IMPERIO SOLUCOES PUBLICAS LTDA 23.106.657/0001-33

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N.º 004/2018-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e RONDOMAQ MOTTERLE EIRELI, CNPJ nº *08.983.460/0001-99*

Processo administrativo de nº. 051/2018

Modalidade: Tomada de preços nº 002/2018-PMR

Fundamentação: Contrato nº 04/2018-PMR c/c art. 78, inciso XII, sendo observado ainda o art. 79, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/93, amparada na Decisão Administrativa n. 45/2023/GAB/PREFEITO de 25/10/2023 (publ. no D.O.E-AMM, Ed. n. 4.349, de 27/10/2023).

Assunto: Termo de rescisão amigável do contrato nº. 004/2018

Objeto: contratação de empresa especializada para construção de uma creche no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da rede pública de educação infantil, projeto PROINFANCIA - tipo 2 do FNDE na sede do município de Rondolândia.

Ass.: 30/10/2023

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI N. 561, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2.023.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e Institui o Fundo Municipal de Esporte e Lazer do Município de Rondolândia/MT, dando outras providências.

Capitulo I

Do Conselho Municipal de Esporte e Lazer

Art. 1º Fica criado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL), com a finalidade de formular políticas públicas e implementar ações destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer em Rondolândia/MT.

Art. 2º O Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL) é órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, propositivo, fiscalizador, controlador, orientador, e formulador das políticas públicas de esporte e lazer.

Art. 3º O Conselho realizará suas reuniões em espaço disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Rondolândia/MT.

Art. 4º O Conselho terá suas despesas custeadas com orçamento próprio definido na Lei Orçamentária do Município.

Seção I

Da Competência do CMEL

Art. 5º São competências básicas do Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL):

I - Desenvolver estudos, projetos, debates, pesquisas relativas à situação do esporte e lazer no Município;

II - Propor e acompanhar a realização de seminários, cursos e congressos sobre assuntos relativos ao esporte em geral, divulgando amplamente suas conclusões à população e aos usuários dos serviços abordados;

III - Contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos esportivos e de lazer;

IV - Analisar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que digam respeito a programas, projetos, competições e eventos culturais da cidade;

V - Promover intercâmbio e convênios com instituições públicas, nacionais e estrangeiras, com a finalidade de implementar as medidas e ações que são objeto do Conselho;

VI - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e materiais do município destinados às atividades esportivas e de lazer;

VII - Propor aos poderes públicos a instituição de concursos para financiamento de projetos e a concessão de prêmios como estímulo às atividades;

VIII - Manifestar sobre matéria atinente ao esporte e lazer no município;

IX - Proceder ao exame e aplicação da legislação esportiva estadual e nacional;

X - Elaborar instruções normativas sobre aplicação da legislação esportiva em vigor e zelar pelo cumprimento;

XI - Acompanhar a execução do calendário municipal anual de atividades esportivas e de lazer;

XII - Promover a publicação de seus atos normativos e resolutivos;

XIII - Participar na elaboração do PPA (Plano Plurianual) para a destinação orçamentária de verbas para o esporte e o lazer;

XIV - Realizar audiências públicas para a prestação de contas do orçamento destinado ao esporte e lazer;

Art. 6º Cabe ao Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL) sugerir as prioridades sobre o orçamento destinado às políticas públicas de esporte e lazer, bem como, a fiscalização da sua aplicação.

Seção II

Da Composição e Funcionamento do CMEL

Art. 7º O Conselho será constituído por 06 (seis) membros, sendo (03) três indicados pelo Poder Público e (03) três indicados por entidades representativas do setor e sociedade civil, com a seguinte composição:

I – (02) dois representante da Secretária Municipal de Educação e Cultura;

II – (01) um representantes do Poder Legislativo;

III – (02) dois representantes da comunidade, sendo (01) um do comércio local e (01) um dos esportistas;

IV – (01) um representante da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único: Para cada titular, igualmente, será indicado um suplente.

Art. 8º O mandato dos Conselheiros será de 04 (quatro) anos.

Art. 9º O Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL) reunir-se-á bimestralmente, e extraordinariamente quando convocado pela Secretaria Municipal de Educação e cultura ou maioria de seus membros, mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

Seção III

Da Comissão Executiva do CMEL

Art. 10 Caberá aos membros do Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL) eleger a Comissão Executiva que será composta de 03 (três) membros, sendo Presidente nato, o Secretário Municipal de Educação e Cultura, assim discriminados:

I - Presidente;

II - Vice-presidente;

III – Secretário Geral;

Art. 11 Compete à Comissão Executiva do Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL):

I - Convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL);

II - Cumprir e encaminhar as resoluções deliberadas pelo Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL);

III - Deliberar nos casos de urgência, *ad referendum* do Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL) mediante aprovação do colegiado;

IV - Delegar tarefas aos membros do Conselho, quando julgar necessário e conveniente;

V – Elaborar o Plano de Aplicação Anual, deliberar e administrar os recursos Fundo Municipal do Esporte.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho não serão remunerados ou receberão qualquer outra forma de gratificação no desempenho das suas atribuições de Conselheiros, sendo consideradas funções de interesse público relevante.

Art. 12 Compete ao Chefe do Poder Executivo a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Desporto e Lazer, por ato próprio.

Capitulo II

Do Fundo Municipal do Esporte

Art. 13 Fica instituído o Fundo Municipal de Esportes - FME, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas ao fomento das atividades esportivas no Município.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Esportes ficará vinculado diretamente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cuja liberação e destinação dos seus recursos dependem da aprovação de projetos, programas, plano de trabalho e atividades aprovadas pelo Conselho Municipal do Esporte e Lazer (CMEL).

Art. 14 Os recursos do Fundo Municipal de Esportes, em consonância com as diretrizes da política municipal de esportes, serão aplicados da seguinte forma:

I - No desenvolvimento e implementação de projetos esportivos no Município;

II - Na manutenção dos esportes do Município, sob o encargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III - Na aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas esportivos;

IV - Na promoção, apoio, concessão de premiações, participação em torneios, campeonatos, olimpíadas e/ou na realização de eventos esportivos providos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

V - Na divulgação das potencialidades esportivas do Município por intermédio dos meios de comunicação a mídia a nível local, estadual, nacional e internacional;

VI - Nos programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional dos esportes;

VII - Em outros programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal de esportes;

VIII - Na contratação de profissionais específicos para o desenvolvimento de técnicas esportivas;

IX – No repasse de incentivo financeiro para as associações devidamente constituídas e regulamentadas como forma de auxílio da Administração para fomento do esporte em nosso município;

X - Na manutenção de despesas de traslado, alimentação e estadia de jovens atletas e equipes que representam o município e estejam vinculados aos programas esportivos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Seção I

Da Gestão do Fundo Municipal do Esporte

Art. 15 O Secretário Municipal de Educação e Cultura é o Gestor do FME, ou na ausência deste, o Ordenador de Despesa municipal, sendo os responsáveis pelas movimentações e operações financeiras bancárias, assinando todo e qualquer documento inerente a movimentações e operações financeiras de qualquer natureza, realizadas através do Fundo Municipal do Esporte, devendo:

I – Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL);

II – Submeter ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL), demonstrativo contábil da movimentação financeira do fundo;

III – Assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FME;

IV – Outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 16 Terá administração no Fundo Municipal de Esportes, a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL), no que concerne a aprovação de contratações de profissionais, projetos e programas esportivos integrantes da política municipal de esportes e todas as despesas que ocorrerão à conta dos recursos do Fundo, bem como, toda e qualquer aprovação de aplicação dos recursos do Fundo, conforme previsto nesta lei.

Art. 17 No âmbito do Fundo Municipal de Esportes - FME, compete, igualmente, a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL):

I - Aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo;

II - Aprovar a aplicação e liberação de recursos do Fundo;

III - Estabelecer limites máximos de financiamento, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento;

IV - Fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio da Controladoria Geral do Município;

V - Propor medidas de aprimoramento de desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando à consecução da política de esportes do Município;

VI – Aprovar as despesas a serem custeadas com os recursos do FME.

Subseção I

Das Atribuições do Gestor do FME

Art. 18 São atribuições do Gestor do Fundo Municipal do Esporte:

I - Acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas do Plano de Esportes do Município, cuja execução se dará à conta dos recursos do Fundo - FME;

II - Submeter ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL) e ao Prefeito municipal os planos de aplicação dos recursos a cargo do Fundo, em consonância com o Plano de Esportes do Município e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Submeter ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL) e ao Prefeito Municipal as demonstrações contábeis e financeiras do Fundo - FME;

IV – Submeter à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

V – Firmar, juntamente com o Prefeito Municipal, quando necessário ou exigido, convênio e contratos, inclusive de empréstimos, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo - FME;

VI - Preparar e encaminhar os relatórios de acompanhamento da realização das ações da política de esportes financiados pelo Fundo - FME, para serem submetidos à Comissão Executiva e ao Prefeito Municipal.

Seção II

Das Fontes de Recursos e das Movimentações Financeiras do FME

Art. 19 – Os recursos financeiros do Fundo constituir-se-ão basicamente de:

I - Transferências, auxílios e subvenções de entidades, empresas públicas ou privadas, órgãos internacionais, federais, estaduais e municipais, para fins específicos ou oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo município, cuja aplicação seja destinada especificamente às ações de implantação e execução de projetos esportivos no Município;

II - Recursos transferidos pelo Município, orçamentários, decorrentes de créditos adicionais especiais e suplementares ou transferências voluntárias pelas entidades privadas que venham a ser destinados ao Fundo;

III - Rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;

IV - Doações feitas diretamente ao Fundo e outras rendas eventuais;

V - Outras taxas e preços públicos do setor de esportes que venham a ser criados.

Art. 20 As receitas que constituírem recursos do Fundo serão depositadas em estabelecimentos oficiais de crédito, em conta específica, sob a denominação de FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, sendo elaborado mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após a aprovação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL).

Art. 21 Quando disponíveis, os recursos do FME poderão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento de receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão, sendo necessária a deliberação por parte do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL).

Art. 22 Constituem ativos do Fundo Municipal do Esporte:

I - Disponibilidades monetárias, oriundas de receitas específicas;

II - Direitos que porventura vierem a constituir;

III - Imobilizados, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e outros.

Art. 23 Constituem passivos do Fundo Municipal do Esporte, as obrigações de qualquer natureza assumidas para a manutenção e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL).

Capitulo III

Disposições Finais

Art. 24 O orçamento do Fundo Municipal de Esportes evidenciará as políticas e o programa e trabalho da Administração Municipal, integrará o orçamento geral do Município, observados, na sua elaboração, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

Art. 25 O orçamento do Fundo Municipal do Esporte será organizado de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, de informar, apropriar e apurar custos, concretizar objetivos, bem como interpretar e avaliar resultados, por seus demonstrativos e relatórios e integrará a Contabilidade Geral do Município.

Art. 26 A execução orçamentária do Fundo Municipal do Esporte se processará em observância às normas e princípios legais e técnicos adotados pelo Município.

Art. 27 A despesa do Fundo Municipal de Esportes se constituirá na aplicação dos recursos e financiamento total ou parcial no desenvolvimento e implantação de projetos esportivos, bem como na manutenção de serviços de esporte.

Art. 28 É vedado ao Fundo Municipal do Esporte contrair débitos e/ou obrigações descobertos dos recursos prévios necessários e destinados legalmente ao adimplemento da aquisição do bem ou do serviço, sob pena de constituir infração administrativa, civil e penal.

Art. 29 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário

Rondolândia/MT, 7 de Novembro de 2.023.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI N. 562, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2.023

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente que trata a Lei n. 539, de 29 de Dezembro de 2022 (LOA-2023) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente, crédito especial no valor de **R$ 53.142,48 (Cinquenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos)**, na seguinte dotação orçamentária:

I - Órgão: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.02	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
0114	FOMENTAR AS ARTES E A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E ATIVIDADES ARTÍSTICAS	
13	*Função - Cultura*	
392	*Sub função - Difusão Cultural*	
0114	Programa - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL	
3.3.90.36 3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas	
1.715.0000	*Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 6º - Audiovisual*	**R$ 28.154,89**
1.716.0000	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	**R$ 24.987,59**
	TOTAL GERAL	**R$ 53.142,48**

Art. 2º Para a cobertura do crédito ora autorizado, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação proveniente das Transferências Destinadas ao Setor Cultural que trata os artigos 6º e 8º da Lei Complementar n. 195, de 8 de julho de 2.022, com as fontes de recursos **1.715.0000 e 1.716.0000**, de acordo com o inciso II do §1º e §3º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia/MT, 7 de Novembro de 2.023.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

GABINETE PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO (LEI Nº 14.133/21, ART. 71 INC. IV)

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 060/2023.

Fundamento: Decreto municipal nº 158/21

Processo Adm. nº 570/2023.

OBJETO: "Aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura".

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Lei nº 14.133/21, art. 75, inciso II".

1. Em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021, art. 71, inciso IV, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, confirmo a adjudicação da Dispensa de Licitação **nº 060/2023, para prestação de serviços acima descrito.**

2. O procedimento de Dispensa de Licitação se encontra registrado sob nº 060/2023, regulamente processado e instruído com os documentos necessários ao registro adequado das despesas, cujos atos praticados pela Agente de Contratação, e sua Equipe de Apoio de Contratação Direta revelam condições favoráveis para a sua adjudicação, uma vez que, foram obedecidos os princípios aplicáveis e os ditames da Legislação de Regência sendo, inclusive, no que confirma a opinião da Procuradoria Jurídica, conforme parecer juntado nos autos.

3. Desta feita, cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, **HOMOLOGO** o resultado do Processo de Dispensa de Licitação e confirmo a **ADJUDICAÇÃO d**o objeto em conformidade com os itens descritos, em favor da Empresa **TITULAR COMÉRCIO MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - ME**, CNPJ: **48.468.317/0001-83**, pelo valor global de R$ 52.073,70 (cinquenta e dois mil setenta e três reais e setenta centavos).

4. Encaminhe para a Secretaria de fazenda para o devido empenho e, ato continuo, envie para a Procuradoria instrumentalizar o termo de contrato ou documento necessário, ultimando as providências.

Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia - MT, 07 de novembro de 2023.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

Sandra Cristina dos Santos Bahia

Chefe do Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 60/2023

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "PREÇO E TECNICA".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 08 de dezembro de 2023, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "Contratação de empresa especializada em serviço técnico social na área de habitação de interesse social, para elaboração e execução do projeto de trabalho social – ptts e projeto de desenvolvimento socioterritorial – pdst do Residencial "Celina Bezerra" etapas 1, 2, 3, 8 e 9, operação nº 2013/3901, far 064, 0443488-53 no município de Rondonópolis – MT, no âmbito do programa minha casa minha vida – pmcmv". conforme termo de referência encaminhado pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, parte integrante deste edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das *13:00 às 17:00 horas* em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 07 de novembro de 2023.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 61/2023

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 27 de novembro de 2023, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "Reforma do internato lar São Domingos Sávio, onde contempla a reforma parcial da parte elétrica e reforma parcial da estrutura de cobertura, localizado na avenida 03 – Vila Naboreiro no, Município de Rondonópolis – MT. Conforme projeto básico/executivo, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico/executivo encaminhado pela secretaria Municipal de Infraestrutura/Educação anexo ao edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de cd-rom ou pen-drive, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 07 de novembro de 2023.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

"AVISO DE REVOGAÇÃO".

"**TOMADA DE PREÇO N.º 106/2022"**

Objeto: "Execução de pavimentação e drenagem profunda localizado em diversas ruas nos bairros Jardim Reis, Cidade Salmen, Jardim Iguassu, Vila Poroxo, bairro Santa Catarina, Parque das Nações, Jardim Estrela D"Alva, Jardim Tropical e Morada dos Bandeirantes, neste município, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital". O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público, nos termos do Artigo 49 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores, para conhecimento dos interessados, que a TOMADA DE PREÇO EM EPÍGRAFE FOI REVOGADA, conforme OFÍCIO Nº 2237/2023/SINFRA. Publique-se, no Diário de Contas (TCE), Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (AMM), Diário Município de Rondonópolis e jornal de circulação estadual e regional "ESTADÃO", para ciência dos interessados observadas as prescrições legais pertinentes.

Rondonópolis-MT, 06 de novembro de 2023.

José Carlos Junqueira de Araújo

Prefeito Municipal.

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 90/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 90/2023**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulino de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE GUIAS, MEIOS-FIOS E CANALETAS, LOCALIZADA EM DIVERSOS LOCAIS, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MT. VALOR TOTAL DISPENSA:** R$ 199.380,34 (CENTO E NOVENTA E NOVE MIL E TREZENTOS E OITENTA REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS). Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 06 de novembro de 2023.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

a) – Espécie: Inexigibilidade de Licitação; b) Objeto: Contratação Direta de **Profissionais do Setor Artísticos – cantores -** para as festividades referentes à **Comemoração ao 44º Aniversário** (emancipação) de Salto do Céu/MT; sendo show com a dupla **JADS & JADSON** no dia **08/12/2023** na Praça Central VEREADOR JARDIR ALVES DE SOUZA; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 25, inciso III; d) Processo: Nº 009/2023; e) Valor:R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais); f)Contratada: JADS E JADSON PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ: 15.641.222/0001-60;

g) Autorização: em 30/10/2023 por Mauto Teixeira Espíndola; h) Ratificação: em 06/11/2023, por Mauto Teixeira Espíndola.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 258/2023

PREFEITURA DE SANTA CARMEM

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 258/2023

Processo Administrativo Licitatório nº 394/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO

ASSUNTO:	Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa de opinião publica objetivando a avaliação dos serviços da Gestão Publica do Município de Santa Carmem/MT
EMPRESA:	**REAL DADOS E PESQUISAS LTDA**
CNPJ:	**03.973.340/0001-97**
VALOR TOTAL:	R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a dispensa de licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Dispensa de Licitação 258/2023 de 08/11/2023, que acolho, RATIFICO a validade do ato para a contratação direta da empresa **REAL DADOS E PESQUISAS LTDA A** nos termos e na forma do previsto no "caput" dos artigo75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações. Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 08 de novembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2023

Processo Administrativo Licitatório Nº 392/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM comunica a todos os interessados que estará realizando processo licitatório, para a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARCENARIA VISANDO A CONFECÇÃO DE MOVEIS EM MDF, COM FORNECIMENTO DO PROJETO E INSTALAÇÃO, E CORTINAS PERSIANAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme descrição no edital. Os interessados em obter o edital deverão solicitar através do e-mail licitacao@santacarmem.mt.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br, conformidade com as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 039/2009.

O Pregão será operado através do site www.portaldecompraspublicas.com.br o acolhimento das propostas de preços concomitante com os documentos de habilitação será a partir das **08h30min** (horário de Brasília/DF) do dia **27 de novembro de 2023**.

Santa Carmem, 08 de novembro de 2023.

Maitê Sehnem

Pregoeira – Portaria nº 24/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2023

Processo Administrativo Licitatório Nº 391/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM comunica a todos os interessados que estará realizando processo licitatório, objetivando a MENOR PREÇO POR ITEM, para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS DE PRIMEIRA LINHA, CAMARAS DE AR E PROTETOR DE PNEU, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO,** conforme descrição no edital.

Os interessados em obter o edital deverão solicitar através do e-mail licitacao@santacarmem.mt.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br, e Site da prefeitura em conformidade com as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 039/2009.

A sessão pública será realizada no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **23 de novembro de 2023 às 08h30min (Horário de Brasília/DF)**

Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito anteriormente, até às **08:00h** (horário de Brasília/DF) até o dia **23 de novembro de 2023**.

Santa Carmem/MT, 08 de novembro de 2023.

Maitê Sehnem

Pregoeira – Portaria nº 24/2023

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 257/2023

PREFEITURA DE SANTA CARMEM

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 257/2023

Processo Administrativo Licitatório nº 393/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO

ASSUNTO:	Aquisição de chapa compensado resinado 20MM para uso na montagem palco na Praça Central para apresentações do Natal na Praça
EMPRESA:	**MAAF INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA**
CNPJ:	**03.204.987/0001-54**
VALOR TOTAL:	R$ 1.543,60 (um mil e quinhentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a dispensa de licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Dispensa de Licitação257/2023 de 08/11/2023, que acolho, RATIFICO a validade do ato para a contratação direta da empresa **MAAF INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA** nos termos e na forma do previsto no "caput" dos artigo75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações. Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 08 de novembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 259/2023

PREFEITURA DE SANTA CARMEM

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 259/2023

Processo Administrativo Licitatório nº 395/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO

ASSUNTO:	Contratação de empresa especializada para assessorar no processo seletivo.
EMPRESA:	**ENVOLVE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**
CNPJ:	**30.726.896/0001-51**
VALOR TOTAL:	R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a dispensa de licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Dispensa de Licitação 259/2023 de 08/11/2023, que acolho, RATIFICO a validade do ato para a contratação direta da empresa **ENVOLVE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** nos termos e na forma do previsto no "caput" dos artigo75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações. Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 08 de novembro de 2023.

_____

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0253/SAD/2023

PORTARIA Nº 0253/SAD/2023 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DOS SERVIDORES EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedida **Elevação de Nível,** para os servidores efetivos do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Administração Geral, de acordo com a Lei Complementar nº014/2016, para os servidoresrelacionados abaixo.

Nome dos Servidores	Cargo	Matricula	Elevação de Nível
Wesley Pereira da Silva	Técnico de Enfermagem	553	Nível 1,07 para Nível 1,08

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
LEI MUNICIPAL Nº 698/2023 SANTA CRUZ DO XINGU – MT

Lei Municipal nº 698/2023 Santa Cruz do Xingu – MT 07 de Novembro de 2023.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 651/2022 LOA DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Srª. **JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial conforme art. 41, Inciso II da Lei 4320/64 ao orçamento financeiro do exercício de 2023 LOA – 651/2022 no valor de R$ 244.000,00 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil Reais). Nas seguintes dotações:

Código Reduzido		Novo
Órgão	09	Secretaria Municipal De Obras
Unidade	001	Gabinete da Secretaria
Função	26	Transporte
Sub Função	782	Transporte Rodoviário
Programa	00017	Infra-Estrutura Rural
Projeto Atividade	1149	Aquisição de Veiculo – Pick Up
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	122.000,00	Cento e Vinte e Dois Mil Reais

Código Reduzido		Novo
Órgão	14	Secretaria Mun.De Cultura, Esporte e Lazer
Unidade	002	Departamento de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Sub Função	813	Lazer
Programa	0023	Esporte e Lazer
Projeto Atividade	1150	Aquisição de Veiculo – Pick Up
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	122.000,00	Cento e Vinte e Dois Mil Reais

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior o valor R$ **117.204,00** (Cento e Dezessete Mil e Duzentos e Quatro Reais) tendo como Excesso de arrecadação por **Recursos de impostos e transferências de impostos de livre aplicação, contabilizado na receita 1.1.1.3.03.4.1.01**, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. E o valor **R$ 126.796,00 (Cento e Vinte e Seis Mil e Setecentos e Noventa e Seis Reais)** serão oriundos de anulação parcial/total de dotações do orçamento vigente. Nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Código Reduzido	253	
Órgão	09	Secretaria Municipal De Obras
Unidade	001	Gabinete da Secretaria
Função	15	Urbanismo
Sub Função	451	Infra-Estrutura Urbana
Programa	0017	Infra-Estrutura Urbana
Projeto Atividade	1013	Ampliação e Melhoria da Rede de Iluminação Publica
Elemento Despesa	33.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recursos	1.751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	28.110,00	Vinte e Oito Mil e Cento e Dez Reais

Código Reduzido	254	
Elemento Despesa	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	47.186,00	Quarenta e Sete Mil e Cento e Oitenta e Seis Reais

Código Reduzido	255	
Elemento Despesa	44.90.51.00	Obras e Instalações
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	5.750,00	Cinco Mil e Setecentos e Cinquenta Reais
Fonte de Recursos	1.751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	5.750,00	Cinco Mil e Setecentos e Cinquenta Reais

Código Reduzido	257	
Órgão	09	Secretaria Municipal De Obras
Unidade	001	Gabinete da Secretaria
Função	15	Urbanismo
Sub Função	451	Infra-Estrutura Urbana
Programa	0017	Infra-Estrutura Urbana
Projeto Atividade	1016	Construção de Guias, Meios-Fios e Calçadas
Elemento Despesa	44.90.51.00	Obras e Instalações
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	40.000,00	Quarenta Mil Reais

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do crédito especial especificado no artigo primeiro desta na Lei na Lei municipal 625/2022 LDO/2023 e 597/2021 PPA 2022/2025.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial e afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°0252/SAD/2023

PORTARIA N°0252/SAD/2023 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DOS SERVIDORES EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedida **Elevação de Nível,** para os servidores efetivos do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 013/2016, para os servidoresrelacionados abaixo.

Nome dos Servidores	Cargo	Matricula	Elevação de Nível
Rocilda Mendes de S. Melo	Auxiliar de Serviços Gerais	667	Nível 1,18 para Nível 1,21

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO AO CONTRATO N° 076-2023

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO AO CONTRATO N° 076-2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, INSCRITA NO CNPJ 04.178.518/0001-70, AUTORIZA A EMPRESA, N. RODRIGUES DE OLIVEIRA, CNPJ: 47.890.811/001-7, COM SEDE À RUA JANDIR BERTE, nº S/N, Bairro CENTRO, no Município de SANTA CRUZ DO XINGU, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR. NILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA, BRASILEIRO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG 4253010 DGPC/GO E DO CPF 993.780.351-91, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, CONSIDERANDO O QUE TUDO CONSTA NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023, INERENTE AO PROCEDIMENTO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2023, A DAR INÍCIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT.

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO AO CONTRATO N° 077-2023

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO AO CONTRATO N° 077-2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, INSCRITA NO CNPJ 04.178.518/0001-70, AUTORIZA A EMPRESA, 51.178.281 MAIANE AGUIAR ANDRADE, CNPJ: 51.178.281/0001-08, COM SEDE À RODOVIA MT 430 120 ZONA RURAL ESTRADA DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT À VILA RICA - MT, Nº S/N, BAIRRO ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR. SINÉSIO MARQUES DE MATEUS, BRASILEIRO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG 31603601712004 SSP/GO E DO CPF 556.688.561-87, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, CONSIDERANDO O QUE TUDO CONSTA NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023, INERENTE AO PROCEDIMENTO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2023, A PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT.

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO AO CONTRATO N° 078-2023

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO AO CONTRATO N° 078-2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, INSCRITA NO CNPJ 04.178.518/0001-70, AUTORIZA A EMPRESA, W & M TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 48.756.345/0001-04, COM SEDE À RUA OLINDINA RODRIGUES CUNHA, Nº S/N BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA - MT, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR. MARLLA VIEIRA COSTA, BRASILEIRO, DIVORCIADO, EMPRESÁRIO, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº 21586632 SSP-MT DO CPF N° 026.812.101-00, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, CONSIDERANDO O QUE TUDO CONSTA NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023, INERENTE AO PROCEDIMENTO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2023, A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT.

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 107/2023

DECRETO MUNICIPAL Nº 107/2023 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial e ao levantamento do Balanço Geral do Município, do exercício de 2023, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Srª. **JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ABRANGIDOS

Art. 1º. Os órgãos do Poder Executivo Municipal, as entidades autárquicas, as fundações e os fundos municipais regerão suas atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais de encerramento do exercício em curso em conformidade com as normas da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar 101/2000, e as fixadas neste Decreto.

CAPÍTULO II

DO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I – Da Emissão de Notas de Empenho

Art. 2º. O prazo para a emissão de nota de empenho, e de seus respectivos reforços, e a liberação da cota orçamentária à conta das dotações orçamentárias do presente exercício, encerrar-se-á em 10 de dezembro de 2023, ressalvados os casos abaixo:

I – Em casos excepcionais devidamente justificados e autorizados pelo Sra. Prefeita Municipal;

II – Quando se tratar de despesas com pessoal, encargos sociais ou amortização de divida interna;

III – Despesas com água, luz, telefone e outras despesas inerentes ao funcionamento e manutenção das atividades essenciais da administração pública tais como: Infra-estrutura, Estradas e Ações e Serviços de Saúde.

Art. 3º. As Notas de Empenhos a serem emitidas nos casos relacionados no artigo anterior devem contar com previsão de recursos financeiros suficientes para seu pagamento, senão mediante disponibilidades que passarão para o exercício de 2024, então mediante comprometimento de receitas a serem arrecadadas em 2024 conforme Cronograma de Desembolso a ser elaborado pela Tesouraria Municipal.

Seção II - Da Anulação dos Empenhos e dos Saldos dos Empenhos e Globais não realizados

Art. 4º. Serão anulados até 31 de dezembro, os empenhos e os saldos dos empenhos por estimativa e globais relativos a materiais não entregues, serviços não prestados e encargos financeiros não ocorridos até esta data.

Art. 5º. Poderão ser mantidos, quando não puderem ser processados a conta do orçamento de 2023 os empenhos relativos a:

I – Transferências estabelecidas em Lei para Entidades Filantrópicas ou Particulares;

II – Materiais e equipamentos em trânsito, ou seja, as despesas empenhadas cujos materiais e equipamentos estão a caminho da sede do município ou que já tenham sido autorizados suas aquisições;

III – Compromissos decorrentes de Contratos e Convênios inclusive os relativos a serviços de utilidade pública;

IV – Despesas de pessoal já ocorridas e devidamente especificadas.

Seção III – Do Pagamento

Art. 6º. O pagamento das despesas empenhadas no corrente exercício e dos restos a pagar de exercícios anteriores encerrar-se-ão em 28 de dezembro de 2023.

Seção IV – Das Inscrições das Despesas em Restos a Pagar

Art. 7º. Todas as despesas relativas a Notas de Empenhos legalmente emitidas até 28 de dezembro e não pagas serão objetos de:

I – Inscrição em Restos a Pagar Processados: Quando os materiais tenham sido entregues ou os serviços tenham sido prestados.

II – Inscrição em Restos a Pagar Não Processados: Quando os materiais não tiverem sido entregues ou serviços não tiverem sido prestados e, cujas despesas não possam ser processadas pelo orçamento de 2023.

Art. 8º. A inscrição dos Restos a Pagar Processados será realizada de forma automática pelo Departamento contábil, bastando que seja efetuada a liquidação da despesa.

Art. 9º. As Inscrições em Restos a Pagar discriminadas no artigo anterior devem obedecer ao disposto no artigo 3º desse Decreto, ou seja, devem ter obrigatoriamente previsão de recursos financeiros para seu pagamento.

Seção V – Dos Adiantamentos Concedidos

Art. 10 Na aplicação de recursos originários de adiantamentos a servidores, para atendimento de despesas de pequeno vulto e pronto pagamento, ficam as pessoas responsáveis limitadas à data de 28 de dezembro de 2023 para as realizações das despesas e dos respectivos pagamentos.

Parágrafo único. Os responsáveis por adiantamentos, de que trata o *caput*, deverão efetuar o recolhimento dos saldos não aplicados até o dia 28 de dezembro de 2023.

Seção VI – Dos Saldos Orçamentários

Art. 11 Até 28 de dezembro de 2023, a Secretaria Municipal de Finanças e Administração deverá cancelar as cotas orçamentárias não utilizadas e os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão anular os saldos das notas de empenhos referentes a despesas não realizadas no exercício corrente.

Seção VII – Da Receita Tributária

Art. 12 A Secretaria Municipal de Finanças Públicas, mediante a Coordenadoria de Atendimento Tributário, providenciará, junto às Agências bancárias, os documentos relativos aos valores arrecadados, encaminhando-os para processamento devido e concomitante, até os dias:

I - 28 de dezembro, os produzidos no período de 15 a 21 de dezembro de 2023;

II - 05 de janeiro de 2024, as produzidas no período de 28 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 13 A Secretaria Municipal de Finanças Públicas, encarregada da inscrição dos créditos públicos na Dívida Ativa, bem como dos seus respectivos controle e cobrança, mediante a Coordenadoria de Atendimento Tributário, providenciará, até o dia 20 de janeiro de 2024, comunicação relativa à movimentação dos valores no exercício, relacionando os inscritos pelos seus respectivos saldos devedores.

Art. 14 A atualização monetária dos Tributos Municipais deve ser feita até o dia 23 de dezembro de 2023 por meio de Decreto Municipal, e a publicação do ato deve ser feita ainda no exercício de 2023 para que possa vigorar no exercício de 2024.

Seção VIII – Dos Inventários Patrimoniais

Art. 15 Os órgãos da administração Direta, as entidades autárquicas, fundações e os fundos municipais deverão encaminhar seus respectivos inventários patrimoniais de Bens Móveis e Imóveis até o dia 28 de dezembro de 2023 para o Setor de Patrimônio, afim que este possa elaborar o inventário Geral do Município, atestando a localização e as responsabilidades das guardas.

I – Cabe ao setor de patrimônio elaborar o inventário geral consolidado do município;

II – É também responsabilidade do setor de patrimônio elaborar os termos de baixa, transferência, reavaliação e mesmo depreciação, obedecendo às normas gerais de contabilidade e critérios bem especificados pela comissão inventariante;

III – Deve também elaborar a relação de bens adquiridos no ano consolidada, para registro contábil e conferencia do Balanço Geral.

Art. 16 O Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, deverá encaminhar até o dia 15 de janeiro de 2024 para a Contabilidade Central a 2ª via do Inventário Patrimonial Consolidado, para fins de análise dos aspectos técnicos formais para consolidação do Balanço Geral.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 Em caráter excepcional e devidamente justificado pelo titular de órgão e entidade da Administração Pública Municipal, é admitido, após as datas previstas nos artigos 2º e 6º, a liberação de cota orçamentária, de nota de empenho e de seus respectivos reforços, bem como do pagamento de despesas, nas dotações referentes aos créditos suplementares abertos e remanejados após as datas previstas nos artigos 2º e 6º.

Art. 18 O Departamento de Contabilidade, bem como a Secretaria Municipal de Administração ficam autorizadas a baixar instruções complementares e dirimir as dúvidas que surgirem na interpretação das disposições deste Decreto.

Art. 19 O não cumprimento dos prazos estabelecidos no presente Decreto implicará a apuração incorreta do resultado do exercício, sujeito à citação individualizada em notas explicativas ao Balanço Geral do Município.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Administração a fiscalização, apuração e imposição de penalidades aos responsáveis pelo retardamento do preparo dos documentos, ou aqueles que deixarem de cumprir os prazos fixados neste Decreto.

Art. 20. Os prazos fixados neste Decreto poderão ser prorrogados a critério da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 21. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 108/2023

DECRETO MUNICIPAL Nº 108/2023 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a inscrição de despesas em Restos a Pagar no exercício de 2023, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Srª. **JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando a necessidade do fiel cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000, especificamente no que diz respeito ao equilíbrio orçamentária entre receitas e despesas;

Considerando que é imprescindível registrar somente os compromissos líquidos e certos assumidos pela administração após a devida liquidação das despesas nos termos do artigo 63, § 2º da Lei Federal 4.320/64;

Considerando ainda que é fundamental que os demonstrativos contábeis informem saldos reais de dívidas flutuantes, extirpando aquelas registradas indevidamente.

DECRETA:

Art. 1o Somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2023 as despesas empenhadas e efetivamente realizadas no exercício financeiro correspondente, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou possa vir a ocorrer até 29 de dezembro de 2023.

§ 1o Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenham sido efetivamente realizadas no exercício, e liquidadas aquelas cujos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito comprovem o direito do credor, conforme estabelecido no § 2º do art. 63 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2o Os saldos de empenhos referentes a despesas que não se enquadrem no **caput** deste artigo, bem como aquelas cujo saldo se referem a empenhos estimados deverão ser anulados pelo ordenador de despesas em 29 de dezembro de 2023.

§ 3o As despesas inscritas em Restos a Pagar não processadas e não liquidadas até 29 de dezembro do exercício de 2023 serão imediatamente anuladas, conforme demonstra Anexo I deste decreto.

§ 4o O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência das anulações estabelecidas nos §§ 2o e 3o, cujas despesas tenham sido liquidadas ou realizadas, serão atendidos à conta de dotação orçamentária constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos no exercício em que se der a reclamação, por conta da dotação – despesas de Exercícios anteriores.

Art. 2o As despesas inscritas em Restos a Pagar em 2023, assim como em exercícios anteriores, e não liquidadas até a presente data, deverão ser obrigatoriamente anuladas.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** às despesas relativas a:

I - Ações orçamentárias financiadas com recursos de operações de crédito externo, inclusive sua contrapartida nacional;

II - Ações orçamentárias financiadas com recursos de próprios ou de convênios cuja execução esteja paralisada por falta de transferência de recursos pelas entidades conveniadas ou redimensionamento de investimentos das ações municipais;

III - restos a pagar referentes de folha de pagamentos; e

IV - encargos sociais não parcelados junto ao RGPS ou outras instituições beneficiárias dos repasses.

Art. 4o Cabe à Secretaria Municipal de Finanças e de Administração o levantamento dos créditos, situações de liquidações da despesa e cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°0255/SAD/2023

PORTARIA N°0255/SAD/2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio para a servidora efetiva a **Sra. APARECIDA NUNES DA MATA,** inscrito no **CPF: 995.400.531-53**, Matrícula **342**, Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - EDU, a partir do dia **07/11/2023** a **04/02/2024**, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°0254/SAD/2023

PORTARIA N°0254/SAD/2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A LICENÇA MATERNIDADE PARA A SERVIDORA COMISSIONADA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a **Licença Maternidade** para a servidora em cargo de comissão a **Sra. CRISTIELLE VINHAL TRENTIN WAGNER,** no cargo ou função de **COORDENADORA DO DEPARTOAMENTO DO PRONTO ATENDIMENTO**,matricula nº. **955,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do dia 01 de novembro de 2023.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2023.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
LEI MUNICIPAL Nº 699/2023 SANTA CRUZ DO XINGU – MT

Lei Municipal nº 699/2023 Santa Cruz do Xingu – MT 18 de Outubro de 2023.

"Dispõe sobre a alteração do Inciso I do Art.6 da Lei Municipal 651/2022 do orçamento do exercício de 2023 e dá outras providencias."

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Srª. **JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - O Art.6 § I da Lei 651/2022 passará a ter a seguinte redação:

I – O percentual estabelecido no Inciso I do Art. 6 passará para 35% (trinta e cinco por cento) para Abrir crédito adicional suplementar, do total da despesa fixada no art. 1º da Lei Municipal nº 651/2022, Lei Orçamentária, LOA-2023, observado o disposto no parágrafo 1º incisos, I a IV, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

Art. 2º - Fica autorizado o poder executivo a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite estabelecido no art. 1º desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 004/2023

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 20/2023 DO PROCESSO SELETIVO 04/2023.

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo, aprovados no **PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2023**, realizado no dia 06/08/2023 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional.

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal.

e) Copia do CPF e RG.

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) PIS/PASEP.

i) Carteira de trabalho.

j) Comprovante de residência.

k) Cópia do CPF dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino).

m) CNH (motoristas e operador de maquinas)

ENFERMEIRO	CLAS
KLEBERSON RAPHAEL KLOS	4º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 07 de Novembro de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2023 AVISO DE PUBLICAÇÃO, EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2023

AVISO DE PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. **EGON HOEPERS,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade da **PROCESSO DE DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE ÁRVORE DE NATAL EM FERRO, MEDINDO 10 METROS DE ALTURA, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DE NATAL DO MUNICÍPIO,** junto à empresa **NINHO ARQUITETURA E INTERIORES LTDA - CNPJ Nº 14.978.042/0001-06,** no valor de R$ 17.395,00 (dezessete mil e trezentos e noventa e cinco reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 08 de novembro de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2023

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE ÁRVORE DE NATAL EM FERRO, MEDINDO 10 METROS DE ALTURA, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DE NATAL DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: NINHO ARQUITETURA E INTERIORES LTDA.

CNPJ N°: 14.978.042/0001-06

VALOR GLOBAL: R$ 17.395,00 (dezessete mil e trezentos e noventa e cinco reais)

VIGÊNCIA:60(sessenta) dias.

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 08 de novembro de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2023

Prefeito Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2023

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **22 de novembro de 2023,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 08 de novembro de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2023

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº a LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Tipo Menor Preço por Item, com a finalidade de selecionar propostas para**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFIÇÕES E LANCES PARA USO DAS SECRETARIAS EM GERAL NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT**. Cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação pertinente. **A abertura desta licitação ocorrerá no dia 21/11/2023 às 09:00 horas (horário de Brasília), na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 a 18:00 horas, ou solicitado pelo email licitacao@santaterezinha.mt.gov.br Santa Terezinha – MT, 07 de novembro de 2023,**ADMILSON S. GOMES-**Pregoeiro-Port. 02/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 002/2023/SMEC/MT

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Dispõe sobre a Composição da Comissão do processo de Contagem de Pontos e Atribuição de Classes e/ou Aulas do Professor e do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024 e demais providências.

A Secretária Municipal de Educação do Município de Santo Afonso, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando a lei de diretrizes e bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, as Leis Complementares 49/98; Lei 002/2007 e a Lei Complementar Municipal nº 007/2009 de Criação dos Cargos de Profissionais da Educação;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação da prática educativa, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas dos professores e regime/ jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, efetivos, da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024.

§ 1º - A Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho da rede Municipal de Ensino do Município de Santo Afonso-MT, será composta pelos seguintes membros:

I - Representantes dos Diretores das Unidades Escolares; 1- Maria Nilda vieira de Faria Neiva 2- Veronice Correa Camargo Souto **II – Representantes dos Administrativos das Unidades Escolares;** 1- Roseni pereira Santos Barbosa 2- Liceni Maria Barbosa dos Santos 3- Maurília Soares Ferreira de Matos III - **Representantes dos Conselhos Deliberativo das Comunidades Escolares;** 1- Neuza Simão Tavares Gonçalves 2- Luzilene Alves Barbosa IV - **Representantes do Apoio Administrativo das Unidades Escolares;** 1- Alzirete Francisca da Silva 2- Benedita Etel Martins Sampaio V – **Representantes do Corpo Docente das Unidades Escolares;** 1- Aline Batista dos Santos 2- Lidiane Matos Borges VI - **Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;** 1- Veridiana Maria Figueiredo de Medeiros

Art.2º. Para a realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho a Comissão deverá seguir os seguintes procedimentos:

I - Realizar ciclo de estudos da Instrução Normativa Nº002/2023/SMEC e Portarias 003/004/005/006, determinado para o dia 16/11/2023, das 13h00min às 17h00min no Auditório da Escola Municipal “Sebastião Tavares da Silva”.

II – Elaborar e divulgar até 22/11/2023, Edital de Convocação do Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa, que contêm todas as informações necessárias ao processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, a saber:

a) Inicia o processo de inscrição dos profissionais da educação efetivos em 23/11/2023;

b) Encerra o período de inscrição dos profissionais da educação efetivos, conforme critérios estabelecidos na Instrução Normativa Nº002/2023/SMEC, no dia 27/11/2023;

c) Fica estabelecida a data do dia 30/11/2023 para contagem de pontos pela comissão;

d) Afixar para divulgação, no dia 30/11/2023, a partir das 17h00min horas, em local de fácil visualização, a relação nominal de Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará do quadro demonstrativo, bem como a convocação para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime jornada de trabalho.

e) As atribuições de classes e/ou aulas do professor e regime/jornada do Trabalho Técnico e Apoio Administrativo Educacional, pertencente do quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2024 do Ensino Fundamental e Educação Infantil realizar-se-á no auditório da Escola Municipal “Sebastião Tavares da Silva”, no dia 05/12/2023, sendo as 13h00min para os professores e as 14h30min para o apoio e técnicos administrativo educacional.

f) Realizar publicação e apresentação do resultado das atribuições nos murais das unidades escolares e SMEC, com a participação de todos os profissionais da educação, interessados e envolvidos no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho;

g) **Elaborar atas** ao término da etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando classes e/ou aulas, cargos/funções administrativas atribuídas ou não atribuídas, professores, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional e, eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros da Comissão.

Art. 3° - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Afonso - MT, 07 de novembro de 2023.

Marta Del Mazzo Lopes

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 217/GP/2023

PORTARIA Nº 217/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei 1.131/GP/2014.

RESOLVE

Art. 1°. – Designar a servidora efetiva, Sra. **ESTELA EDLAINE DE OLIVEIRA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela função de dedicação exclusiva de Diretora de Unidade Escolar do Polo Sede EMEB Cisne Azul.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, no período de 17/10/2023 até 31/12/2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de outubro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 216/GP/2023

PORTARIA Nº 216/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei 1.131/GP/2014.

RESOLVE

Art. 1°. – Designar a servidora efetiva, Sra. **ANA APARECIDA DA COSTA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela função de dedicação exclusiva de Diretora de Unidade Escolar EMEB do Polo Agrovila das Palmeiras.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, no período de 17/10/2023 até 31/12/2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de outubro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215/GP/2023

PORTARIA Nº 215/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei 1.131/GP/2014.

RESOLVE

Art. 1°. – Designar a servidora efetiva, Sra. **ISANIRA AMORIM PEREIRA RODRIGUES MAGALHÃES**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela função de dedicação exclusiva de Diretora de Unidade Escolar do Polo BR.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, no período de 17/10/2023 até 31/12/2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de outubro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 214/GP/2023

PORTARIA Nº 214/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei 1.429/2023.

RESOLVE

Art. 1°. – Tornar sem efeito as Portarias de nº 171, 172, 173, 174, 175 e 176/GP/2023, referente prorrogação de designação dos servidores que respondem pela função de dedicação exclusiva de Diretor de Unidade Escolar.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, a partir de 16 de outubro de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de outubro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 219/GP/2023

PORTARIA Nº 219/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei 1.131/GP/2014.

RESOLVE

Art. 1°. – Designar a servidora efetiva, Sra. **ADILZA BENEDITA DOS SANTOS ARRUDA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela função de dedicação exclusiva de Diretora de Unidade Escolar do Polo Sede EMEI Pingo de Ouro.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, no período de 17/10/2023 até 31/12/2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de outubro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218/GP/2023

PORTARIA Nº 218/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei 1.131/GP/2014.

RESOLVE

Art. 1°. – Designar a servidora efetiva, Sra. **ORLANDA MARIA DA SILVA**, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela função de dedicação exclusiva de Diretora de Unidade Escolar do Polo Centro.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, no período de 17/10/2023 até 31/12/2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de outubro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 220/GP/2023

PORTARIA Nº 220/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei 1.131/GP/2014.

RESOLVE

Art. 1°. – Designar a servidora efetiva, Sra. **CILCE GEORGINA DE MIRAES**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela função de dedicação exclusiva de Diretora de Unidade Escolar do Polo Sede EMEB Pombinha Branca.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, no período de 17/10/2023 até 31/12/2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de outubro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSAO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2023

AVISO DE SUSPENSAO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 074/2023

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 390/2022 de 14 de outubro de 2022, torna público a **SUSPENSAO** da licitação**,** sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº 014/2023**, por **MENOR PREÇO,** com o objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados continuados com subordinação sem fornecimento de material do tipo: auxiliar de serviços gerais na limpeza, conservação, higienização e asseio predial e em área hospitalar, auxiliar de lavanderia hospitalar, ajudante de cozinheiro, vigia, agente de portaria, gari, jardineiro, controlador de pragas, aplicador de inseticida, agrotóxico e supervisor de serviços, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, em virtude de não conseguir em tempo hábil sanar as impugnações recebidas, devido a complexidade do tema, prezando também pelo principio da motivação e finalidade.

Santo Antônio do Leste/MT, 07 de novembro de 2023.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

JURÍDICO
DECRETO Nº 060/2023

DECRETO N° 060/2023.

DE: 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE FERIADO DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com os Art.71, incisos II, IV e VIII c/c artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Considerando o Decreto nº 008.2023 que estabelece os pontos facultativos e feriados;

Considerando o feriado do Dia da Consciência Negra, a ser comemorado no dia 20 de novembro de 2023;

Considerando a necessidade de otimizar a operacionalização das ações nas áreas administrativas, saúde e educação, vez que a interrupção dos serviços públicos e sua retomada ocasionam o acréscimo de despesas;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto 008.2023, estabelecendo **Ponto Facultativo** nos órgãos públicos municipais no dia 17 de novembro de 2023.

Artigo 2º - O Ponto Facultativo disposto no artigo primeiro será em virtude do feriado do Dia da Consciência Negra, antecipando a comemoração do dia 20 de novembro de 2023.

Parágrafo Único – Haverá expediente normal na data de 20 de novembro de 2023.

Artigo 3º - Face ao Ponto Facultativo citado no artigo primeiro, os órgãos públicos municipais não estarão realizando atendimento ao público.

Parágrafo Único – Os efeitos desse decreto, não abrangerão os serviços na área da saúde e obras, visto serem serviços essenciais e ininterruptos.

Artigo 4º - Os servidores públicos municipais cedidos a outros órgãos através de convênios, deverão observar os critérios estabelecido pelos respectivos órgãos.

Artigo 5º - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento tomará as providências necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 07 DE NOVEMBRO DE 2023

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 470/2023

PORTARIA Nº. 470/2023

DE: 07 DE NOVEMBRO DE 2023

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 2º FESTIVAL DE MÚSICA DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE- MT E DEMAIS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - NOMEIA a Comissão Organizadora do 2º Festival de música de Santo Antônio do Leste-MT, com os representantes de vários segmentos da sociedade: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer, representantes de professores e da sociedade civil organizada.

Artigo 2º - A Comissão de Organização e realização, ficará responsável pela elaboração do regimento, elaboração das fichas de inscrições, realização das inscrições, bem como a aprovação das mesmas e a contratação da Comissão Julgadora.

Artigo 3º - A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

-**Representante do Poder Executivo Municipal:**

Orlando Alves de Souza

-**Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:**

Nilson Barbosa da Silva

Poliana Alves da Rosa

Meirielly Marques Figueiredo Baltazar

-**Representante da Assistência Social:**

Andreia Pereira Siqueira

-**Representante da Secretaria de Esporte e Lazer:**

Élcio Rodrigues dos Santos

-**Representantes Profissionais de Educação:**

Erik Gomes Rodrigues

Jucélia Alves de Oliveira

-**Representante da Sociedade Civil:**

Pr. Sidney Gonçalves da Costa

Artigo 4º - Casos omissos deverão ser resolvidos pela Comissão Organizadora do evento na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 07 DE NOVEMBRO DE 2023

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DE LICITACÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLUCA Nº 001/2023.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DE LICITACÃO.

CONCORRÊNCIA PÚBLUCA Nº 001/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2023.

A Prefeitura de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023 foi **RETIFICADO E PRORROGADO** a data do certame**, sendo marcado a nova data do certame no dia 08/12/2023 às 09h00min** (horário oficial de Brasília - DF)**.** Informações poderão ser obtidas ainda pelo **e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site** http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/**ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min às 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel. (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Thayane ou Jean.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL – CONSTRUÇÃO DE 50 (CINQUENTA) UNIDADES HABITACIONAIS COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 42,71M² PARA GRUPOS FAMILIARES DE INTERESSE SOCIAL DENTRO DO "PROGRAMA SER FAMÍLIA HABITAÇÃO"; NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT. EM ATENDIMENTO AO "CONVÊNIO Nº 0070-2023-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOSGISTICA – SINFRA E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO.

São Félix do Araguaia – MT, em 07 de novembro de 2023.

THAYANE RAMOS BOTELHO.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PORTARIA Nº 404/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA Nº86/2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Nomear membros para comporem a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo de Escolha dos Gestores Escolares da Rede Municipal de Ensino de São José do Povo, Gestão 2024/2025.

IVANILDO VILELA DA SILVA, Prefeito do Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 9. 394/1996 – LDB, Lei Complementar nº 50/1998, Lei 7.040/1998, a Lei 14. 113/2020, e da Lei Municipal nº 924/2023, de 09 de Agosto de 2023 (reformulação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Munícipio de São José do Povo/ MT, que estabelecem os critérios, etapas e Unidades Escolares que terão seleção de diretor(a).

Considerando que o período de mandato dos atuais gestores finda-se no final do exercício de 2023;

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear membros para compor A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo de Escolha dos Gestores Escolares da Rede Municipal de Ensino de São José do Povo, Gestão 2024/2025, composta pelos seguintes membros:

I- Representante da Secretaria Mun. de Educação: SIRLENE BATISTA DA COSTA SANTOS;

II- Representante do Sindicato dos Professores: MILTON DA SILVA CORDEIRO;

III- Representante da E.M. Professor Sebastião Gomes de Oliveira: JOSÉ REZENDE DE ALMEIDA;

IV - Representante da E.M. E. I Padre Miguel Ortiz: EUNICE JULIA DA SILVA.

Parágrafo único. A Comissão, se entender necessário, terá acompanhamento da Assessoria Jurídica do Município.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°- Ficam revogadas as disposições em contrário.

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA DE Nº87/2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

O Prefeito Municipal de São José do Povo – MT, Sr. **IVANILDO VILELA DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de criar a **"Comissão contagem de pontos para a atribuição de aulas livres"** para atender a demanda do ano letivo de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º- Designa os profissionais abaixo relacionados:

Nome	Função na Comissão
MARCO AURELIO CAVALHEIRO	Presidente
MILTON DA SILVA CORDEIRO	Membro
FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS VIEIRA	Membro

Art. 2º - A Comissão terá como competências:

Organizar, executar e avaliar todo o Processo de Atribuição de aulas livres conforme critérios estabelecidos na IN n.º 01/2023; Solucionar problemas em primeira instância referentes assuntos relacionados ao Processo.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 360/2023/SECAD, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **DANIELE DE ARAUJO PAULO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO**,a partir dodia **01 de novembro de 2023**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de São José do Rio Claro - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 07 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 356/2023/SECAD, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **REGIANE GONÇALVES DA CUNHA**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO**,a partir dodia **01 de novembro de 2023**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de São José do Rio Claro - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 07 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 362/2023/SECAD, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores abaixo, conforme discriminado, os quais foram devidamente aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2023, realizado nos termos da Lei Federal nº 11.350/2006 e da Lei Municipal 1025/2014:

NOME	CARGO	DATA DA NOMEAÇÃO/POSSE
JAQUELINE SANTOS FERNANDES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	06/11/2023
VIVIANE RIBEIRO RAMIRES	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/11/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 07 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 361/2023/SECAD, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores efetivos abaixo, conforme discriminado, os quais foram devidamente aprovados no Concurso Público nº 001/2022, realizado nos termos da Lei Municipal 991/2014:

NOME	CARGO	DATA DA NOMEAÇÃO
ALINE RAQUEL ALMEIDA	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/11/2023
THAMIRES LOPES MOREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/11/2023
KAMYLA GONÇALVES DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/11/2023
MARIA JOSÉ MELO DA SILVA OCANHA	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/11/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 07 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 359/2023/SECAD, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **IZABELLA VITORIA GUIRRA BARROS**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR DE SECRETARIA**,a partir dodia **01 de novembro de 2023**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de São José do Rio Claro - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 07 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 358/2023/SECAD, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **BIANCA ARAUJO FRATTA**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE PROGRAMAS**,a partir dodia **01 de novembro de 2023**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de São José do Rio Claro - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 07 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 357/2023/SECAD, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **JUCILENE PALHANO BIACO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO**,a partir dodia **01 de novembro de 2023**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de São José do Rio Claro - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 07 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO APOSTILAMENTO 06/2023 CONTRATO N° 09/2023 - 13º ADITIVO

EXTRATO APOSTILAMENTO 06/2023 CONTRATO N° 09/2023 - 13º ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: POSTO TIGRÃO LTDA

CNPJ: 03.623.054/0005-25

1 - DO OBJETO DO APOSTILAMENTO

1.1— Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a ***TRASFERÊNCIA DE SALDO ITEM tipo DIESEL S10 da Secretaria Municipal de OBRAS E SERVIÇOS URBANOS ÓRGÃO-06, UNIDADE-001, LOCAL-01 para a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORGÃO 03, UNIDADE 001, LOCAL 03*** para o exercício do ano de 2023 e anos subsequentes até a vigência do contrato conforme demostrado na tabela.

REMANEJAMENTO DE SALDO					**SALDO REMANEJADO**				
Unidade Administrativa de Saída	***Descrição***	***VALOR UNT***	***Remanejamento Litros/SAIDA***	***Valor total***	***Unidade Administrativa de entrada***	***Descrição***	***VALOR UNT***	***Recebimento Litros/Entrada***	***Valor total***
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ORGÃO: 06 **UNIDADE: 001** LOCAL: 1	DIESEL S10	R$ 6,85,00	5.000	R$ 34. 250,00	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO ORGÃO: 03 **UNIDADE: 001** LOCAL: 3	DIESEL S10	R$ 6,85,00	5.000	R$ 34. 250,00

2 - DA RATIFICAÇÃO

3.1 - Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores. Assina o presente instrumento o chefe do Executivo Municipal

Mural **da Prefeitura Municipal**

São José do Xingu/MT

PUBLICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

_____

AUTORIDADE COMPETENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada/MT, através do seu prefeito municipal, Revogar a publicação do dia 07 de Novembro de 2023 pagina 654, Ano XVIII / Nº 4.355, que trata do termo de revogação de processo licitatório do pregão presencial º 023/2023 e processo 044/2023, por motivos de conveniência e oportunidade, visando a prevalecer o interesse público, uma vez que o mesmo foi publicado erroneamente.

Revoga-se

Publique-se

Serra Nova Dourada/MT, 07 de Setembro de 2023

ELSON FARIAS DE SOUZA

Prefeito municipal

PORTARIA Nº. 162/2023

"DISPÕE SOBRE DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTAURADO PELA PORTARIA N° 105, DE 14 DE JULHO DE 2023".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada-MT, usando da competência que lhe confere na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a decisão administrativa acompanha o relatório final da Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º- Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA ao servidor GUILHERME PEREIRA DIAS SUDARIO, matricula 1076, inscrito no CPF sob o nº 055. 233.471-59, nos termos da decisão final proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 105, de 14 de julho de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Serra Nova Dourada-MT, 30 de outubro de 2023.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.598, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Designa Fiscais Setoriais, e dá outras providências.

Gerson Luiz Bicego, Prefeito Municipal em Exercício de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º De Designar para atuarem como equipe de fiscalização do Contrato nº 327/2022, originado do processo licitatório Pregão Presencial nº 052/2022, Ata de Registro de Preço nº 465/2022, com a finalidade de "Contratação de prestadora de serviços de mão de obra de apoio as atividades operacionais subsidiárias para atender as demandas da prefeitura municipal de Sorriso-MT", os servidores abaixo descritos:

Gestor de Contrato:

Maricelia de Oliveira Costa – Portaria n° 1115/2023.

Fiscal Técnico:

Jesse Ferreira Barros – Matricula n° 3886.

Neemias Alves de Oliveira - Matricula n° 3895.

Fiscal Administrativo:

Valquíria Gehlen – Portaria nº2031/2023.

Fiscal Setorial da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil:

MAT.	NOME	DEPARTAMENTO	SETOR
8480	Jair Francisco Zanol	Depto. De Trânsito	Sinalização de vias
3887	Marcio Rodrigo Pires	Departamento de Segurança Pública	Manutenção da Secretaria

Parágrafo único. Os servidores deverão exercer as atividades de gestão e fiscalização conforme disposto na Instrução Normativa SGC n° 001/2022.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 1.291 de 02 de junho de 2023

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1° de outubro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de novembro de 2023.

Assinado Digitalmente

GERSON LUIZ BICEGO

Prefeito Municipal em Exercício

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.618, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Institui a Comissão de Inventário e Avaliação para realização de Inventário Anual Físico-Financeiro, avaliação inicial e regularização das informações dos bens patrimoniais móveis da Prefeitura Municipal de Sorriso Estado de Mato Grosso.

Gerson Luiz Bicego, Prefeito Municipal em Exercício de Sorriso, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320/64 que dispõe sobre levantamento físico e financeiro das Unidades Administrativas;

Considerando o disposto no Art. 6°, da Instrução Normativa SPA n° 001/2016, que dispõe sobre a Comissão de Inventário e Avaliação;

Considerando a necessidade de realização de inventário físico-financeiro de bens móveis da Prefeitura Municipal de Sorriso;

Considerando a necessidade de manter regularizadas as informações patrimoniais da Prefeitura Municipal de Sorriso em consonância com o Sistema de Gestão Patrimonial e Sistema Contábil.

R E S O L V E:

Art. 1º Instituir Comissão de Inventário e Avaliação para realização do Inventário Anual Físico Financeiro dos bens pertencentes ao Ativo Permanente em uso, estocado, inservível, cedido e ou recebido em cessão, inclusive avaliação inicial e regularização das informações patrimoniais da Prefeitura Municipal de Sorriso.

Art. 2º A Comissão de Inventário e Avaliação será composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Bruno Eduardo Pecinelli Delgado – matrícula 5128

Membros:

Leliane Almeida dos Santos Natali – matricula 13031

Sara Souza Custodio – matricula 12939

Leonice Sonia Toni – matricula 6033

Adelson Francisco de Mello – matricula 558

Rodrigo Peres da Silva – matricula 12640

Cairon Cristian da Costa Barbosa – matricula 12642

Jair Zanol – matricula 8480

Eliel Nascimento dos Santos – matricula 3900

Enivaldo Golmini – matricula 10792

Bruno Maia – matricula 7876

Diogo Martins da Silva – matricula 9556

Andressa Primo Marães – matricula 10356

Pedro Henrique Pires de Camargo – matricula 6498

Ubirajara Rodrigues dos Santos – matricula 5924

Leandro Gamla Nunes – matricula 8431

Ginaldo Oliveira Magalhães – matricula 3

Nelson Roberto Campos – matricula 8401

Lucas Abreu Antunes – matricula 10530

Inezita Tura Santi – matricula 605

Danubia Corandi – matricula 4980

Anderson Teixeira de Souza – matricula 6079

José Antônio de Paula Ferreira – matricula 456

Laercio Bianchini – matricula 8454

Alair Alves de Oliveira – matricula 68

Fabricio dos Santos Magalhaes – matricula 12683

Joabson Lima do Nascimento – matricula 11377

Maira Schell – matricula 8429

Esmeraldo Almeida da Silva Neto – matricula 12974

Art. 3º O Inventário Anual é realizado para comprovar a exatidão dos registros de controle patrimonial da Administração Pública de Sorriso, demonstrando o acervo de cada detentor de carga patrimonial, de cada Unidade Administrativa, o valor total do ano anterior e as variações patrimoniais ocorridas no exercício, e tem por objetivo detectar todas as inconsistências constantes no patrimônio e fornecer subsídios para:

I - verificação da localização física de todos os bens de uso permanente;

II - avaliação do estado de conservação dos bens de uso permanente;

III - classificação dos bens passíveis de disponibilidade de uso;

IV - identificação dos bens pertencentes a outros órgãos e que ainda não foram transferidos para a Prefeitura Municipal de Sorriso;

V - identificação de bens permanentes eventualmente não tombados;

VI - identificação de bens patrimoniais não localizados;

VII - confirmar as responsabilidades pela guarda dos bens móveis.

Art. 4º Compete à Comissão de Inventário e Avaliação da Prefeitura Municipal de Sorriso, elaborar relatório preliminar, apontando:

I - O estado de conservação dos bens inventariados, considerando:

a. **bom:** o bem que se apresentar em plena atividade de acordo com suas especificações técnicas e capacidade operacional com mais de um ano de uso;

b. **inservível:** ocioso, obsoleto, antieconômico e irrecuperável;

c. **novo:** o bem que se apresentar em perfeito estado de conservação com menos de um ano de uso;

d. **recuperável:** o bem que está avariado, sendo viável economicamente a sua recuperação, desde que o valor desta não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) de seu valor de mercado;

e. **regular:** o bem que apresentar com pequenos danos, mantendo, porém, a utilização para o fim a que se destina.

II - os bens elencados na relação fornecida pelo Departamento de Patrimônio e não localizados pela Comissão.

III - os bens que se encontram sem o número de tombamento ou sem o devido registro patrimonial.

Art. 5º Os eventuais inventários de verificação, de transferência, de criação e de extinção (incisos I, II, III e IV, do art. 49, da Instrução Normativa SPA n° 001/2016) realizados durante o exercício poderão ser considerados total ou parcialmente, conforme a abrangência do levantamento, para efeito do inventário anual.

Art. 6º A Comissão de Inventário e Avaliação, no desempenho de suas funções, é competente para:

I - cientificar ao coordenador da unidade sobre todos os endereços individuais envolvidos, com antecedência mínima de quarenta e oito horas da data marcada para o início dos trabalhos;

II - requisitar servidores, máquinas, equipamentos, transporte, materiais e o que for necessário para o cumprimento das tarefas do Serviço de Inventário na Sede ou unidade equivalente e da Comissão;

III - identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados, discriminando em relatório os suscetíveis de desfazimento, para ciência do Departamento de Patrimônio;

IV - encaminhar à Secretaria Municipal de Administração para apuração de irregularidades constatadas;

V - relacionar e identificar os bens que se encontrem sem número de tombamento, sem plaqueta adesiva ou outro tipo de etiqueta que comporte o número de patrimônio ou sem o devido registro patrimonial para as providências cabíveis do Departamento de Patrimônio;

VI - solicitar o livre acesso, em qualquer recinto, para efetuar levantamento e vistoria de bens;

VII - elaborar relatório final e encaminhar ao Departamento de Patrimônio para ajustes e registros necessários.

Art. 7º Compete aos Secretários Municipais indicar os membros para compor as comissões setoriais especializadas ou na impossibilidade de formá-las, designar servidor de sua confiança para realizar o levantamento físico dos bens móveis da unidade, assim como ratificar e encaminhar a planilha de levantamento físico dos bens da unidade à Comissão inventariante, no prazo definido, bem como qualquer documentação adicional relativa ao levantamento da unidade sob a sua coordenação.

Art. 8º Compete às comissões setoriais especializadas ou servidores designados para realização do levantamento físico dos bens móveis nas unidades:

I - solicitar ao responsável pela unidade, livre acesso a qualquer espaço físico para efetuar o levantamento dos bens;

II - realizar "in loco" o levantamento dos bens patrimoniais da unidade, com o apoio e orientação do Departamento de Patrimônio;

III - solicitar ao responsável pela unidade levantada, quando necessária, auxílio, informações e documentos para identificação e quantificação dos bens;

IV - verificar a integridade e a fixação do registro patrimonial de cada item e em caso de avaria ou descolamento da plaqueta do modelo atualmente adotado, identificá-los com numeração provisória para posterior regularização;

V - requisitar os recursos necessários para a realização do levantamento;

VI - identificar na planilha de levantamento físico o estado de conservação dos bens levantados, descrevendo suas características e informando os suscetíveis de desfazimento para ciência do Departamento de Patrimônio.

VII - assinar as planilhas de levantamento físico de bens móveis, juntamente com o responsável pela unidade.

Art. 9º Quando convocados, os membros da comissão ficarão à disposição para o desenvolvimento dos trabalhos instituídos nesta Portaria.

Art. 10. Toda documentação relativa ao inventário físico financeiro realizado, deverá ficar sob a guarda do Departamento de Patrimônio.

Art. 11. O Inventário Anual deverá ser concluído e encaminhado ao Departamento de Contabilidade, de forma preliminar, até o dia 15 de dezembro do exercício de 2023 e em definitivo até o dia 15 de janeiro do exercício seguinte.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2023.

Assinado Digitalmente

GERSON LUIZ BICEGO

Prefeito Municipal em Exercício

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 987, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de turmas e/ou aulas aos professores efetivos no âmbito das unidades escolares da rede municipal de ensino de Sorriso-MT, e dá outras providências.

Gerson Luiz Bicego, Prefeito Municipal de Sorriso em exercício, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 139, de 26 de agosto de 2011 e suas alterações, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos e estatuto dos profissionais da educação pública básica do município de Sorriso;

Considerando o redimensionamento da rede municipal de ensino, na qual ocorreu o repasse de séries/anos finais do Ensino Fundamental de algumas unidades escolares para a rede estadual de ensino;

Considerando a necessidade em definir critérios na escolha de turmas e/ou aula nas unidades escolares;

Considerando a necessidade de definir um período para distribuição das aulas;

Considerando a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Os critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de turmas e/ou aulas aos professores efetivos no âmbito das unidades escolares da rede municipal de ensino de Sorriso-MT obedecerão ao disposto neste decreto.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Fica instituído e disciplinado o Processo de Atribuição de Turmas e/ou Aulas a serem desenvolvidos pelos profissionais pertencentes ao quadro efetivo para oferta da educação, com o objetivo de atendimento a Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º Regulamentar o processo de Atribuição de Turmas e/ou Aulas regime/jornada dos professores da Educação Básica, considerando a importância em garantir o quadro permanente dos professores efetivos nas unidades escolares municipais - Educação Infantil e Ensino Fundamental para o ano letivo de 2024.

Art. 4º Compete a Secretaria Municipal de Educação – SEMED estabelecer critérios complementares para Atribuição de Turmas e/ou Aulas aos professores efetivos, observando o dispositivo neste Decreto e a convivência pedagógica.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÃO DE TURMAS E AULAS PARA EFETIVOS

Seção I

Da Comissão de Atribuição de Turmas e/ou Aulas

Art. 5º A Comissão de Atribuição de Turmas e/ou Aulas para professores efetivos na rede municipal de ensino terá a seguinte composição, em cada unidade escolar:

I - Diretor; II - Coordenador pedagógico; III - Orientador pedagógico, onde houver; IV - Um professor efetivo.

§ 1º O professor para participar da comissão de atribuição deverá ser efetivo 40 horas/semanais na unidade escolar em que atua ou 20 horas/semanais efetivo e 20 horas/semanais contratado na mesma unidade, ou ainda efetivo 30 horas/semanais.

§2º As atribuições devem ser organizadas, respeitando a classificação de cada professor.

Seção II

Dos Professores Efetivos

Art. 6º A atribuição de turmas e/ou aulas dos professores efetivos obedecerá aos critérios definidos neste Decreto, e sua organização na unidade escolar é responsabilidade da **Comissão de Atribuição de Turmas e/ou Aulas** de cada unidade, sob orientação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 7º Os critérios que serão adotados para a classificação dos professores efetivos na distribuição de turmas e/ou aulas, seguirão a nota da Avaliação de Desempenho do ano anterior a atribuição.

§1º O Anexo I, seguirá **o**s seguintes critérios:

I - nota da avaliação de Desempenho realizada no ano letivo de 2022 (disponível no site https://site.sorriso.mt.gov.br/contadigital); **II** - considera-se tempo de serviço na unidade escolar, o tempo trabalhado na unidade após efetivação e/ou remoção, por concurso: **a)** tempo de serviço efetivo no município por Concurso Público, comprovado mediante documentação que comprove a data de admissão (Avaliação de desempenho); **b)** tempo de serviço na unidade por Concurso Público, comprovado mediante documentação e ou declaração emitida pela setor administrativo de cada unidade escolar; **III** - os professores que por algum motivo/situação não realizaram a Avaliação de Desempenho no ano anterior, serão atribuídos seguindo os demais critérios do anexo I. **IV** - para atribuição de nota referente ao Centro de Formação Continuada para Professores, será multiplicado o número total de presenças por 0,4 (respeitando a planilha enviada pela coordenação do CEMFOR). Lembrando que atestado apresentado justifica a falta no trabalho, mas não contabiliza horas presenciais na formação continuada. **V** - os professores que estiveram em Licença Maternidade e/ou Licença Prêmio, terão o inciso IV abonado e será realizada a divisão da nota total pela quantidade de presença na mesma.

§2º O Anexo II, contém critérios que servirão de base para a classificação dos professores que não atuaram em sala de aula no Ano Letivo de 2023.

Art. 8º Para a realização das atribuições aos professores efetivos, a Comissão de Atribuição de Turmas e/ou Aulas deverá seguir os procedimentos abaixo:

I - a contagem de pontos dos professores efetivos obedecerá aos critérios estabelecidos neste Decreto e nas fichas disponibilizadas nos Anexo I e II;

II - as avaliações de Desempenho do ano anterior e demais documentos deverão ser entregues nos dias 13 e 14 de novembro de 2023; **III** - deverá ser afixada a relação nominal dos professores efetivos constante do quadro demonstrativo, por ordem decrescente de contagem de pontos, em local de fácil visualização, no dia 16 de novembro de 2023; **IV** - deverá ser afixado em local de fácil visualização, o quadro de vagas de turmas e/ou aulas a serem atribuídas para o Ano Letivo de 2024, no dia 16 de novembro de 2023; **V** - definir um cronograma de atribuição de turmas e/ou aulas na unidade escolar, contendo data e horário de cada nível, modalidade, disciplina/área entre os dias 17 a 22 de novembro de 2023; **VI** - elaborar atas ao término de cada fase e etapa do processo de atribuição de turmas e/ou aulas, discriminando as turmas e/ou aulas atribuídas a cada professor e eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros da comissão e do respectivo professor, arquivando toda a documentação na unidade.

Art. 9º A atribuição de turmas e/ou aulas dar-se-á em quatro (4) etapas:

I - Primeira Etapa - as Escolas/Cemeis deverão encaminhar para a SEMED o nome dos participantes da comissão local para publicação de portaria: **a)** a escolha dos componentes para Comissão de Atribuição de Turmas e/ou Aulas deve ser realizado com a participação ativa dos professores efetivos e registrado na ata de atribuição de aulas. **b)** recebimento das Avaliações de Desempenho e demais documentos dos professores efetivos nas unidades escolares, seguindo os critérios com os respectivos valores conforme os Anexos I e II deste Decreto, nos dias 13 e 14/11/2023. **II** - Segunda Etapa – será no dia 16/11/2023: **c)** divulgação da relação nominal dos professores com a respectiva pontuação, turno de efetivação e área ou disciplina de atuação; **d)** divulgação das vagas existentes de turmas e/ou aulas nas unidades escolares. **III** - Terceira Etapa – será no período de 17 a 22/11/2023: **e)** a atribuição de turmas e/ou aulas para os professores efetivos de cada unidade escolar; **f)** a atribuição será presencial, salvo os casos em que o professor estiver impossibilitado de comparecer, por motivos de doenças ou viagens justificadas e deferidas pela SEMED deverá ser feita por e-mail ou procuração. **IV** - Quarta Etapa: atribuição de turmas e/ou aulas para professores que não conseguiram turma/aula na unidade escolar por motivo de redimensionamento e ou fechamento de turmas. **g)** até dia 23/11/2023, as Comissões das unidades escolares deverão protocolar a entrega da relação dos professores que não conseguiram atribuir aula e ou turma na unidade escolar, com as respectivas classificações para SEMED; **h)** até dia 24/11/2023 será a atribuição de turmas/aulas a estes professores no departamento de Recursos Humanos da SEMED.

Art. 10. O professor que é efetivo na unidade escolar e não conseguiu turmas/aulas, poderá ocupar vaga em outra unidade escolar e retornar à unidade de origem no próximo Ano Letivo, se houver vaga.

§1º Na distribuição de turmas e/ou aulas terá preferência de escolha o professor que tiver a maior nota na classificação geral.

Art. 11. Nos casos em que o professor efetivo está designado para outra função na pasta da Secretaria de Educação: gestão escolar, SEMED ou em licença, o mesmo atribuirá na unidade escolar de origem;

Art. 12. Os profissionais que atuam fora da pasta da Secretaria Municipal de Educação não serão atribuídos no quadro de aulas. Caso desejarem retornar para a unidade escolar, os mesmos deverão manifestar interesse por escrito e entrarão no final da lista da unidade escolar, conforme data de protocolo do pedido.

Art. 13. Em caso de empate, usar critério para desempate:

I - maior tempo efetivo no município; **II** - maior tempo na unidade escolar; **III** - maior idade. **Seção III Remoção/empréstimo/aulas excedentes dos professores efetivos**

Art. 14. Conforme Lei Complementar nº139/2011, os pedidos de remoção/empréstimo/aulas excedentes devem ser fundamentados e protocolados no RH da SEMED, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término do 2º (segundo) semestre letivo.

Art. 15. As atribuições de aulas/turmas para professores que solicitaram remoção/empréstimo/ aulas excedentes ocorrerão a partir do dia 27/11/2022, na seguinte ordem:

I - publicação do resultado de pedidos de Remoção até dia 16/11/2023.

a) professores com pedidos de Remoção DEFERIDO, atribuirão aulas/turmas somente na unidade do deferimento;

b) atribuição de aula dos professores com pedidos de remoção na unidade escolar deferida no dia 27/11/2023;

c) professores com deferimentos de Remoção, deverão entregar a documentação com a pontuação para atribuição de aula/turma na unidade deferida no pedido de remoção no dia 21/11/2023.

II - atribuição de aula para professores efetivados no 2º (segundo) semestre de 2023, conforme ordem de classificção do concurso e encaminhados pelo RH da SEMED para unidade escolar pleiteada conforme vagas existentes, dia 28/11/2023;

III - atribuição de aula para professores com deferimento em seus pedidos de aulas excedentes, dia 29/11/2023;

IV - atribuição de aulas para professores com deferimento em seus pedidos de Empréstimo, 30/11/2023.

§1º Para as aulas excedentes respeitar-se-á, as vagas disponíveis na unidade escolar de sua lotação e classificação do Processo de Atribuição de Turma e/ou aula para professores efetivos da rede municipal de ensino de Sorriso/MT.

§2º Para deferimento de empréstimo, respeitar-se-á as vagas disponíveis na rede municipal de ensino, observando o art. 55 da Lei Complementar nº139/2011 (critério da remoção).

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Para vagas remanescentes far-se-á publicação da altração de 20h para 30h, da convocação do Concurso Público 01/2018 e Processo Seletivo Simplificado 02/2023.

Art. 17. As situações excepcionais deverão ser encaminhadas, pelo Diretor da unidade escolar, à consideração da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação com participação da Comissão de Atribuição de Turmas e/ou Aulas da unidade escolar.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2023.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Assinatura Digital

GERSON LUIZ BICEGO

Assinatura Digital Prefeito Municipal em exercício

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

ANEXO I

NOME DA UNIDADE ESCOLAR: NOME DO PROFESSOR (A) EFETIVO AVALIADO (A)

Competência	Indicadores		Valor (pontos)	Nota atribuída
Formação Continuada	01	Participa da Formação Continuada ofertada pelo CEMFOR	0 – 7 (0,4 a cada presença)	
Tempo de Serviço	02	Tempo de serviço na rede municipal (contar somente o tempo de serviço como efetivo)	0,25 por ano	

	03	Tempo de serviço na unidade escolar (contar somente o tempo de serviço como efetivo)	0,25 por ano	
Atualização profissional	04	Considerar cursos, dos últimos três anos, de formação na área da educação. No máximo 300 horas.	1 para cada 50 horas de curso	
Avaliação de desempenho		Nota da avaliação de desempenho do ano anteriror.	0 - 200	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS				

Sorriso-MT, em de de .

Assinatura da Comissão:

Diretor(a):

Coordenador (a):

Orientador (a) Pedagógico (a):

Professor Efetivo / Servidor Efetivo da pasta:

ANEXO II

NOME DA UNIDADE ESCOLAR:

NOME DO SERVIDOR AVALIADO / (A) / GESTOR (A) E DEMAIS DEPARTAMENTOS (FORA DA UNIDADE ESCOLAR)

Competência	Indicadores		Valor (pontos)	Nota atribuída
Formação Continuada	01	Participa do CEMFOR, dos programas de formação, cursos e outras situações de aprendizagem. Aplica na sua prática profissional e socializa com seus pares os conhecimentos adquiridos.	0 – 7 (0,4 a cada presença)	
Tempo de Serviço	02	Tempo de serviço na rede municipal (contar somente o tempo de serviço como efetivo)	0,25 por ano	
	03	Tempo de serviço na unidade escolar (contar somente o tempo de serviço como efetivo)	0,25 por ano	
Atualização profissional	04	Considerar cursos, dos últimos três anos, de formação na área da educação. No máximo 300 horas.	1 para cada 50 horas de curso	
Avaliação de desempenho		Nota da avaliação de desempenho do ano anteriror.	0 - 200	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS				

Sorriso-MT, em de de .

Assinatura da Comissão:

Secretário (a) da pasta ou diretor da unidade:

Chefe imediato, responsável pelo setor onde atua:

Servidor efetivo (preferencialmente):

ANEXO III CRONOGRAMA

Atribuição de aulas para 2023

Quadro 1

Ordem	Atividade
1º	Comissões
2º	Avaliações
3º	Atribuição de turmas/aulas para Efetivos nas unidades escolares
4º	Atribuição de turmas/aulas para Efetivos na SEMED
5º	Remoção
6º	Lotação em Unidades Escolares dos Professores efetivados no 2º semestre de 2023
7º	Aulas excedentes
8º	Empréstimo
9º	Atribuição de 20 para 30 horas
10º	Convocações do Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado

Quadro 2

ESPECIFICAÇÃO	DATAS/ PERÍODOS
Entrega das Avaliações de Desempenho dos professores efetivos nas unidades	13 e 14/ 11
Relação nominal dos professores efetivos com a classificação da contagem de pontos	16/11
Envio da relação nominal dos professores efetivos da contagem de pontos para o RH setorial	16/11
Divulgação do quadro de vagas na Unidade Escolar	16/11
Publlicação dos deferidos e indeferidos de pedidos para Remoção entre unidades escolares	16/11
Atribuição de turmas/aulas para efetivos de cada unidade escolar	17 e 22/ 11
Divulgação da lista de professores efetivos que não conseguiram aula na unidade escolar e encaminhameneto a SEMED	23/11
Atribuição de turmas/aulas na SEMED para professores efetivos que não conseguiram aula na unidade escolar	24/11
Atribuição para professores deferidos no processo da remoção	27/11
Lotação e Atribuição de aulas/turmas para os professores que efetivaram no 2º (segundo) semestre de 2023	28/11
Atribuição para professores que solicitaram via requerimento, aulas excedentes	29/11
Atribuição para professores que solicitaram via requerimento, empréstimo para outra unidade escolar	30/11
Professoress com ampliação da carga/horária de 20h para 30h	04/12

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA PREÇO Nº 008/2023

A Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, através da Comissão de Licitação, torna público o HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório de **TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023**, tendo como objetoa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO RENASCER EM SORRISO-MT, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS, PLANILHAS E DOCUMENTOS ANEXOS.** SAGROU-SE vencedora a empresa: **VETOR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 33.573.532/0001-77** no valor de **R$ 2. 584.797,90 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e noventa centavos)**. GERSON LUIZ BICEGO – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO.

PORTARIA Nº 2.619, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Gerson Luiz Bicego Prefeito Municipal em Exercício de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar Francisco Guimarães Ferreira Cordeiro (titular) e Jose Antônio de Paula Ferreira (substituto), fiscais pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude, da Ata de Registro de Preço nº 259/2022, Contrato n° 259/2023 originado do processo licitatório Pregão Presencial 049/2022, com a finalidade de “Contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviço de comunicação multimídia (scm) para acesso à internet por meio de fibra ótica (internet), contratação de serviço de rede ponto-a-ponto (intranet), solução de data center modalidade colocation e prestação de serviços de locação de ativos de rede (servidores rack) com manutenção, instruções de operação, e garantia, por 12 (doze) meses, conforme especificações do termo de referência elaborado pelas secretarias solicitantes.”

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2023.

Assinado Digitalmente

GERSON LUIZ BICEGO

Prefeito Municipal em Exercício

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DEPARTAMENTO AMBIENTAL
CONSEMMA – CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CONSEMMA – CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

6ª Reunião Ordinária de 2023

DATA: 28/11/2023

HORÁRIO: 7:30 às 8:30

LOCAL: Rua Marechal Candido Rondon, nº 2311, Bela Vista, Sorriso/MT

Ordem Sequencial da Reunião:

I – Conferência de "Quórum";

II – Abertura da Sessão;

III – Informes da Secretaria Geral;

IV – Discussão e votação da ata da 5ª Reunião Ordinária de 2023;

V – Apresentação de matéria em regime de urgência;

VI – Apresentação de pedidos de inversão de pauta;

VII – Pauta da Reunião:

1. Aprovação do calendário de reuniões ordinárias 2024 CONSEMMA;

2. Processo nº 2243/2021 AI n° 2243/2021 – GELSON GALINO;

3. Processo n° 2848/2021 AI n° 2848/2021 – GILSON EVANGELISTA DE SOUZA;

4. Processo n° 1168/2019 AI n° 1168/2019 – COLONIZADORA FELIZ LTDA;

5. Processo n° 2248/2021 AI n° 2248/2021 – ÁGUAS DE SORRISO S.A.;

6. Processo n° 3578/2021 AI n° 3578/2021 – ÁGUAS DE SORRISO S.A.;

7. Processo n° 332/2019 AI n° 332/2019 – ZANELLA SCHERER E CIA LTDA;

8. Processo n° 819/2019 AI n° 819/2019 – MONT SERRAT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA;

9. Processo n° 1629/2020 AI n° 1629/2020 – PEDRO HENRIQUE SOUZA CARVALHO;

10. Processo n° 1275/2019 AI n° 1275/2019 – G.L. DE SOUSA – CONFECÇÕES – ME;

11. Processo n° 354/2019 AI n° 354/2019 - SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA;

12. Processo n° 191/2018 AI n° 191/2018 - OLICE ROQUE GREGGIO;

13. Processo n° 3538/2021 AI n° 3538/2021 - DOMIGNOS CANOSSA;

14. Processo n° 1071/2019 AI n° 1071/2019 - MORADA DO BOSQUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

VIII – Assuntos de ordem geral.

IX – Encerramento.

MARCELO LINCOLN ALVES SILVA

Presidente do CONSEMMA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2023

OBJETO: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA LIXO ZERO PARA POSSÍVEL CERTIFICAÇÃO DE ESCOLAS LIXO ZERO DE ESCOLAS MUNICIPAIS PERTENCENTES A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.**

FINALIDADE: Contratação do serviço de auditoria "Lixo Zero", necessário para o desenvolvimento do projeto "Escolas Lixo Zero" realizado em 04 (quatro) unidades escolares pública do município, sendo elas: Escola Municipal Leôncio Pinheiro da Silva, Escola Municipal Papa João Paulo II, Escola Municipal Matilde Luiza Zanatta Gomes e Centro Municipal de Educação Básica Sorriso, para possível certificação das mesmas.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso II c/c Artigo 13, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.CONTRATADO:

CO.CIRCULAR CURSOS E EVENTOS LTDA, CNPJ Nº **32.720.031/0001-03.**

VALOR GLOBAL: **R$ 17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais)**.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

GERSON LUIZ BICEGO-Prefeito Municipal em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.599, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Designa Fiscais Setoriais, e dá outras providências.

Gerson Luiz Bicego, Prefeito Municipal em Exercício de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para atuarem como equipe de fiscalização do Contrato nº 176/2022, originado do processo licitatório Pregão Presencial nº 098/2021, Ata de Registro de Preço nº 146/2022, com a finalidade de "Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de mão de obra de apoio administrativo e operacional para atender as demandas das secretarias municipais de Sorriso – MT, os servidores abaixo descritos:

Gestor de Contrato:

Maricelia de Oliveira Costa – Portaria n° 1115/2023.

Fiscal Técnico:

Ricardo dos Santos – Matricula n° 12994.

João Pedro Ramos de Souza - Matricula n° 8524.

Fiscal Administrativo:

Valquiria Gehlen – Portaria nº 2031/2023.

Fiscal Setorial da Secretaria Municipal de Administração:

MAT.	NOME	DEPARTAMENTO	SETOR
10480	Geovana Farias Araujo	Sec. Administração	Gabinete do Secretário
10791	Cledson Adão de Assis	Unidade Ganha Tempo	Ganha Tempo
10875	Sonia Maria Lisboa Fliegner	Unidade Ganha Tempo	Ganha Tempo Zona Leste
70	Joni Roberto Bischoff	Depto. de Almoxarifado	Depto. de Almoxarifado
11416	Sandra Marcia Pereira da Rocha	Depto. de Patrimônio	Depto. De Patrimônio
482/483	Maria Raquel de Queiroz Xavier da Silva	Sec. Administração	Arquivo Público
4096	Mec Uzaid Bezerra de Siqueira	Sec. Administração	T.I
815	Cleusa Maria Pereira	Assessoria Adjunta do Sistema de Gestão de Pessoas	Depto Geral de Pessoal
12201	Jared Rodrigues Chagas Witczak Golmini	Depto de Compras	Termo de Referência/ Compras
12877	Sthefany Silva Costa Farias	Depto de Licitação/ Contratos	Depto de Licitação
7407	Gislaine Mara Morais	Controladoria	Controladoria
10531	Fabio Henrique Silva Oliveira	Sorrimob	Sorrimob
8503	Gilmar Ribas de Campos	Ouvidoria	Ouvidoria

Parágrafo único. Os servidores deverão exercer as atividades de gestão e fiscalização conforme disposto na Instrução Normativa SGC n° 001/2022.

Art. 2º Revoga-se a Portaria n° 2.498 de 27 de outubro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1° de outubro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de novembro de 2023.

Assinado Digitalmente

GERSON LUIZ BICEGO

Prefeito Municipal em Exercício

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.597, DE 06 DE NOVMEBRO DE 2023.

Nomeia comissão para estudo técnico preliminar acerca de contratação de empresa para aquisição de livros didáticos com disponibilização de serviços técnicos profissionais especializados no fornecimento de sistema de ensino para atendimento de alunos da rede municipal de ensino de Sorriso - MT.

Gerson Luiz Bicego, Prefeito Municipal em Exercício de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear comissão de estudo técnico preliminar para aquisição de livros didáticos com disponibilização de serviços técnicos profissionais especializados no fornecimento de sistema de ensino para atendimento de alunos da rede municipal de ensino de Sorriso, que será composta pelos seguintes integrantes:

• Aline Borrego Soares

• Claudia Zanata de Oliveira Vasconcelos

• Luciana de Souza Guerra

Art. 2º A comissão nomeada no artigo 1° desta Portaria terá a incumbência de realizar estudo técnico preliminar, bem como a avaliação dos materiais ofertados pelas empresas concorrentes em licitação para aquisição de livros didáticos com disponibilização de serviços técnicos profissionais especializados no fornecimento de sistema de ensino para atendimento de alunos da rede municipal de ensino de Sorriso

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 2.426 de 17 de outubro de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de novembro de 2023.

Assinado Digitalmente

GERSON LUIZ BICEGO

Prefeito Municipal em Exercício

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.563, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Gerson Luiz Bicego Prefeito Municipal em Exercício de Sorriso Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Bruno Maia (titular) e Wanderson Costa de Oliveira (substituto), fiscais do Convênio 003/2023 PMS-MT, que tem como objeto " Curso Técnico em agropecuária modalidade subsequente, no Município de Sorriso, mediante convênio com Prefeitura Municipal de Sorriso. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de novembro de 2023.

Assinado digitalmente

GERSON LUIZ BICEGO

Prefeito Municipal em Exercício

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 5.047/2023

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR A PEDIDO, a partir de **01/11/2023** a senhora **MAIQUIELI PADILHA LOPES ANDREIS DA SILVA**, servidora Efetiva com matrícula no RH nº. 2090, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** com lotação na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999 e 732/2009, e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/11/2023, e revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 08 de novembro de 2023.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 5.046/2023

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – DAR POR ENCERRADA A NOMEAÇÃO COMO CONSELHEIRA TUTELAR SUBSTITUTA a partir de **01/11/2023**, da senhora **MARLENE SIEBER DA SILVA,** servidora com matricula no RH nº. 2245, no cargo de **Conselheira Tutelar**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, nos termos das Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013, 987/2015, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 08 de novembro de 2023.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 594/2023

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO PARCELADA", pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 29/11/2023 com término em 28/12/2023, do período aquisitivo de 28/06/2016 à 27/06/2021, sem prejuízo de sua remuneração* a Senhora **PAULA APARECIDA DE OLIVEIRA**, servidora efetiva, admitida em 06/06/2008, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo,** com matricula no RH nº. 1127, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer **desta Prefeitura,** de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 60 (sessenta) dias de direito a Licença prêmio a serem gozadas posteriormente.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 08 de novembro de 2023.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO- TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2023

AVISO DE RESULTADO- TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2023: com o objeto: **TOMADA DE PREÇOS,** do tipo: **MENOR PREÇO,** com empreitada: **GLOBAL,** com o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DA 3ª COMPANHIA BOMBEIRO MILITAR DE TANGARÁ DA SERRA- MT**, para atender demanda do Gabinete do Prefeito, conforme Planilhas Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo, Projeto Básico e Termo de Referência, consoante às disposições da Lei nº 8.666/93 **.** MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 1524/2023 de 28.08.2023, torna público a homologação e adjudicação do certame acima referido, conforme segue: Empresa vencedora- **: URUGUAI ESTRUTURAS, CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME- CNPJ Nº 21.358.149/0001-17**- Valor **R$ 1.264.047,21 (Um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, quarenta e sete reais e vinte e um centavos).** Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone (65) 3311-4820 ou do site: https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra- MT, 07 de Novembro de 2023. Tatiana Ávila Grigoletti- Presidente da CPL.

AVISO DE ENCERRAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2023 EM RAZAO DE VALOR

Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através do Secretário o Sr. Welligton Rossiter Bezerra e o Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022 e no Decreto Municipal Nova Lei de Licitações 110/2023, informa o Encerramento/Homologação do Procedimento Administrativo na modalidade de Dispensa em Razão de Valor nº119/COMPRADIRETA/SAD/2023 cujo o objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO, PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES ATENDIDOS NAS UNIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Em conformidade ao DECRETO MUNICIPAL N.º 391, DE 23 DE AGOSTO DE 2023, teve sua Disputa de Lances através da Plataforma da Licitanet, tendo como resultado HOMOLOGADO, através da empresa **MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita sob CNPJ nº **09.034.672/0001-92,** na importância de **R$ 3. 490,00** (Três Mil Quatrocentos e Noventa Reais) . O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores, DECRETO MUNICIPAL N.º 110, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - REGULAMENTA LEI FED. 14.133/2021 tendo como embasamento legal os Art. 135 e 139.

Tangará da Serra – MT, 07 de Novembro de 2023. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compra.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROCESSO DE PAGAMENTO EMPRESA DIS CENTRO DE DIAGNÓSTICO

DESPACHO Nº 709/SEFAZ/2023 de 07/11/2023

Origem: Gabinete da Secretaria de Fazenda

Destino: Departamento de Contabilidade

Assunto: Processo de Pagamento empresa DIS Centro de Diagnóstico

Interessados:DIS Centro de Diagnóstico.

Prezado Contador, ao tempo que expresso meus cordiais cumprimentos, vimos por meio deste informar que acolho a manifestação técnica contida no despacho na nota interna quanto as correções que devem ser adotadas pela empresa no tocante ao "vale-alimentação", vejamos:

Em atendimento ao pedido verbal da Sra. Secretária de Fazenda, informo nosso entendimento a respeito do "vale-alimentação":

1) Quanto pago em dinheiro, o "vale-alimentação" deve ser incorporado ao salário e compor a base de cálculo da contribuição previdenciária do empregado e patronal e do FGTS.

2) Quanto pago de forma "*in natura*" (inclusive o cartão ou ticket exclusivo para alimentos), e desde que inscrito no PAT (Programa de Amparo ao Trabalhador), o "vale-alimentação" não incorpora o salário e não compõe a base de cálculo da contribuição previdenciária e do FGTS.

Entendimento está embasado em:

a) Lei Federal nº 8212/1991 (art. 28, parágrafo 9º, alínea "c");

b) Lei Federal nº 5452/1943 (art. 457, parágrafo 2º);

c) Decreto Federal nº 10854/2021 (art. 178);

d) Decisão STJ sobre o Recurso Especial nº 2004478 - SP (2022/0025130-5)

Portanto, a empresa deverá apresentar dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas a SEFIP/GEFIP do mês competência junho/2023 devidamente retificada, bem como as guias e comprovantes de recolhimento dos tributos, e providenciar para que os demais pagamentos estejam em acordo com as legislações que tratam o assunto.

Entretanto, como os processos de pagamento referem-se ao mês de junho/2023, e só foram encaminhados com as documentações corretas e aptas ao pagamento no mês de novembro/2023, DETERMINAMOS que se prossiga com a liquidação e pagamento, ficando a empresa devidamente notificada e cientificada de que em não sendo apresentado as devidas documentações comprobatórias, da competência 06/2023, os próximos pagamentos serão devidamente bloqueados, até que sejam apresentadas as correções.

Ficam também devidamente notificados o Secretário Municipal de Saúde e a Fiscal do Contrato a adotar providências para que as correções sejam efetuadas pela empresa, e os devidos comprovantes sejam juntados ao protocolo nº 29.501/2023, sob pena de bloqueio dos demais processos de pagamentos.

Também aproveitamos para DETERMINAR a QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS dos processos de despesa sob protocolo nº 29.501/2023.

A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS justifica-se pela demora do envio das documentações para pagamento, tendo os serviços sendo prestados no mês de junho/2023, e os serviços são finalísticos e estruturantes as demandas da secretaria de saúde, e o pagamento necessário para garantir o funcionamento da prestação dos serviços públicos a sociedade.

Portanto, diante do evidente interesse público na manutenção dos serviços públicos de saúde ofertados a população, e também o iminente risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato, com fulcro no inciso III e V, §1º do artigo 141 da Lei 14.133/2021, vejamos:

§ 1º A ordem cronológica referida no **caput** deste artigo **poderá ser alterada,**

mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de

contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar,

produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento

do objeto do contrato;

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional. (Artigo 141 da Lei 14.133/2021) grifo nosso.

Autorizamos a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos.

Ainda, em obediência ao artigo 141 da Lei 14.133/2021, informamos que procedemos com a publicação deste no Diário Oficial da AMM, e solicitamos que após a publicação do diário, proceda com juntada da comprovação da publicação no processo de despesa, e encaminhamento a Controladoria Geral do Município e Comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Atenciosamente.

_____

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

_____

Angela Nascimento da Silva

Secretária Municipal de Fazenda

AVISO DE ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2023 EM RAZAO DE VALOR

Secretaria Municipal de Infraestrutura - SINFRA, através do Secretário Municipal o Sr. Magno César Ferreira e o Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022 e no Decreto Municipal Nova Lei de Licitações nº 110/2023, informa a Abertura do Procedimento Administrativo na modalidade de Dispensa em Razão de Valor nº 124/COMPRADIRETA/SAD/2023 cujo o objeto: **AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA INTERMEDIÁRIA, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.** O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, Parecer Jurídico n.º 012/ PGM/2022 e alterações posteriores e DECRETO MUNICIPAL N.º 110, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - REGULAMENTA LEI FED. 14.133/2021 tendo como embasamento legal os Art. 135 a 139.

Tangará da Serra – MT, 07 de Novembro de 2023. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compra.

PROCON
NOTIFICAÇÃO DA JUNTA RECURSAL – PROCON N° 003/2023 - SUDAVIDA CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

NOTIFICAÇÃO DA JUNTA RECURSAL – PROCON N° 003/2023

PROCESSO N.A Nº: 23.03.0278.001.00224-3

RECORRENTE: SudaVida Corretora de Seguros Ltda.

RECORRIDO: Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor -PROCON

RELATOR: Dra Ana Lúcia Moura Vieira da Silva

O Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, representado neste ato pelo Chefe Executivo, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, **TORNA PÚBLICO** que fica **NOTIFICADO** o fornecedor **SudaVida Corretora de Seguros Ltda.,**CNPJ: 81.052.722/0001-91, a comparecer, caso queira, nesse órgão no **dia 08/12/2023 (sexta-feira) 08h00**, para seção da junta recursal, oportunidade em que será permitido a sustentação oral.

Portanto, para não alegar desconhecimento, expediu-se a presente notificação que será publicada no Diário Oficial dos Municípios AMM (https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e afixada no mural deste Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, situado a Av. Brasil nº 50-W, Centro, Tangará da Serra-MT.

Tangará da Serra-MT, em 07/11/2023.

_____

Dra. Ana Lúcia Moura Vieira da Silva

Chefe Executivo do PROCON SudaVida Corretora de Seguros Ltda.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2023

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2023. A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 1527/2023 de 28.08.2023, torna público que, por determinação da Secretaria Municipal de Saúde no

uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico Referencial nº 409/PGM/2022**,** RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 8.887/2023. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO PROGRAMADA EM TEMPO DE GARANTIA (40.000 KM), DE 01 VEÍCULO MARCA FIAT, MODELO TORO, NOTA FISCAL Nº 000821160, PLACA RRU 9I58, CHASSI 9882261YMPKE96490, com prestação de serviços, fornecimento de peças/materiais e lubrificantes,para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro no Inciso XVII do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993. através da empresa DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA TANGARA DA SERRA - CNPJ Nº 01.016.616/0003-85,** cujo valor total de **R$ 2.566,16 (dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos).**Tangará da Serra-MT, 07 de Novembro de 2023. Janine Cristina Gruber Nogueira **– Presidente da CPL.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2023.

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2023. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 106/2023, do objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, AR MEDICINAL, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, E CESSÃO DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**,torna público o resultado de Adjudicação e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?post_type=l... Tangará da Serra-MT, 07.11.2023. Márcia Dourado Ferreira – Pregoeira - Portaria nº 1.527/GP/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2023.

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2023. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 112/2023, do objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO/ENFEITES DECORATIVOS PARA O NATAL ILUMINADO 2023,** visando atender as necessidades e demanda da Secretaria Municipal de Turismo deste município**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**,torna público o resultado de Adjudicação e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?post_type=l... Tangará da Serra-MT, 07.11.2023. Marlon Diego Alves de Sousa – Pregoeiro - Portaria nº 1.527/GP/2023.

DECRETO Nº 559, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 122.634,53 (CENTO E VINTE E DOIS MIL, SEISCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 5.878/2022 E SUA ALTERAÇÃO – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 42 da Lei nº 4320/1964, especialmente pela **Lei nº 6.221, de 06 de novembro de 2023.**

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito especial no valor de R$ 122.634,53 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLÍTICA DA PESSOA IDOSA

10 – SAÚDE

302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0015 – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

2310 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

4.4.90.00.00. 1.755.0000000 – Aplicações Diretas…….. ……..……R$ 122.634,53

Total da Abertura……..……..……..……..…… ……..……R$ 122.634,53

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por excesso de arrecadação da receita de alienação de bens móveis da Secretaria Municipal de Saúde, cuja codificação é 2213.01.0.1.01.03.00.00 – 1.755.0000000, vide comparativo da receita orçada com a arrecada anexo a **Lei nº 6.221, de 06 de novembro de 2023**.

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso II, do mesmo ditame legal, sendo esses os provenientes de excesso de arrecadação.

Art. 4º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Especial, visa a inclusão orçamentária do recurso de excesso de arrecadação, da receita de alienação de bens móveis da Sec. Mun. de Saúde, na codificação de receita 2213. 01.0.1.01.03.00.00 – 1.755.0000000, o com objetivo de aquisição de veículo, para atendimento de necessidade de implantação CAPS i II – Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência em Tangará da Serra.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **06 de novembro de 2023**, 47º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 545, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Aprova o projeto de REMEMBRAMENTO DOs LOTEs Nº 04, 05 e 06, todos DA QUADRA 09, Do loteamento denominado cidade alta iii E DE DESDOBRO DO LOTE 04/05/06, NESTA CIDADE DE TANGARÁ da Serra, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Muni-

cípio, especialmente, pela Lei Complementar n.º 262 de 28 de outubro de 2021.

CONSIDERANDO o objeto do Protocolo de Análise de Projeto n.º 1.920/2023-1Doc.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de remembramento do lote nº 04, com a área total de 450,00 m², matriculado sob nº 44.145 no RGI desta Comarca; do lote nº 05, com a área total de 450,00 m², matriculado sob nº 40.205 no RGI desta Comarca e do lote nº 06, com a área total de 450,00 m², matriculado sob nº 40.206 no RGI desta Comarca, todos localizados na Quadra 09, no loteamento denominado Cidade Alta III, nesta cidade de Tangará da Serra-MT de propriedade de **PASELI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.892.356/0001-00, tendo como resultante o Lote nº 04/05/06, perfazendo uma área total de **1.350,00 m²**, conforme Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. O lote remembrado no *caput*, tem o valor venal de R$ 392.404,50 (trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos), conforme Certidão 063/2023/SEFAZ.

Art. 2º Fica aprovado o projeto de desdobro do lote nº 04/05/06, tendo como resultantes os lotes a seguir discriminados, conforme Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto:

I – Lote 04/05/06-A, com a área total de 675,00 m², com o valor venal de R$196.202,25 (cento e noventa e seis mil, duzentos e dois reais e vinte e cinco centavos);

II – Lote 04/05/06-B, com a área total de 675,00 m², com o valor venal de R$196.202,25 (cento e noventa e seis mil, duzentos e dois reais e vinte e cinco centavos).

Parágrafo único. O valor venal auferido em cada área retromencionada está disposto na Certidão Nº 063/2023 – SEFAZ – Tangará da Serra-MT.

Art. 3º O proprietário terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para submetê-lo ao Registro de Imóveis, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos dos arts. 22 e 23, ambos da Lei Complementar nº 262, de 28 de outubro de 2021.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 01 de novembro de 2023, **47º** aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Adão Leite Filho

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 566, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

DECLARA "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA" NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, AFETADO POR DESASTRE CODIFICADO COMO SECA – COBRADE – 1.4.1.2.0, CONFORME PORTARIA MDR Nº 260, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO que o abastecimento de água é essencial à vida, e tendo em vista que Tangará da Serra está passando por severa seca em todo o seu território, caracterizando estado de escassez hídrica;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos disciplina que em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos se destina ao consumo humano e à dessedentação de animais;

CONSIDERANDO que os níveis dos mananciais se encontram muito abaixo dos padrões prudenciais e necessários, exigindo ações que garantam a qualidade e a potabilidade da água coletada para consumo da população local;

CONSIDERANDO que o abastecimento público de água está atrelado à regularidade do regime de chuvas, porquanto somente a constância das precipitações pluviométricas permite que sejam mantidos os níveis dos reservatórios e dos rios, bem como, a recarga de aquíferos;

CONSIDERANDO que as altas temperaturas registradas no Município acarretaram o aumento do consumo de água pela população, gerando sérios problemas no abastecimento de água em diversos municípios, em razão dos baixos níveis dos mananciais;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020, dispõe como diretriz básica da Política Estadual de Recursos Hídricos que a gestão de tais recursos do Estado deve proporcionar o uso múltiplo das águas, observando-se os aspectos de quantidade e qualidade adequadas às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das regiões;

CONSIDERANDO que o período de estiagem entre os meses de maio a agosto de 2023 ter sido muito severo, não tendo sido suficiente os índices pluviométricos dos meses de setembro a novembro 2023, demonstrado que a precipitação hidrográfica está muito aquém da realidade e necessidade do município, não havendo recuperação necessária da bacia hidrográfica;

CONSIDERANDO que a garantia da saúde e manutenção da qualidade de vida da população depende da preservação da água, enquanto recurso natural, finito e escasso;

CONSIDERANDO a necessidade de redução do consumo de água, a fim de evitar o desabastecimento e a utilização, pela população, de fontes alternativas, nem sempre de boa qualidade;

CONSIDERANDO a necessidade de sensibilizar, orientar e reeducar a população, para que utilizem água de modo racional e eficiente;

CONSIDERANDO que o lençol freático está interligado aos poços artesianos que abastecem alguns setores da cidade e, ainda, a existência de poços artesianos de uso privado;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XI, do artigo 23 da Lei Federal nº 11.445 de 2007 (alterado pela Lei nº 14.026 de 2020), que prevê a possibilidade de adoção pelo ente gestor de recursos hídricos, de medidas de segurança, de contingência e de emergência, inclusive racionamento;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 109 e artigo 115, alínea "g", ambos da Lei Municipal nº 1.618 de 2000, que autoriza o SAMAE a punir com multa, procedidos de notificação a infração do desperdício de água, bem como proceder à interrupção do fornecimento de água;

D E C R E T A:

Art.1º Fica declarada "Situação de Emergência", até 31 de dezembro de 2023 ou até o início regular do período de chuva, no Município de Tangará da Serra/MT, afetado por desastre classificado e codificado como Seca – COBRADE 1.4.1.2.0, conforme Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. Autorizam-se os órgãos da Administração Direta e Indireta a empregar/destinar seus recursos humanos, financeiros e materiais, veículos e equipamentos para auxílio nas operações de abastecimento hu-

mano e dessedentação de animais, conforme critérios de conveniência e oportunidade.

Art. 2º Cabe a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMEA atuar em parceria ao SAMAE e VISA na priorização de análises de outorgas de direitos de uso de recursos hídricos e autorizações ambientais destinadas ao abastecimento público.

Art. 3º Fica autorizado o SAMAE, em parceria com os órgãos municipais de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, avaliar e instituir restrições de vazão já outorgada para atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de lazer, objetivando normalizar as captações outorgadas para abastecimento público.

Art. 4º De acordo com o estabelecido no inciso XXV do art. 5º da Constituição Federal, ficam autorizadas as autoridades administrativas e demais agentes públicos a usar propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, bem como no caso de eventual necessidade de aterro, instalação, construção e/ou medidas para efetivação da melhoria do sistema de reserva e captação de água.

Art. 5º Diante da situação emergencial vigente, ficam todos os servidores municipais, da administração direta e indireta, cientificados que poderão ser convocados, à qualquer tempo, para atuação ainda que as funções sejam diversas das inerentes ao cargo de sua lotação.

Art. 6º Os bens constantes do patrimônio municipal poderão ser cedidos para uso, sob coordenação do SAMAE, no enfrentamento à situação de emergência descrita neste ato.

Art. 7ºCompete aos órgãos de fiscalização municipal, autorizados a requisitar auxílio de força de segurança do Estado, fiscalizarem o cumprimento dos atos administrativos de regularização de uso de recursos hídricos que tenham autorizado.

Art. 8º Os órgãos e as entidades do Município de Tangará da Serra devem promover a comunicação e a publicidade necessária às ações decorrentes da aplicação deste Decreto, visando à informação da população quanto ao conteúdo do mesmo.

Art. 9ºCom base no inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (da Lei de Responsabilidade Fiscal), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas à reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas até 31 de Dezembro de 2023, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 10 Ficam estabelecidas medidas preventivas de desperdício de água no Município de Tangará da Serra até 31 de Dezembro de 2023 ou quando houver a regularização pluviométrica até que sejam atingidos os níveis normais para atender as necessidades de residências, indústrias, comércios e órgãos públicos determinando restrições no uso da água, de modo que o serviço continue a atender as necessidades fundamentais da população.

Parágrafo único. A adoção de medidas emergenciais de racionamento observará as variáveis de controle interno do SAMAE e os parâmetros pluviais nacional e local, mediante Portaria expedida pelo SAMAE, podendo ser alterada a qualquer momento durante a vigência do Decreto.

Art. 11 Diante da necessidade de adoção de medidas preventivas de desperdício e perdas, ficam vedadas a partir de 07 de Novembro de 2023 durante o prazo de vigência deste decreto, as seguintes práticas:

I – Irrigação agrícola na bacia Queima-Pé à montante da ETA;

II – Irrigação de jardins domiciliares (regar grama) com água do sistema de abastecimento público, permitido com água de reúso;

III – Lavagem de veículos com mangueiras e molhar ruas, permitido com água de reúso;

IV – Lavagem de calçadas externas;

V – Despejo em vias públicas de água de filtragem de piscinas (permitido o reúso interno domiciliar);

VI – Outras formas de desperdício de água detectado por servidores do SAMAE, e/ou Empresas contratadas para tal fim;

VII – Retenção de água do leito do Queima-Pé e seus afluentes por meio de represamento.

§1º As medidas de contenção ao desperdício de água aplicam-se também aos usuários que possuem poços privados, devido à influência de vazão do lençol freático.

§2º A SINFRA promoverá o abastecimento do reservatório da Rotatória Central e dos vasos da Avenida Brasil com água bruta de bacia hidrográfica distinta da Bacia do Queima-pé.

Art. 12Em caso de uso indevido da água, constatado pelos servidores autorizados pelo SAMAE, durante o período de vigência do presente decreto, serão aplicadas as sanções de advertência, multa, e, ainda, possibilidade de corte do fornecimento de água, previstas nos artigos 110, 111, 115 e 116, da Lei Municipal nº 1.618 de 2000.

Art. 13Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **07** de **novembro** de 2023, **47º** aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Marcos Scolari

Diretor Geral do SAMAE

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 565, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE AULAS DOS PROFESSORES LICENCIADOS EM PEDAGOGIA INTEGRANTES DO QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO ainda, o Art.8º, §2º e art. 11, Incisos I a IV, da lei nº9394/96 que, autoriza os Municípios com Sistema Próprio de ensino, baixar normas complementares para sua organização;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 163 de 16 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a Lei de Carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra-MT e estabelece os cargos e funções dos profissionais da Educação;

CONSIDERANDO o Decreto nº 723, de 24 de Novembro de 2020, que dispõe sobre o processo de matrículas e de formação de turmas na Educação Básica, nas Unidades Escolares da Rede pública Estadual de Ensino de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir direitos iguais na atribuição de aulas aos profissionais da educação, atribuindo as funções por habilitação e qualificação dentro da jornada/regime de trabalho no Sistema Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa e o interesse publico;

DECRETA:

Art.1º Fica instituído e disciplinado para o Processo de Atribuição de aulas para Professores integrantes do Sistema Municipal de Ensino LICENCIADOS EM PEDAGOGIA, que sua atribuição poderá ser realizada, tanto na Educação Infantil, como no Ensino Fundamental - Anos Iniciais da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 395, de 03 de Dezembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 06 **de novembro de 2023**, 47º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CREDENCIAMENTO Nº 009/2023

AVISO DE RESULTADO CREDENCIAMENTO Nº 009/2023- CREDENCIAMENTO PARA SELEÇÃO DE PROJETO, PARA FINS DE CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS), POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, por meio de Termo de Colaboração, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no desenvolvimento de pesquisas relacionadas a agricultura de pequeno porte, e na transferência das mesmas aos produtores da Agricultura Familiar, bem como fornecer assistências técnicas, com ênfase em fruticultura, floricultura, olericultura (hortaliças) e plantas medicinais, com fulcro na Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e demais legislações aplicáveis, conforme descrição constante no Termo de Referência. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Presidente da CPL nomeada pela Portaria nº 1527/2023 de 28.08.2023, torna público o resultado e homologação do certame acima referido. EMPRESA: **FAESPE- FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ESTADUAL-** CNPJ Nº 01.226.390/0001-85, **VALOR: R$ 650.623,92 (Seiscentos e cinquenta mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos)**, o qual também poderá ser acessado, através do link:https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra- MT, 07 de Novembro de 2023. Tatiana Ávila Grigoletti- Presidente da CPL.

DECRETO Nº 564, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

INSTITUI O PROGRAMA ESPECIAL DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE PARA SERVIDORES INTEGRANTES DA COMISSÃO Do PROCESSO SELETIVO Nº 002/2023 DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO a extrema necessidade da realização de Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tangará da Serra, Mato Grosso, de modo a cumprir as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissionais para compor o quadro de servidores desta municipalidade;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 103/2006;

CONSIDERANDO que o incentivo à conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Seletivo nº 002/2023, representa trabalho extraordinário, de modo a obtenção de melhores resultados de produção, sem aumentar o número de servidores responsáveis, na forma estabelecida em Lei;

D E C R E T A:

Art.1º Fica instituído o Programa Especial de Incentivo à Produtividade, com instituição de adicional de produtividade para servidores efetivos integrantes da Comissão do Processo Seletivo nº 002/2023, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário nas Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O adicional de produtividade de que trata o artigo anterior, previsto no Artigo 172, Inciso VIII c.c Artigo 192, ambos da Lei Complementar nº 006, de 21 de junho de 1994, remunerará os trabalhos extraordinários desempenhados pelos servidores integrantes da Comissão do Processo Seletivo com obtenção de melhores resultados na sua conclusão, garantindo-se aos servidores efetivos participantes do Programa Especial de incentivo pecuniário durante o período da realização do certame.

Art. 3º O valor do Adicional de Produtividade deverá ser pago mensalmente durante o Certame, considerando as etapas do processo de abertura até a homologação do Certame, aos servidores efetivos estáveis que compõem a Comissão Especial estabelecida em Portaria fazendo jus ao adicional de produtividade no valor de R$ 2.273,54 (dois mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), parametrizado aos demais Adicionais de Produtividade e responsabilidades da Gestão Municipal, para a execução das etapas do Certame.

I- Sendo a Comissão Especial responsável composta por 05 (cinco) servidores efetivos estáveis com experiência e competência em realização de Processo Seletivo Simplificado com total lisura no Certame e seguindo os princípios da Administração Pública, sendo responsáveis pela execução das fases do Certame da seguinte forma:

a) Para Elaboração do Edital de abertura, que consiste em logística de preparação, divisão de tarefas, elaboração de cronograma e análise de interposição do Edital de Abertura;

b) Conferência e análise de inscrições com pedido de isenção da taxa, dando parecer como deferidas ou indeferidas e elaboração do Edital Complementar das decisões;

c) Análise das interposições de recursos dos pedidos de isenção da taxa, emitindo parecer e Edital Complementar das decisões dos Recursos;

d) Conferência e análise de Pedidos para Atendimento Especial aos Candidatos na realização de Prova, dando parecer como deferidos ou indeferidos e elaboração de Edital Complementar para divulgação da decisão.

e) Conferência do pagamento da taxa de inscrições, homologações das inscrições, análise de recursos interpostos contra o indeferimento de inscrição, dando parecer como deferido ou indeferido, sendo a execução dos seguintes trâmites:

e.1) Conferência e análise das inscrições deferidas e indeferidas mediante pagamento da taxa de inscrição e elaboração do Edital Complementar para divulgação;

e.2) Conferência e análise de recursos interpostos contra o indeferimento de inscrição, dando parecer como deferidos ou indeferidos e elaboração da Decisão dos Recursos e Edital de homologação das inscrições:

f) Logística da realização da prova objetiva, sendo:

f.1) Organização de materiais a serem utilizados durante o processo, alimentação, escolha dos locais da prova: visita e organização dos locais de prova, e demais ações pertinentes;

f.2) Relação de fiscais de sala e corredor para aplicação das provas, distribuição por escola;

g) Logística para confecção do caderno de prova, seleção das questões; formatação e elaboração do caderno de prova objetiva; impressão dos cadernos de prova e cartões-resposta personalizados; organização dos malotes de prova; organização e divisão de salas dos candidatos; elaboração de lista de presença dos candidatos e elaboração de Edital Complementar de Divulgação de Locais de Prova;

h) Responsabilidade pela aplicação de provas nos locais designados, coordenando os fiscais, avisando os fiscais do horário para estar na escola, fiscalizar o andamento da aplicação, dando todo suporte necessário para o bom andamento do certame. Organizar o atendimento especial de candidatos com deficiência durante a realização da prova: intérprete e ledor transcritor; preparação de sala para amamentação, conforme solicitado pelos candidatos;

i) Conferência dos gabaritos e elaboração do Edital Complementar de Divulgação do Gabarito Preliminar;

j) Análise dos recursos interpostos ao gabarito preliminar, alimentação nos sistemas protocolo, elaboração das decisões dos recursos, confecção do gabarito definitivo e elaboração do Edital Complementar de Homologação do Gabarito;

k) Correção manual dos cartões-resposta dos candidatos que participaram do certame, lançamento das notas manuais, desempates e elaboração do resultado de classificação preliminar;

l) Conferência e análise de recursos interpostos contra a classificação preliminar, dando parecer como deferidos ou indeferidos; elaboração da Decisão dos Recursos, elaboração de Edital Complementar de Classificação Preliminar e elaboração do Edital de Homologação do Resultado Final.

II – Equipe de apoio a Comissão Especial na logística de execução do Certame, nas seguintes etapas:

a) Sendo, 05 (cinco) servidores efetivos estáveis na etapa de leitura das provas com a revisão de erros ortográficos, será pago o adicional de produtividade no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) uma única parcela;

b) Sendo, 05 (cinco) servidores efetivos estáveis na etapa da logística de confecção do caderno de prova, seleção das questões; formatação e elaboração do caderno de prova objetiva; impressão dos cadernos de prova e cartões-resposta personalizados; organização dos locais de prova, organização dos malotes de prova; organização e divisão de salas dos candidatos; elaboração de lista de presença dos candidatos e elaboração de Edital Complementar de Divulgação de Locais de Prova, será pago o adicional de produtividade no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) uma única parcela;

c) Sendo, 05 (cinco) servidores efetivos estáveis na etapa da logística de correção manual dos cartões-respostas dos candidatos que participaram do certame, lançamento das notas manuais, desempates e elaboração do resultado de classificação preliminar, será pago o adicional de produtividade no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) uma única parcela;

III - Aos servidores efetivos profissionais que assumirem o compromisso, responsabilidade e sigilo para a elaboração das questões objetivas que irão compor o caderno de prova, os quais serão capacitados, orientados para a elaboração da prova conforme conteúdos programáticos do edital de abertura, de forma sigilosa e com a entrega de questões inéditas, assumindo a responsabilidade e compromisso de corrigir e responder pelos recursos impetrados contra as questões aplicadas nas provas, cumprindo todos os prazos estabelecido pela comissão do certame e assumido total responsabilidade pelas informações prestadas, será pago o adicional de produtividade no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) por questões elaboradas para a prova objetiva, mediante termo de compromisso;

IV – Equipe de servidores que laboração como Fiscais na aplicação da Prova:

a) Aos servidores fiscais e profissionais na Interpretação da Língua de Sinais - Libras, responsáveis pela aplicação da prova na linguagem de sinais, será pago o adicional de produtividade no valor: R$ 300 (trezentos reais), caso haja requerimento de candidatos PcD´s;

b) Aos servidores Fiscais de Sala com a responsabilidade pela aplicação de provas em sala nos locais designados pela Comissão do Certame, Fiscal de sala com a responsabilidade pela aplicação de provas nos locais designados, deverá se apresentar para laborar às 06:00h, e permanecerá laborando até a conclusão da aplicação da prova, será pago o valor de R$150,00 (cento e cinquenta reais);

c) Aos servidores Fiscais de Corredores com a responsabilidade de manter a ordem e o silêncio entre os candidatos, na logística de entrada e saída dos candidatos no local de prova e nos corredores, bem como, o acompanhamento dos candidatos ao banheiro, designados pela Comissão do Certame, deverá se apresentar para laborar às 06:00h, e permanecerá laborando até a conclusão da aplicação da prova, será pago o valor de R$150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 4º Observar-se-á as seguintes regras para pagamento do adicional de produtividade:

I - tem caráter transitório e é condicionado à efetiva prestação do serviço e ao preenchimento dos requisitos legais estabelecidos;

II - será pago em razão da comprovação da conclusão das etapas;

III - será acrescido à remuneração, dela se destacando:

a) não integrará os vencimentos para nenhum efeito;

b) não se acumula para qualquer fim;

c) não se sujeita à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipal;

d) não se acumula com outras vantagens de espécie semelhantes.

Art. 5º Cabe à Comissão do Processo Seletivo Simplificado encaminhar à Secretaria Municipal de Administração os respectivos Editais do Certame com as fases concluídas para lançamento da produção em folha de pagamento do servidor que laborarem nas etapas do Certame.

Art. 6º A execução do presente Programa Especial onerará dotação orçamentária própria das Secretarias de lotação dos servidores participantes.

Art. 7º Dado o seu caráter de efetiva produção, o adicional de produtividade não será devido nas seguintes hipóteses:

a) licenças e afastamentos em geral;

b) gozo de férias regulamentares e outras espécies de ausências no serviço público;

c) ausência de comprovação de efetiva prestação dos serviços.

Art. 8º Serão objeto de restituição aos cofres públicos eventuais valores pagos com base em etapas invalidadas ou anuladas por decisão administrativa ou judicial e que tenham sido considerados para o cálculo da remuneração do adicional de produtividade:

a) aqueles indevidamente atribuídos;

b) aqueles decorrentes de procedimentos que não tenham sido comprovadamente realizados;

c) aqueles decorrentes de tarefas não concluídas no prazo legal, regulamentar ou aquele estabelecido pela autoridade.

Art. 9º Sujeitam-se às responsabilizações cabíveis, o servidor participante do Programa Especial que comprovadamente:

a) usar de artifício para prestar informações incorretas para concluir etapas para fins de conclusão do Certame;

b) omitir informações ou prestar falsas informações sobre irregularidades observadas nos serviços que sejam de seu conhecimento, sobre os serviços de fiscalização efetuados no seu setor ou nos serviços que estejam sob sua responsabilidade.

Art. 10º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 06 de novembro de 2023, 47º aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

Profº Vagner Constantino Guimarães

Secretário Municipal de Educação

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 563, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DOS BOXES NAS PROXIMIDADES DO PÁTIO DA ANTIGA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA OS COMERCIANTES NOS DIAS DO NATAL ILUMINADO 2023 DE TANGARÁ DA SERRA - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º Fica regulamentada a concessão de 08 (oito) espaços de 60 m² (06mx10m) para a colocação de brinquedos (escorregador, cama-elástica, pula-pula, carrinho, carrossel), e 14 (catorze) espaços de 12 m² (03mx04m) para a comercialização de produtos alimentícios, sendo estes espaços fixos.

Parágrafo Único. Não será delimitado espaço fixo para os comerciantes que venderão pipoca, raspadinha, algodão-doce, crepes, açaí, sorvetinhos, churros e outros.

Art. 2º O período de requerimento do pedido dos boxes e dos espaços compreenderá os dias 07/11/2023 a 15/11/2023.

Parágrafo único. A formalização do pedido será via protocolo (online ou presencial) e o requerente deverá apresentar documentos pessoais, comprovante de endereço e informar o produto que será ofertado no boxe.

Art. 3º Durante o Evento Natal Iluminado 2023, não será permitido nenhum brinquedo na Praça da Bíblia, somente os ambulantes que já possuem autorização para permanecer no local. como: Pipoca, Raspadinha, Algodão-doce, Crepes, Açaí, Sorvetinhos, Churros e outros.

Art. 4° As atividades dos comerciantes poderão ser desenvolvidas a partir do dia 26/11/2023 a 06/01/2024, sendo das 18h00mins às 02h00min.

Art. 5° As atividades a serem contempladas com os boxes deverão ser as de brinquedos (com apresentação de ART) e alimentação.

Art. 6° - A concessão dos boxes será realizada por sorteio as 14:00 horas do dia 20 de novembro, sendo que cada requerente será contemplado com apenas 01 (um) boxe.

§1º Havendo pedido de mais de um boxe por solicitante, este deverá participar de novo sorteio, após atendidos todos os requerentes, a ser feito na sequência no primeiro, para que haja a distribuição dos boxes remanescentes.

§2ºA quantidade de boxes a serem colocados à disposição dos comerciantes, bem como, os locais em que serão dispostos será definida pela Administração Pública Municipal, a depender do interesse público.

§3º É facultada a permuta de boxes entre os sorteados, caso estes estejam de acordo com a referida troca.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **06 de novembro de 2023**, 47º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 567, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

INSTITUI O Núcleo de Gestão dE Projeto – NEGEP, destinado a coordenar a execução do projeto integrante do Programa BNDES Finem, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 37.560/2023 -1Doc;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Gestão de Projeto - NEGEP, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, destinado a coordenar a execução do projeto integrante do Programa BNDES Finem, que visa obras de infraestrutura urbana, desenvolvimento urbano e multi setorial por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no Município de Tangará da Serra.

Parágrafo único. O Núcleo vigorará desde a aprovação do projeto até a entrega da carta de quitação pelo BNDES ao Município de Tangará da Serra.

Art. 2º O Núcleo de Gestão de Projeto - NEGEP será composto:

I - pelo Coordenador Geral;

II - pelo Coordenador Técnico - Administrativo-Financeiro;

III - pelos Coordenadores de Projeto, indicados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura – SINFRA e pela Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, que indicarão um representante e um suplente.

§1º O Coordenador Geral e o Coordenador Técnico-Administrativo-Financeiro e respectivos suplentes serão indicados pelo Secretário Municipal de Fazenda.

§2º O Coordenador Geral, o Coordenador Técnico-Administrativo-Financeiro e os Coordenadores de Projeto indicados serão nomeados por Portaria do Prefeito.

§3º Os membros do Núcleo de Gestão de Projeto - NEGEP não receberão qualquer remuneração por tal participação, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 07 de novembro de 2023**, 47º** aniversário de Emancipação Político Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Cruz e Guia

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 568, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES QUE CUMPRIRAM OS REQUISITOS LEGAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO o Concurso Público Municipal Edital nº. 002/2018 de 18/12/2018, conforme resultado final divulgado por meio do Edital Complementar nº 008/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municipais do Estado de Mato Grosso, Ano XIV, nº 3232 de 22/05/2019, homologado via Decreto nº162 de 07/06/2019, prorrogado mediante Decreto nº 060 de 02/02/2021, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XVI, nº 3671 de 18/02/2021;

CONSIDERANDO o artigo 41, da Constituição Federal de 1988; a Emenda Constitucional nº19 de 04/06/1998; a Lei nº 8112/90 de 11/12/1990; a Lei Complementar nº 163 de 2012; Lei Ordinária nº 3424/2010; Lei Municipal nº 3663/2011, Lei Municipal 3676 de 2011, Decreto nº 362/2011 e Decreto nº 081/2021;

CONSIDERANDO que os servidores abaixo relacionados concluíram os 03 (três) anos de estágio probatório na data indicada na tabela, nos moldes da Lei Municipal nº 3663/2011, Lei Municipal 3676/2011 e Decreto nº 362/2011;

CONSIDERANDO os termos do memorando nº 38.173/2023-1Doc;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologada a estabilidade dos servidores efetivos aprovados no concurso público, no respectivo cargo de provimento efetivo, ingressados no ano de 2020, que completaram o estágio probatório e que cumpriram as 04 (quatro) avaliações, conforme tabela abaixo:

MAT.	SERVIDOR	DATA DE ADMISSÃO	AFASTAMENTO (DIAS)	DATA DE CONCLUSÃO	CARGO	MÉD. 1	MED. 2	MÉD. 3	MÉD. 4	MÉDIA FINAL	DESCRIÇÃO DO RESULTADO DA MÉDIA FINAL
15480	JONATA PESSOA TARQUETE	18/03/20	37	25/04/23	TECNICO DE APOIO INFANTIL	47,89	42,22	36,67	47,17	43,48	Bom Servidor
15453	JANAINA LIRA ESTOLANE	19/03/20	10	29/03/23	APOIO ADMIMISTRATIVO EDUCACIONAL-APOIO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	48,56	49,83	50	49,56	49,49	Bom Servidor

Art. 2º Os servidores atenderam os requisitos no estágio probatório: assiduidade, disciplina, responsabilidade, produtividade, capacidade de iniciativa e relacionamento, tornando-os estáveis no serviço público municipal, de acordo com os termos da Lei Ordinária nº 3424/2010, de 29 de setembro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a data de conclusão do estágio probatório de cada servidor, conforme tabela acima.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 07 de novembro de 2023**, 47º** aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 568, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES QUE CUMPRIRAM OS REQUISITOS LEGAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO o Concurso Público Municipal Edital nº. 002/2018 de 18/12/2018, conforme resultado final divulgado por meio do Edital Complementar nº 008/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municipais do Estado de Mato Grosso, Ano XIV, nº 3232 de 22/05/2019, homologado via Decreto nº162 de 07/06/2019, prorrogado mediante Decreto nº 060 de 02/02/2021, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XVI, nº 3671 de 18/02/2021;

CONSIDERANDO o artigo 41, da Constituição Federal de 1988; a Emenda Constitucional nº19 de 04/06/1998; a Lei nº 8112/90 de 11/12/1990; a Lei Complementar nº 163 de 2012; Lei Ordinária nº 3424/2010; Lei Municipal nº 3663/2011, Lei Municipal 3676 de 2011, Decreto nº 362/2011 e Decreto nº 081/2021;

CONSIDERANDO que os servidores abaixo relacionados concluíram os 03 (três) anos de estágio probatório na data indicada na tabela, nos moldes da Lei Municipal nº 3663/2011, Lei Municipal 3676/2011 e Decreto nº 362/2011;

CONSIDERANDO os termos do memorando nº 38.173/2023-1Doc;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologada a estabilidade dos servidores efetivos aprovados no concurso público, no respectivo cargo de provimento efetivo, ingressados no ano de 2020, que completaram o estágio probatório e que cumpriram as 04 (quatro) avaliações, conforme tabela abaixo:

MAT.	SERVIDOR	DATA DE ADMISSÃO	AFASTAMENTO (DIAS)	DATA DE CONCLUSÃO	CARGO	MÉD. 1	MED. 2	MÉD. 3	MÉD. 4	MÉDIA FINAL	DESCRIÇÃO DO RESULTADO DA MÉDIA FINAL
15480	JONATA PESSOA TARQUETE	18/03/20	37	25/04/23	TECNICO DE APOIO INFANTIL	47,89	42,22	36,67	47,17	43,48	Bom Servidor
15453	JANAINA LIRA ESTOLANE	19/03/20	10	29/03/23	APOIO ADMIMISTRATIVO EDUCACIONAL-APOIO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	48,56	49,83	50	49,56	49,49	Bom Servidor

Art. 2º Os servidores atenderam os requisitos no estágio probatório: assiduidade, disciplina, responsabilidade, produtividade, capacidade de iniciativa e relacionamento, tornando-os estáveis no serviço público municipal, de acordo com os termos da Lei Ordinária nº 3424/2010, de 29 de setembro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a data de conclusão do estágio probatório de cada servidor, conforme tabela acima.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 07 de novembro de 2023**, 47º** aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 020/2023

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 020/2023 – A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 1.527/2023 de 28.08.2023, por determinação da Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, e com base no Parecer Jurídico nº 693/PGM/2023, torna público o Procedimento Administrativo nº 8.613/2023. OBJETO: Celebração de Termo de Colaboração entre Associação Nosso Lar Casa do Idoso inscrita no CNPJ sob nº01.363.886/000149 e a Administração Pública Municipal, com fulcro na lei. nº 13.019/2014 c/c Decreto Municipal n.º441 DE 16/12/2016,cujo valor é de R$ 111.550,10 (cento e onze mil, quinhentos e cinquenta reais e dez centavos). **Tangará da Serra-MT, 07 de Novembro de 2023. Tatiana Ávila Grigoletti – Presidente da Comissão Permanente de Licitações.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PORTARIA GP Nº 258/2023

PORTARIA GP Nº 258/2023

DATA: 07 DE NOVEMBRO DE 2023

SÚMULA: CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA SENHORA CASSIA CRISTINA LOUREIRO DE MORAES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SR. PASCOAL ALBERTON**, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - Conceder FUNÇÃO GRATIFICADA DE 20% por exercer a **FUNÇÃO DE ENFERMEIRO RESPONSÁVEL DO HOSPITAL MUNICIPAL** a Sra. **CASSIA CRISTINA LOUREIRO DE MORAES**, brasileira, portadora do RG nº 2553698-2 e inscrita no CPF nº 052.763.511.12, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º - O nomeado terá como retribuição pecuniária básica ao salário de 40 (quarenta) horas semanais do nível e classe a que pertence dentro do quadro de especialista em saúde de Terra Nova do Norte, a Função Gratificada de enfermeiro responsavel do hospital municipal, com percentual de 20% (vinte por cento), conforme a Lei Complementar 110/2022.

ART. 3º- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO PP 058/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2023

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 101/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE TODOS OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 24/11/2023

HORÁRIO: 07h30min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 07 de Novembro de 2023.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 001/2023

Versão: 1

Aprovação: 31/10/2023

Ato de aprovação: Decreto nº 067/2023

Sistema Administrativo: Departamento de Finanças

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda

DISPÕE SOBRE ESTABELECIMENTO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO.

O CONTROLADOR INTERNO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem a missão institucional do Sistema de Controle Interno, na Lei Complementar Municipal que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Controle Interno;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 165 e 166 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de TERRA NOVA DO NORTE;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 101 de 14 de maio de 2000, que estabelece normas de Finanças Públicas voltadas a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que dispõe sobre Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração dos orçamentos e balanços;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer normas e procedimentos para programação orçamentária e financeira e cronograma de execução mensal de desembolso, no âmbito da Administração Direta do Município de TERRA NOVA DO NORTE Estado de Mato Grosso.

TÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 2º. Disciplina as normas procedimentais para padronizar a rotina interna de estabelecimento da Programação Orçamentária e Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, com vistas ao aperfeiçoamento, à eficácia, à eficiência, à celeridade e à transparência de atos de gestão administrativa e aplicação de recursos públicos.

TÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 3º. Esta instrução normativa abrange todas as Secretarias do Poder Executivo Municipal e as Unidades Organizacionais, bem como as seguintes Autarquias:

I. Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte -PREVITER;

TÍTULO III

DOS CONCEITOS

Art. 4º. Para efeitos desta Instrução Normativa entende-se por:

I. Cronograma de Execução Mensal de Desembolso: cotas mensais de previsão de recursos financeiros, consignadas na lei orçamentária em conformidade com as propostas estabelecidas nos Programas de Trabalho dos Órgãos Orçamentários do Município; **II. Metas de Arrecadação:** desdobramento das receitas previstas em metas mensais e bimestrais; **III. Programação Orçamentária e Financeira:** tem por objetivo assegurar que os recursos sejam alocados conforme o planejamento das unidades gestoras de maneira a evidenciar as metas propostas na Lei Orçamentária Anual LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e no Plano Plurianual PPA. E também assegurar recursos necessários para melhorar a execução do programa anual de trabalho afim de garantir o equilíbrio entre disponibilidades de caixa e compromissos de pagamento. **IV. Superávit Financeiro:** diferença positiva apurada no Balanço Patrimonial, quando comparado o ativo financeiro com o passivo financeiro da entidade; **V. Excesso de Arrecadação:** saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda, a tendência do exercício. **VI. Departamento Financeiro –** ocupa-se essencialmente na manipulação dos meios de pagamento e recebimento em ordem da quitação de compromissos, para com terceiros e do registro e emissão de documentos, e bem como das relações com bancos para fins de quitação de compromissos.

TÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 5º. O fundamento jurídico encontra-se consubstanciado na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal e nas seguintes legislações:

I. Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000; **II.** Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964; **III.** Lei 8.666/93 e 14.133/2021.

TÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º. São atribuições do Chefe do Poder Executivo:

I. Aprovar por Decreto a Programação Financeira do Exercício e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso; **II.** Estabelecer, através de Decreto, a limitação de empenho, especificando as despesas que serão objetos de limitação, caso se identifique arrecadação abaixo do estabelecido nas metas.

Art. 7º. São atribuições do Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário, da Secretaria Municipal de Fazenda:

I. Realizar o desdobramento mensal e bimestral da previsão de receita e de despesa orçamentária, por órgão; **II.** Elaborar minuta de Decreto de programação orçamentária e financeira, em conjunto com o Departamento de Contabilidade, especialmente no que se refere à previsão e alterações orçamentárias; **III.** Registrar as quotas orçamentárias mensais disponíveis para cada órgão, bem como as alterações orçamentárias, no sistema informatizado para que assim seja possível aos órgãos obter diariamente

posição detalhada da execução orçamentária de cada dotação; **IV.** Disponibilizar a todos os responsáveis pelos Órgãos Orçamentários sobre a programação orçamentária para o exercício, detalhando por órgão e fonte de recursos; **V.** Estabelecer controles via sistema informatizado, visando limitação da utilização dos créditos orçamentários ao limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual; **VI.** Proceder a avaliação da realização da receita, considerando o previsto na programação bimestral, por órgão; **VII.** Comunicar oficialmente ao gestor caso o comportamento da receita esteja abaixo do estabelecido, e também nos casos de excesso na arrecadação da receita; **VIII.** Proceder ao contingenciamento orçamentário conforme solicitado pelo Departamento de Finanças; **IX.** Reprogramar a dotação orçamentária, conforme reprogramação da expectativa de arrecadação; **X.** Subsidiar os órgãos orçamentários em estudos, análises e projeções para a adoção de eventuais medidas que impliquem em alterações nos valores das dotações; **XI.** Elaborar a minuta de Decreto de alterações orçamentárias; **XII.** Apurar e controlar possível excesso de arrecadação.

Art. 8º. São atribuições do Departamento de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Fazenda:

I. Realizar bimestralmente a avaliação da arrecadação da receita frente à execução da despesa, por meio dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; **II.** Comunicar oficialmente o Chefe do Poder Executivo e secretário de Fazenda, caso seja verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais; **III.** Realizar quadrimestralmente, a avaliação da realização da receita, e metas de resultado fiscal, estabelecidos pela Lei 101/00, demonstrando seus resultados em audiência pública na Casa Legislativa Municipal; **IV.** Informar as secretarias acerca do superávit financeiro apurado no exercício anterior, para fins de suplementação orçamentária; **V.** auxiliar as secretarias, quando da execução orçamentária e financeira.

Art. 9º. São atribuições do Departamento de Administração, da Secretaria de Municipal de Administração:

I. Formatar as minutas de decretos; **II.** Submeter a minuta de decreto à análise do Chefe do Poder Executivo; **III.** Promover as publicações de decretos.

Art. 10. São atribuições das Secretarias Municipais:

I. Acompanhar e controlar a execução do orçamento, observando o estabelecido na Programação financeira e o Cronograma mensal de Desembolso para sua Unidade Orçamentária; **II.** Adequar seu Plano de Trabalho à programação orçamentária estabelecida no decreto; **III.** Solicitar alterações orçamentárias, caso necessário, conforme orientação do Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário;

Art. 11. São atribuições dos setores de Compras e Licitação das Secretarias Municipais:

I. Observar a existência de saldo orçamentário para a solicitação de empenhamento de despesa; **II.** Detalhar nas solicitações de compras e/ou serviços a data, a secretaria (órgão orçamentário), a aquisição pretendida, complemento detalhado, justificativa da despesa, dotação, conta corrente para os recursos vinculados, valor estimado da despesa com a origem do processo licitatório: nº da ata, contrato, processo de dispensa, registro de preço.

TÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS

CAPITULO I

DA PROGRAMAÇÃO ORCAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 12. O estabelecimento da Programação financeira e Cronograma de desembolso deverão ser aprovados por meio de Decreto Municipal, sendo elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda no caso da Administração Direta, e pelos setores contábeis de cada autarquia no caso do Previter, contendo como anexos:

I. O desdobramento da receita e despesas em Metas no mínimo bimestrais para o exercício, evidenciando de forma sintética as receitas de acordo com a expectativa de arrecadação e a despesa por órgão e destinação de recursos; **II.** A Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão Orçamentário, para fins de acompanhamento e controle, sendo as despesas classificadas por fontes de recursos.

§1º. A elaboração do anexo a que se refere o inciso I, é de responsabilidade do Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário da Administração Direta em conjunto com o Setor de Contabilidade geral do órgão.

Art. 13. O Decreto Municipal que disciplina a execução orçamentária e financeira do município deverá ser publicado até 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Parágrafo único. O anexo evidenciando a Programação financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício será publicado até 30 de DEZEMBRO de cada ano.

CAPÍTULO II

DO DECRETO QUE DISCIPLINA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 14. Realizado o desdobramento no mínimo bimestral de previsão da receita e da despesa orçamentária, os setores de Orçamento, financeiro e Contábil, sob a coordenação do primeiro, deverão elaborar a minuta do decreto que disciplinará a execução orçamentária e financeira do município para cada exercício.

§1º. Cabe a secretaria Fazenda e Administração manter durante o exercício o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada de modo a reduzir aso mínimo eventuais insuficiências de saldo na Tesouraria, adotando como instrumento de controle o cronograma de desembolso nos termos do art 8º da Lei Complementar 101/00.

§2º. Caberá ao Departamento de Contabilidade tratar das questões relacionadas a execução orçamentária.

§3º. O Setor de Tesouraria tratará dos assuntos relacionados a execução financeira, fluxo de caixa, cronograma de pagamento.

§4º. A minuta do decreto deverá ser confeccionada e encaminhada a Secretaria Municipal de Administração para análise e formatação, até 30 (trinta) dias após a publicação da LOA.

§5º. O Chefe do Poder Executivo deverá sancionar o decreto e devolver a Secretaria de Administração para publicação no prazo máximo de até 30 dias, a contar da publicação da LOA.

CAPÍTULO III

DA ORDEM DE PRIORIDADE DE PAGAMENTO

Art. 15. A execução orçamentaria das despesas será baseada no fluxo de ingresso de recursos, devendo os órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta obedecer, dentro da programação orçamentária e financeira a ordem de prioridade, que será estabelecida em Instrução Normativa Especifica que trata da Ordem Cronológica de pagamentos.

§ 1º - Os pagamentos das despesas deverão ser efetuados exclusivamente pelo Departamento Financeiro mediante autoatendimento do Setor Público e Gerenciador Financeiro;

§ 2º - Nenhum pagamento poderá ser realizado sem a efetiva liquidação da despesa, entendida esta como a efetiva entrega do material, a prestação de serviços, a execução da obra ou a concretização da locação.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DECORRENTES DA APURAÇÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Art. 16. Até o dia 30 de DEZEMBRO de cada ano, o Departamento de Contabilidade e Controle apurará o superávit financeiro do exercício anterior, obedecendo as vinculações de recursos, e cientificará o Secretário Municipal de Fazenda, Administração e Chefe do Poder executivo para providências em relação a sua execução.

Parágrafo único. O documento citado no artigo acima a ser encaminhado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I. Demonstrativo do superávit financeiro por fonte de recursos; **II.** Relação de Restos a Pagar, por órgão e por fonte de recursos; **III.** Relação dos Depósitos de Terceiros, através do Anexo 17 – Divida Flutuante da Lei 4.320/64; **IV.** Demonstrativo de saldos bancários em 31 de dezembro, evidenciando as contas bancarias e fontes de recursos.

Art. 17. Com base nos documentos fornecidos pelo Departamento de Contabilidade, o Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário deverá proceder da seguinte forma:

§1º. Relacionar as contas bancárias para pagamentos dos restos a pagar, de forma a identificar o superávit financeiro por conta corrente, e encaminhar ao Departamento de Finanças até 15 de DEZEMBRO de cada ano.

§2º. O Departamento de Finanças deverá providenciar o registro da fonte de recursos oriundo do superávit financeiro no cadastro das contas bancarias do município até 15 de DEZEMBRO, de forma a separar os recursos financeiros do exercício corrente dos saldos superavitários de exercícios anteriores.

§3º. O Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário providenciará as suplementações orçamentárias por superávit financeiro no decorrer do exercício, de acordo com sua execução, observando sempre a fonte financeira.

Art. 18. Se no decorrer do exercício for verificada a tendência de excesso na arrecadação de receita, caberá ao Departamento de Contabilidade comunicar ao Secretário de Fazenda sobre a possibilidade de encaminhar ao Legislativo Projeto de Lei para acrescer créditos orçamentários a LOA, indicando as fontes recursos.

§1º. Quando o excesso for apurado em fonte de recursos vinculados, o Departamento de Contabilidade deverá contabilizar o gasto de acordo com a indicação das ações a serem suplementadas através das demandas de cada secretaria/órgão.

§2º. Quando o excesso se referir a recursos não vinculados, caberá ao Chefe do Poder Executivo eleger as áreas prioritárias para reforço orçamentário.

§3º. Para apuração do excesso de arrecadação deverá ser obedecida a fonte de recursos e deduzidos os Restos a Pagar sem cobertura financeira, caso existam.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 19. Expedido e publicado o Decreto de execução orçamentária e financeira, o Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário deverá executar os seguintes procedimentos:

I. Disponibilizar o Decreto e anexos no site oficial do município, para conhecimento das secretarias, até 05 (cinco) dias após a publicação; **II.** Registrar as dotações orçamentárias disponíveis para cada Órgão Orçamentário, bem como as alterações orçamentárias, no sistema informatizado para que assim seja possível aos órgãos obter diariamente posição detalhada da execução orçamentária de cada dotação; **III.** Proceder acompanhamento e avaliação da realização da receita orçamentária, considerando o previsto na programação bimestral por fonte de recursos; **IV.** Proceder a registros de contingenciamento orçamentário e reprogramação orçamentária, conforme orientação do Departamento de Finanças, quando necessário.

Art. 20. Após a publicação do Decreto de execução orçamentária e financeira, o Departamento de Finanças deverá executar os procedimentos seguintes:

I. Cientificar a todos os responsáveis pelos órgãos sobre a programação financeira e cronograma mensal de desembolso para o exercício, detalhando por órgão e fonte de recurso, mediante publicação na página do município – Portal Transparência, em até 05 (cinco) dias após a publicação; **II.** Acompanhar a execução financeira; **III.** Programar o pagamento de despesas conforme fluxo de caixa pré-estabelecido, observando a ordem cronológica da realização da despesa; **IV.** Nos pagamentos, obedecer a fonte de recursos a qual a despesas está vinculada, de forma que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica sejam utilizados exclusivamente para atender a objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo único. Caso a receita não ocorra como prevista, oscilando para mais ou para menos, o Departamento de Finanças deve, mediante acompanhamento de execução financeira, estabelecer medidas de contingenciamento.

Art. 21. O Departamento de Contabilidade deverá executar os seguintes procedimentos:

I. Bimestralmente, o Departamento de Contabilidade e Controle efetuará a avaliação da execução orçamentária e, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita pode não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na LDO, comunicará o Secretário Municipal de Fazenda. **II.** Realizar, quadrimestralmente, avaliação da realização da execução orçamentária, demonstrando seus resultados em audiência pública na Casa Legislativa Municipal; **III.** Informar o Chefe do Poder Executivo, o Secretário de Fazenda e de Administração acerca do superávit financeiro apurado no exercício anterior, para fins de suplementação orçamentária e que estes informem as demais secretarias.

Art. 22. O Núcleo de Orçamento das Secretarias Municipais, com base nos valores das dotações definidas na Lei Orçamentária e nos Anexos do Decreto que disciplina a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso, deverá adequar-se à programação orçamentária nos termos definidos pela Administração, obedecendo sempre:

I. O montante de cada quota anual estabelecida para o órgão, que deverá ser administrado pelo órgão através de uma distribuição, tendo como parâmetro gastos mensais. **II.** O limite da dotação disponível por projeto, atividade e operação especial, categoria econômica e modalidade de aplicação, observadas as eventuais alterações orçamentárias, cujo acompanhamento poderá ser realizado através do sistema informatizado; **III.** O montante disponível estabelecido para cada atividade ou projeto, aprovado no Orçamento-Programa atinente.

Art. 23. O Núcleo de Compras e Licitação das Secretarias Municipais deverá observar a existência de saldo orçamentário para a solicitação de empenhamento de despesa.

§1º. As solicitações de compras e/ou serviços deverão conter o detalhamento da aquisição, especificamente a data, a secretaria (órgão orçamentário), a aquisição pretendida, complemento detalhado, justificativa da despesa, dotação, conta corrente para os recursos vinculados, saldo atualizado da dotação naquela data, valor estimado da despesa com as respectivas três cotações de preços e distribuição mensal no caso de despesas de duração continuada.

§2º. No início do exercício financeiro deverão ser providenciados o empenhamento estimativo pelo valor estimado para as seguintes despesas:

I. Despesas de manutenção fixas; **II.** Amortização e encargo da dívida se houver; **III.** Acordos e precatórios judiciais se houver; **IV.** Contratos já celebrados e em continuação, sendo que, nesse caso a despesa a ser empenhada deve corresponder à execução prevista para o exercício corrente;

V. Convênios para repasses financeiros a entidades; **VI.** Obrigações Tributárias e Contributivas (Pasep) e Encargos Sociais

§3º. As Despesas com pessoal e outros benefícios a servidores, poderão ser empenhadas mensalmente.

Art. 24. Não será permitido realizar despesas e estabelecer compromissos contratuais anuais, acima das dotações atuais disponíveis.

Parágrafo único. As despesas realizadas em desacordo com as determinações constantes da Normativa serão de responsabilidade do Secretário Municipal e fiscal do contrato.

Art. 25. se no decorrer da execução orçamentária e financeira for verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO, nos 30 (trinta) dias subsequentes o Gestor estabelecerá através de ato normativo, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios estabelecidos pela LDO – Artigo 9º da LRF.

TÍTULO V

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 26. Compõem esta Instrução Normativa:

I. Anexo 01: Fluxograma da Programação Financeira; e exclusivamente para a programação financeira anual.

Art. 27. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

JONAS TADEU SASSI

Controlador Interno

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 067, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

Aprova a Instrução Normativa **SFI nº 001/2023-VERSÃO 1**- de 31 de OUTUBRO de 2023, que estabelece normas e procedimentos para a elaboração da programação orçamentária e financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de Terra Nova do Norte.

PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º. No âmbito do Poder Executivo Municipal, a elaboração da programação orçamentária e financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, obedecerá aos procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa SFI nº 001/2023 – Versão 001, aprovada por este Decreto.

Art. 2°. Os órgãos e entidades da Administração Indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TERRA NOVA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, em 31 de OUTUBRO de 2023.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

Versão: 1

Aprovação: 31/10/2023

Ato de aprovação: Decreto nº 067/2023

Sistema Administrativo: Departamento de Finanças

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda

DISPÕE SOBRE ESTABELECIMENTO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO.

O CONTROLADOR INTERNO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem a missão institucional do Sistema de Controle Interno, na Lei Complementar Municipal que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Controle Interno;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 165 e 166 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de TERRA NOVA DO NORTE;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 101 de 14 de maio de 2000, que estabelece normas de Finanças Públicas voltadas a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que dispõe sobre Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração dos orçamentos e balanços;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer normas e procedimentos para programação orçamentária e financeira e cronograma de execução mensal de desembolso, no âmbito da Administração Direta do Município de TERRA NOVA DO NORTE Estado de Mato Grosso.

TÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 2º. Disciplina as normas procedimentais para padronizar a rotina interna de estabelecimento da Programação Orçamentária e Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, com vistas ao aperfeiçoamento, à eficácia, à eficiência, à celeridade e à transparência de atos de gestão administrativa e aplicação de recursos públicos.

TÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 3º. Esta instrução normativa abrange todas as Secretarias do Poder Executivo Municipal e as Unidades Organizacionais, bem como as seguintes Autarquias:

I. Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte -PREVITER;

TÍTULO III

DOS CONCEITOS

Art. 4º. Para efeitos desta Instrução Normativa entende-se por:

I. Cronograma de Execução Mensal de Desembolso: cotas mensais de previsão de recursos financeiros, consignadas na lei orçamentária em conformidade com as propostas estabelecidas nos Programas de Trabalho dos Órgãos Orçamentários do Município; **II. Metas de Arrecadação:** desdobramento das receitas previstas em metas mensais e bimestrais; **III. Programação Orçamentária e Financeira:** tem por objetivo assegurar que os recursos sejam alocados conforme o planejamento das unidades gestoras de maneira a evidenciar as metas propostas na Lei Orçamentária Anual LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e no Plano Plurianual PPA. E também assegurar recursos necessários para melhorar a execução do programa anual de trabalho afim de garantir o equilíbrio entre disponibilidades de caixa e compromissos de pagamento. **IV. Superávit Financeiro:** diferença positiva apurada no Balanço Patrimonial, quando comparado o ativo financeiro com o passivo financeiro da entidade; **V. Excesso de Arrecadação:** saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda, a tendência do exercício. **VI. Departamento Financeiro –** ocupa-se essencialmente na manipulação dos meios de pagamento e recebimento em ordem da quitação de compromissos, para com terceiros e do registro e

emissão de documentos, e bem como das relações com bancos para fins de quitação de compromissos.

TÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 5º. O fundamento jurídico encontra-se consubstanciado na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal e nas seguintes legislações:

I. Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000; **II.** Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964; **III.** Lei 8.666/93 e 14.133/2021.

TÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º. São atribuições do Chefe do Poder Executivo:

I. Aprovar por Decreto a Programação Financeira do Exercício e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso; **II.** Estabelecer, através de Decreto, a limitação de empenho, especificando as despesas que serão objetos de limitação, caso se identifique arrecadação abaixo do estabelecido nas metas.

Art. 7º. São atribuições do Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário, da Secretaria Municipal de Fazenda:

I. Realizar o desdobramento mensal e bimestral da previsão de receita e de despesa orçamentária, por órgão; **II.** Elaborar minuta de Decreto de programação orçamentária e financeira, em conjunto com o Departamento de Contabilidade, especialmente no que se refere à previsão e alterações orçamentárias; **III.** Registrar as quotas orçamentárias mensais disponíveis para cada órgão, bem como as alterações orçamentárias, no sistema informatizado para que assim seja possível aos órgãos obter diariamente posição detalhada da execução orçamentária de cada dotação; **IV.** Disponibilizar a todos os responsáveis pelos Órgãos Orçamentários sobre a programação orçamentária para o exercício, detalhando por órgão e fonte de recursos; **V.** Estabelecer controles via sistema informatizado, visando limitação da utilização dos créditos orçamentários ao limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual; **VI.** Proceder a avaliação da realização da receita, considerando o previsto na programação bimestral, por órgão; **VII.** Comunicar oficialmente ao gestor caso o comportamento da receita esteja abaixo do estabelecido, e também nos casos de excesso na arrecadação da receita; **VIII.** Proceder ao contingenciamento orçamentário conforme solicitado pelo Departamento de Finanças; **IX.** Reprogramar a dotação orçamentária, conforme reprogramação da expectativa de arrecadação; **X.** Subsidiar os órgãos orçamentários em estudos, análises e projeções para a adoção de eventuais medidas que impliquem em alterações nos valores das dotações; **XI.** Elaborar a minuta de Decreto de alterações orçamentárias; **XII.** Apurar e controlar possível excesso de arrecadação.

Art. 8º. São atribuições do Departamento de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Fazenda:

I. Realizar bimestralmente a avaliação da arrecadação da receita frente à execução da despesa, por meio dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; **II.** Comunicar oficialmente o Chefe do Poder Executivo e secretário de Fazenda, caso seja verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais; **III.** Realizar quadrimestralmente, a avaliação da realização da receita, e metas de resultado fiscal, estabelecidos pela Lei 101/00, demonstrando seus resultados em audiência pública na Casa Legislativa Municipal; **IV.** Informar as secretarias acerca do superávit financeiro apurado no exercício anterior, para fins de suplementação orçamentária; **V.** auxiliar as secretarias, quando da execução orçamentária e financeira.

Art. 9º. São atribuições do Departamento de Administração, da Secretaria de Municipal de Administração:

I. Formatar as minutas de decretos; **II.** Submeter a minuta de decreto à análise do Chefe do Poder Executivo; **III.** Promover as publicações de decretos.

Art. 10. São atribuições das Secretarias Municipais:

I. Acompanhar e controlar a execução do orçamento, observando o estabelecido na Programação financeira e o Cronograma mensal de Desembolso para sua Unidade Orçamentária; **II.** Adequar seu Plano de Trabalho à programação orçamentária estabelecida no decreto; **III.** Solicitar alterações orçamentárias, caso necessário, conforme orientação do Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário;

Art. 11. São atribuições dos setores de Compras e Licitação das Secretarias Municipais:

I. Observar a existência de saldo orçamentário para a solicitação de empenhamento de despesa; **II.** Detalhar nas solicitações de compras e/ou serviços a data, a secretaria (órgão orçamentário), a aquisição pretendida, complemento detalhado, justificativa da despesa, dotação, conta corrente para os recursos vinculados, valor estimado da despesa com a origem do processo licitatório: nº da ata, contrato, processo de dispensa, registro de preço.

TÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS

CAPITULO I

DA PROGRAMAÇÃO ORCAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 12. O estabelecimento da Programação financeira e Cronograma de desembolso deverão ser aprovados por meio de Decreto Municipal, sendo elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda no caso da Administração Direta, e pelos setores contábeis de cada autarquia no caso do Previter, contendo como anexos:

I. O desdobramento da receita e despesas em Metas no mínimo bimestrais para o exercício, evidenciando de forma sintética as receitas de acordo com a expectativa de arrecadação e a despesa por órgão e destinação de recursos; **II.** A Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão Orçamentário, para fins de acompanhamento e controle, sendo as despesas classificadas por fontes de recursos.

§1º. A elaboração do anexo a que se refere o inciso I, é de responsabilidade do Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário da Administração Direta em conjunto com o Setor de Contabilidade geral do órgão.

Art. 13. O Decreto Municipal que disciplina a execução orçamentária e financeira do município deverá ser publicado até 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Parágrafo único. O anexo evidenciando a Programação financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício será publicado até 30 de DEZEMBRO de cada ano.

CAPÍTULO II

DO DECRETO QUE DISCIPLINA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 14. Realizado o desdobramento no mínimo bimestral de previsão da receita e da despesa orçamentária, os setores de Orçamento, financeiro e Contábil, sob a coordenação do primeiro, deverão elaborar a minuta do decreto que disciplinará a execução orçamentária e financeira do município para cada exercício.

§1º. Cabe a secretaria Fazenda e Administração manter durante o exercício o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada de modo a reduzir aso mínimo eventuais insuficiências de saldo na Tesouraria, adotando como instrumento de controle o cronograma de desembolso nos termos do art 8º da Lei Complementar 101/00.

§2º. Caberá ao Departamento de Contabilidade tratar das questões relacionadas a execução orçamentária.

§3º. O Setor de Tesouraria tratará dos assuntos relacionados a execução financeira, fluxo de caixa, cronograma de pagamento.

§4º. A minuta do decreto deverá ser confeccionada e encaminhada a Secretaria Municipal de Administração para análise e formatação, até 30 (trinta) dias após a publicação da LOA.

§5º. O Chefe do Poder Executivo deverá sancionar o decreto e devolver a Secretaria de Administração para publicação no prazo máximo de até 30 dias, a contar da publicação da LOA.

CAPÍTULO III

DA ORDEM DE PRIORIDADE DE PAGAMENTO

Art. 15. A execução orçamentaria das despesas será baseada no fluxo de ingresso de recursos, devendo os órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta obedecer, dentro da programação orçamentária e financeira a ordem de prioridade, que será estabelecida em Instrução Normativa Especifica que trata da Ordem Cronológica de pagamentos.

§ 1º - Os pagamentos das despesas deverão ser efetuados exclusivamente pelo Departamento Financeiro mediante autoatendimento do Setor Público e Gerenciador Financeiro;

§ 2º - Nenhum pagamento poderá ser realizado sem a efetiva liquidação da despesa, entendida esta como a efetiva entrega do material, a prestação de serviços, a execução da obra ou a concretização da locação.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DECORRENTES DA APURAÇÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Art. 16. Até o dia 30 de DEZEMBRO de cada ano, o Departamento de Contabilidade e Controle apurará o superávit financeiro do exercício anterior, obedecendo as vinculações de recursos, e cientificará o Secretário Municipal de Fazenda, Administração e Chefe do Poder executivo para providências em relação a sua execução.

Parágrafo único. O documento citado no artigo acima a ser encaminhado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I. Demonstrativo do superávit financeiro por fonte de recursos; **II.** Relação de Restos a Pagar, por órgão e por fonte de recursos; **III.** Relação dos Depósitos de Terceiros, através do Anexo 17 – Divida Flutuante da Lei 4.320/64; **IV.** Demonstrativo de saldos bancários em 31 de dezembro, evidenciando as contas bancarias e fontes de recursos.

Art. 17. Com base nos documentos fornecidos pelo Departamento de Contabilidade, o Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário deverá proceder da seguinte forma:

§1º. Relacionar as contas bancárias para pagamentos dos restos a pagar, de forma a identificar o superávit financeiro por conta corrente, e encaminhar ao Departamento de Finanças até 15 de DEZEMBRO de cada ano.

§2º. O Departamento de Finanças deverá providenciar o registro da fonte de recursos oriundo do superávit financeiro no cadastro das contas bancarias do município até 15 de DEZEMBRO, de forma a separar os recursos financeiros do exercício corrente dos saldos superavitários de exercícios anteriores.

§3º. O Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário providenciará as suplementações orçamentárias por superávit financeiro no decorrer do exercício, de acordo com sua execução, observando sempre a fonte financeira.

Art. 18. Se no decorrer do exercício for verificada a tendência de excesso na arrecadação de receita, caberá ao Departamento de Contabilidade comunicar ao Secretário de Fazenda sobre a possibilidade de encaminhar ao Legislativo Projeto de Lei para acrescer créditos orçamentários a LOA, indicando as fontes recursos.

§1º. Quando o excesso for apurado em fonte de recursos vinculados, o Departamento de Contabilidade deverá contabilizar o gasto de acordo com a indicação das ações a serem suplementadas através das demandas de cada secretaria/órgão.

§2º. Quando o excesso se referir a recursos não vinculados, caberá ao Chefe do Poder Executivo eleger as áreas prioritárias para reforço orçamentário.

§3º. Para apuração do excesso de arrecadação deverá ser obedecida a fonte de recursos e deduzidos os Restos a Pagar sem cobertura financeira, caso existam.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 19. Expedido e publicado o Decreto de execução orçamentária e financeira, o Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário deverá executar os seguintes procedimentos:

I. Disponibilizar o Decreto e anexos no site oficial do município, para conhecimento das secretarias, até 05 (cinco) dias após a publicação; **II.** Registrar as dotações orçamentárias disponíveis para cada Órgão Orçamentário, bem como as alterações orçamentárias, no sistema informatizado para que assim seja possível aos órgãos obter diariamente posição detalhada da execução orçamentária de cada dotação; **III.** Proceder acompanhamento e avaliação da realização da receita orçamentária, considerando o previsto na programação bimestral por fonte de recursos; **IV.** Proceder a registros de contingenciamento orçamentário e reprogramação orçamentária, conforme orientação do Departamento de Finanças, quando necessário.

Art. 20. Após a publicação do Decreto de execução orçamentária e financeira, o Departamento de Finanças deverá executar os procedimentos seguintes:

I. Cientificar a todos os responsáveis pelos órgãos sobre a programação financeira e cronograma mensal de desembolso para o exercício, detalhando por órgão e fonte de recurso, mediante publicação na página do município – Portal Transparência, em até 05 (cinco) dias após a publicação; **II.** Acompanhar a execução financeira; **III.** Programar o pagamento de despesas conforme fluxo de caixa pré-estabelecido, observando a ordem cronológica da realização da despesa; **IV.** Nos pagamentos, obedecer a fonte de recursos a qual a despesas está vinculada, de forma que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica sejam utilizados exclusivamente para atender a objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo único. Caso a receita não ocorra como prevista, oscilando para mais ou para menos, o Departamento de Finanças deve, mediante acompanhamento de execução financeira, estabelecer medidas de contingenciamento.

Art. 21. O Departamento de Contabilidade deverá executar os seguintes procedimentos:

I. Bimestralmente, o Departamento de Contabilidade e Controle efetuará a avaliação da execução orçamentária e, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita pode não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na LDO, comunicará o Secretário Municipal de Fazenda. **II.** Realizar, quadrimestralmente, avaliação da realização da execução orçamentária, demonstrando seus resultados em audiência pública na Casa Legislativa Municipal; **III.** Informar o Chefe do Poder Executivo, o Secretário de Fazenda e de Administração acerca do superávit financeiro apurado no exercício anterior, para fins de suplementação orçamentária e que estes informem as demais secretarias.

Art. 22. O Núcleo de Orçamento das Secretarias Municipais, com base nos valores das dotações definidas na Lei Orçamentária e nos Anexos do Decreto que disciplina a Programação Financeira e o Cronograma Mensal

de Desembolso, deverá adequar-se à programação orçamentária nos termos definidos pela Administração, obedecendo sempre:

I. O montante de cada quota anual estabelecida para o órgão, que deverá ser administrado pelo órgão através de uma distribuição, tendo como parâmetro gastos mensais. **II.** O limite da dotação disponível por projeto, atividade e operação especial, categoria econômica e modalidade de aplicação, observadas as eventuais alterações orçamentárias, cujo acompanhamento poderá ser realizado através do sistema informatizado; **III.** O montante disponível estabelecido para cada atividade ou projeto, aprovado no Orçamento-Programa atinente.

Art. 23. O Núcleo de Compras e Licitação das Secretarias Municipais deverá observar a existência de saldo orçamentário para a solicitação de empenhamento de despesa.

§1º. As solicitações de compras e/ou serviços deverão conter o detalhamento da aquisição, especificamente a data, a secretaria (órgão orçamentário), a aquisição pretendida, complemento detalhado, justificativa da despesa, dotação, conta corrente para os recursos vinculados, saldo atualizado da dotação naquela data, valor estimado da despesa com as respectivas três cotações de preços e distribuição mensal no caso de despesas de duração continuada.

§2º. No início do exercício financeiro deverão ser providenciados o empenhamento estimativo pelo valor estimado para as seguintes despesas:

I. Despesas de manutenção fixas; **II.** Amortização e encargo da dívida se houver; **III.** Acordos e precatórios judiciais se houver; **IV.** Contratos já celebrados e em continuação, sendo que, nesse caso a despesa a ser empenhada deve corresponder à execução prevista para o exercício corrente; **V.** Convênios para repasses financeiros a entidades; **VI.** Obrigações Tributárias e Contributivas (Pasep) e Encargos Sociais

§3º. As Despesas com pessoal e outros benefícios a servidores, poderão ser empenhadas mensalmente.

Art. 24. Não será permitido realizar despesas e estabelecer compromissos contratuais anuais, acima das dotações atuais disponíveis.

Parágrafo único. As despesas realizadas em desacordo com as determinações constantes da Normativa serão de responsabilidade do Secretário Municipal e fiscal do contrato.

Art. 25. se no decorrer da execução orçamentária e financeira for verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO, nos 30 (trinta) dias subsequentes o Gestor estabelecerá através de ato normativo, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios estabelecidos pela LDO – Artigo 9º da LRF.

TÍTULO V

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 26. Compõem esta Instrução Normativa:

I. Anexo 01: Fluxograma da Programação Financeira; e exclusivamente para a programação financeira anual.

Art. 27. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

JONAS TADEU SASSI

Controlador Interno

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 067, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

Aprova a Instrução Normativa **SFI nº 001/2023-VERSÃO 1**- de 31 de OUTUBRO de 2023, que estabelece normas e procedimentos para a elaboração da programação orçamentária e financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de Terra Nova do Norte.

PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º. No âmbito do Poder Executivo Municipal, a elaboração da programação orçamentária e financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, obedecerá aos procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa SFI nº 001/2023 – Versão 001, aprovada por este Decreto.

Art. 2°. Os órgãos e entidades da Administração Indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TERRA NOVA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, em 31 de OUTUBRO de 2023.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

LEI N° 1239/2023

LEI N° 1239/2023

Em, 07 de Novembro de 2023.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei do Orçamento para o Exercício 2024, e dá outra providencias.

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Municipal de **Torixoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Torixoréu, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

L

E

I

Art. 1º - O Orçamento do Município de Torixoréu, Estado de Mato Grosso para o Exercício de 2024 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as Prioridades da Administração Municipal;

III - a Estrutura dos Orçamentos;

IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;

VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2024, estão identificados nos demonstrativos desta Lei, em conformidade com a prorrogação da vigência da **Portaria STN nº 1,447, de 14 de Junho de 2022, que Altera a 13 ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF**, e terá seus efeitos aplicados para o exercício 2024.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos,

Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA **Portaria STN nº 924, de 8 de Julho de 2021**, 12ª Edição válida para 2024.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

I - Anexo de Riscos Fiscais;

II - Demonstrativos de Riscos Fiscais e Providências;

III - Anexo de Metas Fiscais;

IV - Metas Anuais;

V - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

VI - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

VII - Evolução do Patrimônio Líquido;

VIII - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

IX - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

X - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2024 e para os dois seguintes (2025 e 2026).

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2024, 2025 e 2026 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 553/2017 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário quando houver.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário, quando houver.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios.

O Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria MPS nº 403/2008, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS quando houver.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 637/2014-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024, 2025 e 2026.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos à Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024, 2025 e 2026.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024, serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022/2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2024 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2024 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2024, poderão ser expandidas em até 2%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2024 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro de exercícios anteriores.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2024 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, até o limite de 2% da Receita Corrente Líquida.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem no decorrer 2024, poderão ser utilizados por ato do Chefe do

Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnicas e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal). Sendo prevista na ordem de até 35% (trinta e cinco por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2024 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 20% da Receita Corrente Líquida apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na

forma da lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal e da Legislação Eleitoral).

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2024, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 – As metas e prioridades desta Lei poderão ser revistas no momento de elaboração do plano plurianual, o PPA 2022-2025.

Parágrafo Único – Por ação de governo, as mudanças de que trata o caput serão descritas em anexo que acompanhará o plano plurianual 2022-2025.

Art. 58 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu do Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, de 07 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
LOURIVAL CARLOS PRAXEDES	021.447.001-68	9163/00050/2023
CHUZO SUMITA	012.951.528-00	9163/00061/2023
AGENOR ANTONIO PALINE E FILHOS	324.561.748-87	9163/00064/2023
VIVALDO ALVES DA SILVA	208.650.901-49	9163/00072/2023
LEOPOLDO GUIMARAES BORBA	016.970.711-39	9163/00069/2023
JOAO DE SOUSA RIBEIRO	045.895.991-04	9163/00092/2023
ANTONIO JOSE DOS SANTOS	080.987.271-49	9163/00096/2023
EUTASQUIO FERREIRA DA SILVA	208.628.061-00	9163/00101/2023
PETRONIO COELHO DE SOUZA	072.440.961-00	9163/00177/2023
PETRONIO COELHO DE SOUZA	072.440.961-00	9163/00178/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: LEONAN LONGHINI VASCONCELOS Matrícula: 00000621

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 27 Assinatura:

Data de afixação: 07/11/2023

Data de desafixação: 22/11/2023

RATIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 0207/2023

EXTRATO DO CONTRATO 0207/2023

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 079/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2023

OBJETO: “Contratação de DVD INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.053.423/0001-68, com sede na Av. Ministro João Alberto, nº 1.672, Bairro Bela Vista, Barra do Garças-MT, CEP: 78.60000, endereço eletrônico: dvd@dvdinformatica.com, através de dispensa de licitação, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de um computador e acessórios, para atender as demandas da Secretaria de Assistência Social, no âmbito do Centro de Referência e Assistência Social, do município de Torixoréu-MT. ”

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93

VIGÊNCIA: 10/10/2023 a 20/10/2023

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ficha: 728

Código: 4.4.90.52.00

Fonte: 4.1.660.0-500 000

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

CONTRATADA: DVD INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 03.053.423/0001-68

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 079/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0352023

OBJETO: “Contratação de DVD INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.053.423/0001-68, com sede na Av. Ministro João Alberto, nº 1.672, Bairro Bela Vista, Barra do Garças-MT, CEP: 78.60000, endereço eletrônico: dvd@dvdinformatica.com, através de dispensa de licitação, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de um computador e acessórios, para atender as demandas da Secretaria de Assistência Social, no âmbito do Centro de Referência e Assistência Social, do município de Torixoréu-MT. ”

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93

VIGÊNCIA: 10/10/2023 a 20/10/2023

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ficha: 728

Código: 4.4.90.52.00

Fonte: 4.1.660.0-500 000

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

CONTRATADA: DVD INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 03.053.423/0001-68

ERRATA - PORTARIA Nº. 203/2023.

ERRATA - PORTARIA Nº. 203/2023.

ERRATA

PORTARIA Nº. 203/2023

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, torna pública a seguinte **ERRATA:**

Na Portaria nº. 203/2023, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AMM, na data de 01 de Novembro de 2023, que dispõe sobre “Dispõe sobre Afastamento Temporário de Férias e dá outras providências”.

ONDE SE LÊ: (...) LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

LÊIA-SE: (...) LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

.

Gabinete do Prefeito, 07 de novembro de 2023.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00006, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00006, de 07 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
RUBENS CHEREGATI	236.396.608-20	9163 /00038/2023
RUBENS CHEREGATI	236.396.608-20	9163 /00039/2023
ZILENE CARVALHO RODRIGUES RIBEIRO	329.308.601-20	9163 /00040/2023
ZILENE CARVALHO RODRIGUES RIBEIRO	329.308.601-20	9163 /00041/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: LEONAN LONGHINI VASCONCELOS Matrícula: 00000621

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 27 Assinatura:

Data de afixação:07/11/2023

Data de desafixação:22/11/2023

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, de 07 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ADIMAR ALMEIDA LEITE	211.848.101-25	9163/00035/2023
ADMAR ALMEIDA LEITE	211.848.101-25	9163/00036/2023
ARNALDO ANTONIO DE OLIVEIRA	005.919.711-00	9163/00081/2023
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FURNA 1	05.102.773/0001-00	9163/00082/2023
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FURNA 1	05.102.773/0001-00	9163/00083/2023
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FURNA 2	05.102.778/0001-25	9163/00084/2023
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FURNA 2	05.102.778/0001-25	9163/00085/2023
LAUDJMIRA VIEIRA DE MORAES (ESPÓLIO DE)	344.580.181-91	9163/00041/2023
LAUDJMIRA VIEIRA DE MORAES (ESPÓLIO DE)	344.580.181-91	9163/00042/2023
LUIZ MONTEIRO (ESPÓLIO DE)	419.775.998-34	9163/00102/2023
LUIZ MONTEIRO (ESPÓLIO DE)	419.775.998-34	9163/00103/2023
PAULO SERGIO DE CARVALHO	070.694.428-31	9163/00110/2023
PAULO SERGIO DE CARVALHO	070.694.428-31	9163/00111/2023
PAULO SERGIO DE CARVALHO	070.694.428-31	9163/00112/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: LEONAN LONGHINI VASCONCELOS Matrícula: 00000621

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 27 Assinatura:

Data de afixação: 07/11/2023

Data de desafixação: 22/11/2023

LEI MUNICIPAL Nº 1240/2023

Lei Municipal nº 1240/2023

Em, 07 de Novembro de 2023

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Torixoréu – MT para o Exercício de 2024, e dá outras providências."

OPrefeito Municipal de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, Senhor **THIAGO TIMO OLIVEIRA,** usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de TORIXORÉU– MT, para o Exercício de 2024, estima a Receita Liquida em R$ 46.259.118,15 (Quarenta e Seis Milhões, Duzentos e Cinquenta e Nove Mil e Cento e Dezoito Reais e Quinze Centavos), e fixa a Despesa em R$ 46.259.118,15 (Quarenta e Seis Milhões, Duzentos e Cinquenta e Nove Mil e Cento e Dezoito Reais e Quinze Centavos), sendo R$ 24.669.791,85 do Orçamento Fiscal e R$ 21.589.326,30, do Orçamento da Seguridade Social, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante as fontes arrecadação de tributos, rendas e receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

01 RECEITAS CORRENTES	**R$ 43.778.033,18**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R$ 3.430.589,55
Contribuições	R$ 878.045,00
Receita Patrimonial	R$ 56.170,00
Receita de Serviços	R$ 592.475,00
Transferências Correntes	R$ 40.496.604,53
Outras Receitas Correntes	R$ 1.793.546,50
CONTRIBUIÇÕES (INTRA)	R$1.896.400,00
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-R$ 5.365.797,40

02 RECEITAS DE CAPITAL	**R$ 2.481.084,97**
Alienação de Bens	**R$ 194.350,00**
Transferência de Capital	R$ 2.286.734,97
Total	**R$ 46.259.118,15**

Artigo 3º- A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros Função de Governo, Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, integrantes desta Lei. POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**VALOR**
01 Legislativa	R$ 1.983.890,00
04 Administração	R$ 7.961.799,35
06 Segurança Pública	R$ 31.500,00
08 Assistência Social	R$ 1.414.405,00
09 Previdência Social	R$ 3.922.100,00
10 Saúde	R$ 11.145.893,30
12 Educação	R$ 9.029.028,00
13 Cultura	R$ 847.915,00
15 Urbanismo	R$ 2.677.592,50
16 Habitação	R$ 1.000,00
17 Saneamento	R$ 626.990,00
18 Gestão Ambiental	R$ 7.990,00
20 Agricultura	R$ 336.695,00
25 Energia	R$ 341.540,00
26 Transporte	R$ 3.775.145,00
27 Desporto e Lazer	R$ 352.735,00
28 Encargos Especiais	R$ 1.150.000,00
99 Reserva de Contingência	R$ 652.900,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**R$ 46.259.118,15**

POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

TOTAL ORÇADO POR ORGÃO		**Valor**
01 01	Câmara Municipal de Torixoréu	R$ 1.983.890,00
02 02	Prefeitura Municipal de Torixoréu	R$ 1.436.800,00
02 03	Secretaria Municipal de Administração	R$ 6.285.580,00
02 04	Secretaria Municipal de Educação	R$ 9.045.772,00
02 05	Secretaria Municipal de Viação e Obras	R$ 4.469.015,00
02 06	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 11.156.013,30
02 07	Secretaria Municipal de Agricultura e Assunt. Fund.	R$ 341.640,00
02 08	Fundo De Previdência Social Serv. Públicos - FAPET	R$ 4.000.000,00
02 09	Secretaria Municipal de Transp. Governamental	R$ 165.480,00
02 10	Secretaria Municipal de Assistência Social	R$ 1.421.405,00
02 11	Secretaria Municipal de Planejamento	R$ 57.085,00
02 12	Secretaria Municipal de Cultura	R$ 847.915,00
02 13	Secretaria Municipal de Turismo	R$ 100.585,00
02 14	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R$ 107.265,00
02 15	Secretaria Municipal de Tributos	R$ 257.290,00

02 16	Secretaria Municipal de Arrecadação	R$ 277.075,00
02 17	Secretaria Municipal de Serviços Públicos	R$ 3.448.552,50
02 18	Secretaria Municipal de Políticas Públicas	R$ 107.095,00
02 19	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	R$ 352.735,00
02 21	Secretaria Municipal de Finanças	R$ 397.925,35
TOTAL		**R$ 46.259.118,15**

POR PROGRAMA DE GOVERNO

Código	PROGRAMA	Valor
1010	Processo Legislativo	R$ 1.983. 890,00
2010	Administração Superior	R$ 1.405. 300,00
3010	Gestão do Sistema de Administração e Financeiro	R$ 7.152. 450,35
4000	Gestão do Sistema FETHAB	R$ 1.748. 450,00
4010	Malha Viária Urbana	R$ 57.050,00
4020	Gestão do Sistema de Infra-Estrutura Urbana	R$ 2.231. 620,00
4030	Cidade Limpa	R$ 2.102. 685,00
4040	Cidade Bonita	R$ 629.977,50
4050	Abastecimento de Água	R$ 616.640,00
4060	Malha Viária Rural	R$ 29.900,00
5010	Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	R$ 2.861. 530,00
5020	Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil	R$ 721.993,00
5030	Apoio Educacional	R$ 1.000,00
5040	Gestão do Sistema de Educação	R$ 1.932. 349,00
5050	Difusão Cultural	R$ 847.915,00
5060	Desenvolvimento do Esporte	R$ 352.735,00
5070	Educação Básica Publica	R$ 3.528. 900,00
6010	Atenção Básica	R$ 3.314. 085,01
6030	M A C - Média e Alta Complexidade	R$ 4.799. 896,77
6040	Vigilância em Saúde	R$ 100.885,00
6060	Assistência Farmacêutica	R$ 223.354,95
6070	Gestão do Sistema de Saúde	R$ 2.717. 791,57
6080	Programa de Atenção a Criança e ao Adolescente	R$ 303.400,00
6090	Gestão do Sistema de Assistência Social	R$ 1.117. 005,00
6100	Morar Melhor	R$ 1.000,00
7010	Desenvolvimento Agricultura e Pecuária	R$ 337.155,00
7020	Desenvolvimento do Turismo	R$ 103.575,00
7030	Conservação de Matas Cerrais e Combate A Erosão	R$ 107.265,00
8010	Gestão do Sistema de Previdência	R$ 3.922. 100,00
9010	Gestão de Divulgação e Transparência Governamental	R$ 165.480,00
9120	Desenvolvimento Econômico Social	R$ 157.340,00
9122	Apoio a Projetos e Ações de Segurança Publica	R$ 31.500,00
9999	Reserva de Contingência	R$ 652.900,00
TOTAL		**R$ 46.259. 118,15**

Artigo 4º - A Despesa fixada observará a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento.

DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	
DESPESAS CORRENTES	**R$** 41.679.960,03
DESPESAS DE CAPITAL	**R$** 3.926.258,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**R$** 652.900,00
TOTAL	**R$ 46.259.118,15**

Artigo 5º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, ficam assim distribuídos:

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	*R$* 1.414.405,00
10 SAÚDE	*R$* 11.145.893,30
12 EDUCAÇÃO	*R$* 9.029.028,00
TOTAL	**R$ 21.589.326,30**

RESUMO DO ORÇAMENTO	
ORÇAMENTO FISCAL	*R$ 24.669.791,85*
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	*R$ 21.589.326,30*
TOTAL	**R$ 46.259.118,15**

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei:

1. Abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320 de17 de março de 1.964.

2. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o orçamento quando apurados, conforme artigo 43, Inciso I e II da Lei Federal nº 4.320/64:

I. Por Superávit Financeiro apurado em Balanço patrimonial do exercício anterior;

II. Os provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias e recursos vinculados.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 janeiro de 2024.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu-MT, aos 09 de Novembro de 2023.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 75, INCISO I, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.503. 646/0001-80, com sede à Rua XV de Novembro nº 16 - Centro, CEP 78. 695.000, nesta cidade Torixoréu - MT, nos termos do art. 75, inciso I combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR O SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO DE ACM NA ENTRADA DA CIDADE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICIPIO DE TORIXORÉU-MT**. Considerando o exposto e a intenção de realização de dispensa de licitação para a contratação direta do objeto acima especificado, a Prefeitura **TORNA PÚBLICO** o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados pelo prazo de 03 (três) dias úteis a contar dessa publicação. A manifestação de interesse e orçamentos deve ser enviada para o e-mail: licitacao@torixoreu.mt.gov.br, até as 17h00min do dia **09/11/2023**.

Obs: O Termo de Referência pode ser acessado no diário dos municípios (https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/) e sito eletrônico: https://www.torixoreu.mt.gov.br/.

_____ Gilva Mendonça Presidente da CPL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

Órgão Requerente: Secretaria Municipal de Administração	Descrição de categoria investimento:	de
	( ) Aquisição (X) Contratação de Serviços	

2. MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:

Modalidade de Licitação:	Critérios de Julgamento

( ) Concorrência – Art. 28 inciso II e art. 29 a Lei n° 14.133/2021. ( ) Concurso – Art. 28 inciso III e art. 30 da Lei n° 14.133/21. ( ) Leilão - Art. 28 inciso IV e art. 31 da Lei n° 14.133/21. (x) Dispensa de Licitação – art. 75 Inciso I da Lei n° 14.133/21. ( ) Dispensa de Licitação - Art. 4º da Lei Federal nº. 13.979/2020 ( ) Inexigibilidade de Licitação - Art. 74 da Lei n° 14.133/21. ( ) Pregão Eletrônico – Art. 28 inciso I e art. 29 da Lei n° 14.133/21.	**Art. 33, incisos I ao VI, da Lei n° 14.133/21:** **(x) Menor Preço** **( ) Maior desconto** **( ) melhor técnica ou conteúdo artístico** **( ) Técnica e Preço** **( ) Maior Lance ou Oferta ( ) Não se enquadra.** **( ) maior retorno econômico**

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

(x) Lei n° 14.133/21 (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração);

(x) Lei Complementar n° 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e alterações posteriores;

(x) E demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.

4. DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento de contratação de empresa especializada para prestar o serviço de construção de pórtico de ACM na entrada da cidade, para atender as demandas da secretaria municipal de administração, do Município de Torixoréu-MT.

5. DA JUSTIFICATIVA:

5.1 Justifica-se a contratação por dispensa de licitação, conforme dispõe o art. 75 Inciso I da Lei n° 14.133/21, por se tratar da prestação de serviço de realização de construção de pórtico de ACM na entrada da cidade, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração, do município de Torixoréu-MT. 5.2 Justifica-se ainda a contratação, tendo em vista que o referido portal possibilitará melhor visualização e identificação do município, além de contribuir para a melhoria do urbanismo em Torixoréu-MT.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS SOLICITADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	**SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO DE ACM NA ENTRADA DA CIDADE:** 02 treliças de 7mts comprimento 50 cmts de largura - Material viga U 100x40, chapa 12 U interno 95x30 chapa 14. 02 vigas áreas de 12 mts comprimento 50 cmts de largura - Material viga U 100x40, chapa 12 U interno 95x30 chapa 14. Painel metílico de metalão 30x20 chapa 18. Revestimento de acm branco brilho e acm finland green. Letras de pvc expandindo 10mm.	
VALOR TOTAL		

7. VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO:

7.1 Valor total de Referência totalizando R$ **(valor por extenso).**

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 CONFORME DISPONIBILIDADE DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023.

9. PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO:

9.1 O prazo para execução será de 60 (sessenta) dias.

9.2 O valor acima descrito, constitui a única contraprestação a ser paga pela municipalidade, ficando a cargo da CONTRATADA, os encargos decorrentes da prestação do serviço.

9.3 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma da Lei nº ° 14.133/21.

10. GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

10.1A ser nomeado, conforme disposição da Lei nº 14.133/21.

11. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO:

11.1 **HABILITAÇÃO JURIDICA:** Conforme disposto na Lei n° 14.133/21 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração)
11.2 **REGULARIDADE FISCAL:** Conforme disposto na Lei n° 14.133/21 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração)
11.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** Conforme disposto na Lei n° 14.133/21 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração)

Torixoréu – MT, 01 de novembro de 2023.

Vanessa Figueiredo Mendes

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1238/2023

Lei Municipal nº 1238/2023

Em, 07 de Novembro de 2023.

"Dispõe sobre Atualização e Readequação dos Anexos do Plano Plurianual Exercício 2024, Lei Municipal nº 1146 de 23 de Novembro de 2021 (PPA-2022/2025), e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TORIXORÉU**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica Atualizado e Readequado os Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Torixoréu /MT, **LEI N° 1146/2021, de 23 de Novembro de 2021.** (PPA 2022/2024),em cumprimento ao disposto no art. 165, da Constituição Federal, consubstanciadas na Lei Federal nº 4. 320/64, na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF),constituído pelos anexos integrantes desta Lei, Anexo IV - Programas, Metas e Ações – 2024 e Anexo V - Sínteses das Ações por Função e Subfunções.

.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Torixoréu /MT, 07 de Novembro de 2023.

THIAGO TIMO OLIVEIRA Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 208/2023

Portaria Municipal nº **208/2023** EM, 07 DE NOVEMBRO

"Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providencias".

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito de Torixoréu – MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear dos Membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, indicados pelos seus respectivos competentes, da seguinte maneira:

Representantes do Governo Municipal:

I) Da Secretaria Municipal de Assistência Social: Titular: KAMYLA RIBEIRO MARQUES Suplente: THATIELLY GUIMARÃES DA SILVA II) Da Secretaria Municipal de Saúde: Titular: BLENDA SOUSA VILELA Suplente: LUAN NOGUEIRA CAMARGO DOS SANTOS III) Da Secretaria Municipal de Educação: Titular: ROSILEY ALVES BORGES TIMO Suplente: ADRIANA PEREIRA DA SILVA IV) Da Secretaria Municipal de Administração e Finanças: Titular: KAYLLA HORRANA SILVA DE SOUSA Suplente: LUDMYLLA NERY DE OLIVEIRA V) Do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Titular: CAROLINE SOUSA BRITO SILVA Suplente: DAIANE PATRICIA MOREIRA DA SILVA **Representantes da Sociedade Civil:** VI) Do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais: Titular:

LETICIA OLIVEIRA LUZ Suplente: FABIO ASSUNÇÃO VITÓRIA VII) Das Igrejas: Titular: FAIRA HAMIDA RIBEIRO DO CARMO Suplente: DANIELA PEREIRA RODRIGUES VIII) Da Loja Maçônica: Titular: NIVALDO OLIVEIRA CAPUCHO Suplente:PAULO ROBERTO FIGUEIREDO IX) Do Sindicato Rural: Titular: ALDO SOUSA SILVA Suplente: ALZEU ALVES MENDONÇA X) Dos usuários: Titular: VALTEMI PENA DE LIMA Suplente: ELIZA FERREIRA SOARES

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,Publique-se,Cumpra-se.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Torixoréu - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

LEI Nº 848, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo a realizar aberturas de créditos na Execução Orçamentária do Exercício de 2023, na forma que menciona, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º. Por força desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares na Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2023 (LOA para 2023), aprovada pela Lei nº 814 de 14 de dezembro de 2022, observado o disposto no § 1º, inciso III, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, no percentual de até 10% (dez por cento) do total da despesa fixada para o exercício de 2023, além do limite autorizado pela Lei nº 815 de 14 de dezembro de 2022, perfazendo um acréscimo no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), bem como realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

Art. 2º. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, remanejar, transpor, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias constantes desta Lei e de seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza da despesa e modalidades de aplicação.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. **Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, em 07 de novembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2023

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: ROBSON FAVORINO TONIAL

CNPJ nº 40.686.154/0001-01

Endereço: Rua São João da Urtiga, nº 105– Centro – União do Sul - MT.

Objeto: Contratação de Empresa especializada para realizar serviço de instalação do gerador de energia e troca de cabeamento dos aparelhos de ar condicionado, na unidade de Urgência/Emergência do PSF II no Município de União do Sul – MT, de conformidade com o termo de referência em anexo.

Valor: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Motivo da Dispensa de Licitação: Trata-se de Dispensa de Licitação para contratação direta do proponente acima identificado, fundamentada pelo disposto no inciso II, do art. 24, da Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023, para execução do objeto acima descrito, e por ser a proposta mais vantajosa dentre a cotação de preços realizada pela Comissão Permanente de Licitações - CPL, justifica-se assim esta dispensa de licitação para a contratação desses serviços especializados.

Razões da escolha do proponente: Por tratar-se de proponente pessoa jurídica idônea, em dia com suas condições de habilitação perante a Administração Municipal, justifica-se a escolha da mesma.

Embasamento Legal: Inciso II, do art. 24, da Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018, atualizada pela Lei Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação sob nº 057/2023.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 07 de novembro de 2023.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2023

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT.

Proponente: PARANA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 08.139.615/0003-77

Endereço: Rua Colonizador Ênio Pepino, nº 4.313, Setor Industrial Norte, Sinop - MT.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos para instalação do Gerador de Energia de Alta Tensão na Unidade de Urgência e Emergência do PSF II no Município de União do Sul - MT, de conformidade com o Termo de Referência em anexo.

Valor total: R$ 52.596,98 (cinquenta e dois mil quinhentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos).

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias.

Motivo da Dispensa de Licitação: Trata-se de Dispensa de Licitação para aquisição direta materiais elétricos , para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, embasada pelos motivos elencados na Justificativa de Dispensa de Licitação nº 056/2023 subscrita pela Comissão Permanente de Licitações e anexada ao presente processo, cuja justificativa acolho na íntegra, haja vista que a dispensa de licitação, após um tentativa frustrada para licitar o objeto, está devidamente fundamentada no inciso V, do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Embasamento Legal: Dispensa de Licitação embasada no inciso V, do Artigo 24, da Lei 8666/93, atualizada pela Lei Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação sob nº 056/2023.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 07 de novembro de 2023.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.484, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2023.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 828, de 21 de março de 2023;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2023, um Crédito Adicional Suplementar, nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 441.922,84 (quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes:

02 – SECRETARIA DE GOVERNO

02.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(18) 04.122.0001.2.001-3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 10.388,74.

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(26) 04.122.0001.2.002-3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 62.269,19.

(27) 04.122.0001.2.002-3190.13.00.00.00 – Obrigações Patronais.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 200.000,00.

04 – SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(42) 04.122.0001.2.008-3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 42.489,26.

07 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA

07.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(292) 08.122.0016.2.049-3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 40.664,25.

09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

09.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(383) 20.122.0001.2.062-3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 18.088,69.

10 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

10.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(415) 27.812.0024.2.066-3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 26.089,07.

12 – GABINETE DO PREFEITO

12.001 – GABINETE DO PREFEITO

(427) 04.122.0025.2.067-3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 29.558,89.

(434) 04.122.0025.2.067-3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: **2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

Valor = R$ 12.374,75.

TOTAL = R$ 441.922,84.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, serão utilizados recursos de igual valor, do saldo financeiro proveniente de Superávit Financeiro apresentado no Demonstrativo de Saldos Disponíveis do Exercício de 2021 da Prefeitura de União do Sul, na forma do inciso I, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, conforme demonstração abaixo:

a) – Fonte de Recurso: 1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos no valor de R$ 441.922,84 (quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos);

TOTAL = R$ 441.922,84.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 25 de outubro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 849, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Ratifica a 2ª Alteração Contratual do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires – CIDESA.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica Municipal;

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º.Fica ratificada a 2ª Alteração Contratual do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires – CIDESA, aprovada na Assembleia Geral do Consórcio, realizada no dia 23 de março de 2023, nos termos do art. 12-A da Lei federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005, redação da Lei federal nº 14.662 de 24 de agosto de 2023.

Art. 2º.Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder servidores públicos para compor a equipe do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires – CIDESA, até a realização de concurso público para provimento em definitivo de empregos públicos do quadro permanente do consórcio.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, Estado de Mato Grosso, 07 de novembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 038, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Município de União do Sul e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituído, no Município de União do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. O Programa é destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2022, relativos a tributos municipais, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com a exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou retido.

Art. 2º. A administração do REFIS será desempenhada pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, a quem compete implementar os procedimentos necessários à Execução do Programa, observado o disposto em decreto regulamentador desta lei, se houver.

Art. 3º. O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte ou responsável, pessoa física ou jurídica, a qual fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos de tributos municipais incluídos no Programa.

§ 1º. O ingresso no REFIS implica na inclusão obrigatória da totalidade dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2022, em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos, exceto aqueles demandados judicialmente e com exigibilidade suspensa e que, por opção do contribuinte ou responsável, venham a permanecer nessa situação.

§ 2º. Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

§ 3º. Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força de decisão judicial, a inclusão no REFIS dos respectivos débitos, fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, bem assim à renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, sobre os quais se funda a ação.

§ 4º. Requerida a desistência da ação judicial, com renúncia ao direito sobre que se fundam, os eventuais depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida a inclusão no REFIS de eventual saldo devedor.

Art. 4º. O REFIS abrangerá todos os débitos lançados ou denunciados espontaneamente pelo contribuinte ou responsável. Inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros, atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas e os débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

Art. 5º. A opção pelo REFIS poderá ser formalizada até 20 de Dezembro de 2023.

Parágrafo único. O prazo fixado no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, uma única vez, por Decreto do Executivo, justificadas à oportunidade e conveniência do ato.

Art. 6º. O parcelamento não poderá exceder a 09 (Nove) parcelas mensais, iguais e sucessivas, expressas em reais.

§ 1º. O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R$ 50,00 (Cinqüenta Reais).

§ 2º. Sobre o valor das parcelas futuras serão acrescidos juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, que serão calculados sobre o valor de cada uma das parcelas, a contar da data do pedido de parcelamento, devendo tal acréscimo ser pago juntamente com o valor da parcela.

§ 3º. A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará o acréscimo de multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subseqüente ao do vencimento.

§ 4º. Na hipótese do contribuinte ou responsável ser excluído do REFIS, enquadrado nas condutas tipificadas pelo art. 13 desta Lei Complementar, a disposição do parágrafo anterior, será aplicada ao débito até o momento da exclusão e a partir desta, incidirá o disposto no Código Tributário Municipal.

Art. 7º. Será concedida remissão sobre os encargos previstos no artigo 4° desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

I - remissão de 100% (cem por cento) dos juros, multas e da atualização monetária, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS, e os créditos de natureza tributária constituídos até 31 de dezembro de 2022, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, se pagar o débito em parcela única ou em 02 (duas) parcelas.

II – remissão de 70% (setenta por cento) dos juros, multas e da atualização monetária, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e pagar o débito em até 03 (três) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente.

III – remissão de 50% (cinqüenta por cento) dos juros, multas e da atualização monetária, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e pagar o débito em até 09 (Nove) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente.

§ 1º. A remissão dos encargos previstos no art. 4º desta Lei Complementar, só gerará direito aos contribuintes que efetivamente quitarem seus débitos, ainda que de forma parcelada, não se aplicando àqueles que aderirem ao REFIS e não cumprirem ***integralmente*** com a quitação, nos prazos legais, das parcelas assumidas.

§ 2º. Os créditos não constituídos e objetos desta lei serão anistiados nos mesmos moldes e percentuais definidos para a remissão (incisos I a III).

Art. 8º. A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte ou responsável a:

I – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos.

II – pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

III – pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS de débitos relativos aos tributos referidos no art. 1º, aplica-se inclusive a dívidas ativas que se encontram em processo de execução fiscal, em acordo judicial ou extrajudicial, bem como as que já foram objeto de parcelamento anterior, judicial ou extrajudicial, podendo os parcelamentos em curso ser inclusos e consolidados em um único parcelamento por natureza de tributos, observados o acordo anterior e a quantidade e o valor mínimo das parcelas dispostos nesta lei complementar.

Art. 9º. São requisitos indispensáveis à formalização do pedido:

I – requerimento assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais, nos termos da Lei, juntando-se o respectivo instrumento;

II - documento que permita identificar os responsáveis pela representação da empresa, nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

III – cópia de documentos de identificação, nos casos de débitos relativos à pessoa física.

Art. 10. Para implementação do disposto nesta Lei Complementar, pode ser exigido do contribuinte ou responsável o oferecimento de garantias, ou do arrolamento dos bens na forma do art. 64 da Lei Federal n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Parágrafo único. São dispensados da exigência referida no *caput* os contribuintes ou responsáveis inscritos no Cadastro de Contribuintes do Município, cujos créditos fiscais consolidados sejam inferiores a R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 11. O contribuinte ou responsável optante pelo REFIS, será dele excluído, mediante ato fundamentado do Secretário de Fazenda e Planejamento, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - inadimplência, por 02 (dois) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente à tributo abrangido pelo REFIS, inclusive aqueles vencíveis após 31 de dezembro de 2022.

III - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV - compensação ou utilização indevida de créditos;

V – decretação de falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

VI - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de União do Sul e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS;

VII – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato.

§ 1º. O contribuinte ou responsável deverá ser notificado da decisão que o excluir do REFIS.

§ 2º. A notificação far-se-á:

I – de regra, via postal, com aviso de recebimento;

II – quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o contribuinte ou responsável se encontrar, por edital, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

§ 3º. A notificação via postal consuma-se com a simples entrega regular no endereço do contribuinte ou responsável.

§ 4º. A exclusão do contribuinte ou responsável do REFIS acarretará o restabelecimento das condições originais do crédito, com todos os encargos, ensejando ainda a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver ali inscrito; a propositura da execução, caso já esteja ali inscrito; ou o prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizado.

§ 5º. O valor das parcelas quitadas até a exclusão do REFIS será utilizado para amortização da dívida, considerando-se as datas dos respectivos pagamentos.

§ 6º. Realizada a exclusão, por qualquer dos motivos supra referidos, esta produzirá seus efeitos 30 (trinta) dias após a data de cientificação do contribuinte ou responsável, prazo em que poderá regularizar sua situação perante a Fazenda Municipal, ou no mesmo prazo, ofertar recurso, sem efeito suspensivo para o Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento, de cuja decisão não caberá recurso.

Art. 12. A inclusão do REFIS fica condicionada, ainda, ao encerramento comprovado dos feitos, por desistência, expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte ou responsável, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo.

§ 1º. Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte ou responsável suportar às “custas judiciais”.

§ 2º. O Secretário de Fazenda e Planejamento em despacho, a requerimento do contribuinte ou responsável, que faça comprovação de hipossuficiente nos termos da Legislação Civil, ouvido o Procurador Municipal, deferirá anistia de até 100% (cem por cento) dos honorários advocatícios fixados judicialmente, respeitados os termos do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei Federal n° 8.906/94).

Art. 13. O contribuinte ou responsável poderá compensar, do montante do débito consolidado, o valor de créditos e certos que possua contra o Município, permanecendo no REFIS o saldo do débito que eventualmente remanescer.

§ 1º. Valores ilíquidos a que, eventualmente, o contribuinte ou responsável possa ter direito, não poderão ser incluídos na compensação, sujeitando-se ao procedimento normal de cobrança.

§ 2º. O contribuinte ou responsável que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará no requerimento de opção, além da declaração do valor dos débitos a parcelar, a declaração do valor de seu crédito líquido, indicando a origem respectiva.

§ 3º. Salvo nas hipóteses de erro, fraude ou simulação, a compensação será considerada tacitamente homologada se a Fazenda Municipal não a impugnar no prazo de 10 (dez) dias do protocolo da opção.

Art. 14. Os efeitos da presente Lei Complementar passam a integrar o Plano Plurianual e o Anexo de Metas Fiscais, no que tange a renúncia de receitas e despesas obrigatórias de caráter continuado, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão levadas à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 16. Esta Lei Complementar poderá ser regulamentada, no que for necessário, por ato do Poder Executivo.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 07 de novembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 67/2023

Objeto: SERVIÇO DE REVISÃO OBRIGATORIA PARA VEICULO FIAT ARGO Placa: RRJ4J45, Chassi: 9BD358ACCPYM63397, EM PERIODO DE GARANTIA AFIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SAO DOMINGOS-MT., CONFORME ESTABELECE O INCISO XVII PARA AQUISIÇÃO DE COMPONENTES OU PEÇAS DE ORIGEM NACIONAL OU ESTRANGEIRA, NECESSARIA A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERIODO DE GARANTIA TÉCNICA.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**

CNPJ: 01.016.616/0004-66

ITEM	COD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.028	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISAO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM, MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSICAO DE PECAS, COM MAO DE OBRA INCLUSA, PARA VEICULOS LE-VES.$¶	SV	1,00	R$ 1.769.63	R$ 1.769,63

VALOR : R$ 1.769,63 (Um Mil, Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Sessenta e Três Centavos).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura DR. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 07 de Novembro de 2023.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 67/2023

Objeto: SERVIÇO DE REVISÃO OBRIGATORIA PARA VEICULO FIAT ARGO Placa: RRJ4J45, Chassi: 9BD358ACCPYM63397, EM PERIODO DE GARANTIA AFIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SAO DOMINGOS-MT., CONFORME ESTABELECE O INCISO XVII PARA AQUISIÇÃO DE COMPONENTES OU PEÇAS DE ORIGEM NACIONAL OU ESTRANGEIRA, NECESSARIA A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERIODO DE GARANTIA TÉCNICA.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**

CNPJ: 01.016.616/0004-66

ITEM	COD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.028	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISAO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM, MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSICAO DE PECAS, COM MAO DE OBRA INCLUSA, PARA VEICULOS LE-VES.$¶	SV	1,00	R$ 1.769.63	R$ 1.769,63

VALOR : R$ 1.769,63 (Um Mil, Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Sessenta e Três Centavos).

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 07 de Novembro de 2023

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

2º TERMO ADITIVO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº. 72/2022

O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Tancredo Neves, 88, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº. **04. 215.993/0001-70**, doravante denominado **CONTRATANTE** representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **GERALDO MARTINS DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 0673675-0, SSP/MT e do CPF nº. 458.527.236-49**, e de outro lado a EMPRESA SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP, com sede à Rua 51, nº 670, Bairro Boa Esperança, CEP 78.068-440, na cidade de Cuiaba-MT, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ nº. 07. 461.414/0001-67, neste ato representado pelo Srº ABENEL FRANCISCO DE MIRANDA JUNIOR, inscrita no CPF nº. 689.311.741-87 e RG nº 856134 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua 51, nº 670, Bairro Boa Esperança, CEP 78.068-440, na cidade de Cuiaba-MT**, doravante denominado **CONTRATADA,** resolvem de acordo com o contrato de prestação de serviços, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93, será regido pelas seguintes cláusulas.

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente termo Aditivo tem o suporte legal na CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, item 6.1.4 - Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) e no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta porcento) para os seus acréscimos, do Contrato original, e pelo que dispõe o artigo 65, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – conforme a CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, do Contrato Originário sofrera acréscimo de 14% no objeto da CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VES-

TIÁRIO NO DISTRITO DE MAQUINA QUEIMADO, PELO MENOR PREÇO, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, em conformidade com planilha em anexo:

"1 – o valor do aditivo a obra é de R$ R$ 61.253,64 (Sessenta e Um Mil Duzentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos)".

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato de nº. **72/2022**, que não foram alterados pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 03 vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Vale de São Domingos/MT, 07 de Novembro de 2023.

_____

__

Thucydides Francisco Conceição Alvares

Procurador Geral do Município

OAB – MT Nº 4552

_____

_____

Geraldo Martins da Silva SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP

Prefeito Municipal **ABENEL FRANCISCO DE MIRANDA JUNIOR**

Contratada

Testemunhas:

1- Nome: 2 – Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

Processo nº872160/2023 - **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES COM REALIZAÇÃO DE CURSOS TEÓRICO, TÉCNICO E PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR (CATEGORIA B, C, D, E), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT**.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2023

Empresa: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MULTIVAR LTDA – CNPJ nº 11.144.289/0001-39

LOTE ÚNICO						
Item	Código TCE	Especificação	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	333963-7	Curso para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros	Unidade Código: 1	184	R$339,97	R$62.554,48
2	217307-7	Curso para condutores de veículos de transporte de escolar.	Unidade Código: 1	164	R$340,00	R$55.760,00
3	297877-6	Curso para condutores de veículos de emergência	Unidade Código: 1	232	R$350,00	R$81.200,00
4	00075682	Curso de ATUALIZAÇÃO para condutores de veículos de passageiros (categoria b).	Unidade Código: 1	174	R$350,00	R$60.900,00
5	00075681	Curso de ATUALIZAÇÃO para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros.	Unidade Código: 1	182	R$217,91	R$39.659,62
6	00075684	Curso de ATUALIZAÇÃO para condutores de veículos de transporte de emergência.	Unidade Código: 1	122	R$217,91	R$26.585,02
7	00075683	Curso de ATUALIZAÇÃO para condutores de veículos de transporte escolar.	Unidade Código: 1	153	R$217,91	R$33.340,23
Valor Total do Lote R$ 359.999,35 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos)						

12 (doze) meses

Várzea Grande/MT, 07 denovembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

Órgão Registrante

OSVALDO BOTELHO DE CAMPOS

Secretário de Administração

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 285/2023

PARTES INTERESSADAS: **O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa **DAVANTI MAQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.259.236/001-12.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 33/2023, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 20/2023 Da Secretaria Municipal de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 895931/2023.**OBJETO**: Este Termo Contratual tem por objeto a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e eletroportáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.**VALOR**: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150/0154. **VIGÊNCIA**: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, sendo vedada sua prorrogação. **FISCAL DE CONTRATO**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, o servidor LEONAM JOSE BARROS FILHO, inscrito no CPF n. 059.224.791-05 e Fiscal Suplente o Servidor GILMAR BUENO, inscrito no CPF n. 017.250.791-00.

DATA DE ASSINATURA: 16.10.2023.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal De Educação

Contratante

DAVANTI MAQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 209/2023

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa **CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n. 03.076.083/0001-90. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Este Instrumento encontra-se vinculado aos termos e condições do art. 65, I, a), §1º da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria gestora do Contrato n. 209/2023, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 924193/2023. **OBJETO:** Este termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA DÉCIMA – DO SEGURO, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem nas ruas: da Harmonia, Governador Padre de Arruda, José do Patrocínio, Sen. Filinto Muller, Mal. Deodoro, Duque de Caxias, Vereador Madureira, Princesa Izabel e Maj. João Alves Vieira, localizadas no Bairro Manaíra, no Município de Várzea Grande/MT, de acordo com as especificações descritas neste Projeto e seus anexos. **VALOR:** Fica aditado o valor de R$ 197.835,84 (cento e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), representando o acréscimo de aproximadamente 24,70% dos serviços contratados, passando o Contrato ao valor global de R$ 998.672,47 (novecentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos). UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS FONTE: 0150/017540. **FISCAL DE CONTRATO:** A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria de Viação e Obras que designa os seguintes servidores: Edna Meire Pinto, inscrita no CPF n. 175.814.601-00 e Clovis Pereira Mendes Filho, inscrito no CPF n. 175.814.601-00.

DATA DE ASSINATURA: 31.10.2023

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal De Viação E Obras

Contratante

CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA

Contratada

PORTARIA N.º 210/2023

"Retifica a Portaria n.º 029/2023, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao Sr. JOERSON MARIO DA SILVA".

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2022.04.33233P;

Art. 1º - Retificar a Portaria n.º 029/2023, que dispôs sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao Sr. ***JOERSON MARIO DA SILVA***, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º, §4º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e de outras providências, c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, ao Sr. JOERSON MARIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG n.º 384083 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º429.177.601-25, servidor efetivo no cargo de Professor V a VIII, Classe "B", Nível "08", 25 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº. 22983, contando com o tempo total de contribuição de 30 (trinta) Anos, 05 (cinco) Meses e 23 (vinte e três) Dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 17/02/2023

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 07 de novembro de 2023.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

PORTARIA N.º 209/2023

"Retifica a Portaria n.º 099/2023, que dispôs sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ALAINE TORRES ALVES MUNDIM".

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2022.04.33310P;

Art. 1º - Retificar a Portaria n.º 099/2023, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ALAINE TORRES ALVES MUNDIM, servidora efetiva no cargo de Profissional de Nível Superior do SUS – Perfil Enfermeira, Classe "D", Nível "10", 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o n.º 1376, conforme processo administrativo:

Onde se Lê: (...) contando com 33 (trinta e três) anos, 07 (sete) meses e 02 (dois) dias (...)

Leia-se: (...) contando com 31 (trinta e um) anos, 06 (seis) meses e 11 (onze) dias (...)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 07/06/2023

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 07 de novembro de 2023.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

AVISO REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 48/2022 - MENOR PREÇO POR LOTE

Processo n° 833754/2022. Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reprografia, com locação de equipamento de informática: impressão corporativa, cópia, digitalização departamental, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de e peças e suprimentos, fornecimento de papel, sistema de gerenciamento e contabilização de impressões e cópias, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, considerando conveniência administrativa e interesse do município a Prefeitura, por Deliberação do Secretário Municipal de Administração, cuja justificativa se encontra nos autos, decide pela REVOGAÇÃO do Certame Licitatório. www.bllcompras.org.br e www.varzea-

grande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 07 de novembro de 2023**. Osvaldo Botelho de Campos Neto. Secretário Municipal de Administração**

EXTRATO - ADESÃO Nº 40/2023

Processo nº. 918897/2023

Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preços N°. 35/2023, oriunda do Pregão eletrônico nº 35/2023 –com a empresa **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**, inscrita no **CNPJ 01.016.616/0001-13** -Cujo objeto **é Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.**Conforme especificações do Termo de Referência N.º 25/2023, parte integrante do Edital.Visto.Observou-se a necessidade apresentada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande através da Secretaria de Municipal de saúde e Adesão à Ata de Registro de Preços N°. 35/2023, oriunda do Pregão eletrônico nº 35/2023 **cujo objetivo é Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos para atender a Necessidade da Secretaria Municipal de Saúde,** conforme especificações do Termo de Referência N.º 25/2023, parte integrante do Edital. Considerando que o município de Várzea Grande possui umapopulaçãoaproximadade 290.383 pessoas (IBGE 2021) com taxa populacional crescente, necessitando cada vez mais dos serviços de saúde com qualidade e constância. A unidades de saúde absorvem diariamente um fluxo gigantesco de pacientes que necessitam de atendimento de baixa, média e alta complexidade, que inclui desde consultas, até internação e cirurgias.Tendo em vista a necessidade da Secretaria de Saúde de Várzea grande, (unidade básica de saúde) em relação a frota de veículos para o descolamento, atendimento e uso nas unidades, está sendo feita a solicitação de aquisição permanente de 01 (UM) veículo.Considerando que a adesão à ata é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum.Veja o entendimento do STF:*Os Municípios, que têm o dever de atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (art. 211, § 2º, da CF/88), não podem se recusar a cumprir este mandamento constitucional, juridicamente vinculante, que lhes foi conferido pela Constituição Federal. STF. Decisão monocrática. RE 956475, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 12/05/2016 (Info 827)*.Foi requisitado adesão, como "CARONA" na Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão presencial n.º 35/2023 da Secretaria Municipal de saúde, **cujo objetivo é Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde,** em conformidade com e instruído conforme o Decreto nº 73/2018, que altera o artigo 53 do Decreto Municipal nº 09/2010.**Considerando demonstrada que a contratação através da adesão ao registro de preços, com a empresaDOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**, inscrita no **CNPJ N° 01.016.616/0001-13**, para prestação de serviço que totalizam o valor total *de* **R$ R$ 86.000,00** (oitenta e seis mil reais)**.** justificada a Adesão.Foi avaliado a Ata de Registro de Preços e o edital juntamente da requisição, estando este processo instruído conforme a Lei Federal n.º 8.666/1993, Decreto 7.892/2013 alterado pelo Decreto 9. 488 de 31 de agosto de 2018 e Decreto Municipal 61/2014, conforme Relatório de Cotação de Preços à fls194, Informação Técnica às fls. 191 e demais documentos acostados aos autos.Considerando a coleta de preços pela equipe técnica demandante e comprovada à vantajosidade, cumprindo os requisitos legais, uma vez que a Ata de Registro de Preços encontra - se vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão, conforme fls. 181/182, e o Fornecedor também concordou com a pretendida adesão, conforme autorização fls. 183, portanto, atendendo os preceitos legislação vigente.Desse modo **AUTORIZO** a **ADESÃO de nº. 40/2023**, Adesão à Ata de Registro de Preços N°. 35/2023, oriunda do Pregão eletrônico nº 35/2023– SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, **cujo objetivo é Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos para atender a Necessidade da Secretaria Municipal de Saúdede várzea grande**, conforme condições e quantitativos previstos neste Termo de Referência N.º 25/2023, com a empresa com a empresa**DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**, inscrita no **CNPJ 01.016.616/0001-13**, oriunda do Pregão Eletrônico nº 35/2023, para aquisição de veículosque totalizam o valor total *de* **R$ 86.000,00** (oitenta e seis mil reais) com vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, segundo o Termo de Referência.*Publique-se e cumpra-se.Empenhem-se os recursos necessários.*Várzea Grande-MT, 07 de novembro de 2023.**Gonçalo Aparecido de Barros -** Secretário Municipal de Saúde - Várzea Grande/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO DISTRITO SANTA CLARA DO MONTE CRISTO (PONTA DO ATERRO), MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT
PROCESSO LICITATÓRIO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1231/2022 - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022 **CONVÊNIO:** CONTRATO DE REPASSE OGU MESP 898902/2020 - OPERAÇÃO 1071268-96
CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº: 042/2022 **VALOR DO CONTRATO:** R$ 730.124,42 (setecentos e trinta mil e cento e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos) **NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA OBRA:** CNO 90.015.69136/78 **ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO N.º:** 2023/14
EMPRESA EXECUTORA: URBN SERVIÇOS LTDA **CNPJ:** 34.865.585/0001-24

Ao terceiro dia do mês de novembro, no ano de dois mil e vinte e três, recebemos, em caráter provisório, o objeto: **CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO DISTRITO SANTA CLARA DO MONTE CRISTO (PONTA DO ATERRO), MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT**, oriundo do Contrato de Execução de Obras nº 042/2022, firmado entre a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT e a empresa **URBN SERVIÇOS LTDA**. Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando-se concluída, expediu-se o presente **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**. Não eximindo a contratada das obrigações de:

§ Manter a obra e serviços em perfeitas condições de funcionamento até o recebimento definitivo, que far-se-á após a correção das anormalidades, caso haja, que será emitido no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar deste termo.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 03 de novembro de 2023

_____

SERGIO DE MELLO SANTOS

Engenheiro Civil

CREA/MT n.º: 039458

ART de Fiscalização n.º: 1220220090996

Portaria de Fiscalização n.º: 220/2022

NOTIFICAÇÃO DE ENGENHARIA Nº 22/2023/SE/PMVBST

1ª Notificação ao Contrato 070/2023 – Lote 02

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVENIO Nº. 0917-2021- SINFRA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa, n. 452, centro, nesta cidade, neste ato representada por **SERGIO DE MELLO SANTOS,** engenheiro civil, CREA MT 039458, com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de Fiscalização nº 1220230174149, responsável pela fiscalização da obra oriunda do Contrato de nº 070/2023 – Concorrência n.º 003/2023: *"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALI-*

ZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVENIO Nº. 0917-2021- SINFRA"- LOTE 02, **NOTIFICA** a empresa L. C. BRANCHER E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 11.423.558/0001-04, representada pelo senhor Luiz Carlos Brancher, portador do CPF n.º 140.XX.XXX-53, **QUANTO AO INÍCIO IMEDIATO DAS OBRAS.**

A Ordem de Serviços foi assinada no dia 22 de setembro de 2023, e após várias diligências no Canteiro de Obras, não foi constatado início efetivo do objeto, tendo apenas o desvio do córrego realizado pela Administração Municipal e a presença de materiais.

A contratada tem **3 (três) dias úteis para iniciar** a execução da obra, podendo ser responsabilizada nos termos da Cláusula Décima Segunda do Contrato.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 01 de novembro de 23

_____

SERGIO DE MELLO SANTOS

Engenheiro Civil

CREA: MT 039458

Portaria de Fiscalização nº 448/2023

NOTIFICAÇÃO DE ENGENHARIA Nº 21/2023/SE/PMVBST

PARALISAÇÃO DE OBRA e 2ª Notificação ao Contrato 071/2023 – Lote 01 e Lote 03

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVENIO Nº. 0917-2021- SINFRA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa, n. 452, centro, nesta cidade, neste ato representada por **SERGIO DE MELLO SANTOS,** engenheiro civil, CREA MT 039458, com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de Fiscalização nº 1220230174131, responsável pela fiscalização da obra oriunda do Contrato de nº 071/2023 – Concorrência n.º 003/2023: *"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVENIO Nº. 0917-2021- SINFRA",* **NOTIFICA NOVAMENTE** a empresa SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.335.350/0001-62, representada pelo senhor José Macelio da Silva, portador do CPF: 396.XXX.XXX-20, **QUANTO À INCOMPATIBILIADE DA OBRA EM RELAÇÃO AO PROJETO.**

A contratada permanece não seguindo o Projeto Básico ora componente dos anexos da referida licitação, na execução do bueiro duplo celular de concreto da Meta 03 – Lote 01 – Comunidade Ponta do Aterro/Santa Luzia, nos seguintes itens:

1. Armaduras longitudinais dos Pilares P6 e P9 em quantidade inferior ao Projeto, deveriam ter 6 (seis) barras, foi executado com apenas 4 (quatro) barras; 2. Ausência de armadura transversal (estribos) no Pilar P6; 3. Novamente não foi identificado a visita regular do profissional responsável pela execução; 4. Não foi apresentada a ART de Execução nos termos do item 8.26 do Contrato.

Notifica-se para que a contratada:

1. **Paralise imediatamente a execução do contrato**, pois o método executivo realizado não condiz com a NBR 6118 - PROJETO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO, e é incompatível com o objeto contratado: "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA...*"

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 01 de novembro de 23

_____

SERGIO DE MELLO SANTOS

Engenheiro Civil

CREA: MT 039458

Portaria de Fiscalização nº 450/2023

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO DISTRITO SANTA CLARA DO MONTE CRISTO (PONTA DO ATERRO), MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT
PROCESSO LICITATÓRIO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1231/2022 - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022 **CONVÊNIO:** CONTRATO DE REPASSE OGU MESP 898902/2020 - OPERAÇÃO 1071268-96
CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº: 042/2022 **VALOR DO CONTRATO:** R$ 730.124,42 (setecentos e trinta mil e cento e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos) **NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA OBRA:** CNO 90.015.69136/78 **ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO N.º:** 2023/14
EMPRESA EXECUTORA: URBN SERVIÇOS LTDA **CNPJ:** 34.865.585/0001-24

Ao terceiro dia do mês de novembro, no ano de dois mil e vinte e três, recebemos, em caráter provisório, o objeto: **CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO DISTRITO SANTA CLARA DO MONTE CRISTO (PONTA DO ATERRO), MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT**, oriundo do Contrato de Execução de Obras nº 042/2022, firmado entre a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT e a empresa **URBN SERVIÇOS LTDA**. Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando-se concluída, expediu-se o presente **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**. Não eximindo a contratada das obrigações de:

§ Manter a obra e serviços em perfeitas condições de funcionamento até o recebimento definitivo, que far-se-á após a correção das anormalidades, caso haja, que será emitido no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar deste termo.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 03 de novembro de 2023

_____

SERGIO DE MELLO SANTOS

Engenheiro Civil

CREA/MT n.º: 039458

ART de Fiscalização n.º: 1220220090996

Portaria de Fiscalização n.º: 220/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 131/2023, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023.

	ESTADO DE MATO GROSSO	Página : 1	/	1
	PREFEITURA MUNICIPAL VILA RICA			

C.N.P.J.:	03.238.862/0001-45
Município:	VILA RICA

DECRETO Nº 131/2023, de 6 de Novembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA RICA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de VILA RICA e autorização contida na Lei Municipal nº 2060/2023, de 5 de Setembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 2.034,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.004 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
09.004.8.244.95.2222-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$2.034,00
2.660.0000000	(SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.034,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -		
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$2.034,00
2.660.0000000	(SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.034,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor em 6 de novembro de 2023, publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Novembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: jonhnattan. Emissão: 07/11/2023, às 18:31:49. Protocolo: 43524123-7290-4686-9f6c-9a6fb759912c

GABINETE
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - VILA RICA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, de 07 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
NESTOR SEVERINO DE MENDONCA	035.764.931-15	9897/00022/2023

Data de afixação: Data de desafixação:

07/11/2023

22/11/2023

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°039/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°039/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 013/2023 na modalidade Pregão Eletrônico n° 012/2023 de acordo com a planilha abaixo:

ADITIVO DE REAJUSTE

LOTES PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE REAJUSTE VALOR FINAL

29 Carbonato de lítio - Concentração/dosagem 300mg, forma farmaceutica comprimido, via de administração oral.

0,17 25% R$ 0,21

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 03 de novembro de 2023.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

MG2 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (47.893.919/0001-15) - CONTRATADA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 130/2023, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO			Página : 1	/ 2
PREFEITURA MUNICIPAL VILA RICA				
C.N.P.J.:	03.238.862/0001-45			
Município:	VILA RICA			

DECRETO Nº 130/2023, de 6 de Novembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA RICA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de VILA RICA e autorização contida na Lei Municipal nº 2063/2023, de 19 de Setembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 175.026,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.000 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
02.001 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
02.001.4.122.2.2002-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$1.000,00
1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS		
07.002 - URBANISMO E INFRA ESTRUTURA		
07.002.15.452.60.2068-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$14.360,00
1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	14.360,00
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO		
03.001 - GABINETE DO SECRETÁRIO		
03.001.4.122.3.2284-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$104.451,00
1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	104.451,00
04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
04.001 - GABINETE DO SECRETARIO		
04.001.4.123.8.2013-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$2.000,00
1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
02.000 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
02.001 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
02.001.4.122.2.2002-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$6.000,00
1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	6.000,00
02.000 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
02.002 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR		
02.002.4.122.2.2004-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$845,00
1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	845,00
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO		
03.001 - GABINETE DO SECRETÁRIO		
03.001.4.122.3.2009-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$5.000,00
1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS		
07.001 - GABINETE DO SECRETARIO		
07.001.15.451.60.1113-4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS		R$41.370,00
1.759.0000700	Recursos Vinculados a Fundos	41.370,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$41.370,00
1.759.0000700	Recursos Vinculados a Fundos	41.370,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$1.000,00

1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: jonhnattan. Emissão: 07/11/2023, às 18:28:15. Protocolo: 99ac2344-0137-4c58-9261-98f2bf10a5ea

ESTADO DE MATO GROSSO Página : 2 / 2

PREFEITURA MUNICIPAL VILA RICA

C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45

Município: VILA RICA

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$14.360,00

1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	14.360,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$104.451,00

1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	104.451,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$2.000,00

1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$6.000,00

1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	6.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$845,00

1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	845,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$5.000,00

1.500.0000000	Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor em 6 de novembro de 2023, publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Novembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: jonhnattan. Emissão: 07/11/2023, às 18:28:15. Protocolo: 99ac2344-0137-4c58-9261-98f2bf10a5ea

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°042/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°042/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 013/2023 na modalidade Pregão Eletrônico n° 012/2023 de acordo com a planilha abaixo:

ADITIVO DE REAJUSTE

LOTES PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE REAJUSTE VALOR FINAL

13 AMOXICILINA - CONCENTRAÇÃO DE 50MG/ML,FORMA FARMACÊUTICA SUSPENSÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 60ML,VIA ORAL. 6,63 25% R$ 8,28

40 CLORPROMAZINA,-CONCENTRACAO/DOSAGEM 100MG FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. 0,33 25% R$ 0,41

58 FENOBARBITAL - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL 0,19 25% R$ 0,23

67 HALOPERIDOL - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 1MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. 0,16 25% R$ 0,20

86 METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO, VIA ORAL 0,55 25% R$ 0,68

109 MORFINA 30MG COMPRIMIDO 1,26 25% R$ 1,57

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 03 de novembro de 2023.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

PROFARM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA (00.545.222/0001-90) - CONTRATADA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 271/2023

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerandoo protocolo requerendo alteração de dados pessoais por atualização de documentação pessoal e em anexa a Certidão de Casamento, matrícula nº 06361001552015200012001000220163 onde consta a alteração de nome;

R E S O L V E:

Art. 1º - **Alterar** o nome da servidora **LELIA MARIANO BARBOZA**matricula 151 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM para o nome de**LELIA MARIANO BARBOZA DUARTE**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO II

AVISO DE RETIFICAÇÃO II

Processo Licitatório nº 137/2023

Pregão Eletrônico 069/2023

JUSTIFICATIVA

• A Prefeitura Municipal de Vila Rica, através da Pregoeira Oficial Portaria n° 012/2015, tendo em vista o Processo já epigrafado, autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, torna público que houve alteração no lote n° 07 – Carnes.

• Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios, industrializados e hortifrutigranjeiros, de forma fracionada e de acordo com a demanda.

DATA DO CERTAME

• Início Acolhimento das propostas:

• 21/11/2023 às 08h00min

• Abertura da sessão:

• 23/11/2023 às 08h30min

• Início da Disputa de Preços:

• 23/11/2023 às 09h00min

O Edital de Retificação contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 06 de novembro de 2023.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°026/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°026/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 013/2023 na modalidade Pregão Eletrônico n° 012/2023 de acordo com a planilha abaixo:

ADITIVO DE REAJUSTE

LOTES PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE REAJUSTE VALOR FINAL

77 Ivermectina - Concentração/dosagem de 6mg, forma farmaceutica, comprimido, forma de apresentação em comprimido, via oral 0,45 25% R$ 0,56

112 Salbutamol, sulfato - Concentração/dosagem de 100mg, forma farmaceutica aerosol, forma de apresentação em frasco spray com 200 doses, via oral 8,93 25% R$ 11,16

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 03 de novembro de 2023.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (00.802.002/0001-02) - CONTRATADA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 132/2023, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023.

	ESTADO DE MATO GROSSO		Página : 1	/	1
	PREFEITURA MUNICIPAL VILA RICA				
	C.N.P.J.:	03.238.862/0001-45			
	Município:	VILA RICA			

DECRETO Nº 132/2023, de 6 de Novembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA RICA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de VILA RICA e autorização contida na Lei Municipal nº 2077/2023, de 18 de Outubro de 2023.

D E C R E T A:

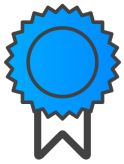
Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 17.500,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):	
	06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
	06.002 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
	06.002.10.302.84.2048-3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	R$17.500,00
	2.600.0000604 (SF) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Manutenção MAC	17.500,00
Art. 2º -	Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:	
	Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
	Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$17.500,00
	2.600.0000604 (SF) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Manutenção MAC	17.500,00
Art. 3º -	Este decreto entra em vigor em 6 de novembro de 2023, publique-se	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Novembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: jonhnattan. Emissão: 07/11/2023, às 18:34:08. Protocolo: 086e2f81-e906-4a48-a3f5-f2dfb57ca9bd

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Nov 07 22:30:49 UTC 2023
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)